MADALENA PIRES DA FONSECA

A
NDÚSTRIA TÊXTIL ALGODOEIRA
NO
NORTE DE PORTUG



PORTO
2001

MARIA MADALENA SARAIVA PIRES DA FONSECA

A INDÚSTRIA TÊXTIL ALGODOEIRA NO NORTE DE PORTUGAL

Dissertação de
Doutoramento em Geografia Humana
sob a orientação do
Prof. Doutor Jorge Gaspar
Apresentada à Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

2001

Ficha Técnica
Título: A Indústria Têxtil Algodoeira no Norte de Portugal
Autor: Maria Madalena Saraiva Pires da Fonseca
Data de Edição:2001
Edição do Autor
Tiragem: 30 exemplares
Reprodução e Encadernação: Carlos Silva
Oficina Gráfica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Capa: João Machado da Graça (Promédia – Maputo)
Abel Dias Carneiro (Litotirsense, Lda – Santo Tirso)

Às minhas tias Maria de Lourdes e Teresinha

AGRADECIMENTOS

A todos os que, directa ou indirectamente me ajudaram neste trabalho, queria deixar o meu profundo agradecimento:

. Ao Senhor Prof. Doutor Jorge Gaspar de quem tive o previlégio de receber a orientação do trabalho. Sinto, no entanto, que não tirei dessa orientação o devido partido, dada a irregularidade com que tive de desenvolver o trabalho. Para além da disponibilidade permanente, agradeço-lhe as ideias e as críticas. A minha gratidão vai porém muito para além da tese, por tudo o que tenho aprendido e recebido, ao longo do tempo e que não cabe num par de palavras de agradecimento.

. À Senhora Prof. Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva, presidente do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o apoio pessoal e institucional para eu concluir este trabalho.

. Aos Empresários que me receberam nas suas fábricas, me contaram a história das suas empresas, me falaram dos seus êxitos e não me esconderam os seus fracassos, me descreveram as suas estratégias, os seus problemas e me responderam aos inquéritos. Foram entrevistas fascinantes das quais resultaram breves retratos das empresas, que apresento no final do trabalho, como documentos de apoio. A todos eles quero expressar a minha maior gratidão e admiração esperando poder acompanhar, no futuro, as novas *estratégias de sobrevivência*.

. Ao Senhor Dr. Alexandre Alberto de Sousa Pinto, as suas preciosas informações e ideias referentes sobretudo ao período em que presidiu à Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama, durante parte do período de aplicação do Condicionamento Industrial

. Ao Senhor Engº Manuel Albano Magalhães, administrador da Textáfrica, esperando poder voltar a trocar umas ideias sobre o assunto, em Maputo...

. À Senhora D. Maria Emília Marinho Pessanha (Fábrica do Jacinto) e o Sr. Engº Mendes Ribeiro, entretanto falecidos, com saudade e gratidão.

. À Elisa Ferreira, com muita amizade, as ideias e sugestões que me deu, no início do meu trabalho (há muito tempo...) e as facilidades nos contactos com os empresários têxteis.

. Aos meus colegas e amigos da Faculdade e do Curso de Geografia, pela sua solidariedade e generosidade, muito em especial às minhas incondicionais amigas do *Lobby do Género*.

. Às minhas outras amigas e amigos, à Madalena Paiva Brandão, aos colegas de Lisboa e à minha família, para quem esta tese se tornou um projecto colectivo e que tanto penalizei com os meus atrasos. Dedico-lhes este trabalho, simbolicamente, nas pessoas das minhas tias Maria de Lourdes e Teresinha.

A INDÚSTRIA TÊXTIL ALGODOEIRA NO NORTE DE PORTUGAL

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

PRIMEIRA PARTE: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

1. CRISE INDUSTRIAL E DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

1.1. A crise e os seus paradigmas
1.1.1. Os ciclos económicos
1.1.2. O ciclo de vida do produto
1.1.3. A escola francesa da regulação
1.1.4. A acumulação/especialização flexível e o pós-fordismo

1.2. A geografia industrial do pós-fordismo
1.2.1. Retoma das abordagens marxistas em Geografia Humana
1.2.2. O problema da localização das indústrias na Geografia Industrial
1.2.2.1. Weber
1.2.2.2. Abordagens pós-weberianas
1.2.3. Os novos espaços industriais
1.2.4. A teoria da industrialização geográfica
1.2.5. A abordagem da divisão espacial do trabalho

2. A INDÚSTRIA TÊXTIL ALGODOEIRA

2.1. A fileira têxtil
2.1.1. Definição e delimitação da indústria têxtil
2.1.2. A organização interna da fileira têxtil

2.2. A indústria têxtil algodoeira: complexa, de alta tecnologia e internacional

SEGUNDA PARTE: A INDÚSTRIA TÊXTIL ALGODOEIRA NO NORTE DE PORTUGAL

3. AS ORIGENS - INTENSIFICAÇÃO E EXTENSIFICAÇÃO DA DIVISÃO TÉCNICA DO TRABALHO

3.1. A tese da transferência

3.2. A deslocação inicial do Porto para o Ave
3.2.1. O ciclo da fiação e da energia hidráulica
3.2.2. A evidência empírica
3.2.2.1. O Inquérito Industrial de 1881
3.2.2.2. O Inquérito Industrial de 1890
3.2.2.3. A estatística industrial de 1910 a 1921

3.3. A Real Fábrica de Tomar – primeira iniciativa de instalação de uma fiação industrial

3.4. Estruturação da fileira num quadro regional
3.4.1. O surto expansionista dos anos 20
3.4.2. Primeiras formas de integração vertical

3.5. Fábricas e Fabricantes
3.5.1. As primeiras fábricas no Ave de Sociedades Comerciais do Porto
3.5.2. Fábricas e empresas do Ave com raízes locais

3.6. Balanço do primeiro período de expansão

4. EXPANSÃO E ESTABILIZAÇÃO

4.1. O Ciclo de África
4.1.1. Os limites
4.1.2. Política industrial e política colonial
4.1.3. A produção de algodão em rama nas Colónias
4.1.3.1. Importações de algodão em rama
4.1.3.2. Os importadores de algodão em rama e o financiamento da indústria têxtil
4.1.4 . A exploração dos mercados africanos das colónias
4.1.4.1. As exportações de fios e tecidos para as colónias
4.1.5. Transferência da produção para África: dois modelos, dois destinos
4.1.5.1. Angola: Companhia de Fomento Colonial - Textang
4.1.5.2. Moçambique: Sociedade Fomento Algodoeiro Lda – Textáfrica
4.1.6. A perda dos mercados africanos para a indústria metropolitana

4.2. A organização corporativa e o Condicionamento Industrial

4.3. Abertura ao exterior e adesão à EFTA
4.3.1. Um novo fôlego para a fiação

4.4. Trajectórias sectoriais e territoriais distintas no interior da fileira
4.4.1. Fábricas e empresas industriais de segunda geração
4.4.2. Fábricas e empresas industriais de terceira vaga: um modelo tecnológico fora do tempo?
4.4.2.1. Fábricas "tecnologicamente correctas": as fábricas certas nos lugares errados?
4.4.2.2. Dispersão e regresso ao Porto?

4.5. As relações entre a indústria têxtil e s indústrias das malhas e do vestuário

5. CONCLUSÃO
5.1. A perda de importância do Porto nas estratégias internacionais da fileira
5.2. Reconversão e modelo territorial
5.3. Um balanço: a permanência das forças de aglomeração ou a sobrevivência económica.

PERCURSOS DE FRACASSOS E SUCESSOS: DOCUMENTOS DE APOIO

1. A FÁBRICA DO JACINTO

1.1. Um percurso singular
1.2. As origens da Fábrica do Jacinto
1.3. Do Couto de Cedofeita em 1800
1.4. A Fábrica do Jacinto na primeira metade do séc. XIX
1.5. Da Parceria à S.A.R.L.

2 RETRATOS BREVES DE OUTRAS "FÁBRICAS"

2.1. Explicação prévia
2.2. Sociedades e empresas de grandes dimensões com sede no Porto
2.2.1. Empresa Industrial de Santo Tirso, S.A. – ARCOTÊXTEIS
2.2.2. Empresa Industrial SAMPEDRO, L.da
2,2,3, António Félix & Cª L.da
2.2.4. Fábricas de Sociedades com Narciso Ferreira em Riba d'Ave: Fiação e Tecidos Oliveira, Ferreira, S.A. (FTOF), Empresa Têxtil Eléctrica, L.da e Oliveira, Ferreira e Cª L.da.
2.3. Sociedades e empresas de raiz local
2.3.1. António da Costa Guimarães, Filhos e Cª L.da – FÁBRICA DO CASTANHEIRO
2.3.2. GrupoTêxtil RIOPELE: Fábrica Têxtil RIOPELE, S.A., FILATEX-TÊXTEIS, S.A., OLIFIL-TÊXTEIS, S.A., OLICOR-TÊXTEIS, S.A.
2.3.3. TÊXTIL MANUEL GONÇALVES, S.A.
2.3.4. ASA – Agostinho da Silva Areias, Filhos e Cª L.da
2.3.5. Fábrica de Tecidos de Viúva de Carlos da Silva Areias & Cª L.da – FELPOS BOMDIA
2.3.6. Empresas da Família do Comendador Abílio Oliveira: Fábrica de Fiação e Tecidos "A Flor do Campo, L.da", SOFIL – Sociedade de Fiação de Vizela, L.da, NARFIL – Narciso Ferreira de Oliveira e Filhos e Sociedade Têxtil da CUCA, S.A.
2.3.7. LASA – Lenços Armando da Silva Antunes
2.3.8. SEDAS VIZELA, Joaquim Sousa Oliveira, S.A.
2.4. Outros casos
2.4.1. Grupo da Família Machado Guimarães: FIATECE, Empresa Industrial de Negrelos, L.da, Fábrica de Fiação e Tecidos de Bairro, L.da e Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, L.da

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

INTRODUÇÃO

A transição do fordismo para o pós-fordismo, correspondente a um período de reorganização económica e social do Mundo, constituiu um ponto histórico de profunda alteração nos processos de internacionalização das indústrias. Essa internacionalização correspondeu não só à intensificação das transacções internacionais, como também à fragmentação das fileiras industriais, com deslocalizações espaciais de alguns dos segmentos produtivos, de umas regiões para outras, regra geral de áreas de industrialização antiga, para novos espaços industriais, marginais até então, à industrialização. Na raiz da globalização crescente do final do século XX, encontram-se precisamente esses processos de internacionalização das cadeias industriais, acompanhados pela internacionalização das economias em geral e pela estruturação de uma nova divisão internacional do trabalho.

A ruptura do chamado fordismo ter-se-à começado a manifestar a partir de meados dos anos setenta. Posteriormente foram emergindo novas formas quer de organização interna da produção quer de articulação territorial entre os novos elementos de uma maior divisão social do trabalho.

A indústria têxtil que tinha conhecido um processo de internacionalização praticamente desde o seu aparecimento na Inglaterra da Revolução Industrial, muito associado ao monopólio inglês do comércio marítimo intercontinental, foi uma das que mais cedo e de forma mais intensa e evidente se internacionalizou, ainda que segundo processos diferentes dos do séculos XIX. A internacionalização das indústrias têxteis e do vestuário tem sido muito estudada, servindo mesmo de base empírica a algumas formulações teóricas do pós-fordismo. Iva Maria Pires estudou a indústria têxtil dos lanifícios em Portugal - debruçando-se em particular sobre a Beira Interior - enquadrando-a nos processos mais alargados de internacionalização das indústrias têxtil e do vestuário no Mundo, mostrando de que forma aquela indústria se tem inserido na divisão internacional do trabalho, nem sempre conseguindo a melhor posição, permanecendo, em muitos casos, amarrada a redes de subcontratação internacional, controladas noutras regiões e países[1]. A internacionalização das fileiras industriais de um modo geral e no caso das indústrias mão-de-obra intensivas, como é o caso das têxteis e do vestuário, em

---

[1] PIRES, Iva Maria Miranda – *A Teia e a trama na geografia das indústrias têxtil e do vestuário*. Lisboa: policopiado (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1994.

particular, provocou uma grande pressão económica nas regiões de industrialização antiga que, em muitos casos, sofreram um declínio económico e social de custos muito elevados. Para além de se verem confrontadas com a concorrência do Japão e dos Novos Países Industrializados, em relação aos produtos que produziam, estas regiões assistiram, muitas vezes sem alternativa, à saída das próprias unidades produtivas.

Este processo, decorrente da segmentação das fileiras industriais, com deslocalização de alguns segmentos, no sentido da internacionalização das indústrias e globalização das economias, contribuiu para a erosão da autonomia política dos estados nacionais. De facto, a transição do fordismo para o pós-fordismo, veio também a traduzir-se numa alteração do mosaico político mundial, cada vez mais caracterizado por uma malha de regiões, articuladas em diferentes redes sobrepostas numa geometria territorial complexa[2].

O aprofundamento da divisão social do trabalho não se processou da mesma forma nem teve resultados idênticos nos grandes e nos pequenos países, isto é, em economias pequenas e em economias maiores e mais diversificadas. Este estudo ocupa-se do caso específico da indústria têxtil algodoeira no noroeste português. Ainda que não sendo o paradigma do fordismo, a indústria têxtil algodoeira sofreu a transição para o pós-fordismo, das mais diversas formas. As regiões de industrialização mais antiga, associadas a estas indústrias, procuraram encontrar da forma mais eficiente, a melhor inserção na nova divisão internacional do trabalho.

O processo de adaptação, no caso da indústria têxtil algodoeira do noroeste português viria a saldar-se por uma desarticulação regional crescente, com o desenvolvimento autónomo de estratégias empresariais individuais, definidas fundamentalmente no quadro internacional da fileira têxtil. Essas estratégias empresariais correspondem, em larga medida a uma ligação da região a outros espaços do mundo, não seguindo a estrutura hierárquica administrativa, interna ao país, fazendo como que um *by-pass* ao próprio Estado Nação.

A região têxtil algodoeira do noroeste português tornou-se com efeito, cada vez menos, uma região têxtil. A sobrevivência das empresas e unidades fabris ali existentes depende, na actualidade, cada vez menos da sua localização e mais

---

[2] SCOTT, Allen J. – *Regions and the World Economy. The Coming Shape of Global Production, Competition, and Political Order*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

das respectivas estratégias individuais, associadas às heranças de um conhecimento tácito colectivo muito importante.

Um dos objectivos desta investigação sempre foi a reconstituição e compreensão do processo histórico de implantação, desenvolvimento e permanência da indústria têxtil algodoeira no Norte de Portugal, numa tentativa de identificar a essência da sua sobrevivência e os factores que determinaram a originalidade do seu percurso. Com um longo trajecto de altos e baixos, o padrão de forte concentração espacial é, sem dúvida, a par da sua extraordinária capacidade de sobrevivência, a característica morfológica, exteriormente visível, mais marcante deste sector. Ocupando tradicionalmente um lugar de grande peso na economia nacional e de crucial importância na balança comercial, o facto de se concentrar numa região que, por seu turno, viria a encontrar-se quase exclusivamente na sua dependência, durante um longo período de tempo, levou a que os destinos de ambas, indústria e região, ficassem historicamente associados.

Dirigir a atenção para este ramo industrial particular, hoje marcado internacionalmente pelo discurso do declínio, justifica-se e tem um significado acrescido no caso de Portugal, não só pela forte vinculação regional que historicamente assumiu, como pelo lugar que ocupou no nosso processo de desenvolvimento industrial, lento e frágil.

"...a história desta fibra (o algodão) na economia-mundo [é] era, de forma indirecta, a história do sucesso e das vicissitudes da industrialização portuguesa."[3]

Há uma forte componente monográfica e histórica nesta dissertação, uma vez que é importante, para o futuro, aprender com as lições do passado, nosso e de outros. O seu objecto restringiu-se à indústria têxtil do algodão propriamente dita, excluindo-se os ramos das outras fibras têxteis, das malhas e do vestuário, que com os curtumes e o calçado integram a categoria 3.2. da classificação das actividades económicas (CAE-Rev.1/73)[4]. Os vários ramos apresentam características diferentes e percorreram trajectórias espaciais distintas e, não obstante serem passíveis de se articularem entre si, segundo uma cadeia produtiva contínua, foram condicionados por factores também diferentes, representando,

---

[3] FORTUNA, Carlos - *O Fio da Meada. O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p.17.

[4] Actualmente e desde 1992, está em aplicação uma nova revisão da CAE – a CAE-Rev.2 – segundo a qual as indústrias têxteis de algodão se enquadram nas classes 17110, 17210, 1730, 17301, 17302 e 17303 e 17544. Para a maior parte do período em estudo, aplicava-se a CAE-Rev.1/73.

muitas vezes, a proximidade ou coexistência geográfica talvez o único elemento comum. Além disso, a proposta essencial que aqui apresento corresponde exactamente à avaliação do papel estruturante que o ramo dos têxteis de algodão deteve na Região. Acredito e procurarei demonstrar que, para lá das diferenças e antagonismos entre os vários ramos, não só a nível organizacional e de processo de trabalho, como a nível territorial, coube à indústria têxtil um papel específico, de crucial importância na estruturação socio-económica da região.

Os contornos espaciais da área sobre a qual recaiu a investigação empírica não sendo rígidos e fixos abrangem basicamente, a actual Área Metropolitana do Porto e o Vale do Ave, para os concelhos de Fafe, Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão.

O período abrangido corresponde praticamente ao que decorre desde o início do século XX até ao início dos anos noventa, constituindo no entanto, os núcleos fundamentais do estudo o grande ciclo de África, iniciado em 1928-33 e com uma duração de quase cinquenta anos e o período posterior ao 25 de Abril. O primeiro vai corresponder à ascensão do ramo industrial, ao crescimento e à consolidação da sua estrutura organizativa, produtiva e espacial. Com as suas raízes mais profundas, embora incipientes, nos finais do século passado, o processo de desenvolvimento da indústria têxtil vai-se acelerar a partir dos anos vinte, gozando de alguns períodos de grande prosperidade nas três décadas seguintes para, a partir de meados dos anos setenta, entrar naquele que foi talvez o período mais atribulado da sua história. O percurso posterior à crise dos anos setenta, com alguns surtos de retoma de crescimento, permanecerá sempre dominado pela instabilidade, pela resposta aos desafios da reconversão e da modernização impostos por pressões externas de uma economia global em construção e pela conjuntura nacional e as restrições locais.

Perceber a consolidação do ramo e da região industrial que ele criou, no sentido de identificar os mecanismos que foram assegurando a sobrevivência e recomposição sistemática de ambos, conduziu à reconstituição de vários ciclos de crescimento e crise, cujo resultado acabou por se revelar de crucial importância para a compreensão do presente. E, ao analisar o desenvolvimento de cada ciclo, três forças dominantes evidenciam a sua actuação. Elas são, sem preocupações de ordem hierárquica: o processo de internacionalização e globalização das economias, ao qual se pode associar a difusão de inovações; o Estado através da

sua acção reguladora; as estruturas sociais regionais, particularmente no comportamento das suas élites industriais.

O universo sobre o qual recaiu a investigação empírica foi-se progressivamente reduzindo e assumindo contornos bem precisos. Assim cheguei ao que acredito ser o centro do problema. Estudei aquela que poderíamos designar por indústria têxtil actual, isto é aquela que viria a ser responsável pela consolidação da "região têxtil" no Norte do País, que chegou até aos anos noventa, independentemente do estado de prosperidade ou crise em que se encontrava e cujo protagonismo é, muitas vezes, ainda hoje, determinante para a região. É um universo diversificado em termos de empresas e fábricas. Datas de fundação diferentes, dimensão e processos de produção e organização diferentes, produtos também diversificados, ainda que todos de algodão. Une-as um modelo comum, cuja característica mais facilmente observável é precisamente a sua localização geográfica. Mas não é só a proximidade física que lhes confere unidade enquanto estrutura integrada. A essa proximidade física corresponde inclusivamente, em muitos casos, uma existência individual autónoma e isolada, não só a nível económico e financeiro, mas também a nível social, não existindo grandes contactos entre as unidades industriais. O modelo comum em que se pretende demonstrar que estas unidades se inserem, ultrapassa portanto a dimensão da proximidade física. Pertencem todas, a uma mesma maneira de "fazer". Melhor, inserem-se todas numa mesma trajectória. Não tendo uma história comum, representam cada qual uma peça, um episódio de uma história única. Reconstituir essa história não é fazer exaustivamente a história da indústria têxtil em Portugal. É perceber as origens do que actualmente ainda se reconhece como uma região têxtil e analisar o seu funcionamento para poder contribuir, em alguma medida, para lhe prognosticar um futuro.

As suas origens não entroncam de forma contínua na história global da nossa indústria têxtil, antes pelo contrário, correspondem a uma ruptura bem marcada, a qual se manifestou a vários níveis: processo de trabalho, estrutura organizativa e tecnológica e deslocação espacial. As suas raízes confundem-se com as raízes da própria região industrial do vale do Ave. Foram precisamente mecanismos de intervenção exterior, internacional, conduzidos em primeira mão, pela presença de comerciantes ingleses, que determinaram o desencadear de tais processos. A marca da internacionalização aparece desde o arranque desta nova indústria têxtil e manter-se-á posteriormente. Para a compreender é preciso conjugar uma leitura a partir da realidade nacional em relação ao exterior e, ao

invés, uma leitura na perspectiva da história dos países estrangeiros, sobretudo daqueles de onde partiu a intervenção. Actuando de formas diversas, ora pela utilização indirecta dos mercados africanos ora para resolver problemas internos e para procurar factores de produção em melhores condições, a penetração de capitais ou interesses comerciais estrangeiros no ramo assumiu uma importância determinante, desde as mais remotas origens do desenvolvimento industrial dos têxteis. A vocação exportadora da têxtil é afinal mais do que uma questão de mercado e está intimamente relacionada com todo o problema da sua inserção internacional, voluntária ou provocada.

A consolidação do ramo e da região operou-se, fundamentalmente, através das ligações coloniais, as quais possibilitaram também uma crescente autonomia em relação a dependências directas do estrangeiro, durante um largo período de tempo. Mas, o fim do Império Colonial (1974/75) provocou uma grande instabilidade, agravada pelo deflagrar da crise económica mundial, sentida que foi, antes de mais, na indústria.

Novos processos de recuperação ou estratégias alternativas foram-se desenrolando posteriormente, também no quadro da internacionalização, arena onde cada vez é mais complicado e difícil o jogo para um ramo debilitado, de uma região e um país sem instrumentos muito fortes de intervenção. Da importação directa de modelos de modernização e reconversão à submissão a controlos e pressões estrangeiras, não se desenvolveu com clareza uma via dominante. Nunca se poderiam alimentar aliás, grandes espectativas duma reconversão decalcada de outras regiões da Europa não só pelo facto de se tratar de realidades e evoluções históricas diferentes da nossa e diferentes entre si, mas também pelo facto de as suas estratégias de modernização, iniciadas muito antes das nossas, terem passado e passarem, em grande medida, por processos de internacionalização e utilização de regiões periféricas ou semi-periféricas, como a nossa.

Os mecanismos da internacionalização numa economia global estreitam, cada vez mais, a liberdade de manobra das pequenas economias debilitadas, esmagadas entre o "poder" das corporações multinacionais e a concorrência levada ao limite, dos países do terceiro mundo - dos Novos Países Industrializados.

Das três forças que historicamente foram actuando e acredito serem as grandes construtoras desta "região têxtil" - internacionalização, Estado e formação

social local – resultaram circunstâncias ora mais ora menos favoráveis ao desenvolvimento do ramo e da região globalmente.

"The natural path of opulence" as Smith called it - is narrow and unique" [5]. Estreito decerto, único talvez não.

Este meu estudo sobre as modificações de uma região industrial na transição para o pós-fordismo - indústria têxtil algodoeira no noroeste português - , ultrapassando as fronteiras da produção e do padrão espacial em si mesmo,terá, necessariamente de ter em conta o contexto local/regional enquanto tal e terá de se envolver na problemática do "regional", dos desequilíbrios regionais e perceber em toda a sua extensão as relações interregionais que permanentemente se estabeleceram e estabelecem, quer elas se encontrem directamente ligadas ao ramo ou não.

Não se trata exclusivamente de um estudo sobre o sector nem de um estudo de uma região, Geografia Industrial ou Geografia Regional, não é a catalogação em si que está em causa; o importante é a verificação das ligações entre o comportamento espacial da produção, as *estruturas espaciais da produção*[6] e o mapa mais amplo das regiões, enquanto sistema de entidades económicas, sociais e políticas. A questão fundamental que se coloca é a de compreender o trajecto próprio de uma região e a maneira específica segundo a qual ela se inseriu nas diferentes épocas na evolução nacional e internacional do sistema capitalista e da divisão espacial do trabalho. É preciso identificar os vectores determinantes desse percurso individual, que não se limitam à esfera da produção propriamente dita, nem à acção de condicionantes geográficas, no sentido de restrições naturais, mas abrangem as estruturas sociais e políticas, globalmente.

Procurei desenvolver uma perspectiva de análise intermédia, de compromisso, entre uma visão de fora e uma visão de dentro da região[7]. Sem se apresentar como uma narrativa tal como J. Nicholas Entrikin a defendeu, não deixa

---

[5] PIORE, Michael; SABEL, Charles - *The Second Industrial Divide. Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books, Inc.,1989. p. 11 citando Adam Smith.

[6] " In relation to the substantive social sciences the argument is that the social structure of the economy, the social relations of production, necessarily develop spatially and in a variety of forms. These forms we shall call spatial structures of production." MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990. p. 68.

[7] ENTRIKIN, J. Nicholas - *The Betweenness of Place. Towards a Geography of Modernity*. Londres: Macmillan Education Ltd. ,1991 (Critical Human Geography)

também de se contar aqui essencialmente a história da indústria têxtil no noroeste, muito à maneira do contador de histórias. E é aí que ela é uma história de uma região.

"No single concept (Regionalization) helps more to redress the misleading divisions between 'micro-[scale]' and 'macro-[scale]' research ... and no single concept helps more to counter the assumption that a 'society' is always a clear-cut unity with precisely defined boundaries to it." [8]

[8] GIDDENS, Anthony - *The Constitution of Society*. Oxford: Basil Blackwell, 1986. p.111. (1ª ed. 1984).

PRIMEIRA PARTE: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

1. CRISE INDUSTRIAL E DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

1.1. A Crise e os seus Paradigmas

A "Crise" dominou o discurso dos anos oitenta, muito para além da economia. Converteu-se numa *palavra-chave*, autêntico neologismo, pelo leque alargado de significados que rapidamente foi assumindo[9]. Talvez não tivesse em si mesma tanto de original como se pensou e as dúvidas, incertezas e cepticismos que se sentiram, fossem semelhantes às que outros viveram noutros períodos históricos anteriores, de crise, de outros fins-de-século, por exemplo. Às crises que a História Universal nos retrata damos um sentido de "transição". A crise pós-fordista converteu-se progressivamente numa situação. Era a crise instalada, institucionalizada, com quem fomos obrigados a coabitar, após alguns fracassos de tentativas precipitadas para a combater e irradicar. Revelando as suas primeiras manifestações episódicas nos anos setenta, conseguiu estatuto e nome próprio nos anos oitenta. De combatida tornou-se consentida e passou a integrar o quotidiano dos indivíduos, das instituições, das políticas, das formações sociais. Deixou de ser "económica", para penetrar em todas as esferas do quotidiano. E a sua grande originalidade foi-se manisfestando sobretudo através da sua imprevisibilidade. Registou-se crescimento económico em crise. Confundiram-se fenómenos aparentemente iguais, no seu aspecto empírico, mas com causas e dinâmicas diferentes. E tudo passou a ser posto em causa. Questionou-se o modelo de crescimento económico que o sistema capitalista vinha seguindo desde o início do século, reforçado e consolidado depois da segunda guerra mundial. A falência desse modelo foi-se revelando paulatinamente não só em termos técnicos e ligados à esfera da produção, com o progressivo aumento da composição técnica e orgânica do capital e a crescente importância do que se convencionou chamar de terciário produtivo, como ainda a nível de padrões espaciais.

Como noutros períodos da história, também as ciências não tiveram capacidade de se antecipar ou adaptar rapidamente à crise pós-fordista. Para enfrentar um Mundo em crise, os modelos existentes revelaram-se obsoletos e a

ciência fragilizada e posta em causa. Rapidamente porém se assistiu a uma verdadeira explosão de propostas teóricas experimentais. Criaram-se novos paradigmas, reabilitaram-se outros, antigos, que a realidade empírica e o curso do tempo foi validando. Rotularam-se os fenómenos de "Pós-" ou "Neo-" para não pecar por excesso ou definiram-se conceitos fluídos, de contornos pouco rígidos, onde tudo pudesse caber.

A "Crise" trouxe uma outra dimensão ao novo, pela sua premência. E a palavra de ordem tornou-se a "Inovação", a modernização, ligando afinal esta "Crise" com a sua essência e as suas mais directas origens que foram as novas tecnologias de informação[10].

Para decompor analiticamente a "Crise", na perspectiva da Geografia Industrial, é preciso considerar, antes de mais, os ritmos de crescimento da indústria e as tendências de variação das taxas de lucro. Acreditou-se durante muito tempo que foi no seguimento dos primeiros choques petrolíferos que se registaram acentuadas quebras no ritmo de crescimento de alguns sectores, generalizando-se mesmo um certo declínio industrial, mensurável através de vários indicadores, o qual, embora interrompido por outros períodos de alguma recuperação, criou a imagem de uma tendência para a desindustrialização dos países mais industrializados e economicamente avançados. Rapidamente porém foi contestada a associação deste fenómeno às crises energéticas, não só porque a energia representa e representava, no início dos anos setenta, uma pequena percentagem do total de custos de produção, como porque, nalguns casos, nomeadamente nos Estados Unidos, já no início dos anos sessenta a produtividade tinha começado a baixar[11].

As progressivas mutações tecnológicas e as transformações internas do sector, independentemente dos níveis de rendibilidade do capital industrial que lhes anda associado, contribuiram também para consolidar aquilo que se procurou identificar como um processo de desindustrialização. Ora, importa analisar

---

9 JOHNSTON, R.J.; TAYLOR, P.J. (Ed.) - *A World in Crisis? Geographical Perspectives*. Oxford: Basil Blackwell, 1990 (1ª ed. 1989).

10 CASTELLS, Manuel (Ed.) - *High Technology, Space and Society*. (Urban Affairs Annual Reviews. vol. 28). Beverly Hills, California: Sage Publications, Inc.,1985. Esta obra consiste numa colectânea diversificada e abrangente da problemática do impacto das tecnologias de informação na geografia da produção e no desenvolvimento regional e compreende estudos empíricos de casos e artigos de carácter teórico. Dentre eles saliento: MASSEY, Doreen - *Which"New Technology"?* - pp.302-316.

cuidadosamente essa desindustrialização e avaliar onde, quando e em que ramos ela ocorreu ou se constituiu, como alguns têm alertado, uma mera ilusão estatística[12].

Para além disso, é preciso estabelecer a distinção entre a crise interna que afectou a indústria ou alguns ramos em particular, e a crise a nível social que as reestruturações industriais foram provocando historicamente. Do comportamento espacial destes fenómenos decorre a necessidade de equacionar o problema da crise das regiões. Porque há uma concentração territorial dos processos de crescimento, declínio e reconversão industrial, vamos ter problemas regionais mais ou menos agudos em função do posicionamento relativo das respectivas regiões num quadro territorial mais amplo de modificações nas fileiras industriais.

A evidência empírica veio demonstrar que a supressão de empregos no sector industrial não significava necessariamente um processo de desindustrialização, no sentido de perda de protagonismo por parte do sector, no processo de acumulação capitalista ou, se preferirmos, de crescimento económico. Se no final dos anos setenta se começou a assistir a situações de declínio industrial generalizado, elas não constituiam em si mesmas novidades, já que historicamente se registaram crescimentos diferenciados entre vários ramos e individualmente dentro do mesmo ramo, em diferentes períodos. A amplitude das modificações, a sua duração e as consequências posteriores das reestruturações da indústria, a partir dos anos setenta, porém, viriam a marcar profundamente os períodos subsequentes. Em termos médios, o que se passou no interior do sector industrial foi uma reestruturação determinada pela internacionalização crescente das economias. O grande motor do processo centrou-se indiscutivelmente nas mutações tecnológicas e o resultado mais rapidamente observável, a nível empírico, e de maior impacto social e político foi a queda do emprego industrial.

---

[11] PIORE, Michael; SABEL, Charles - *The Second Industrial Divide. Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books, Inc.,1989. p.13

[12] Sobre o significado do declínio do emprego industrial em relação ao emprego nos Serviços, considerei as análises de: BAILLY, Antoine - Not Post-industrial yet: a new look at regional economic systems. in, HEBBERT, Michael; HANSEN, Jens Christian (Ed.) - *Unfamiliar Territory. The Reshaping of European Geography*. Aldershot: Avebury. Gower, 1990. pp.229-235.; BAILLY, Antoine S. ; MAILLAT, Denis - *Le Secteur Terciaire en Question - Activités de Service, Developpement Economique et Spacial*. Paris: Editions Anthropos, 1986.; O'FARRELL,P.N.;MOFFAT, L.A.R.; HITCHENS, D.M.W.N. - Manufacturing Demand for Business Services in a Core and Peripherial Region: Does Flexible Production Imply Vertical Disintegration of Business Services?. *Regional Studies*. 1993.vol. 27, n.5 pp.385-400.; KERN, Horst; SCHUMANN, Michael - *El Fin de la Division del Trabajo. Racionalización en la Producción industrial: situación actual, determinación de las tendencias*. (1ª ed. alemã de 1984). Madrid: Ministerio de Trabajo e Seguridad Social, 1988.

Mas, nem as alterações tecnológicas, nem outras transformações internas do sector, fundamentalmente associadas ao aumento da composição técnica e orgânica do capital, se podem saldar numa desindustrialização generalizada. Quer a nível sectorial, quer a nível regional o figurino de situações foi muito diversificado. Por exemplo, não podemos menosprezar a perda de "performance" de alguns ramos apenas ditadas pelo declínio da procura e houve naturalmente situações de declínio industrial absoluto.

É, sem dúvida, nas alterações do processo de trabalho e nas formas que progressivamente foram surgindo de organização da produção e substituição dos factores de produção, trabalho por capital, que se devem procurar as causas das "rupturas" que se foram sentindo a partir do fim dos anos sessenta, em termos de divisão técnica do trabalho. A desqualificação relativa da mão-de-obra, a separação também cada vez maior entre as tarefas de concepção e execução e a própria libertação de mão-de-obra, apoiadas em inovações tecnológicas e conduzidas por objectivos económicos e políticos, foram responsáveis, em larga medida, pelas grandes modificações estruturais no mapa da geografia industrial. E isto essencialmente pelas repercussões sociais e políticas que acarretou, mais do que pelas consequências puramente económicas. As regiões industriais antigas e ligadas a indústrias em declínio tornaram-se um problema, não pelo facto de aqueles sectores já não assegurarem uma rendibilidade interessante ao capital, pois este, em princípio, já se teria dirigido para outros sectores e regiões ou estaria em vias de o fazer mas, pelos problemas sociais que esse declínio induziu. À excepção da indústria têxtil, praticamente todas as indústrias mais antigas e em particular as indústrias de base acabaram por vir a ser detidas pelos Estados[13], fenómeno sintomático das consequências sociais e políticas das alterações da composição orgânica do capital[14]. O capital ter-se-à desinteressado pela indústria e as suas estratégias consubstanciadas em processos de concentração

---

13 MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990. p.130; SHORT, John - *The Urban Arena. Capital, State and Community in Contemporary Britain*. London: Macmillan, 1984. Nesta segunda obra que, trata o problema das relações entre o Estado, o capital e as estruturas sociais na sua globalidade, pode-se ler na pag. 30,: Upperclyde Shipbuilders, Rolls Royce, Chrysler and British Leyland, were some of the biggest casualties in Britain's post-war economic decline, but the governments of the day bailed them out not so much because they were lame ducks but rather because they were big lame ducks, who squawked."

14 O facto da indústria têxtil nunca ter sido objecto de nacionalizações também pode estar relacionado especificamente com o tradicional predomínio de emprego feminino neste ramo industrial, ou seja, por esse facto, nunca foi problemática na manutenção de

financeira crescente atingiram a produção industrial propriamente dita, numa proporção maior ou menor, em função de um quadro mais amplo de actividades económicas e relações sociais e políticas. Ultrapassando-se a si própria, a indústria tinha conseguido crescer sózinha, controlando o mercado de trabalho e não sendo condicionada por ele. O problema da localização industrial e da procura de regiões passou a colocar-se de uma forma completamente nova[15]. As empresas, melhor, o capital passou a "usar" a diferenciação regional[16].

Assistiu-se progressivamente à diminuição relativa e posteriormente absoluta do emprego industrial, ao aumento dos empregos não-manuais à custa dos manuais e a uma profunda alteração da composição social da força de trabalho sobretudo com o crescente recrutamento de mão-de-obra feminina. E isto de forma diferenciada entre os diferentes ramos industriais, no interior de cada ramo e entre as diferentes regiões. Além dos processos e modificações internas da própria indústria, também o seu lugar e posição relativa no contexto mais amplo da economia se foi alterando, resultado por seu turno das vicissitudes sofridas pela economia e sociedade em geral.

O declínio e descentralização do emprego industrial e a dispersão mais ou menos generalizada da indústria nos anos setenta andou, com efeito, associado a outro fenómeno no âmbito mais alargado da evolução da economia mundial, que foi o desenvolvimento de grandes grupos empresariais, grandes conglomerados com estruturas complexas de múltiplas unidades industriais e/ou outras. Por detrás de um processo de fragmentação e dispersão física da indústria em termos espaciais estavam afinal processos de concentração financeira, conduzidos por uma lógica mais ampla. Intensificou-se a divisão técnica, extensificando-se a divisão social do trabalho ao mesmo tempo que a economia se passou a apresentar cada vez mais fragmentada e organizada "anarquicamente"[17],

---

equilíbrios no mercado de trabalho. Por aqui se poderá avaliar a importância da divisão do trabalho segundo o género.

[15] AYDALOT, Philippe - Le rôle du travail dans les nouvelles stratégies de localisation. *Revue d'Économie Regionale et Urbaine*.1979.n.2.p174-189. P.185.

[16] A expressão é decalcada de Doreen MASSEY, entre outros, no seu livro MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990. Na mesma perspectiva, vi: STORPER, Michael; WALKER, Richard - *The Capitalist Imperative. Territory, Technology, and Industrial Growth*. New York: Basil Blackwell, 1989. (Capítulo X : How Industries Shape Regions)

[17] Diz Andrew SAYER que uma divisão do trabalho avançada é demasiado grande e intratável para ser passível de ser controlada ex-ante e ser possível reduzir essa anarquia que a economia mundial apresenta a partir de corporações centralizadas. Daí que sejam os mecanismos do mercado que realizam o controle, no caso, ex-post, quer em economias

permitindo uma crescente capacidade de controlo sobre a produção, por parte do mercado.

Confrontada com os desafios que a inovação tecnológica lhe colocava e pressionada política e socialmente por problemas locais que a sua reestruturação/modernização ia desencadeando, a indústria reagiu de diversas formas. Desde o encerramento definitivo de estabelecimentos industriais, à interiorização dos custos da libertação de mão-de-obra, reajustando estratégias de médio e longo prazo a uma não-intervenção, mantendo uma sobrevivência expectante, assistimos a várias situações em que a vivência da crise se processou localmente, sem alterações observáveis a nível das estruturas espaciais. A tendência dominante das respostas da indústria às novas regras provocou, porém, profundas modificações de localização e fluxos importantes de deslocação de estruturas produtivas e produtos. Registou-se, em muitos ramos e regiões, uma tendência crescente para a desintegração vertical das estruturas produtivas em oposição à verticalização dominante em épocas anteriores.[18] Muitas cadeias produtivas segmentaram-se e as diferentes fases deslocaram-se para os locais que se lhes ofereciam como mais vantajosos. Foi a procura desenfreada de mão-de-obra barata e não organizada e de mercados de grande dimensão. Estratégias de segmentação e subcontratação generalizaram-se, partindo necessariamente de países industrializados e com economias fortes e desenvolvidas em direcção a regiões e países menos industrializados e excêntricos em relação aos focos históricos mais importantes do capitalismo industrial ou, localmente, explorando as virtualidades de franjas marginais do mercado de trabalho. Todo este processo se viria finalmente a saldar numa crescente mobilidade do capital, entre sectores e entre regiões, cabendo-lhe, afinal, o papel de grande construtor do Sistema-Mundo, do Capitalismo Global. Internacionalização das economias e Capitalismo Global converteram-se nas regras determinantes que o comportamento da indústria, individualmente passou a ter de respeitar.

O desenvolvimento do capitalismo industrial foi estabelecendo, à escala mundial e desde o seu início, um cenário regional próprio. As diferenças regionais foram utilizadas e definidas segundo um modelo que assegurou a maximização dos ritmos de crescimento económico, constituindo nomeadamente uma condição de

---

ditas de mercado, quer nas (ex)planificadas centralmente. SAYER, Andrew - Radical Geography and Marxist political economy: towards a re-evaluation. *Progress in Human Geography*.1992.vol16.n.3.pp343-360.

sobrevivência do sistema. Particularmente a partir da Segunda Grande Guerra e ao longo das décadas seguintes de recuperação económica, consolidou-se a dualidade do mundo desenvolvido e mundo subdesenvolvido. Assumiu-se a existência do assim designado Terceiro Mundo. Perceberam-se os mecanismos que prepetuavam a dicotomia e os limites físicos dos dois "mundos" estavam claros e comunmente aceites. As propostas de abordagem teórica desta realidade dual foram muitas e das teses terceiro-mundistas da dependência, ao modelo centro-periferia, com todas as suas variações, depressa o discurso se converteu menos em analítico para passar a prospectivo e interveniente. Era preciso desenvolver o mundo subdesenvolvido, apesar da consciencialização crescente de que, este último, constituia a razão de existir do primeiro. Atenuar as desigualdades regionais era objectivo prioritário das políticas nacionais de países divididos[19].

O modelo dominante da divisão espacial do trabalho, nas vésperas da crise dos anos setenta, pautava-se assim pela existência de regiões industrializadas e regiões desprovidas de indústria, associando-se respectivamente a cada uma delas uma classificação na escala do desenvolvimento económico, de desenvolvidas a sub-desenvolvidas. As reestruturações ocorridas mais tarde, trazidas pela "Crise", criando novas formas de produzir e organizar essa produção, afastar-se-ão do modelo espacial então existente. A diminuição do emprego industrial e os fenómenos de segmentação de cadeias produtivas com deslocação espacial de algumas das fases, pareciam apontar no sentido global de uma tendência dispersiva da indústria. Acreditou-se mesmo que a dispersão da indústria se viria a converter no novo padrão espacial dominante. A esta postura não foi alheio um facto particular. Ainda debaixo dos primeiros tempos da crise e quando praticamente todos os países desenvolvidos se debatiam com graves problemas de produção e sociais nas suas regiões mais industrializadas, algumas regiões industriais conseguiram manter a sua vitalidade e registar um crescimento económico aparentemente já impossível. Encontravam-se nesta situação basicamente dois tipos de regiões: regiões de industrialização recente, com indústrias tecnologicamente avançadas, ligadas nomeadamente às tecnologias de informação (*Sillicon Valley* e *Route 128* nos Estados Unidos da América e *M4 Corridor*

---

[18] SCOTT, Allen – *Metropolis: from the division of labor to urban form*. Berkeley: University of California Press, 1988.

[19] Perroux fez uma espécie de balanço global e crítico do que foi o desenvolvimento regional no Mundo em: PERROUX, François - *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*: Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. (1ª ed. em Francês, de 1981 – Aubier: Les Presses de l'Unesco)

em Inglaterra) e regiões com indústrias tradicionais, organizadas preferencialmente em Pequenas e Médias Empresas (PME) num arranjo espacial marcado pela dispersão ao longo de bacias de emprego delimitadas (Bad-Würternberg na Alemanha e "Terceira Itália", regiões do Nordeste e Centro da Itália)[20], trazidas para o conhecimento internacional, em primeira mão, por Michael Piore e Charles Sabel, em 1984[21].

Acreditou-se, à luz dos casos atrás referidos, que o sucesso económico das respectivas regiões estaria associado, em grande parte, a um padrão territorial das unidades industriais – proliferação de pequenas e médias empresas em bacias de emprego delimitadas. Mas, o quadro regional de refência para a "Crise" não podia circunscrever-se ao barómetro da concentração ou dispersão das indústrias, até porque também aqui é preciso avaliar a globalização dos processos.

As propostas teóricas inspiradas na perspectiva da divisão espacial do trabalho que, há mais de quinze anos, têm sido desenvolvidas e testadas por geógrafos, em casos empíricos e que adiante serão analisadas em pormenor, devem a sua popularidade precisamente ao carácter integrado das suas concepções[22]. A sua grande riqueza reside, sem dúvida, no facto de permitirem tomar cada região no seu todo, identificando o jogo de forças de cuja conjugação resulta a respectiva estrutura espacial, fruto de processos de diferentes amplitudes e a diferentes escalas. Nas abordagens da divisão espacial do trabalho encontramos, além do mais, em termos teóricos, posturas de compromisso entre as teses marxistas tradicionais da economia política e práticas empíricas marcadas pelo que Andrew Sayer chamou de "realismo"[23].

---

20 SAXENIAN, Anna Lee - Silicon Valley and Route 128: Regional Prototypes or Historic Excepcions? in, CASTELLS, Manuel (Ed.) - *High Technology, Space and Society*. Urban Affairs Annual Reviews, vol 28,Beverly Hills,Sage Publi. Inc.,1985.pp.81-105.

21 PIORE, Michael; SABEL, Charles - *The Second Industrial Divide. Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books, Inc.,1989..

22 Como obra pioneira e marco de referência para todos os desenvolvimentos posteriores desta corrente geográfica, pode referir-se MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990.

23 O "realismo" de Andrew SAYER decorre das suas concepções de investigação extensiva e intensiva e não pode ser reduzido a um empirismo. É acima de tudo uma postura crítica e atenta às diversas teorias que deve conduzir a investigação empírica. SAYER, Andrew - Realism and Geography. in JOHNSTON, R. J. (Ed.) - *The Future of Geography*. London: Methuen, 1985. pp.159-173 e SAYER, Andrew - Radical Geography and Marxist political economy: towards a re-evaluation. *Progress in Human Geography*. 1992. vol16,nº3. pp.343-360.

Ainda em termos médios e como grande balanço para o tempo da "Crise", a abordagem da divisão espacial do trabalho apontou uma grande modificação no mapa regional do mundo. A crise trouxe o fim da dicotomia centro-periferia, mundo desenvolvido *versus* mundo subdesenvolvido, medida apenas segundo o padrão de concentração relativa das estruturas produtivas. As diferenças, embora ligadas a relações de dependência, domínio ou controlo, também anteriormente existentes, passaram a estabelecer-se de outra forma e a definir um cenário territorial diferente. Passaram a desenvolver-se segundo a lógica do capitalismo global, da integração financeira e, a nível da repartição espacial do aparelho produtivo, conduziram a um cenário onde as diferenças se passaram a estabelecer mais segundo a escala de funções, da concepção e controlo à execução e menos em função da distribuição física das unidades produtivas, a qual perdeu significado relativo em si mesma. Tais modificações obrigaram naturalmente a um reequacionar do conceito de desenvolvimento e política regional. A compreensão dos trajectos de declínio e ressurgimento de muitas regiões deixou de ser possível apenas pela abordagem económica. As regiões de industrialização mais antiga entraram em várias trajectórias diferentes, ditadas essencialmente pela sua capacidade de inserção no sistema global e as novas localizações industriais definiram regiões com estruturas também diferenciadas em função dos processos que as determinaram.

Dissecando os mecanismos de raíz marcadamente económica e ligados à produção e à integração da economia no capitalismo global, a tentativa de compreensão da crise levou a que se valorizasse o papel de dois factores específicos: o Estado e a sua acção reguladora e as formações sociais. O primeiro, foi ele próprio desafiado pelas novas regras, ganhando protagonismo nalguns campos e perdendo-o noutros (sobretudo naqueles - muitos - cujas decisões passaram para a escala supranacional)[24]. As segundas, vítimas sem dúvida das alterações estruturais da indústria e da economia, foram acima de tudo agentes intervenientes ou forças de pressão.

Ao tentar avaliar a verdadeira dimensão do papel dos grupos sociais, para além da análise estatística do mercado de trabalho ou da procura e consumo de

---

[24] JOHNSTON, R.J. - The state, the region and the division of labor. in SCOTT, Allen; STORPER, Michael (Eds) - *Production, Work and Territory. The Geographical Anatomy of Industrial Capitalism*. Boston, Allen and Unwin, 1986. pp 265-280. SHORT, John - *The Urban Arena. Capital, State and Community in Contemporary Britain*. London: Macmillan, 1984. SCOTT, Allen J. – *Regions and the World Economy. The Coming Shape of Global Production, Competition, and Political Order*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

produtos na esfera limitada da reprodução, o discurso económico humanizou-se, socializou-se. Da sociologia industrial viriam importantes contribuições para o debate em torno da crise. Modificando-se as abordagens sociológicas sobre os conceitos e definição das classes sociais, passando-se a privilegiar o critério das relações (de troca, produção, divisão do trabalho, poder ou exploração), em detrimento da leitura da estratificação social segundo o critério da gradação[25], assumiu cada vez maior importância a componente espacial em sociologia. Assim se chegou à compreensão da importância do carácter espacialmente diferenciado do comportamento das classes sociais e ao conceito de classe regional[26] e, também por aqui, se procurou compreender melhor como funcionam as regiões.

Daqui também decorreu a necessidade de dar particular atenção à questão das estruturas organizacionais do capital, devido à crescente importância dos grandes grupos empresariais internacionais e ao papel que as suas estratégias tiveram na configuração da actual divisão internacional do trabalho e no processo de marginalização de certas regiões que, embora industrializadas, não possuem qualquer tipo de controlo efectivo sobre os seus meios de produção nem capacidade para fixar os lucros nelas gerados. Apesar disso, "Regionally based capital is not necessarily regionally loyal"[27]. O facto de dominarem os capitais locais e a "posse" local dos meios de produção, não deixa necessariamente melhor uma região, não só por relações de dependência que possam existir através de situações de subcontratação, deixando o controlo no exterior, como pela organização geral do mercado mundial de um ramo industrial, onde os produtores locais podem não deter um lugar de destaque nem possuirem capacidade de pressão, sejam os têxteis, os componentes electrónicos ou a indústria automóvel. Em suma, a internacionalização de uma economia, seja a que escala for, não passa apenas por investimentos de capital estrangeiro, ela pode operar-se a nível de dependências comerciais e ligações financeiras ou políticas e de pressão de vários tipos que aparentemente não provocam nenhuma alteração visível nas regiões em questão. Elas far-se-ão sentir, sobretudo os seus efeitos negativos, em períodos de crise.

---

25 THRIFT, Nigel; WILLIAMS, Peter - The Geography of Class Formation. in THRIFT, Nigel;WILLIAMS, Peter - *Class and Space. The making of urban society*. London: Routledge & Kegan Paul, 1987.pp1-22.

26 MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990.

Alterações profundas no processo de produção, associadas não só às novas tecnologias de informação como a modificações políticas e sociais e a novas formas de consumo e reprodução social, decorreram, em suma, num quadro territorial em profunda mudança.

As propostas teóricas de abordagem das componentes económica e social (sem objectivos assumidamente geográficos) destes processos e os modelos analíticos que registaram maior desenvolvimento, suscitando uma larga discussão entre defensores e críticos, enquadram-se no que globalmente podemos designar por debate sobre o "Pós-fordismo". Aqui se incluem a Escola Francesa da Regulação e os teóricos da Acumulação Flexível e, integrada nestas perspectivas mas, com um desenvolvimento autónomo de grande impacto na investigação em ciências sociais, toda a literatura sobre a Teoria dos Ciclos Económicos nas suas mais diversas formulações. De comum entre estas escolas de pensamento, regista-se uma marcada influência das teses marxistas de interpretação do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial.

1.1.1. Os Ciclos Económicos

A Teoria dos Ciclos Económicos (ou ondas longas) foi inicialmente formulada por Nicolai Kondratieff, economista russo, em 1926, o qual identificou ciclos no crescimento económico, com uma duração aproximada de 50 anos. Os ciclos da economia, constituidos por períodos de expansão e crescimento seguidos pela recessão e o declínio, não seriam, segundo Kondratieff, provocados mas, acompanhados por alterações tecnológicas. Não eram assim necessariamente as inovações que provocavam as retomas do crescimento mas, cada ciclo de crescimento era protagonizado por (e identificado com) um ou vários sectores industriais, cuja estagnação ou declínio relativo viriam a corresponder ao posterior período de recessão económica[28].

---

[27] Idem. p.102.

[28] É vasta a bibliografia sobre os ciclos económicos, seu conteúdo e importância ao longo do tempo. Dentre as diversas obras, vi: MANDEL, Ernst - *Late Capitalism.* (1ª ed. 1972). London: Verso, 1987; MENSCH, Gerhard - *Stalemate in Technology: Innovations Overcame the Depression.* (1ª ed. 1975) New York: Ballinger, 1979; HALL, Peter; PRESTON, Paschal - *The Carrier Wave. New Information and the Geography of Innovation.1846-2003.* London: Unwin Hyman Ltd., 1988, que se propõem fazer uma "Geografia da Inovação" e, com particular atenção à componente regional do desenvolvimento dos ciclos, a do geógrafo Michael MARSHALL - *Long Waves of Regional Development.* London: Macmillan Education Ltd, 1987. Nos chamados neo-Schumpeterianos, destaca-se FREEMAN, Christopher; CLARK,John; SOETE, Luc

Embora em 1939, Schumpeter tenha retomado o modelo de Kondratieff e desenvolvido novas hipóteses explicativas, estabelecendo uma relação de causalidade entre as inovações e a retoma do crescimento, através do processo que designou por "creative-destruction"[29] protagonizada pela entrada maciça de empresários em actividade e, mais tarde, Ernest Mandel[30] e Gerhard Mensch[31] se tenham também debruçado sobre o carácter cíclico da economia, a Teoria dos Ciclos Económicos só viria a ser divulgada e a gozar de real popularidade, nos anos oitenta, fenómeno sintomático das preplexidades que as perturbações da economia, na época, criaram. Ignorada durante os anos cinquenta e sessenta, de grande crescimento económico, a sua oportunidade de retoma surge no final dos anos setenta, quando as teorias keynesianas perdiam capacidade analítica e eram cada vez mais postas de lado. Os desenvolvimentos mais recentes da Teoria dos Ciclos Económicos viriam em grande parte a ser dominados por posturas neo-Schumpeterianas, facto provavelmente decorrente do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e da crescente expansão de actividades de investigação e desenvolvimento nas economias mais avançadas[32].

Ao contrário da filosofia marxista original, do materialismo dialéctico, a teoria dos ciclos económicos perspectiva saídas cíclicas para as crises económicas, isto é, na situação concreta dos anos oitenta, permitiu alimentar a espectativa

---

- *Unemployment and Technical Innovation - A study of Long Waves and Economic Development*. London: Frances Pinter Publishers, 1982. De carácter mais empírico são importantes alguns estudos do Grupo de Trabalho das Regiões de Industrialização Antiga, da União Geográfica Internacional, dos quais se pode destacar o de GRITSAI, Olga; TREIVISH, Andreï; VANDERMOTTEN, Christian - Les vielles régions industrialisées européennes dans la perspective historique globale des rapports 'Centre-péripherie'. *Revue Belge de Geographie*. 1992.n.1 a 4. pp.7-39.

[29] HALL, Peter; PRESTON, Paschal - *The Carrier Wave. New Information and the Geography of Innovation.1846-2003*. London: Unwin Hyman Ltd., 1988. p.8 . Sobre o determinismo tecnológico da Teoria dos Ciclos Económicos, segui também Harald BATHELT - Erklärungsansäzte industrieller Standortentscheidungen. *Geographische Zeitschrift*. 80Jhrg. Hft4.1992. pp.195-213.

[30] MANDEL, Ernst - *Late Capitalism*. (1ª ed. 1972). London: Verso, 1987.

[31] MENSCH, Gerhard - *Stalemate in Technology: Innovations Overcame the Depression*. (1ª ed. 1975) New York: Ballinger, 1979. Referido em HALL, Peter; PRESTON, Paschal - *The Carrier Wave. New Information and the Geography of Innovation.1846-2003*. London: Unwin Hyman Ltd., 1988 e MARSHALL, Michael - *Long Waves of Regional Development*. London: Macmillan Education Ltd, 1987.

[32] Para além das obras já citadas, são importantes algumas sínteses críticas, apresentadas noutros trabalhos: DUNFORD, M.- Theories of Regulation. *Environment and Planning D: Society and Space*, 1990, vol.8, p.297-321.p.299; MARSHALL, Michael - *Long Waves of Regional Development*. London: Macmillan Education Ltd, 1987. pp.19-47 e BATHELT, Harald - Erklärungsansätze industrieller Standortentscheidungen. Kritische Bestandsaufnahme und empirische Überprüfung am Beispiel von Schlüsseltechnologie-Industrien. *Geographische Zeitschrift*. 1992. Hft.4.pp195-213.

(inevitável até) de retoma do crescimento económico que o curso da história se encarregaria de engendrar, à semelhança do passado e não necessariamente segundo uma via única pré-conhecida. A reabilitação da Teoria dos Ciclos Económicos foi porém conduzida fundamentalmente por autores de formação marxista, destacando-se como pioneiros Ernst Mandel e Gerhard Mensch e inseriu-se no processo de importância crescente da componente histórica nas ciências sociais.

Nas suas novas formulações, com destaque para a obra pioneira de Mandel, a teoria dos ciclos económicos converteu-se num instrumento previlegiado de análise regional, já que "é, de forma evidente, uma teoria do desenvolvimento desigual de diferentes sectores industriais e diferentes territórios regionais e nacionais" e pode ser "enquadrada nas caracteristicas básicas e gerais do sistema capitalista"[33]. Mas uma utilização da teoria apenas como quadro de referência dos processos de desenvolvimento económico desigual é naturalmente limitativa e determinista. "O que é preciso é uma perspectiva que identifique o papel que o desenvolvimento regional desigual desempenha no curso das ondas longas, mais do que aceitar as diferenças regionais apenas como o resultado de forças globais ou abstractas, pré-determinadas"[34]. O facto das construções recentes da teoria se terem fundamentado mais na abordagem de Schumpeter e na evolução das inovações tecnológicas e menos nas verificações empíricas originais de Kondratieff, assentes nas variações dos preços dos bens, justifica também que o seu desenvolvimento se tenha processeado num quadro de análise regional.

Na mesma linha de leitura geográfica do modelo dos Ciclos Económicos desenvolveram-se várias investigações teóricas e estudos de casos[35].

Michael Marshall debruçou-se especificamente sobre a demonstração da componente regional no desenvolvimento das ondas longas, através do estudo da evolução histórica da indústria na Grã-Bretanha, conseguindo uma articulação entre a reformulação teórica de Mandel e as abordagens da "escola" geográfica da Divisão Espacial do Trabalho, concluindo fundamentalmente que existe uma forte componente regional nos ciclos da variação industrial e demonstrando que as ondas não se limitam aos valores dos preços dos bens, mas há alguma base

---

33 MARSHALL, Michael - *Long Waves of Regional Development.* London: Macmillan Education Ltd, 1987. p.9

34 Idem. p.10

empírica para as identificar na actividade industrial.[36] Não são apenas as variações nas taxas de lucro que provocam fluxos de capitais de um sector para outro ou entre regiões; nem sempre aliás esses diferenciais os provocam.

Michael Storper já havia descrito os processos de reestruturação periódica dos sectores industriais determinados pelo movimento contínuo de evolução tecnológica e organizacional, precisamente através do recurso à teoria dos ciclos, mostrando a relação entre as ondas curtas de Kuznets[37] e as longas de Kondratieff e como isso se traduz a nível das estratégias individuais de curto e longo prazo das empresas[38]. Basicamente, ele alertara para o facto de individualmente, as empresas só à posteriori poderem avaliar os efeitos dos diferenciais das taxas de lucro e procederem a alterações na produção, a nível técnico ou outros, ou tomarem novas opções sobre prioridades de investimento no sector ou fora dele. Este aspecto é fulcral para se compreenderem as oscilações de um ramo industrial como o têxtil, com um longo passado histórico.

Michael Marshall centrou essencialmente a sua argumentação nas teorias de Mandel e na controvérsia entre este e outros (nomeadamente Straffa) sobre a reintrepretação da Lei Tendencial para a Queda da Taxa de Lucro de Marx, à luz da evolução (e capacidade imprevisível de sobrevivência) do sistema capitalista. A principal questão que uns e outros procuravam resolver é a de saber até que ponto são factores exógenos ou endógenos ao sistema de acumulação capitalista que desencadeiam as retomas de crescimento económico nos períodos de recessão e consequentemente o aparecimento de uma nova onda longa. E é precisamente aqui que a componente geográfica (espacial) desempenha um papel fundamental, uma vez que, quer o aparecimento de inventos, a aplicação de inovações tecnológicas, o comportamento dos empresários e outros intervenientes na evolução cíclica da economia, assumem um comportamento

---

35 GREGORY, Derek – *Regional Transformation and Industrial Revolution: A geography of the Yorkshire Woolen Industry*. London: Macmillan,1982.

36 MARSHALL, Michael - *Long Waves of Regional Development*. London: Macmillan Education Ltd, 1987. p.103 e seg.

37 S. KUTNETZ identificou ciclos curtos no interior dos ciclos longos de Kondratieff e Schumpeter, em 1940. HALL, Peter; PRESTON, Paschal - *The Carrier Wave. New Information and the Geography of Innovation.1846-2003*. London: Unwin Hyman Ltd., 1988. p.72 e MARSHALL, Michael - *Long Waves of Regional Development*. London: Macmillan Education Ltd, 1987. p.32.

38 STORPER, Michael - Technology and Spatial Production Relations: Disequilibrium, Interindustry Relationships, and Industrial Development. in CASTELLS, Manuel (Ed.) - *High*

regional diversificado. Para Mandel, como para outros, as ondas longas não são ciclos regulados internamente[39] nem reflectem qualquer dinâmica cíclica de autoreprodução do sistema, antes resultam da articulação de mecanismos económicos endógenos e factores sociais e políticos exógenos[40]. A sobreacumulação de capital fixo e a queda da taxa de lucro conduzem ao declínio do ciclo. Durante esta fase, a destruição de parte dos stocks de capital-fixo (falências de unidades produtivas, etc.) levará à redução da composição orgânica do capital na economia e revitalizará a taxa de lucro. Isto estimulará os investimentos e possibilitará uma retoma de crescimento e o início de novo ciclo. Mas os sucessivos ciclos de investimento não se limitam a substituir ou alargar os stoks de capital fixo no nível primitivo. Antes, cada período de expansão dos investimentos envolve avanços em novas tecnologias. Vários factores podem estimular a expansão da acumulação pela reconstrução do capital fixo num nível mais elevado de productividade técnica até ser atingido um novo "tecto" de sobreprodução, desde descidas nos preços de bens de capital ou bens de consumo, salários e outros. Em qualquer circunstância, os pontos de viragem para o crescimento, serão sempre, segundo Mandel, conseguidos através da actuação de forças exógenas (sociais e políticas) e não endógenas. Michael Marshall é crítico quanto a este determinismo e tenta pôr em evidência, através do seu estudo empírico, a capacidade intrínseca das regiões em intervir nos respectivos destinos.

Os mecanismos que originam a sucessão dos ciclos continuam de qualquer forma a constituir uma matéria controversa entre os economistas, os quais tentam avaliar o peso relativo das forças endógenas económicas e as exógenas decorrentes das modificações tecnológicas e, nesse contexto, a contribuição da investigação geográfica é indispensável ao debate. M. Marshall ainda que, como ele próprio reconheceu, tenha trabalhado sobre uma informação e variáveis susceptíveis de introduzir algumas distorções na análise, nomeadamente tomando o emprego industrial por falta de disponibilidade de séries temporais longas de outros indicadores melhor adequados ao estudo da evolução da indústria, como fossem outputs ou rendibilidade, deu um inestimável contributo à Geografia Industrial contemporânea. O seu estudo pode ser considerado demasiado descritivo, faltando-lhe uma teorização sobre como os "actuais mecanismos de

---

Technology, Space and Society. Urban Affairs Annual Reviews. vol. 28. Beverly Hills, California: Sage Publications, Inc.,1985. p.265 a 283.

[39] MARSHALL, Michael - *Long Waves of Regional Development*. London: Macmillan Education Ltd, 1987. p.37

concorrência segundo os quais os preços dos bens, as inovações na produção de tecnologia, as taxas de lucro, a luta de classes sobre os processos de trabalho e as estruturas políticas se articulam com uma dinâmica que apresenta oscilações mais ou menos sistemáticas"[41]. De qualquer forma, a sua obra apresenta uma pormenorizada análise dos processos de reestruturação das indústrias e regiões da Grã-Bretanha em relação às flutuações económicas de nível macro-espacial, desde os primórdios da Revolução Industrial e pode constituir uma metodologia a ensaiar noutras realidades regionais.

Outros estudos de carácter empírico, particularmente úteis e oportunos foram desenvolvidos no âmbito do grupo de trabalho das regiões de industrialização antiga da União Geográfica Internacional. Destes, gostaria de referir os resultados de um em particular, no qual se apresenta uma proposta de classificação estrutural das regiões europeias, à escala meso-regional (para a totalidade do Continente Europeu), em função dos mecanismos cíclicos da economia, descritos pelas teorias das ondas longas[42], estabelecendo especificamente para a Europa Comunitária (12 países) e para a sua divisão regional de nível NUT II, cenários prospectivos para o futuro, equacionados em função das probabilidades de convergência ou divergência entre as regiões desiguais.

Fundamentalmente, no estudo em questão, procedeu-se a uma análise cronológica do desenvolvimento dos ciclos de Kondratieff, num exercício espacializado que tentou identificar, para cada período, o comportamento das regiões, quer das que protagonizaram as "retomas do crecimento" e onde se operou a implementação de inovações e o arranque de sectores industriais "de ponta", quer a articulação (ou desarticulação) das que se foram constituindo em periferias. Perspectivadas sistematicamente em função das suas heranças e do seu funcionamento no período, as regiões ficam assim retratadas em todo o seu passado e é possível perspectivar-lhes uma tendência evolutiva.

---

[40] Idem, Ibidem.

[41] GIBSON, Katherine - MARSHALL, Michael - *Long Waves of Regional Development.* London: Macmillan Education Ltd, 1987. Book Reviews. *International Journal of Urban and Regional Research.*

[42] GRITSAI, Olga; TREIVISH, Andeï; VANDERMOTTEN, Christian - Les Vielles Régions Industrialisées Européennes dans la Perspective Historique Global des Rapports Centre-Péripherie. *Revue Belge de Geographie.* 116ème année, 1992. Fasc.1-4 pp.7-39.

Sem reproduzir o estudo em toda a sua extensão e ainda que evidenciando-se algumas generalizações excessivas, não obstante o pormenorizado nível espacial de análise, é pertinente considerar a caracterização que os autores ali apresentam para a região de industrialização antiga no Norte de Portugal que inicialmente identificam, num ensaio de cartografia das regiões centrais, semi-periféricas e periféricas europeias.

A mancha em questão, de contornos talvez um pouco imprecisos, corresponde a um estreito rectângulo litoral que se estende desde um pouco a Norte do Porto até um pouco a sul de Aveiro, incluindo para o interior o centro urbano de Coimbra. Segundo a tipologia de caracterização, insere-se nas regiões semi-periféricas e integra as regiões de industrialização antiga, diversificadas (geralmente do início da indústria têxtil) e regiões de tradição mercantil e artesanal, muitas vezes com novos desenvolvimentos recentes.[43]

Este tipo de regiões distingue-se radicalmente de outras, também de industrialização antiga mas integradas, economicamente, no "centro". As últimas corresponderam ao "arranque" de um ciclo e industrializaram-se em sectores que perderam posteriormente a sua capacidade de inovação tecnológica enquanto que, as primeiras desenvolveram um processo de industrialização fora do tempo, isto é, industrializaram-se durante a terceira ou quarta vaga de Kondratieff, mas segundo um modelo tecnológico, organizacional e espacial anterior, nomeadamente a partir de sectores industriais característicos da primeira e da segunda ondas o que nunca se traduziu numa repetição histórica mas num processo diferente, numa nova conjuntura global (por exemplo a nível das fontes de energia) e debaixo de um novo quadro regional de dependências.

Tais processos de industrialização em sectores, ao tempo, em ritmo lento de crescimento ou mesmo em declínio em regiões "centrais" de anteriores ciclos económicos, são descritos normalmente como tardios e foram regra geral conduzidos por investimentos directos estrangeiros ou em articulação com redes comerciais e financeiras transnacionais. As regiões onde eles ocorreram, não obstante terem gozado de grande prosperidade em determinadas épocas, ficariam de qualquer forma sempre privadas do controlo financeiro e de gestão do seu crescimento. A evidência empírica mostra ainda que, regra geral estas regiões

---

[43] GRITSAI, Olga; TREIVISH, Andeï; VANDERMOTTEN, Christian - Les Vielles Régions Industrialisées Européennes dans la Perspective Historique Global des Rapports Centre-Péripherie. *Revue Belge de Geographie*. 116ème année, 1992. Fasc.1-4 pp.7-39. p.24 e 25.

raramente se converteram, posteriormente, em áreas atractivas para novos investimentos industriais. Internamente e decorrente das teias de dependência exterior em que se desenvolveram, também regra geral, nunca criaram condições ao aparecimento de centros urbanos de dimensão e centralidade importante, nem a uma rede urbana articulada.

A ligação entre o desenvolvimento dos ciclos económicos e o processo de urbanização é aliás um elemento essencial para a compreensão do desenvolvimento da tipologia de regiões a que os autores chegaram. As regiões do "centro" da Europa, ou seja aquelas que, "à escala meso-regional, intra-europa, concentram inconstestavelmente o poder de comando económico e eventualmente político ao mais alto nível"[44] correspondem a áreas metropolitanas ou centros urbanos capitais multifuncionais (com maior ou menor peso relativo da indústria) ou a regiões industrializadas fortemente urbanizadas[45]. Independente do crescimento urbano ter antecedido ou não o industrial, o que é certo é que estas áreas conseguiram assegurar, em todas as épocas históricas, um efectivo controle sobre o seu crescimento. Daí que os grandes centros urbanos que lhes estão associados sejam normalmente vistos como os centros da inovação e da modernidade. A desindustrialização e terciarização pioneira de alguns é um retrato dessa capacidade de rápida reconversão em função de novas conjunturas e anda necessariamente associada a uma transferência da base produtiva para outras regiões que naturalmente serão por eles controladas. Assim se explica o facto de aqueles centros corresponderem às únicas regiões de industrialização antiga, actualmente com dinamismo económico crescente e diversificado. Todas as outras regiões de industrialização antiga, qualquer que tenha sido o ciclo do seu arranque e independentemente dos sectores industriais em que se especializaram (normalmente monofuncionais), desprovidas de uma rede urbana dinâmica, converteram-se, nas etapas posteriores, em áreas "abandonadas" pelos investimentos produtivos[46]. Cada ciclo criou as suas regiões e provocou os seus rearranjos nas pré-existentes.

---

[44] Idem, p.23

[45] Idem, Ibidem.

[46] Idem, p.20 e seg. Por exemplo, a industrialização fordista dos anos 60, típica da fase A do 4º ciclo de Kondratieff, dominada pela construção automóvel, as construções elécticas e a química, beneficiou sobretudo as zonas de industrialização portuária ou as bacias de mão-de-obra, sem uma industrialização anterior, quer no centro, quer nas franjas, mesmo as da periferia exterior. p.33

Assim, nas regiões que só tardiamente vieram a ser integradas pela extensificação do processo de acumulação, "a urbanização é uma característica secundária do crescimento industrial"[47]. As virtualidades oferecidas por estas regiões de expansão consistiram, na maior parte dos casos, na existência de uma tradição artesanal rural ou semi-rural e na disponibilidade de energia (eléctrica na 3ª onda de Kondratieff), na proximidade de portos de mar, centros de construção naval ou de transformação de produtos coloniais.[48] A deslocação de investimentos de uma região (central) para outra (periférica), concretizada através da capacidade do capital converter trabalhadores isolados numa força de trabalho organizada, beneficiou das diferenças, mesmo que temporárias, existentes entre as formas de produção recém-introduzidas e os modos de consumo, ainda ligados a estruturas tecnológicas e organizacionais anteriores[49].

1.1.2. O Ciclo de Vida do Produto

Na linha das teorias que explicam o desenvolvimento económico a longo prazo, é importante ter também em conta a teoria do ciclo do produto, formulada inicialmente por R. Vernon, em 1966[50] e muito explorada e usada desde então[51], quer isoladamente, quer no contexto mais amplo e, no presente estudo, mais importante, das relações entre os processos de extensificação da acumulação capitalista e as estruturas territoriais.

---

47 Idem, p.18

48 Idem, Ibidem. Como regiões paradigmáticas deste tipo, os autores referem a região de Lodz na Polónia e a Valónia, na Bélgica .
No âmbito do mesmo Grupo de Trabalho, outro autor fornece uma tipologia das regiões de industrialização antiga, sem seguir uma metodologia assente na Teoria das Ondas Longas: BATTIAU, M. - Essai de typologie des régions anciennement industrialisées. *Revue Belge de Geographie*. 116ème année. 1992, Fasc.1-4.pp.67-76.
As regiões em questão, correspondem, neste estudo ao que ali é definido como "Terceira Família: regiões rurais ou fracamente urbanizadas que adquiriram cedo ("anciennement") uma função industrial notável."(p.73) e o o seu crescimento é também associado à indústria têxtil.

49 AYDALOT, Philippe - Le rôle du travail dans les nouvelles stratégies de localisation. *Revue d'Économie Regionale et Urbaine*.1979.n.2.pp174-189.

50 VERNON, R. – International Investment and International Trade in the Product Cycle. *The Quarterly Journal of Economics*. 1966, vol.41., pp.255-267.

51 Nos anos setenta e, com maior evidência, nos anos oitenta, muitos dos teóricos da nova divisão internacional do trabalho, regulacionistas, alguns deles, recorrem e desenvolvem trabalhos empíricos segundo o modelo do Ciclo de Vida do Produto: Alain LIPIETZ, Philippe AYDALOT, Doreen MASSEY, entre outros. Rolf Sternberg analisou expecificamente a possível variante regional da teoria do ciclo de vida do produto: STERNBERG, Rolf – Regional Growth

Basicamente, a teoria do ciclo do produto define, ao nível dos produtos, um ciclo de vida semelhante ao processo de envelhecimento dos seres vivos, dividido em três fases: fase de desenvolvimento ou inovação, fase de maturidade ou de crescimento e fase de normalização[52]. A evidência empírica conduziu a que se identificasse com efeito, um ciclo do produto ao longo do qual certos indicadores económicos (produto, custos e preços) assumem variações temporais e espaciais típicas segundo aquelas fases de desenvolvimento desse mesmo ciclo[53]. Esta teoria viria a ser retomada nos anos oitenta com mais intensidade, para analisar as reestruturações regionais e em particular para estudar o processo de desenvolvimento de regiões supostamente dependente de ciclos de vida de produtos.

Apesar desta teoria ter oferecido algumas contribuições de grande valor para a compreensão dos processos de extensificação territorial da acumulação capitalista, não parece existir uma base empírica suficientemente consolidada, para a validar em toda a sua extensão. Segundo Storper e Walker não haverá mesmo nenhum *percurso natural* do crescimento industrial, nem o aparecimento de produtos industriais completamente novos é a única força capaz de induzir crescimento industrial, como pressupõe a teoria.[54]

No caso da indústria têxtil do algodão, estes problemas põem-se com particular incidência, uma vez que nunca terá existido uma substituição completa de um produto por outro, totalmente novo e as alterações a nível da configuração do produto, sempre se processaram de uma forma bastante independente do ciclo de vida das respectivas máquinas. O mesmo produto, como adiante se verá, é passível de ser produzido com tecnologias diversas. Para além disso nem sempre há uma correspondência territorial entre os produtos e as áreas de produção. Houve sim, historicamente, ciclos de tipos de produtos afectos aos territórios onde os mesmos ciclos se desenvolveram. O caso das estamparias de Lisboa e

---

Theories anda High-Tech Regions. *International Journal of Urban and Regional Research*. 1996. vol20. pp518-538.

52 A Teoria do Ciclo do Produto decalca o modelo da curva em S ou curva logística estudada em fenómenos biológicos e que descreve a rapidez de penetração de um fenómeno num meio. STOFFAES, Christian - *A Crise da Economia Mundial*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991. p. 329 e seg.

53 BATHELT, Harald - Erklärungsansätze industrieller Standortentscheidungen. Kritische Bestandsaufnahme und empirische Überprüfung am Beispiel von Schlüsseltechnologie-Industrien. *Geographische Zeitschrift*. 1992. Hft.4.pp197-203.

54 STORPER, Michael; WALKER, Richard - *The Capitalist Imperative. Territory, Technology, and Industrial Growth*. New York: Basil Blackwell, 1989. p.90 e 91.

posteriormente, a expansão das fiações no Norte de Portugal poderão exemplificar esse tipo de processos como adiante irei procurar demonstrar.

1.1.3. A Escola Francesa da Regulação

Os fundamentos da Escola Francesa da Regulação foram lançados por marxistas franceses que formularam uma proposta de abordagem ao processo de desenvolvimento económico, alternativa ao estruturalismo tradicional[55], incorporando neste uma perspectiva dinâmica, em grande medida, resultante da influência da Teoria dos Ciclos Económicos[56].

Alguns autores enquadram a Teoria da Regulação nas reformulações da Teoria dos Ciclos Económicos desenvolvidas a partir do final dos anos setenta[57]. Com efeito há uma componente dinâmica, traduzida numa história cíclica do capitalismo, nas bases do regulacionismo, mas esta corrente teórica não se confunde com a dos Ciclos Económicos[58]. O leque de abordagens na Teoria da Regulação tem-se revelado muito diversificado, integrando correntes marxistas e outras, apresentando-se globalmente menos reducionista e determinista do que aqueles autores faziam crer. Para além disso, a Escola da Regulação tem suscitado grande interesse por parte dos geógrafos e tem trazido contribuições

---

55 PEET, Richard - *Global Capitalism. Theories of Societal Development*. London: Routledge, 1991. p.153.

56 Inicialmente, registou-se alguma resistência à Teoria da Regulação por dois aspectos importantes: por um lado, o facto dos pioneiros na sua formulação serem autores marxistas levou a que se associasse uma cor ideológica à Teoria da Regulação que de facto não tem, como o têm vindo a demonstrar as contribuições teóricas e empíricas de todos os quadrantes político-ideológicos; por outro lado, também o conceito de regulação andava tradicionalemte associado ao papel do Estado o que provocou alguns equívocos decorrentes do próprio termo "regulação". A noção de regulação é muito vaga e tem sido utilizada com diferentes significados, desde a mera gestão do Estado a um prática social organizada ou a um conjunto de regras e pressupostos administrativos. Hoje em dia está clarificado o conceito desenvolvido pela Escola Francesa da Regulação. Sobre estes aspectos vi: BATHELT, Harald - Die Bedeutung der Regulationstheorie in der geographischen Forschung. *Geographische Zeitschrift*, 1994, Jhrg 82, hft2, pp63-90. p.64.

57 STORPER, Michael; SCOTT, Allen J. - The geographical foundations and social regulation of flexible production complexes. in WOLCH, Jennifer; DEAR, Michael (Ed.) - *The Power of Geography. How Territory Shapes Social Life*. Boston, Unwin Hyman, 1989 p.21-40. "Each such model (a historically determinate technological-institucional model of production) is also roughly equivalent to what theorists of the French Regulacionist School call a regime of accumulation and a mode of regulation...i.e., a structure governing the production, appropriation and reinvestment of the economic surplus." p.22.

58 AMIN, Ash; ROBINS, K. - The re-emergence of regional economies? The mythical geography of flexible accumulation. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1990.vol.8 pp.7-34.

reconhecidamente importantes para a compreensão da complexidade da actualidade, basicamente pela originalidade da sua componente regional.

A designação de "Regulação" foi importada da Teoria Geral dos Sistemas[59] e, na sua essência, o regulacionismo estabelece que um sistema económico nem é auto-regulado pelo mercado, nem comandado pelo Estado, antes por Formas Institucionais ligadas a princípios de organização[60]. Assim, "há uma diversidade histórica de 'regimes de acumulação de capital' e de 'modos de regulação' ou seja formas de garantir que, apesar das contradições e da pluralidade de estratégias dos agentes sociais, a reprodução do sistema se torne possível, ainda que parcial, inacabada e transitória"[61].

A maximização da taxa de lucro que conduz os processos de valorização do capital, é condicionada por duas tendências fundamentais: por um lado a que decorre da Lei da Tendência para a Queda da Taxa de Lucro que traduz os conflitos de classes e se consubstancia numa crescente composição orgânica do capital e, por outro, a tendência para a perequação das taxas de lucro resultante da concorrência capitalista. A manutenção do equilíbrio depende da capacidade de articulação entre diferentes variáveis da esfera económica e social assegurada por um modo de regulação[62].

Regimes de acumulação, associados a modos de regulação garantem, em suma, a sobrevivência do sistema capitalista às crises.

"Um regime de acumulação é um conjunto de relações dinâmicas regulares entre (1) a valorização e acumulação do capital, (2) a articulação de sectores capitalistas e não-capitalistas, (3) a distribuição do rendimento que caracteriza a reprodução de diferentes classes e grupos sociais e (4) a composição da procura social e do consumo."[63]

---

59 RODRIGUES, Maria João - *O Sistema de Emprego em Portugal. Crise e mutações.* Lisboa: Publicações D.Quixote, 1988. p.32.

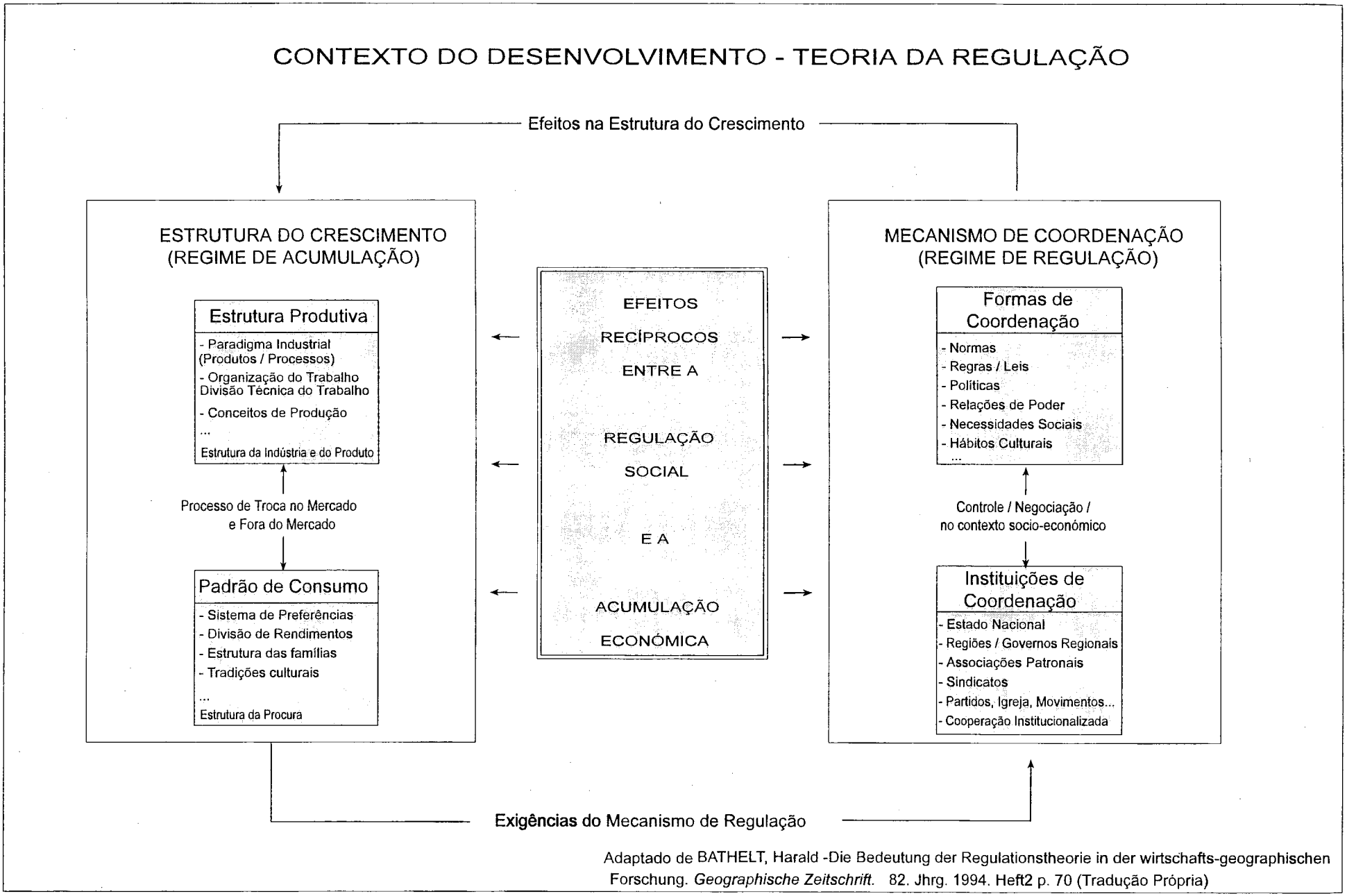
60 Idem, p.33.

61 Idem,Ibidem.

62 DUNFORD, M. - Theories of Regulation. *Environment and Planning D: Society and Space.* 1990.vol.8, pp.297-321. p.301 e seg.

63 BENKO, Georges; DUNFORD, M. (Ed) - *Industrial change and regional development: the transformation of new industrial spaces.* London: Belhaven Press (Pinter Pbls), 1991. p.6.

Fig. 1.1.3. -1)



Adaptado de BATHELT, Harald -Die Bedeutung der Regulationstheorie in der wirtschafts-geographischen Forschung. *Geographische Zeitschrift.* 82. Jhrg. 1994. Heft2 p. 70 (Tradução Própria)

"O conjunto de normas, hábitos, leis e redes de regulação que asseguram que o comportamento individual (estratégias e espectativas dos indivíduos) se ajuste a um regime de acumulação, chama-se 'Modo de Regulação'"[64].

Quatro conceitos fundamentais estruturam a Teoria da Regulação: Trajectórias industriais, regimes de acumulação, modos de regulação e estruturas hegemónicas[65]. Estas últimas traduzem o carácter dinâmico e territorialmente expansionista dos regimes de acumulação. "Um projecto hegemónico é uma estratégia política, institucional e moral, a qual é economicamente condicionada e relevante mas, cujo domínio é a sociedade civil como um todo e não apenas na esfera económica"[66].

Foi Michel Aglietta quem levou a cabo as primeiras investigações de fundo da Teoria da Regulação, debruçando-se sobre a história económica e social dos Estados Unidos[67]. Posteriormente, outros autores, na sua maior parte franceses, foram apresentando novas contribuições, destacando-se as investigações do chamado grupo de Grenoble (GRREC - Groupe de Recherche sur la Régulation de l'Économie Capitaliste) e do CEPREMAP (Centre d'Études Prospectives d'Économie Mathématique Appliquées à la Planification) onde se destacaram Alain Lipietz e Robert Boyer[68].

Como o paradigma anterior dos ciclos económicos, também a Teoria da Regulação suscitou grande curiosidade científica e ganhou popularidade, num momento histórico de crise social e económica e, embora propondo-se apresentar um modelo explicativo generalizável a outras épocas históricas anteriores, foi na conjuntura específica do final dos anos setenta e dos anos oitenta que encontrou a

---

64 PEET, Richard - *Global Capitalism. Theories of Societal Development*. London: Routledge, 1991. p.153.

65 DUNFORD, M. - Theories of Regulation. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1990.vol.8.pp.297-321. p.304 e seg.

66 Idem, p.308. O mesmo autor exemplifica: "In the years after the Second World War, for example, the establishment of a new model of development involved a class compromise centred on the ideological project of the Keynesian welfare state: the working class was incorporated into a state that advanced the interests of industrial capital with an offer of modernisation, social reform, individual consumptions, equal opportunities, and steady economic advance".

67 AGLIETTA, Michel - *A Theory of Capitalist Regulation: The U.S. experience*. London: Verso, 1987. Tradução de *Régulation et Crises du Capitalisme - l'experience des Etats-Unis*. Paris : Calmann-Lévy, 1976. (1ªed. - 1974).

68 BOYER, Robert - *La flexibilité du travail en Europe: une étude comparative des transformations du rapport salarial dans sept pays de 1973 a 1985*. Paris: La Decouverte, 1987;

sua base empírica privilegiada, assumindo uma clara preocupação prospectiva - todo o discurso regulacionista é marcado pela tentativa de validar um modelo supostamente em consolidação (não necessariamente hegemónico), sucessor de outro anterior, esgotado e falido – vivia-se na transição do Fordismo, para o Pós-fordismo[69]. De um regime de acumulação intensivo ter-se-á transitado para um novo regime marcado pela extensificação capitalista e dominado por formas flexíveis da produção e dos processos de trabalho.

O regulacionismo francês deve-se, em grande medida, ao facto de em França ter existido um modelo de desenvolvimento macroeconómico distinto do de outras potências industriais, sobretudo o Reino Unido e os Estados Unidos da América, sobre os quais incidiu mais a literatura acerca do desenvolvimento económico do pós-guerra e do modelo do capitalismo monopolista[70]. As maiores diferenças registaram-se a nível da intervenção dos sindicatos e do Estado, na determinação da relação salarial e nos sistemas de segurança social.

Quer através dos ensaios regulacionistas, quer de outras investigações sobre o desenvolvimento industrial, concluiu-se, com efeito, que os sistemas designados por Taylorismo e Fordismo apresentaram diferenças sectoriais, regionais e entre países, muito significativas[71]. Para o regulacionismo, o Fordismo correspondeu a um regime de acumulação que é claramente identificado com a generalização da organização científica do trabalho (Taylorismo) e a expansão da produção em série (Mass Production) associada à intensificação e extensificação da divisão técnica do trabalho, a grandes investimentos em capital fixo e à realização de economias de escala suportadas pelo crescimento constante da procura. O que os autores desta escola de pensamento tentaram provar foi que este regime de

---

BOYER, Robert - Abordagens em termos de Regulação e Análises da Crise - Bibliografia Geral. *Cadernos de Ciências Sociais*.1988.n.6

[69] LEBORGNE, D. ; LIPIETZ, A. - New technologies, new modes of regulation: some spacial implications. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1988. vol.6.(3) pp.263-280; CLARK, Gordon L. - Regulating the restructuring of the US steel industry: Chapter 11 of the Bankruptcy Code and Pension Obligations. *Regional Studies*. 1991.vol.25.n.2.pp.135-154. e NORCLIFFE, Glen - The regulation of Gerland: from mass production to flexible production in Tony Garnier's ?Cité Industrielle'. *International Journal of Urban and Regional Research*. 1993. vol17. n. 2. pp.195-212.

[70] DUNFORD, M. - Theories of Regulation. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1990.vol.8.pp.297-321. p.314.

[71] AMIN, Ash; ROBINS, K. - The re-emergence of regional economies? The mythical geography of flexible accumulation. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1990.vol.8 pp.7-34.; HENRY, Nick - The New Industrial Spaces: Locational Logic of a New Production Era?. *International Journal of Urban and Regional Research*. 1992.vol16.n.3.pp.375-396; DANIELZYK,

acumulação não foi rígido. "No fordismo ocorreram flutuações económicas e existiu um conjunto de mecanismos de ajustamento de curto prazo"[72] (gestão de stocks, sistemas diversificados de crédito, publicidade, etc.). Assim, a situação de crise e ruptura do regime fordista de produção em série, traduziu uma crise de valorização decorrente de disfunções no modelo de produção industrial relacionadas com variáveis do sistema económico, social e (sobretudo) político (crise de legitimação do Estado Providência).

Ao contrário de outros, nomeadamente dos teóricos da chamada especialização flexível, que analisaram a crise fordista a partir de alterações no mercado, os regulacionistas procuraram demonstrar como foi precisamente "a montante", na organização do trabalho e nas modificações estruturais das relações sociais e políticas que intreferem na produção que os processos de alteração se desencadearam. Segundo eles, o melhor desempenho de economias como as do Japão, Alemanha e Suécia, onde se aplicaram estratégias de actuação no campo da inovação do processo de trabalho, constitui um teste que valida as suas teses[73]. O que os teóricos da especialização flexível vêem como as causas da crise do modelo fordista da produção em série, é, para os regulacionistas, acima de tudo um resultado[74]. De qualquer forma parece haver na literatura do chamado "Pós-fordismo" uma "sobre-socialização" da representação das relações económicas, não se podendo interpretar a sistemática referência a influências "para além dos mercados e das hierarquias" a uma substituição destes por outras formas de coordenação, mas sim a uma actuação conjunta, sem minimizar nomeadamente, o papel das variações dos preços[75].

As maiores contribuições da Teoria da Regulação para a compreensão das reestructurações em curso, no período de indefinição e crise dos anos oitenta, consistiram, sem dúvida, na integração de novas variáveis relacionadas com o que

---

Rainer - Gibt es im Ruhrgebiet eine "Postfordistische Regionalpolitik?". *Geographische Zeitschrift*.1992. 80.Jhrg. Heft2.pp.84-105.

72 DUNFORD, M. - Theories of Regulation. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1990.vol.8.pp.297-321. p.316.

73 Idem, p.319. Sobre os novos processos de trabalho na indústria alemã, ver: KERN, Horst; SCHUMANN, Michael - *El Fin de la Division del Trabajo. Racionalización en la Producción industrial: situación actual, determinación de las tendencias*. (1ª ed. alemã de 1984). Madrid: Ministerio de Trabajo e Seguridad Social, 1988.

74 DUNFORD, M. - Theories of Regulation. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1990.vol.8.pp.297-321. p.308.

75 SAYER, Andrew - Radical Geography and Marxist political economy: towards a re-evaluation. *Progress in Human Geography*. 1992. vol16,nº3. pp.343-360. p. 352.

convencionalmente se considerava a esfera da reprodução e o papel do Estado, através da sua função "reguladora" da sociedade. Segundo a Teoria da Regulação, os mecanismos de coordenação ou modo de regulação não se esgotam ao nível do Estado.

E o papel do Estado no desenvolvimento industrial ultrapassa também, as políticas industriais propriamente ditas ou a intervenção nas modificações da relação salarial. As repercussões da sua actuação fazem-se sentir a todos os níveis da estrutura da sociedade. Vários factores condicionam porém a actuação do Estado, traduzindo-se nomeadamente a crescente internacionalização das economias, numa perda de capacidade de articulação e coerência na intervenção dos Estados Nacionais, obrigados a assegurar a provisão de assistência social, por um lado mas, sem efectiva capacidade de decisão sobre as modificações económicas, por outro[76].

Uma das possíveis razões da grande popularidade das teorias regulacionistas no interior da Geografia deve-se às preocupações espaciais que o desenvolvimento da investigação veio a provocar. Como a Teoria dos Ciclos Económicos e toda a filosofia económica neo-clássica e marginalista, também o regulacionismo se ocupou, inicialmente, do sistema económico de forma global e *a-espacial*. A verificação empírica viria no entanto a tornar evidentes vários problemas de coerência lógica do modelo, colocados pela natureza geográfica dos fenómenos.

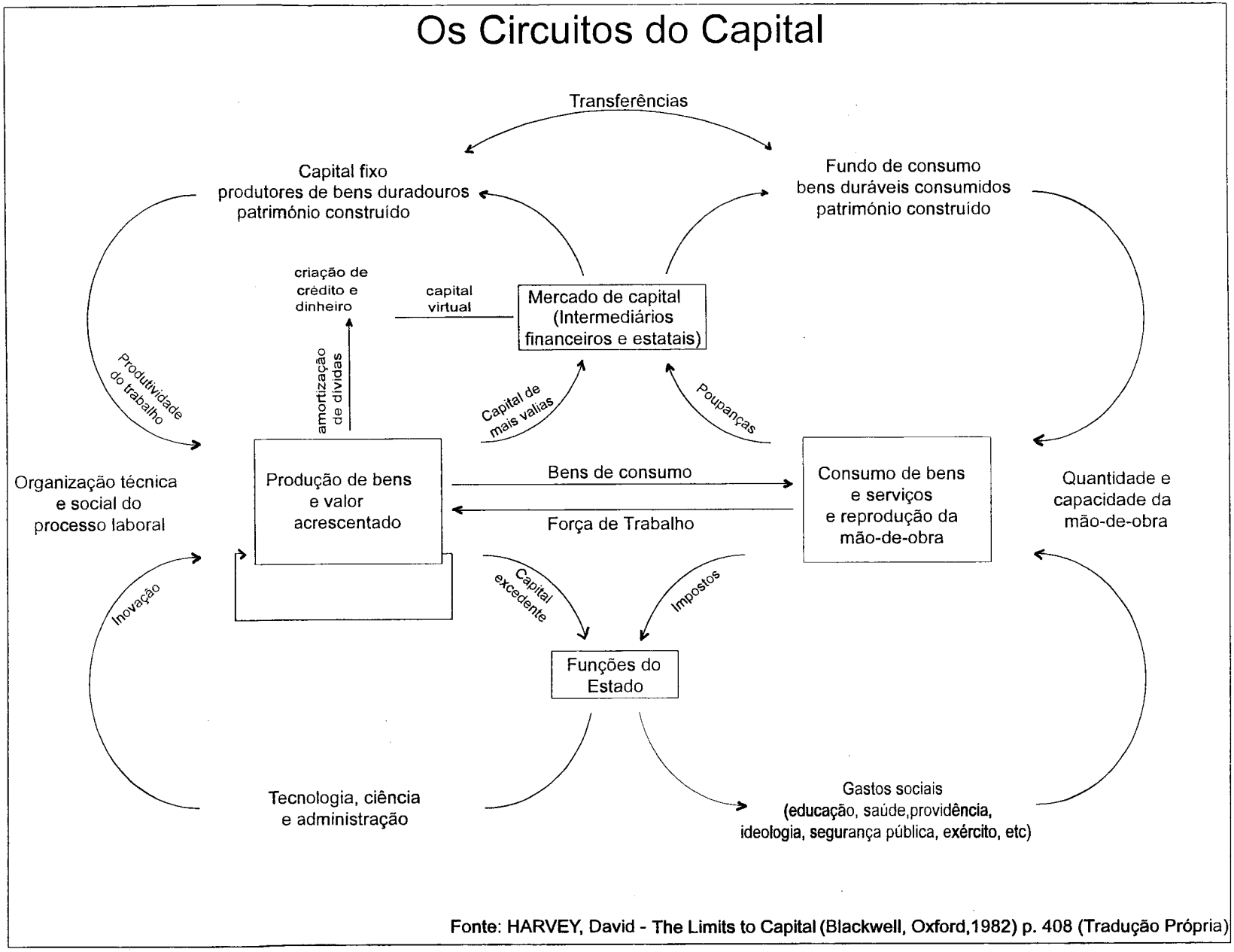
E a componente espacial passou a desempenhar um papel fulcral no modelo regulacionista, constituindo como que um quarto elemento chave a somar aos três atrás descritos, na caracterização dos regimes de acumulação e a condicionar as formas de regulação. Fundamentalmente a questão territorial evidenciou-se com a progressiva desorganização do modelo de organização fordista da produção industrial, intratável sem uma análise regional[77].

---

[76] JOHNSTON, R.J. - The State, the region and the division of labour. in SCOTT, A; STORPER, M. (Eds.) - *Production, Work, Territory - The Geographical anatomy of Industrial Capitalism*. Boston, Allen & Unwin, 1986. pp.265-280.

[77] LEBORGNE, D. ; LIPIETZ, A. - New technologies, new modes of regulation: some spacial implications. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1988. vol.6.(3) pp.263-280. LASH, Scott;URRY, John - *The End of Organized Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 1993 (1ª ed. 1987). MALMBERG, Bo – Problemas of time-space co-ordination: a Key to the understanding of multiplant firms. *Progress in Human Geography*. Vol.19, nr.1, 1995, pp47-60.

Fig. 1.1.3. - 2)



Fonte: HARVEY, David - The Limits to Capital (Blackwell, Oxford,1982) p. 408 (Tradução Própria)

A demonstração da participação da componente regional no desenvolvimento decorre, em suma, do seguinte raciocínio: cada período de desenvolvimento de uma formação social apresenta um paradigma industrial com uma estrutura sectorial definida, caracterizada por uma tecnologia e uma organização de trabalho dominantes, às quais corresponde uma divisão do trabalho específica. Daqui decorrem formas de organização espacial diferentes, correspondendo a uma divisão espacial do trabalho, da qual resulta uma estrutura espacial hierarquizada específica.

Há entre a Teoria da Regulação e a abordagem da mobilidade do capital e do trabalho de David Harvey em *The Limits to Capital*, alguns pontos de contacto[78]. Harvey identificou quatro circuitos fundamentais de circulação do capital (entendido este como um valor em circulação), os quais asseguram as trocas entre a produção e o consumo/reprodução. Cada circuito envolve uma forma particular de existência do capital - capital de mais-valias, poupanças e impostos - e regista ritmos e velocidades diferentes. Entre eles existem elementos de coordenação (regulação?) representados pelo mercado financeiro e pelo Estado nas suas múltiplas funções. O sistema composto por estes circuitos tem capacidade de articulação e funciona eficientemente nos períodos de crescimento económico. Uma ruptura num dos elementos - uma crise - obriga a rearranjos até que de novo o sistema esteja capaz de funcionar eficazmente. Diz Harvey que, um pressuposto ao funcionamento do sistema assim teorizado, reside numa mobilidade condicionada quer dos elementos, quer dos circuitos do mesmo.

1.1.4. A Acumulação/Especialização Flexível e o Pós-fordismo

Uma vez encontrado um nome para o período de indefinição nas tendências da organização da indústria, a partir dos anos oitenta – o pós-fordismo - e identificadas as características dominantes do processo de trabalho nas áreas industriais mais dinâmicas e em crescimento, a especialização flexível – assistiu-se a uma intensa produção de estudos e trabalhos de investigação de diversas índoles. Nem todos os teóricos se identificavam com as teorias económicas ciclícas reformuladas, nem com a Teoria da Regulação. Os teóricos do pós-fordismo procuraram essencialmente demonstrar que estava em expansão um modelo de

---

[78] HARVEY, David - *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1984. (1ª ed. 1982) pp.408 e seg.

organização da produção, potencialmente hegemónico, como o fora o da produção em série de bens estandardizados, no fordismo.

A grande diferença entre os regulacionistas e estes teóricos do pós-fordismo reside no facto destes últimos centrarem a sua atenção e quase esgotarem a sua discussão teórica ao nível dos processos produtivos e dos paradigmas industriais, enquanto que os primeiros abordam o desenvolvimento a longo prazo, a partir do estudo das estruturas económicas e sociais de forma integrada, tendo em conta outros domínios. Para os regulacionistas, cada etapa ou fase do desenvolvimento pressupõe que durante um longo período uma estrutura económica e social tenha assegurado um equilíbrio sólido, consistente, assente em quatro elementos fundamentais: uma tecnologia, uma estrutura de produção, um padrão de consumo e mecanismos de coordenação[79].

As alterações na organização da indústria, na óptica dos pós-fordistas, traduziram-se no seguinte: inicialmente, no final dos anos setenta, ter-se-à operado uma "racionalização profundamente transformada" dos processos de produção industrial[80]. Esta racionalização traduziu-se num aumento da produtividade do trabalho utilizado e acarretou a destruição de postos de trabalho. Embora se tivesse acreditado que este processo seria compensado pela expansão da produção, tal não viria a acontecer uma vez que a própria racionalização auto-racionalizou-se. Esta racionalização foi mesmo tomada como uma desindustrialização, associando a queda do emprego industrial à suposta perda de "performance" da indústria. A par das perplexidades que as alterações tecnológicas e de produção foram provocando, começou a questionar-se a própria delimitação do sector industrial, o que viria a permitir uma leitura diferente da queda do emprego industrial e uma avaliação mais precisa da hipotética desindustrialização em curso. A histórica grelha de Colin Clark de 1951[81] para

---

79 BATHELT, Harald - Die Bedeutung der Regulationstheorie in der wirtschafts-geographischen Forschung. *Geographische Zeitschrift*. 82.Jhrg. 1994. Heft 2. pp.63-90

80 KERN, Horst; SCHUMANN, Michael - *El Fin de la Division del Trabajo. Racionalización en la Producción industrial: situación actual, determinación de las tendencias*. (1ª ed. alemã de 1984). Madrid: Ministerio de Trabajo e Seguridad Social, 1988.p.44

81 A classificação das actividades económicas segundo três sectores - Primário, Secundário e Terciário - foi de facto, elaborada primeiramente por A. FISCHER, em 1934, mas foi Colin CLARK quem a viria a tornar mais conhecida e divulgada, através da sua obra *The Condition of Economic Progress*. Londres: Macmillan, 1951. Sobre a problemática da delimitação dos sectores e do significado do Terciário, ver: BAILLY, Antoine; BOULIANNE, Louis; MAILLAT, Denis e outros - Les Services et la Production; pour un Réexamen des Secteurs Economiques. *L'Espace Geographique*. N.1, 1987,pp.5-13. BAILLY, Antoine; MAILLAT, Denis - *Le Secteur Terciaire en Question - Activités de Service, Developpement Economique et Spacial*. Paris:

classificar os sectores de actividade económica começou a revelar-se obsoleta, não só em função das variações no chamado sector secundário, como também no terciário. Entre os dois, pareciam estar a processar-se transferências, absorvendo o segundo os excedentes do primeiro. A realidade viria a provar que as coisas não se passavam apenas assim e as abordagens sobre o mercado de trabalho foram progressivamente privilegiando classificações que tivessem em conta, não só quantitativos de emprego agregado, mas também tarefas, profissões e tipos de emprego industrial. Cada vez menos, portanto, o emprego total por ramos industriais passou a constituir um barómetro do estádio de desenvolvimento económico de um país, de uma região ou de uma indústria.

O desigual comportamento dos sectores industriais perante as inovações tecnológicas e organizacionais levou no entanto a concluir que se estaria a operar mais uma neo-industrialização do que uma desindustrialização[82]. E isto porque não se deu apenas uma alteração tecnológica no processo de produção mas uma transformação complexa e estrutural que envolveu a introdução de novos conceitos de produção que se prendem com uma recomposição da mão-de-obra a nível da qualificação e da relação trabalho-capital em toda a sua extensão (laboral, política e social)[83]. O que efectivamente se terá operado foi a falência de um modelo hegemónico (?) de acumulação capitalista - o Fordismo - enquanto processo de intensificação da divisão técnica e consequentemente, social do trabalho. A neo-industrialização, supostamente expressão da "modernização" corresponderia assim, a uma profissionalização do trabalhador e ao seu maior envolvimento e participação nas estratégias do capital[84]. Assim se compreendeu que "o acesso restritivo à mão-de-obra deprecia potenciais de productividade importantes"[85].

Editions Anthropos, 1986. BAILLY, Antoine - Not Post-Industrial Yet: a new look at Regional Economic Systems in Europe. In HEBBERT, Michael; HANSEN, Jens Christian - *Unfamiliar Territory*. Aldershot: Avebury, 1990. pp.229-235.

82 KERN, Horst; SCHUMANN, Michael - *El Fin de la Division del Trabajo. Racionalización en la Producción industrial: situación actual, determinación de las tendencias.* (1ª ed. alemã de 1984). Madrid: Ministerio de Trabajo e Seguridad Social, 1988. p.14.

83 URRY, John - Capitalist Production, Scientific Manegement and the Service Class. in SCOTT, A; STORPER, M. (Eds.) - *Production, Work, Territory - The Geographical anatomy of Industrial Capitalism*. Boston, Allen & Unwin, 1986.pp.43-66.

84 KERN, Horst; SCHUMANN, Michael - *El Fin de la Division del Trabajo. Racionalización en la Producción industrial: situación actual, determinación de las tendencias.* (1ª ed. alemã de 1984). Madrid: Ministerio de Trabajo e Seguridad Social, 1988. p.369 e seg.

85 Idem, p.88.

A aplicação dos novos conceitos de produção não se operou porém de forma generalizada por sectores e regiões industriais. Nem isso seria possível já que os mecanismos de crescimento económico continuavam a depender e, em certa medida, a manter, os diferenciais de produtividade e formas de processos de trabalho (sectoriais, entre empresas e regionais).

Dessa forma e ignorando situações intermédias, poder-se-ão estabelecer alguns grupos fundamentais na estrutura da mão-de-obra da época[86].

Dentro do que se pode designar por indústrias de ponta, ou sectores chave, existiam duas situações antagónicas: os trabalhadores qualificados que representaram a expressão mais avançada dos novos conceitos de produção e cuja capacidade de intervenção e pressão na relação salarial, bem como a respectiva mobilidade social, foram conseguidas através das suas aptidões técnicas e de gestão, inovadoras, o seu "Know-how" e os postos de trabalho tradicionais que correspondiam aos mais penalizados pela racionalização e eram ocupados normalmente por trabalhadores desqualificados, com idade avançada ou mulheres que, perante a falta de alternativas, viam a sua capacidade reivindicativa reduzida, mantendo-se por vezes em actividade graças a legislação laboral pré-existente.

Noutra situação extrema, estavam os sectores mais afectados pela crise, "agarrados" à crise[87], dispondo de uma mão-de-obra estruturada segundo uma divisão técnica do trabalho tradicional, herdada de anteriores modelos de organização. Tratava-se, em geral, de um emprego com grande tradição de organização e poder reivindicativo, onde era difícil proceder a negociações com vista à racionalização ou modernização que ali se traduziria numa liminar destruição de postos de trabalho. Com efeito, estavam nesta situação muitas regiões de forte concentração industrial, de grande prosperidade em períodos históricos anteriores mas que, a partir da crise fordista deixaram de ter capacidade para atrair novos investimentos em sectores de ponta ou empresas organizadas segundo os novos conceitos de produção.

Numa última situação, estava o universo dos desempregados que, globalmente, se debatiam com a falta de oportunidades de entrar no mercado de

---

86 Idem, p.11 e seg.

87 Idem. Ibidem.

trabalho, sendo difícil avaliar o seu significado enquanto potencial de modificação das relações de produção e das relações sociais.

Este esboço de tipologia dos grandes segmentos do mercado de trabalho nem sempre encontrou uma correspondência territorial estruturada segundo uma especialização regional, nem traduziu uma tendência cronológica generalizável. A recomposição do emprego industrial não impediu que se assistisse simultaneamente a um processo paralelo de intensificação da divisão técnica do trabalho que afectou, acima de tudo, as franjas mais frágeis do mercado de trabalho - mulheres e operários desqualificados - e as regiões periféricas ou semi-periféricas em relação aos centros principais da reconversão industrial. Alguns ramos industriais tiraram particularmente vantagens dessas situações, favorecendo a expansão de formas de produção informais e clandestinas, nomeadamente através do recurso a trabalho ao domicílio. Estratégias deste tipo tiveram lugar tanto em áreas de industrialização antiga ou áreas urbanas - e metropolitanas - como em meios rurais sem tradição industrial. Em qualquer das situações foram envolvidos trabalhadores não sindicalizados, sem intervenção nas negociações da relação salarial. "They are to a great extent left out of the social compromisse which takes for granted their existence and their willingness to accept the worst working conditions"[88]. Estes processos reforçaram afinal os segmentos do mercado de trabalho penalizados pela racionalização ou modernização.

Ainda que se registassem alguns discursos e previsões mais optimistas, rapidamente se chegou à conclusão de forma generalizada que era necessária uma intervenção forte do Estado e o envolvimento dos "novos" trabalhadores, para conseguir efeitos positivos da "modernização" que, conduzida apenas pelos interesses individuais dos empresários, poderia ser catastrófica e induzir assimetrias e desequilíbrios regionais e sociais, maiores do que os existentes anteriormente. E isto porque não se podia esperar que fossem as vítimas da modernização (desempregados e trabalhadores em segmentos marginais) a provocar grandes alterações e reconversões, antes pelo contrário, elas só poderiam operar-se a partir de dentro, dos segmentos com real capacidade de intervenção.

Esta proposta de leitura das principais transformações a nível da mão-de-obra precisa de ser confrontada com uma análise das dinâmicas então em curso

---

[88] CHRONAKI, Z.; HADJIMICHALIS, C.; LABRIANIDIS, L.; VAIOU, D. - Diffused Industrialization in Thessaloniki: From Expansion to Crisis. *International Journal of Urban and Regional Research*. 1993.vol.17.n.2.pp.178-194.

nos processos de trabalho, a partir de outra perspectiva que, em última instância as determina, o capital. A maior parte das investigações e bibliografia sobre esta problemática, foram aliás conduzidas nessa perspectiva e o mercado de trabalho tem sido tratado muito mais, como um espelho das estratégias, supostamente a montante, do capital. Admita-se, por facilidade metodológica, que, no mínimo, elas se determinam e condicionam mutuamente.

Foi neste contexto que, a par dos paradigmas da Teoria dos Ciclos Económicos e da Escola Francesa da Regulação, uma nova Teoria se viria a desenvolver e a ganhar importância, apresentando um novo modelo explicativo, paradigmático das novas formas de produção - o Modelo da Especialização Flexível, cujos pressupostos e conteúdo se entrecruzam, aliás, em muito com as formulações das duas primeiras correntes.

Foram Michael Piore e Charles Sabel que deram a primeira contribuição de marcado impacto internacional, nesta corrente de pensamento, ao apresentarem a crise dos anos oitenta e os posteriores tempos de modificações estruturais, como "uma segunda ruptura industrial"[89] caracterizada pela incapacidade das instituições existentes de conseguirem continuar a assegurar um equilíbrio entre a produção e o consumo de bens.

A primeira ruptura industrial situam-na aqueles autores, no final do século XIX, com o desenvolvimento de técnicas de produção em série, as quais viriam a traduzir-se na consolidação e expansão do fordismo. A recuperação económica do pós-guerra processou-se dentro do mesmo modelo que, até aos anos setenta, assegurou a prosperidade económica e estabilidade social das grandes potências

---

[89] Como primeira obra de referência da literatura da especialização flexível dever-se-à apontar PIORE, Michael; SABEL, Charles - *The Second Industrial Divide. Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books, Inc.,1989. Entre outras obras paradigmáticas das mesmas posturas: SCOTT, A; STORPER, M. (Eds.) - *Production, Work, Territory - The Geographical anatomy of Industrial Capitalism*. Boston: Allen & Unwin, 1986. BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (organizadores) - *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes. Os novos Paradigmas da Geografia Económica*. Oeiras: Celta Editora, 1994. (1ª ed. Francesa de 1992). SCOTT, Allen – *Metropolis: from the division of labor to urban form*. Berkeley: University of California Press, 1988. MARTIN, Ron - Industrial Capitalism in transition: the contemporary reorganization of the British space-economy. in MASSEY, D.; ALLEN, J. (Eds) - *Uneven Re-development: Cities and Regions in transition. A Reader*. London: Hodder and Stoughton, 1988. pp.202-231.Alguns autores da escola da regulação também podem aqui ser incluidos assim como os autores italianos, embora a respectiva bibliografia se dirija mais para os problemas dos arranjos territoriais da acumulação flexível. David HARVEY, por seu turno, aproximou-se também, muitas vezes, na sua vasta produção científica, dos mais ortodoxos defensores do modelo da acumulação flexível.

mundiais[90]. Foram vários os factores que conduziram à falência desse modelo e decorreram tanto de "erros" de políticas como dos seus próprios limites estruturais de expansão, fundamentalmente dependentes da saturação dos mercados.

Cada economia adoptou porém a sua variante particular de desenvolvimento fordista e as formas organizacionais ligadas à produção em série, ainda que dominantes, não deixaram de permitir a sobrevivência de elementos residuais, em maior ou menor expressão, compostos por sistemas de produção especializados[91]. As diferenças internas das economias nacionais não se tornaram muito evidentes enquanto se verificou uma expansão dos mercados domésticos de consumo de bens duradouros e outros produtos estandardizados. Mas com a crise, as bolsas residuais de organização pré-fordista da produção, revelaram um melhor desempenho económico do que as formas dominantes fordistas ou semelhantes. Essas formas organizacionais caracterizam-se antes de mais pela sua especialização, em oposição à estandardização inerente aos processos fordistas. Essa especialização, por seu turno, pressupõe processos de trabalho do tipo mão-de-obra intensivo ou com grandes exigências de qualificação da mão-de-obra e tem limites de dimensão das empresas ou unidades produtivas muito inferiores às do tipo taylorista, isto é, as economias de escala e a integração vertical nunca constituiram condições prioritárias para a sua sobrevivência. O melhor desempenho destes segmentos da produção tem de ser tomado em termos relativos. Assentando a sua sobrevivência e rendibilidade numas relações com o mercado, diferentes das dos produtos estandardizados, é normal que as rupturas e a saturação dos mercados destes últimos os não tenham afectado. "There was never a deliberate application of craft principles as part of any national conversation to more flexible methods of production; rather, the craft residues influenced industrial development towards customization".[92]

As modificações nos mercados, a nível de quantidades e, sobretudo, tipos de produtos e o comportamento cada vez mais variável e imprevisível da procura terá conduzido a que os segmentos organizados segundo o modelo fordista tenham procedido a arranjos e adaptações que os aproximaram das formas

---

[90] PIORE, Michael; SABEL, Charles - *The Second Industrial Divide. Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books, Inc.,1989. p.165 e seg.

[91] Idem. p.221.

[92] Idem, Ibidem

"tradicionais" de produção, dos tais resíduos de especialização[93]. Basicamente foram obrigados a flexibilizarem-se no sentido de se conseguirem adaptar com rapidez às modificações do mercado, desligando, progressivamente, o ciclo de vida dos produtos - cada vez mais curtos - do ciclo de vida da máquina ou da própria fábrica[94].

Toda a filosofia da Acumulação ou Especialização Flexível assenta essencialmente nos princípios de organização da produção segundo princípios de flexibilização. De um modelo analítico e prospectivo, a Especialização Flexível foi-se convertendo porém, no paradigma supostamente de tendências hegemónicas, da era pós-fordista ao qual se procurou fazer corresponder também, um modelo territorial - o dos (Novos) Espaços Industriais - paradigma geográfico da mesma filosofia.

Andrew Sayer, debruçando-se sobre o conceito de flexibilidade, procurou sistematizar e definir as diferentes formas que ela pode assumir[95].

"Buzz words like 'flexibility' are inicially atractive because they offer the promise of escape from old concepts whose limitations are all too familiar and those strengths bore rather than impress"[96].

Basicamente há dois tipos de flexibilidade: numérica e funcional. A primeira diz respeito ao produto e ao emprego e refere a capacidade de uma estrutura produtiva modificar, a curto prazo, as quantidades de produto produzido ou os níveis de emprego, sem perdas de resultados. A flexibilidade a este nível encontra-se fortemente condicionada pelo carácter integrado ou desintegrado das estruturas produtivas. Redes desintegradas de unidades de produção industrial,

---

93 Os teóricos da especialização flexível opõem-se aos Regulacionistas antes de mais, em relação ao conceito de Fordismo. Para os primeiros trata-se de um modelo de organização industrial enquanto que para os segundos, corresponde a um regime de acumulação (intensivo) relacionado com um modo de regulação (monopolista). Desta leitura diferente decorre também uma explicação distinta para a crise do Fordismo, ligando-a uns - da Esp. Flex. - à saturação do mercado e outros - regulacionistas - a um conjunto de factores não só do lado da procura mas também do lado da oferta, como já foi referido atrás. Ver, entre outros, BENKO, Georges; DUNFORD, M. (Ed) - *Industrial change and regional development: the transformation of new industrial spaces*. London: Belhaven Press (Pinter Pbls), 1991.

94 DUNFORD, M. - Theories of Regulation. *Environment and Planning D: Society and Space*, 1990, vol.8, p.297-321.p. 318; LEBORGNE, D. ; LIPIETZ, A. - New technologies, new modes of regulation: some spacial implications. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1988. vol.6.(3) pp.263-280.p. 267

95 SAYER, Andrew - Post-fordism in Question. *International Journal of Urban and Regional Research*. 1989. vol 13, pp.666-695.

96 Idem, p.670.

articuladas por exemplo por relações de subcontratação, permitem maximizar a flexibilidade numérica.

A flexibilidade funcional prende-se com a capacidade das estruturas produtivas alterarem, a curto prazo, a configuração dos produtos, sem perdas de resultados e eficiência. Neste caso, podem ser determinantes as tecnologias de informação e as estratégias de "marketing" actuando sobre o mercado. É possível conseguir uma flexibilidade funcional em estruturas verticalizadas. Fundamental para conseguir uma flexibilidade funcional será uma separação entre o ciclo de vida do produto e a máquina. A mesma máquina tem de ter capacidade para produzir novos produtos. Importante é também a divisão técnica do trabalho, no interior da empresa. Para além da flexibilidade funcional ser mais facilmente conseguida em estruturas em que a composição orgânica do capital seja elevada, ela ainda pressupõe níveis de qualificação da mão-de-obra elevados ou, pelo menos, uma divisão técnica do trabalho pouco acentuada.

Assim, a flexibilidade quer numérica quer funcional, envolve uma grande versatilidade ou capacidade de adaptação a mudanças rápidas (para não lhes chamar de novo flexíveis) e manifesta-se a vários níveis: flexibilidade do mercado de trabalho, formas e práticas de trabalho flexíveis, máquinas flexíveis, formas flexíveis de organização e reestruturação da produção, tecnologias flexíveis.

Sendo indiscutível que o pós-fordismo se caracteriza por uma flexibilidade crescente a todos os níveis, não é possível sustentar que exista uma situação de exclusividade, isto é, não se pode generalizar que o fordismo e a produção em série de produtos estandardizados tenham sido dominados por formas rígidas de organização, como o pós-fordismo também não detém o exclusivo da flexibilidade.

Andrew Sayer pretendeu demonstrar que nem a produção em série (Mass production) é sinónimo de inflexibilidade (embora a produção em massa de Henry Ford o fosse), nem a produção flexível constitui a única alternativa à produção em série.[97] Sempre houve flexibilidade e falta dela. Há combinações diferentes. Do mesmo modo também a desintegração vertical não assegura necessariamente às empresas uma maior facilidade de deslocação para novos campos[98].

---

[97] SAYER, Andrew - Post-fordism in Question. *International Journal of Urban and Regional Research*. 1989. vol 13, pp.666-695. p.672. Também desenvolvido em BENKO, Georges; DUNFORD, M. (Ed) - *Industrial change and regional development: the transformation of new industrial spaces*. London: Belhaven Press (Pinter Pbls), 1991 p.13 e seg.

[98] SAYER, Andrew - Post-fordism in Question. *International Journal of Urban and Regional Research*. 1989. vol 13, pp.666-695. p.675.

Comparando com as empresas grandes, verticalizadas, a desintegração vertical implica um estreitar no leque de output a nível da empresa individual, só se traduzindo num aumento de flexibilidade ao nível da indústria, ou melhor do ramo industrial, globalmente.

"We should (therefore) be wary of 1). assuming mass production to be synonymous with inflexibility period (even though Henry Ford's mass production was, (...); and 2). assuming that mass production and flexible production are alternatives"[99].

Como sugere Lovering, a partir de uma investigação no Reino Unido, a especialização flexível pode ser uma das várias formas coexistentes segundo a qual a acumulação capitalista se processa e deverá ser tomada como um resultado local, contingente e não como um processo inexorável de desenvolvimento contemporâneo do capitalismo.[100]

No meu trabalho de campo deparei com situações diversas a este nível. Alguns industriais exibiam as suas unidades ou partes das suas fábricas com particular orgulho pelo facto de disporem de tecnologia supostamente avançada, recém-adquirida, desde fiações *open-end* a tinturarias do tipo *cozinha de cores*. Nem sempre existia no discurso daqueles empresários a demonstração clara dos ganhos de eficiência conseguidos com as novas máquinas. Numa situação oposta, encontrei industriais cujas fábricas, por vezes até exteriormente um pouco degradadas, combinavam no seu interior máquinas de várias épocas, em laboração, desde teares automáticos com trinta anos a sistemas de CIM (Computer Integrated Management). O discurso destes últimos recaía mais sobre os produtos produzidos, formas de gestão e problemas de competitividade do que sobre a idade ou características intrínsecas das novas tecnologias adquiridas. Antes de aplicarem as novas tecnologias, os produtores deveriam perceber bem como funcionam as suas fábricas sem elas.

No seu estudo sobre o Japão e analisando empresas industriais têxteis, Ronald Dore usou a designação "flexible rigidities"[101], que me parece traduzir exactamente essa procura de situações de compromisso entre a maximização das

---

[99] Idem. p. 672.

[100] LOVERING, John - Fordism's unknown sucessor: a comment on Scott's theory of flexible accumulation and the re-emergence of regional economies. *International Journal of Urban and Regional Researsch*. vol.14, nº1, pp.159-174. p.169.

economias de escala e a capacidade de alteração rápida nos produtos a produzir, ou seja na compatibilização entre flexibilidade funcional e numérica.

Num sector como o textil algodoeiro e no vale do Ave, onde o modelo dominante são as estruturas verticalizadas e a produção de produtos estandardizados em grandes séries e onde, por isso, as economias de escala são importantes, é possível desenvolver uma flexibilidade funcional que permita aos fabricantes sobreviverem e serem competitivos. E as vias da flexibilização funcional são muito mais diversificadas do que as opções desintegração/integração vertical. Nem todas as máquinas dedicadas (inflexíveis) poderão vir a deixar de o ser, nem o recurso às novas tecnologias de informação e aos computadores, em si mesmo, altera a organização do trabalho assegurando maior eficiência e rendibilidade[102].

Autores como Bob Jessop colocaram mesmo reticências ao prefixo do Pós-fordismo[103]. Segundo este autor, apesar da longa discussão em torno do problema, nos anos noventa, não existia ainda uma grelha de abordagem consensual sobre o próprio Fordismo, sua época e localização. Da mesma forma, a designação de pós-fordismo para caracterizar os processos de reestruturação em curso, desde o início da crise do crescimento económico internacional a partir dos anos setenta, era, na sua opinião, precipitada. Seria preciso estabelecer um elo de ligação entre o Fordismo e o Pós-fordismo, demonstrando como o segundo entronca e decorre da evolução do primeiro.[104] Não existindo uma articulação estreita, tratar-se-ia mais de um regime não-fordista ou neo-fordista e não de um Pós-fordismo, termo que implica uma sequência.

O que Bob Jessop quis pôr em evidência, entrando por vezes em críticas irónicas e pondo de certa forma a ridículo algumas generalizações forçadas, era que seria preciso proceder a uma investigação empírica sem preconceitos e

---

101 DORE, Ronald – *Flexible Rigidities. Industrial policy and sructural adjustment in the Japanese Economy 1970-1980.* London: Athlone Press, 1986.

102 Um estudo sobre a correspondência entre o modelo de empresa flexível e a desintegração vertical é apresentado em: O'FARRELL, P.N.; MOFFAT, L.A.R.; HITCHEN, D.M.W.N. - Manufacturing Demand for Business Services in a Core and Peripheral Region: Does Flexible Production Imply Vertical Disintegration? *Regional Studies*. 1993, vol.27. 5. pp.385-400.

103 JESSOP, Bob - Fordism and Post-fordism: A Critical Reformulation. in STORPER, M.; SCOTT, A. J. (Ed.s) - *Pathways to Industrialization and Regional Development* .London: Routledge, 1992.pp.46-69.

104 Diz Harald BATHELT: " As hipóteses sobre os processos de alteração são e têm sido, em parte, de tal forma repetidas que, dá a sensação que se conhece completamente a mudança. Isto decorre sobretudo das generalizações divulgadas a partir de observações selectivas e da análise sob uma única perspectiva, das alterações no seio de um pequeno conjunto de ramos industriais." BATHELT, Harald - Die Bedeutung ..._p.81.

admitir um leque de situações regionais muito diversificado. O mesmo sugeriu John Lovering quando disse que "deveríamos organizar as nossas investigações em torno da ideia mais aberta da crise não-resolvida do fordismo".[105]

"Fordist regional economies, pockets of flexible specialization and other local regimes can all be found inside national boundaries".[106]

Construir um modelo ou paradigma do Pós-fordismo envolve riscos. Por um lado poder-se-á cair num determinismo histórico comparável aos modelos cíclicos, por outro, as investigações empíricas poderão vir a ficar dominadas por uma abordagem pré-concebida, onde tudo é analisado em função do estado de consolidação do pós-fordismo.[107]

O grau de consolidação quer do Fordismo quer do Pós-fordismo reflete também os limites técnicos das linhas de montagem e das cadeias produtivas a processos contínuos automáticos ou à produção de pequenas quantidades de determinado produto.

Ao nível da organização da produção, as alterações ocorridas, segundo a perspectiva da acumulação flexível, foram sistematizadas em função de duas situações típicas, com base nas verificações empíricas: grandes empresas verticais e pequenas e médias empresas. Assim se procuraram identificar as principais alterações na divisão técnica e social do trabalho que, por seu turno, explicavam os padrões territoriais conhecidos.

As grandes empresas viram-se obrigadas a descentralizar a sua estrutura organizativa (por exemplo pela reconstrução da sua estrutura hierárquica com o aumento de competências nos níveis mais baixos) no sentido de conseguirem uma maior eficiência para responder a alterações de mercado. A eventual desintegração vertical estava, no caso destas empresas, condicionada pelo

---

105 LOVERING, John - Fordism's unknown sucessor: a comment on Scott's theory of flexible accumulation and the re-emergence of regional economies. *International Journal of Urban and Regional Researsch*. 1990. vol.14, nº1, pp.159-174. p.170.

106 JESSOP, Bob - Fordism and Post-fordism: A Critical Reformulation. in STORPER,M.;SCOTT, A. J. (Ed.s) - *Pathways to Industrialization and Regional Development*. London: Routledge, 1992.pp.46-69. p.55

107 Idem, p.66.

tipo/diversidade e quantidade de produtos produzidos, assim como a posição mais ou menos a juzante nas respectivas fileiras ou cadeias produtivas[108].

Quanto às pequenas e médias empresas, as estruturas de especialização flexível foram assumindo cada vez maior significado. Face à forte concorrência internacional, as PME's especializaram-se em produções em pequenas quantidades e grande diversidade. Globalmente criaram-se redes de produtores organizados segundo uma estrutura desintegrada verticalmente cuja articulação pressupõe relações estreitas de coordenação, nomeadamente através do arranjo territorial – a concentração em bacias de emprego limitadas – e em redes, numa "quasi-integração", usando o termo de Danièle Leborgne e Alain Lipietz.[109]

1.2. A Geografia Industrial do Pós-fordismo

1.2.1. Retoma das abordagens marxistas na Geografia Humana

A produção bibliográfica e a investigação em geral na Geografia Humana a partir do final dos anos setenta e durante os anos oitenta foi fortemente dominada pela influência de princípios teóricos de raíz marxista, nas suas mais diversas formulações e leituras. Mesmo que o balanço da evolução da disciplina, desde a época do domínio da geografia quantitativa - traduzida no seu expoente máximo na publicação da obra histórica de Richard Chorley e Peter Hagett, *Models in Geography*, em 1967[110] - se tenha saldado na progressiva formulação de uma abordagem alternativa, político-económica ("the political-economy approach")[111] que não se pode confinar ao marxismo, foi por este fortemente

---

[108] Sobre os mecanismos da integração e desintegração: SCOTT, Allen – *Metropolis: from the division of labor to urban form*. Berkeley: University of California Press, 1988.

[109] LEBORGNE, D. ; LIPIETZ, A. - New technologies, new modes of regulation: some spacial implications. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1988. vol.6.(3) pp.263-280.

[110] CHORLEY, Richard; HAGGETT, Peter – *Models in Geography*. London: Methuen, 1967. Trata-se de uma obra que pode ser tomada como o retrato de uma época, pela divulgação e impacto que teve, o que não significa que tenha sido a de maior profundidade teórica. Com fundamentos epistemológicos mais desenvolvidos e uma teoria mais consolidada, ficaram-nos outras obras de referência da época, das quais destacaria, de HARVEY, David - *Explanations in Geography*. London: Edward Arnold, 1976.

[111] É difícil a tradução do termo "political-economy", neste contexto, pois não corresponde a 'economia política' nem à geografia como um tipo de economia. Com a sua utilização os autores em questão, pretendem traduzir um processo de modificação e integração diferente, da geografia nas ciências sociais, nos últimos vinte a vinte e cinco anos. De qualquer forma a questão do conceito e do termo é discutida na introdução da obra PEET,

influenciada, sobretudo enquanto escola de pensamento crítico dominante, orientada para as classes sociais ("the leading class-oriented school of critical thought")[112].

Mais do que por uma questão de moda, ainda que também o seu efeito não possa ser desprezado[113], a reabilitação e crescente popularidade das teses marxistas naquela época, deveu-se ao facto de elas se apresentarem como a alternativa melhor consolidada, face às correntes positivistas e à geografia quantitativa, quando estas se apresentavam em evidente declínio e a sua capacidade analítica era cada vez mais posta em causa pela evidência empírica. Obras pioneiras como *Social Justice and the City*[114], de David Harvey, de 1973 e *La Question Urbaine*[115], de Manuel Castells, de 1972, são paradigmáticas das posturas teóricas que a partir de então se viriam a generalizar e desenvolver no seio da geografia humana[116].

A repescagem das teses marxistas assumiu particular importância nos anos setenta, dentro da que viria a ser designada por Geografia Radical, a qual representava uma oposição "radical" às teses convencionais, desde os modelos quantitativos a outros anteriores, do possibilismo ao determinismo ou à diferenciação de áreas ou excepcionalismo. A biografia científica do "teórico

---

R.; THRIFT, N., (Ed.) - *New Models in Geography : The political-economy perspective*. 2 vol. London: Unwin Hyman L.td, 1989

112 PEET, R.; THRIFT, N., (Ed.) - *New Models in Geography : The political-economy perspective*. 2 vol. London: Unwin Hyman L.td, 1989. (Destaque para o *Foreword* de Doreen MASSEY (p.ix) e o artigo introdutório dos editores, *Political economy and human geography*, pp.3-29); CORBRIDGE, Stuart - Development Studies. *Progress in Human Geography*. 1990, vol. 14, n. 3. p. 392-403.

113 "Intellectual life, furthermore, is as probe to fashions as any other" HARVEY, David - *The Urban Experience*. Oxford: Basil Blackwell, 1992. (1ª ed. 1989). p. 4. O breve editorial de GREGORY, Derek - Bloody Theory. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1993, vol 11, p. 253-254, é particularmente oportuno sobre a discussão teórica em si mesma , tomando como referência precisamente David HARVEY e em particular, duas das suas obras, publicadas com 16 anos de intervalo: *Social Justice and the City*. Baltimore: John Hopkins Univ. Press, 1973 e *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the origins of Cultural Change*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

114 HARVEY, David – *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1979 (1ª ed. Inglês: *Social Justice and the City*. Londres: Edward Arnold, 1973)

115 CASTELLS, Manuel – *La Question Urbaine*. Paris: François Maspero, 1981.

116 "I turned to the Marxian meta-theory in the early 1970's in part because I found (and still find) it the most powerful of all the explanatory schemas available" HARVEY, David - *The Urban Experience*. Oxford: Basil Blackwell, 1992. (1ª ed. 1989). p.3.

pioneiro de geografia radical"[117], David Harvey, retrata por si só os principais traços da evolução da disciplina desde então até à actualidade[118].

Não foi por acaso que a atenção dos primeiros autores a operarem a viragem das tradições positivistas e dominadas pela teoria económica neo-clássica e pela estatística, se dirigiu para a cidade e o desenvolvimento da urbanização, ou seja dentro da geografia urbana. "Almost alone amongst other human sciences, in the 1950's human geography still had a poorly developed base in social theory"[119]. As teses marxistas aparecem na geografia numa versão reelaborada pela sociologia, mais precisamente pela sociologia urbana, numa época em que o crescimento urbano tinha conduzido à formação de grandes cidades e áreas metropolitanas com problemas de gestão urbanística e conflitos sociais difíceis de resolver e representam o primeiro passo de integração efectiva da geografia nas ciências sociais. Ora, olhar para o "social" significava naturalmente olhar para as relações de classes, as quais, por seu turno, se traduzem por relações de produção. Daí que "a organização espacial das relações sociais da produção capitalista"[120] se tenham convertido no problema central de Geografia Humana[121]. E daí também que as relações entre a Geografia Humana Moderna e a Teoria Social Moderna se tenham estabelecido através do conceito de "Estrutura Espacial"[122].

O desenvolvimento do capitalismo contém duas dinâmicas antagónicas em termos de comportamento espacial: por um lado, a racionalização da produção potencia a aglomeração espacial da actividade económica em certas regiões mas, por outro, o carácter expansionista do capitalismo em termos de crescimento económico e técnico, não se limita a essas regiões, antes passa por uma extensão

---

117 PEET, R.; THRIFT, N., (Ed.) - *New Models in Geography : The political-economy perspective*. 2 vol. London: Unwin Hyman L.td, 1989

118 "One of the reasons that book [*Social justice and the city*] attrackted so much attention at the time - and continues to haunt me - was, I think, the connective imperative it sought to establish between knowledge and power, theory and pratice, intellectual inquiry and political culture." GREGORY, Derek - Bloody Theory. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1993. vol11. p.253.

119 PEET, R.; THRIFT, N., (Ed.) - *New Models in Geography : The political-economy perspective*. 2 vol. London: Unwin Hyman L.td, 1989. p.15.

120 MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990.

121 Sobre as obras que maior impacto causaram no final dos anos oitenta, onde sobressaiem os autores marxistas e os estudos sobre a produção e as questões sociais, vi: Books of the decade: an ecletic listing. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1992. vol 10. p.721-730.

geográfica de relações (interregionais), as quais variam com o tempo[123]. "The tension between the two can only be reconciled, so Harvey claims, through the urbanization of capital"[124].

O grande mérito da teoria marxista residia, antes de mais, na sua capacidade analítica de interpretação histórica do desenvolvimento das sociedades e no seu modelo, teoricamente já consolidado, do materialismo histórico. Capaz de explicar rupturas passadas, na evolução das sociedades industrializadas, vê-se retomado, na expectativa de interpretação e prospecção, num período em que uma nova crise se instala e expande - os anos setenta. As primeiras manifestações neo-marxistas, designação convencional, resultaram no início, da influência de abordagens associadas ao estruturalismo francês, o qual se desenvolvera a partir do final da guerra com grande popularidade e aceitação devido sobretudo ao papel da resistência francesa. Da transposição directa do esquema do estruturalismo, para a geografia resultaram contribuições de grande importância ainda que muitas vezes acusadas de limitadas e enviesadas pela consideração prévia de pressupostos, tomados como válidos, exteriores à disciplina, de uma forma afinal muito semelhante às tradições positivistas[125]. Também o estruturalismo porém, foi sofrendo a sua evolução e perdendo o seu carácter 'a-espacial'. Anthony Giddens destaca-se no contexto dos sociólogos estruturalistas ao procurar integrar a teoria social com a dimensão 'localizada' da interacção no tempo e no espaço[126], aproximando-se assim da geografia.

---

122 GREGORY, Derek - Solid Geometry: notes on the recovery of Spatial Structure. in CARLSTEIN, T. - *Timing Space and Spacing Time*. London: Arnold, 1978.pp.187-220.

123 GREGORY, Derek - Areal Differentiation and Post-Modern Human Geography. in GREGORY, D. ; WALFORD, Rex (Ed.) - *Horizons in Human Geography*. London: Macmillan, 1990 (1° ed. 1989) p. 73 e PEET, Richard - *Global Capitalism. Theories of Societal Development*. London: Routledge, 1991. p.12.

124 GREGORY, Derek - Areal Differentiation and Post-Modern Human Geography. in GREGORY, D. ; WALFORD, Rex (Ed.) - *Horizons in Human Geography*. London: Macmillan, 1990 (1° ed. 1989) p. 73 remetendo para HARVEY, David - *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1984. (1ª ed. 1982).

125 Manuel CASTELLS pode ser apontado como o autor que protagonizou a importação mais directa do estruturalismo para a Geografia através do seu CASTELLS, Manuel – *La Question Urbaine*. Paris: François Maspero, 1981. Outros exemplos em:: PEET, R.; THRIFT, N., (Ed.) - *New Models in Geography : The political-economy perspective*. 2 vol. London: Unwin Hyman L.td, 1989. p.11. e SOJA, Edward W. - The socio-spacial dialectic. *Annals of the Association of American Geographers*. 1980. vol.70 n.2 pp.207-225.

126 "... it is necessary to consider how social theory should confront ... the 'situadness' of interaction in time and space." GIDDENS, Anthony - *The Constitution of Society*. Oxford: Basil Blackwell, 1986. p.111. (1ª ed. 1984)

A leitura das teses marxistas pela geografia desenvolveu-se segundo um vasto leque de orientações, influenciada também pelas mais diversas contribuições de outras áreas do saber desde a Sociologia, à Economia ou à História. E, se a evidência empírica foi encontrada em termos formais de padrões de organização do espaço, em primeiro lugar nas cidades[127], o seu alvo inequívoco foi e continua a ser o processo de desenvolvimento do capitalismo industrial e a interpretação geográfica das leis de circulação do capital. Esta é aliás assumidamente a posição de David Harvey ao longo da sua longa e vasta investigação, exposta talvez da forma mais sistematizada em *The Limits to Capital*[128]. Esta é a razão pela qual é precisamente no campo da geografia industrial que as teses marxistas continuaram durante muito tempo presentes ou a sua discussão se manteve acesa até tão recentemente.

É, de facto, uma leitura geográfica de Marx que distingue as abordagens teóricas da geografia das das outras ciências sociais. Não existe uma mera importação de contribuições de outras disciplinas, antes se assistiu ao desenvolvimento paralelo com outros, de diferentes perspectivas, na linha de pensamento marxista. Mais ainda, as correntes neo-marxistas não se desenvolveram a partir de um quadro teórico pré-existente, com o objectivo de o validarem. Para além da construção de uma nova ortodoxia, parece ter havido uma preocupação em explorar as virtualidades analíticas de princípios teóricos anteriormente formulados, aí se estabelecendo uma ruptura epistemológica com práticas anteriores. É verdade que inicialmente (nomeadamente em Manuel Castells) se partiu de teorias gerais sobre a estruturação da sociedade e das relações verticais que no seu interior se desenvolvem, desvinculadas da realidade espacial, procurando analisar esta última como o espelho ou consequência das primeiras, ainda que admitindo, posteriormente, relações de interacção entre ambas.

Mas, a "dialéctica sócio-espacial"[129] ultrapassa este quadro de análise. As relações horizontais (espaciais) não se reduzem ao quadro territorial onde as

---

127 "By focusing on urbanization I do not intend that it should be considered a theoretically specific object of analysis separate from the historical geography of capitalism as a whole". HARVEY, David - *The Urban Experience*. Oxford: Basil Blackwell, 1992. (1ª ed. 1989). p.6

128 HARVEY, David - *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1984. (1ª ed. 1982)

129 SOJA, Edward W. - The socio-spacial dialectic. Annals of the Association of American Geographers. 1980. vol.70 n.2 pp.207-225.

anteriores, verticais (sociais), se desenrolam. Não! "A geografia conta."[130] Na estrutura vertical e na horizontal desenvolve-se o mesmo conflito, uma relação dialéctica "homóloga"; são as duas faces da moeda capital-trabalho[131]. A grande dificuldade a partir de então, na reestruturação do pensamento geográfico e as maiores inovações nos paradigmas teóricos da geografia humana centraram-se na demonstração teórica e na investigação empírica (tarefa só aparentemente simples) do carácter espacial dos processos sociais, económicos e culturais da evolução das sociedades, para além da sua mera constatação e descrição[132].

"Capitalist organization is constituted in and through spatial relations" ... e "...spatial relations stand on their own as means of integrating production systems. Space is that basic to human action. "[133]

Em suma, para além da recuperação das teorias marxistas, continuou em construção uma teoria do espaço.

Da geografia urbana, as teses marxistas ou melhor, neo-marxistas desenvolveram-se de imediato, essencialmente no domínio da teoria do desenvolvimento. Sobre o desenvolvimento desigual e as assimetrias regionais, destacaram-se e tiveram grande ressonância internacional, até ao final dos anos setenta, sobretudo as teses terceiro mundistas da dependência[134]. Não sendo este o momento para discutir a problemática do subdesenvolvimento, em si mesmo, é importante perceber que aí enraizaram as principais contribuições

---

130 "Geography matters" tornou-se quase o ex-libris de Doreen MASSEY. Inicialmente, utilizou a expressão e respectiva demonstração em MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990.

131 SOJA, Edward W. - The socio-spacial dialectic. *Annals of the Association of American Geographers*. 1980. vol.70 n.2 pp.207-225.

132 Um dos autores de referência, cujo discurso vai para além da discussão e crítica estéril, das teses marxistas apenas em função das novas realidades políticas dos ex-países de leste, defendendo o que ele designa por "realismo" e uma reformulação das teses marxistas tradicionais é Andrew SAYER. Entre outros artigos, discute as questões do reduccionismo marxista na abordagem da divisão técnica do trabalho e relações sociais em: SAYER, Andrew - Radical Geography and Marxist political economy: towards a re-evaluation. *Progress in Human Geography*. 1992. vol16,nº3. pp.343-360.

133 WALKER, Richard - The Geographical Organization of Production-systems. *Environment and Planning D: Society and Space*. vol.l6, 1988, pp.377-408. p385

134 PEET, Richard - *Global Capitalism. Theories of Societal Development*. London: Routledge, 1991. Richard PEET analisa período a período, desde a Segunda Guerra, as principais teorias do subdesenvolvimento, desde ROSTOW e o modelo das etapas do desenvolvimento económico a André Gunder FRANK, Celso FURTADO e o modelo da dependência até às teses mais modernas do Sistema-Mundo de Emmanuel WALLERSTEIN. Vi ainda: MASSEY,

teóricas actuais da Geografia Industrial. E isto porque a industrialização, usando as palavras de M. Storper e R. Walker[135], é uma "grande e límpida janela" através da qual é possível olhar para as problemáticas mais amplas do desenvolvimento económico e da geografia dos processos da economia política.

A influência da teoria marxista na Geografia poderia, à primeira vista, parecer paradoxal (facto aliás muito discutido), na medida em que o espaço é o grande ausente na obra de Marx, em termos explícitos, à excepção da sua profética previsão da anulação do espaço pelo tempo. O que Harvey [e outros que se lhe seguiram] foi capaz de mostrar é que os fundamentos da economia política de Marx, ao contrário do cálculo a-espacial da economia neo-clássica, dependem da produção de uma economia espacialmente diferenciada e integrada"[136].

"When the laws of motion of capital are related to their concrete historical and geographical context, to how they unfold over time and space in the evolving framework of expanded reproduction, the key role of uneven geographical development becomes apparent"[137].

Uma das mais importantes contribuições das teses marxistas na geografia humana e decorrendo de tudo o que já se expôs, foi a revalorização dos estudos históricos ou a valorização da componente histórica em toda a análise geográfica.

Doreen, ALLEN, John (Ed.) – *Uneven redevelopment: cities and regions in transition: a reader.* London: Hadder and Stonghton, 1988.

135 STORPER, Michael; WALKER, Richard - *The Capitalist Imperative. Territory, Technology, and Industrial Growth.* New York: Basil Blackwell, 1989. p.1.

136 GREGORY, Derek - Areal Differentiation and Post-Modern Human Geography. in GREGORY, Derek; WALFORD, Rex (Ed.) - *Horizons in Human Geography.* London: Macmillan, 1990. Pp67-86. p.73., tomando HARVEY, David - *The Limits to Capital.* Oxford: Basil Blackwell, 1984. (1ª ed. 1982), (destaque para os capítulos 12 e 13).

137 SOJA, Edward W. - The socio-spacial dialectic. *Annals of the Association of American Geographers.* 1980. vol.70 n.2 p.220. SOJA, seguindo Marx em *O Capital,* mostra como apesar de lá se encontrarem demonstradas as leis de movimentação do capital, não é possível obter uma explicação para a sobrevivência posterior do sistema capitalista a não ser que se considere o desenvolvimento desigual das regiões. Recorrendo a Ernest MANDEL, em *Late Capitalism* e à sua abordagem sobre os processos do capitalismo monopolista, ele mostra como aquela sobrevivência assentou nas diferenciação regional. Ainda de MANDEL, Ernest - *Marxist Economic Theory.* Vol.I. N.Y.: Monthly Review Press, 1968, p. 43, SOJA, extrai o seguinte texto: "If the rate of profit were always the same in all the regions of a nation and in all the countries of the world, as well as in all the branches of industry, then there would be no more accumulation of capital other then that made necessary by demographic movement. And this itself would be modified in its own turn by the impact of the severe economic stagnation that would ensue". SOJA, E. - The socio-spacial dialectic.... p.220.

A reutilização da teoria marxista pela geografia humana não conduziu de forma alguma, à construção de um único paradigma, nem se manifestou com igual intensidade ao longo do tempo, antes se assistindo a variações cíclicas de popularidade. No final dos anos oitenta, registou-se uma tendência para o desenvolvimento de abordagens marxistas mais tradicionais (ortodoxas), provavelmente como resultado de um empirismo exagerado que, terá levado demasiado longe a investigação local e ignorado a construção da teoria básica.[138] O estudo de casos nem sempre conduzia a sistematizações e parecia constituir um fim em si mesmo, sem a tentativa de identificação de uma teoria.

Também o desenvolvimento da disciplina não se esgotou no interior das correntes marxistas ainda que elas tenham constituido os pilares das abordagens da economia política. As críticas de maior impacto tiveram origem em teorias de pendor liberal, associadas frequentemente a correntes políticas da chamada nova direita e, em muitos casos, reduziram o debate de forma maniqueísta. A par de outros paradigmas e outras propostas teóricas de abordagem, a retoma das teorias marxistas deverá ser avaliada em função das novas realidades económicas e sociais[139] e explorada nas suas virtualidades ou rejeitada nas suas incapacidades e desajustamentos.

1.2.2. O problema da localização das indústrias na Geografia Industrial

Onde se localizam as indústrias? Depois de Weber, ninguém mais retomaria a questão nestes termos. Não há um modelo de localização ideal generalizável. Haverá talvez um conjunto de circunstâncias que conduzem à repartição desigual da indústria e o que se passa depois, decorre do efeito de persistência, da força da inércia geográfica. Os padrões físicos mantêm-se muitas vezes, ainda que se adaptem a novas redes de interdependências e a novas formas organizacionais.

Aparentemente simples, a questão da influência recíproca entre as estruturas espaciais e as indústrias, tomado essencialmente na sua componente económica e de produção, levanta muitas dificuldades de abordagem e compreensão. Por muito que já se tenha discutido e escrito sobre esta problemática, subsistem ainda muitas dúvidas e questões sem resposta,

---

[138] SAYER, Andrew - Realism and Geography, in JOHNSTON, R. J. (Ed.) - *The Future of Geography*. London: Methuen, 1985. pp.159-173.

nomeadamente a nível da investigação empírica, as quais ultrapassam muitas vezes o campo da Geografia Industrial e se generalizam à Geografia em geral. Estamos no fundo a entrar no velho debate, sempre em aberto, sobre a interdisciplinariedade e a vocação ou o papel da Geografia como ciência de charneira ou síntese. Ainda que sem preocupações do tipo *teoria pela teoria*, sendo relativamente simples chegar a um consenso a nível teórico sobre a interrelação entre os factos económicos e sociais e as estruturas espaciais, metodologicamente, continua a ser complexo organizar e correlacionar informação com proveniências diversas. Trata-se sempre de uma importação de inputs de outras disciplinas, estruturados segundo uma escala de valorização diferenciada, passível de ser questionada.

Os primeiros tempos da construção da Teoria da Localização Industrial, marcados basicamente pela histórica Teoria da Localização das Indústrias de Alfred Weber publicada pela primeira vez em 1909[140], caracterizaram-se por uma orientação dirigida para as unidades fabris, individualmente. Com efeito, a atenção centrava-se no problema da localização das fábricas em si mesmas e a questão fundamental era perceber o raciocínio que presidia à escolha de uma localização, por parte do capital, do investidor, tentando chegar à explicação dos padrões gerais pelo somatório dos casos, já que o objectivo último seria compreender os padrões de distribuição da indústria, na sua totalidade. Os modelos explicativos dos padrões de distribuição das indústrias passavam, fundamentalmente pelo inventário e conhecimento do jogo de factores de localização que iam desde a localização das matérias-primas, aos factores de produção, aos custos de transporte e aos mercados. A postura teórica do modelo inicial de Weber, bem como dos posteriores desenvolvimentos, no interior da chamada "escola da localização", decorria, em primeiro lugar, dos pressupostos de equilíbrio da teoria económica neo-clássica em relação aos mecanismos da oferta e da procura, teoria que enformava aliás todos os modelos da Geografia Humana para a abordagem das estruturas espaciais urbanas ou do espaço agrícola, etc... O espaço correspondia a um custo, o custo de vencer a separação física entre recursos, actividades e consumidores e como tal era incorporado no raciocínio

---

[139] SAYER, Andrew - Radical Geography and Marxist political economy: towards a re-evaluation. *Progress in Human Geography*. 1992. vol16,n°3. pp.343-360.

[140] Foi utilizada a seguinte edição: WEBER, Alfred - *Theory of the Location of Industries*. Translated with an Introduction and Notes by Carl J. Friedrich. Chicago and London: The University of Chicago Press, 7th Impression. 1st. Publ.1929, 1969.

económico. A capacidade económica de vencer essa separação física era suposta determinar o padrão espacial dos fenómenos.

É nesta corrente teórica, sempre muito próxima da economia marginalista, que vai entroncar a tradição da investigação empírica geográfica que associa correlação a causalidade e procura causas espaciais para os padrões espaciais, a partir de correlações, a qual viria a ganhar crescente aceitação e divulgação a partir dos finais dos anos cinquenta, associada à chamada "revolução quantitativa" e a todas as teorias de pendor positivista. Tradição que se viria a manter praticamente durante toda a década de setenta e alimentaria a construção de alguns modelos teóricos, cuja rigidez e falta de aderência à realidade decorria, em primeiro lugar, do desajuste dos próprios pressupostos teóricos.

Não se podem porém ignorar as limitações tecnológicas para o desenvolvimento de modelos em diferentes épocas históricas. É possível que se assuma erradamente que, muitos modelos se baseiam em pressupostos da economia neoclássica e daí por vezes a sua rejeição liminar actual, quando a entropia de sistemas que esses modelos pretendem retratar se prende apenas com combinações de conceitos e indicadores estatísticos[141]. " ...modelling does not exist in a technical vacuum (as many would like to think) but has strong links with tradicional geographical location theory on the one hand and important contemporary application on the other."[142]

Harald Bathelt sistematiza da seguinte forma os quadros teóricos da Geografia Industrial: Paradigmas Tradicionais Estáticos (Weber e desenvolvimentos posteriores) e Paradigmas Cíclicos e Dinâmicos (Teoria dos Ciclos Económicos, Teoria do Ciclo do Produto e Teoria da Industrialização Geográfica).[143]

A grelha de Bathelt pode constituir um quadro de referência para a análise dos paradigmas da Geografia Industrial. Retrata bem a viragem das teses positivistas para as abordagens neo-marxistas decorrentes das rupturas do sistema produtivo, a partir dos anos setenta, com a retoma dos modelos de forte componente histórica e estabelece a relação entre modelos desenvolvidos em campos científicos diferentes. É talvez reducionista no que diz respeito às

---

[141] CLARKE, Martin; WILSON, Alan - Mathematical Models in Human Geography: 20 years on. in, PEET, R, THRIFT, N. - *New Models in Geography*. vol 1 pp.30-39.p.35

[142] Idem, p.38.

[143] BATHELT, Harald - Erklärungsansätze Industrieller Standortentscheidungen. *Geographische Zeitschrift*. 80 Jhrg.1992.Heft.4pp197.

abordagens pós-fordistas uma vez que a Teoria da Industrialização Geográfica não retrata exaustivamente as tendências da investigação em Geografia Industrial da época. Dever-se-ia incluir a abordagem da divisão espacial do trabalho de forma autónoma, no rol daquelas propostas teóricas, nomeadamente a proposta de abordagem de Doreen Massey em *Spatial Divisions of Labour*[144] que, nas palavras de Anne Markusen "vai para além do discurso estéril da esp.flex.".[145] Completada com a abordagem da divisão espacial do trabalho, a grelha de Bathelt poder-se-á tomar como base de uma análise transversal, crítica, do que tem sido a Geografia Industrial do pós-fordismo.

1.2.2.1. Weber

Será que a Teoria de Weber pode ser classificada apenas como um modelo estático? Será que a sua maior contribuição para a geografia industrial reside no inventário mais ou menos exaustivo dos factores de localização das indústrias e na sua análise em função do problema individual da escolha da localização de uma fábrica?

Weber propôs-se levar a cabo um desenvolvimento teórico sobre a localização das indústrias, no sentido de conseguir estabelecer regras ou leis gerais de que dependiam essas escolhas locativas, perante uma aparente evidência empírica não passível de generalizações.

"As causas económicas que determinam a localização de uma indústria parecem uma rede de elementos complexos e diversificados, compostos, muitas vezes, a nível individual, de forma tão arbitrária, ou pelo menos tão acidental que parece não haver lugar para outra coisa que não seja uma análise do caso particular"[146].

Não cabe aqui uma descrição do trabalho de Weber. Dele se conhece e foi essencialmente divulgada a construção matemática de algumas situações tipícas deduzidas teoricamente a partir de pressupostos e princípios previamente

---

144 MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990.

145 Classics in human geography revisited (MASSEY, Doreen – *Spatial Divisions of Labour...*), Commentary 1: Ron Martin; Commentary 2: Ann Markusen, Author's response: Doreen Massey. *Progress in Human Geography*, 1993, vol.17, nº1,pp.69.

estabelecidos. Mas é importante revisitá-lo com a preocupação de perceber exactamente quais eram as suas preocupações mais profundas e como foi equacionando os problemas de verificação empírica que lhe foram surgindo. A sua preocupação inicial partia aliás de uma realidade empírica, sobre a qual fizera um trabalho preliminar e à qual se dirigia o seu esforço de abstracção teórica de construção de uma teoria "realista"[147] - a evolução da localização industrial na Alemanha desde 1860.[148] Mas seria indiscutivelmente sobre a sua formulação teórica que recairia a maior parte da discussão posterior em torno do modelo de Weber. Não se analisarão aqui nem as premissas, nem as variáveis do modelo, em si mesmas, repito, mas é importante ver até que ponto o interesse que Weber pode suscitar hoje em dia, vai para além da coerência lógica interna do seu modelo ou do seu valor histórico. Uma constatação bastaria para provar a oportunidade do exercício - a extraordinária longevidade do modelo. Não há estudo de casos e inquérito para investigação em geografia industrial que, invariavelmente, não contemple a identificação das causas da escolha da localização, provando como mesmo com o epíteto de "esquema tradicional", a teoria de Weber não foi substituida por alternativas igualmente universais.[149]

Weber preocupado com as grandes modificações estruturais e territoriais da economia mundial no seu tempo, sensível às deslocações populacionais massiças inter-regionais e inter-continentais e crítico perante o crescimento metropolitano, dirigiu a sua investigação para um campo específico, isolando o seu objecto de estudo por razões metodolócicas e teóricas. Assim, começou por estabelecer limites, temporais, espaciais e sectoriais muito restritos e rígidos, assumindo claramente, no entanto, que a sua obra deveria ser encarada como um princípio, não um fim[150].

---

[146] WEBER, Alfred - *Theory of the Location of Industries.* Translated with an Introduction and Notes by Carl J. Friedrich. Chicago and London: The University of Chicago Press, 7th Impression. 1st. Publ.1929, 1969. p.17.

[147] Idem.p.12.

[148] Embora com a intenção de o fazer, Weber não inclui na sua obra a construção da sua teoria 'realista'. Segundo uma nota do tradutor, faz uma abordagem na sua contribuição para Grundriss der Sozialöconomik. Idem.p.12.

[149] BATHELT, Harald - Erklärungsansätze Industrieller Standortentscheidungen. *Geographische Zeitschrift.* 80 Jhrg.1992.Heft.4. p.197.

[150] WEBER, Alfred - *Theory of the Location of Industries.* Translated with an Introduction and Notes by Carl J. Friedrich. Chicago and London: The University of Chicago Press, 7th Impression. 1st. Publ.1929, 1969. p.15.

"We shall see that the kind of industrial location which we have today is not entirely explained by the 'pure' rules of location, and therefore is not purely 'economic'. It results to a large extent rather from very definite central aspects of modern capitalism and is a function of modern capitalism which might disappear with it."[151] .... " Our studies thus provide without doubt an analysis for 'one' country, and apparently they provide the first necessary step toward a similar theory for the Weltwirtschaft (economic system of the world)".[152]

Desenvolvendo a sua dedução téórica, inicialmente, em torno de premissas restritas, todo o seu discurso explicativo, justificativo, digamos, se vai no entanto alargando. A obra de Weber é mais do que um modelo teórico, datado, localizado e desprovido de qualquer utilidade empírica para o seu tempo ou para a actualidade. É curioso notar como o tradutor da versão inglesa de 1929, repete por diversas vezes na introdução da Teoria da Localização das Indústrias, que o problema de Weber, a questão a que a sua obra quer dar resposta é, "O que leva uma indústria a alterar a sua localização?"[153], quando o autor propriamente dito nunca coloca a questão dessa forma nas suas intenções. Mas a obra de Weber é manifestamente dinâmica. Todo o tratamento do funcionamento dos factores de localização (Regionais ou Específicos das Indústrias, Custos de Transporte, Custos de Mão-de-obra, Factores de Aglomeração ou Dispersão) é feito explicita ou implicitamente numa perspectiva de alternativas temporárias, de contingências, de opções de mudança. E, globalmente, quando Weber integra o problema da indústria transformadora, inicialmente isolada, no sistema económico total, a variável tempo é em definitivo abordada.

"...each equilibrium of industrial location at a certain given moment is a modification of a previous equilibrium, and this modification has been necessitated by the development of the general conditions of locational distribution. Viewed from the particular period, such an equilibrium would appear as a rational

---

[151] Idem p.12., 13.

[152] Idem . p.13.

[153] FRIEDRICH, Carl J. - Introduction. In WEBER, Alfred - *Theory of the Location of Industries.* Translated with an Introduction and Notes by Carl J. Friedrich. Chicago and London: The University of Chicago Press, 7th Impression. 1st. Publ.1929, 1969.

transformation of a historically developed system which had became partly irrational and was therefore transformed."[154]

Mais, Weber imaginou uma situação utópica, em que uma determinada população, qualquer que ela fosse, iria ocupar um território (país) completamente vazio, com o objectivo de aí construir um sistema económico isolado e assumindo que a distribuição e o padrão de aglomeração vai ser exclusivamente determinado por razões económicas. Os processos desenrolar-se-iam segundo "layers" ou "strata" de distribuição geográfica, os quais se iam progressivamente sobrepondo uns aos outros. A cada momento, a cada "layer", corresponderia um "layout geográfico"[155] mantendo-se entre eles relações quer horizontais quer verticais.

Weber rejeita desde início, utilizar os desenvolvimentos existentes no seu tempo, em torno da importância da divisão internacional do trabalho, na evolução da economia mundial, os quais gozariam de crescente popularidade entre grande parte dos economistas.[156] Propositada e assumidamente, Weber isolou um espaço territorial, politicamente delimitado, embora todas as suas incursões na realidade (Approximations to Reality, Reintroducing the Realities) se aproximem dos fundamentos da divisão espacial do trabalho.

Quase se pode admitir que Weber estará tão próximo de Thünen, dos seus princípios teóricos e das suas metodologias, como de Dorren Massey, da sua abordagem da divisão espacial do trabalho e do seu modelo ou metáfora, como lhe têm chamado, dos "rounds" de investimento ou de outros teóricos do pós-fordismo cujos desenvolvimentos se têm pautado pelos mesmos princípios.

A contribuição de maior importância de Weber e de todos os autores que posteriormente foram criando modelos sobre a localização industrial, na linha weberiana[157], alargando o campo territorial e debruçando-se sobre as áreas de

---

[154] WEBER, Alfred - *Theory of the Location of Industries*. Translated with an Introduction and Notes by Carl J. Friedrich. Chicago and London: The University of Chicago Press, 7th Impression. 1st. Publ.1929, 1969. p.213.

[155] Idem, p.214.

[156] Weber seguiu os conceitos clássicos sobre divisão do trabalho, segundo os quais, existiria uma divisão segundo os produtos e uma divisão segundo as tarefas. As contribuições das diferentes tarefas conduziam a produção de um bem comercializável. A este respeito vi: WALKER, Richard - The Geographical Organization of production-systems. *Environment and Planning D: Society and Space*. Vol.6. 1988. pp377-408. p.378.

[157] Uma das mais completas obras sobre os modelos de pendor weberiano e que foi utilizada durante décadas como um verdadeiro manual do ensino da geografia industrial é

mercado ou explorando questões específicas dos factores de localização, de forma individual ou integrada, situa-se ao nível das relações entre as estruturas produtivas e os padrões espaciais que as mesmas assumem. Não parece existir necessariamente uma relação unívoca de causa e efeito entre as primeiras e os segundos, em todos esses paradigmas teóricos, ao contrário do que alguns autores são peremptórios em afirmar[158]. Como quer que seja, e deixando a discussão de esses novos paradigmas para outro ponto, é conveniente frisar um aspecto importante sobre a teoria de Weber, a nível da sua capacidade analítica e da sua oportunidade actual - a sua aplicabilidade no estudo de casos regionais.

Weber traduz necessariamente as correntes da sua época e é sobre os problemas do seu tempo que recaiem as suas dissertações. A primeira questão a que se procura dar resposta no presente estudo, é precisamente a que se prende com o desenvolvimento original da têxtil algodoeira no Norte de Portugal. Ora, deixando de lado as raízes históricas mais antigas desta actividade em Portugal, é no início do século XX que se vão operar as modificações mais profundas a nível da produção e do comportamento espacial. Um dos meus propósitos é demonstrar como se operou uma deslocação do centro de gravidade daquele ramo industrial, no início do século, do Porto para o vale do Ave, determinada por um conjunto de circunstâncias ligadas às modificações então ocorridas nas formas de organização e produção da indústria têxtil. Este processo foi contemporâneo nomeadamente da difusão da construção de aproveitamentos hidroeléctricos e consequente difusão das redes de distribuição de energia eléctrica produzida a partir de cursos de água. Sem poder esgotar o problema neste ponto, nem limitar as explicações bem mais complexas do que este exemplo possa sugerir, é importante analisar as conclusões de Weber nas suas "Aproximações às realidades", a propósito do uso da energia hidráulica[159].

Quer a energia hidráulica, na sua origem, quer a distribuição de electricidade obtida a partir daí, deveriam ser tomadas, teoricamente, num problema de localização industrial, da mesma forma que as minas de carvão ou os depósitos de fuel, com preços definidos e, no caso, mais baixos. A diferença entre

---

SMITH, David - *Industrial Location. An economic and geographical analysis*. New York: John Wiley, 1971.

158 STORPER, Michael; WALKER, Richard - *The Capitalist Imperative. Territory, Technology, and Industrial Growth*. New York: Basil Blackwell, 1989.

159 WEBER, Alfred - *Theory of the Location of Industries*. Translated with an Introduction and Notes by Carl J. Friedrich. Chicago and London: The University of Chicago Press, 7th Impression. 1st. Publ.1929, 1969. p.89.

a utilização dessas fontes de energia alternativas, residiria no facto da energia hidroeléctrica implicar a "transferência para um ponto que pode ser teoricamente novo, nomeadamente as quedas de água". Mas, " o que é teoricamente novo é o facto de uma transferência fundamental da localização (da figura), ter lugar à custa da necessidade de ter a localização no lugar da queda de água."[160]

Com isto quer Weber dizer que a "revolução locativa" causada pela energia hidráulica nas quedas de água dos rios, será menor do que a que provocaria a existência de uma mina de carvão a preço mais baixo, no mesmo sítio da queda de água. E isto feita a avaliação em termos de minimização dos custos de transporte, de acordo com os princípios do modelo.

A concentração da indústria têxtil no Norte de Portugal não se formou só por causa dos aproveitamentos hidroeléctricos seguramente, mas também eles integraram um conjunto de circunstâncias propícias ao seu desenvolvimento. Perante a inevitável questão da razão da escolha da localização da unidade industrial, vários empresários inquiridos na investigação empírica deste trabalho, apontaram a construção das primeiras centrais hidroeléctricas ou a proximidade a um ponto de um curso de água, propício para a instalação de turbinas geradoras de energia, como o factor decisivo daquela escolha. Não é na identificação em si mesma dos factores de localização que se esgota a utilidade analítica do modelo de Weber, mas sim na formulação teórica dos problemas, tanto mais oportuna quanto as circunstâncias históricas se aproximam da época de construção do modelo.

Com o que atrás se expôs àcerca do papel de Weber na geografia industrial não se pretendeu fazer nenhuma espécie de reabilitação de um paradigma desacreditado, nem tomar a defesa às críticas de que foi progressivamente alvo e, muito menos, catalogá-lo ou colocá-lo numa prateleira de qualquer arquivo de teorias, boas e más. A verdade é que não é impunemente que se assistiu, a partir sobretudo dos anos oitenta, a um crescente interesse generalizado por modelos históricos no sentido de melhor poder projectar evoluções futuras. A lição do passado é cada vez estudada com mais cuidado, numa época de crise social e económica e de procura ávida de novos paradigmas teóricos explicativos do real.

---

[160] Idem. p.90.

A maior lacuna em Weber, não se situará portanto, nas suas limitações temporais, mas espaciais e sectoriais, mais por desenvolver do que propriamente por identificar. A fazê-lo, ter-se-ia necessariamente aproximado dos teóricos da Divisão Internacional do Trabalho e tomado em conta o peso da concorrência internacional na sua época. No tratamento de três problemas específicos, os quais nunca ficarão definitiva e satisfatoriamente resolvidos na sua obra, Weber aproxima-se do que poderiam ser elementos exógenos às suas premissas, mas de crucial importância num eventual desenvolvimento dos processos de integração da localização industrial na esfera global da economia: os monopólios, as tarifas de transporte (transport rates) e as tarifas internacionais.

"Weber's triangle can be reproduced (with the different situations of the single firm in relation to the vertices) but the model can be extended to handle the competitive relationships of a set of firms."[161]

Quanto às variações sectoriais do comportamento espacial das indústrias, também o quadro de referência de Weber se pode apresentar, aos olhos da actualidade, como limitado e isto porque foi posteriormente que se vieram a registar as reestruturações mais profundas nas formas de produção e organização das indústrias assim como o aparecimento de novas cadeias produtivas e novos produtos.

1.2.2.2. Abordagens Pós-weberianas

O paradigma de Alfred Weber veio a dominar a Geografia Industrial durante muito tempo, mantendo-se muito da sua filosofia, nos modelos do período áureo da Geografia Quantitativa.[162]

A localização da produção numa economia capitalista é, nas palavras de David Harvey, *uma relação muito intrincado sujeita a múltiplas determinações*[163]. As vantagens de uma determinada localização para o capitalista individual dependem do custo do capital fixo e do capital variável e do transporte para o

---

[161] CLARKE, Martin; WILSON, Alan - Mathematical Models in Human Geography: 20 years on. in, PEET, R, THRIFT, N. - *New Models in Geography* vol 1 pp.30-39.p.33

[162] BENKO, Georges – Desenvolvimento regional e indústria de alta tecnologia: um estudo das dinâmicas locativas. *Finisterra* 1993.vol.XXVIII, N. 55-56, pp.73-100.

[163] "The location of production under capitalism is a very intrincate affair subject to multiple determinations." HARVEY, David - *The Limits to Capital.* Oxford: Basil Blackwell, 1984. (1ª ed. 1982) p.388

mercado com uma procura efectiva suficiente, o custo do juro do capital, o custo da disponibilidade de um leque vasto de serviços de apoio, assim como do preço do solo. Estes custos variam segundo a diversidade da natureza (os chamados recursos naturais), as condições sociais, políticas e económicas que afectam o custo da mão-de-obra, os custos dos inputs intermédios, os níveis da procura efectiva, etc. Os produtores também se envolvem na concorrência espacial - isto é, concorrência por localizações favoráveis, controlo de áreas de mercado específicas, etc. Estas considerações são tratadas na teoria burguesa da localização"[164]

Com a crescente sensibilização para a falta de aderência desses modelos, foram levadas a cabo algumas tentativas de reformulação, entre as quais as que recorreram aos modelos estocásticos, ligados a conceitos de probabilidade e incerteza e as da chamada corrente behaviorista, preocupada em humanizar o discurso teórico demasiado economicista e mecanicista tentando, em alternativa, valorizar os aspectos e factores ligados ao comportamento do empresário, de quem toma as decisões dentro da empresa e aos factores psicológicos e sociológicos que lhe andam associados. Estas inovações não constituiram porém senão achegas aos modelos pré-existentes, continuando o problema da Geografia Industrial a centrar-se na indústria individualmente, na fábrica de facto, e nas razões da sua localização, esperando através do somatório das partes obter a compreensão dos padrões globais da localização da indústria. Não surgiram verdadeiras alternativas teóricas, assistindo-se praticamente apenas ao debate em torno do leque dos factores locativos, cada vez mais aberto e complexo, por vezes difícil mesmo de quantificar e desenvolver empiricamente[165]. Vários autores apresentaram propostas metodológicas e modelos explicativos para a localização das indústrias, nesta linha de pensamento, representando aquilo que David Harvey designou por *literatura burguesa sobre teoria da localização*[166], concentrada fundamentalmente em torno da concorrência num ambiente de mercado livre.

Posicionada claramente numa leitura da localização da indústria a partir da procura de factores de localização e tratando a oferta das regiões como uma

---

164 Idem, Ibidem.

165 SMITH, David - *Industrial Location. An economic and geographical analysis*. New York: John Wiley, 1971.

166 "The bourgeois literature on location theory is full of all manner os intrincate discussions on the different forms of spatial competition." HARVEY, David - *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1984. (1ª ed. 1982)p.389.

variável conhecida e independente, a Teoria da Localização Industrial vai abordar o problema das diferenças regionais em consonância com essa premissa, ou seja, constata-as e identifica-as sobretudo em termos de especializações regionais. Às regiões mineiras associadas a siderurgias opunham-se regiões têxteis, regiões produtoras de máquinas, etc. A divisão espacial do trabalho correspondia fundamentalmente a produtos e os contrastes regionais eram avaliados essencialmente em termos de existências; havia regiões de forte concentração de indústrias em oposição a áreas rurais não industrializadas.

Não obstante a crescente atenção e preocupação para com os problemas das assimetrias regionais que o desenvolvimento do capitalismo industrial ia acentuando, as abordagens sobre o desenvolvimento económico desigual eram também compartimentadas e as regiões tomadas individualmente. O modelo das etapas de Rostow representa de forma paradigmática essas posições teóricas face às assimetrias económicas no Mundo e ao que foram os primeiros ensaios da Política Regional. As premissas eram relativamente simples: o estado de desenvolvimento de uma Região dependia de si mesma e dos seus recursos e potencialidades, sendo necessário encontrar uma estratégia para permitir às regiões atrasadas ultrapassar o seu estado e conseguir um crescimento satisfatório. Por detrás dos estudos ou das propostas de política Regional estava, portanto, sempre subjacente a ideia de tendência para a uniformização, para o equilíbrio e perspectivas geográficas próximas das teorias clássicas do determinismo e do possibilismo. As regiões eram supostas vir a percorrer um trajecto comum ainda que a ritmos diferentes e em tempos diferentes. Nos enunciados dos planos estratégicos de desenvolvimento socioeconómico, encontravamos sempre o objectivo de atenuar os desequilíbrios através da actuação sobre as regiões ditas atrasadas, designação aliás também suficientemente elucidativa sobre os pressupostos em que assentavam essas políticas.

Em termos médios e internacionalmente, esta fase duraria até aos anos setenta. As grandes fragilidades das propostas e modelos teóricos até então formulados, não só no campo restrito da Geografia Industrial como no da Política Regional não se deixavam no entanto evidenciar em toda a sua extensão pelo facto de se manterem quase inalterados os padrões básicos da repartição espacial da indústria, desde o início do século, nomeadamente a tendência para a concentração territorial e o desenvolvimento de regiões industriais, onde se registava crescimento económico, a nível de vários indicadores macro-económicos. O modelo básico do padrão de distribuição industrial não se tinha

afastado muito do criado no século passado e mesmo a recuperação dos países europeus industrializados, depois da segunda guerra, decalcou esse padrão histórico.

A partir dos anos setenta, vão porém, operar-se grandes inversões no comportamento das indústrias, as quais aliás já se vinham manifestando no final da década anterior. À progressiva quebra do emprego industrial, libertado por processos de modernização das indústrias, veio juntar-se uma inversão na tendência à distribuição polarizada da indústria que conduzira ao mapa das regiões industriais antes descrito e começaram a adivinhar-se outras tendências, nomeadamente de suburbanização da indústria para a periferia dos grandes aglomerados urbanos e de ruralização de algumas indústrias. Foi então que se começou a tornar mais evidente o fracasso das teorias disponíveis e se tornou mais flagrante a dicotomia entre a teoria e a investigação empírica, limitada normalmente a descrições geográficas, no sentido de inventariação de factores espaciais e na tentativa de verificação (forçada) dos modelos teóricos que se pretendiam gerais. O fenómeno só se revelou, no entanto, em toda a sua extensão, mais tarde, no seguimento dos grandes abalos decorrentes dos choque petrolíferos e da recessão económica que se foi instalando.

Nem mesmo as teorias de fundo marxista conseguiram inicialmente, construir um corpo teórico alternativo melhor adaptado às novas conjunturas, não ultrapassando a visão limitante de apontar a procura do capital de taxas de lucro mais elevadas e a sobrevivência do sistema através da sustentação do processo de acumulação, como única força condutora do comportamento das indústrias. De qualquer forma, a escola marxista foi responsável pelo maior avanço na teoria da localização industrial ao ultrapassar os limites da localização em si e introduzir no problema a oposição entre o trabalho e o capital em toda a sua extensão - do processo de trabalho às questões de índole sociológica - e aí procurar as causas mais profundas do comportamento espacial da indústria. Também ela, porém, acabou por enfermar inicialmente, de uma prática demasiado generalizante, normalizadora e determinista, fruto do mesmo afastamento da realidade que as teorias de fundo neo-clássico haviam manifestado. Na realidade, nem todos os países, nem todas as regiões viveram historicamente o processo de acumulação capitalista da mesma forma. Mas um dos grandes méritos das correntes marxistas foi a compreensão do mapa dos desequilíbios regionais: eles não são apenas uma consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, mas uma condição necessária à sua continuação. À medida que o sistema-mundo se

integrava e a internacionalização das economias ganhava maiores proporções, as propostas marxistas surgiam como as únicas abordagens holistas, decorrentes da preocupação histórica de compreensão dos mecanismos de funcionamento e fragilidades do sistema capitalista. Daí se terem convertido nas abordagens mais vanguardistas e terem inspirado os mais divulgados e ensaiados modelos de análise e intervenção sobre os desequilíbrios regionais a partir do final dos anos setenta, nomeadamente o modelo centro-periferia e suas variantes.

Enquanto as teorias de fundo marxista iam ganhando popularidade e se iam afirmando, as tradições clássicas da teoria da localização industrial de inspiração marginalista foram evoluindo no sentido de uma ainda cada vez maior aproximação à economia, privilegiando acima de tudo, os estudos empíricos, numa valorização crescente do quadro regional/local. Esta tendência para privilegiar o quadro regional na análise geográfica também se estendeu aos autores marxistas, mais ou menos ortodoxos e durante os anos oitenta alimentou um alargado debate em torno do que chegou a designar-se por "nova" Geografia Regional[167].

Mais do que um novo ramo da disciplina, tratou-se de uma alteração de postura no âmbito da Geografia Humana em geral. Utilizando as palavras de J. Nicholas Entrikin, o discurso generalizante deu lugar ao particularizante, à visão de fora ("decentered"), sobrepôs-se a visão de dentro ("centered") e "o apelo a uma nova Geografia Regional tornou-se um refrão comum na literatura da Geografia contemporânea"[168]. São os "contextualistas", ocupando o neologismo e a sua raíz, o mesmo lugar que o "milieu" ocupou na Geografia Regional clássica vidaliana. O desenvolvimento desta corrente de pensamento e sobretudo prática de investigação empírica surgiu essencialmente a partir de autores ligados aos problemas da produção, desenvolvimento económico, desequilíbrios regionais, numa linha de pensamento neo-marxista, uns mais ortodoxos, outros mais críticos, mas todos dando uma nova atenção ao local/regional, não pelos seus limites, mas pela importância do conhecimento do contexto onde os processos se desenrolam, numa dupla vertente estruturalista e humanista que esse contexto contém.

---

[167] THRIFT, Nigel - For a New Regional Geography 1. *Progress in Human Geography*. 1990, vol 14, n.2, pp272-279; THRIFT, Nigel - For a New Regional Geography 2. *Progress in Human Geography*. 1991, vol14, nº2 pp456-65 THRIFT, Nigel - For a New Regional Geography 3. *Progress in Human Geography*. 1993, vol17, nº1, pp.92-100.

[168] ENTRIKIN, J. Nicholas - *The Betweenness of Place. Towards a Geography of Modernity*. Londres: Macmillan Education Ltd. ,1991 (Critical Human Geography) p.20.

Autores como David Harvey acabaram no entanto por se vir a manifestar muito cépticos em relação às novas práticas no âmbito dessa tal "nova" Geografia Regional, considerando que se caiu num empirismo exagerado, um tanto ou quanto gratuito e sem grandes investimentos a nível da teorização, insistindo na necessidade de uma maior abstracção[169]. Mas na realidade, a nível de investigação empírica não se notam grandes contrastes e isto parece-me que se deve ao facto de uns e outros, marxistas ortodoxos e "contextualistas" terem uma formação e uma ideologia de base, comum e, além disso, não terem conseguido construir uma alternativa de abordagem teórica para a compatibilização entre o geral e o particular da qual tivessem resultado metodologias inovadoras para os estudos de casos.[170]

Não é por acaso que a maior parte dos estudos desta "nova" Geografia Regional recairam sobre a indústria e foram em muitos casos de cariz histórico. Aqui se inclui um conjunto de autores que ao longo dos anos oitenta e noventa, se debruçaram sobre as alterações na divisão espacial do trabalho e discutiram a aplicabilidade dos modelos clássicos da Geografia Industrial, assentes na economia neo-clássica e que de uma forma geral, se encontravam ligados à questão exclusiva da localização industrial[171].

Desafiados pelos novos arranjos espaciais da indústria e pela inversão de tendências que antes pareciam consolidadas, sobretudo a da concentração física da produção, os antigos modelos viram-se questionados e a procura de novas alternativas passou por uma alteração radical das perspectivas de abordagem. Como aliás noutros sectores da Geografia e do conhecimento, a realidade desafiou e evoluiu a um ritmo mais acelerado do que as teorias e os modelos que a ciência foi produzindo para a compreender.

---

169 HARVEY, David; SCOTT, Allen - The Practice of Human Geography: Theory and Empirical Specificity in the Transition from Fordism to Flexible Accumulation. in MACMILLAN, Bill - *Remodelling Geography*. Oxford: Basil Blackwell, 1989. Pp. 217 a 229.
As palavras com que os autores rematam este artigo são por si sós esclarecedoras acerca do que eram na época os objectivos da investigação geográfica: "...an intellectual project that accepts nothing less for its goal than the pursuit of a rigorously formulated and holistic theory of capitalist development in its current phase".

170 Ver a análise crítica de Ron MARTIN da obra de Doreen MASSEY - *Spatial Divisions of Labour*, em : Classics in human geography revisited. *Progress in Human Geography*. 17,1 (1993), pp. 69-72.

171 Entre outros, destacam-se os autores de origem (ou formação) anglo-americana, como Doreen MASSEY, Derek GREGORY, John SHORT, John URRY, Michael STORPER, Richard WALKER, Manuel CASTELLS e as edições já publicadas na colecção Critical Human

1.2.3. Os Novos Espaços Industriais

Confrontando os desenvolvimentos teóricos sobre os processos de reestruturação económica do pós-fordismo, evidentes em grande medida ainda na actualidade, com os estudos empíricos sobre o comportamento espacial das indústrias, detecta-se a existência de duas tendências fundamentais, diferentes:

Por um lado, a internacionalização das economias e o aumento da concorrência internacional, em grande medida apioada pela aceleração dos processos produtivos provocada por novas tecnologias e pelo encurtamento do ciclo de vida dos produtos, levou ao aparecimento de redes transnacionais de unidades produtivas, mais ou menos independentes juridicamente mas, controladas pelas grandes corporações financeiras e/ou industriais. As grandes empresas sentiram a necessidade de se instalar nos centros mais importantes do mercado mundial, ao mesmo tempo que procuram tirar partido das vantagens comparativas específicas de determinadas regiões, ao nível da produção propriamente dita.[172]

Paralelamente a esta tendência de organização global das relações de produção, associada à desintegração vertical das cadeias produtivas, em grande parte caracterizada por uma dipersão, à escala mundial verificou-se que também se iam desenrolando processos de concentração de empresas e sectores industriais em regiões restritas, resultado da desintegração vertical e horizontal das cadeias produtivas. De facto, os mecanismos necessários ao funcionamento eficiente de redes desintegradas de produção industrial, pressupõem proximidade física e aglomeração espacial.

A desintegração vertical no interior de uma fileira industrial implica a existência de uma boa articulação entre todos os elementos da rede, uma coordenação ao longo dos segmentos e a sincronização dos processos de

---

Geography pela editora Macmillan sob a direcção de Mark BILLINGE, D. GREGORY e Ron MARTIN.

172 SCHOENBERGER, Erika - From Fordism to flexible accumulation: technology, comparative strategies, and international location. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1988, vol.6, pp.245-262.

aprendizagem. Daí que essa desintegração possa conduzir a uma crescente integração espacial - à "quasi-integração" de Leborgne e Lipietz.[173]

As duas tendências descritas reflectem como a divisão técnica e social do trabalho podem condicionar a divisão espacial do trabalho e as estruturas espaciais de produção e evidenciam a perda de importância relativa dos factores locativos enumerados pelas teorias tradicionais de pendor weberiano.

Mas, como não se atingiu ainda um consenso generalizado sobre a estrutura do crescimento económico actual (ou regime de acumulação dominante) nem se conhecem, em toda a sua dimensão, os mecanismos de coordenação (ou modos de regulação), as propostas sobre as formas dominantes de arranjo territorial das actividades produtivas apresentam, de certa forma, um carácter especulativo.[174]

É difícil estabelecer uma cronologia entre as contribuições teóricas enformadas pelas teorias económicas de longo prazo, modelos cíclicos ou Teoria da Regulação, ou entre a investigação sobre o pós-fordismo e a acumulação/especialização flexível e as contribuições dos geógrafos da divisão espacial do trabalho. As primeiras investigações decorreram praticamente de forma simultânea e, desde então, tem havido uma interacção recíproca entre os estudos provenientes dos dois sectores.

Quem primeiro avançou com uma proposta de abordagem das novas tendências na (re)aglomeração regional das indústrias, foi Allen J. Scott, em 1988[175].

"With the steady ascendance of the latter regime (flexible accumulation) a number of new industrial spaces have also started to make their decisive historical appearance on the economic landscape and these now call urgently for analytical attention"[176]

---

[173] LEBORGNE, D. ; LIPIETZ, A. – New technologies, new modes of regulation: some spatial implications. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1988, vol 6. P.263-280

[174] BATHELT, Harald - The Bedeutung der Regulationstheorie in der wirtschaftsgeographischen Forschung. *Geographische Zeitschrift* 1994, vol..82, pp.63-90. p.85.

[175] SCOTT, Allen J. – Flexible production systems and regional development: the rise of new industrial spaces in North America and western Europe. *International Journal of Urban and regional researsch*. 1988, 12, pp.171-185.

[176] Idem. p.171

Desde então e de acordo com muito do que antes expus sobre as reestruturações industriais actuais, têm surgido vários modelos explicativos do respectivo comportamento espacial. Foram os Novos Espaços Industriais (New Industrial Spaces), os (Novos) Distritos Industriais e os Meios Locais de Inovação. Há entre as três designações muitos elementos comuns, quer ao nível conceptual, quer ao nível da evidência empírica. Todos procuram retratar a configuração geográfica do Pós-fordismo.

Os Novos Espaços Industriais corresponderiam, segundo a formulação de Scott, às áreas de reaglomeração da produção e a conjuntos de unidades produtivas flexíveis (new flexible ensembles of productive activity).[177] Antes de mais, tratar-se-ia de espaços que durante as décadas de 50 e 60 não tinham tido grandes ligações locativas aos velhos centros de produção fordista. Estes últimos seriam mesmo ambientes hostis ao desenvolvimento dos novos complexos flexíveis que procurariam áreas não contaminadas, como muitas vezes foi dito, pelo fordismo.

Os Novos Espaços Industriais encontrados pela investigação empírica da altura – anos oitenta - dividiam-se em dois tipos fundamentais: enclaves nas regiões de industrialização antiga, nomeadamente no interior das periferias das áreas metropolitanas e nas franjas geográficas da extensificação do capitalismo industrial, periferias ou semi-periferias das áreas outrora fordistas, por vezes rurais, outras vezes com algumas unidades industriais de grandes grupos transnacionais mas, onde não existia uma tradição industrial nem um operariado organizado.[178]

Tanto as teorias tradicionais, desenvolvidas por Weber e os seus seguidores, com particular incidência por Walter Isard e outros fundadores da Ciência Regional, como as abordagens do desenvolvimento económico segundo variações cíclicas, ao analisarem os padrões territoriais, partilham uma perspectiva comum centrada nas regiões. A filosofia de todas estas correntes, aparece sempre marcada por um discurso do tipo : *As regiões têm certas características* .... isto é, as regiões oferecem factores de produção.

A grande originalidade dos autores do Pós-fordismo e da especialização flexível, a este nível, situa-se no desenvolvimento de uma abordagem alternativa onde se admite que "os sectores industriais geram o seu próprio campo regional, o

---

[177] Idem p.178

[178] Idem. p. 179 e seg.

qual corresponde às respectivas necessidades específicas e conduz aos processos de aglomeração relacionados com as suas dinâmicas próprias".[179]

Foi, basicamente, a partir de um conjunto de estudos empíricos de regiões industriais da Europa e dos Estados Unidos da América, com destaque para a mais vasta, ou pelo menos pioneira e mais divulgada bibliografia sobre as regiões do Nordeste e Centro da Itália, que começaram a surgir, desde o início dos anos oitenta, estas propostas de modelos de organização territorial das indústrias que se acreditou virem a surgir e desenvolver-se de forma generalizada internacionalmente.

"In many ways, the lessons to be learned from the contemporary industrialization of the Third Italy are just as important as those of Japon."[180]

A crise do sistema de produção em massa decorreu, sistematizando o que já foi dito, de três factores: da progressiva importância das decisões do consumidor, cada vez mais imprevisíveis e difíceis de condicionar, da volatibilidade dos mercados, ligada aliás à primeira e da introdução de inovações que conduziram ao encurtamento do ciclo de vida dos produtos[181]. Os ramos industriais mais sensíveis a estes processos foram as indústrias de bens duradouros e semi-duradouros e os países mais industrializados foram, naturalmente, os mais atingidos e aqueles onde se registaram as maiores reestruturações industriais no sentido da flexibilização.

Os novos espaços industriais representariam a configuração formal de reestruturações profundas no processo de desenvolvimento do capitalismo industrial "em crise", desde os anos sessenta. A crise do sistema corresponderia, seguindo o pensamento dos autores dos novos paradigmas, a uma crise do sistema de produção em série, uma crise do Fordismo. A resposta a essa crise fordista teria sido encontrada, nalgumas regiões, através de mecanismos de flexibilização dos sistemas produtivos e concretamente numa crescente desintegração vertical da produção anteriormente concentrada. A desintegração vertical, decorrente portanto de processos de aumento de flexibilidade nas estruturas produtivas, teria conduzido por seu turno, à formação de aglomerações territoriais. Dito de outra

---

179 BATHELT, Harald - Die Bedeutung....p.209.

180 SCOTT, Allen J. – Flexible production systems and regional development: the rise of new industrial spaces in North America and western Europe. *International Journal of Urban and regional researsch*. 1988, 12, pp.171-185.p.180

forma, as economias de escala conseguidas anteriormente, no interior das unidades industriais, atingir-se-iam, no pós-fordismo, através da formação de aglomerações regionais de unidades desintegradas, marcados pela segmentação de fileiras ou cadeias de produção e por uma intensa divisão social do trabalho. Estas aglomerações não só asseguravam, em grande medida, as economias de escala do tipo das conseguidas antes, pela integração vertical mas, ainda proporcionavam outras vantagens - economias de alcance- responsáveis pela sobrevivência e dinamismo económico crescente dessas regiões e decorrentes das formas específicas de organização das unidades produtivas e das instituições. Assim se teriam estruturado regiões industriais com caracteristicas muito semelhantes às atribuidas por Alfred Marshall aos, por ele designados Distritos Industriais e por isso se retomou a designação.

Os novos espaços industriais seriam uma espécie de revisão dos Distritos Industriais marshalianos.

O ressurgimento de novos complexos industriais localizados ou a reabilitação de antigos espaços em crise, levou, com efeito, muitos autores a retomarem a noção de Distrito Industrial de Alfred Marshall não só como modelo analítico e explicativo mas, como instrumento de política industrial e regional. O desenvolvimento de sistemas de produção constituidos predominantemente por pequenas e médias empresas industriais, especializadas em produtos específicos, concentradas localmente, estaria a ser determinado pelo mesmo tipo de factores que Marshall apontou para os seus Distritos Industriais e que vão da economia de custos de transporte, à utilização conjunta de redes de abastecimento e distribuição, à formação de um centro de especialização e "Know-how" e à existência de laços sociais de solidariedade e confiança que possibilitam sistemas de financiamento e cooperação específicos, elementos daquilo a que o mesmo autor designou por Atmosfera Industrial. Os Novos Distritos Industriais caracterizar-se-iam, para além disso e em consequência da sua organização, por uma grande capacidade de decisão, da qual dependeria a sua capacidade concorrencial a nível internacional.

O conceito de Distrito Industrial registou grande popularidade a partir dos anos oitenta. Mais do que um conjunto de constatações empíricas, o que estes autores foram desenvolvendo foi, como alguns o designaram, uma nova ortodoxia.

---

[181] AMIN, Ash; THRIFT, Nigel - Neo-Marshallian Nodes in Global Networks. *International Journal of Urban and Regional Research* vol.16, N.4, 1992.pp.571-587. p.572

A forma privilegiada de organização da produção industrial posterior à segunda Guerra Mundial fora o Fordismo, o qual teria entrado numa situação de ruptura e ineficácia, pelo desenvolvimento de novas tecnologias decorrentes de inovações e pelas modificações profundas nos mercados, desde o abrandamento global da procura às alterações nos hábitos dos consumidores. A resposta a esta ruptura e retoma do crescimento económico da indústria, ter-se-ia conseguido através de formas pós-fordistas de organização da produção, marcadas pelo domínio da flexibilização e desintegração vertical, consubstanciadas em novas organizações espaciais das unidades produtivas - os Distritos Industriais. A evidência empírica para tais transformações foi colhida em Distritos Industriais pioneiros, primeiros construtores da "segunda ruptura industrial", em expansão internacional[182].

Ao longo dos anos oitenta, o declínio do emprego industrial foi intrepretado, por muitos e em muitas áreas, como um indicador de declínio industrial. Nesse contexto, os novos distritos industriais para além de serem encarados como o novo paradigma macroeconómico de modelo de acumulação, viriam a transformar-se em modelos de intervenção na definição de políticas locais e regionais. Depressa porém as críticas surgiram. O que muitos procuraram demonstrar através da chamada "Tese da Localização" vai para além da compreensão da formação e funcionamento dos Distritos Industriais.[183] Pretendia-se ver afinal neles o modelo de saída da crise fordista e o símbolo do futuro regime de acumulação dominante, em oposição à "Tese da Globalização" e aos que viam nas redes de corporações internacionais, o mecanismo central das dinâmicas industriais. A literatura da especialização flexível e do pós-fordismo foi questionada em muitos dos seus fundamentos teóricos e o debate assumiu proporções crescentes. De um lado estavam os que acreditavam que se tratava de um novo modelo de desenvolvimento do capitalismo industrial, do outro estavam os críticos que se recusavam a validar essa nova ortodoxia, insistindo no carácter excepcional das experiências regionais que conduziram à sua definição.

Ash Amin e Nigel Thrift procuraram fazer um balanço das teses e estudos empíricos mais divulgados sobre a discussão, defendendo uma posição intermédia

---

182 PIORE, Michael; SABEL, Charles - *The Second Industrial Divide. Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books, Inc.,1989.

183 AMIN, Ash; THRIFT, Nigel - Neo-Marshallian Nodes in Global Networks. *International Journal of Urban and Regional Research* vol.16, N.4, 1992. pp.571-587. No lado dos "críticos", destacam-se como autores mais empenhados, para além de Ash Amin e Nigel Thrift, Andrew Sayer, Bennett Harrison, John Lovering e Nick Henry.

que, sem desvalorizar a importância dos distritos industriais, os enquadrava no processo ainda em construção da globalização das economias.

As vantagens comparativas das aglomerações industriais em comunidades locais, decorreu essencialmente da descentralização das grandes multi-nacionais, cada vez menos hierarquizadas e com problemas de integração e coordenação. A gestão, controle e funcionamento logístico dessas corporações gigantes e espalhadas pelas mais diversas regiões do Mundo foi-se tornando progressivamente mais difícil, intratável. Mas a descentralização das corporações globais não implicou necessariamente uma perca de poder, em benefício das regiões que podiam tornar-se relativamente autónomas mas não livres.[184] O que estes autores quiseram demonstrar foi que se deu o aparecimento de novos complexos industriais territorialmente concentrados, mas num contexto mais amplo de redes de corporações globais em expansão, as quais se foram sobrepondo às velhas hierarquias produtivas internacionais.

"We want to cross the new international political economy with the new economic sociology."[185]

Em termos prospectivos, A. Amin e N. Thrift alertaram sobretudo para os riscos de grandes fracassos para situações em que se pretendia encorajar a formação de distritos industriais, em áreas onde não existia um passado de tradição industrial, nem se podia garantir a criação de uma atmosfera industrial artificialmente. Em suma, há um leque diversificado de modelos de regiões e ramos industriais que conseguiram ultrapassar a crise fordista com êxito. Não se devem é procurar generalizações forçadas nem precipitadas a partir de alguns Distritos Industriais de sucesso.

As principais críticas à literatura do pós-fordismo e da especialização flexível orientaram-se em torno dos seguintes aspectos: primeiro não havia um consenso quanto ao significado do conteúdo do próprio conceito de fordismo [186], nem a evidência empírica provou a sua universalidade, antes foi revelando as mais diversas formas de organização da produção industrial em termos espaciais,

---

184 Idem

185 Idem. Pag 57.

186 SAYER, Andrew - Post-fordism in question. *International Journal of Urban and Regional Research*. vol.13.1989. pp.666-695.

sectoriais e temporais [187]; em segundo lugar e em certa medida decorrente do aspecto anterior, também não se conseguiu provar que a especialização flexível fosse a única alternativa às crises do fordismo[188].

Lovering criticou particularmente Scott, classificando-o de economicista e acusando-o de cometer o mesmo erro dos neo-clássicos, ao partir da economia da empresa para inferir que a externalização é a resposta à incerteza, esquecendo as relações de classe e a dimensão da intervenção do Estado.[189] O acompanhamento da evolução mais recente, dos distritos industriais italianos também veio a revelar algumas alterações e modificações na sua forma de funcionamento. Já em 1992, alguns estudos mostravam que a estrutura dos distritos industriais italianos pareciam "menos flexíveis em relação às escolhas tecnológicas e adaptação às mudanças, nos preços dos factores e outras condições de mercado, do que os modelos académicos sugerem"[190]. A viabilidade das pequenas e médias empresas familiares, revelou muitas debilidades, tudo indicando que haveria necessidade de uma maior centralização financeira e integração vertical.[191]

As maiores preplexidades que surgiram mais recentemente perante os ideólogos dos distritos industriais decorreram porém, da penetração no seu interior de conglomerados financeiros exteriores.[192] Com efeito, algumas grandes empresas multinacionais entraram nos distritos industriais, comprando pequenas e médias empresas, procedendo a fusões ou criando relações de subcontractação exclusiva, colocando as estruturas outrora existentes ao serviço de uma estratégia própria e dirigida de forma centralizada.[193] Estas modificações não têm

---

187 DANIELZYK, Rainer - Gibt es im Ruhrgebiet eine Postfordistische Regionalpolitik?. *Geographische Zeitschrift*. 80 Jhg. Heft 2. 1992. p.84.

188 AMIN, A.; ROBINS, K. - The re-emergence of regional economies? The mythical geography of flexible accumulation. *Environment and Planning. D: Society and Space*. vol.8.1990.pp.7-34.

189 LOVERING, John - Fordism's unknown sucessor: a comment on Scott's theory of flexible accummulation and the re-emergence of regional economies. . *International Journal of Urban and Regional Research*. 1990, vol.4, n°1 pp.159-174. p.164.

190 The Organization of Production and Territory: small Firms systems: An intensive Erasmus course hold in Lombardy, 4-16 Julho, 1992. . *International Journal of Urban and Regional Research*, 1993, vol.17, n°1.

191 Idem. p.136.

192 HARRISON, Bennett - The Italian Industrial Districts and the crisis of the Cooperative Form: Part I. *European Planning Studies*. 1994, vol.2, n°1,pp.3-22.

193 Idem.

necessariamente de ser encaradas como negativas, podendo mesmo revelar efeitos multiplicadores positivos a nível local, a curto prazo. Opera-se sim, uma modificação profunda e esvazia-se o conceito de distrito industrial que fica reduzido a uma mera concentração territorial de PME's desprovido, enquanto entidade única, de capacidade de decisão e controlo. Como seria de esperar, regista-se também uma intensificação da divisão técnica e social do trabalho, convertendo-se os distritos industrias afinal em sistemas (talvez) neo-tayloristas de produção. A nível das grandes empresas, a situação poderá corresponder à "quase-integração vertical territorialmente desintegrada" de Leborgne e Lipietz.[194]

Pergunta-se então: existem ou não e onde podemos encontrar Distritos Industriais? Será a existência e proliferação de redes de subcontractação suficiente para os identificarmos?

Para além da discussão meramente teórica em torno da estruturação de novos espaços industriais caracterizados pela desintegração vertical e especialização flexível e caracterizadores de um regime de acumulação dominante e para que esse debate não se torne estéril e tenha alguma utilidade prática, para além do coleccionar de casos, é importante compreender os processos que estão por trás das verificações empíricas sobre as regiões e avaliar o seu efectivo interesse e eficácia no futuro desenvolvimento socio-económico das mesmas.

É verdade que se assitiu à proliferação de redes de subcontractação nas indústrias têxteis e do vestuário no Noroeste de Portugal, estruturando uma miríade de PME's e trabalho ao domicílio [195], ao longo dos anos oitenta. Importa porém saber exactamente em que empresas e em que produtos esses fenómenos assumiram maior significado e que evolução posterior sofreram. Da mesma forma que o Fordismo não se estendeu a todo o globo, também no pós-fordismo os distritos industriais e as aglomerações regionais de PME's, não são a única forma de organização da produção industrial.

---

[194] LEBORGNE, D. ; LIPIETZ, A. - New technologies, new modes of regulation: some spacial implications. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1988. vol.6.(3) pp.263-280. p.275.

[195] MARQUES, Teresa Maria Vieira de Sá – *Sistema produtivo industrial e território: um estudo da têxtil em Guimarães*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1987. (Tese de Mestrado em Geografia Humana e planeamento regional e local).

1.2.4. A Teoria da Industrialização Geográfica

As bases desta teoria da industrialização geográfica foram lançadas quase em simultâneo com os (re)criadores dos (Novos) Distritos Industriais. O que os seus autores - Richard Walker e Michael Storper - pretenderam demonstrar desde o início, foi que não podemos separar as questões organizacionais da produção da geografia das indústrias.[196]

As alterações tecnológicas e espaciais que têm definido a evolução histórica das estruturas espaciais de produção das indústrias ocorreram, segundo Storper, de forma muito menos regular e muitas vezes mais dramática do que a maior parte das teorias haviam previsto.[197] No movimento contínuo de evolução tecnológica e organizacional houve reestruturações periódicas. Se, nalgum momento, esses processos foram condicionados por aquilo a que tradicionalmente se chama vantagens comparativas das regiões, isso não significa que se possa generalizar e apontar como único factor determinante dos padrões de localização das indústrias. Em cada momento histórico surgiu uma nova forma de organização que eliminou aqueles que não tiveram capacidade de a adoptar. Os novos produtores e os "sobreviventes" de anteriores períodos que conseguiram participar nas novas formas de produzir passaram a explorar as virtualidades locais, decorrentes de condições pré-existentes, e esquecidas ou não, tidas como úteis.[198]

Mais do que uma teoria inovadora, esta Teoria da Industrialização Geográfica corresponde a uma postura de compromisso, reconciliadora entre as teorias orientadas para a procura de factores em oposição às que privilegiam a abordagem a partir da oferta de factores: nem são só as indústrias a determinar o mapa da geografia industrial, nem este decorre apenas das características específicas das regiões. Esse mapa da geografia das indústrias resultará antes da conjugação de dois conjuntos de factores: capacidade locativa e especificações locativas que representam respectivamente a evolução das forças de produção

---

196 WALKER, R. - The geographical organization of Production Systems. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1988. vol6, pp.377-408.

197 STORPER, Michael - Technology and Space Production Relations: Disequilibrium, Interindustry Relationships, and Industrial Development. in CASTELL, Manuel (Ed) - *High Technology, Space and Society*. Sage, 1985. p.281

198 Idem.

ao longo do tempo e a distribuição espacial das condições necessárias à manutenção da rendibilidade das indústrias. [199]

A filosofia de fundo da teoria da industrialização geográfica assenta, em grande medida, na demonstração de que as indústrias produzem espaço económico e não são apenas hóspedes das regiões.[200] Por um conjunto de circunstâncias, há uma indústria que se localiza numa região, abrindo-se assim as "Janelas de Oportunidade de Localização" que poderão, ou não ser aproveitadas pelas regiões. Nalgumas o processo prosseguiu, houve outras em que as janelas se fecharam.[201]

Indústrias em crescimento gozam de uma grande liberdade em termos de localização e uma localização decorrente de uma estratégia de curto prazo ou até um acidente pontual podem desencadear a formação de um complexo industrial e ter efeitos duradouros, à medida que a "janela de oportunidade de localização" se converte numa expansão industrial e em processos de reprodução social, limitados espacialmente.[202]

"Long-term industry growth paths' are inherently open-ended, irregular and subject to upheavals, reverals and new direction. Only these terms will let us come to grips with the volatile history of industries."[203]

A partir de estudos de casos em regiões diferentes - Terceira Itália, Île-de-France e Califórnia - Michael Storper tentou avaliar em que medida as forças endógenas (das regiões) potenciaram o impacto das alterações tecnológicas no aumento da productividade.[204] Essas forças endógenas decorrem, segundo este autor, das forças comportamentais e institucionais de aprendizagem tecnológica, as quais se baseiam em "convenções" de identidade e participação. Tais "convenções" variam nos diferentes sistemas de produção local e poder-nos-ão ajudar a compreender as especializações regionais e respectivas trajectórias tecnológicas. Assim, ainda que aparentemente as várias áreas estudados (no caso

---

199 Idem p. 279 e 280.

200 STORPER, Michael; WALKER, Richard - *The Capitalist Imperative. Territory, Technology, and Industrial Growth*. New York: Basil Blackwell, 1989. p.70.

201 Idem, Ibidem.

202 Idem. p.82.

203 Idem, p.92.

204 STORPER, Michael – Regional "words" of production: learning and innovation in the tecnologiy districts of France, Italy and the USA. *Regional Studies*, 1993, vol. 27, -5, pp.433-455.

Distritos Tecnológicos, como o autor os designa) apresentassem características básicas de organização comuns, elas assentavam em especialidades próprias consubstanciadas nas referidas "convenções".[205]

Também Ann Markusen fez estudos em várias regiões e países do Mundo e para diferentes indústrias e concluiu que os Novos Distritos Industriais não se deixam reduzir a um único modelo mas apresentam uma grande diversidade de situações para a aglomeração industrial em áreas restritas. Esta autora propõe mesmo uma tipologia com quatro grandes tipos de Distritos Industriais correspondentes a outros tantos modelos territoriais dominantes nas aglomerações de indústrias[206]. As diferenças entre os quatro modelos estabelecem-se ao nível das relações entre empresas e unidades fabris e não têm necessariamente uma expressão formal, visível do exterior. Numa área de concentração de pequenas e médias empresas industriais poderá haver uma grande autonomia como é descrita no paradigma original dos Novos Distritos Industriais ou existir uma dependência total do exterior através de relações de sub-contractação.

1.2.5. A abordagem da divisão espacial do trabalho

Agarrada aos modelos económicos neoclássicos, até demasiado tarde, a Geografia Industrial encontrava-se, já nos anos sessenta, incapaz de permitir abordagens satisfatórias às alterações que se viviam no seio da indústria, quer nas suas formas organizacionais e de produção quer nos novos padrões espaciais que iam surgindo. E isto por duas razões: por um lado, aquela época vai corresponder a uma inversão no comportamento espacial da indústria (em termos médios), marcado pela tendência para a formação de concentrações de PME's em bacias de emprego restritas, em oposição aos complexos de grandes indústrias verticalizadas existentes anteriormente de forma relativamente dispersa e, por outro, devido a um problema da própria disciplina onde cada vez se tornava mais difícil uma compatibilização entre os modelos teóricos (disponíveis) e as descrições empíricas da realidade. Esta dicotomia entre os modelos formais e as realidades empíricas decorria por seu turno de uma "desvalorização" relativa que os estudos de casos, o estudo das regiões, tinha sofrido no seio da Geografia Humana globalmente, fruto de um positivismo generalizante e da procura obcessiva das leis

---

[205] Idem.

gerais e dos padrões tipo. Foi a "periferização" do lugar e da região no pensamento social moderno.[207]

Com a reorientação da análise geográfica para a escala regional/local inicia-se uma fase de uma certa instabilidade teórica, questionando-se os modelos existentes sem no entanto encontrar novos caminhos.

Neste contexto, as ideias e estudos de Doreen Massey ocupam um lugar de destaque. No seguimento de uma vasta bibliografia[208], com o seu *Spatial Divisions of Labour*, de 1984, esta autora inglesa marcou e alterou definitivamente o rumo da Geografia Industrial, tendo tido sobretudo o mérito de sistematizar e equacionar de forma integrada questões que já há muito vinham sendo levantadas por diversos autores e que reflectiam a incapacidade dos modelos teóricos disponíveis de responder às situações reais concretas que se registavam no comportamento espacial das indústrias, apresentando mais do que uma alternativa teórica original, uma leitura geográfica de teorias da área da sociologia e da economia política e construindo a partir daí uma nova maneira de abordagem para estudos empíricos.

Doreen Massey demonstra, antes de mais, como é preciso compreender as formas de organização espacial do capital e não apenas descrever padrões. Estes últimos são o reflexo ou a configuração física do que se passa no interior das estruturas sociais, não apenas em termos económicos, mas em toda a extensão das relações sociais. O que está em questão é a reprodução de relações sociais no espaço. "O argumento geral deste livro (Spatial Divisions of Labour) é que por trás das principais alterações entre as divisões espaciais do trabalho dominantes num país, residem modificações na organização espacial das relações capitalistas, a cujo desenvolvimento e reorganização chamaremos estruturas espaciais de produção".[209]

---

206 MARKUSEN, Ann; LEE, Yong-Sook; DIGIOVANNA, Sean (Ed.) – *Second Tier Cities. Rapid Growth beyond the Metropolis.* Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 1999.

207 ENTRIKIN, J. Nicholas - *The Betweenness of Place. Towards a Geography of Modernity.* Londres: Macmillan Education Ltd. ,1991 (Critical Human Geography).

208 Um dos primeiros textos e dos mais representativos do carácter original das teses da autora foi: MASSEY, Doreen - The U.K. electrical engineering and electronics industries: the implications of the crisis for the restructuring of capital and locational change. in DEAR, Michael; SCOTT, Allen (Ed.) - *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society.* London: Methuen and C° Ltd., 1981.pp 199-230.

209 MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production.* (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990.

Ao desenvolver a sua investigação empírica no Reino Unido que, historicamente, representa uma situação paradigmática no desenvolvimento do capitalismo industrial, a preocupação da autora não é no entanto nunca da generalização em termos de situações. Ela parte da verificação do caso daquele país onde, "pelo menos duas vezes, num século e meio, a Geografia da indústria (britânica), foi completamente modificada"[210], para identificar as causas que estão por trás dessas alterações, procurando construir uma proposta metodológica, essa sim, generalizável.

A evolução da indústria britânica foi condicionada pela evolução da economia globalmente e dos grandes objectivos estratégicos de cada época da Grã-Bretanha enquanto potência imperial e industrial. [211] De uma concentração a Norte e a Oeste, desde o século XIX, em função da localização dos portos por onde se exportavam os produtos para o vasto Império e se importavam as matérias primas, assiste-se a uma reorientação quer sectorial quer espacial, para sudeste e para a região de Midlands à medida que se vai apagando a supremacia inglesa enquanto potência imperial e a sua economia se reorganiza e se orienta mais para o interior do próprio país. Mais tarde, a partir dos anos cinquenta deste século, assiste-se de novo a uma deslocação espacial do centro de gravidade da industria britânica, com o declínio do SE e dos Midlands e a ascensão do corredor Londres-Bristol, modificações que não foram alheias à perda de importância do país em termos de potência industrial.

Para além do posicionamento teórico em relação à abordagem da Geografia Industrial através da análise da produção propriamente dita e das ligações com as estruturas sociais e com a esfera do político, foi no domínio das propostas metodológicas para a investigação empírica que os trabalhos de Doreen Massey se revelaram de grande actualidade e da maior utilidade.

"The unique is back on the agenda."[212] Mais do que uma constatação, aquela autora propõe uma inversão na investigação empírica nesse sentido. Não é o simples retorno às tradições da escola regional vidaliana da Geografia

---

210 Idem. Pag.3

211 Além do tratamento em pormenor em, *Spatial Divisions of Labour...* a autora apresenta uma síntese da evolução da indústria na Grã-Bretanha em MASSEY, Doreen; MEEGAN, Richard- Spatial Divions of Labour in Britain, in *Horizons in Human Geography*. Macmillan, 1989,p.244.257.

212 MASSEY,Doreen - New Directions in Space. in D. GREGORY - *Social Relations and Spatial Structures*. London: Macmillan.1985.p.19.

Humana. É a ruptura com as teses positivistas e as generalizações forçadas. As respostas de cada região e cada país aos desafios históricos do processo de desenvolvimento do capitalismo foram diferentes. Cada um traçou o seu caminho próprio. O capitalismo inglês é diferente do francês. E isto porque as estruturas sociais locais são diferentes. A investigação empírica tem de se orientar para a compreensão da especificidade geográfica e histórica de cada região. As relações que existem entre as estruturas de produção e as estruturas sociais não se consubstanciam apenas no paralelismo entre "tarefas" na divisão técnica do trabalho e classes sociais, mas possuem no seu interior uma dimensão geográfica, espacial, a qual é dinâmica e integra as alterações temporais das primeiras, aí entroncando finalmente a configuração das estruturas espaciais globalmente, do mapa das regiões, digamos. A produção organiza-se espacialmente, utiliza a distância e não é apenas condicionada por ela, da mesma forma que os grupos sociais se organizam em regiões específicas e não uniformemente no espaço. Uma estrutura espacialmente concentrada pode andar associada a uma classe capitalista instalada localmente - os capitalistas tradicionais - enquanto que uma produção segmentada no espaço corresponde geralmente a uma hierarquia regional a nível do controlo que deixa regiões desprovidas de funções de decisão independentemente das caracteristicas que possa assumir a sua base produtiva. Estão neste último caso as estruturas organizacionais das multinacionais, por exemplo. A divisão espacial do trabalho não decorre assim apenas da distribuição regional da divisão técnica do trabalho. Há uma dimensão social e política determinante e a compreensão da primeira passa pela análise específica de casos concretos.

"A separação espacial é muitas vezes um elemento importante na preservação de condições de produção particulares, locais - salários baixos, lealdade para com a empresa e uma concomitante falta de militância podem ser mais fáceis de assegurar numa área isolada onde existe um certo nível de monopólio espacial local sobre a força de trabalho." [213]

Um posicionamento semelhante já se encontrava também há muito, nos textos de Derek Gregory. "Ever since regional geography was declared to be dead - most fervently by those who had never been much good at it anyway - geographers, to their credit, have kept trying to revivify it in one form or another. This

---

213 MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990. p54.

is a vital task:.... We need to Know about the constitution of regional social formations, of regional articulations and regional transformations." [214]

Previlegiando o debate teórico no âmbito mais largo da Geografia Humana, embora um dos seus primeiros estudos empíricos e provavelmente o mais conhecido incida precisamente sobre um caso da industrialização britânica, Derek Gregory tem uma postura crítica em relação aos modelos clássicos, semelhante a Doreen Massey, equacionando porém, os problemas de maneira diferente. Para ele, a grande falha das propostas teóricas anteriores reside na chamada "redução anti-humanista"; o homem, o indivíduo, esteve tradicionalmente fora da Geografia Humana, mesmo na escola da localização, mais preocupada em "escavar" padrões do que processos e ocupada a "exumar" lugares mais do que pessoas[215]. As próprias teorias marxistas enfermariam do mesmo mal, segundo Derek Gregory, uma vez que segundo estas, a estrutura da formação social é representada pela configuração dos modos de produção que lhe estão subjacentes, organizando-se em três níveis, o económico, o político e o ideológico. A tese de fundo daquele autor, na sua investigação sobre a transformação da indústria de lanifícios no West Riding do Yorkshire entre 1780 e 1840[216], período correspondente à mudança do sistema doméstico para o fabril, da manufactura para a maquinofactura, é precisamente a demonstração de que as alterações não podem ser analisadas apenas na perspectiva do económico mas, resultaram também do jogo de forças políticas e ideológicas. Não deixando de partir ele próprio de uma formação marxista e seguindo o sociólogo do estruturalismo, Anthony Giddens de perto, a sua proposta metodológica vai no sentido de recorrer à teoria social para compreender as alterações na Geografia Industrial de uma região da Inglaterra. A sua grande preocupação foi sempre aliás a de mostrar como o afastamento entre a Geografia Humana e a Sociologia foi prejudicial para ambas, daí decorrendo as principais deficiências e incapacidades dos modelos clássicos da Geografia.[217]

" I draw upon social theory to explicate the transformation of the wollen industry of the West Riding of the Yorkshire between c. 1780 and c. 1840, and in

---

214 GREGORY, Derek - *Ideology, Science and Human geography*. London: Hutchinson & Co Ltd, 1978. p. 171.

215 GREGORY, Derek – *Regional Transformation and Industrial Revolution: A geography of the Yorkshire Woolen Industry*. London: Macmillan,1982.

216 Idem

particular to show how the change from a domestic to a factory system of prodution in these early years of the English Industrial Revolution involved a local transition in human experience and social structure which was tied in to much wider congeries of changes in economy, politics and ideology."[218]

Já noutra ocasião este autor se tinha debruçado sobre as relações entre a Geografia Humana moderna e a teoria social moderna através do conceito de estrutura espacial.[219] O caso antes referido analisado por D. Gregory[220], sobre os lanifícios em Inglatera, é particularmente pedagógico pois trata-se duma situação em que uma deslocação espacial andou associada a modificações estruturais não só no âmbito da produção mas no seio das formações sociais das respectivas regiões. Nas regiões mais antigas e consolidadas (West Country e East Anglia) o sistema fabril dominante era o da produção em larga escala coordenada e dirigida por comerciantes; havia uma divisão entre capital e trabalho, não tendo os operários qualquer tipo de relação de propriedade com a manufactura. No Norte, pelo contrário, predominava o sistema de produção doméstico. Os membros da família realizavam no fundo, uma auto-exploração, prolongando por exemplo o dia de trabalho, se necessário. Com taxas de natalidade mais elevadas, com salários mais baixos e com aquele sistema de produção doméstico, aquelas regiões ofereciam vantagens comparativas, que funcionaram nas crises para atrair investimentos e aí viram nascer o sistema fabril propriamente dito. Na prática, o sistema fabril foi-se misturando com o doméstico, mais do que substituindo-o. Os artesãos foram progressivamente perdendo controlo sobre o processo de trabalho e acesso aos meios de produção. "The surge of investment in the factory system took place at the expense of the domestic system"[221]. A deslocação para o West Riding e o posterior desenvolvimento desta região ocorrem precisamente no rematar de uma profunda crise da indústria de lanifícios que arrastara para o declínio também as regiões onde tradicionalmente se concentrava. Ora é precisamente sobre as forças e as motivações que levaram o capital a deslocar-se

---

217 Entre outros textos, D Gregory debate esta questão na Introdução de: *Social Relations and Spatial Structures; Ideologie, Science and Human Geography* e em *Solid Geometry: notes on the recovery of spatial structure*.

218 GREGORY, Derek – *Regional Transformation and Industrial Revolution: A geography of the Yorkshire Woolen Industry*. London: Macmillan,1982. p2

219 GREGORY, Derek - Solid Geometry: notes on the recovery of Spatial Structure. in CARLSTEIN, T. - *Timing Space and Spacing Time*. London: Arnold, 1978.pp.187-220.

220 GREGORY, Derek – *Regional Transformation and Industrial Revolution: A geography of the Yorkshire Woolen Industry*. London: Macmillan,1982.

de uma região para outra, deflagrando um profundo golpe no sistema doméstico da segunda, bem como sobre as condicionantes sociais e as alterações posteriores das próprias estruturas sociais, que incide a investigação deste autor. As fontes previlegiadas na investigação empírica foram documentos da época, leis, petições, panfletos, etc. no sentido de perceber em toda a sua extensão o comportamento das pessoas e da sua consciência de classe, não se limitando às fontes estatísticas e à análise de indicadores económicos.

É aliás interessante verificar que este autor há muito preocupado com o debate teórico, acabaria por desenvolver uma investigação empírica específica para o caso de um período de transição na evolução de um ramo industrial para uma região.

Quanto à essência da abordagem pela divisão espacial do trabalho, é importante retomar de novo o "clássico" Spatial Divisions of Labour de Doreen Massey e considerar a suas propostas. A autora propõe uma caracterização do capital que deverá passar por quatro vectores: o ramo de actividade, o lugar na estrutura económica (capital industrial e capital financeiro), o processo de trabalho (manufactura, maquinofactura, fordismo e neo-fordismo) e a estrutura organizacional do capital. Não há uma relação directa única entre cada um deles e os padrões de organização espacial da produção. Localmente, em cada região, será do jogo de todos que resultará um arranjo próprio condicionado pelo respectivo passado histórico. O padrão de uma região resultará de uma sucessão temporal de ciclos de investimento que corresponderão como que a uma sobreposição de "layers", cada um recebendo à partida uma herança histórica que o condiciona. Esta metáfora dos "layers" resultantes de "rounds" de investimento, como aquela autora os designa[222], acabaria por se converter na pedra de toque da própria abordagem da "divisão espacial do trabalho". Derek Gregory por exemplo, propõe-se explicá-la através de outra metáfora. Num jogo de cartas, cada jogador representa uma região e em cada jogada haverá apenas um naipe, recebendo cada jogador uma carta que representa uma função. No final de três jogadas, três "round", cada jogador terá um conjunto de cartas, cada uma das

---

221 Idem, p.218

222 Contrapondo à designação de Doreen Massey, dos "rounds of investment", Michael Storper e Richard Walker, falam de "industry development paths" (trajectórias industriais?). "We call the erratic tracks of growth 'industry development paths', because the word path suggests the sinuous, unsteady and idiosyncratic course of industrial expansion through time (and space). " STORPER, Michael; WALKER, Richard - *The Capitalist Imperative. Territory, Technology, and Industrial Growth.* New York: Basil Blackwell, 1989. . p.69.

quais relacionada horizontalmente com os outros jogadores e verticalmente com as suas próprias, jogadas anteriormente. Por exemplo um jogador (uma região) terá ficado com o "Às" de Paus (uma Sede de uma Empresa), o dois de oiros (uma Delegação Regional) e o três de copas (uma fábrica de uma empresa com múltiplas unidades), enquanto outro jogador ficou com o três de paus, e o Ás de oiros e de copas Da mesma forma uma economia local também se encontra estruturada de tal forma que, a diferentes níveis e para diferentes actividades mantém relações de dependência e domínio com as estruturas económicas de outras regiões.[223] Também o espaço de geometria variável de Manuel Castells acaba por corresponder a uma sobreposição de "layers" embora o autor não se tenha referido à construção histórica desse espaço mas apenas ao seu funcionamento e às interdependências entre funções e/de regiões. "... cada vez vivemos mais num espaço de geometria variável, onde o significado de cada lugar escapa à sua história, cultura ou instituições, para ser constantemente redefinido por uma rede abstracta de estratégias de informação e decisões"[224].

Pode-se estabelecer um paralelismo entre a sucessão dos "layers" de Doreen Massey e as teorias dos ciclos económicos; podemos até considerar os primeiros uma reformulação geográfica dos segundos. Os "rounds" de investimento e desinvestimento representam afinal os períodos de ascensão e declínio dos ciclos. O estudo da indústria têxtil e da região têxtil do noroeste português é sem dúvida, também um estudo dos ciclos do seu trajecto histórico. E cada ciclo corresponderá a um "round" de investimento, de que resultará um "layer", que se sobreporá aos anteriores, daí resultando a estruturação da região, num acumular de heranças, tal como a conhecemos hoje.

Seguindo Doreen Massey, a estrutura económica das sociedades será o retrato das relações entre as suas classes; essas relações são de poder e controlo, dominação e subordinação; uma das bases para a definição das classes ou estratos sociais será o respectivo lugar na estrutura geral das relações de produção decorrente, por seu turno, da divisão técnica do trabalho (ainda que uma divisão em funções não implique necessariamente um proporcional valor social); as relações anteriores não se desenrolam na cabeça de um alfinete, mas têm

---

223 GREGORY, Derek - Areal Differenciation and Post-Modern Human Geography. in D. GREGORY ; Rex WALFORD - *Horizons in Human Geography*. London: Macmillan, 1989.p.75 e 76.

224 CASTELLS, Manuel (Ed.) - *High Technology, Space and Society*. "Urban Affairs Annual Reviews".vol. 28. Beverly Hills, California: Sage Publications, Inc.,1985. p.79

expressão territorial, organizam-se espacialmente e definem a divisão espacial do trabalho.

Doreen Massey encontrou evidência empírica para reconhecer que Londres e o SE da Inglaterra continuaram a ver a sua importância relativa aumentar em termos de controle e domínio interno e capacidade de inserção na divisão internacional do trabalho. As regiões do Norte, apesar de continuarem numa posição secundária, conseguiram alguns ganhos através de efeitos positivos da descentralização necessária de hierarquias de gestão. Isto quer dizer que a instalação de delegações regionais no sector financeiro, embora com o objectivo de captar capitais locais, pode "ajudar" a desenvolver algum crescimento económico local. Este tipo de factores, em grande medida exógenos, poderá ter um papel muito mais determinante do que apenas a necessidade de aglomeração local dos distritos industriais por se tornar intratável a gestão de cadeias produtivas desintegradas.

2. A INDÚSTRIA TÊXTIL ALGODOEIRA

2.1. A Fileira Têxtil

"The term 'industry' is extraordinarily slippery. A factory is manifestly a thing: a firm is a legal entity; but what existence does an industry have? An industry is a congeries of firms and of parts of firms (plants/divisions) and it embraces several related production-systems. But because productions-systems are deeply interwined, the boundaries between industries cannot be drawn sharply, nor is there a clear measure of the strengh of relationships within each industry."[225]

Os conceitos de fileira e ramo industrial têm sofrido algumas alterações ao longo do tempo, tendo registado o primeiro uma grande divulgação e assumindo quase a forma de um neologismo, importado do francês "filière" quer na língua inglesa, que o absorveu na versão original, quer entre nós, traduzido, sobretudo a partir dos anos setenta. O uso da palavra fileira em deterimento do termo cadeia, ou mesmo fieira, uma tradução mais próxima do original "filiére" é sintomático de uma certa revisão do conceito. Como nas outras línguas, onde também existiam os termos correspondentes a cadeia, no sentido de corrente (encadeado), a necessidade de encontrar uma palavra nova, para um conceito novo, terá levado ao uso generalizado de fileira. Importa por isso, precisar o conceito, no sentido de o tornar operativo e de o distinguir de outros, anteriormente mais utilizados. Fundamentalmente, a tendência para o estudo de fileiras, na Geografia Industrial, como na Economia Industrial, parece ter vindo substituir uma prática anterior de estudos de ramos, pela dificuldade de encontrar uma definição clara e consensual para este último. O ramo industrial respondeu acima de tudo a uma necessidade estatística de recolha e organização da informação. Com a identificação dos diferentes ramos industriais procurou-se segmentar a economia em grupos homogéneos, segundo critérios de semelhança ou substituibilidade de produtos. A complexidade de interpenetrações entre os ramos tradicionalmente definidos veio porém tornar cada vez mais difícil a delimitação de fronteiras. Daí que se tenham passado a previlegiar, nas taxonomias industriais, os critérios baseados nos

---

225 WALKER, Richard - The geographical organization of production-systems. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1988, vol.6.pp.377-408. p.399

processos produtivos, em deterimento dos de produtos.[226] Uma fileira não é um ramo industrial mas procura ser um conceito mais operativo para a definição de fronteiras entre indústrias. Enquanto que o conceito de ramos parecia resolver as questões de tipologias operativas para a estatística, a utilização alternativa do termo fileira, pressupõe uma abordagem global diferente. Não se trata apenas de uma delimitação da economia, com objectivos estatísticos mas, pretende-se uma compreensão do funcionamento global dessa economia, segundo pressupostos teóricos também diferentes.

Há três leituras possíveis para o conceito de fileira industrial: a fileira como conjunto de operações técnicas, a fileira como conjunto de operações económicas e a fileira como conjunto de organizações.[227] No primeiro caso, a fileira corresponde à transformação progressiva de uma matéria prima em produto acabado e aproxima-se do conceito de ramo. A fileira como conjunto de operações económicas pressupõe uma abordagem em termos de transacções, quer internas, quer de mercados ou de concorrência, assim como as correspondentes transacções financeiras e de valorização. Finalmente, o conceito de fileira como conjunto de organizações corresponde a uma abordagem mais recente e embora englobando os dois conceitos anteriores, põe a tónica nos mecanismos de coordenação que as transacções a que eles se referem, pressupõem. Esses mecanismos de coordenação prendem-se com as organizações e as instituições envolvidas no processo de produção, assim como com a respectiva organização hierárquica e as relações de poder que lhes estão subjacentes.[228] A análise em termos de fileira engloba assim, o conhecimento dos comportamentos dos actores envolvidos em cada estádio da mesma, bem como as respectivas estratégias.

Com efeito, a fileira constitui essencialmente um espaço estratégico para as empresas que optam por enquadrar a sua gestão micro-económica nas políticas sectoriais nacionais com o objectivo de atingir uma maior integração da própria

---

226 REYNAUD-CRESSENT, Bénédicte - Les contenues théoriques du concept de branche dans une problématique de défition de la branche d'édition de livres. in *Économie Industrielle. Problématique et Méthodologie*. Paris:Economica, 1983. pp.83-105.

227 PEREZ, Roland - Introduction méthodologique sur l'articulation filières-stratégies. in *Économie Industrielle. Problématique et Méthodologie*. Paris:Economica, 1983. pp.69-74.

228 Idem, pag.70.

cadeia e assegurar uma protecção mais eficaz contra a penetração estrangeira.[229]

O dinamismo das fileiras não só condiciona como também é o resultado do dinamismo das organizações que a integram. Ora essas organizações não definem a sua estratégia no quadro restrito da fileira, mas estabelecem ligações no exterior desta. Em suma, o facto de se ter procurado com um termo novo - fileira - traduzir uma realidade nova, respondendo a uma necessidade de operacionalidade de conceitos, não significou uma simplificação nos fenómenos. As fileiras, como os ramos, têm contornos tão fluidos e difíceis de delimitar, como complexas são as teias de transacções e contactos entre os diversos estádios das diversas fileiras.[230]

Ao contrário do que alguma bibliografia e investigação organizada possa sugerir, não me parece que se possa falar de uma Geografia dos Têxteis, como não poderá existir um modelo do comportamento espacial, generalizável a toda a indústria. Há vários têxteis, como há diversos comportamentos espaciais dentro do têxtil, quer ao nível das fibras têxteis, quer ao nível dos produtos. O primeiro grande contraste estabelece-se ao nível das duas fibras naturais mais importantes depois da revolução industrial - o algodão e a lã. Nem o linho com uma história mais antiga, nem as fibras artificiais e sintéticas, muito mais recentes e com uma maior importância económica e social a nível dos têxteis globalmente, induziram processos regionais tão contrastados. O linho, cuja transformação, em associação ou não com a lã, marcou profundamente os processos de proto-industrialização e as estruturas regionais de produção, qualquer que tenha sido a sua evolução histórica posterior e a sua especialização industrial ao nível do produto ou dos segmentos da divisão espacial do trabalho, perdeu a sua importância enquanto matéria-prima principal a partir da própria revolução industrial e da expansão do sistema de produção fabril. As fibras artificiais e sintéticas, criadas e divulgadas respectivamente a partir dos anos 20 e 40 deste século, vieram interferir quer nos lanifícios, quer nos têxteis de algodão, não tendo assumido processos autónomos de implantação regional. O seu maior impacto consistiu na aproximação técnica da fileira têxtil às indústrias químicas que as produzem.

---

[229] JACOMET, Dominique - *Le Textile-habillement. Une Industrie de pointe!*. Paris: Economica, 1989.

[230] DUPRAT, Henri - Problèmes posés par les nomenclatures et l'agrègation. in *Économie Industrielle. Problématique et Méthodologie*. Paris: Economica, 1983. pp.75-81. REYNAUD-CRESSENT, Bénédicte - Les contenus théoriques du concept de branche dans une problématique de définition de la branche d'édition de livres. *Économie Industrielle. Problématique et Méthodologie*. Paris: Economica, 1983. pp.83-105.

Não existindo grande coerência técnica e económica ao nível de uma geografia dos têxteis, enquanto lógica de organização comum, ela poderá ser encontrada no vestuário. E, neste caso, a evidência empírica tem mostrado que o seu comportamento espacial se afasta ainda mais das áreas tradicionais de concentração dos lanifícios e da têxtil algodoeira do que as fibras artificiais e sintéticas. Um dos aspectos que melhor ilustram este distanciamento são as concentrações da produção de vestuário em áreas urbanas e respectivas periferias.

A confrontação entre os conceitos teóricos de ramo e fileira industrial com a estrutura global das indústrias têxteis, por um lado, e os resultados da investigação empírica desenvolvida no âmbito deste trabalho, por outro, vieram pôr em evidência muitas fragilidades nos conceitos e dificuldades operativas de diversos tipos. Para além da diversidade interna dos têxteis, um elemento se revelaria fundamental, para a compreensão da fileira: o espaço. O conceito de fileira enquanto estratégia tem de incluir uma componente espacial, ou seja, há, no mínimo, um comportamento diferenciado espacialmente das fileiras, para não avançar mesmo com um conceito de "fileira regional". Isto significa que uma fileira poderá (deverá) apresentar diferenças regionais. A organização territorial de uma fileira, no sentido de conferir homogeneidade a um espaço limitado, podê-la-á aproximar muito mais de outra fileira na mesma região, do que da mesma fileira noutra região, entendido aqui o termo região num sentido muito lato de segmento territorial sub-nacional. Por um conjunto de circunstâncias, a indústria têxtil algodoeira desenvolveu-se no Noroeste de Portugal de uma forma particular quer na organização do processo de trabalho, no tipo de empresas e unidades fabris ou nos produtos produzidos.

"Within nations, industrialization has always been profundly regionalized"[231]. É verdade que a indústria têxtil algodoeira foi na revolução industrial e depois dela, em muitas áreas, o sector de arranque da industrialização e cada novo ciclo de crescimento económico e desenvolvimento de inovações ou formas originais de organização, procurou áreas "novas", não usadas pelos ciclos anteriores. Também por isso, este estudo da indústria têxtil algodoeira portuguesa é, simultaneamente o estudo de uma região industrial, no sentido, repito, de território delimitável por critérios de homogeneidade. A intervenção dos factores endógenos, das regiões,

---

231 WALKER, Richard - The geographical organization of production-systems. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1988, vol.6.pp.377-408. p.396

na formação dos sistemas produtivos locais é determinante na estrutura das fileiras industriais.

A importância desta componente regional no desenvolvimento de uma indústria pode ser posta em evidência, de imediato, ao nível do aparecimento e consolidação da mancha da indústria têxtil algodoeira no Norte de Portugal. Seguindo as propostas de Jorge Custódio sobre a indústria têxtil em Portugal, é de aceitar que a maquinofactura se tenha iniciado nos finais do século XVIII, em Portugal e se tenha desenvolvido de forma continuada até às Invasões Francesas, sem que tenham existido grandes contrastes em relação a outros países europeus produtores de tecidos[232]. Antes das Invasões, nas palavras de Jorge Custódio, o parque industrial português estava em maturação e não em juventude e teriam sido, de facto, os franceses a destruir o nosso aparelho produtivo[233] que só a partir de meados do século XIX se viria a reorganizar e fortalecer. Os estudos de Jorge Custódio e de outros, para o período em causa, ou seja antes das Invasões Francesas recaem sobre os têxteis da lã, da seda e sobre as primeiras iniciativas no algodão, em Lisboa, Tomar e outros centros industriais do sul do país. Na cidade do Porto, com dimensão comparável, existiriam apenas a Fábrica de Lanifícios de Lordelo e a Fábrica de algodão de Clamouse Brown em Vilar e em Aveiro, a Fábrica de algodões de Aveiro de 1769[234]. Com as Invasões Francesas, teria então sido arrasado grande parte do nosso sistema produtivo manufactureiro e aqui se terá encerrado a primeira parte da história da indústria têxtil em Portugal e se terá apagado o mapa do padrão de localização dominante até então. A região dos lanifícios nos distritos de Castelo branco e Portalegre, um dos poucos redutos ou resíduos traçará o seu futuro posterior, de crescimento, em função de novos factores[235]. Lisboa, onde as estamparias se tinham desenvolvido desde o séc. XVII, em ligação com a importação de telas da Índia, para exportação, apesar de contar com algumas unidades fabris de grande dimensão e avanço tecnológico, nunca viria a assistir a uma posterior expansão importante dos têxteis. Pelo

---

232 CUSTÓDIO, Jorge - Aspectos Tecnológicos da introdução da maquinofactura nos têxteis portugueses nos finais do antigo regime. in, *Congresso A indústria Têxtil no Vale do Ave. História, Desafios, Perspectivas*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1996

233 Idem

234 AMORIM, Inês – Os poderes urbanos face às mutações económicas: a fábrica de algodão de Aveiro 1769/78. *Revista da Faculdade de Letras. História*. 2ªsérie, 1992, vol.9, p.137-172.

contrário, as estamparias e tinturarias nunca viriam a induzir um desenvolvimento para montante, nem as tecelagens se articularam internamente com os outros segmentos da fileira. No final do século, as indústrias têxteis em Lisboa encontravam-se já no limiar da estagnação, vindo a registar posteriormente um declínio inexorável, destino que em grande medida foi definido pelo percurso contrastado da mancha têxtil do Norte.

Da mesma forma, também as áreas envolventes das grandes fábricas têxteis existentes fora de Lisboa ou do Porto, não registaram qualquer tipo de expansão ou proliferação de unidades produtivas, nem ali se estruturaram manchas industriais têxteis. Nunca se desenvolveram, em suma, estratégias de fileira propriamente ditas, nem em Lisboa, nem em torno dos casos dispersos das grandes fábricas antigas de Tomar ou Torres Novas. No noroeste porém, nascerá a maior mancha têxtil portuguesa, cuja importância rapidamente se sobrepôs aos lanifícios, quer em número de estabelecimentos quer em número de operários ou volume de produção.

Pode dizer-se que a segunda parte da história da indústria têxtil em Portugal, correspondeu à história da têxtil algodoeira no Porto e Vale do Ave. A estruturação da fileira, no sentido estratégico do conceito, porá em evidência a componente territorial dessa mesma fileira, cuja importância procuro demonstrar.

2.1.1. Definição e delimitação da Indústria Têxtil

A indústria têxtil é constituida por diversas fases produtivas ou segmentos e uma variedade extrema de formas de processos de produção[236]. No âmbito da indústria têxtil, inclui-se a produção (indústria química) ou preparação de fibras e posterior produção de fios, a fabricação de tecidos e as operações de acabamentos de fios ou tecidos. A produção de Vestuário, não obstante trabalhar a partir dos produtos da indústria têxtil e ser, em média, o seu maior cliente, deve

---

235 PIRES, Iva Maria Miranda – *A Teia e a trama na geografia das indústrias têxtil e do vestuário*. Lisboa: policopiado (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1994.

236 Sobre as características da cadeia têxtil: JACOMET, Dominicque - *Les Textiles*. Paris: Economica, 1992. NEMOZ, Guy - *Emergence des Textiles Techniques et des Materiaux Composites en France*. Lyon: Geotex, 1993. NEVES, José de Sousa Machado Ferreira - *Indústria e Comércio dos Têxteis. Introdução ao Estudo da Actividade Têxtil*. Porto : Edição do autor, 1987. PRÉVOT, Victor - *Géographie des Textiles. Étude d'un espace économique*. Paris: Masson, 1986 (1ªed.1979). RIBEIRO, Ernesto K. de Queiroz - *O Algodão. Novos Processos de Produção, Comércio e Indústria*. Porto: Oficinas Gráficas de "O Comércio do Porto", 1965.

ser encarada como um ramo distinto, atendendo ao tipo de solidariedade que existe entre ambas, mais técnica do que económica e estratégica.

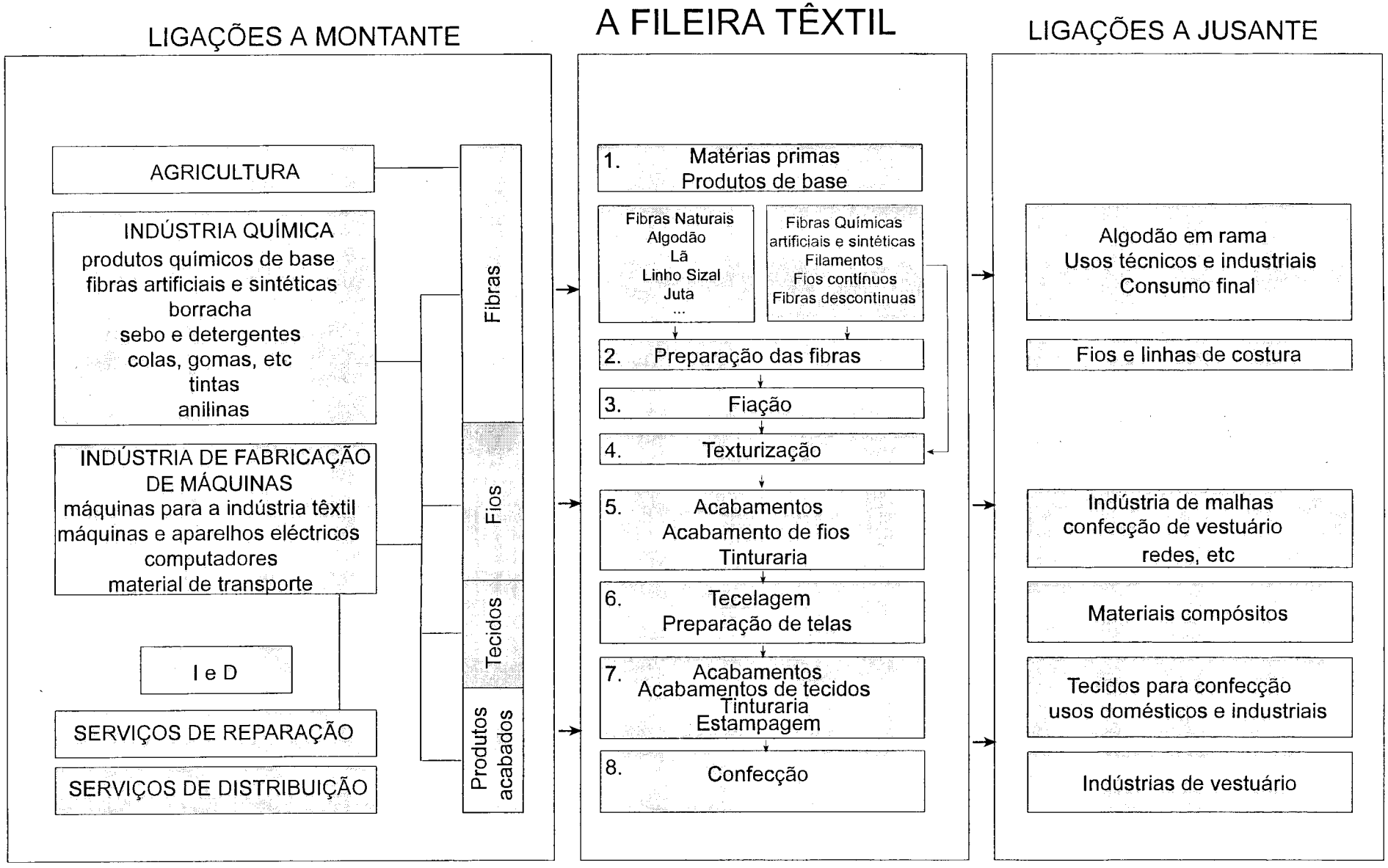
Este estudo debruça-se exclusivamente sobre a indústria têxtil assim considerada e, dentro desta, estuda a que utiliza o algodão ou mistura de fibras de algodão, artificiais e sintéticas.

É possível analisar a indústria têxtil segundo várias perspectivas. Segundo as matérias primas que utiliza, segundo as fases da cadeia produtiva, os usos ou fins a que se destinam os produtos ou segundo a tecnologia usada. A delimitação do ramo ou da fileira têxtil obriga a uma análise pormenorizada da estrutura interna de produção dos têxteis (Figura 2.1.1.-1.).

Quanto às matérias-primas, podem-se distinguir dois grandes grupos, as matérias-primas naturais e as que o não são. Nas primeiras cabem a lã, o algodão, o linho, a juta, o rami e outras fibras menos utilizadas. Nas segundas, existem dois grandes grupos: as fibras artificiais e as sintéticas. As primeiras (também designadas por celulósicas) são produzidas a partir de matérias naturais, tratadas por processos químicos e foram inventadas antes das sintéticas. As mais conhecidas são o Rayon-Viscose, a Fibrana ou Fioco e o Acetato. As fibras sintéticas são fabricadas por polimerização, ou seja pela síntese de moléculas diferentes e incluem o Poliester, o Nylon, as Poliamidas e os Acrílicos, entre outras.

As fibras químicas são produzidas sob a forma de filamento contínuo, o qual pode ser utilizado sob essa configuração ou cortado em diferentes tamanhos, para ser passível de fiar nas fiações para a lã ou o algodão, procurando-se, com isso, obter um fio com as mesmas características das fibras naturais. A invenção e descoberta das fibras artificiais e sintéticas produziu uma das maiores rupturas a que se assistiu na cadeia têxtil, ao nível técnico, aproximando-a de uma forma mais estreita das indústrias químicas. Internamente, a introdução destas novas fibras provocou modificações profundas, não só pelas adaptações tecnológicas a que obrigou como ainda pelo impacto económico e social que com elas adveio, tendo contribuido nomeadamente para a crescente capitalização do ramo. Tomando um caso extremo, imagine-se uma unidade vertical tradicional que abandona totalmente o algodão e passa a trabalhar com filamentos sintéticos ou artificiais. Tal modificação pode acarretar o encerramento da fase de fiação e de todas as operações a ela ligadas. Socialmente, o efeito é comparável à falência ou encerramento de uma qualquer fiação.

Fig.2.1.1.-1)


A FILEIRA TÊXTIL
LIGAÇÕES A MONTANTE
LIGAÇÕES A JUSANTE
AGRICULTURA
INDÚSTRIA QUÍMICA
produtos químicos de base
fibras artificiais e sintéticas
borracha
sebo e detergentes
colas, gomas, etc
tintas
anilinas
INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS
máquinas para a indústria têxtil
máquinas e aparelhos eléctricos
computadores
material de transporte
I e D
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO
SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO
Fibras
Fios
Tecidos
Produtos acabados
1. Matérias primas
Produtos de base
Fibras Naturais
Algodão
Lã
Linho Sizal
Juta
...
Fibras Químicas
artificiais e sintéticas
Filamentos
Fios contínuos
Fibras descontinuas
2. Preparação das fibras
3. Fiação
4. Texturização
5. Acabamentos
Acabamento de fios
Tinturaria
6. Tecelagem
Preparação de telas
7. Acabamentos
Acabamentos de tecidos
Tinturaria
Estampagem
8. Confecção
Algodão em rama
Usos técnicos e industriais
Consumo final
Fios e linhas de costura
Indústria de malhas
confecção de vestuário
redes, etc
Materiais compósitos
Tecidos para confecção
usos domésticos e industriais
Indústrias de vestuário

O impacto do aparecimento das fibras químicas começou por se fazer sentir ao nível do preço das matérias-primas. Surgindo como uma fibra têxtil alternativa, mais barata, passível de ser produzida e/ou transportada em qualquer região do mundo, sem restrições de ordem climática ou de qualidade dos solos e outras limitações de âmbito estritamente da produção agrícola, alterou as condições de concorrência internacional e levou a rearranjos no interior dos diversos sub-ramos (dos lanifícios, dos têxteis de algodão, do Vestuário ou dos Têxteis Técnicos).

No caso dos têxteis de algodão que constituem o objecto deste estudo, o impacto da introdução destas fibras não assumiu grandes proporções ao nível da estrutura geral do sistema produtivo regional. É certo que elas foram introduzidas, em maior ou menos grau na produção de fios e tecidos mistos mas não corresponderam a nenhuma reestruturação profunda. O impacto da sua depreciação e a revalorização do algodão enquanto fibra natural foi, por exemplo, ao contrário, da maior importância nos tempos mais recentes e fez-se sentir de forma muito mais evidente, contribuindo nomeadamente para a revitalização de muitas unidades antigas.

Também se classifica muitas vezes a indústria têxtil segundo as fases da respectiva cadeia produtiva, ou seja desde a produção de matérias-primas até à confecção de produtos acabados, de vestuário, têxteis-lar ou para usos industriais e técnicos. As cinco fases fundamentais que podem ser desenvolvidas por unidades fabris autónomas ou integradas verticalmente, são a produção de matérias-primas naturais ou químicas, a fiação, a tecelagem, os acabamentos (branqueação, mercerização, tinturaria e estamparia) e certas operações de confecção. No ponto seguinte procurarei esquematizar a fileira têxtil da forma mais completa possível, enumerando as suas diferentes fases ou segmentos, assim como as respectivas ligações a montante e a juzante.

A desagregação por fases é aquela que melhor evidencia as dificuldades de delimitação e caracterização da fileira, tendo em conta as interligações com os outros ramos industriais, outras actividades económicas - essencialmente as de Investigação e Desenvolvimento e de distribuição - e a posição relativa do Vestuário.

Quanto aos usos a que se destinam, existem três tipos fundamentais de produtos têxteis: Vestuário (de malha ou tecido), Têxteis para o Lar e Têxteis Técnicos.

Independentemente das operações que se realizam a juzante, já exteriores à própria indústria têxtil, o tipo de fim a que os produtos se destinam podem implicar tecnologias e formas organizacionais e de trabalho completamente distintas. Esta é aliás mais uma questão que coloca alguns problemas a nível de delimitação do ramo e da contabilidade estatística do seu produto. A título de exemplo, podem-se apontar as diferenças de tecnologia para a produção de tecidos clássicos, dos tecidos de malha ou de tecidos para têxteis técnicos e materiais compósitos (materiais reforçados por uma arquitectura têxtil). Não só as máquinas podem ser mais ou menos distintas ou modificadas para cada produto específico, como o tipo de organização da produção é necessariamente específico. Assim se explica que haja uma especialização de algumas unidades industriais apenas num produto, enquanto que outras podem produzir simultaneamente vários. A maior especialização ocorre na produção de malhas e nos tecidos para usos técnicos, as primeiras geralmente organizadas em moldes muito semelhantes às unidades de tecidos clássicos, enquanto que as segundas se foram tornando cada vez mais capitalizadas e com um grau de especialização muito maior - pelo desenvolvimento de máquinas dedicadas - facto que lhes foi conferindo uma muito maior imobilidade e menor flexibilidade. Está neste caso a produção de telas para pneus, por exemplo. Para produzir estas telas é necessário conferir aos fios da teia características específicas de resistência, sendo fundamentais as operações de torcedura. Uma vez tecidas as telas, num processo que recorre a tecnologias relativamente simples e antigas, segue-se uma fase de impregnação das mesmas, em máquinas complexas, tecnologicamente cada vez mais evoluídas que têm vindo a implicar uma crescente concentração. Hoje em dia é reduzido o número de fabricantes mundiais de telas para pneus. Este processo de impregnação está manifestamente ligado às indústrias químicas. Na estrutura de custos do produto são as fases de impregnação aquelas que detêm a maior percentagem e no entanto, a produção de telas para pneus é uma indústria têxtil, segundo os critérios estatísticos de classificação das actividades económicas.

Em relação à tecnologia utilizada nas indústrias têxteis, há alguma diversidade de equipamentos. Dentro das fiações, é possível distinguir por exemplo, as chamadas tradicionais, em anel e as "open-end", com rotores. Dentro das tecelagens, há uma grande variedade de tipos de teares quer de características tecnológicas diferentes, para fazer o mesmo produto, quer especializados por produtos. A alteração tecnológica de maior relevo, no passado mais recente da tecelagem, data dos anos sessenta e consistiu na construção de teares sem

lançadeira, os quais têm vindo a sofrer, desde então, contínuas melhorias técnicas. Os teares para fabricar tecido de malha, por exemplo, são totalmente distintos dos teares para tecidos clássicos para vestuário ou dos utilizados para produzir felpos. Não cabe no âmbito deste trabalho, nem para isso estaria habilitada, fazer a história da evolução tecnológica dos maquinismos da indústria têxtil. Importa no entanto identificar os momentos fundamentais dessa evolução.

Um dos pontos fundamentais dessa evolução reside no facto de, ao longo do tempo, os ganhos de produtividade conseguidos com uma nova máquina não terem implicado necessariamente uma ruptura, mas terem definido, em cada momento, as formas mais eficientes de organização da produção e do processo de trabalho para a fileira globalmente. Em termos de balanço geral, assistiu-se (também) na indústria têxtil, através dos avanços técnicos, a um progressivo aumento da composição orgânica do capital que a foi convertendo numa indústria cada vez mais capital intensiva e menos mão-de-obra intensiva. Esta capitalização crescente implicou uma também crescente intensificação da divisão técnica do trabalho e a consequente desqualificação média da mão-de-obra. Daqui decorre, em grande medida o processo particular de internacionalização mais recente desta indústria, cada vez menos exigente ao nível da qualificação da mão-de-obra ao nível mais baixo da divisão técnica do trabalho e mais fácil de sobreviver em qualquer parte do mundo. E por isso também, é através da indústria têxtil que regiões novas se industrializam e inserem na nova divisão internacional do trabalho modificando, por seu turno, profundamente as regras de funcionamento do sector, à escala mundial.

Neste processo de crescente capitalização do sector, são importantes as alterações que se têm vindo a verificar ao nível da construção das máquinas. Hoje em dia há um número reduzido de grandes construtores, fruto de sucessivas fusões que, controlam o mercado internacional. As maiores empresas construtoras de máquinas estão sediadas na Alemanha, existindo, para além delas e não incluindo as suas associadas suiças, apenas em Itália e nos Estados Unidos um pequeno conjunto de empresas com alguma representatividade nos mercados mundiais. As grandes empresas desenvolvem no seu interior, uma intensa actividade de investigação de forma a conseguirem constantemente, apresentar melhorias técnicas nos maquinismos, as quais, regra geral, consistem em ganhos de velocidade e eliminação de defeitos nos produtos. A utilização crescente da electrónica permitiu a eliminação de um grande número de peças mecânicas (centenas por vezes!). As máquinas são cada vez mais caras, menos susceptíveis

de receber pequenos investimentos de reparação ou adaptação e com um tempo de vida cada vez mais curto. A sua capacidade esgota-se mais rapidamente sendo necessário proceder a substituições totais. Sobreviver neste contexto, para uma indústria têxtil, pode significar crescer pela substituição de máquinas obsoletas por outras com uma (muito) maior capacidade produtiva. Daí que para produtos como os fios e os tecidos, as economias de escala continuem a ter uma grande importância. Uma das formas de sobreviver será através da produção de metragens grandes para produtos de grande procura e estandardizados. A produção de metragens reduzidas pressupõe outro tipo de organização, está menos dependente da diminuição dos custos médios de produção e tem necessariamente de se encontrar interligada com o ramo do vestuário. A concentração financeira ao nível dos construtores de máquinas têxteis corresponde também a uma concentração espacial dos centros de investigação e design. E esta concentração penaliza naturalmente, as regiões especializadas nas fases de execução e produção propriamente dita. Portugal é, em grande medida, um exemplo dessa situação.

Actualmente os construtores de máquinas enfrentam um certo dilema. Com a internacionalização da indústria têxtil e a deslocação de grande parte dos segmentos propriamente produtivos da cadeia têxtil para os países do Terceiro Mundo, são diferentes as solicitações dos primeiros e destes últimos. Enquanto que os países europeus mais industrializados necessitam de tecnologias o mais avançadas possível que minimizem os empregos, para os países do Terceiro Mundo a combinação ideal são máquinas menos caras ainda que empregando muita mão-de-obra. É portanto difícil para os construtores dar resposta a dois tipos de necessidades antagónicas. O que parece estar a acontecer é uma concentração de esforços de Investigação e Desenvolvimento no âmbito do controle de qualidade e do processo de fabrico em geral, associando tecnologia têxtil com tecnologia de comunicações. Desta forma, ainda que as máquinas propriamente ditas usadas nos países do Terceiro Mundo não sejam as mais avançadas tecnologicamente, são-no na medida necessária para não necessitarem de mão-de-obra especializada ou qualificada e encontram-se controladas por sistemas de informação sofisticados, centrados nos países europeus. Assiste-se assim ao desenvolvimento de programas informáticos de organização da produção e controle de qualidade associados às redes de telecomunicações, que possibilitam um acompanhamento *on-line* da produção feita no exterior, por parte das empresas europeias. Mesmo dispondo das principais reservas de matérias primas e

possuindo um grande número e uma grande variedade de tipos de fábricas têxteis, os países do Terceiro Mundo não detêm, regra geral, uma proporcional capacidade de controle e decisão, sobre as respectivas estruturas produtivas. Este facto ilustra também a forma complexa como se estruturam as fileiras. Aqueles países, novos produtores, ainda que integrados nas estratégias de fileira que se vão desenvolvendo, não participam das decisões fundamentais, que são tomadas fora dos seus territórios.

O estabelecimento do limite final da cadeia levanta ainda outras questões nem sempre fáceis de resolver: enquanto que nas unidades que se dedicam à produção de têxteis para o lar, existem algumas operações de confecção, no final da cadeia, elas constituem no entanto, as fases centrais e essenciais da indústria de vestuário. A confecção não constitui desta forma, sempre, o limite final da fileira têxtil. Ela própria se estrutura, na maior parte dos casos, segundo uma fileira independente. No caso de alguns têxteis técnicos, o problema da delimitação é ainda mais complexo. Os tecidos para usos técnicos necessitam de operações na fase de acabamentos que os aproximam muito das indústrias químicas, mas se se quiserem pôr em causa essas operações enquanto têxteis, então também o carácter têxtil da mercerização, da tinturaria e de outros acabamentos com produtos químicos, tradicionalmente realizadas no interior de unidades têxteis, pode ser questionado. Retomando o exemplo das telas para pneus, verificou-se que, enquanto que algumas unidades foram desenvolvendo as suas fases de impregnação, recorrendo a novas tecnologias fortemente capital intensivas, outras se mantiveram na produção de telas em bruto, cuja impregnação é feita nas unidades de produção dos próprios pneus (indústrias químicas). Há assim um conjunto de tarefas na produção de pneus que pode ser realizado dentro de unidades industriais classificadas como indústrias têxteis e outras como indústrias químicas, apesar de consistirem exactamente nas mesmas operações técnicas. As consequências da existência destas duas situações não se reduzem à classificação estatística mas têm implicações regionais de grande importância e têm levado a grandes modificações nos padrões de localização das unidades produtivas. Enquanto que alguns processos de reconversão, com grandes investimentos em capital intensivo e, por vezes, uma crescente especialização por produtos, não têm originado deslocações ou modificações nas estruturas territoriais, outras tem havido em que elas assumem grandes proporções e têm conduzido à destruição de partes importantes da base produtiva das regiões. Uma das razões porque dentro de uma empresa se poderá optar por realizar aquelas operações nas unidades têxteis pode

ser a diferença salarial. Regra geral os salários da indústria têxtil são inferiores aos das indústrias químicas.

2.1.2. A Organização Interna da Fileira Têxtil

Uma análise da fileira têxtil põe, de imediato, em evidência o seu carácter linear particular. Existe, indiscutivelmente uma forte articulação técnica entre cada fase ou segmento produtivo, de montante para juzante, primeira caracteristica de uma cadeia produtiva.

O carácter linear da fileira têxtil apresenta-se no entanto, diferente se se considerarem as ligações de montante para juzante, ou se se proceder ao inverso. Qualquer fase a juzante consome necessariamente produtos (*outputs*) da fase imediatamente a montante mas, o inverso não é verdade. Em todas as fases existem *outputs* susceptíveis de ser colocados no consumo final e serem consumidos como produtos acabados, desde o algodão em rama, aos fios de *tricôt* e costura e aos tecidos para usos diversos. Para além disso, as ligações exteriores da fileira a outras fileiras são complexas e a sua importância ou o seu volume variam consideravelmente de fase para fase. Nalgumas, elas são limitadas e contribuem para a coerência económica global da fileira.[237] Noutras, essas relações são muito importantes e alargadas, nomeadamente quando se estabelecem com as indústrias químicas, metalúrgicas ou eléctricas e electrónicas e aproximam a fileira destas. Em países como a Alemanha, verifica-se a existência de actividades de Investigação e Desenvovimento no interior das empresas têxteis ao nível da introdução de pequenas inovações e melhorias técnicas das máquinas, de grande importância. Através de pequenos investimentos de adaptação conseguem-se consideráveis ganhos de produtividade. A mesma máquina pode continuar a assegurar os níveis de produtividade desejados, sem ser substituida por uma máquina nova[238]. O mesmo não acontece noutros países onde quer a indústria de máquinas quer a investigação no domínio da mecânica não se encontram tão desenvolvidos, nem há tradição daquela prática no interior das empresas

---

[237] Dominique Jacomet diz que o autoconsumo representa cerca de 42% do valor de um produto final na indústria têxtil. JACOMET, Dominicque - *Les Textiles*. Paris: Economica, 1992. p.4

[238] HERGETH, Helmut H.A. - *Investitionsstrategien für stagnierende Branchen. Dargestellt am Beispiel der Textilindustrie der Bundesrepublik Deutschland*. München : Lit Verlag, 1986.

industriais. Este exemplo pode ilustrar como são diversificadas as relações com o exterior da fileira e como o seu grau de impermeabilidade não é constante.

A organização interna da fileira têxtil permite, por si só, antever alguns comportamentos típicos. Países ou regiões com tecidos industriais complexos e diversificados asseguram, regra geral, ganhos de produtividade decorrentes da capacidade interna de apoio às operações têxteis propriamente ditas. O contrário debilita as regiões ou melhor as respectivas fileiras.

As matérias primas, por seu turno, nunca constituiram um factor determinante do sucesso ou fracasso de uma indústria têxtil, podendo apenas ressalvar-se o caso dos Estados Unidos com uma capacidade de auto-abastecimento superior à generalidade dos outros grandes produtores mundiais de têxteis. É porém um facto que, também ali, os restantes sectores industriais de apoio ao têxtil, se encontram num estádio de grande avanço tecnológico. Mas, pode dizer-se que a coerência técnica da fileira não depende das matérias-primas de forma crítica.

Não são aliás os países produtores de algodão aqueles que lideraram o processo de desenvolvimento das indústrias têxteis. Isto não se pode confundir porém com o facto de se registar uma tendência crescente para os países mais industrializados controlarem os produtores de matérias primas. Ainda que estes últimos, à excepção dos EUA, coincidam com os países de mão-de-obra barata onde se têm localizado preferencialmente as unidades deslocadas de outras áreas, não se verifica ali uma efectiva capacidade de controle sobre a fileira nem mesmo ao nível das matérias primas. Este facto é tanto mais importante, quanto se sabe que, na estrutura de custos de alguns produtos têxteis, se podem encontrar valores acima dos 50% para o algodão como matéria-prima.[239]

2.2. A indústria têxtil algodoeira: complexa, de alta tecnologia e internacional

A maior originalidade da indústria têxtil algodoeira reside no facto de, tendo sido o motor da revolução industrial, ter atravessado toda a história do desenvolvimento industrial até à actualidade, sem registar um declínio absoluto ou

[239] JACOMET, Dominicque - *Les Textiles*. Paris: Economica, 1992. p.48.

um desaparecimento comum noutras indústrias. É uma espécie de capacidade inesgotável de sobrevivência.

Ainda que, em termos médios mundiais, esta indústria tenha registado um movimento cíclico de períodos de maior crescimento seguidos por decréscimos, nem esses ciclos assumiram uma amplitude muito grande, quando comparados com outros, nem o seu trajecto se adapta ao tipificado pela teoria do ciclo do produto. Em cada período histórico, desde o seu arranque com a revolução industrial, a indústria algodoeira traçou em regiões específicas, um trajecto de ascensão e declínio ou estagnação, daí resultando um mosaico muito diversificado de situações contemporâneas.

Protagonizando a própria revolução industrial, a indústria têxtil algodoeira atingiu também em primeiro lugar, um estádio de maturidade e desaceleração no seu ritmo de crescimento, nos países mais industrializados, facto que lhe viria a merecer uma reputação negativa em termos de interesse económico e estratégico. Com efeito, uma vez consolidada a reconstrução económica da Europa e restaurada e revitalizada a respectiva indústria têxtil, depois da Segunda Guerra, depressa passou a ser encarada como um sector sem futuro, condenada a desaparecer dos países ditos mais desenvolvidos[240].

Esta imagem de declínio, mais aparente que efectivo, viria a dominar o discurso sobre o sector têxtil, até muito recentemente e decorreu claramente da rápida e acentuada diminuição do emprego e do número de empresas respectivo, num período de tempo relativamente curto, mais do que apenas da desaceleração na procura.

As fragilidades estruturais das indústrias têxteis assumem geralmente uma grande visibilidade, pelo facto de estas indústrias se encontrarem fortemente concentradas em regiões limitadas, representando, na maior parte dos casos, o maior empregador regional. Pelos fracos efeitos multiplicadores que gera, laborando numa quase total autonomia técnica, a têxtil nunca levou, por si própria, a que se tenham desenvolvido estruturas produtivas diversificadas e alternativas, nas regiões onde historicamente se concentrou. Assim, entrada num processo de

---

240 BREITENACHER, Michael - *Textilindustrie im Wandel.* Frankfurt am Main: Gesamtextil, 1989. p.11; JACOMET, Dominique - *Le Textile-habillement. Une Industrie de pointe!.* Paris: Economica, 1989. Avant-propos p.VII-XI. LANGANAUER, Jakob - Tecelagem do Futuro. Consequências Económicas e Técnicas. *Nova Têxtil* Porto: 1985, nº2.pp.18-23. BOUSSEMART, Benoît; BANDT, Jacques de - The Textile Industry: Widely varying structures. in JONG, H. W. de -

aparente ou efectivo declínio, a têxtil converteu-se num parente pobre da economia, apontada como responsável por todos os problemas sociais e económicos de certas regiões.

Este tipo de situações assume maiores proporções em regiões de países de economias mais débeis e menos diversificadas como o nosso, confundindo-se muitas vezes a resolução dos problemas da indústria têxtil com questões de estratégia económica nacional. Ora, embora o desenvolvimento da fileira, em Portugal, tivesse sido fortemente condicionado, ao longo do seu percurso histórico, pela conjuntura política e económica nacional, ele esteve e está ainda cada vez mais, sujeito a condicionalismos internacionais e a tendências globais mais amplas.

Em oposição a estas regiões, do declínio efectivo, assistiu-se a um aumento de importância relativa de alguns segmentos específicos da fileira, noutras regiões[241]. Num extremo, aquelas regiões que controlam hoje em dia a produção e o comércio internacional dos têxteis, aí se destacando os países industrializados da Europa cada vez menos produtores de têxteis e mais comerciantes de têxteis. Estas regiões controlam não só a produção ao nível das quantidades, como da qualidade e diversidade de produtos. No seu interior mantêm as fases de concepção e controle, a investigação e a produção de alguns produtos estratégicos, como os têxteis técnicos ou mesmo alguns produtos das fases iniciais da cadeia - fios e tecidos - de elevado valor acrescentado. Estatísticamente é difícil contabilizar a produção destas regiões ou países levada a cabo dentro das respectivas fronteiras políticas e a que lhes chega por via da subcontractação. No outro extremo, situam-se as regiões e países onde o número de unidades de produção - fábricas - o volume total de produção e o emprego no ramo têm registado acréscimos constantes nos últimos anos. Estão nesse caso os países do Terceiro Mundo onde também é difícil contabilizar a produção nacional e destinada ao consumo interno, da que é canalizada para outros destinos, por relações de subcontractação. Daí também que se torne complicado

---

The Structure of Eueopean Industry. Third Rev. Ed. Dordrecht, The Netherlands, Kluwer Academic Publischers, 1993. pp.203-235.

241 PIRES, Iva Maria Miranda – *A Teia e a trama na geografia das indústrias têxtil e do vestuário*. Lisboa: policopiado (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1994.)

compreender as causas e o impacto do surto de crescimento que as indústrias têxteis ali têm sofrido[242].

Um outro "lugar comum" que é preciso rever e que também anda associado à imagem do declínio, diz respeito à designação de tradicional, para a indústria têxtil, com um sentido de ultrapassada, fora do tempo, antiquada mais do que antiga. Ora, nada mais difícil de provar do que este epíteto de tradicional. Com esta designação abrangem-se, na maior parte dos casos, todas as indústrias têxteis, da lã ao algodão ou fibras sintéticas e todos os segmentos da cadeia têxtil e da indústria do vestuário, indiscriminadamente. Trata-se de uma generalização completamente infundada, pois a indústria têxtil é hoje uma indústria tecnológica quer ao nível das fibras artificiais e sintéticas que consome, como ao nível da maquinaria que utiliza nas diferentes fases do processo de fabrico, desde a preparação das fibras aos acabamentos.

A História tem demonstrado que houve, em todos os tempos e há actualmente, regiões onde a têxtil algodoeira conduziu o processo de modernização das respectivas bases económicas, assegurando níveis de eficiência e rendibilidade tão elevados quanto os das indústrias consideradas dominantes ou de ponta, no mesmo período.

Poder-se-ia mesmo perguntar porque se mantêm os investimentos no sector, numa época em que o acesso à informação garante um conhecimento quase ubíquo das alternativas possíveis e dos figurinos mais diversos de produção industrial. A resposta a esta interrogação só será possível de encontrar se se analisar o percurso territorial da indústria têxtil ao longo da história. É uma indústria para a qual crescer ou sobreviver foi sempre possível, ainda que em cada momento em contextos específicos, ou melhor, para alguns produtos, nalgumas formas organizacionais da produção e do processo de trabalho e, acima de tudo, em determinadas regiões.

Este facto é tão mais evidente quanto assistimos a repescagens por parte de algumas regiões, outrora grandes produtoras de têxteis de algodão, posteriormente abandonados ou pelo menos reduzidos, que hoje em dia registam um renovado interesse pelo sector. E não se trata, regra geral de um regresso ao passado. Quando muito haverá situações em que as sucessivas crises pós-fordistas ensinaram a aproveitar todas as potencialidades disponíveis, para, em conjunto,

---

242 BATTIAU, Michel – Répartition Géographique des Industries Textiles dans le Monde.

conseguir sinergias positivas, nem que seja a nível da preservação da base económica de pequenas regiões. Mas, é um facto que, grandes potências industriais do Mundo têm, actualmente, têxteis algodoeiras competitivas, renovadas por entradas massiças de capitais e pela introdução de inovações a todos os níveis. Aqui se deverá incluir ainda um tipo de situações específicas e que se prendem com o conceito de flexibilidade anteriormente analisado. Se atentarmos aos avanços tecnológicos disponibilizados pelos construtores de máquinas para a fiação, tecelagem e acabamentos, concluimos que, pelo menos teoricamente, a flexibilidade numérica não tem sentido nestes segmentos. Acontece que há exemplos de situações onde essa flexibilidade é possível, ajustada a uma flexibilidade funcional bem articulada. O caso paradigmático, na Europa, é a Itália, com destaque para a Lombardia[243]. Recorrendo a tecnologias menos modernas, inúmeras unidades de fiação e tecelagem conseguiram manter-se competitivas produzindo pequenas quantidades de uma grande variedade de produtos. Ao nível das fiações, a atenção nessas unidades está voltada para a investigação na qualidade das matérias primas e no desenvolvimento de novos produtos, como por exemplo fios mesclados com aplicação essencialmente na indústria de malhas. Apoiada numa indústria a juzante, de malhas e confecção, muito dinâmica, associada à moda, essas fiações conseguem em curto espaço de tempo, alterar o leque de produtos em produção e satisfazer as necessidades sempre em mudança dos seus clientes. Basicamente é ao nível da gestão da produção que a flexibilidade é assegurada.

Uma das razões para a evolução particular da têxtil algodoeira decorre, acima de tudo, da sua diversidade. Em cada momento, há uma região onde um determinado segmento ou uma determinada organização assegura taxas de lucro suficientemente elevadas para a indústria se manter em actividade e ser competitiva.

Na generalidade dos ramos industriais o percurso histórico, foi mais limitado, quer económica quer territorialmente. Os percursos ajustam-se melhor à teoria do ciclo do produto, reproduzindo-se espacialmente por um processo de extensificação da divisão técnica do trabalho (daí resultando a divisão espacial do trabalho). A evolução apresenta, regra geral, um declínio inexorável e adapta-se ao processo histórico de desenvolvimento de inovações com co-existências

---

Évolutions récentes. *L'Information Géographique* 1991, 55 pp.191-196.

temporárias, na maior parte dos casos ditadas também (como nos têxteis), por diversidades regionais. Mas, basicamente, um produto substituiu outro, enquanto que no têxtil algodoeiro, uma maneira de fazer, numa determinada região, substitui outra maneira de fazer, na mesma ou noutra região. É naturalmente difícil de compreender esta paradoxal sobrevivência dos têxteis, se pensarmos que desde os tempos pré-históricos à actualidade, um tecido se fabrica com a mesma técnica: uma trama que cruza uma teia.

Pessoas e actividades consomem cada vez mais têxteis. Se a procura para usos pessoais e domésticos estabilizou nos últimos anos, a verdade é que ela registou, no passado, surtos de crescimento notáveis, quer pelo próprio crescimento demográfico, quer por modificações nos padrões de consumo e nos níveis de desenvolvimento socio-económico registados pelas diferentes regiões[244]. Os usos não domésticos, aí incluidos os usos industriais (têxteis técnicos) têm vindo a manter, por seu turno, um ritmo de procura crescente. O comportamento da procura nos têxteis de algodão é de crucial importância para a compreensão da sua evolução. Numa frase, é uma procura que não se esgota, ao contrário do que acontece com outros produtos industriais.

Mundializada por natureza a procura, a oferta de têxteis de algodão internacionalizou-se a um ponto que não haverá provavelmente nada de novo a escrever sobre a dispersão e proliferação da indústria no Mundo, da revolução industrial aos nossos dias. Para muitos países, os têxteis de algodão ocuparam uma posição central nos primeiros estádios da industrialização basicamente, pelo facto de estar assegurada uma procura interna de vestuário e a difusão internacional da tecnologia dos têxteis se ter processado com relativa facilidade através dos tempos.

A evolução tecnológica da indústria têxtil foi em diversos aspectos particular e diferente de outros ramos industriais. Desde os primeiros inventos de teares mecânicos em Inglaterra no século XVIII, até à actualidade, sucederam-se inúmeras modificações tecnológicas nas máquinas para a indústria têxtil mas, o processo de fabrico de um tecido, qualquer que ele seja, é hoje exactamente o mesmo, na sua estrutura, daquele com que manualmente, antes da revolução

---

243 LANGANAUER, Jakob - Tecelagem do Futuro. Consequências Económicas e Técnicas. *Nova Têxtil* Porto: 1985, nº2.pp.18-23.

244 PIRES, Iva Maria Miranda – *A Teia e a trama na geografia das indústrias têxtil e do vestuário*. Lisboa: policopiado (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1994.

brincar. O processo de evolução tecnológica caracterizou-se historicamente pela não ocorrência de grandes rupturas. As inovações e melhorias sucederam-se, até muito recentemente, num contínuo desenvolvimento das estruturas técnicas existentes de forma a ganhar velocidade e aumento de produtividade, das mais variadas formas, sem que cada inovação tecnológica tenha provocado sempre, uma selecção na sobrevivência dos que a adoptaram, com a consequente marginalização dos "atrasados". Hoje em dia, em Portugal como noutros países - em maiores proporções em países subdesenvolvidos com tradição têxtil - laboram estabelecimentos industriais com equipamentos do princípio do século, e mesmo teares mecânicos, a par de outros com máquinas modernas e sofisticadas, de grande precisão e associadas às mais avançadas tecnologias informáticas. Se a saída de uma crise foi conseguida regra geral, à custa de inovações tecnológicas, ela nem sempre foi o único caminho para a sobrevivência e isto não só por causa do comportamento da procura e pela funcionamento global do ramo, mas também devido a condições regionais específicas. Dito de outra forma, a sobrevivência da têxtil em determinadas regiões, dependeu das próprias regiões.

Por rapidez de método, partamos da história da indústria têxtil inglesa, também ela demasiado conhecida no essencial. Conhecer a história da revolução industrial é conhecer a história da indústria têxtil inglesa. E conhecer a história dos têxteis algodoeiros no Mundo, ainda é analisar os respectivos desvios face ao caso inglês. Grande parte da bibliografia da indústria têxtil gira em torno ou da sua história ou das razões do seu declínio em Inglaterra.[245] Quando se toma o desenvolvimento espectacular dos têxteis algodoeiros do Japão, após a Primeira Guerra Mundial, a literatura, regra geral, preocupa-se em compreender porque razão o Japão suplantou a Inglaterra, mais do que em analisar as razões internas do desenvolvimento daquela indústria no Japão isoladamente[246]. A história económica pós-revolução industrial, das principais potências europeias é sistematicamente equacionada em função do modelo inglês dos têxteis. Mesmo os autores ingleses continuam a debruçar-se sobre a evolução da indústria têxtil algodoeira na perspectiva de procurar responder à questão de saber porque é que os ingleses deixaram de dominar a indústria têxtil algodoeira no Mundo.

---

[245] ROSE, Mary B. (Ed.) - *International Competition and Strategic Response in the Textile Industries since 1870*. London: Frank Cass and C° L.td, 1991.

[246] ROBERTSON, Alex J. - Lancashire and the Rise of Japan, 1910-1937. in ROSE, Mary B. (Ed.) - *International Competition and Strategic Response in the Textile Industries since 1870*. London: Frank Cass and C° L.td, 1991.pp.87-105

Durante mais de um século os têxteis de algodão ingleses dominaram o comércio internacional. Em torno da cidade de Manchester desenvolveu-se a maior região produtora de têxteis de algodão do Mundo. Pode dizer-se que, foi pela mão dos ingleses que o algodão, enquanto fibra têxtil, susceptível de ser fiada e tecida para vestuário e outros usos domésticos, entrou na Europa e se popularizou e democratizou socialmente. As fibras tradicionalmente utilizadas até meados do século XVIII, na Europa eram a lã, o linho e a seda. As manufacturas têxteis tradicionais, dispersas por todo o continente, usavam aquelas matérias primas. A revolução industrial foi simultaneamente uma revolução têxtil. Operou-se no têxtil e com a vulgarização da nova fibra, o algodão, até aí, um bem exótico oriundo do Oriente.

" Para além do investimento tecnológico de que foi objecto privilegiado, tendo mesmo chegado a resgatar inovações pensadas inicialmente para as suas fibras concorrentes, o algodão tornou-se sinónimo, ele próprio, da capacidade de inovação e do sucesso empresarial, no sentido que Schumpeter atribui às expressões." [247]

A primeira ruptura no sistema de produção artesanal de bens manufacturados, o momento histórico do aparecimento do sistema fabril, a formalização da divisão técnica do trabalho ocorre em Inglaterra, na produção de tecidos de algodão. Entre 1764 e 1785, data da abertura da primeira fiação em Nottingham, é aplicado um conjunto de inovações técnicas e mecanismos que induziram e viabilizaram aquelas alterações:[248]

- em 1764, surge a primeira máquina de fiar, uma fiandeira contínua inicialmente com oito fusos e posteriormente com oitenta - Spinning-Jenny - de James Hargreaves;

- em 1769, Arkwright desenvolve a Water-frame pela aplicação de um sistema de cilindros, para puxar as mechas e o fio durante a fiação;

---

247 FORTUNA, Carlos - *O Fio da Meada. O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p.46

248 NEVES, José de Sousa Machado Ferreira - *Indústria e Comércio dos Têxteis. Introdução ao Estudo da Actividade Têxtil*. Porto: Edição do autor, 1987. RIBEIRO, Ernesto K. de Queiroz - *O Algodão. Novos Processos de Produção, Comércio e Indústria*. Porto: Oficinas Gráficas de "O Comércio do Porto", 1965. JACOMET, Dominique - *Le Textile-habillement. Une Industrie de pointe!*. Paris: Economica, 1989. PRÉVOT, Victor - *Géographie des Textiles. Étude d'un espace économique*. Paris: Masson, 1986 (1ªed.1979).

- em 1779 surge a máquina de fiar mista - Mule-Jenny - resultante da combinação das duas anteriores e desenvolvida por Samuel Crompton;

- em 1784 é construido o primeiro tear automático por Cartwright.

Este momento único na história económica do Mundo, tem um significado ampliado para a história económica da Inglaterra. Para trás ficava um passado, uma experiência e um conhecimento profundo da evolução da produção de bens manufacturados. O capitalismo industrial nascente emergia de uma longa e profunda incubação. A industrialização anterior à industrialização [249], sob a forma de proto-industrialização, como a define Peter Kriedte levou a que a Inglaterra do século XVIII - a Inglaterra da Revolução Industrial - exibisse uma diversidade regional invulgar de formas e modos de produção.

Fora de Inglaterra, o impacto das inovações tecnológicas no ramo foi, em média, maior e mais decisivo pois as respectivas regiões têxteis, nasceram ou arrancaram a partir de modelos actualizados de organização da produção e processos de trabalho, qualquer que tenha sido a época em que tal aconteceu. As estruturas pré-existentes não se encontravam suficientemente organizadas nem a sua produção integrava os circuitos comerciais como acontecia com os ingleses, pelo que não era a sua sobrevivência que estava em causa mas a sua reestruturação no sentido de uma crescente integração da cadeia. Aí, sobreviver significou modernizar e as unidades retardatárias foram sendo, de facto, eliminadas com relativa rapidez, não tanto pela sua capacidade individual de sobrevivência, mas porque regionalmente não era viável manter a sua organização e o seu processo de trabalho. Dentro do mesmo "modo de fazer", só noutras regiões, noutros países, com outro tipo de base económica e social era possível continuar a laborar. Assim se vai operando uma deslocação geográfica de determinadas estruturas produtivas, não necessariamente protagonizada pelos mesmos agentes, mas da maior utilidade para o ramo globalmente. O processo mais recente, de segmentação da cadeia produtiva, com deslocação para regiões do terceiro mundo das fases mão-de-obra intensiva, mesmo que conduzido por empresas diferentes e não necessariamente decorrentes da decomposição de grandes unidades anteriormente verticais, constituiu, numa primeira fase, uma via

---

[249] Expressão criada por Peter Kriedte e associada ao conceito de Proto-industrialização, correspondente a um modelo de organização social e económica de determinadas regiões, que possibilitou e induziu mesmo uma posterior industrialização segundo as formas emergentes da revolução industrial. KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen –

interessante para o ramo enquanto um todo. Além dos ganhos conseguidos interna e individualmente nas unidades pioneiras na inovação, elas vão usufruir de vantagens decorrentes de todo um sector retardatário que funciona a ritmos de rendibilidade inferiores à média. Em suma, aquelas unidades tecnologicamente mais avançadas e mais capitalizadas, conseguem beneficiar de mais-valias de transferência e interessa-lhes manter as assimetrias internas do ramo[250].

Este processo traduziu-se, nos países mais industrializados, numa progressiva e rígida selecção das suas unidades industriais têxteis. O desenvolvimento de outros ramos industriais e a diversificação das próprias economias locais e nacionais encarregou-se de absorver e até explorar virtualidades dessa selecção natural. O encerramento de unidades produtivas e a diminuição drástica do emprego, consequências de maior impacto social do processo de renovação ou reestruturação do ramo localmente, não tiveram os custos com que outras regiões de países periféricos se debateram ou debatem actualmente. A reestruturação dos têxteis naquelas regiões, levaria assim à constatação do inexorável declínio a que o ramo estava condenado e à previsão fatalista da sua deslocação geográfica a médio ou longo prazo para países periféricos.

As transformações que procurei descrever de forma sumária, operaram-se periodicamente e as regiões têxteis foram sofrendo uma evolução que lhes foi moldando a suas características em função da posição relativa que iam ocupando no sector a nível global e do sistema político e económico em que estavam inseridas. A juzante da cadeia produtiva, foi existindo entretanto, uma procura capaz de alimentar todo o processo, quer em termos quantitativos – a procura global de têsteis sempre cresceu – quer pelo desenvolvimento de um procura de novos produtos à medida que o ritmo de crescimento médio da procura global ia abrandando.

A indústria têxtil tornou-se, desta forma, uma das primeiras a sofrer um processo de internacionalização, com a consequente definição de uma divisão espacial do trabalho marcada pela permanência das fases a montante da cadeia produtiva, nas regiões mais desenvolvidas e a transferência das fases a juzante para os países de mão-de-obra barata.

Industrialization before Industrialization. Rural Industry in the Genesis of Capitalism. Cambridge : CUP, 1981.

250 CASTELLS , Manuel - *Sociologia del Espacio Industrial.* Madrid : Editorial Ayuso, 1977.

A grande limitação ao desenvolvimento crónico das reestruturações cíclicas da indústria têxtil seria naturalmente a não existência de regiões periféricas ou marginais capazes de continuar a assegurar a reprodução do sistema e receber a ponta final da onda de expansão do processo da reestruturação. Embora isso tenha começado a fazer-se sentir, sobretudo à medida que as indústrias têxteis dos países do terceiro mundo iam começando a ter algum protagonismo próprio e se autonomizavam dos grandes centros de controle estrangeiros, basicamente à custa da sua procura interna[251], outras alterações económicas mundiais viriam a mudar o rumo global do sector. Destas, as mais determinantes seriam a crescente globalização da economia mundial, para além da simples internacionalização e todas as reestruturações associadas à crise pós-fordista.

A partir dos anos setenta, as inovações tecnológicas na indústria têxtil começaram a suceder-se de forma mais acelerada. O desenvolvimento de tecnologias anteriores, novas invenções e a introdução de tecnologias de informação permitiram modificações muito mais profundas e rápidas que em qualquer outro período anterior. Na década de oitenta assistiu-se a um surto extraordinário de investimentos na indústria têxtil, quer em países mais avançados, quer em regiões intermédias, como o próprio caso português[252]. Verificou-se de facto, uma retoma do interesse naquilo que erradamente se havia classificado como um ramo tradicional, mão-de-obra intensivo. "Pela primeira vez (nos anos oitenta) as fábricas modernizadas recuperaram a sua competitividade em relação aos países de baixos custos"[253]. É verdade que a têxtil se tinha entretanto tornado cada vez menos uma indústria empregadora e se tinha capitalizado fortemente, não obstante a mão-de-obra representar na estrutura de custos do ramo,

---

251 BATTIAU, Michel – Répartition Géographique des Industries Textiles dans le Monde. Évolutions récentes. *L'Information Géographique*. 1991, N.55 pp.191-196. BREITENACHER, Michael - *Textilindustrie im Wandel*. Frankfurt am Main: Gesamtextil, 1989.

252 Há vários exemplos de novos grandes investimentos em fiações e tecelagens para produtos estandardizados, nos países mais industrializados da Europa, ao longo dos anos oitenta e noventa. Entre os investimentos de grande vulto dos últimos anos podem apontar-se as novas fiações na Holanda da empresa Rositta Holding BV, de uma empresa em Lorze na Suiça, equipada em 1989 com novos equipamentos Open-end, da empresa Fieldcrest Cannon, dos EUA, equipada em 1994 com um conjunto de teares Jacquard electrónicos.. "Nova Têxtil" Vários números, nomeadamente: 24,13.

253 DIAS, Delfim - O Mundo Têxtil no ano 2000. Problemas e Prespectivas. (Tradução e adaptação de um artigo de U. Hartmann do International Textile Bulletin de Maio de 1988). *Nova Têxtil*, Porto: 1995, N°37, Julho 95.

percentagens superiores à média da indústria transformadora, em países como por exemplo a Ex-República Federal Alemã[254]

A nível das regiões têxteis, percebe-se portanto, que o seu desenvolvimento tivesse sido condicionado por forças supraregionais, actuando na lógica de uma fileira produtiva em processo de internacionalização e globalização crescente e não apenas pela acção de factores locais. Regiões de concentração de unidades industriais têxteis, como a portuguesa, ter-se-ão visto colocadas numa posição relativa intermédia, condicionadas a montante pelos grandes produtores têxteis mais avançados, os quais simultaneamente se localizavam nas mesmas economias dos produtores de máquinas e fibras sintéticas ou produtos químicos para a indústria e condicionadores por seu turno, de regiões colocadas em posições mais marginalizadas, no nosso caso, as antigas Colónias em particular.

O comportamento da indústria têxtil algodoeira portuguesa e paralelamente da região onde se foi concentrando poderá ser tomado como um exemplo paradigmático daquilo que alguns autores designam por "semi-periferia"[255]

A estruturação das regiões têxteis sempre pôs em evidência a importância do empresário individual, o "industrial" e nas suas competências individuais, as quais, no conjunto da região constróiem um conhecimento tácito, uma aprendizagem colectiva de saber fazer.[256].

"...la volonté farouche du "patron" de sortir des sentiers battus, pour trouver la marge financière là où elle se trouve, c'est à dire là où les autres ne sont pas."[257]

Os desafios com os quais este empresário se foi confrontando ciclicamente, caracterizaram-se por uma constante restrição à sua mobilidade quer geográfica quer sectorial ou produtiva. Geograficamente as opções foram-se colocando de

---

254 BREITENACHER, Michael - *Textilindustrie im Wandel.* Frankfurt am Main: Gesamtextil, 1989. p.49 a 51
A percentagem dos custos da Mão-de-Obra em relação ao Volume de Vendas, para as Indústrias Têxteis, para o Vestuário e para a média da Indústria Transformadora, foi em 1986, respectivamente de 26,4%; 23,8%; e 24,8%.

255 Carlos Fortuna (FORTUNA, Carlos - *O Fio da Meada. O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960).* Porto: Edições Afrontamento, 1993), procura precisamente explicar como o algodão de Moçambique serviu para Portugal consolidar a sua posição semi-periférica.

256 BREITENACHER, Michael - *Textilindustrie im Wandel.* Frankfurt am Main: Gesamtextil, 1989. p.12

forma a manter determinado processo de trabalho em cada período de reestruturação global do ramo, nas regiões certas. Perante isso, sobreviver pôde implicar mudar de localização, o que na generalidade dos casos, foi levado a cabo por alguém diferente noutro lugar. Em termos sectoriais, a mobilidade que muitas vezes se designa por reconversão, no sentido de mudança da têxtil para outro ramo industrial, confrontou-se com restrições muito mais inibidoras ainda. Primeiro, porque a especificidade da tecnologia têxtil não permite a sua utilização para outros fins e em segundo lugar, porque a crescente capitalização dos têxteis se saldou numa maior inércia geográfica.

Mesmo perante a crise da produção em massa, a crise fordista, quando a palavra de ordem parecia ser a especialização flexível, única via para a sobrevivência, a indústria têxtil vai engendrar mecanismos internos de uma flexibilidade funcional, em oposição a uma flexibilidade numérica possível noutros ramos, como por exemplo o vestuário. A flexibilização da indústria têxtil está relacionada com a organização do trabalho, mais do que com o mercado de trabalho[258]. É a possível em estruturas pesadas, com raízes históricas profundas, fisicamente muito condicionadas.

---

257 LECLERCQ, Philippe - *D.M.C. au fils du temps.* Policopiado, Association D.M.C. pour le développement des oeuvres de l'art et de l'esprit, 1991. p.2.

258 Sobre estes conceitos desenvolvidos por ATKINSON, J. - *Flexibility, uncertainty, and manpower management. Report of a study conducted under the co-operative research programme of thr I.M.S.*, Falmer, Brighton: University of Sussex, Institute of Manpower Studies, Report nº 89, 1984. ver BENKO, Georges; DUNFORD, Mick - Structural Change and the Spatial Organisation of the Productive System: an Introduction. In BENKO, Georges; DUNFORD, Mick - *Industrial Change and Regional Development.* London: Belhaven Press, 1991. pp3-23.

SEGUNDA PARTE: A INDÚSTRIA TÊXTIL ALGODOEIRA NO NORTE DE PORTUGAL

3. AS ORIGENS: INTENSIFICAÇÃO E EXTENSIFICAÇÃO DA DIVISÃO TÉCNICA DO TRABALHO

Mais do que um problema de localização, existe, nas indústrias, um problema de mobilidade diferenciada, uma liberdade locativa variável dentro de cada ramo industrial, ao longo dos segmentos de uma cadeia produtiva e ao longo do tempo. O grau de liberdade locativa não depende apenas das próprias indústrias, nem é controlado exclusivamente pelas regiões. A indústria produz espaço, como o demonstrou Manuel Castells[259] e as regiões aproveitam de formas diferentes as "janelas de oportunidade locativa" que lhes são abertas, como sugeriram Michael Storper e Richard Walker[260]. Fundamentalmente, poder-se-á dizer que a intensificação e extensificação da divisão técnica do trabalho define trajectos e estrutura regiões, segundo um percurso histórico cíclico. Em cada momento, com cada *round* de investimentos, estruturam-se os territórios em função das heranças e das (novas) regras dominantes de produzir, daí resultando um mosaico regional diferenciado.

O que de seguida se expõe é uma proposta de abordagem global, para a evolução da indústria têxtil algodoeira no noroeste de Portugal até à transição pós-fordista, mais uma hipótese de trabalho do que uma tese concluida. Sobrevalorizaram-se os factos e os momentos que a investigação empírica veio a evidenciar como determinantes, procurando-se uma construção lógica e coerente, ainda que se tenham sentido sempre algumas fragilidades decorrentes nomeadamente de lacunas na informação histórica sobre os períodos mais recuados.

Basicamente é possível identificar três momentos fundamentais nessa evolução histórica.

Como ponto de partida, primeiro momento do estudo, considerou-se um período centrado na viragem do século XIX para o século XX e que incluiu as duas últimas décadas do primeiro e sensivelmente os primeiros quinze anos do segundo. Este período de tempo, de contornos ainda um pouco imprecisos, correspondeu ao

---

[259] CASTELLS , Manuel - *Sociologia del Espacio Industrial*. Madrid : Editorial Ayuso, 1977.

início do declínio e perda de competitividade das indústrias têxteis de Lisboa em relação às áreas de concentração no Norte e ao início, por seu turno, de um processo de transferência da indústria têxtil do Porto para a bacia do Ave. Tomando-o como um ciclo na história da indústria têxtil no Norte, este período veio na sequência de um outro, anterior, o da expansão da grande indústria urbana, centrado na cidade do Porto e iniciado em meados do século XIX.

Nos anos vinte deste século, estava praticamente consolidado o processo de transferência ou pelo menos estavam definidas as directrizes fundamentais do desenvolvimento posterior da indústria têxtil algodoeira em Portugal. Foi a partir de então que se iniciou um novo período, cujas características fundamentais se iriam revelar com maior evidência a partir dos anos trinta, quando a balança comercial dos produtos têxteis de algodão se tornou pela primeira vez, positiva. Este segundo ciclo da evolução da indústria têxtil portuguesa foi determinado fundamentalmente pela expansão dos mercados coloniais e estendeu-se, em termos formais, até ao 25 de Abril de 1974, data a partir da qual se inicia o processo de descolonização portuguesa. Embora a perda dos mercados coloniais constitua o factor decisivo do encerramento deste segundo período, o seu esgotamento ter-se-á iniciado anteriormente, durante os anos sessenta, por causa de alterações no comportamento internacional da fileira têxtil.

Com efeito, interligando-se com o anterior, é possível identificar o início de um novo período, a partir dos anos sessenta, quer pela ocorrência de alterações profundas no processo de trabalho e na organização do sector, ditadas por inovações tecnológicas e de produtos, quer por modificações ao nível dos mercados e da concorrência internacional. Não é fácil estabelecer o final deste terceiro ciclo, nem identificar, com objectividade as tendências posteriores até à actualidade. A evolução registada não permite concluir ainda com clareza se se vive um processo de esgotamento do dito ciclo ou se, pelo contrário, se encontra em desenvolvimento um novo. As maiores alterações registadas nas indústrias têxteis na actualidade prendem-se com as inovações tecnológicas e com as formas de internacionalização da fileira. Os anos oitenta viram surgir avanços tecnológicos revolucionários e uma grande agitação na organização internacional da produção e distribuição dos têxteis do algodão. É nesse contexto que a indústria têxtil portuguesa foi inscrevendo as suas estratégias. Ora é precisamente a

---

260 STORPER, Michael; WALKER, Richard - *The Capitalist Imperative. Territory, Technology, and Industrial Growth*. New York: Basil Blackwell, 1989.

tentativa de caracterizar e compreender de que forma esta indústria atravessou o período de transição pós-fordista que vai constituir o ponto forte do trabalho.

Os ciclos que acima identifiquei e procurarei justificar na continuação do trabalho, nem sempre se traduziram em variações cíclicas de séries temporais longas de variáveis micro e macro-económicas como por exemplo o número de estabelecimentos em actividade, volume de emprego, valor de produção ou outros. Há indicadores, como a importação de algodão em rama, que praticamente ao longo do período em estudo, nunca registou decréscimos prolongados, evidenciando uma tendência para o crescimento ao longo da respectiva série temporal completa. Aqui, como noutras regiões e países, a indústria têxtil algodoeira registou uma extraordinária capacidade de sobrevivência e crescimento, ainda que a ritmos diferentes, contrastando com o comportamento tipicamente cíclico de outras indústrias e afastando-se também do padrão proposto pela Teoria do Ciclo do Produto. Em relação a este último, poder-se-á talvez enquadrar a sistemática substituição e inovação de produtos ao longo da história da indústria têxtil, no modelo de variação ali proposto. Da resultante dos ciclos individuais dos vários produtos resultaria, a ser assim, uma tendência longa de crescimento para a fileira no seu total. O processo de inovação e substituição de produtos tem registado na actualidade uma velocidade cada vez maior e é de admitir que resida exactamente nessa renovação interna a capacidade de sobrevivência e crescimento da fileira globalmente.

Mas os ciclos de que aqui se fala vão para além das variações individuais dos produtos. Ainda que se traduzam por oscilações cíclicas na produção de produtos específicos, são essencialmente etapas a que correspondem gerações de empresas têxteis que em períodos de tempo específicos, conduziram a estratégia da fileira e pelo crescimento, lhe asseguraram a sobrevivência, num território limitado e através dele. O esgotamento de cada ciclo, não trouxe naturalmente a falência geral, havendo sobrevivência de empresas existentes a par do aparecimento das novas. Muitas vezes a sobrevivência não significou reestruturação ou modernização. Na indústria têxtil, como já ficou demonstrado, no capítulo 2., é possível assegurar a rendibilidade de uma unidade produtiva, com processos de trabalho diferentes, mais ou menos capital intensivos, em diferentes espaços ou na mesma região.

3.1. A Tese da Transferência

A hipótese que pretendo demonstrar é a seguinte: a indústria inglesa dos têxteis de algodão entrou numa situação crítica, em Inglaterra, a partir dos anos oitenta do século passado[261]. As inovações tecnológicas existentes não eram facilmente aplicadas, por oposição do trabalho organizado. Os motins operários e os distúrbios urbanos (generalizados desde os tempos iniciais do Ludismo[262] no início do século XIX), repetiam-se nas áreas mais industrializadas[263]. A organização interna desta indústria, em Inglaterra, não facilitava reestruturações rápidas. A expansão dos têxteis manter-se-ia aliás, em Inglaterra, até à 1ª Guerra, baseada em tecnologias tradicionais a par de uma crescente especialização vertical e de uma cada vez maior concorrência entre empresas, em cada nível vertical[264]. Com um carácter dominantemente exportador, representando uma importante parcela das exportações inglesas, ao longo do século XIX[265], o domínio internacional dos têxteis ingleses foi progressivamente sendo erodido não só pelo

---

261 ROSE, Mary B. (Ed.) - *International Competition and Strategic Response in the Textile Industries since 1870*. London: Frank Cass and C° L.td, 1991.

262 A definição de Ludismo é por si só um retrato de uma época. "Luddites: Member of bands of English artisans (1811-1816) who raised riots for destruction of machinery; (person) similarly engaged in seeking to obstruct progress [perh. f. Ned Lud, insane person who destroid two stocking-frames about 1779]." *Consise Oxford Dictionary of Current English*. Oxford: Oxford University Press, 1976. "Quase toda a Europa viveu durante o século XVII revoltas operárias contra os chamados *Bandmühle* (também chamados *Schnurmühle* ou *Mühlensthul*), uma máquina para tecer fitas e passamanes. ... A destruição em massa de máquinas nos distritos manufactureiros ingleses durante os primeiros 15 anos do século XIX, nomeadamente no seguimento da exploração do tear a vapor, sob a designação de movimento ludista, foi o pretexto para as medidas violentas mais reaccionárias do governo antijacobino de um Sidmouth, Castlereagh, etc. É preciso tempo e experiência para que o operário aprenda a distinguir a maquinaria da sua utilização capitalista e a dirigir os seus ataques não contra os próprios meios materiais de produção, mas contra a sua forma social de exploração." MARX, Karl - *O Capital. Crítica de Economia Política*. Livro Primeiro. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1992. p.490. Marx descreve também, com pormenor, as greves na indústria do algodão até 1863, com particular incidência sobre o impacto da Guerra Civil Americana sobre o comércio do algodão, nas pág. 520 e seg. Sobre o mesmo tema: HOBSBAWM, Eric J. – *Primitive Rebels: studies in archaic forms of social movement in the 19th and 20th centuries*. Manchester, Manchester University Press, 1978.

263 GREGORY, Derek – *Regional Transformation and Industrial Revolution: A geography of the Yorkshire Woolen Industry*. London: Macmillan,1982. p.162 e seg.

264 MASS, William; LAZONICK, William - The British Cotton Industry and International Competitive Advantage: The State of the Debates. in ROSE, Mary B. (Ed) - *International Competition and Strategic Response in the Textile Industries since 1870*. London: Frank Cass, 1991. p.9-65. p.50.

265 Poderão ter atingido os 40% das exportações do Reino Unido em meados do século. MASS, William; LAZONICK, William - The British Cotton Industry and International Copmpetitive Advantage: The State of the Debates. in ROSE, Mary B. (Ed) - *International Competition and Strategic Response in the Textile Industries since 1870*. London: Frank Cass, 1991. pp.9-65.p15.

Japão, mas também pelos Estados Unidos, pela Índia e mesmo pelos países europeus do Continente, a Alemanha, a França e a Holanda[266].

"Comparada com os avanços técnicos da Alemanha, França, Estados Unidos da América e Japão, a Inglaterra do último quartel do século passado era, por assim dizer, uma economia estagnada." [267]

O que aconteceu no início deste século, foi uma profunda modificação nas vantagens competitivas internacionais dos diferentes países produtores de têxteis, decorrente da utilização antecipada das novas tecnologias de produção e intimamente ligada à especificidade das respectivas estruturas institucionais. Um dos factores que contribuiu para a perda de competitividade dos ingleses terá sido também a crise nos fornecimentos de algodão americano, decorrente da Guerra Civil, a partir de 1860. Daí docorreu aliás a procura de novas regiões produtoras, nomeadamente em África e a Índia. Mas o algodão começou a perder a sua importância na indústria europeia mais antiga, periferizando-se, como diz Carlos Fortuna.

Essa periferização evidencia-se no crescimento das indústrias têxteis do algodão na Índia, China e Estados Unidos da América, embora nestes, se dirigisse ao auto-abastecimento.

Até praticamente 1929, o algodão manter-se-à numa trajectória de declínio na economia inglesa[268].

O Japão destacou-se na concorrência com a Inglaterra, atingindo o auge do seu domínio internacional nos têxteis algodoeiros em 1937[269], graças não só à utilização de máquinas mais evoluidas, mas também por causa da sua organização inovadora de coordenação planificada entre diversas empresas na cadeia vertical de produção e distribuição[270]. O Japão, construiu, mais cedo,

---

266 ROSE, Mary B. (Ed.) - *International Competition and Strategic Response in the Textile Industries since 1870*. London: Frank Cass and C° L.td, 1991.

267 FORTUNA, Carlos - *O Fio da Meada. O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento, 1993 p.52

268 Idem, p. 59 e HOBSBAWM, Eric J. – *A Era do Capital: 1848-1875*. Lisboa, Editorial Presença, 1979.

269 MASS, William; LAZONICK, William - The British Cotton Industry ... in ROSE, Mary B. (Ed) - *International Competition and Strategic Response in the Textile Industries since 1870*. London: Frank Cass, 1991.p.49

270 Idem. p.49/50

uma cadeia produtiva fortemente integrada e articulada segundo uma estratégia colectiva.

No Japão e nos Estados Unidos, generalizaram-se muito mais rapidamente e em muito maior número, quer as fiações em anel, quer os teares automáticos, em oposição ao que se passava em Inglaterra, onde predominavam as fiações tradicionais e os teares mecânicos[271]. As fiações em anel foram inventadas em Inglaterra em 1828, no entanto no final do século XIX era nos EUA e no Japão que elas eram mais utilizadas[272]. A passagem das fiações tradicionais para as fiações em anel corresponde a um marcado avanço na divisão técnica do trabalho e na subsequente desqualificação do operário, residindo a principal economia de custos na utilização do trabalho feminino, mais barato. Daqui resulta que, através deste avanço tecnológico, a cadeia, globalmente, ganha uma maior liberdade locativa, conseguindo produzir mais e melhor em áreas sem tradição têxtil, sem mão-de-obra qualificada. A expansão dos sectores nessas áreas penalizará consequentemente as regiões retardatárias, de industrialização anterior. Para o sector globalmente, impõem-se ganhos de produtividade apenas possíveis de alcançar pela deslocação espacial para novas áreas, dos segmentos produtivos. As novas tecnologias permitiram a produção a uma maior velocidade, de uma maior quantidade de produtos de melhor qualidade. Através de investimentos de grande envergadura, facto relativamente novo no domínio dos têxteis, onde os investimentos iniciais nunca haviam sido determinantes, foram sendo conseguidos ganhos de produtividade de grande dimensão. As fiações em anel permitiam e pressupunham uma produção em grande escala a qual teria de ser articulada com a utilização, em coordenação, de teares automáticos[273]. A utilização destes últimos, por seu turno, só seria viabilizada ou rendibilizada em articulação com as fiações em anel, uma vez que eram necessários fios mais finos e mais resistentes, isto é, menos susceptíveis de se partirem e interromper o processo de tecelagem. Ora a superioridade inglesa no comércio internacional dos têxteis não assentava, à época, na qualidade dos tecidos. Essencialmente os ingleses usufruiam de uma

---

271 Idem. p.54 e seguintes

272 Idem

273 "Assim, a fiação com máquinas tornou necessária a tecelagem com máquinas e ambas juntas a revolução mecânico-química na branquearia, estamparia e tinturaria. Assim, por um lado, a revolução na fiação de algodão provocou a invenção da *gin* (descaroçadora) para a separação da fibra de algodão da semente, com o que somente a produção de algodão se tornou possível na grande escala agora requerida." MARX, Karl - *O Capital. Crítica de Economia Política.* Livro Primeiro. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1992. p. 438.

situação quase monopolista no comércio internacional, até então. Durante o século XIX a Inglaterra exportou tecidos para o mundo inteiro, através de uma rede de distribuição muito eficiente, facto a que não foi alheia a política imperialista inglesa. Mas no final do século, as vantagens concorrenciais da Inglaterra verificavam-se para os fios grossos e de fraca qualidade[274]. As novas tecnologias na fiação e na tecelagem desenvolvidas e aplicadas com maior incidência noutras regiões, fora de Inglaterra, mais do que representando uma ruptura no processo produtivo, abalaram a divisão internacional do trabalho, trazendo para o comércio internacional, novos países produtores. A um declínio da Inglaterra enquanto potência imperial, suceder-se-ia um declínio enquanto potência industrial.

Tendo sido o primeiro país a produzir e comercializar têxteis (industriais) e a inventar os próprios maquinismos para os fabricar, a Inglaterra encontrava-se na viragem do século, numa situação de impasse. Ultrapassada pelos novos produtores, não dispunha, internamente de potenciais de mudança. É neste quadro, que o noroeste português e especificamente algumas áreas próximas do Porto, como por exemplo o vale do médio Ave se poderão ter convertido, no final do século e início deste, numa alternativa possível para levar a cabo a reestruturação indispensável à sobrevivência de (alguma) indústria têxtil inglesa. Pode dizer-se que foi um dos primeiros movimentos de internacionalização da produção protagonizado pela indústria inglesa, a qual até então dominava o comércio internacional pela comercialização (exportação) dos seus tecidos, passando a partir dessa data, a manter a sua competitividade pelo recurso à exploração da produção numa região fora das suas fronteiras.

A ter sido assim, fica também melhor explicada a dependência política e económica de Portugal face à Inglaterra e talvez melhor esclarecida a responsabilidade desta potência no atraso económico português ou na nossa decadência, como outros classificam o estado de desenvolvimento socio-económico português da viragem do século. Esta proposta de cenário retrospectivo parece articular-se com as teses de Maria de Fátima Bonifácio[275]

---

274 MASS, William; LAZONICK, William - The British Cotton Industry... in ROSE, Mary B. (Ed) "International Competition and Strategic Response in the Textile Industries since 1870". London: Frank Cass, 1991.p.24

275 BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991(Imprensa Universitária, nº 89); BONIFÁCIO, Maria de Fátima - Lisboa: bastião do proteccionismo (pautas, política e indústria nos anos 30-40 do século passado). *Análise Social*. vol.XXVI (112-113), 1991 (3º e 4º), pp.515-535.

que considera que a oposição oitocentista entre o proteccionismo e o livre-cambismo se estabelecia para além da esfera política e económica e reflectia, acima de tudo, uma oposição entre os interesses do Porto e de Lisboa, ao nível das respectivas praças comerciais. Os trabalhos desta historiadora têm posto em evidência o conceito de *classe regional* com o mesmo sentido que antes foi referido e que, seguindo o conceito de Doreen Massey, corresponde às variantes regionais de uma mesma classe social[276]. Ainda que os trabalhos desta historiadora tenham recaido essencialmente sobre a primeira metade do século XIX, é possível através deles compreender as diferenças fundamentais entre a industrialização das regiões polarizadas respectivamente por Lisboa e pelo Porto.

"O Porto, subsumido no peso esmagador dos interesses do vinho do mesmo nome, entrevia vantagens na capitulação perante Inglaterra. O resto do Pais, subsumido no peso decisivo dos interesses de Lisboa - sede do governo e da influência política, dos novos empreendimentos económicos, e centro, modesto embora, de ligações internacionais que não se esgotavam no triângulo luso-anglo-brasileiro - não entrevia contrapartida para a rendição. ... Por outras palavras, onde outros encontraram a luta de classes, eu encontrei a geografia económica."[277]

É possível que seja demasiado reductora esta análise de Maria de Fátima Bonifácio. O Porto não capitulou liminarmente perante a Inglaterra, nem se tratou apenas do desarmamento pautal. É preciso nãp esquecer que de facto, se tratava da defesa de um sector estratégico que se queixava do peso da fiscalidade.

A maior parte da bibliografia sobre o desenvolvimento económico português, para os finais do séc. XIX, acentua a importância do domínio inglês em Portugal, quer a nível político, quer comercial. Recuando praticamente um século, há um certo paralelismo com a análise feita às consequências do Tratado de Methuen e à abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional, neste caso através dos lanifícios[278]. Parece-me, no entanto, que o impacto do domínio inglês sobre a indústria têxtil do algodão em Portugal, no final do século XIX, se fez sentir ao nível da estrutura da produção (organizando-a e controlando-a) e não pela

---

276 ." MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990. p.58 e 59.

277 BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991(Imprensa Universitária, nº 89) p.239

278 GREGORY, Derek – *Regional Transformation and Industrial Revolution: A geography of the Yorkshire Woolen Industry*. London: Macmillan,1982. p.37.

exportação de tecidos. Portugal ofereceu a Inglaterra uma região para comercializar as suas máquinas têxteis segundo o modelo que, na época, o desenvolvimento tecnológico e social da cadeia exigia e não foi um mero mercado consumidor dos têxteis ingleses. A prová-lo está a actividade dos comerciantes de máquinas têxteis produzidas em Inglaterra, elementos fundamentais na montagem e financiamento das novas fábricas. Dever-se-à dirigir portanto a atenção para a produção e não para o comércio dos têxteis, se se quiser avaliar o impacto da dominação inglesa. Esta abordagem não é de qualquer forma incompatível com as diversas propostas provenientes da nossa História Contemporânea. Mesmo que não coincida com alguns pontos, é sustentável pela evidência empírica e pelo comportamento do sector a nível da produção, da criação de empresas, do emprego, das máquinas, do consumo de algodão em rama, etc. Por trás das estatísticas, relativamente bem conhecidas e estudadas, podem esconder-se fenómenos e razões diferentes. De facto, a industrialização portuguesa foi tão lenta, tardia e débil quanto as estatísticas e as diferentes fontes o revelam[279]. Mas nem tudo se deveu a um falhanço empresarial ou à invasão do nosso mercado por produtos estrangeiros. A indústria têxtil algodoeira, neste período específico da viragem do século e até praticamente aos anos trinta deste século foi, na sua maior parte, o resultado das estratégias inglesas de internacionalização da produção e assumiu a dimensão e as características que essas estratégias ditaram. Morfológicamente, sobre o território, este processo construiu uma região industrial específica, no noroeste português, no vale do médio Ave.

O mercado português não deveria aliás ter grande significado para os têxteis ingleses, não só pelo tipo e qualidade de produtos que estes incluiam, fundamentalmente destinados aos territórios coloniais da Inglaterra, como pela fraca dimensão do próprio mercado. Alguns historiadores têm insistido na pequenez do mercado interno, como factor inibidor de uma industrialização forte e atempada, no nosso país[280]. Jaime Reis, fazendo estimativas para o ano de 1900, para alguns sectores industriais e para algumas variáveis caracterizadoras da

---

279 CASTRO, Armando - *A Revolução industrial em Portugal no século XIX*. (4ª ed.), Porto: Limiar, 1978. CABRAL, Manuel Villaverde - *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*. (3ª ed.), Lisboa: A Regra do Jogo, 1981. CABRAL, Manuel Villaverde - *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*. (2ª ed.), Lisboa: Editorial Presença, 1988.

280 REIS, Jaime - O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). *Análise Social*. vol.XX, (80), 1984 -1°, pp.7-28.

respectiva produção, concluiu que "as oportunidades para elevar o PNB através duma industrialização vigorosa, virada simplesmente para o mercado interno, eram limitadas...[281]". Mesmo que tivesse sido desenvolvida uma política voluntarista de industrialização, não é de admitir que o nosso passado tivesse sido muito diferente, não só pelas limitações ao nível dos recursos naturais e humanos, mas "pela debilidade da procura interna"[282]. Maria de Fátima Bonifácio debruçou-se especificamente sobre a importância de Portugal enquanto mercado de consumo dos produtos ingleses, escrevendo: "Quanto à alegada ambição de monopolizar o mercado português, a importância económica de que o mesmo se revestia para a Inglaterra já foi oportunamente relativizada. Resta acrescentar que, ao contrário duma ideia feita muito divulgada, o comércio não constituía, em qualquer caso, *a prioridade* da política externa inglesa."[283] Estas afirmações são tanto mais relevantes quanto decorrem de uma investigação empírica sobre a primeira metade do século passado, quando o Brasil ainda integrava o nosso Império. Parece-me portanto razoável que a importância do mercado português não se tivesse alterado nos períodos posteriores, tanto mais que os fluxos de exportações inglesas para a América e para a Ásia (aí se destacando a Índia) registou aumentos extraordinários.[284]

Ao contrário do que acontecera cem anos antes, com os tecidos de lã ingleses, necessitados de mercados e que encontraram através de Portugal o caminho para o Brasil, os têxteis do algodão vão encontrar uma região onde possam sobreviver, no caso crescer, e assegurar a competitividade internacional, mas ao nível da produção. Não que o nosso Império Colonial não aumentasse a dimensão reduzida do nosso mercado Continental e pudesse constituir um atractivo, como de facto viria a acontecer mais tarde, mas, naquele momento, foi o controle sobre uma região, passível de submenter a um modelo de produção específico, que constituiu o factor decisivo da penetração dos interesses ingleses na indústria têxtil do Norte de Portugal. Para além disso foram os representantes dos construtores de máquinas aqueles que lideraram o processo e os seus objectivos

---

281 Idem. p.17.

282 Idem, Ibidem.

283 BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991(Imprensa Universitária, nº 89). p.285.

284 BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991(Imprensa Universitária, nº 89). p.292. ROSE, Mary B. (Ed.) - International Competition and Strategic Response in the Textile Industries since 1870. Londres: Frank Cass and Cº L.td, 1991.p.3.

eram muito específicos e dirigidos para uma organização da produção, mais do que para o consumo final de produtos acabados.

A generalidade dos estudos provenientes da História discutem a questão da dependência inglesa em termos políticos ou comerciais. Ao tentar demonstrar como a política externa inglesa no século passado visava assegurar a presença dos ingleses no Mundo em condições de igualdade de tratamento e de oportunidades, Maria de Fátima Bonifácio abre um lugar para as hipóteses que pretendo demonstrar[285]. No Norte, no Porto e nas outras praças comerciais litorais de menos importância, como Viana do Castelo ou mesmo Aveiro, as colónias de comerciantes ingleses conduziam as suas estratégias com o apoio político e a protecção do respectivo governo. Daí que, mesmo sem que tenha existido uma estratégia nacional premeditada, de deslocalização de uma cadeia produtiva para uma região, isso tenha acontecido, também porque a política nacional inglesa o apoiou.

A indústria de construção de máquinas inicialmente, desenvolveu-se em Inglaterra, nas regiões têxteis, em estreita articulação com as próprias indústrias têxteis, aliás[286]. Mas posteriormente, foi-se emancipando e desde a primeira metade do século XIX que reclamava mercados de exportação próprios defendendo que se tratava de um domínio em que a superioridade inglesa ainda se podia manter a nível internacional, ao contrário do que estava a acontecer aos produtos acabados - fios e tecidos - onde a concorrência de outros países cada

---

285 BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991(Imprensa Universitária, nº 89). pag. 284 e seg. - Capítulo VI. Ponto 1. Portugal must always be english.

286 Não cabe aqui uma análise exaustiva, em termos de conceitos, da problemática do desenvolvimento da maquinaria assim como o seu significado em oposição ao de ferramenta. Marx, no *Capital* explica o processo promenorizadamente no Cap. 13º. Ali se pode ler: " Havia *mules*, máquinas a vapor , etc., antes de haver operários cuja ocupação exclusiva fosse fazer máquinas a vapor, *mules*, etc., tal como o homem vestia roupas antes de haver alfaiates. As invenções de Vaucanson, Arkwright, Watt, etc., só foram porém efectuáveis porque aqueles inventores encontraram um considerável *quantum* de operários mecânicos habilitados, fornecidos já pronto pelo período manufactureiro. Uma parte destes operários consistia em artesãos autónomos de diversa profissão, uma outra parte estava reunida em manufacturas em que, como antes mencionado, a divisão do trabalho reinava com particular rigor. Com o aumento das invenções e a crescente procura das máquinas recentemente inventadas desenvolveu-se cada vez mais, por um lado, a separação da fabricação de máquinas em múltiplos ramos autónomos, por outro lado, a divisão do trabalho no interior das manufacturas construtoras de máquinas. Vemos aqui, portanto, na manufactura a imediata base técnica da grande indústria. Aquela produzia a maquinaria com que esta, nas esferas da produção que primeiro atingiu, suprimia o funcionamento artesanal e manufactureiro." MARX, Karl - *O Capital. Crítica de Economia Política*. Livro Primeiro. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1992. p.436 e 437.

vez se fazia sentir com maior intensidade. Daí que se tenha desencadeado uma forte pressão sobre o governo, no sentido de exigir um apoio à exportação de máquinas idêntico aos dos produtos manufacturados da indústria têxtil[287]. " A conclusão deste processo - dando origem a uma indústria de construção de máquinas independente e ao nascimento de forças que incentivaram a saída de capitais para o estrangeiro - encorajou activamente o progresso da industrialização, em alguns países estrangeiros. ... A exigência de mercados de exportação por parte da indústria de construção de máquinas, falando em nome de todos os fabricantes de bens de produção, significava a sua propagação no estrangeiro. ... muitos dos teares do Japão e da Nova Inglaterra e as fiações de juta de Calcutá, são a prova desta exportação crescente de produtos metalúrgicos e maquinaria."[288]

Não é tanto a nacionalidade dos protagonistas destes processos que importa reter. A Inglaterra, por todo um conjunto de circunstâncias conduziu-os, nas fases iniciais da industrialização. Mas a verdadeira causa que os determinou, é intrínseca da própria indústria. "A grande indústria tinha, pois, de se apoderar do seu meio de produção característico, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas. Só assim ela criou o seu substrato técnico adequado e se pôs de pé."[289]

Um segundo facto determinante da actuação dos comerciantes ingleses, foi o conhecimento que estes tinham do Porto e regiões envolventes. A colónia inglesa estabelecida na cidade tinha um importante peso na sociedade e no comércio local e dedicava-se na sua maioria ao comércio dos vinhos. Para além do acesso à informação, estes comerciantes tinham um perfeito conhecimento e mesmo controle sobre os circuitos comerciais ligados à exportação de produtos da região, dos vinhos, aos bovinos para carne, a outro tipo de recursos primários e também aos têxteis. Era a "omnipresença" dos ingleses em Portugal e particularmente na cidade do Porto, de que fala Maria de Fátima Bonifácio[290]. Acontece que estes comerciantes ou as diversas sociedades de ingleses ou mistas,

---

287 MATHIAS, Peter - *A Primeira Nação Industrial. Uma História Económica da Inglaterra. 1700-1914*. Lisboa: Assírio e Alvim, s/d. (1ª ed. Inglesa de 1969).

288 idem, p.197.

289 MARX, Karl - *O Capital. Crítica de Economia Política*. Livro Primeiro. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1992. p.439.

290 BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991 (Imprensa Universitária, nº 89). p.320.

com portugueses, não se encontravam especializadas por produtos, conseguindo gerir as suas áreas de negócio em função das conjunturas temporais. Uma crise nos vinhos poderia significar uma deslocação dos investimentos para outros produtos, nomeadamente os têxteis[291].

Jorge Borges de Macedo também já tinha antes acentuado, com particular ênfase, a influência dos ingleses no desenvolvimento da nossa indústria[292]. Mostrou como a indústria inglesa "esmagou" a portuguesa. "A indústria portuguesa, que resistira ao contrabando e à guerra dos preços e até da qualidade durante todo o século XVIII, era agora esmagada pela técnica nova da Revolução Industrial"[293]. O meu trabalho começa, em certa medida, onde os *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII* de J. Borges de Macedo acabam. Ao longo de todo o livro de J. Borges de Macedo não há qualquer relevo para a indústria do Norte Litoral. Por vezes o autor estabelece algum paralelismo entre Lisboa e o Porto onde se supunha alguma indústria urbana, mas nunca é identificada qualquer indústria particularmente importante nesta região. O Porto e o seu *hinterland* imediato seriam regiões de exportação de produtos agrícolas e matérias primas, com particular destaque para o vinho do Porto. A actividade comercial era intensa na região, assumindo um papel fundamental os portos de mar. Ainda que o período analisado por este autor anteceda em muito o que agora procuro estudar, a verdade é que também através da sua obra se pode concluir que há gerações de indústrias diferentes em Portugal e cada uma tem o seu quadro regional de referência. O Norte Litoral marcado pela ruralidade ao longo do século XVIII e afastado dos principais centros de desenvolvimento da primeira geração de indústrias portuguesas, encontrava-se porém, desde cedo, inserido em circuitos comerciais internacionais importantes.

Aqui reside aliás um dos factos determinantes do processo de expansão da nova indústria têxtil. Grande parte do noroeste português, com particular incidência naqueles segmentos do território que constituiam o *hinterland* dos principais portos marítimos, encontrava-se há muito inserido no comércio internacional, podendo em certa medida ser comparado com as regiões

---

[291] PEREIRA, Gaspar Martins - *Famílias Portuenses no Viragem do Século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, 1995. p. 75 e nota 91. *História da Casa "Graham" nas suas Linhas Geraes. 1800-1932*. Porto: Litografia Nacional, 1932.

[292] MACEDO, Jorge Borges de - *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. 2ª ed, Lisboa: Querco, 1982. (1ª ed. 1963).

[293] Idem, 246. O "agora" refere-se aos primeiros anos do século XIX.

paradigmáticas da proto-industrialização de Peter Kriedte[294]. Essa inserção fazia-se não só pela comercialização, aliás exportação de matérias primas e produtos alimentares, mas também pelas manufacturas do linho. Os trabalhos de Valentim Alexandre e em particular as suas descobertas sobre os efeitos económicos da perda do Império Brasileiro[295], confrontados com o modelo de Proto-industrialização definido por Peter Kriedte e alguns exemplos de regiões semelhantes, no país, como por exemplo na periferia rural de Aveiro[296], ou fora, particularmente na Galiza[297], permitem-nos avaliar a importância desta realidade. Relativamente melhor conhecidas as circunstâncias em que na actualidade se estruturam as redes de subcontractação internacional nas indústrias e, em especial nas indústrias têxteis, pode também estabelecer-se algum paralelismo com essa realidade muito mais recuada no tempo.

A tradição da tecelagem do linho, como raíz histórica da actual indústria têxtil algodoeira do vale do Ave deverá ser relativizada e re-examinada[298]. O peso das actividades relacionadas com o linho, na base económica de todo o Norte Litoral, até ao final do século XIX, foi indiscutivelmente da maior importância, quer na sua vertente de actividade complementar da agricultura, para auto-consumo, quer enquanto actividade exportadora. Mas é nesta segunda modalidade que se pode ver o embrião da futura organização de um mercado de trabalho aberto ao processo de desenvolvimento (extensificação) do capitalismo industrial urbano. Nas palavras de Marx, "Esta chamada indústria domiciliária moderna não tem nada de comum, a não ser o nome, com a indústria domiciliária à moda antiga, que pressupõe artesanato urbano independente, economia camponesa autónoma e sobretudo uma casa da família operária. Ela transformou-

---

294 KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen – *Industrialization before Industrialization. Rural Industry in the Genesis of Capitalism*. Cambridge : CUP, 1981(1ª ed. em língua alemã, 1977)

295 ALEXANDRE, Valentim - Um Momento Crucial do Subdesenvolvimento Português: Efeitos Económicos da Perda do Império Brasileiro. *Ler História*, Nº 7, 1986, pp.3-45.

296 AMORIM, Inês – *Aveiro e sua provedoria no séc.XVIII 1690-1814: estudo económico de um espaço histórico*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1996. Tese de doutoramento.

297 CARMONA BADÍA, Joám - *El atraso industrial de Galicia. Auge y liquidación de las manufacturas textiles (1750-1900)*. Barcelona: Editorial Arial, S.A., 1990.

298 Teresa Sá Marques refere-se à tradição do artesanato do linho. Para os objectivos do seu trabalho que englobou as Indústrias Têxteis e do Vestuário, na actualidade e especificamente o desenvolvimento de redes de sub-contractação, não era relevante o carácter dessa tradição que acaba por ficar por demonstrar. MARQUES, Teresa Maria Vieira Sá – *Sistema produtivo industrial e território: um estudo da têxtil em Guimarães*. Lisboa: Faculdade Letras da Universidade de Lisboa: 1987. (Tese de mestrado em geografia humana e planeamaneto regional e local)

se agora num departamento externo da fábrica, da manufactura ou do armazém de mercadorias. Além dos operários fabris, dos operários da manufactura e dos artesãos, que ele em grandes massas espacialmente concentra e directamente comanda, o capital movimenta, por fios invisíveis, um outro exército de operários domiciliários dispersos pelas grandes cidades e campos."[299].

O que se pretende descrever para o noroeste é afinal o processo de dissolução da divisão do trabalho entre a cidade e o campo e a sua substituição por uma outra, regulada pelo mercado, semelhante ao acorrido noutras regiões industriais[300].

M. Nunes Geraldes, engenheiro, encarregado pelo governo, em 1913, de uma missão de estudo e inquérito à indústria de fiação e tecidos de linho do Distrito de Braga, deixou-nos um dos melhores retratos da realidade regional da época[301]. A par de uma indústria manual do linho, em decadência profunda, Nunes Geraldes descreve uma indústria mecânica que nos trinta anos anteriores se havia desenvolvido de uma maneira "assombrosa", com particular destaque para a tecelagem. Essa indústria, importando na sua totalidade o fio que tecia assim como os desenhos (em cartões perfurados) que utilizava nos Jacquards, encontrava-se na total dependência dos estrangeiros, segundo Nunes Geraldes. É aliás sintomática dessa situação a opinião dos inquiridos: "... a indústria mecânica do linho em Guimarães, exprime o voto para que em breve ela passe de simples tecelagem tributária do estrangeiro, a indústria caracterizadamente nacional..."[302].

Para o mesmo período de viragem do século, outras fontes nos descrevem a mesma situação: "A fibra do linho português, cultivado nos moldes tradicionais, é qualitativamente inadequada, pela sua escassez e pequenez, à fiação mecânica;

---

299 MARX, Karl - *O Capital. Crítica de Economia Política.* Livro Primeiro. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1992. p.528. (Primeiro volume. Livro I, IV Secção. 13° Capítulo - Maquinaria e Grande Indústria) Derek Gregory tratou com particular cuidado as relações entre o sistema doméstico e o sistema fabril, para o caso dos lanifícios, já citado. GREGORY, Derek – *Regional Transformation and Industrial Revolution: A geography of the Yorkshire Woolen Industry*. London: Macmillan,1982. p.218 e seg.

300 KRIEDTE, Peter - The Origins, the agrarian context, and the conditions in the world market. in KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen - *Industrialization before Industrialization. Rural Industry in the Genesis of Capitalism*. Cambridge: C.U.P., 1981.pp.12-37. p.12.

301 GERALDES, Manuel de Melo Nunes - *Monografia sobre a Indústria do Linho no Distrito de Braga com uma breve notícia sobre outras indústrias no Distrito e algumas considerações sobre o que deva ser o ensino industrial e profissional no país, e em especial, nas escolas de Braga e Guimarães. Relatório do Inquérito Oficial à Indústria do Linho no Distrito de Braga.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1913.

além disso, a sua cultura resulta necessáriamente muito trabalhosa e cara, e de resultados incertos e magros - processa-se, numa palavra, em formas características de uma organização económica pré-capitalista, vivendo do aproveitamento de matérias-primas locais e do trabalho familiar e artesanal imperfeitamente quantificado. Por isso, a industrialização da tecelagem do linho fez-se então exclusivamente com ramas importadas do estrangeiro e o velho quadro de produção nacional, neste capítulo, não se modificou básicamente: a tecelagem caseira (a despeito do custo inferior dos linhos tecidos na fábrica, confeccionados com ramas também produzidas por processos industriais racionalizados) persistiu, paralelamente à tecelagem fabril, com a única diferença aparente de que esta última passou a abastecer o mercado com uma parte apreciável de tecidos que até aí eram produzidos apenas por aquela outra forma, que por isso, perde muito dessa antiga importância e vitalidade. Esta decadência agrava-se decisivamente com a generalização do algodão como a mais importante e quase única fibra têxtil para esse tipo de tecidos correntes e baratos, e a consequente instauração, entre nós da indústria algodoeira."[303]

O cenário que se consegue reconstituir para o final do século XIX, em todo o norte litoral e com particular incidência nas secções médias dos vales, nas áreas de transição para as regiões mais montanhosas, inscreve-se no modelo de proto-industrialização definido por Kriedte[304]. Situação com raízes históricas mais antigas, segundo Valentim Alexandre: "Como noutras regiões da Europa, o têxtil do linho foi um dos eixos principais de um intenso processo de protoindustrialização, verificado sem qualquer dúvida em setecentos na zona de Entre-Douro-e-Minho, com base na produção doméstica, destinada a mercados supra-regionais"[305]. A articulação da produção doméstica dispersa com os circuitos mercantis supra-regionais e o comércio colonial terá sido sub-valorizada pelos historiadores anteriores, nomeadamente Jorge Borges de Macedo, segundo aquele autor. Daí que "... o núcleo de protoindustrialização de Entre-Douro-e-Minho [tivesse sido] é

---

302 Idem, p.42.

303 OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim - *Tecnologia Tradicional Portuguesa. O Linho.* Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia INIC, 1978. p.24 e 25.

304 KRIEDTE, Peter - The Origins, the agrarian context, and the conditions in the world market. in KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen - *Industrialization before Industrialization. Rural Industry in the Genesis of Capitalism.* Cambridge: C.U.P., 1981.pp.12-37.

305 ALEXANDRE, Valentim - Um momento Crucial no Subdesenvolvimento Português: Efeitos Económicos da Perda do Império Brasileiro. *Ler História*, N° 7, 1986. pp.3-45. p.15.

praticamente ignorado"[306]. Nesta perspectiva, o sistema de produção doméstico não pode ser tomado como um estádio transitório mas um sub-sistema indispensável ao funcionamento do sistema industrial capitalista. A proto-industrialização não pode ser confundida com um início de industrialização, uma pré-industrialização. Há formas de proto-industrialização em diferentes datas da época moderna e pode ser definida como " o desenvolvimento de regiões rurais nas quais uma grande parte da população vive exclusivamente ou em grande medida da produção industrial em grande escala, para os mercados inter-regionais ou internacionais"[307].

A proto-industrialização é, em grande medida, um modelo territorial de organização da produção. Corresponde sempre a concentrações regionais de actividades produtivas, na maior parte dos casos ligadas às indústrias têxteis. O modelo da proto-industrialização desenvolveu-se em regiões com características específicas: áreas rurais de forte pressão demográfica, deficitárias em termos alimentares (regiões montanhosas geralmente), regularmente afectadas pelo desemprego sazonal, com uma forte divisão da propriedade, praticando sistemas intensivos de cultura e com uma estrutura social marcada pela flexibilidade e pelo desaparecimento das relações de poder feudais, tendo ocorrido já a transição para as rendas monetárias[308].

A proto-industrialização correspondeu, como nas outras regiões, à resolução de problemas de duas esferas: o sector agrário e a indústria urbana - por si sós incapazes de resolver a situação de impasse em que se encontravam[309].

O desenvolvimento da indústria do linho, na Galiza, enraizada numa tradição de produção de lenços para consumo interno do país, processou-se de uma forma em tudo semelhante à do noroeste português[310]. O começo do declínio desta indústria ter-se-à iniciado a partir de 1800, culminando em meados do século XIX[311]. As causas que são apontadas para essa decadência prendem-

---

306 Idem, p.15.

307 KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen – *Industrialization before Industrialization. Rural Industry in the Genesis of Capitalism.* Cambridge : CUP, 1981(1ª ed. em língua alemã, 1977) pag.6.

308 Idem, pag.12 e seg.

309 Idem, p.21

310 CARMONA BADÍA, Joám - *El atraso industrial de Galicia. Auge y liquidación de las manufacturas textiles (1750-1900).* Barcelona: Editorial Arial, S.A., 1990.

311 Idem, pag.191 e seg.

se com o atraso tecnológico, o aumento da concorrência internacional e o estrangulamento do mercado entre 1800 e 1840. A expansão da indústria têxtil algodoeira na Catalunha viria a ditar, por fim, a decadência definitiva do sector têxtil galego[312] onde, acima de tudo, faltou um grupo social que dirigisse a produção no sentido das exigências do mercado, com controle sobre o produto acabado e a distribuição - como aconteceu noutras regiões da Europa - e uma tradição têxtil urbana[313]. No noroeste português, pelo contrário ter-se-ia operado uma reabilitação (ainda que em novos moldes), conduzida pelos interesses dos comerciantes ingleses sediados na cidade do Porto. Aí reside em definitivo a grande diferença entre a Galiza e o nosso noroeste. Estas diferenças permitem também elas por em causa uma argumentação tradicional que atribui a origem da nossa indústria têxtil algodoeira à tradição manufactureira dos linhos. A validade desta tese teria de passar necessariamente pela confrontação com a região vizinha da Galiza, o que evidencia uma certa fragilidade dos respectivos argumentos. É aliás um facto que nem todas as regiões de proto-industrialização, na Europa, associadas ao linho, se converteram em regiões têxteis algodoeiras. Da mesma forma que também nem todas as regiões de proto-industrialização relacionada com os têxteis, se converteram em regiões industiais posteriormente. A Silésia é um exemplo de uma região onde uma antiga tradição de lanifícios, anterior à revolução industrial, foi destruida pela concorrência inglesa e pela incapacidade de dinâmica local relacionada com uma estrutura social e de poder arcaica e feudal[314].

Embora com uma dimensão mais reduzida e com um impacto muito mais restrito em termos territoriais, deu-se em áreas rurais do interior do Distrito de Aveiro,

---

312 Idem, pag. 206 e seg.

313 Idem, pag. 234.
Neste trabalho sobre o atraso industrial da Galiza, refere-se curiosamente um projecto de criação de uma linha de caminho de ferro entre Vigo e Porto: durante os anos cinquenta do século passado, com um duplo objectivo de converter Vigo no porto marítimo do Norte de Portugal e "utilizarlo como cabeza de puente para la penetración de los textiles catalanes en el país vecino, coto tracional de la industria británica. ... El proyecto chocará frontalmente con los intereses de la burguesía lisboeta, e incluso con una parte de la portuense,..." Idem, p. 211.

314 KISCH, Herbert - The textile industries in Silesia and the Rhineland: a comparative study in industrialization. In KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen – *Industrialization before Industrialization. Rural Industry in the Genesis of Capitalism*. Cambridge: C.U.P., 1981. Pag. 138-217.

um desenvolvimento semelhante ao da Galiza[315]. "Em finais do século (XVIII) fala-se em mais de mil tecedeiras espalhadas por Vagos e Ílhavo"[316]. Em 1769, é criada a Fábrica de Algodão de Aveiro, com privilégios régios. E, no entanto, "desaparecida a Fábrica (1778) não ficou vestígio de continuidade"[317].

A Companhia de Fiação e Tecidos de Torres Novas criada em 1845 para a produção de fios e tecidos de linho, ilustra também particularmente bem como foram diferentes os desenvolvimentos regionais destas indústrias.

No Inquérito Industrial de 1881, um director da Companhia diria: "A matéria prima de que usâmos é linho em rama, de que consumimos cerca de 150:000 Kilogramas por anno, o minimo, e vem todo da Russia. ... O linho pode ser produzido em Portugal, e é; mas não póde ser consumido em concorrencia com o da Russia, não porque não seja bom, porque o é, mas porque as operações de maceração e espadelagem são feitas aqui por processos muito primitivos. No Minho, em Traz os Montes e Beiras produz-se algum linho, mas não o podemos empregar, porque depois das operações de maceração e espadelagem sáe quase sempre fraco."[318]

A Fábrica de Torres Novas não tendo desaparecido como a de Aveiro, manteve-se porém isolada, uma ilha, numa área onde nem o linho, nem o algodão iriam conhecer qualquer tipo de desenvolvimento industrial. Mais do que a existência da fiação e tecelagem do linho, existia no noroeste um sistema de produção e comercialização que o distinguia de outras situações. Tomando ainda o depoimento do inquérito industrial de 1881, sabe-se que embora não existisse na proximidade da Fábrica de Torres Novas qualquer outro estabelecimento industrial que se ocupasse da fiação do linho, " ...em casa toda a gente fia alguma cousa pelo primeiro d'estes processos (à mão)."[319]

Também o percurso das estamparias em Portugal, pela forma completamente distinta que assumiu, permite reforçar as minhas hipóteses. Embora mais tardio do que noutras cidades portuárias da Europa, onde o surto de

---

315 AMORIM, Inês - Os Poderes Urbanos Face às Mutações Económicas: A Fábrica de Algodão de Aveiro - 1769-78. *Revista da Faculdade de Letras - História*. Porto: II Série, Vol IX, 1992. pp137-171.

316 Idem, p.152

317 Idem, p.159

318 *Inquérito Industrial de 1881*. Primeira Parte. Depoimentos. p.76

319 *Inquérito Industrial de 1881*. Primeira Parte. Depoimentos. p.77

instalação de estamparias se processou durante a primeira metade do século XVIII, também em Lisboa e na região envolvente se assistiu a "hum frenezim com estabelecimentos de fabricas de estamparia".[320] Ainda que tenha havido uma tentativa voluntarista do governo de incentivar o estabelecimento de unidades dos outros segmentos, nem as fiações, nem as tecelagens viriam a ter em Lisboa o desenvolvimento proporcional ao das estamparias, vindo aliás a dar lugar à expansão desses outros segmentos, no noroeste, mais tarde. Isto prova como não existia, na época, qualquer movimento de constituição de uma cadeia produtiva articulada, nem as estamparias se inseriam numa estratégia de fileira, nem induziram efeitos multiplicadores para montante. Os tecidos - telas cruas de algodão - eram importados, estampados em Lisboa e, à excepção de uma pequena parte que se consumia internamente, eram exportados. É importante ver como também as estamparias se concentravam numa região específica que, de Lisboa se estendia até Leiria, a Norte e Setúbal, a Sul.[321] O seu aparecimento andou associado aos comerciantes e a sociedades por eles constituidas. O modelo dominante de organização da produção também se apoiou no trabalho doméstico, a feitio, controlado por uma fábrica principal ou pelos comerciantes de lenços e fanqueiros.[322] Mas o ciclo da estamparia fechar-se-ia, sem prolongamentos ou efeitos multiplicadores para montante da fileira ou sobre outras regiões. Não haverá praticamente ligações entre este sector e o posterior desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira no noroeste.

Um outro ponto terá de ser ainda explicado, para que o quadro desta minha hipótese se articule de forma lógica. É necessário compreender porque não se interessaram os ingleses pela indústria já instalada na cidade do Porto, ao tempo relativamente "nova".

A grande indústria urbana, resultado de um processo de organização levado a cabo a partir de meados do século XIX, representava já aqui, como em Manchester, um entrave à aplicação das novas tecnologias de grande velocidade: as fiações em anel e os teares automáticos. A mão-de-obra encontrava-se relativamente organizada e politizada.

---

320 PEDREIRA, Jorge Miguel - Indústria e negócio: a estamparia da região de Lisboa: 1780-1880. *Análise Social*, n.112-113, 1990.

321 Idem, pag. 544.

322 Idem, pag. 545 e seg.

Em 1910, os operários fiandeiros, retratavam assim a situação do respectivo segmento: "Nos últimos anos tem passado esta indústria por algumas transformações das suas machinas chamadas 'carruagens', em que só se empregam homens e rapazes, por outras machinas chamadas 'contínuos' e em que se empregam menores do sexo feminino, sendo muito maior a sua produção e por conseguinte maiores as economias para os industriais."[323] No mesmo documento, também os tecelões classificam a situação dos operários da tecelagem, como péssima.

A indústria urbana e a própria dinâmica económica da cidade do Porto ainda que tenham constituido uma peça fundamental na expansão dos têxteis na região, eram ao tempo desta transferência espacial estratégica, um entrave a uma reestruturação do ramo, localmente. Contribuiram para que o processo se desenrolasse, mas fora das fronteiras da área urbana, explorando as virtualidades de novas localizações. Para além disso, como noutras regiões da Europa, o crescimento industrial urbano precisou de mobilizar a mão-de-obra das áreas rurais, para crescer. "Perante a baixa elasticidade da oferta pela economia urbana, o capital mercantil não tinha outra alternativa se não deslocar a produção para os meios rurais"[324]. Não indiscriminadamente qualquer periferia da cidade do Porto, ou qualquer periferia rural, mas exactamente aquela que além do que atrás já foi dito, dispunha ainda de outro factor de actractividade: rios com potencialidades para a instalação de máquinas movidas a energia hidráulica e para a produção de energia eléctrica.

O balanço deste período de transição não se esgota porém na alteração do padrão locativo dominante das indústrias têxteis algodoeiras, nem na verificação da criação de novas unidades produtivas e no desenvolvimento das novas fiações. Como herança ficarão ainda as raízes da organização rígida, da verticalização e do próprio modelo de organização fordista que posteriormente se desenvolverá. Em suma, esta indústria tinha encontrado um caminho específico de organização do qual dificilmente seria possível desviar-se. Quando se contrasta a flexibilidade económica e funcional existente nos nossos dias, nos Distritos Industriais

---

323 Inquirição pelas Associações de Classe sobre a Situação do Operariado - Apuramento das Respostas ao Questionário da Repartição do Trabalho. *Boletim do Trabalho Industrial*. nº 49. Lisboa: Imp. Nac., 1910. pp.114-115. (Trata-se da resposta da Associação de Classe dos Operários fiandeiros do Porto; Associação de Classe dos Operários Têxteis de Ambos os Sexos do Porto e Operários Tecelões Mecânicos do Porto.

324 KRIEDTE, Peter - The Origins, the agrarian context, and the conditions in the world market. in KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen - *Industrialization before*... p.21.

italianos, percebe-se que há raízes históricas profundas que conduziram às estruturas actuais. Provavelmente as mesmas estruturas que a indústria têxtil algodoeira portuguesa teria actualmente se nunca tivesse ocorrido a destruição das Invasões Francesas ou os Ingleses nunca tivessem dominado a praça comercial do Porto. Mas aí também, seguramente não estaríamos a falar do vale do Ave, mas de outras regiões ou nem estaríamos mesmo a falar da indústria têxtil em Portugal.

A história desta fase crucial na indústria têxtil não está ainda suficientemente estudada, nem documentada. Será um domínio de investigação para os historiadores, mais do que para os geógrafos. De qualquer forma, existe uma base empírica que a documenta e é possível afirmar que, nos anos vinte do nosso século a concentração industrial no vale do Ave era já uma realidade. Estavam criadas as bases do que viria a ser a posterior concentração de indústrias têxteis na região.

"Muito da história das sociedades capitalistas consistiu na abertura, domínio e subsequente deserção de certas áreas por indústrias particulares. O tipo de dependência que pode existir nestes casos é claro estrutural, forte especialização ("over-representation") na produção de um bem ou de um conjunto de bens."[325]

Não que tenha havido uma deserção por parte dos construtores de máquinas têxteis ingleses, posteriormente. Ingleses e posteriormente alemães, fabricantes de máquinas, continuaram a ter até à actualidade, um papel fundamental no funcionamento destas indústrias. Comparativamente com as estratégias individuais de outros ramos industriais desses países, a sua acção perdeu alguma importância relativa. A internacionalização crescente das economias e o desenvolvimento de outros ramos industriais reduziu a importância relativa do noroeste português, enquanto periferia imediata, mais próxima, para a suas intervenções. Simultaneamente também o fecho da economia nacional desde a instauração do Estado Novo, viria a provocar um desenvolvimento da indústria menos dependente do capital estrangeiro, da indústria têxtil. Assim, os períodos que se seguiram a este primeiro "arranque" caracterizaram-se pelo reforço do poder dos capitais nacionais, de quem passaria a depender a evolução do sector, praticamente até aos anos sessenta, quando se dá a entrada de Portugal na EFTA.

3.2. A Deslocação Inicial do Porto para o Ave

Em trabalhos anteriores, procurei analisar as circunstâncias em que ocorreu o extraordinário desenvolvimento da tecelagem de algodão, na cidade do Porto, durante o século XIX[326]. A partir dos primeiros Inquéritos Industriais do século passado, é possível estabelecer um período de profunda reestruturação na base manufactureira da cidade e da região envolvente, entre 1845 e 1852, período a partir do qual se terá iniciado o processo de desenvolvimento de um capitalismo industrial organizado. Esse processo ter-se-á operado de forma dominante, nas indústrias têxteis algodoeiras, ao tempo dominadas pela tecelagem, e através delas. Até ao final do século, a grande indústria saída dessa primeira ruptura industrial regional, registará um crescimento contínuo, sem que se tenha verificado uma expansão territorial considerável. É aliás uma característica do tecido urbano da cidade do Porto, a permanência até muito tarde neste século, de grandes unidades industriais no seu interior.

Se em termos estatísticos verifiquei nos trabalhos referidos, de que forma se consolidou a indústria têxtil no Porto, fenómeno e processo aliás muito semelhante ao ocorrido noutras cidades europeias ao mesmo tempo ou em períodos um pouco anteriores, decalcando por seu turno o modelo inglês de industrialização urbana, não avancei com a posterior expansão territorial, melhor dizendo, com a transferência regional para o Vale do Ave.

Na segunda metade do século XIX, no Porto, a maior parte do aforro e dos investimentos potenciais concentravam-se nas mãos de comerciantes e proprietários rústicos e urbanos, aí se destacando uma classe de burguesia urbana, dos chamados "capitalistas", que, regra geral, orientavam os seus investimentos para áreas não directamente produtivas[327], nomeadamente o comércio do Vinho do Porto. Os fabricantes de tecidos não tinham um acesso fácil ao capital. As

---

325 MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990. p.100

326 MAGALHÃES, Maria Madalena Allegro de - A Indústria do Porto na Primeira Metade do Século XIX. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. Porto: I Série, Vol.IV, 1988, pp.111-154. MAGALHÃES, Maria Madalena - *Aspectos da Industrialização no Porto. Reflexos actuais na estrutura urbana do desenvolvimento suburbano da grande indústria no século XIX - Cedofeita e a Fábrica do Jacinto*. VI Colóquio Ibérico de Geografia. Porto: Instituto de Geografia, 16 Setembro de 1992.

327 CAPELA, José - *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900)*. Porto: Ed. Afrontamento, 1975. BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991(Imprensa Universitária, nº 89). (Com destaque para

formas mais comuns de obterem crédito eram a aceitação de letras de desconto e as ligações aos comerciantes através de contratos ou empréstimos de médio prazo[328]. Neste contexto, a pressão sobre os salários foi determinante no processo de valorização do capital, nas primeiras fases de desenvolvimento do capitalismo industrial, já que a mão-de-obra representava o *input* mais flexível da estrutura de custos. Aqui, como noutras regiões têxteis da Europa[329], a pressão sobre os salários era facilitada pela grande disponibilidade de mão-de-obra, sobretudo nos segmentos menos exigentes das mulheres, menores e imigrantes rurais.

A grande indústria que se desenvolveu na cidade a partir dos meados do século XIX, foi financiada, em grande medida por aquele sistema. Para arrancar não precisou de grandes disponibilidades de capitais, uma vez que não foi pelos investimentos que se estruturou e conseguiu ganhos de produtividade, mas sim pela centralização e organização de uma força de trabalho. Os primeiros grandes industriais foram, regra geral, "Fabricantes"[330], nome pelo qual se designavam os comerciantes que distribuiam teias pelas oficinas de pequenos tecelões ou pelos artesãos domésticos espalhados pelas periferias rurais de Bouças e da Maia, a feitio. O aparecimento da fábrica propriamente dita correspondeu à capacidade de estruturação de um sistema produtivo segundo uma divisão técnica do trabalho mais avançada, assente mais na disciplina e controle de uma mão-de-obra do que no recurso a grandes investimentos em capital fixo. A indústria têxtil era, na época

---

o capítulo IV. Nas Origens da Dissidência Portuense: As Contradições entre a Capital do Norte e a Capital do País).

328 Descrição de algumas situações idênticas e com relatos da época, em: PEDREIRA, Jorge Miguel - Indústria e negócio: a estamparia da região de Lisboa. *Análise Social.* Lisboa: Quarta Série, Vol.XXVI, 1991- 3°-4°, pp.537-559.

329 HUDSON, Pat - *The Genesis of Industrial Capital. A Study of the West Riding Wool Textile Industry c.1750-1850.* Cambridge: C.U.P., 1986. p.7. HUDSON, Pat (Ed) - *Regions and Industries. A perspective on the industrial revolution in Britain.* Cambridge: CUP, 1989.

330 "O Fabricante como sinónimo de industrial foi um produto da indústria em grande escala." MATHIAS, Peter - *A Primeira Nação Industrial. Uma História Económica da Inglaterra. 1700-1914.* Lisboa: Assírio e Alvim, s/d. (1ª ed. Inglesa de 1969). pp.33 e seg. Sobre os conceitos de industrial, empresário, fabricante e fabricador, no século XIX: MÓNICA, Maria Filomena - Capitalistas e Industriais (1780-1914) *Análise Social*, Vol. XXIII (99), 1987 -5°, pp.819-863. p.820 e seg. Também o *Inquérito Industrial de 1881* para o distrito do Porto: descreve pormenorizadamente a actividade dos "Fabricantes": "Dos grandes fabricantes do Porto: alguns nem têem fabrica, isto é, teares em estabelecimento seu, ...; outros têem pequenas officinas de tecelagem..." p.149. "O fabricante de Asneiros passa por ser o maior entre os muitos que d'esta fórma fazem funccionar a tecelagem manual no Porto. Quer tendo teares seus proprios e dando obra por tarefa, quer vendendo o fio e comprando o tecido, parece haver no Porto uma dezena de fabricantes que occupam de 800 a 100 teares, em média 200. Além destes haverá 400 ou 500 menores, que ocuparão de 15 a 20, em média 17. Esses 'Fabricantes' são todos, pode dizer-se, operarios que passaram a patrões, ou filhos de antigos trabalhadores afortunados. Ha-os muito opulentos". pag.147.

e continuaria ainda a ser por um longo período, de facto, pouco capitalizada e fortemente intensiva em mão-de-obra. O sucesso dos primeiros grandes empreendimentos decorreu, na maior parte dos casos, de condições excepcionais de acesso aos circuitos comerciais por parte de alguns Fabricantes. Também em Inglaterra os comerciantes foram "os reis" do negócio têxtil durante praticamente todo o século XIX[331].

O conhecimento das formas de financiamento da indústria têxtil, desde o seu início, são determinantes para a compreensão da sua evolução a todos os níveis, nomeadamente o seu trajecto espacial, principal preocupação deste trabalho.

Ora, se é certo que no período de aparecimento das primeiras grandes fábricas do Porto, como posteriormente, sempre existiram casos de histórias de sucesso de percursos pessoais de operários ou tecelões que se converteram em industriais e empresários, também é verdade e é isso que pretendo demonstrar, que as grandes reestruturações, os momentos de ruptura e posterior reorganização estiveram associados a factores exógenos, directa ou indirectamente ligados a financiamentos exteriores ao sector e, em vários momentos, à região.

A formação da actual região têxtil do vale do Ave terá nomeadamente, correspondido a um novo ciclo no desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira, no Norte de Portugal, resultado de um processo de transferência espacial da indústria urbana, da cidade do Porto, para áreas rurais afastadas. Não que tenham sido sempre as mesmas unidades a deslocarem-se e a protagonizar a transferência, mas globalmente, o sector, orientou-se para uma nova localização dominante. Internamente, ao nível da organização da produção, da composição orgânica do capital e da divisão técnica do trabalho, esta deslocação espacial correspondeu, ou melhor, resultou, por seu turno, de uma reestruturação profunda, uma nova ruptura industrial (regional).

3.2.1. O ciclo da fiação e da energia hidráulica

Ao nível da fileira, as modificações manifestaram-se por um avanço para montante, da tecelagem para a fiação. As novas fiações corresponderam a

---

331 CHAPMAN, Stanley - The Decline and Rise of Textile Merchanting 1880 -1990. in ROSE, Mary B. - *International Competition and Strategic Response in the Textile Industrias Since 1870*. London: Frank Cass and C. L.td, 1991. pp171-190.

unidades industriais de grande dimensão (em relação à época), estavam especializadas nesse segmento da fileira, ainda que por vezes viessem a ter tecelagens e usavam as novas tecnologias oriundas de Inglaterra. As localizações escolhidas foram naturalmente estratégicas, articulando-se simultaneamente com os "clientes" - as tecelagens - sem perder de vista as redes do tráfego comercial da região com o estrangeiro.

O efeito de arrasto das indústrias de juzante para montante é comum a outras fileiras e tem-se operado ao longo da história da indústria e assim terá acontecido também no noroeste português. Proliferando as tecelagens, existia um ambiente propício (potenciais clientes) à produção de fios, segmento onde se estavam a operar modificações tecnológicas que a Inglaterra precisava de exportar e controlar, no exterior. Para a região, este período antecede as primeiras iniciativas de integração vertical, modelo que em fases posteriores será adoptado desde o início, por novos estabelecimentos industriais que vieram a ser constituidos.

As inovações tecnológicas nas máquinas para a indústria têxtil que se desenvolveram em Inglaterra, até ao final do século, impunham exigências ao nível da organização do processo do trabalho, difíceis de aplicar em regiões de industrialização antiga. Os aumentos de produtividade desses equipamentos (do capital) pressupunham, com efeito, uma composição orgânica do capital superior aos períodos anteriores, assim como uma escala de produção cada vez maior. Enfim, podia-se produzir cada vez mais, mais barato, com menos operários e mais máquinas. Também por isso, a concorrência internacional, praticamente inexistente até então, para estes produtos industriais de algodão, começou a assumir proporções cada vez maiores, abalando a hegemonia britânica. E por isso também, na época, sobreviver começou a significar crescer. O que nem sempre foi possível levar a cabo nas mesmas localizações e obrigou a deslocações territoriais estratégicas.

As inovações tecnológicas não se limitavam porém, ao processo produtivo propriamente dito. De facto, na época, começava a aumentar a produção de força motriz para a indústria, a partir de motores hidráulicos que com custos muito mais baixos, viabilizaria a utilização dos outros novos maquinismos de produção têxtil propriamente dita que, por seu turno, consumiam naturalmente cada vez mais energia. A redução dos custos de produção de energia a partir das quedas de água, tinha ainda a seu favor, no nosso país, o facto das máquinas a vapor

necessitarem de carvão que não existindo internamente, era importado essencialmente de Inglaterra.

Por um conjunto de circunstâncias, actuando todas de forma convergente, no mesmo sentido, ainda que sem uma estratégia colectiva concertada e premeditada, a partir do final do século passado e com maior incidência no início deste, começa a processar-se a transferência do têxtil do Porto, para o Ave. Com este processo se inicia um novo período, fechando-se o anterior, de expansão da grande indústria urbana, agora abandonado a um esgotamento progressivo imperceptível por vezes, na complexidade crescente do crescimento físico da cidade.

Este terá sido o processo geral dos segmentos ligados à produção propriamente dita, mesmo que o controle global da fileira não tenha sido coincidente e se tenha mantido por um período de tempo mais longo, no Porto.

As circunstâncias em que esta transferência se processou prendem-se com três factores fundamentais e foi a resultante da sua actuação num quadro regional específico. Em primeiro lugar, como vimos, foi determinante a situação crítica em que se encontrava a indústria têxtil algodoeira, em Inglaterra, a qual se debatia com a obstrução de um movimento operário organizado[332], hostil a reestruturações tecnológicas, condição necessária para a manutenção da capacidade concorrencial internacional dos têxteis ingleses, cada vez mais ameaçados pelos japoneses[333]. Em segundo lugar, actuaram as dificuldades dos comerciantes ingleses estabelecidos na cidade do Porto - essencialmente envolvidos no comércio dos vinhos - que, por seu turno, se debatiam com "a longa crise comercial dos vinhos"[334] desde o final dos anos oitenta do século passado.

---

332 Marx analisa já em *O Capital*, a legislação fabril inglesa de 1833 a 1864, com relatos minuciosos e transcrições de documentos da época sobre as condições desumanas em que se encontravam os operários e sobre as primeiras formas de organização do movimento operário em Inglaterra (Livro I - Terceira Secção - 8º Capítulo - O Dia de Trabalho). A edição de *O Capital* utilizada foi: MARX, Karl - *O Capital. Crítica de Economia Política*. Livro Primeiro. Tomo I. Lisboa: Editorial "Avante", 1990.

333 ROBERTSON, Alex J. - Lancashire and The Rise of Japan, 1910-1937. in ROSE, Mary B. - *International Competition and Strategic Response in the Textile Industrias Since 1870*. London: Frank Cass and C. L.td, 1991.

334 PEREIRA, Gaspar Martins - *Famílias Portuenses no Viragem do Século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, 1995. p.75. BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991(Imprensa Universitária, nº 89). Um caso paradigmático é o de William Graham, já atrás referido e que, estabelecido inicialmente em Lisboa e no Porto: como representante da sua fábrica de lanifícios na Escócia e exportador de vinhos, veio a construir a "maior fiação e de fios mais finos" do Porto: em 1889.

Finalmente, o estado em que se encontrava a indústria têxtil na cidade do Porto e a existência, no seu *hinterland* rural, de uma vasta e densamente povoada, área de produção doméstica e mecânica de tecidos de linho e algodão, organizada segundo um modelo que se poderá designar por proto-industrialização[335], viabilizaria aquela transferência.

A disponibilidade de terrenos mais baratos do que na cidade onde a especulação urbana crescia, a existência de uma mão-de-obra abundante e barata não só para recrutar para as fábricas, como para as construir, assim como a existência de cursos de água aproveitáveis para a produção de energia, completavam o quadro atractivo destas áreas rurais periféricas. De várias situações comparáveis, o vale do médio Ave era também a região mais próxima do Porto e onde mais facilmente se poderiam criar infraestruturas de transporte. A própria construção do porto de Leixões articular-se-ia com a acessibilidade ao médio Ave.

Insisto na análise desta transferência, como expressão territorial de uma ruptura industrial ou seja de uma ruptura tecnológica e do processo de trabalho na indústria têxtil algodoeira, porque penso que a origem do desenvolvimento da indústria capitalista no vale do Ave é fundamental para a compreensão de toda a sua evolução posterior e não pode ser reduzida ou confundida com uma expansão ou reprodução espacial do modelo industrial urbano, sobre a periferia rural, nem uma evolução natural de uma produção manufactureira doméstica (quase artesanal) dispersa pelas áreas rurais.

A "nova" indústria que a partir do final do século passado e particularmente nas primeiras duas décadas deste século vai surgindo ao longo do vale do médio Ave (aí se incluindo os vales subsidiários dos rios Ferro, Bugio, Selho e Vizela) tem características completamente distintas da indústria que dominara a cidade do Porto em meados do século XIX, mesmo que em termos de dimensão, elas possam ser comparáveis. Tecnologicamente e organizativamente era mais avançada.

---

335 KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen – *Industrialization before Industrialization. Rural Industry in the Genesis of Capitalism*. Cambridge : CUP, 1981(1ª ed. em língua alemã, 1977)

3.2.2. *A evidência empírica*

A informação quantitativa e qualitativa sobre o período de tempo em que decorreu este ciclo de transferência ou pelo menos em que se definiram as raízes ou os pilares sobre os quais se iria estruturar o desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira no vale do Ave, levanta alguns problemas. É uma informação muito diversificada, nem sempre directamente comparável entre si, devendo manter-se algumas reservas em relação a algumas fontes.

As referências estatísticas que melhor poderão balizar o período em questão, são os inquéritos industriais de 1881 e 1890 e as estatísticas industriais do Boletim do Trabalho Industrial 1910, complementada com a Inquirição pelas Associações de Classe acerca da Situação do Operariado, também de 1910 e de 1917. Mas, mesmo os inquéritos industriais do século passado continuam a ser difíceis de aferir. A informação que contêm é muito desigual e revela grandes contradições. São incompletos e cobrem domínios diferentes entre si, alertando muitas vezes, expressamente para esses factos as próprias comissões encarregadas de os elaborar, nos textos introdutórios. Foram executados por processos também diferentes e variaram de critérios e conceitos. São eles próprios um reflexo das reestruturações que se estavam a operar na base económica do país e das regiões. Qualquer contabilização sistematizada das mesmas variáveis entre os vários inquéritos corre o risco de induzir a conclusões erradas e sobrevalorizar aspectos menos importantes, minimizando outros talvez mais determinantes. A solução mais prudente será porventura tomá-los como retratos soltos, cada um por si e tentar uni-los com uma explicação evolutiva lógica e coerente, com recurso a outra informação estatística ou qualitativa de outras fontes. Basicamente foi isso que procurei fazer, explorando a informação estatística que eles contêm, com as reservas que a sua natureza tem sugerido, confrontando-os sistematicamente com outra informação e dando particular relevo ao estudo de casos de histórias de fábricas.

As estatísticas do comércio externo que, para períodos posteriores, permitem reconstituir séries temporais contínuas longas, não cobrem este período de forma sistematizada. Para as quantidades de ramas de algodão importadas anualmente em Portugal existem estatísticas regulares que permitem reconstituir uma série temporal longa contínua, de cerca de 150 anos, nalguns casos não só para a importação de algodão em rama, como também para a importação de fios e tecidos de algodão. São contudo valores agregados para o País que só

quando confrontados com outras variáveis permitem conhecer diferenças regionais.

Será sempre muito difícil reconstituir com rigor e clareza o que terão sido as origens do desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira no Norte do país, apenas a partir das estatísticas publicadas. A investigação histórica continuará, seguramente a revelar, no futuro, muitos dos aspectos ainda desconhecidos desses tempos e a validar ou não as hipóteses que se vão avançando.

O que os inquéritos industriais antigos, apesar de tudo perdem em rigor estatístico e possibilidades de comparação, ganham em pormenores descritivos sobre as fábricas e os industriais da época. Podemos ter dificuldade em concluir em cada momento "quantos são?", mas em contrapartida, aparecem-nos descrições pormenorizadas de "como são".

Embora a existência e o próprio carácter de transferência desse período inicial da história da indústria têxtil no vale do Ave, se manifestem com particular evidência quando se confrontam diferentes fontes de informação, os limites temporais e a existência de um ciclo bem definido mantêm-se um pouco vagos. É certo que não se poderia esperar encontrar umas datas rígidas para delimitar o início e o fim do período. Poder-se-ão tomar, quando muito, as datas de fundação de algumas fábricas como marcos orientadores, mas os processos desenrolaram-se ao longo de vários anos de forma desigual e a principal tarefa é identificar e caracterizar os próprios fenómenos, mais do que apenas datá-los.

Jaime Reis já anteriormente procedeu à estimativa de um índice de produção industrial global para as indústrias têxteis de algodão em Portugal entre 1870 e 1914[336](Fig.3.2.2.-1). O comportamento daquele índice põe em evidência o surto de crescimento registado a partir de meados dos anos oitenta e com maior aceleração, nos anos 90, da produção de têxteis de algodão. Ainda que até 1914 se registem oscilações cíclicas, elas são de pequena amplitude e não parecem intreferir numa tendência de crescimento em toda a série temporal abrangida. Trata-se porém da produção agregada de uma indústria que não traduz as diferenças entre segmentos e produtos da fileira, nem entre regiões e principais polos de concentração da produção. Confrontando este índice com a série temporal para o mesmo período, das quantidades de ramas de algodão

---

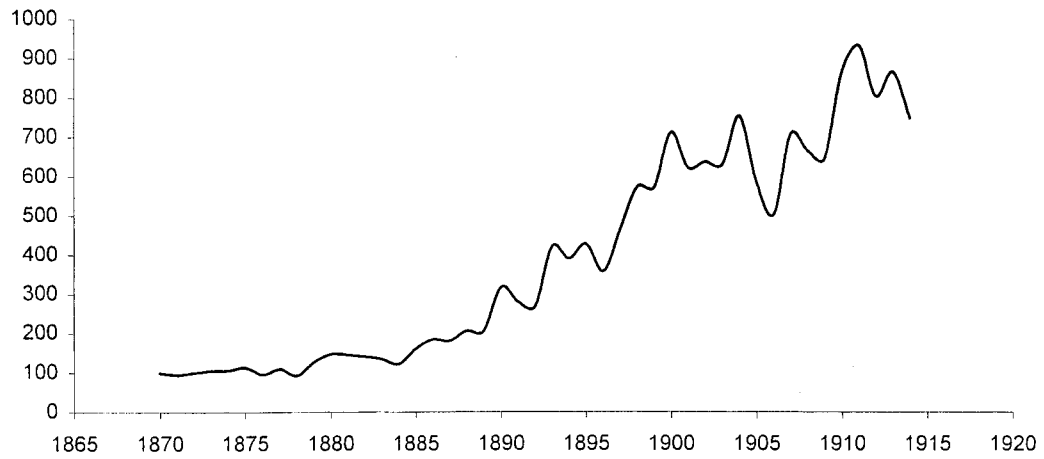
336 REIS, Jaime - A Produção Industrial Portuguesa, 1870-1914; estimativa de um índice. *Análise Social*. vol.XXII (94). 1986 pp.903-928.

importadas, é possível ter uma primeira noção da contribuição da fiação para o surto expansionista do ramo, identificado por Jaime Reis.

Com efeito, verifica-se um comportamento idêntico ao do índice de produção estimado por Jaime Reis, na variação da importação de algodão em rama (Fig.3.2.2.-2). Mantendo a hipótese das maiores alterações no processo inicial de crescimento da indústria têxtil algodoeira em Portugal no final do século XIX, se terem operado na fiação, elas vêem-se naturalmente retractadas nas quantidades de ramas de algodão importadas. Entre 1885 e 1898 e 1900, as importações cresceram aceleradamente, atingindo níveis quase quatro vezes superiores aos da data inicial. A partir de 1900, registam-se oscilações anuais sem grande amplitude sugerindo a série uma tendência de estabilização.

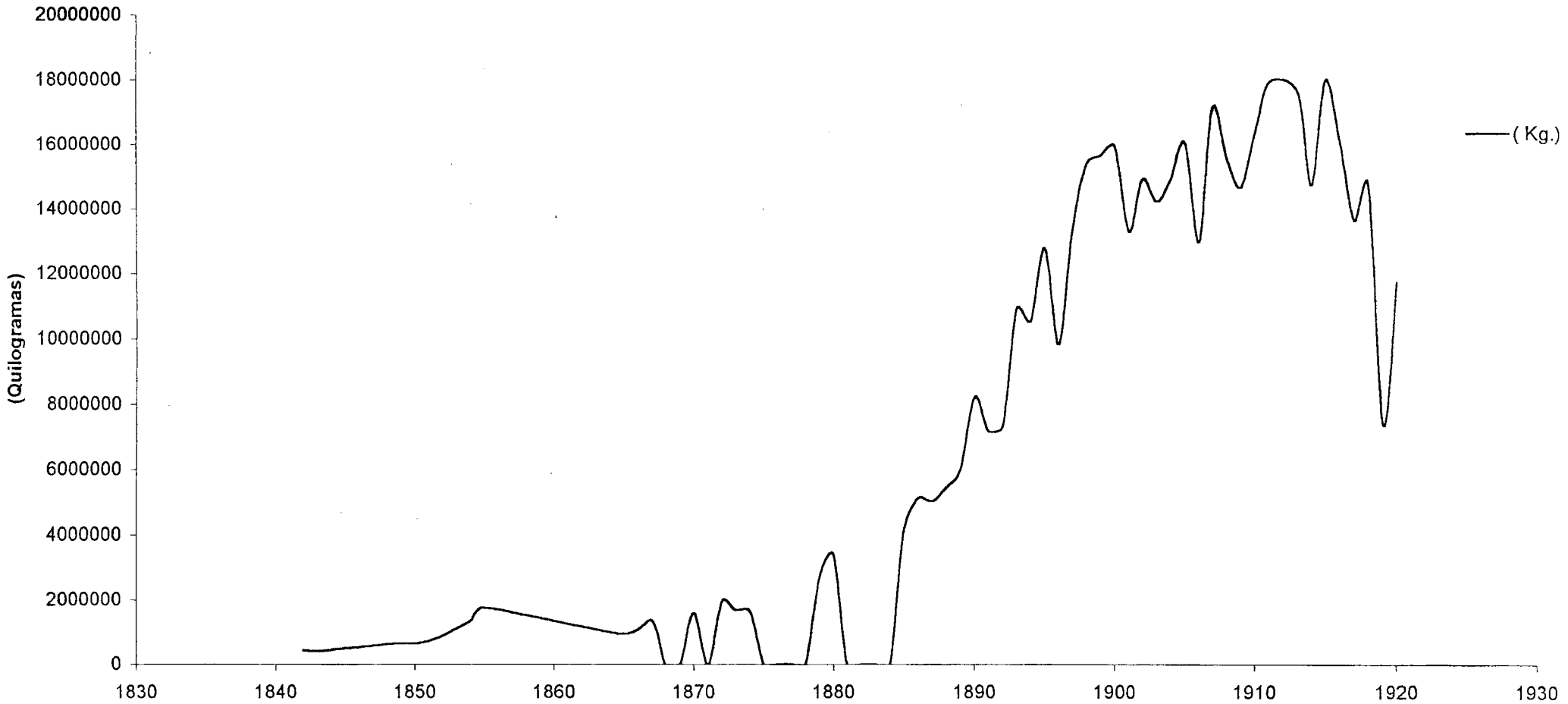
Fig. 3.2.2. -1

Produto bruto das indústrias dos algodões, a preços correntes, 1870-1914
(Ano base 1870=100)



Fonte: Jaime REIS – A Produção Industrial Portuguesa, 1870-1914: estimativa de um índice. *Análise Social.* Vol.XXII, 1986 – 5° p.922.

Fig. 3.2.2.-2
Importação de Algodão em Rama (Kg.)



Fonte: Carlos BASTOS - O Algodão no Comércio ... Porto, 1947.

3.2.2.1. O Inquérito Industrial de 1881

O inquérito industrial de 1881 apresenta desde logo, a grande virtualidade de desagregar a indústria segundo três situações, identificando o tipo de organização da produção, com o respectivo número de operários e valor da produção. Em primeiro lugar apresenta a indústria fabril, correspondente a fábricas; em segundo lugar refere a indústria em oficinas, contabilizando-a a partir do número destas últimas e por fim, aponta a indústria em domicílio segundo o número de grupos de industriais que a desenvolvem (Quadro 3.2.2.1. – 1).

A lista de indústrias incluída no inquérito apresenta a diversidade que se poderia esperar de um período de indefinição entre actividades industriais e outras de carácter artesanal. O grau de penetração do capitalismo industrial era diferente nos vários ramos. Tomando os valores do resumo do inquérito, destacavam-se, no quadro geral, em número de instalações, a metalurgia (12,7%), os lanifícios (11,9%), o vestuário (9,9%) e a tecelagem de algodão, linho e mistos, aí incluindo todos os segmentos da fileira (7,2%); ao nível do número de operários, a percentagem mais elevada cabia à tecelagem de algodão, com cerca de 44% e aos lanifícios, com cerca de 10%; quanto ao valor de produção, os tabacos detinham 21% do total, seguindo-se-lhes a tecelagem de algodão com 19% e os lanifícios com 14%.

A superioridade da tecelagem de algodão revelava-se fundamentalmente ao nível da energia instalada (Quadro 3.2.2.1. – 2). Estas indústrias concentravam 36% da força instalada em motores a vapor, dispondo ainda de 28% da força instalada em motores hidráulicos. Os lanifícios dispunham de uma maior percentagem da força instalada em motores hidráulicos, mas isto verificava-se para um número incomparavelmente superior de motores: 9 motores hidráulicos nos algodões em oposição a 162 nas lãs. No caso dos lanifícios tratava-se seguramente de motores mais antigos. Desde o seu início que a indústria dos lanifícios se aproximou da água para produção de força motriz e outras necessidades do processo produtivo. Ao contrário, a têxtil algodoeira só num segundo estádio do seu desenvolvimento, utilizou a energia hidráulica, deslocando-se para a proximidade de rios com potencialidades para a desenvolver. Isto aconteceu numa fase de avanço tecnológico, onde a introdução de novos maquinismos que passaram a consumir muito mais quantidade de energia, obrigou a procurar fontes energéticas mais baratas. Este aspecto foi de crucial importância para o caso do vale do Ave, como atrás referi, pois constituiu um factor determinante da

transferência territorial que acompanhou uma reestruturação tecnológica e de organização da produção no sector.

Utilizados inicialmente para a produção de energia mecânica, foi também no vale do Ave que primeiro se aplicaram mecanismos de produção de energia eléctrica a partir dos rios, para utilização na indústria têxtil. Seria em 1905 que se iria montar a primeira fábrica alimentada por energia eléctrica produzida por geradores associados a uma central hidráulica - a Empresa Têxtil Eléctrica, em Bairro, sobre o rio Ave, um pouco a montante da confluência do rio Vizela.

Em termos de organização, os ramos industriais que em 1881 apresentavam maior concentração e onde dominava a grande indústria eram: a vidraria, os tabacos e a tecelagem da lã, em primeiro lugar, seguindo-se-lhes o papel e as moagens. A tecelagem de algodão envolvendo, como se viu, quase metade da população operária da indústria nacional, estruturava-se da seguinte forma: 31% das instalações, eram fábricas, 45% oficinas e 24% grupos de industriais em domicílio; 12% dos operários trabalhavam nas fábricas, 4% nas oficinas e 83% em domicílio; 60% do valor de produção saía das fábricas, 8% das oficinas e 32% dos domicílios.

Ainda que tomados com todas as reservas, estes valores retratam as reestruturações que se vinham operando desde períodos anteriores e que progressivamente iam consolidando a organização capitalista do ramo, num modelo de concentração da produção, com a paralela destruição do sistema corporativo das oficinas. Com efeito a grande indústria apoiava-se essencialmente na produção em domicílio, à custa da qual se iria expandir territorialmente, sobre as áreas rurais onde esta proliferava, alimentando-a de matérias primas mais baratas - fios - numa aparente coexistência pacífica. Em fases posteriores, iria substitui-la e reduzi-la a uma expressão residual, a par do desenvolvimento de unidades fabris verticais que iriam integrar toda a cadeia e impulsionar fortemente a tecelagem. Naquele momento, a ligação ao trabalho em domicílio disperso, sobretudo de tecelagens e urdissagens, era um elemento importante e imprescindível ao processo de extensificação territorial e intensificação da divisão técnica do trabalho necessário à sobrevivência e crescimento da moderna fiação e da própria fileira.

Quadro 3.2.2.1.-1
Inquérito Industrial de 1881: síntese por tipos de indústria e ramos

		Indústria Fabril			Industria em Officina			Industria em Domicílio			Totais Gerais		
		Nº de Fábricas	Pessoal (Total)	Valor da Produção	Nº de Officinas	Pessoal (Total)	Valor da Produção	Nº de Grupos de Industriais	Pessoal (Total)	Valor da Produção	Total de Installações	Pessoal (Total)	Valor da Produção
1	Carpintaria	3	117	8500,000	54	2437	734027,000	26	2555	0,000	83	5109	742527,000
2	Cera	0	0	0,000	21	39	53630,700	0	0	0,000	21	39	53630,700
3	Ceramica	7	523	173742,390	36	1522	150613,000	0	0	0,000	43	2045	324355,390
4	Construções de Alvenaria	4	117	11730,000	26	341	79400,000	21	6290	195000,000	51	6748	286130,000
5	Cortiças	0	0	0,000	22	1612	1011025,000	0	0	0,000	22	1612	1011025,000
6	Cortumes	5	81	9645,000	88	742	1446054,000	0	0	0,000	93	823	1455699,000
7	Distillação	11	187	296044,000	68	177	162612,200	0	0	0,000	79	364	458656,200
8	Industrias Alimenticias	12	573	255972,000	36	1325	2069292,900	9	469	3000,000	57	2367	2328264,900
9	Metallurgia	32	1862	825403,096	139	3353	1153107,665	0	0	0,000	171	5215	1978510,761
10	Moagens	25	109	550100,000	37	3073	14500,000	0	0	0,000	62	3182	564600,000
11	Papel	17	1132	276900,000	14	232	142919,000	0	0	0,000	31	1364	419819,000
12	Pyrotechnia	0	0	0,000	10	193	31400,600	8	13	0,000	18	206	31400,600
13	Sabão	5	28	176000,000	8	55	157918,000	0	0	0,000	13	83	333918,000
14	Tabacos	16	3645	5467160,771	6	376	154400,000	0	0	0,000	22	4021	5621560,771
15	Tecelagem de algodão, linho ...	30	4868	3084932,817	44	1729	433454,700	23	33000	1669000,000	97	39597	5187387,517
16	Tecelagem de lã	151	7962	3856886,550	9	912	33444,000	1	90	0,000	161	8964	3890330,550
17	Tecelagem de Seda	3	200	47021,880	20	624	182250,000	1	30	2000,000	24	854	231271,880
18	Typographia	5	105	0,000	61	486	146000,000	0	0	0,000	66	591	146000,000
19	Vestuario	5	417	265000,000	113	2263	1003327,000	16	2648	298000,000	134	5328	1566327,000
20	Vidraria	4	885	168378,000	1	18	0,000	0	0	0,000	5	903	168378,000
21	Industrias Diversas	3	16	9000,000	94	1567	519684,000	0	0	0,000	97	1583	528684,000
	Total	338	22827	15482416,504	907	23076	9679059,765	105	45095	2167000,000	1350	90998	27328476,269

Fonte: Quadro Demonstrativo do movimento industrial nas suas diversas índoles. p.86 e 87 INQUÉRITO INDUSTRIAL DE 1881

Quadro 3.2.2.1.-2
Inquérito Industrial de 1881: síntese por instalações, motores e energia por ramos

		Totais Gerais			Totais Gerais (%)			Vapor				Hidraulicos			
		Total de Installações	Pessoal (Total)	Valor da Produção	Total de Installações	Pessoal (Total)	Valor da Produção	Motores	(%)	Força	(%)	Motores	(%)	Força	(%)
1	Carpintaria	83	5109	742527	6,15	5,61	2,72	4	1,22	42	0,60	5	0,30	0	0,00
2	Cera	21	39	53630,7	1,56	0,04	0,20	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
3	Ceramica	43	2045	324355,39	3,19	2,25	1,19	11	3,35	87	1,23	2	0,12	0	0,00
4	Construções de Alvenaria	51	6748	286130	3,78	7,42	1,05	3	0,91	29	0,41	1	0,06	0	0,00
5	Cortiças	22	1612	1011025	1,63	1,77	3,70	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
6	Cortumes	93	823	1455699	6,89	0,90	5,33	4	1,22	24	0,34	2	0,12	0	0,00
7	Distillação	79	364	458656,2	5,85	0,40	1,68	29	8,84	481	6,82	5	0,30	42	2,06
8	Industrias Alimenticias	57	2367	2328264,9	4,22	2,60	8,52	16	4,88	145	2,06	4	0,24	20	0,98
9	Metallurgia	171	5215	1978510,76	12,67	5,73	7,24	36	10,98	475	6,74	3	0,18	29	1,43
10	Moagens	62	3182	564600	4,59	3,50	2,07	28	8,54	489	6,93	1406	85,73	0	0,00
11	Papel	31	1364	419819	2,30	1,50	1,54	11	3,35	203	2,88	37	2,26	346	17,00
12	Pyrotechnia	18	206	31400,6	1,33	0,23	0,11	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
13	Sabão	13	83	333918	0,96	0,09	1,22	5	1,52	0	0,00	0	0,00	0	0,00
14	Tabacos	22	4021	5621560,77	1,63	4,42	20,57	30	9,15	422	5,98	0	0,00	0	0,00
15	Tecelagem de algodão, linho	97	39597	5187387,52	7,19	43,51	18,98	61	18,60	2543	36,06	9	0,55	573	28,16
16	Tecelagem de lã	161	8964	3890330,55	11,93	9,85	14,24	63	19,21	1821	25,82	162	9,88	1009	49,58
17	Tecelagem de Seda	24	854	231271,88	1,78	0,94	0,85	4	1,22	30	0,43	0	0,00	0	0,00
18	Typographia	66	591	146000	4,89	0,65	0,53	5	1,52	22	0,31	0	0,00	0	0,00
19	Vestuario	134	5328	1566327	9,93	5,86	5,73	13	3,96	203	2,88	0	0,00	0	0,00
20	Vidraria	5	903	168378	0,37	0,99	0,62	3	0,91	24	0,34	3	0,18	16	0,79
21	Industrias Diversas	97	1583	528684	7,19	1,74	1,93	2	0,61	12	0,17	1	0,06	0	0,00
	Total	1350	90998	27328476,3	100,00	100,00	100,00	328	100,00	7052	100,00	1640	100,00	2035	100,00

Fonte: Synthese por especies de industrias p.90 e 91

INQUÉRITO INDUSTRIAL DE 1881

Aqui, como em Inglaterra ou noutros países, na primeira fase da industrialização, as alterações nos sectores não agrícolas ligavam-se com as reestruturações na agricultura. Para compreender a evolução das indústrias nestas regiões onde proliferavam as oficinas domésticas dispersas por áreas rurais é necessário ter em conta as circunstâncias em que se encontrava a própria agricultura. Os factores que maior incidência exerciam neste contexto eram a divisão da terra e respectiva produtividade, associada à pressão demográfica crescente que criava uma disponibilidade de mão-de-obra de grande importância para a expansão industrial.[337] A variação do ratio terra/trabalho tornava mesmo necessário o aparecimento de uma base económica alternativa à agricultura.

Estas estruturas complexas de interdependência entre o sistema fabril e as oficinas domésticas urbanas ou dispersas pelas periferias rurais, apresentavam variações regionais importantes. Em Lisboa, "a articulação do trabalho fabril com outras formas de organização laboral, nomeadamente o oficinal e o doméstico, parece não existir; as grandes e médias unidades industriais implantaram-se e desenvolveram-se por si, marginalmente às formas tradicionais de organização industrial." [338] "No entanto, saliente-se que, ao contrário do que detectámos para Lisboa, a estrutura industrial do Porto se caracteriza pela estreita articulação entre o trabalho manufactureiro e o oficinal e doméstico".[339]

Na distribuição por distritos, o inquérito industrial de 1881 atribui 41% dos estabelecimentos ao distrito do Porto, com cerca de 70% do pessoal operário e 37% do valor de produção, colocando Lisboa, numa segunda posição, com 17% dos estabelecimentos, 12% do pessoal e (também) 37% do valor de produção (Quadro3.2.2.1.-3). No restante país, à excepção dos lanifícios no distrito de Castelo Branco, não existiam indústrias com peso significativo, muito menos quando comparadas com a concentração nas duas maiores cidades.

Da energia instalada, cerca de metade da proveniente dos motores a vapor, concentrava-se em Lisboa, onde a energia hidráulica não tinha significado. O Porto, por seu turno, detinha 86% dos motores hidráulicos e 14% da força

---

337 MATHIAS, Peter - *A Primeira Nação Industrial. Uma História Económica da Inglaterra. 1700-1914.* Lisboa: Assírio e Alvim, s/d. (1ª ed. Inglesa de 1969); MARQUES, Helder Trigo Gomes – A Agricultura a tempo parcial e agricultores pluriactivos no Noroeste de Portugal. "Revista da faculdade de Letras. Geografia. 1ª série. Vol.XXI, Porto: 1994.p. 39-104.

338 JUSTINO, David - *A Formação do espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913.* Vol.I. Lisboa: Vega, 1988. p.91

339 Idem, p.96

instalada. É ao nível da energia hidráulica que se detectam com efeito, os contrastes mais marcados entre os equipamentos técnicos dos distritos. Desconhecendo porém o tipo e idade dos mecanismos é precipitado extrair outras conclusões sobre o figurido industrial do país a esse nível, sendo mais prudente manter a análise restrita aos têxteis do algodão, onde outros elementos permitem identificar tendências importantes.

Aparentemente tudo sugere que, em termos gerais, o distrito de Lisboa possuia um perfil industrial mais complexo e avançado, no sentido de dispor de segmentos dos ramos industriais, de maior valor acrescentado assim como de equipamento tecnológico mais sofisticado (mesmo que antigo)[340]. Este facto revela-se com particular evidência precisamente nos têxteis do algodão. Essa superioridade tecnológica não viria porém a ter uma correspondente vantagem concorrencial em termos estratégicos de crescimento da fileira globalmente. Pelo contrário, a evolução posterior caracterizar-se-ia pela ascenção da região têxtil polarizada pelo Porto, a Norte.

Tomando apenas os têxteis de algodão e para os distritos em que assumia maior importância e que constituem o objecto deste estudo - Braga, Porto e Lisboa - é possível extrair mais conclusões ou pelo menos, levantar outras hipóteses (Quadro3.2.2.1.-4). Antes de mais, a análise desta informação acabou por se converter um pouco numa comparação entre Lisboa e a mancha Porto-Ave[341]. O Inquérito parece retratar um momento de cruzamento de trajectórias, uma descendente, a de Lisboa e outra de ascenção, a do Porto. Com efeito, há uma questão quase implícita por detrás destes números e do que viria a ser a evolução posterior que é a de compreender porque é que a indústria têxtil do algodão perde competitividade em Lisboa, face à do Norte, não obstante ter-se encontrado, mais cedo, pelo menos em termos tecnológicos, num estádio de maior avanço.

---

340 No *Inquérito Industrial de 1881* é dito da Companhia Lisbonense de Fiação e Tecidos, que "rivaliza com Manchester e Barcelona" e o Inquérito de 1890 define-a como a maior e mais moderna unidade têxtil do país.

341 Muitas das estatísticas vêm apenas desagregadas por distritos. Ora o concelho de Santo Tirso pertence ao distrito do Porto mas integra a bacia do rio Ave, tendo sido o concelho onde mais cedo e de forma mais intensa se registou o aparecimento da grande indústria a partir do final do século XIX. Por esse facto, é necessário contabilizar, quando a informação não está desagregada por concelhos, os distritos do Porto e Braga em conjunto, para avaliar os contrastes com outras regiões do país, nomeadamente Lisboa.

Quadro 3.2.2.1.-3
Inquérito Industrial de 1881: síntese por distritos

		Totais Gerais			Totais Gerais (%)			Importância Diária do Salário	Regimen do trabalho							
									Vapor				Hidraulicos			
		Total de Installações	Pessoal (Total)	Valor da Produção	Total de Installações	Pessoal (Total)	Valor da Produção		Motores	(%)	Força	(%)	Motores	(%)	Força	(%)
1	Aveiro	12	1208	227725,000	0,89	1,33	0,83	161,310	5	1,52	31	0,44	5	0,30	84	4,13
2	Beja	15	85	56729,000	1,11	0,09	0,21	26,395	3	0,91	27	0,38	0	0,00	0	0,00
3	Braga	16	1981	1329248,000	1,19	2,18	4,86	464,605	6	1,83	135	1,91	3	0,18	85	4,18
4	Bragança	39	79	27381,200	2,89	0,09	0,10	26,220	1	0,30	10	0,14	2	0,12	12	0,59
5	Castelo Branco	74	2845	1651173,000	5,48	3,13	6,04	1500,000	13	3,96	202	2,86	86	5,24	317	15,58
6	Coimbra	11	637	184500,000	0,81	0,70	0,68	145,280	6	1,83	101	1,43	11	0,67	83	4,08
7	Evora	28	240	647345,000	2,07	0,26	2,37	91,490	0	0,00	0	0,00	3	0,18	0	0,00
8	Faro	37	1157	706642,400	2,74	1,27	2,59	437,785	4	1,22	40	0,57	0	0,00	0	0,00
9	Guarda	45	1441	328492,770	3,33	1,58	1,20	235,138	3	0,91	21	0,30	51	3,11	332	16,31
10	Leiria	35	3252	710838,000	2,59	3,57	2,60	311,185	7	2,13	280	3,97	23	1,40	396	19,46
11	Lisboa	227	11211	10203456,648	16,81	12,32	37,34	4544,080	139	42,38	3826	54,25	8	0,49	86	4,23
12	Portalegre	6	822	205500,000	0,44	0,90	0,75	55,740	4	1,22	108	1,53	2	0,12	11	0,54
13	Porto	556	63104	10215851,450	41,19	69,35	37,38	5483,262	112	34,15	1956	27,74	1416	86,34	293	14,40
14	Santarem	44	1580	359771,000	3,26	1,74	1,32	250,995	7	2,13	208	2,95	15	0,91	262	12,87
15	Viana do Castelo	1	6	2800,000	0,07	0,01	0,01	2,640	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
16	Vila Real	106	386	77928,700	7,85	0,42	0,29	83,855	1	0,30	12	0,17	0	0,00	0	0,00
17	Viseu	47	110	9575,600	3,48	0,12	0,04	10,310	0	0,00	0	0,00	4	0,24	0	0,00
18	Angra	7	46	14900,000	0,52	0,05	0,05	13,420	0	0,00	0	0,00	2	0,12	12	0,59
19	Ponta Delgada	21	409	247462,501	1,56	0,45	0,91	78,770	3	0,91	15	0,21	2	0,12	4	0,20
20	Funchal	23	399	121156,000	1,70	0,44	0,44	181,730	14	4,27	80	1,13	7	0,43	58	2,85
		1350	90998	27328476,269	100,00	100,00	100,00	14104,210	328	100,00	7052	100,00	1640	100,00	2035	100,00

Fonte: Synthese por circumscripções INQUÉRITO INDUSTRIAL DE 1881

Quadro 3.2.2.1.-4 -
Inquérito Industrial de 1881: a indústria de tecelagem de algodão nos distritos de Braga, Porto e Lisboa

INQUÉRITO DE 1881

FONTE: Estatística. Referência ao Quadro nº 15: Tecelagem de Algodão

Distritos	Nº de Instalações		Importância diária do salário	Pessoal		Motores a vapor		Força		Fusos		Motores Hidraulicos		Força		Teares Mecânicos		Teares Manuais		Maquinas de Estampar
	Nº	(%)		Nº	(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)	
Braga	3	3,09	83$185	401	1,01	1	1,64	12	0,47	6000	6,37	1	11,11	35	6,11	0	0,00	211	1,76	0
Porto	58	59,79	418$775	34529	87,20	14	22,95	719	28,27	43509	46,20	4	44,44	203	35,43	631	36,69	11452	95,47	0
Braga+Porto	61	62,89		34930	88,21	15	24,59	731	28,75	49509	52,58	5	55,56	238	41,54	631	36,69	11663	97,22	0
Lisboa	22	22,68	713$005	2169	5,48	42	68,85	1514	59,54	24320	25,83	0	0,00	0	0,00	711	41,34	68	0,57	33
Total	97	100	1483$440	39597	100	61	100	2543	100	94167	100	9	100	573	100	1720	100	11996	100	33

Em 1881, Lisboa detinha 23% das instalações, 5% do pessoal, 70% dos motores a vapor, 60% da força instalada, 26% dos fusos, nenhum motor hidráulico, 41% dos teares mecânicos, 0,6% dos teares manuais e 100% (33 unidades) das máquinas de estampar.

Os distritos do Porto e Braga, em conjunto, detinham, por seu turno, 63% das instalações, 88% do pessoal operário, 25% dos motores e 29% da respectiva força instalada, em termos de energia a vapor e mais de metade (56%) dos motores e 42% da força instalada de energia hidráulica, mais de metade dos fusos existentes no país (53%), 37% dos teares mecânicos e 97% dos teares manuais, não possuindo nenhuma máquina de estampar.

Lisboa mantinha as suas estamparias, possuia algumas unidades de fiação e tecelagem, duas das quais de grande dimensão e importância - a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense e a Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas, mas não era ali utilizada em qualquer unidade de produção a energia hidráulica, nem havia qualquer fiação autónoma. O Porto, continuava sem estamparias[342], era o grande empregador da indústria têxtil, com quase 35 mil dos 39 mil e quinhentos operários a nível nacional, mantinha um equipamento de tecelagem mais antigo que Lisboa, dispondo de um número muito superior de teares manuais do que de teares mecânicos, mas explorava de forma muito mais intensa a energia hidráulica do que nos outros distritos.

É difícil de avaliar o grau de importância deste factor - energia hidráulica - na posterior expansão da indústria algodoeira no Norte e paralelo declínio no Sul. Numa fase posterior, já neste século, a produção de energia hidro-eléctrica a par

---

342 Nos inquéritos industriais anteriores, de 1812, 1845 e 1852, surgem referências a três estamparias no Porto. Uma registada em 1812, desapareceria de imediato dos inquéritos. Das outras duas, uma em Lordelo e outra em Santa Catarina nunca encontrei outras referências para além do inquérito de 1852, nem nunca se voltaram a enumerar quaisquer estamparias nos inquéritos posteriores, no distrito do Porto: nem mesmo no de Braga. O caso das estamparias foi tratado em A Indústria do Porto na Primeira Metade do Século XIX. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*. I Série, vol.IV, Porto: 1988,p.111 a 154.
No Inquérito de 1881, é este o levantamento dos estampadores:
"Ha uma unica officina, velha, arruinada, como o seu dono, Bernardo Francisco Guimarães, ancião synpathico e surdo. A officina esta nas lojas humidas e escuras de uma casa no Bolhão. Trabalham ahi 2 operarios estampadores ganhando ao dia 400 e 480 réis com 1 servente, que vence 240 réis. O trabalho annual parece que não excede 500$000 réis e o valor de todo o material (2 laminadores, 2 bancas, 2 prensas, estampas, etc.) não póde exceder outro tanto. Fundou-se esta officina ha trinta annos e agonisa vencida pelas estamparias lisbonenses. De uma outra que havia a "Estamparia do Bolhão", resta apenas o nome que o proprietario conserva por cima das portas da sua loja para chamar o comprador, pois ainda hoje elle crê na antiga reputação dos produtos da fabrica." *Inquérito Industrial de 1881* Distrito Administrativo do Porto: p. 228.

do desenvolvimento tecnológico das máquinas têxteis deverá ter tido um papel muito mais decisivo. Á época do inquérito, parecem contudo assumir maior importância outros factores caracterizadores das respectivas formas organizacionais da produção, assim como o perfil das respectivas fileiras, por segmentos e produtos.

No inquérito de 1881, foram visitadas 13 fábricas de estamparia e tinturaria, em Lisboa. Uma tingia tecidos de seda e as restantes de algodão. Destas, cinco trabalhavam por conta alheia, para os grandes armazéns de Lisboa, de quem recebiam os tecidos e a quem entregavam a obra e uma pertencia aos mesmos proprietários da fábrica de fiação e tecidos em Xabregas, para quem trabalhava. As restantes cinco importavam tecidos de Inglaterra, que tingiam e vendiam no Reino, nas Ilhas Adjacentes e nas colónias de África.[343]

De forma generalizada, estes produtores independentes reclamavam, através do inquérito, uma baixa nos direitos de exportação para as colónias africanas onde tinham dificuldade em concorrer com os ingleses. Á excepção dos que os produziam, nenhum estava particularmente preocupado com as pautas dos tecidos, que inclusivamente lhes seriam mais vantajosas se fossem inferiores, uma vez que eram as respectivas matérias primas que importavam na totalidade, acusando a tecelagem nacional de não produzir tecidos adequados.

Não partilhavam porém dessa opinião outros industriais da cidade. Das fábricas de fiação e tecidos ou só tecelagem de algodão, visitadas em Lisboa, destacavam-se a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense e a Companhia de Fabrico de Algodão (Xabregas). Estas duas fábricas, fundadas em 1838 e 1858 e empregando 880 e 191 operários respectivamente, apresentavam uma estrutura muito semelhante à das grandes fábricas da cidade do Porto, talvez mesmo com tecelagens mais modernas, até porque, como já referi, a tecelagem no Porto e arredores era executada, em larga medida, em domicílio. Em unísono, as fábricas referidas reclamavam, nos respectivos depoimentos, a subida das taxas alfandegárias para os tecidos crús, tentando demonstrar como isso não iria prejudicar as estamparias, única aparente razão de ser para a fraca protecção que ao tempo existia para os tecidos.

Com interesses convergentes, encontramos no mesmo Inquérito, as fiações do Norte.

De um modo geral, o inquérito de 1881, sugere uma situação de excesso na produção de fio, com mais visibilidade nos depoimentos dos industriais do distrito do Porto, facto que reforça a hipótese que pretendo demonstrar do papel decisivo da fiação nas alterações estruturais - sectoriais e territoriais - ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, na fileira têxtil nacional.

A capacidade das fiações era, de facto, superior à produção que faziam. Segundo os depoimentos pessoais que acompanharam os inquéritos, as tecelagens não tinham o desenvolvimento necessário para consumir nem a quantidade nem a qualidade dos fios que as fiações instaladas tinham capacidade de produzir[344]. Uma das razões para tal desarticulação residia nas diferentes taxas alfandegárias que recaiam sobre os diferentes produtos da fileira algodoeira. Por este facto, reclamavam, não só os próprios proprietários das tecelagens como os das fiações, aumentos de protecção para os tecidos.[345]

Mais preocupados com as pautas de entrada dos produtos nas colónias africanas estavam as estamparias que, apesar disso, não terão tido uma grande capacidade de pressão. Elas viviam um pouco à margem da fileira produtiva propriamente dita, trabalhando essencialmente a feitio e dependendo dos comerciantes da cidade. Daí e pelo facto dos interesses desses comerciantes se terem reorientado para produtos diferentes, o destino das estamparias se ter desviado dos processos evolutivos da fileira têxtil propriamente dita. Nunca viriam aliás, a inserir-se nas posteriores estratégias de integração, as quais se iriam desenrolar no Norte, mais tarde.

No distrito do Porto, por seu turno, foram inventariadas 9 fábricas e visitadas 8. Foi precisamente a mais importante, a Fábrica do rio Vizella, aquela que não foi visitada e que, segundo estimativas, produziria, naltura, um terço do fio produzido no distrito. No quadro global das fábricas têxteis do país, as do distrito do Porto assumiam grande importância. Com efeito, das fábricas com um número de

---

343 *Inquérito Industrial de 1881*. Inquérito Directo. Segunda Parte. Visita às Fábricas. Livro Primeiro.

344 "A Fábrica de fiação de Crestuma póde dizer-se que está em estado decadente por excesso de produção. As companhias de fiação, do norte sobretudo, produzem mais fio do que é preciso para o cnsumo actual, e posso dizer que produzem o necessario para em Portugal se fabricarem certos artigos que hoje se não fabricam". *Inquérito Industrial de 1881. Depoimentos*. p.91.

345 *Inquérito Industrial de 1881* 1ª Parte - Depoimentos. Entre outros pontos, nas pág. 92 e seguintes. Os depoimentos mais pormenorizados e desenvolvidos referem-se à Companhia de Fiação e Tecidos de Torres Novas, à de Crestuma e à de Tomar, prestados pelos respectivos directores.

operários superior a 100, descritas no inquérito, pode ver-se que 10 se localizam nos distritos de Braga e Porto e 9 no resto do país. Das fiações de algodão, quatro localizam-se nos distritos de Braga e Porto e uma em Tomar. Não há outras fiações especializadas, nomeadamente em Lisboa(Quadro 3.2.2.1.-5).

E é sobre este conjunto das grandes fábricas do distrito do Porto que deverá recair a nossa atenção no sentido de tentar descobrir as razões que as converteram no motor de desenvolvimento da fileira na região. Analisando as suas caracteristicas, pode concluir-se que há um modelo organizativo e uma estrutura da produção semelhante, em todas elas, para além de especificidades individuais, excluindo-se apenas a fábrica das Devezas, em Gaia, propriedade de um italiano, J. Marianni, antiga fábrica de tecidos de seda, ao tempo do inquérito, reconvertida em tecelagem de algodão. As restantes são, a diferentes níveis, em tudo semelhantes.

Integram este conjunto de fábricas do distrito e, utilizando a designação do Inquérito que as identifica pela localização, as fábricas de: Retorta, em Vila do Conde, Balsa, em Valongo, Crestuma, em Gaia, Negrellos, em Santo Tirso (Fábrica do rio Vizella) e Asneiros (Fábrica do Jacinto), Salgueiros e duas em Montebello, na cidade do Porto.

Uma outra fábrica deverá ser integrada neste grupo, a Fábrica de Fiação do Bugio, no concelho de Fafe, localizada precisamente numa queda de água deste afluente do rio Ave, na sua secção superior, construida em 1879. Esta era, ao tempo do inquérito e de acordo com a informação ali contida, a única fiação do distrito de Braga[346]. Se em termos administrativos pertencia ao Distrito de Braga, pela sua localização na bacia do rio Ave, ela integra não só em termos territoriais mas também pelo tipo de organização da produção, o mesmo grupo de fábricas.

Antes de mais, todas elas são fiações ou foram criadas para isso, possuindo, algumas delas, tecelagens. Este é aliás a caracteristica fundamental que atravessa a totalidade do conjunto.

---

346 A instalação desta fábrica tinha sido dirigida por um engenheiro inglês, James Lickfold que em 1890, construiria uma outra, em Campelo, no concelho de Guimarães, propriedade de uma sociedade sediada na cidade do Porto: a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães. Lickfold terá construido ainda outros estabelecimentos fabris. BASTOS, Carlos - *O Algodão no Comércio e na Indústria portuguesa*. Porto: Edição do Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1947. p.99.

Quadro 3.2.2.1. -5
INQUÉRITO INDUSTRIAL DE 1881
Fábricas com mais de 100 operários na indústria da tecelagem de algodão

	Designação das Fabricas ou Oficinas	Produtos	Distrito	Data de Fundação	MOTORES				População Operária	Total dos Salários em cada dia	Valor de produção
					Vapor	Força	Hidraulicos	Força			
PORTO E BRAGA											
1	Bugio	Fio de Algodão	Braga	1879	1	12	1	35	151	23$185	70000$
2	Guimarães, Filho e Sobrinho	Cotins de Algodão	Braga	1867	0	0	0	0	150	60$000	25000$
3	Fiação de Crestuma	Fio de Algodão	Porto	1857	1	100	2	120	140	20$110	64459$
4	Parceria Comercial de Fiação	Fio, Tecido e Tinturaria	Porto	1880	1	280	0	0	363	72$475	160000$
5	António da Silva Pereira MAgalhães	Fio e Tecidos	Porto	1850(?)	2	64	0	0	161	32$490	18000$
6	Companhia de Fiação Portuense	Fio de Algodão	Porto	1863	3	89	0	0	300	60$800	120000$
7	Companhia de Fiação e Tecidos do Porto	Fio e Tecidos de Algodão	Porto	1875	1	120	0	0	230	54$140	109000$
8	Gregorio Batalha e Cª	Tecidos de Malha	Porto	1870	0	0	0	0	124	27$810	55000$
9	Herdeiros de Antonio Freire(Balsa)	Fio de Algodão	Porto	1860	1	30	1	30	96	15$730	30000$
RESTO DO PAÍS											
1	Fiação e Tecidos de Alcobaça	Fio e Tecidos de Algodão	Leiria	1875	1	100	1	120	251	?	90000$
2	Fiação e Tecidos Lisbonense	Fio e Tecidos de Algodão	Lisboa	1838	4	300	0	0	850	268$100	315000$
3	Anjos Cunha Ferreira e Companhia	Estamparia e Tinturaria	Lisboa	1840	9	52	0	0	113	66$250	320000$
4	Pinto e Cª	Estamparia e Tinturaria	Lisboa	1842	0	0	0	0	110	30$600	100000$
5	Companhia de Estamparia de Alcantra	Estamparia e Tinturaria	Lisboa	1876	3	140	0	0	102	43$560	62000$
6	Companhia de Fabrico de Algodões	Tecelagem e Tinturaria	Lisboa	1858	1	50	0	0	195	55$110	150000$
7	Companhia Lisbonense de Estam. e Tintur.	Estamparia e Tinturaria	Lisboa	1874	3	135	0	0	106	5$600	300000$
8	Braço de Prata	Estamparia e Tinturaria	Lisboa	1876	4	410	0	0	139	69$060	460000$
9	Companhia de Fiação e Tecidos de Tomar	Fio de Algodão	Tomar	1789	1	120	1	100	500	101$485	150000$

A data de fundação de todas é relativamente próxima, representando uma nova geração de fábricas, construidas entre 1857 e 1880 ainda que a fábrica de Asneiros, a Fábrica do Jacinto tendo sido fundada anteriormente, enquanto tecelagem, tenha instalado uma fiação nova por volta de 1850, cujas máquinas eram accionadas por uma máquina a vapor, a primeira aliás a ser instalada numa fábrica têxtil, na cidade do Porto.

À excepção também de Asneiros e da fábrica de Balsa, em Valongo, de proprietários individuais, todas as restantes pertenciam a sociedades comerciais. Este será outro dos traços de maior importância na caracterização (da homogeneidade) do conjunto e que adiante será retomado. Tratava-se, em todos os casos, de sociedades sediadas na cidade do Porto e que integravam comerciantes, banqueiros ou alguns dos chamados capitalistas da cidade e, na maior parte dos casos, técnicos ou agentes comerciais ingleses.

Os mecanismos instalados nestas fábricas eram também relativamente semelhantes, dominando, sobretudo nas fábricas da cidade, as máquinas do construtor Hethrington de Manchester. Alguns equipamentos de apoio eram de construção nacional, por exemplo da fundição de Massarelos ou de Bicalho, mas quer os projectos e concepção das fábricas quer as máquinas de produção de energia ou os contínuos de fiação eram, na sua maior parte importados de Inglaterra, França, Bélgica ou Estados Unidos.

A Inglaterra tivera até muito tarde uma política rígida de exportação, proibindo entre 1719 e 1825 a emigração de artesãos e artífices e até 1843 a exportação de maquinaria têxtil[347]. O levantamento da proibição de exportação de máquinas têxteis inglesas em 1843 foi decisivo aqui, como noutras regiões, para a reestruturação das respectivas indústrias têxteis e para a alteração da competitividade internacional dos têxteis ingleses[348].

Quanto à força motriz, referida no Inquérito de 1881, é possível separar dois grupos: as fábricas da cidade que usavam apenas o vapor e as da periferia que combinavam o vapor com os motores hidráulicos. A localização das fábricas deste

---

347 MATHIAS, Peter - *A Primeira Nação Industrial. Uma História Económica da Inglaterra. 1700-1914*. Lisboa: Assírio e Alvim, s/d. (1ª ed. Inglesa de 1969). p.40 e p.77.

348 Thomas Hauff descreve o caso do desenvolvimento e fundação de fiações e tecelagens mecânicas na região têxtil transfronteiriça, entre a Holanda e a Alemanha (Twente-Westmünsterland), desde o início dos anos 1850, associado à importação de maquinaria inglesa. HAUFF, Thomas - *Die Textilindustrie zwischen Schrumpfung und Standortsicherung.*

segundo grupo tinha decorrido especificamente da procura de quedas de água com capacidade para produção de energia.

Para além da descrição das fábricas, o Inquérito apresenta ainda, como para Lisboa, os depoimentos dos proprietários ou gerentes acerca das condições e estado da indústria assim como as propostas para alteração das pautas alfandegárias, através dos quais poderemos compreender as respectivas estratégias. Em Lisboa, as diferentes propostas reflectiam interesses contraditórios ao nível dos produtos, opondo claramente as fiações e tecelagens às estamparias. No Porto, a situação era diferente. Não havia estamparias, como já foi referido, e as diferenças nas propostas resultaram da oposição de interesses entre a grande indústria e as pequenas oficinas domiciliárias, ou os "fabricantes" que as controlavam. Assim, enquanto que os primeiros, que haviam seguido de forma generalizada, uma estratégia de produção de fio em grande escala segundo as novas tecnologias e se debatiam com uma produção excedentária que a tecelagem não conseguia absorver, reclamavam aumentos nas barreiras alfandegárias para todos os produtos e em especial para o pano cru liso, a pequena indústria exigia uma diminuição nas pautas dos fios. Aparentemente de forma paradoxal, a pequena indústria também não desejava ver aumentada a protecção para os tecidos, temendo a concorrência da grande indústria. Na realidade, a tecelagem domiciliária era competitiva para um conjunto de tecidos de fios grossos e não sentia a concorrência inglesa no pano cru liso, produto para o qual a fiação nacional tinha cada vez maior capacidade de produção de fio. Os depoimentos sugerem assim que, a pequena indústria não quer ver estes panos protegidos, porque não tinha capacidade de os produzir e um aumento nas pautas serviria de suporte ao crescimento da grande indústria que, ainda que nacional, constituia uma ameaça efectiva à sua sobrevivência.

Dizem os "fabricantes" do Porto, no Inquérito: "Elevem-se os direitos e prometta grandes lucros a tecelagem dos cotins, e veremos construirem-se grandes fabricas que, sem poderem produzir mais barato do que o faz a pequena indústria, a esmagarão, reduzindo as dezenas de milhares de pessoas que trabalham domesticamente à condição de operarios de fabrica."[349]

Dortmund: Dortmunder Vertrieb für Bau- und Plannungsliteratur, 1995. Duisburger Geographische Arbeiten, nr.14. p.112 e seg.

[349] *Inquérito Industrial de 1881*. Distrito Adminisrativo do Porto. p. 151

Muito se poderia especular acerca dos depoimentos do inquérito mas só a grande indústria e os "fabricantes" tiveram efectiva capacidade de se manifestarem. E é através dos respectivos depoimentos que se podem adivinhar as relações que ambos os sectores mantinham com os segmentos não organizados da produção, oficinas e trabalho domiciliário bem como as formas de controle que se perspectivavam. Objectivamente a grande indústria e as novas fiações representavam uma ameaça às formas de organização da produção dominantes anteriormente[350], não tanto ao nível da produção doméstica rural, dispersa, mas ao nível dos comerciantes (Fabricantes) da cidade.

Em oposição ao carácter pormenorizado que o inquérito industrial de 1881 apresenta para os distritos de Lisboa e Porto, os inventários no resto do país são muito vagos e generalizadores no que diz respeito às indústrias algodoeiras. Só as grandes fábricas como Torres Novas, Tomar e Bugio são tratadas em pormenor e visitadas demoradamente. Bugio porém, fisicamente distante do Porto, inscreve-se no mesmo momento e modelo de reestruturação da fileira têxtil do Norte.

Dominando as indústrias dispersas em pequenas oficinas e em domicílio por grande extensão do distrito do Porto e em algumas áreas do distrito de Braga e não tendo o inquérito tido capacidade de uma avaliação quantitativa idêntica à que realizou para as grandes fábricas, ficam-nos apenas descrições gerais, sobrevalorizando por vezes algumas tradições artesanais pitorescas e descurando segmentos importantes de pequenas indústrias.

Mesmo assim valerá a pena recolher um conjunto de informações soltas que retratam a realidade para além das grandes fábricas e onde em última instância residiam os maiores contrastes entre Lisboa e o Porto.

Antes de mais é importante reter a dificuldade expressa pela comissão do inquérito no sentido de avaliar a dimensão das manufacturas e oficinas domésticas ou o trabalho individual dispersos pelas quer na cidade do Porto, quer pelas áreas rurais. Para a cidade, são feitas algumas estimativas com resultados tão dispares que, em conclusão a comissão só consegue afirmar que a tecelagem envolve entre 30000 e 60000 pessoas! "A sub-commissão não podia inquirir demorada e directamente, pelas ruas ou pelas freguezias, a exactidão do número e não tinha

---

350 "No conflicto levantado pelo regimen da grande industria, só a legislação pode impedir que ella se torne causa de um abastardamento das populações, e nenhuma especie demonstra isso melhor do que a fiação" *Inquérito Industrial de 1881*. Distrito Adminisrativo do Porto. p.137

recursos nenhuns estatisticos que lhe servissem. Os mappas estatisticos dos dois bairros accusam apenas o numero de 758 officinas com 1:050 operários, numero evidentemente ridiculo perante a verdade. Na freguesia do Bonfim ha ruas e ruas em que cada casa é uma officina; na de Campanhã succede outro tanto; em Paranhos e Santo Ildefonso ainda os tecelões contam por muito e esta area da tecelagem no bairro oriental prolonga-se para fóra das raias do concelho, indo internar-se no concelho limitrophe de Gondomar, especialmente na freguezia de Rio Tinto. Cedofeita, no bairro occidental, tem tambem ruas onde o numero de officinas é muito consideravel; a Torrinha tem 5 ou 6, a Carvalhosa tem 4; e as tecelagens do occidente da cidade, chegando a Lordello, não irradiam para oeste em direcção da Foz, mas sim para norte, no logar de Ramalde, concelho de Bouças, conforme temos já dito".[351] As descrições ainda se prolongam no mesmo teor para o resto da cidade, ao longo do Inquérito.

Nos concelhos da Maia e Bouças dominava a tecelagem de algodão nos domicílios; as estimativas referem 1372 fiandeiras, 78 dobadeiras, 306 teares em oficinas e 271 teares domésticos. Mas estes números não cobririam, também aqui, senão um segmento da realidade que assumiria muito maiores proporções.

Quanto à pequena indústria dos concelhos rurais, a manufactura do linho tinha idêntica importância; existiriam 218 engenhos de amassar o linho, 450 teares em oficinas de tecer e 1282 teares domésticos.

Curiosamente a tecelagem da lã só vem referida no concelho de Santo Tirso, ou por deficiências do inquérito ou por se tratar de facto de um trabalho específico do concelho. É possível que fosse este segundo caso, uma vez que, posteriormente, o Inquérito de 1890 descreve a existência de um tipo de tecido produzido localmente, baetas grossas - as baetas carriças - as quais eram feitas com teias de algodão torcido, importado essencialmente de Inglaterra e tramas de lã nacional e vendidas no Porto. É discutível se esta tradição local terá ou não contribuido para o desenvolvimento de uma tradição têxtil posteriormente explorada pela grande indústria. Independentemente da importância, não se pode ignorar a sua existência a par das outras manufacturas do linho e do algodão e, sobretudo, a sua inserção dos principais circuitos comerciais extra-regionais.

Do distrito de Braga, o Inquérito deixa-nos a imagem do domínio das actividades rurais ligadas à agricultura. A única excepção é Guimarães, o mais

---

351 *Inquérito Industrial de 1881*. 2ª Parte. Visita às Fábricas. Livro Terceiro, p. 148.

importante centro fabril do distrito, segundo a comissão do Inquérito, "principalmente nos tecidos de linho, nas ferragens e nos cortumes"[352]. Apesar de industrial, "o regimen dos grandes estabelecimentos, a concentração de capitais avultados, o emprego de potentes instrumentos, a larga divisão do trabalho, não pervalece ahi"[353].

3.2.2.2. O Inquérito Industrial de 1890

O Inquérito de 1890 levado a cabo apenas nove anos depois do anterior e não obstante reflectir a mesma preocupação fundamental do conhecimento pormenorizado do estado da indústria nacional com o objectivo da reestruturação das pautas alfandegárias, revela critérios distintos do anterior o que inviabiliza qualquer ensaio de comparação directa entre os valores das principais variáveis. De qualquer forma, estavam em curso alterações profundas e uma análise interna do inquérito isoladamente conduz a importantes conclusões passíveis de serem confrontadas com a imagem deixada pelo Inquérito de 1881.

No Inquérito de 1890, para além da grande indústria, aqui como nos outros inquéritos, sempre melhor documentada, vêm identificadas, pelo nome dos proprietários e por concelhos, as oficinas e contabilizada, de forma agregada, a pequena indústria(Anexo 3.2.2.2.-A). Este critério levou a que o número de estabelecimentos industriais se apresente muito superior ao de 1881 (Quadro 3.2.2.2.-1), embora de facto não o fosse, atendendo a que muitas oficinas integravam empresas ou sociedades.

Como a pequena indústria por seu turno, vem caracterizada apenas segundo o número de estabelecimentos, nem sempre se indicando o número de operários que lhe correspondia, apenas contabilizado para os estabelecimentos fabris, não é possível calcular com rigor, a população envolvida nas indústria têxteis algodoeiras. O valor dos operários apontado no inquérito de 1890 é muito inferior ao do inquérito de 1881. Para além disso, há algumas lacunas, a mais importante das quais diz respeito à Fábrica do rio Vizella[354].

---

352 *Inquérito Industrial de 1881*. 2ª Parte. Visita às Fábricas. Livro Terceiro, p.253.

353 Idem, p. 254.

354 "Esta fabrica declarou ter 308 machinas para fiação com 25:000 Fusos, e 200 Teares. Tendo-se officiado ao gerente pedindo uma nota desenvolvida do material fabril foi respondido o seguinte: 'Não estou auctorizado para dar uma relação de todas as machinas de fiação que temos a funcionar no nosso estabelecimento, e mesmo julgo completamente

Quadro 3.2.2.2.-1
Os Inquéritos Industriais de 1881 e 1890

	Estabel. Fabris e Oficinas (1881) *Estabel. Industriais (1890)*		*Indústrias em Domicílio(1881)* *Pequena Indústria (1890)*		*TOTAL*	
	Nº de Estabel.	*Operários*	*Nº de Estabel.*	*Operários*	*Nº de Estabel.*	*Operários*
1881	74	6597	23	33000	97	39597
1890	183	9247	2875	3434	3058	11035

desnecessario para o inquerito industrial, pois a principal base é saber a produção do estabelecimento, trabalhe elle com as machinas que tiver ou entender: a questão é da produção" *Inquérito Industrial de 1890*. vol IV p.622

Quadro 3.2.2.2.-2
Inquérito Industrial de 1890: Fiação e tecelagem de algodão

		ESTABELECIMENTO	Nº de Estab.	%	Nº MÉDIO DE OPERÁRIOS/DIA					
					Operários	%	Aprendizes	%	Total	%
1.	AVE (Fafe,Guimarães,Famalicão, S.to Tirso, V.Conde)	Fábricas e outros Estab Ind.*	76	44,19	2327	32,61	62	15,09	2389	31,65
		Pequena Indústria	674	27,96	495	17,72	0	0,00	495	16,79
		TOTAL	750	29,04	2822	28,42	62	10,95	2884	27,48
2.	PORTO e concelhos limítrofes	Fábricas e outros Estab Ind.**	83	48,26	2717	38,07	127	30,90	2844	37,68
		Pequena Indústria	1735	71,96	2295	82,17	155	100,00	2450	83,11
		TOTAL	1818	70,38	5012	50,48	282	49,82	5294	50,44
3.	LISBOA	Fábricas e outros Estab Ind.	13	7,56	2092	29,32	222	54,01	2314	30,66
		Pequena Indústria	2	0,08	3	0,11	0	0,00	3	0,10
		TOTAL	15	0,58	2095	21,10	222	39,22	2317	22,08
	TOTAL	Fábricas e outros Estab Ind.	172	100	7136	100	411	100	7547	100
		Pequena Indústria	2411	100	2793	100	155	100	2948	100
		TOTAL	2583	100	9929	100	566	100	10495	100

*Excluíndo a Fábrica do rio Vizella

**Exluíndo a Cª de Fiação de Crestuma

Mas não terá sido apenas uma alteração ao nível dos critérios do inquérito que conduziu ao resultados tão contrastados entre 1881 e 1890. De facto, as variações não são idênticas em todos os distritos e em Lisboa, elas até são de pequena amplitude e perfeitamente compreensíveism (Quadro 3.2.2.2.-2). Neste distrito, o número de estabelecimentos passou de 22 para 15 e o número de operários subiu ligeiramente, de 2169, em 1881, para 2317, em 1890, não tendo ali significado a pequena indústria e o trabalho ao domicílio.

As grandes alterações registaram-se nos distritos do Porto e Braga e entre a grande e a pequena indústria. Então, o que parece ter havido é alguma dificuldade em identificar os tipos de unidades produtivas, perante uma reorganização do processo de trabalho, nestes dois distritos. Enquanto que em Lisboa, já em 1881, o modelo dominante era a grande indústria, que se manteve em 1890, sendo a contagem estatística aceitável, quer no Porto, quer em Braga, as alterações assumiram grande significado e uma primeira comparação entre os dois inquéritos, pode apresentar paradoxos absurdos. Não o serão tanto se se confrontarem os dados por tipos de unidades produtivas.

Assim, as grandes unidades mantiveram-se e houve um conjunto de anteriores grupos de indústrias em domicílio ou eventualmente "fabricantes" que se organizaram e passaram a integrar o grupo designado por estabelecimentos fabris, em 1890, não obstante alguns não o serem efectivamente e daí os valores poderem estar sobrevalorizados. A verdade é que o valor dos operários, neste grupo, não subiu de forma proporcional ao crescimento do número de estabelecimentos. Neste caso, tratar-se-ia de operários fabris propriamente ditos. Quando se analisam os valores da indústria em domicílio, em 1881 e os da chamada pequena indústria, de 1890, os valores são, porém, muito dispares: o número de grupos de industriais de 1881 era de 23, enquanto que o valor da pequena indústria, em 1890, ascende a 2875; em oposição, o número de operários respectivo teria descido de 33000 para 3434. Ora a grande quebra neste tipo de unidades ocorreu no distrito do Porto. Ainda que os valores possam ser imprecisos, é de aceitar que aquela variação signifique o desaparecimento do trabalho domiciliário de carácter artesanal, independente, disperso pelas periferias rurais, ou pelo menos a sua exclusão das estatísticas, pelo facto de deixar de se integrar efectivamente na fileira. Quem fica, fica de facto na órbita da grande indústria. Daí que o número dos chamados grupos de industriais, em 1881, cresça substancialmente em 1890, na chamada pequena indústria. Os 33000 operários de 1881, não o seriam provavelmente na sua totalidade, já na época, numa

perspectiva de sistema fabril. De qualquer forma, estamos perante um esgotamento de um trabalho domiciliário, independente, usado, num primeiro estádio, pela grande indústria urbana e pelas novas fiações do Porto e aniquilado, posteriormente, com a reorganização da tecelagem e a integração da fileira num novo modelo de organização.

Esta leitura dos inquérito industriais reforça a hipótese que tenho tentado demonstrar de que a expansão das indústrias têxteis no vale do Ave correspondeu a uma deslocação territorial da fileira, resultante de profundas alterações tecnológicas e organizacionais da produção. Assim se compreendem também os resultados do inquérito de 1890, quando agregados segundo três grupos de concelhos fundamentais: Ave (concelhos de Fafe, Guimarães, Santo Tirso, Famalicão e Vila do Conde), Porto e concelhos limítrofes e Lisboa.

No Ave, a pequena indústria representaria quase 90% dos estabelecimentos, mas as fábricas e os outros estabelecimentos fabris empregavam cerca de 83% dos operários. No Porto, a pequena indústria atingia uma percentagem superior de estabelecimentos, com 95% mas detinha quase metade dos operários (46%). Em Lisboa, a pequena indústria não tinha significado nem a nível dos estabelecimentos (0,14%), nem nos operários (0,13%). Estamos portanto perante três situações distintas. Aparentemente Lisboa representaria o estádio melhor organizado. O futuro viria revelar que as suas virtualidades não eram uma condição suficiente para um crescimento, enquanto que a estrutura do Ave, nascente, se viria a consolidar e expandir, ficando o Porto numa situação intermédia, de esgotamento progressivo de um modelo obsoleto.

Quando analisado o equipamento produtor de energia das unidades fabris - os motores - em 1890, o cenário completa-se (Quadro 3.2.2.2.-3)). O Ave tinha uma capacidade instalada de turbinas de 660 cavalos/força, inexistente em Lisboa e sem significado no Porto. As máquinas a vapor existentes nas três áreas eram respectivamente de 4 com uma força de 1120 cavalos, no Ave, 12 com 694 cavalos, no Porto e 98 com 690 cavalos em Lisboa. Se as máquinas a vapor do Porto já correspondiam a um avanço em relação às de Lisboa, as do Ave eram muito mais modernas e com uma incomparavelmente maior potência. No cômputo global e sem atender à idade e tipo de motores, a situação era paralela: o Ave tinha 8 motores mecânicos com uma força de 1780 cavalos, o Porto 41 motores com 1072 cavalos e Lisboa 103 motores com 775 cavalos/força. Para além da capacidade produtiva dos diferentes motores, não podemos deixar de ter

ainda em conta a já referida desvantagem das máquinas a vapor enquanto a consumo de carvão, na sua quase totalidade, inglês.

A título de exemplo, para ilustrar as diferenças dos processos de trabalho, nos vários complexos industriais regionais, podem comparar-se duas unidades distintas: a Fábrica do rio Vizella e a Cª Lisbonense. A Fábrica do rio Vizella não declarou o número de operários, nem as máquinas que tinha. Apenas há a referência a 308 machinas de fiar com 25:000 fusos e a 200 teares. Tratava-se seguramente de contínuos de fiação. A Cª Lisbonense declarou ter 7 Mules, 43 Bancas de fiar, de anel, 416:210 fusos, 6 torcedores de anel e 36:000 fusos de torcedura e 692 teares mecânicos. Atendendo a que Vizella produziu naquele ano, 800 toneladas de fio e a Companhia Lisbonense 1313 toneladas de fio e tecidos, com o valor de respectivamente 400 000$000 e 613 000$000, conclui-se que ou os dados não correspondiam à realidade, o que não é possível sustentar, ou entre as duas fábricas tinha de haver grandes diferenças ao nível dos produtos e da produtividade das máquinas.

A desagregação das indústrias têxteis algodoeiras por segmentos é diferente nos dois inquéritos em análise. Em 1890, há três ramos fundamentais: Algodão, Estamparias e Tinturarias. Dentro do primeiro, vêm separados dois sub-ramos: a Calandragem e a Fiação e Tecelagem. A agregação da fiação com a tecelagem não permite distinguir as unidades fabris que se ocupavam apenas de um dos segmentos. Só o conhecimento individual das fábricas ou respectivas sociedades através dos depoimentos ao inquérito e outras fontes podem completar aquela informação agregada.

Fundamentalmente, é possível concluir que as tendências identificadas em 1881, se acentuaram em 1890: expandiu-se a fiação e, por arrasto a tecelagem, nomeadamente ao nível de tecidos mais finos, pano cru liso e outros, até então importados por não se produzirem os fios necessários à sua construção. Segundo os depoimentos dos industriais inquiridos em 1890, a indústria algodoeira atravessava uma fase particularmente crítica, por excesso de produção e falta de mercados, decorrente das pautas alfandegárias em vigor. Mais uma vez, detecta-se uma pressão ao governo no sentido de aumentar as tarifas para os produtos fabricados com fios finos e uma reforma na estrutura das pautas, a qual se deveria ajustar às características dos produtos e não apenas ao respectivo peso.

Quadro 3.2.2.2.-3
Inquérito Industrial de 1890: Motores

ESTABELECIMENTO	*PRODUTOS*	*CONCELHO*	RODAS HIDRÁULICAS		TURBINAS		Máquinas a vapor				Máquinas de água comp		TOTAL MOTORES MECÂNICOS	
							FIXAS		LOCOMOTIVAS					
			Nº	Força	Nº	Força	Nº	Força	Nº	Força	Nº	Força	Nº	Força
Cª da Real Fáb. Fia. Thomar	Fiação e Tecelagem	Tomar			2	140	5	460					7	600
Cª Nacional de Fia. e Tec. Torres Novas	Fiação e tec. de Linh	Torres Novas	1	40	2	115	1	68	2	16			6	239
Cª de Fiação e Tecidos de Alcobaça	Fiação e Tecelagem	Alcobaça			1	126	2	360					3	486
TOTAL - Fábricas fora de Lisboa, Porto e Ave			1	40	5	381	8	888	2	16			16	1325
Fábrica do Bugio	Fiação e Tecelagem	Fafe			1	120	1	120					2	240
Fábrica do Ferro	Fiação e Tecelagem	Fafe			1	300	1	350					2	650
Fábrica de Fiação do rio Vizella	Fiação e Tecelagem	Santo Tirso			2	240	2	650					4	890
TOTAL Vale do Ave					4	660	4	1120					8	1780
José Joaquim Pereira	Fiação e Tecelagem	Gaia					1	12					1	12
Pequena Indústria	Calandragem	Porto-B.Ocidental					2	6					2	6
Fábrica de F. e Tecidos do Jacinto	Fiação e Tecelagem	Porto-B.Ocidental					1	250					1	250
João Ferreira da Silva	Calandragem	Porto-B.Oriental					1	10					1	10
Júlio Pereira do Amaral	Fiação e Tecelagem	Porto-B.Oriental					1	6					1	6
Diogo Bernardo Barbot	Fiação e Tecelagem	Porto-B.Oriental							1	3			1	3
José Carneiro de Mello	Fiação e Tecelagem	Porto-B.Oriental					1	25					1	25
Francisco Correia da Silva	Fiação e Tecelagem	Porto-B.Oriental					1	3					1	3
Carlos da Silva Ferreira	Fiação e Tecelagem	Porto-B.Oriental											9	315
Companhia de Fiação Portuense	Fiação e Tecelagem	Porto-B.Oriental					3	350	1				4	350
Bahia e Genro	Fiação e Tecelagem	Porto-B.Oriental						1	12				12	1
José de Azevedo Vasconcellos	Fiação e Tecelagem	Porto-B.Oriental						1	4				4	1
Fábrica da Balsa de Joaquina de Sousa Freire	Fiação e Tecelagem	Vallongo	1	30	1	30	1	30					3	90
TOTAL Porto e periferia			1	30	1	30	12	694	18	3			41	1072
Fabrica Samaritana (Cª de Xabregas)	Fiação e Tecelagem	Lisboa-1° Bairro					1	50	1	70			2	120
Francisco Alves Gouveia	Estamparia	Lisboa-1° Bairro					3	6			1	3	4	9
Fábrica do Braço de Prata	Estamparia	Lisboa-1° Bairro					25	6			2	6	27	12
Fábrica de algodão e tinturaria Domingos Casela	Fiação e Tecelagem	Lisboa-3° Bairro					1	8					1	8
Cª de fiação e tecidos Lisbonense	Fiação e Tecelagem	Lisboa-4° Bairro					3	500	1	6			4	506
Cª Naconal de Estamparia e Tinturaria	Estamparia	Lisboa-4° Bairro					24						24	0
Cª Lisbonense de estamparia e tinturaria de Alg	Estamparia	Lisboa-4° Bairro					20	120					20	120
Cª de Estamparia de Alcantara	Estamparia	Lisboa-4° Bairro					14						14	0
Cª Naconal de Estamparia e Tinturaria	Estamparia	Lisboa-4° Bairro					7						7	0
TOTAL Lisboa							98	690	2	76	3	9	103	775

"A industria da estamparia desenvolveu-se largamente antes que a tecelagem tomasse tão largo incremento, como agora tem, e foi buscar ao estrangeiro o tecido leve sobre que estampa. Os interesses das duas industrias têem-se sempre affirmado com pretensões oppostas; mas agora poderam entender-se baixando a industria da tecelagem as suas pretensões ao minimo, e concordando a industria da estamparia em pagar um direito um pouco mais elevado no tecido estrangeiro, que importa, emquanto as fabricas nacionaes se não preparam para lh'o fornecer: chegou-se a uma transacção cuja formula approvada é o projecto que temos a honra de apresentar"[355].

Do inquérito de 1890 fica assim, para além da informação estatística, uma imagem de um maior protagonismo político por parte de um grupo de industriais, proprietários ou administradores das maiores fábricas então existentes. Ainda que com reservas, é de admitir que a sua capacidade de pressão sobre a futura regulação governamental fosse decisiva. Por esse facto e porque a fileira se encontrava mais estruturada e menos segmentada, aproximando-se de uma integração vertical dominante, ter-se-ão deixado de ouvir os interesses da estamparia. Os interesses individuais de cada segmento da fileira perderam expressão a favor das estratégias integradas conduzidas pelas sociedades fabris de maiores dimensões, condutoras, a partir de então, dos destinos da fileira.

Territorialmente estava também já definida, pelo retrato do Inquérito de 1890, uma concentração regional no Noroeste, ao longo do vale do rio Ave e na cidade do Porto. Esta concentração regional, repito, ocorre praticamente em simultâneo, com a viragem na superioridade das respectivas unidades fabris em relação às fábricas de Lisboa, em termos de capacidade de produção e produtividade do trabalho e (sobretudo) do capital.

---

355 *Inquérito Industrial de 1890*. vol.IV. Industrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete). Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. pag.756 e seg. Assinam a proposta de pauta, gerentes ou directores das fábricas: F. do Jacinto, F. rio Vizella, F. de Crestuma, Cª. de Salgueiros, Cª F. T. do Porto: Cª F. Portuense, Cª F. Cávado, F. Alcobaça, Cª rio Ave, Cª F. T. Lisbonense, Cª F. Xabregas, F. Tomar, Cª F. Lisbonense, S. Lisboa Ind., Cª F.T. rio Alcôa.
É curioso ver que Jaime Reis identifica o início do declínio das estamparias a partir de 1891, como resultado da alteração das pautas alfandegárias. REIS, Jaime – A produção industrial portuguesa, 1870-1914; estimativa de um índice. *Análise Social*. 1986, vol.XXII, 5°. pag. 911. Provavelmente não terão sido as pautas em si mesmas a ter esse efeito mas sim a desvalorização das estamparias autónomas, no interior da fileira têxtil global a qual se reorientara noutro sentido, priveligiando outros segmentos e produtos. A partir desta época as estamparias ficariam dependentes dos segmentos a montante e não, como anteriormente, de interesses a juzante, comerciais, exteriores à fileira.

Deixarei entretanto de lado, a confrontação entre o Porto e Lisboa, ou entre a região têxtil do Norte e o resto do país porque creio ter ficado claro de que forma se operou o declínio das indústrias têxteis algodoeiras na cidade de Lisboa, enquanto paralelamente se registava um surto de crescimento a norte, na cidade do Porto e ao longo da bacia hidrográfica do Ave. A evolução posterior, em Lisboa, consistiu essencialmente, num processo de esgotamento progressivo.

Com todas as limitações conhecidas, os inquéritos industriais do século passado permitem, apesar de tudo, uma reconstituição dos aspectos fundamentais do desenvolvimento das indústrias têxteis algodoeiras no país, num momento histórico de grande significado, o da formação da que viria a ser a sua área de maior concentração regional.

Só em 1957/59 será feito um novo inquérito industrial geral, abrangendo todo o país, agora já segundo um sistema estatístico moderno, distinto dos levantamentos do século passado. Até lá, existem estatísticas diversas, nem sempre com uma cobertura territorial total ou coincidente, nem desenvolvidos com critérios e tipologias de classificação constantes. É necessário por isso, para o período intermédio, fazer análises transversais de diferentes fontes, procedendo às comparações possíveis, ainda que limitadas e com as reservas que se evidenciam.

Com a informação estatística disponível e com outro tipo de informação recolhida noutras fontes e em inquéritos e entrevistas pessoais, passarei a analisar, a partir de agora, apenas a situação na mancha têxtil do Norte.

3.2.2.3. As Estatísticas Industriais de 1910 a 1921

Para 1910, existe um levantamento dos "Estabelecimentos Industriais da 1ª Circunscrição dos Serviços Technicos de Industria", publicado no Boletim do Trabalho Industrial[356]. A partir da informação ali contida referente à localização, ramo, equipamento, operários e respectivos salarios, é possível tirar algumas conclusões. Antes de mais, ressalta a importância da fiação (Quadro 3.2.2.3.-1)

Para os distritos de Braga e Porto, as fiações, com 31% dos estabelecimentos, detinham 91% e 98% da força motriz instalada nas indústrias têxteis, para motores a vapor e hidráulicos respectivamente e empregavam 82% dos operários e 76% dos Mestres (Quadro 3.2.2.3.-2)

---

356 Boletim do Trabalho Industrial. Nº 39. Lisboa: Imprensa nacional, 1910.

Quadro 3.2.2.3. - 1)
Inquérito Industrial de 1910: Número de Estabelecimentos, Motores e Operários, por segmentos

CLASSE IX	Nº de Estabelecimentos	Motores				Operários					
		A Vapor		Hidraulicos		Maiores		Menores		Mestres	TOTAIS
		Nº	Força	Nº	Força	Homens	Mulheres	Rapazes	Raparigas		
Fiação de algodão, de linho, et	42	61	14677	28	1878	4250	5147	650	3550	157	13754
Tecelagem de algodão, etc.	75	34	1101	4	34	937	916	159	479	39	2530
Tinturaria	9	5	28	0	0	48	24	11	7	1	91
Branqueamento	1	1	30	0	0	2	5	0	0	0	7
Fabricação de Fitas, Nastros,	9	7	232	0	0	117	211	11	92	10	441
TOTAIS	136	108	16068	32	1912	5354	6303	831	4128	207	16823

(Percentagens)

CLASSE IX	Nº de Estabelecimentos	Motores				Operários					
		A Vapor		Hidraulicos		Maiores		Menores		Mestres	TOTAIS
		Nº	Força	Nº	Força	Homens	Mulheres	Rapazes	Raparigas		
Fiação de algodão, de linho, et	30,88	56,48	91,34	87,50	98,22	79,38	81,66	78,22	86,00	75,85	81,76
Tecelagem de algodão, etc.	55,15	31,48	6,85	12,50	1,78	17,50	14,53	19,13	11,60	18,84	15,04
Tinturaria	6,62	4,63	0,17	0,00	0,00	0,90	0,38	1,32	0,17	0,48	0,54
Branqueamento	0,74	0,93	0,19	0,00	0,00	0,04	0,08	0,00	0,00	0,00	0,04
Fabricação de Fitas, Nastros,	6,62	6,48	1,44	0,00	0,00	2,19	3,35	1,32	2,23	4,83	2,62
TOTAIS	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Quadro 3.2.2.3. - 2)
Inquérito Industrial de 1910: Número de Estabelecimentos, Motores e Operários, por classes, por concelhos

CONCELHO	CLASSE	Nº de Estabelecimentos	Motores				Operários					
			A Vapor		Hidraulicos		Maiores		Menores			
			Nº	Força	Nº	Força	Homens	Mulheres	Rapazes	Raparigas	Mestres	TOTAIS
Braga	Fiação de algodão, de linho, etc...	1	2	570	5	600	113	156	16	400	1	686
Fafe	"	2	3	1010	2	210	850	250	0	100	2	1202
Famalicão	"	4	4	445	3	70	562	328	78	92	5	1065
Guimarães	"	4	3	906	4	740	143	405	61	203	5	817
Amarante	"	1	1	75	2	28	40	50	10	0	0	100
Bairro Occidenta	"	11	13	4663	9	10	771	1393	180	1499	22	3865
Bairro Oriental	"	7	19	2644	0	0	472	536	61	118	17	1204
Gaia	"	7	7	1054	0	0	148	481	58	581	18	1286
Matozinhos	"	1	2	460	0	0	77	104	10	50	1	242
Santo Tirso	"	2	4	1750	2	130	945	1260	168	448	85	2906
Valongo	"	1	1	100	1	90	20	70	0	0	0	90
Vila do Conde	"	1	2	1000	0	0	109	114	8	59	1	291
Braga	Tecelagem de algodão, etc.	1	1	15	0	0	7	0	0	0	0	7
Fafe	"	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Famalicão	"	6	2	37	3	22	45	6	17	3	1	72
Guimarães	"	9	5	74	0	0	96	134	27	60	1	318
Amarante	"	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bairro Occidenta	"	20	9	253	0	0	129	228	18	84	8	467
Bairro Oriental	"	24	15	554	0	0	586	464	87	329	26	1492
Gaia	"	7	1	150	0	0	43	11	10	3	2	69
Santo Tirso	"	2	0	0	1	12	5	9	0	0	0	14
Vila do Conde	"	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valença	"	1	1	18	0	0	8	20	0	0	0	28
Viana	"	1	0	0	0	0	18	44	0	0	1	63
Bairro Ocidental	Cordoaria	1	1	12	0	0	15	2	20	0	0	37
Guimarães	Fabricação de obras de malha	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bairro Ocidental	"	2	0	0	0	0	3	7	0	3	1	14
Gaia	"	1	0	0	0	0	0	5	0	3	1	9
Braga	Tinturaria	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bairro Ocidental	"	1	1	8	0	0	9	2	4	2	0	17
Bairro Oriental	"	5	2	12	0	0	20	16	7	5	1	49
Matozinhos	"	2	2	8	0	0	19	6	0	0	0	25
Bairro Ocidental	Branqueamento	1	1	30	0	0	2	5	0	0	0	7
Bairro Ocidental	Fabricação de Fitas, Nastros, etc.	2	1	70	0	0	17	60	0	26	2	105
Bairro Oriental		4	3	32	0	0	71	46	5	41	4	167
Gaia		3	3	130	0	0	29	105	6	25	4	169
	TOTAIS	141	109	16080	32	1912	5372	6317	851	4134	209	16883

A tecelagem mantinha a sua superioridade em relação apenas ao número de estabelecimentos, como seria de esperar, com 55% dos mesmos. Já não era porém o segmento maior empregador, detendo apenas 15% dos operários. Este valor deverá no entanto estar subavaliado e não deverá ter sido devidamente contabilizado o trabalho domiciliário.

Os segmentos a juzante da tecelagem continuavam sem ter grande significado no Norte. Nunca viriam aliás a tê-lo, enquanto unidades autónomas, já que o modelo dominante nos períodos posteriores, viria a ser o da integração vertical e as fases de acabamento se iriam desenvolver no interior das grandes unidades verticais.

A par da superioridade da fiação, regista-se em 1910, um acentuar dos contrastes regionais, quer no interior da cidade do Porto, opondo o Bairro Ocidental ao Oriental quer entre o Porto e a bacia do Ave (Quadro 3.2.2.3.-3). Contrastes que afinal continuam a reflectir o processo mais profundo de extensificação e intensificação da divisão técnica do trabalho no interior da fileira têxtil. Esta é também finalmente a essência deste meu trabalho: demonstrar como aqueles mecanismos constroem regiões e definem desequilíbrios territoriais, conduzindo a divisão espacial (internacional) do trabalho.

Os contrastes regionais nas estruturas produtivas manifestavam-se, no início do século e a partir das fontes em análise, de diversas formas. A título de exemplo, veja-se:

Em 1910, em Fafe, havia duas fiações, as quais empregavam 2 Mestres, 850 Homens, 250 Mulheres e 100 Menores-Raparigas; em Santo Tirso havia igualmente duas fiações, empregando 85 Mestres, 945 Homens, 1260 Mulheres, 168 Menores-Rapazes e 448 menores-Raparigas. Na mesma data, na cidade do Porto havia, em oposição, 18 fiações, as quais, em conjunto empregavam 39 Mestres, 1243 Homens, 1929 Mulheres, 241 Menores-rapazes e 1617 Menores-Raparigas. Estes números ilustram de imediato uma realidade completamente diferente, não só em relação à dimensão média das novas unidades, mas também em relação ao processo de trabalho e à divisão técnica do mesmo.

Ainda que com todas as reservas que o levantamento estatístico de 1910 coloca, e sem esquecer que a diversidade de tipos de estruturas produtivas era muito grande, numa coexistência comum afinal a outras épocas históricas, anteriores ou posteriores, poder-se-à mesmo assim reconhecer alguma semelhança entre o Bairro Ocidental da cidade do Porto e os concelhos de Santo Tirso,

Quadro 3.2.2.3. -3
INQUÉRITO INDUSTRIAL DE 1910

CONCELHO	Nº de Estabel.	%	Motores				Operários											
			A Vapor		Hidraulicos		Maiores				Menores							
			Nº	Força	Nº	Força	Homens	%	Mulheres	%	Rapazes	%	Raparigas	%	Mestres	%	TOTAIS	%
Bairro Ocidental	38	27,34	26	5036	9	10	946	20,97	1697	37,61	222	4,92	1614	35,77	33	0,73	4512	100
Bairro Oriental	40	28,78	39	3242	0	0	1149	39,46	1062	36,47	160	5,49	493	16,93	48	1,65	2912	100
Braga	3	2,16	3	585	5	600	120	17,32	156	22,51	16	2,31	400	57,72	1	0,14	693	100
Fafe	4	2,88	3	1010	2	210	850	70,72	250	20,80	0	0,00	100	8,32	2	0,17	1202	100
Famalicão	10	7,19	6	482	6	92	607	53,39	334	29,38	95	8,36	95	8,36	6	0,53	1137	100
Gaia	18	12,95	11	1334	0	0	220	14,35	602	39,27	74	4,83	612	39,92	25	1,63	1533	100
Guimarães	14	10,07	8	980	4	740	239	21,06	539	47,49	88	7,75	263	23,17	6	0,53	1135	100
Matozinhos	3	2,16	4	468	0	0	96	35,96	110	41,20	10	3,75	50	18,73	1	0,37	267	100
Santo Tirso	4	2,88	4	1750	3	142	950	32,53	1269	43,46	168	5,75	448	15,34	85	2,91	2920	100
Valongo	1	0,72	1	100	1	90	20	22,22	70	77,78						0,00	90	100
Vila do Conde	2	1,44	2	1000	0	0	109	37,46	114	39,18	8	2,75	59	20,27	1	0,34	291	100
TOTAIS	139	100,00	108	16062	32	1912	5346	31,84	6253	37,24	851	5,07	4134	24,62	208	1,24	16792	100

Famalicão e Fafe, onde ocorreram os investimentos pioneiros da nova "maneira de fazer" e o resto dos concelhos, retardatários (?), onde as formas de organização anteriores ainda dominavam.

Nalguns concelhos do vale do Ave, verifica-se que as fiações empregavam um número maioritário de homens, o que põe em evidência o facto de não ter sido só a procura de mão-de-obra barata que levou o ramo industrial a deslocar-se para o Ave. Já no Inquérito de 1881 se dizia, acerca das indústrias do algodão: "O trabalho é simples, não exige grande arte nem força; creanças, mulheres, todos servem. A aprendizagem é breve: em seis meses faz-se um tecelão. Nas fiações, em menos tempo ainda: o operario é ahi apenas um servo da machina activa. ... No conflicto levantado pelo regimen da grande indústria, só a legislação pode impedir que ella se torne causa de um abastardamento daas populações, e nenhuma especie demonstra isso melhor do que a fiação."[357]

Ao contrário do que ocorrera no século passado e em particular no período de maior expansão das indústrias têxteis na cidade do Porto, onde se assistiu ao recrutamento maciço de mulheres e menores, numa fase inicial da organização industrial do ramo, as estatísticas do início do século mostram assim, que as reestruturações entretanto ocorridas foram diferentes e se traduziram num aumento da composição orgânica do capital e intensificação da divisão técnica do trabalho.

A Estatística Industrial de 1917 é talvez a mais difícil de tratar de todas as fontes estatísticas do período em estudo Quadro (3.2.2.3.-4). Apesar de abranger a totalidade do território nacional, apresenta uma desagregação por indústrias, de onde é difícil isolar os têxteis de algodão, a não ser para um par de variáveis pouco representativas. Para além disso, na especificação das indústrias com o número dos seus estabelecimentos e operários por distritos e concelhos, detectam-se falhas importantes e erros evidentes. Desde 1910 aliás, que as estatísticas sobre as indústrias têxteis não voltarão a apresentar informação específica para o algodão. As classes correspondentes aos ramos industriais incluem na chamada Classe IX, todas as fibras e todos os segmentos da fileira têxtil. Para além dessa dificuldade, em 1917, a Classe IX, referente aos têxteis em geral, apresenta uma desagregação por indústrias que inclui 62 items! Em torno da fiação ou da tecelagem e da tinturaria, aparecem as mais diversas situações, por produtos, fibras têxteis ou tipo de estabelecimento. Se por um lado seria interessante a separação que é feita

entre oficinas e fábricas, a desagregação por produtos põe em evidência o irrealismo da estatística.

Uma das variáveis melhor documentada em 1917, são os salários, apresentados num vastíssimo conjunto de quadros por tarefas e segmentos das fileiras produtivas e por qualificação, categoria profissional, sexo e grupo etário. Lamentavelmente, os quadros apresentam tantas lacunas que não é possível fazer um tratamento sistematizado, nem para as têxteis nem para os concelhos. Mesmo assim, pode concluir-se que os contrastes entre homens e mulheres são maiores nos meios urbanos do que nos rurais e é aqui, nestes últimos que se empregam mais homens. Assim é de admitir uma maior desqualificação e composição orgânica do capital nestas áreas onde era utilizada uma tecnologia mais avançada para níveis naturalmente muito mais elevados de produção.

Mas as fontes existentes são manifestamente insuficientes para desenvolver uma análise exaustiva e sistematizada, comparável com a informação disponível para datas anteriores. Só recorrendo a informação de outro tipo, especialmente aos relatos das entrevistas aos industriais e a monografias de diversos tipos, sobre a indústria têxtil e as fábricas mais antigas, é possível analisar estes períodos pior documentados pelas estatísticas oficiais.

---

357 *Inquérito Industrial de 1881. Distrito Administrativo do Porto.* Livro Segundo. pag. 137

Quadro 3.2.2.3. - 4

Estatística Industrial – Ano de 1917
CLASSE IX - Algodão

		Nº Estabel.	%	Nº Oper.	%
Estamparia e branqueamento de algodão	Lisboa (Loures)	1	2,13	58	0,36
Estamparia e tinturaria de algodão	Lisboa	4	8,51	299	1,87
	Porto	1	2,13	43	0,27
Fiação de algodão (Fábricas de)	Braga (Guimarães)	1	2,13	83	0,52
	Porto (Porto)	1	2,13	109	0,68
	Porto (Gaia)	1	2,13	427	2,68
Fiação e Tecelagem de algodão (Fábricas de)	Braga (Fafe)	1	2,13	280	1,76
	Braga (Guimarães)	2	4,26	685	4,29
	Braga (Famalicão)	7	14,89	1817	11,39
	Lisboa (Lisboa)	4	8,51	1617	10,14
	Lisboa (V.F. Xira)	1	2,13	636	3,99
	Porto (Porto)	14	29,79	5011	31,41
	Porto (Santo Tirso)	2	4,26	3289	20,62
	Porto (Valongo)	2	4,26	207	1,30
	Porto (Vila do Conde)	1	2,13	398	2,49
	Porto (Gaia)	1	2,13	336	2,11
Fiação e Tec. de Algodão e Linho (Fábricas de)	Braga(Guimarães)	3	6,38	657	4,12
	Total	47	100	15952	100

Classe IX (Segmentos da Têxtil Algodoeira)	Lisboa	10	21,28	2610	16,36
	Porto	20	42,55	6133	38,45
	Vale do Ave	17	36,17	7209	45,19
	Total	47	100	15952	100

Fonte: Boletim do Trabalho Industrial nº 116 – Lisboa, Imp. Nac., 1926

Quadro 3.2.2.3. – 5

Média dos Salários, por concelhos e por profissões, dentro de cada classe de indústria no Continente (1917)

CONCELHOS	*PROFISSÕES*					
	Urdidor		*Tecelão*		*Fiandeiro*	
	H	*M*	*H*	*M*	*H*	*M*
Fafe			$46		$34	$18
Guimarães	$41,8	$37.2	$42	$27,2	$36,2	$22,2
Lisboa 1° Bairro	$57,2	$30	$58,5	$30,8	$58,8	$28,8
Lisboa 2° Bairro		$30	$50	$50	$24	
Lisboa 3° Bairro		$41,6	$85,3	$46		$30
Lisboa 4° Bairro	$90	$60	$77,5	$39	$72	$39
Porto 1° Bairro		$40,7	$62,5	$40,2	$40	$31
Porto 2° Bairro		$31	$65,7	$47	$48	$31
Santo Tirso			$39	$36,5	$28,2	$22
Famalicão	$44	$37	$40	$37,8	$36,2	$27,9
Gaia		$30	$53,4	$20,2	$47,7	$22,3

Quadro 3.2.2.3. – 6

Estabelecimentos Industriais com mais de 10 operários e respectivo número

Distritos	*Concelhos*	*Classe IX- Têxteis de Lã, Algodão e Linho*											
		Estabelecimentos						*Operários*					
		1912	*1913*	*1914*	*1915*	*1916*	*1921*	*1912*	*1913*	*1914*	*1915*	*1916*	*1921*
PORTO	1º Bairro	25	26	27	27	28	40	3043	3072	3320	3320	3340	1815
	2º Bairro	24	32	32	32	32	39	3700	4991	4991	4991	4812	3130
	Gaia	11	12	12	12	14	18	1237	1283	1283	1283	1324	2177
	Gondomar	0	4	4	4	4	0	0	279	279	279	215	0
	Amarante	2	0	0	0	0	1	475	0	0	0	0	38
	Matozinhos	3	2	2	2	2	3	268	475	475	475	480	86
	Maia	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	47
	Penafiel	1	1	1	1	1	1	22	22	22	22	18	25
	Póvoa do Varzim	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	193
	Santo Tirso	4	4	4	4	4	4	2885	2885	2885	2885	2871	458
	Valongo	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	124
	Vila do Conde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Marco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total Distrito	70	81	82	82	85	113	11630	13007	13255	13255	13060	8093
BRAGA	Braga	1	2	2	2	2	1	686	702	702	702	723	10
	Fafe	2	2	2	2	2	2	1052	1052	1052	1052	1009	873
	Famalicão	8	7	9	11	11	10	1236	1420	1460	1610	1590	8203
	Guimarães	12	13	14	14	14	12	3559	3704	3782	3782	3654	1305
	Vila Verde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Barcelos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	60
	Total Distrito	23	24	27	29	29	26	6533	6878	6996	7146	6976	10451
TOTAL	Porto+Braga	93	105	109	111	114	139	18163	19885	20251	20401	20036	18544

3.3. A Real Fábrica de Tomar: primeira iniciativa de instalação de uma fiação industrial

A Real Fábrica de Tomar correspondeu à primeira iniciativa de instalação de uma fiação industrial em Portugal. A sua história permite confirmar algumas das hipóteses adiantadas a respeito do desenvolvimento inicial da indústria têxtil algodoeira no Norte e, por esse motivo, acho que é oportuno sintetizá-la e utilizá-la como uma espécie de teste.

Montada por volta de 1771, foi explorada pela sociedade constituida entre Jâcome Ratton[358] e Timótheo Lecussan Verdier a partir de 1789, data normalmente indicada como da fundação da fábrica. Ratton terá contratado um inglês, dono de uma fiação na ilha de Man para organizar a Fábrica de Tomar, pensada desde o seu início para ser alimentada por rodas hidráulicas.[359] Apesar do apoio legal e do financiamento régio e de todos os esforços técnicos para a pôr em funcionamento, a Fábrica de Tomar teria uma existência bastante atribulada e sem resultados visíveis, sucedendo-se as falências. Em 1873, foi adquirida pela (criada para o efeito) Companhia da Real Fábrica de Fiação de Tomar, sofrendo uma profunda remodelação.

O impulsionador da criação da companhia foi Henrique Pereira Taveira, fundador de uma casa bancária em Lisboa, que mais tarde seria o Banco Comercial de Lisboa. Natural de Lamego, Henrique Pereira Taveira tinha sido anteriormente guarda-livros no Porto, numa casa comercial e numa casa bancária e, segundo o Inquérito Industrial de 1881 possuia na rua do Bemformoso, nº65 a 73, em Lisboa[360], uma fábrica de torcedura, tinturaria, branqueio e tecelagem de algodões. Ora é precisamente a estratégia arquitectada em 1873, para reabilitar a Fábrica de Tomar que nos dá um bom retrato da indústria têxtil algodoeira em Portugal. Se, em 1873, Henrique Pereira Taveira já possuia esta fábrica, uma das razões que o terão levado à compra da Real Fábrica de Fiação de Tomar, terá sido, segundo afirmou, a necessidade de se auto-abastecer de fios, uma vez que conhecia as novas fiações do Norte e sabia que era possível produzir fios finos, de forma competitiva, recorrendo às novas tecnologias de fiação inglesas.

---

[358] RATTON, Jacome –*Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.

[359] GUIMARÃES, Manuel da Silva - *História de uma Fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar.* Santarém: Junta Distrital, 1976.

Henrique Pereira Taveira sabia que a Companhia de Fiação de Crestuma e a Companhia de Fiação Portuense gozavam de uma extraordinária prosperidade. Visitou esta última, acompanhado pelo engenheiro inglês Hargreaves que lhe viria a elaborar um projecto de montagem de uma nova unidade fabril no interior do edifício da Real Fábrica de Tomar. O projecto concretizou-se decalcando de perto o modelo das novas fiações do Norte. As máquinas foram compradas em Inglaterra às firmas John Heterington & Sons de Manchester, idênticos aos da Fábrica do Bugio, da Companhia de Fiação Portuense ou de Crestuma.

Tomar dispunha em relação às fiações do interior da cidade do Porto, de uma grande vantagem, podendo aplicar turbinas hidráulicas para produção de força motriz, mais barata que a dos motores a vapor, utilizados por exemplo na Cª de Fiação Portuense. O modelo de organização de Tomar era semelhante ao das novas fiações do vale do Ave, nomeadamente ao da Fábrica do rio Vizella e ao da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso que também viria a ser montada por Hargreaves, em 1896, com mecanismos Heterington de Manchester[361]. Em suma, uma fábrica contemporânea de outras, organizada em termos técnicos e tecnológicos da mesma forma, usufruindo inclusivamente de apoio financeiro, através de ligações a casas bancárias que viria porém a ter um destino completamente distinto, não só não chegando a conhecer a prosperidade das do Norte, como ainda tendo entrado num processo de declínio acelerado e numa sobrevivência agonizante.[362]

Aparentemente os projectos de 1873 para a Fábrica de Tomar enquadravam-se na estratégia de integração da fileira, dos segmentos a juzante, para os segmentos a montante. Esta estratégia viria de facto a concretizar-se e consolidar o crescimento económico da fileira, no Norte, nos períodos posteriores. No caso específico de Tomar e de Henrique Pereira Taveira, houve factores que fizeram fracassar a iniciativa, aos quais não será estranha a componente regional. Ainda que as estratégias aplicadas em Tomar pudessem estar tecnicamente correctas e decalcassem os modelos de organização mais actualizados na época,

---

360 *Inquérito Industrial de 1881*. Primeira Parte. Depoimentos. pág. 103.

361 OLAIO, Nuno Miguel - Elementos para a Arqueologia Industrial do concelho de Santo Tirso. A Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso. *Santo Tirso Arqueológico*. Nº 1 . 2ª série. 1997. pp.123 a 130

362 GUIMARÃES, Manuel da Silva - *História de uma Fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar*. Santarém: Junta Distrital, 1976.

a nível internacional, elas não continham, em si mesmas, as necessárias garantias de sucesso. Este facto reforça a tese de que "o espaço conta"!

Tomar foi a única fábrica têxtil com fiação instalada numa região exterior aos dois focos tradicionais, em torno de Lisboa e Porto, embora os seus fracassos iniciais possam ser colocados em paralelo com o processo de declínio da têxtil algodoeira de Lisboa.

3.4. Estruturação da fileira num quadro regional

Storper e Walker procuraram demonstrar, na que designaram por "*Teoria da Industrialização Geográfica*", de que forma as indústrias produzem regiões ("How Industries Produce Regions")[363]. "We shall demonstrate that the basic patterns of industry location and regional growth can be produced by processes endogenous to capitalist industrialization, rather than by the exogenous placement of resources and consumers."[364] Segundo estes autores, é possível identificar quatro tipos fundamentais de padrões de industrialização geográfica, isto é, quatro percursos típicos possíveis para as indústrias, no quadro territorial: localização, concentração regional (clustering), dispersão e deslocalização (shifting center).

Indústrias novas, num estádio de crescimento rápido, definem os seus próprios factores locativos e detêm uma grande liberdade de escolha de localizações, podendo abrir, numa região nova, fora das áreas de industrialização antiga, as janelas de oportunidade de localização (windows of locational opportunity). Storper e Walker mostram como a história da indústria tem inúmeros casos de indústrias que se localizaram em áreas onde não era previsível que o fizessem, fugindo das regiões de maior concentração industrial anteriormente existentes. Nem todas as novas localizações se desenvolvem da mesma forma porém, posteriormente. Algumas poderão sofrer um declínio enquanto que noutras se manterá o crescimento industrial. Assim, a dinâmica da produção industrial poderá conduzir a processos de aglomeração ou concentração industrial. A terceira situação ou estádio - dispersão - poderá ocorrer pelo crescimento de centros periféricos da localização inicial da nova indústria decorrentes do próprio processo de crescimento/expansão industrial enquanto que processos de

---

363 STORPER, Michael; WALKER, Richard - *The Capitalist Imperative. Territory, Technology, and Industrial Growth*. New York: Basil Blackwell, 1989. pag.70 e seg.

364 Idem. p.70

reestruturação profundos podem conduzir a um quarto padrão, caracterizado pela deslocação do centro principal de concentração da mesma indústria, para uma nova localização (*shifting center*).

Também a deslocação da indústria têxtil algodoeira, para a bacia do Ave, pode corresponder a um salto territorial do tipo descrito por estes autores. Não há, segundo eles, um único modelo que descreva o início da história económica de todas as indústrias modernas. Há sim, razões gerais, de peso, pelas quais as empresas que protagonizam estes percursos territoriais, não se instalam, nem aparecem, nas regiões industriais antigas, consolidadas. E essas razões prendem-se basicamente com as economias internas - intensificação da divisão do trabalho - com a extensificação da divisão social do trabalho, pela expansão da produtividade conseguida e com o passado e as heranças acumuladas das novas regiões, no quadro da divisão espacial do trabalho.[365]

De qualquer forma, não basta existirem condições específicas em determinadas regiões, por melhor ajustáveis que sejam às especificações locativas das indústrias ("locational specifications"[366]), nem mercados em expansão, para que uma indústria se instale e desenvolva nessas regiões. As janelas de oportunidade locativa podem ou não ser aproveitadas, dependendo, em grande medida, o sucesso posterior, das instituições e dos agentes envolvidos nos processos de transformação.[367]

3.4.1. O surto expansionista dos anos 20

Embora desde praticamente o início da segunda metade do século XIX se tenha desenvolvido o movimento de transferência da indústria têxtil do Porto para o Ave, protagonizado pelas primeiras iniciativas de instalação nesta área, de novas fiações e posterior reconversão da tecelagem manual e artesanal, só no início do século, se consolida o processo. A multiplicação de novas unidades produtivas e a

---

365 "Massey (1979,1984) argues that the regional resources are the sediment results of sequencial 'rounds of investment', and in this we concur." STORPER, Michael; WALKER, Richard - *The Capitalist Imperative. Territory, Technology, and Industrial Growth.* New York: Basil Blackwell, 1989. pag.97.

366 STORPER, Michael; WALKER, Richard - *The Capitalist Imperative. Territory, Technology, and Industrial Growth.* New York: Basil Blackwell, 1989. pag. 73.

367 HAUFF, Thomas - *Die Textilindustrie zwischen Schrumpfung und Standortsicherung.* Dortmund: Dortmunder Vertrieb für Bau- und Plannungsliteratur, 1995. Duisburger Geographische Arbeiten, nr.14.

aglomeração regional ao longo da bacia do Ave, acentua-se e ganha maior visibilidade a partir dos anos 20. As razões que levaram as primeiras unidades a deslocarem-se para o Ave já não são as principais causas da proliferação de novas empresas, agora muito mais ligada a processos de imitação e ao desenvolvimento de economias de escala internas e externas e a processos de reprodução social.

Fundamentalmente os anos vinte marcam a consolidação de um complexo industrial regional na bacia do Ave, cuja génese foi anterior e, em grande medida, determinada do exterior da região. A partir da construção das novas e "grandes" fábricas das sociedades sediadas no Porto e associadas aos técnicos e importadores de máquinas inglesas, desenvolvem-se iniciativas locais de diversos tipos, regra geral a partir de artesãos ou tecelões em domicílio, outrora dependentes de "Fabricantes". Muitas das novas empresas irão crescer e prosperar, mantendo-se ligadas às famílias de origem e dando origem a dinastias industriais relativamente longas. Actualmente há empresários que correspondem à terceira ou quarta geração dos industriais fundadores das respectivas empresas, originários da região.

Também ao nível dos operários se consolidam as formas de organização e se começa a criar uma *classe regional*, visível por exemplo através de manifestações mais activas do movimento operário a partir de 1908, com greves e tumultos em fábricas de Santo Tirso.[368] Como sugere Doreen Massey, as diferenças regionais entre as classes são maiores nos níveis mais baixos, isto é, os *patrões* são mais iguais nas diferentes regiões do que os *operários*. "Para as classes trabalhadoras esta diferenciação é uma fonte de força (em termos de coerência regional) e uma potencial fonte de fraqueza (em termos de insularidade, por exemplo)[369]. O capital, pelo menos o grande e médio, atingiu um maior grau de "supra-regionalidade", embora não se possa dizer que não haja uma componente regional nas classes dos níveis mais elevados.

Antes de entrar porém na análise dos ambientes sociais regionais e suas mutações, é necessário continuar a acompanhar a evolução global da indústria têxtil nestes primeiros estádios da sua expansão e estruturação.

Na sequência da criação das novas fiações, operou-se a necessária (e desejada) reestruturação da tecelagem. É aqui precisamente que será decisiva a

---

[368] Boletim do Trabalho Industrial, nº- 49.

contribuição local para a expansão da fileira e para a consolidação do segmento a montante - a fiação. A tecelagem doméstica, historicamente associada ao linho, vai agora organizar-se e submeter-se ao processo de trabalho dominante nas fiações, com o aparecimento de estabelecimentos fabris de dimensão média, com uma divisão técnica do trabalho mais avançada. Foi portanto a organização do mercado interno que induziu o desenvolvimento da fileira de montante para juzante. Paralelamente processa-se a estruturação do mercado de trabalho local, convertendo-se o artesão em operário e recrutando, também nos campos, nova mão de obra industrial. Não precisa de ser o capital financeiro do Porto ou os importadores de máquinas têxteis a conduzir o processo de organização da tecelagem. Na maior parte dos casos, foram artesãos ou comerciantes locais. A sua importância não residia na posse de capital e creio que nem mesmo na posse de qualquer qualificação técnica específica, até porque os mecanismos das novas tecelagens são também eles novos e tecnologicamente mais avançados do que os primitivos teares manuais domésticos. A sua contribuição decisiva foi sim o facto de terem sido capazes de protagonizar a organização da produção segundo o sistema fabril, abandonando as formas pré-industriais de produção. Repetiram, em suma o que anteriormente outros levaram a cabo no Porto, na viragem do século, ou noutras regiões (urbanas, regra geral) de industrialização antiga. Essencialmente o excesso de fio precisava de uma expansão na produção de tecidos. Ora o mercado interno, aí se incluindo as colónias, assegurava níveis de procura suficientes. A descida progressiva nas importações de fios e tecidos evidenciam posteriormente a capacidade de abastecimento nacional.

Foram, além de alguns artesãos, sobretudo pequenos comerciantes e vendedores ambulantes em feiras, que fundaram a maior parte das novas tecelagens. É muito difícil precisar as características destes primeiros estabelecimentos fabris. A informação estatística é escassa e não caracteriza as formas de organização, para lá dos números. Os relatos ou descrições disponíveis são, na maior parte dos casos, panegírios, elogiando percursos pessoais de ascenção económica e social - histórias de sucesso individual - bastante empolgadas e talvez romanceadas. Valem, acima de tudo pelo seu significado simbólico. Muita da euforia destes tempos, na fundação das tais fábricas terá mesmo decorrido de um certo clima social de valorização e reconhecimento público do mérito da capacidade individual de desafiar o futuro e o fatalismo

---

369 MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of*

tradicional de uma região historicamente pobre, onde a terra não era suficiente para alimentar a população que nela vivia e sobretudo crescia a um ritmo acelerado. As fábricas ofereciam-se aos olhos locais, como um Brasil alternativo, com resultados mais rapidamente visíveis.

Em suma, com quantidades cada vez maiores de fios e mais baratos, as tecelagens mecânicas proliferaram. Assim se assegurou a sobrevivência das grandes fiações e a fileira seguiu em frente. Esta terá sido, afinal, num primeiro estádio a forma da região aproveitar a janela de oportunidades locativas que lhe tinha sido aberta.

Não nos podemos no entanto deixar confundir pela proliferação de tecelagens industriais. Um futuro muito próximo encarregou-se de fazer uma triagem nessas inúmeras "fábricas": umas expandiram-se, cresceram, associaram-se a outras e fortaleceram as suas relações com os importadores de máquinas ou algodão em rama e os armazenistas e exportadores de tecidos da cidade do Porto, enquanto outras sobreviveram sem grande sucesso, gravitando em torno das grandes fábricas ou desaparecendo com a rapidez com que tinham sido criadas. Definitivamente, foi a grande indústria e o seu modelo de organização quem conduziu o percurso do desenvolvimento da indústria têxtil no vale do Ave, na primeira metade deste século.

Ainda que a maior parte das novas unidades industriais tenham tido essa origem local, continuaram a surgir outras, idênticas às do período anterior - sede social no Porto e unidades fabris no vale do Ave. A forma dominante de organização destas últimas vai ser já porém, a integração vertical, com tecelagem e fiação, em oposição às tecelagens locais. Este facto pode traduzir um nível de informação superior, no Porto, de onde partiam assim as formas de produção inovadoras. Umas e outras ilustram a forma de integração de territórios periféricos, na órbita de centros de controle, num quadro de divisão espacial do trabalho, segundo tarefas ou segmentos de uma fileira. Posto de outra forma, terá sido o Porto a financiar a indústria têxtil no vale do Ave, quando se revelou desinteressante fazê-lo na cidade.

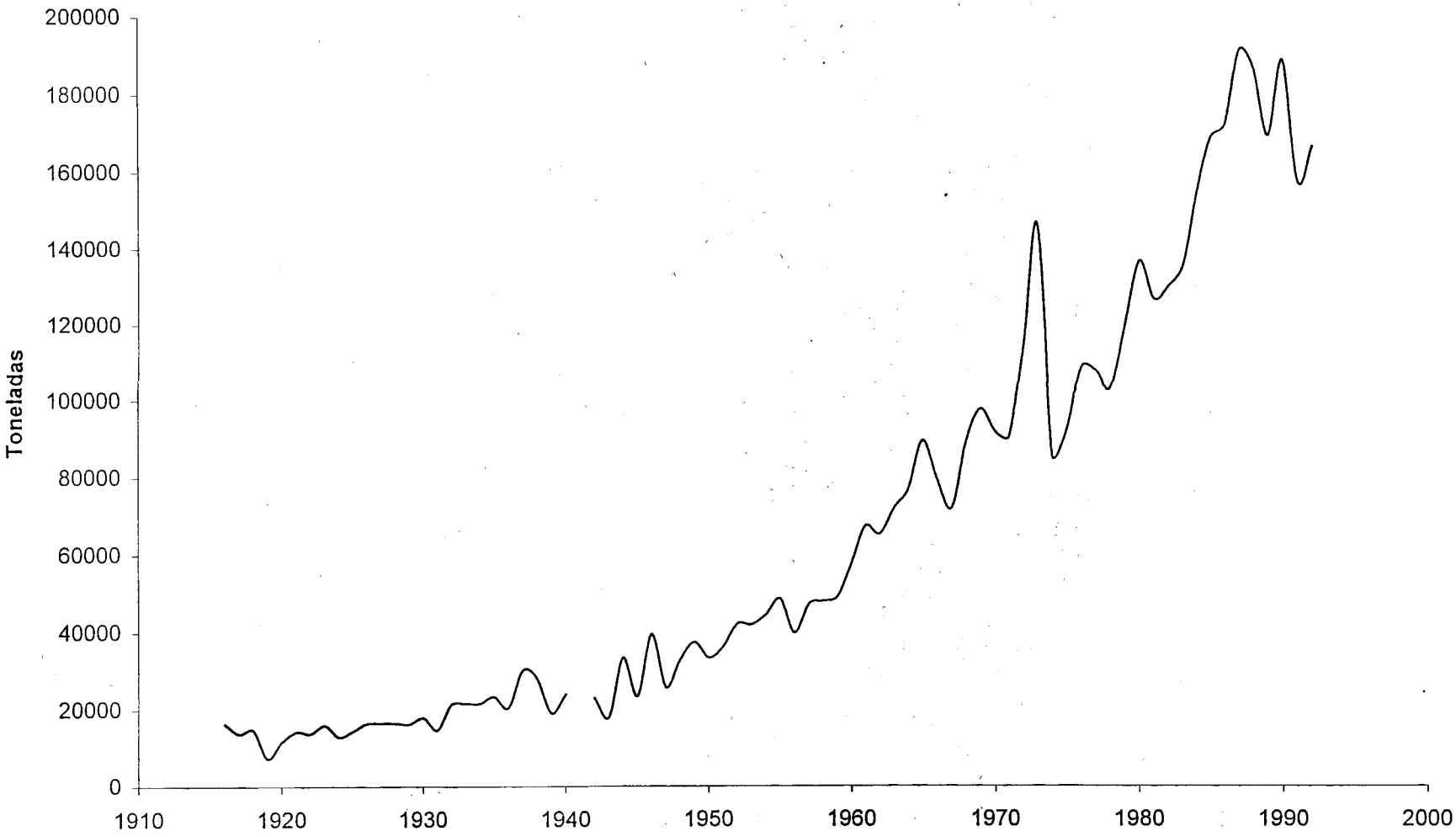
O período histórico em que este processo se deixa evidenciar com mais clareza são os anos vinte e início dos anos trinta, com a proliferação acelerada de novos estabelecimentos industriais ao longo do Ave. A partir de 1931, data da instituição formal da política corporativa com a publicação do Condicionamento

---

Production. (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990. p.201 e 202.

Fig. 3.4.1. – 1)

Importação de Algodão em Rama



Fonte: Estatísticas do Comércio Externo

Industrial, é necessário ter em conta as restrições legais para analisar a evolução do número de novas unidades fabris.

Os indicadores que melhor retratam a evolução dos anos vinte e início de trinta são a importação de algodão em rama e as importações e exportações de fios e tecidos, confrontados com as datas de fundação das fábricas e com os relatos orais ou escritos sobre várias empresas. Para além da fundação de novas sociedades e construção de novos estabelecimentos fabris, onde se registou um crescimento extraordinário, foram também significativas as alterações em sociedades pré-existentes, com compras e vendas de quotas, alterações estaturárias e modificações na organização quer a nível de produtos, quer de tecnologias ou de processos de fabrico.

As quantidades de algodão em rama importado, apesar de oscilações anuais, cresceram aceleradamente desde a última década do século XIX até sensivelmente o ano de 1920. Nos primeiros anos da década de vinte registaram-se oscilações anuais de grande amplitude, revelando uma grande instabilidade nas importações. A partir de então porém e com maior evidência depois de 1930, essas importações cresceram a um ritmo superior a qualquer período anterior, nunca tendo decrescido até à actualidade, como já referi (Fig 3.4.1.-1). As importações de fios e tecidos (agregadas), por seu turno, que também registavam um crescimento significativo até aos primeiros anos da década de vinte, começaram a diminuir, atingindo níveis reduzidíssimos por volta de 1940 (Fig 3.4.1.-2).

Do ficheiro de empresas que constitui a base de dados geral do meu trabalho, extraí as fundadas entre 1920 e 1939. São 40 empresas, 23 das quais fundadas nos anos 20. Como a base de dados não abrange empresas desaparecidas antes de 1947, pode-se concluir que de facto é um número significativo de uma forte intensidade de criação de novas empresas. Também não são aqui contabilizadas as alterações técnicas e jurídicas ocorridas naquele período e que reflectem adaptações organizacionais importantes, paradigmáticas da emergência de um modelo dominante de processo de trabalho e que quase correspondem ao aparecimento de novas unidades produtivas, a partir da reestruturação de outras, pré-existentes, obsoletas.

Fig. 3.4.1. - 2 a)
Importações e Exportações de Fios, Tecidos e Obras em Peça de Algodão

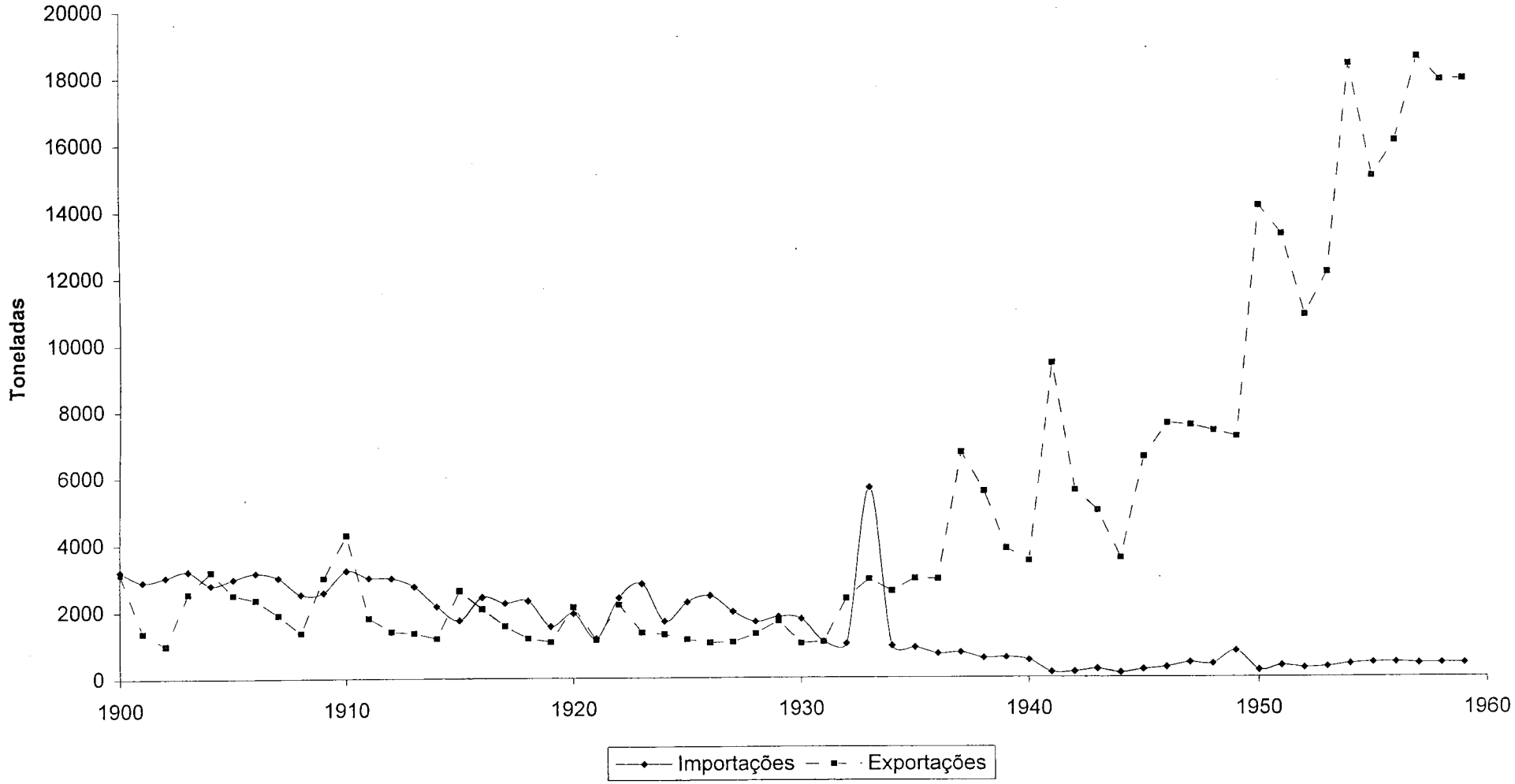


Fig. 3.4.1.- 2 b)
Importações e Exportações de Fios, Tecidos e Obras em Peça de Algodão

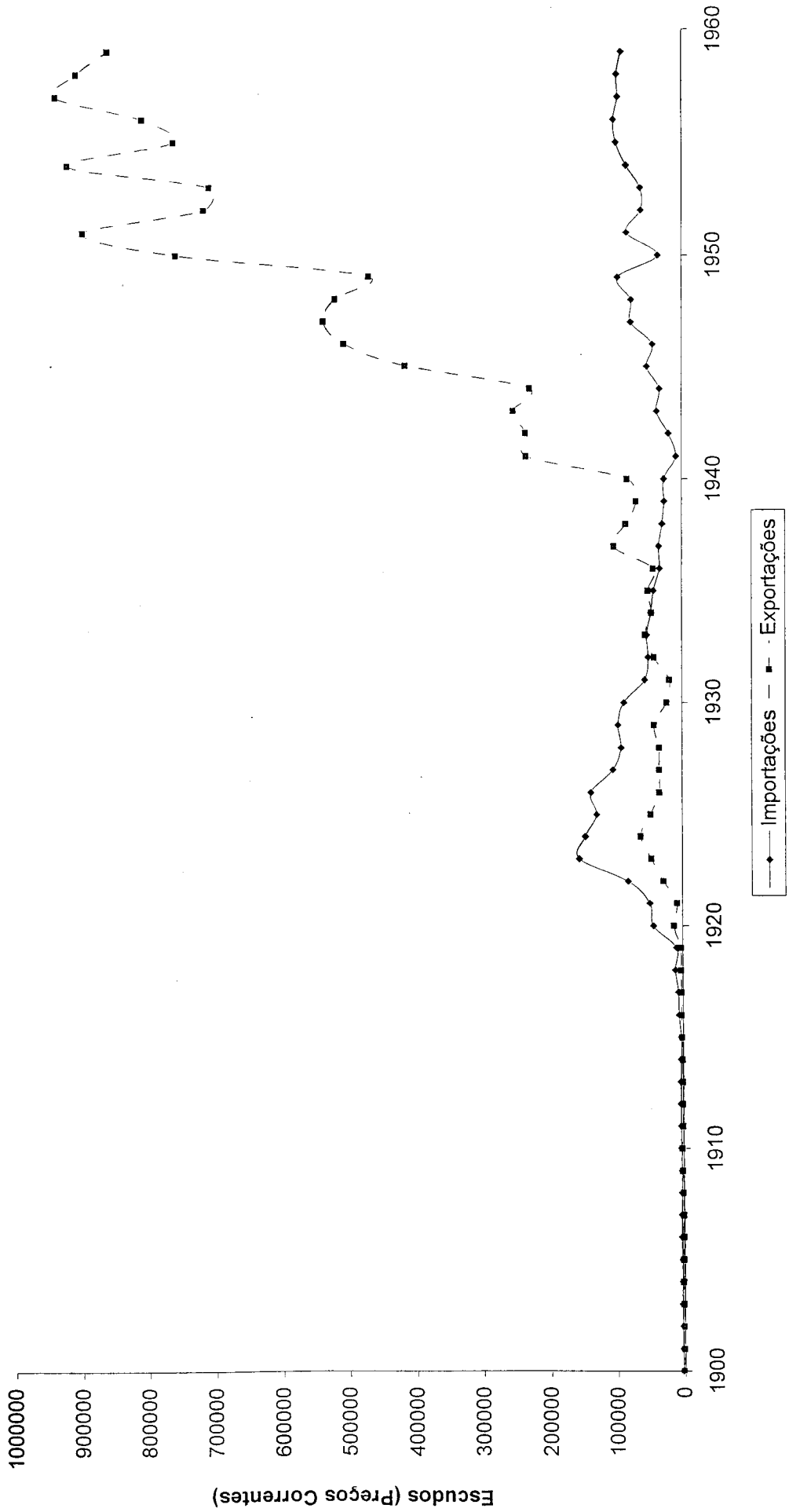
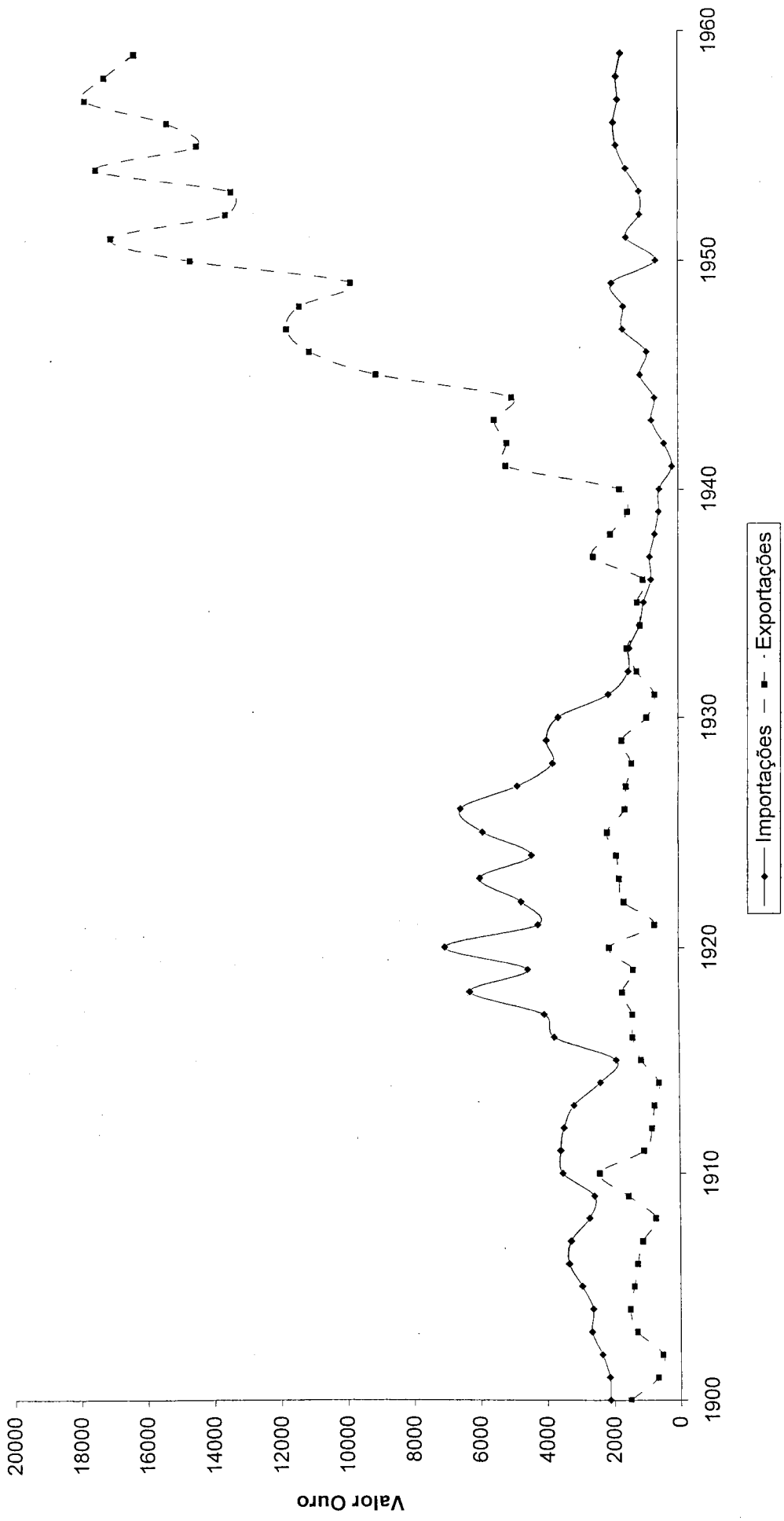


Fig. 3.4.1. - 2 c)
Importações e Exportações de Fios, Tecidos e Obras em Peça de Algodão



Só a título exemplificativo, poder-se-iam referir os casos de Francisco Ignácio da Cunha Guimarães que fez uma sociedade com os filhos, em 1928, a saída de António Ribeiro da Cunha da Fábrica do Crastinho para a Fábrica de Saganhais, também nos anos 20, a remodelação da produção de energia na Fábrica da Boavista de William Graham, com a instalação de novos geradores, em 1921 ("única grande instalação existente no País!")[370] ou a reconstrução da branqueação, na mesma fábrica, em 1927-28, ou ainda a remodelação completa, por Mário Soares Peixoto, em 1925, na Fábrica da Carcereira, fundada em 1907. Referências dispersas a casos individuais, como o de Altino Guimarães que iniciou a sua actividade na indústria têxtil em 1923, repetem-se nas mais variadas fontes, ilustrando o ambiente dos anos 20.

Para além do número, a lista das Fábricas fundadas entre 1920 e 1029, evidencia a dualidade de situações – sociedades sediadas no Porto e empresas locais - estas últimas em maior número.

A longevidade do grupo é outra das suas particularidades. Fundadas neste período ou reestruturadas, algumas das empresas manter-se-ão em actividade até aos anos noventa ou mesmo até à actualidade. Nos anos oitenta e noventa empresas deste grupo correspondiam a algumas das maiores empresas têxteis, quer em número de operários, quer em facturação.

3.4.2. *Primeiras formas de integração vertical*

Os primeiros tempos da indústria têxtil algodoeira, no Norte ou no Sul, como creio ter ficado já claro até aqui, corresponderam ao desenvolvimento segmentado de determinadas fases da fileira. As razões porque determinado segmento se desenvolveu preferencialmente em cada região penso que também já foi suficientemente explicado. O caso das estamparias de Lisboa é paradigmático do que quero demonstrar. Ora, também a evolução posterior da fileira se operou em função da capacidade de arrasto diferenciada, dos segmentos, nas regiões. E também aqui o declínio das estamparias de Lisboa é exemplar, pela negativa.

Desde uma fase de desenvolvimento inicial segmentado, até uma estruturação técnica, económica e territorial da fileira, dominada pela integração

---

370 *História da Casa "Graham" nas suas Linhas Geraes. 1800-1932*. Porto: Litografia Nacional, 1932.

vertical, a indústria têxtil percorreu um longo caminho. O que de extraordinário existiu na região têxtil do Norte em oposição às fábricas têxteis de Lisboa[371], foi a sua capacidade de através da passagem para formas cada vez mais avançadas de integração vertical, ter construído um sistema regional de maior dimensão e capacidade de sobrevivência. Em Lisboa também existiram fábricas têxteis de algodão verticais. A sua importância na região envolvente – no seu hinterland mais próximo, assim como na fileira nacional foi-se porém erodindo.

No Norte, a integração vertical surge em dois momentos. No Porto, na segunda metade do século XIX, numa primeira geração da grande indústria. Não houve muitos casos, uma vez que a fiação industrial só se expandiu no final do século, em unidades especializadas e segundo novos padrões territoriais, como expliquei. Esses poucos casos de integração vertical no Porto, viriam a entrar numa trajectória de estagnação e declínio, mais tarde e, à excepção do período da Segunda Guerra, nunca registariam grande prosperidade. O segundo momento da integração vertical dominante verificou-se precisamente a partir dos anos trinta e no vale do Ave.

Uma vez expandida a tecelagem e absorvida a produção de fio, iniciou-se uma reestruturação agora já essencialmente limitada à mancha regional do vale do Ave, na qual a integração vertical e o correspondente (e necessário) aumento de dimensão constituiu um factor crítico de competitividade. Ainda que tenha havido unidades construídas desde o início, com os diferentes segmentos, na sua generalidade a partir de sociedades sediadas no Porto, o processo dominante correspondeu à expansão das novas tecelagens para montante, através da instalação de fiações próprias. Assistiu-se assim a um novo processo de desenvolvimento para montante, agora no interior das empresas e com objectivos diferentes: atingir níveis de produção que possibilitassem a aplicação de formas de organização mais eficientes e rentáveis.

Os exemplos são muitos. Alfredo Corrêa da Silva que em 1920, fundou a Empresa Fabril Tirsense, Lda., a partir da instalação de "40 teares mecânicos, em segunda mão, comprados no Sul do País"[372], instalou em 1930, uma fiação. Vital

---

371 Lisboa, aqui considerada em toda a mancha urbana contínua, isto é Lisboa cidade e periferia imediata.

372 BASTOS, Carlos - *O Algodão no Comércio e na Indústria portuguesa*. Porto: Edição do Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1947. p.137. Esta referência isolada e vaga à compra de teares no sul do país é importante mas difícil de explorar por falta de outros elementos ou referências.

Marques Rodrigues de Covas, com um primeiro estabelecimento de tecidos, em 1925, instalou uma fiação em 1935, em sociedade com Joaquim de Almeida Guimarães. A Fábrica de Fiação e Tecidos da Portela, com uma tecelagem desde 1928, instalou uma fiação em 1935, com máquinas americanas. A Fábrica do Arquinho, com tecelagem desde 1913, instalou uma fiação em 1923. J. Pereira Fernandes e F.os, L.da., com tecelagem desde 1933, instalou uma fiação em 1969. Mesmo algumas das actuais grandes empresas verticais, de raiz local, começaram por corresponder inicialmente a tecelagens e só posteriormente compraram fiações, como por exemplo a Fábrica do Arco, a ASA (Agostinho da Silva Areias), a Riopele ou a Têxtil Manuel Gonçalves.

O desenvolvimento de grandes unidades industriais verticais reforçou a fileira regional, no vale do Ave, conferindo-lhe cada vez maior autonomia em relação ao Porto. Os segmentos que se mantiveram na cidade, ainda que estrategicamente importantes, eram, em termos técnicos, exteriores à própria fileira - a importação de algodão em rama e a distribuição e comercialização dos fios e tecidos. Os importadores e sociedades importadoras continuariam de facto sediadas no Porto até praticamente à actualidade, tendo-se esgotado o seu papel a partir do momento em que os produtores industriais passaram a importar directamente as suas ramas de algodão, o que se deu de forma generalizada mais recentemente, a partir dos anos oitenta. Os armazenistas de tecidos viriam também a sofrer um declínio fatal, quer com o desenvolvimento das indústrias do vestuário, quer com a especialização de muitas unidades produtivas em têxteis-lar, com fases de confecção internas que, por seu turno, se tornaram também exportadoras directas. Uns e outros - importadores e armazenistas - assumiram grande protagonismo no desenvolvimento geral da fileira têxtil desde o período de expansão dos anos vinte até praticamente ao 25 de Abril e ao esgotamento do ciclo de África.

Se a expansão da tecelagem foi determinada acima de tudo pelo desenvolvimento anterior da fiação, a sua posterior reestruturação e crescimento no sentido da integração vertical, viria a apoiar-se na procura interna e, em particular nos mercados africanos e na política protectora do Estado Novo. O ciclo de África da indústria têxtil do algodão iniciou-se de facto no início dos anos trinta, primeiro usando as colónias como mercado consumidor e, só depois, como produtoras de matéria-prima, o algodão.

No início dos anos trinta e mesmo antes de ter sido aplicada a legislação corporativa e toda a política reguladora do Estado Novo, estavam já definidas no Ave, as linhas fundamentais segundo as quais se iria desenvolver a indústria têxtil algodoeira. Estavam, em suma, consolidadas as bases da fileira, num quadro regional, aí assumindo um papel dominante a integração vertical. Até aos nossos dias, nunca se viria a assistir a processos de segmentação das unidades verticais, mesmo que sempre tenham existido tecelagens, fiações, estamparias ou acabamentos autónomos.

A questão da integração vertical tem de ser contextualizada. Assim, é importante pôr em evidência as primeiras manifestações de integração pelo significado que elas têm e, sobretudo, por este tipo de organização se ter mantido nos períodos posteriores para um conjunto importante de empresas. Por isso, esse modelo não se pode considerar exclusivo de um período histórico. Ele é mais exclusivo de um universo específico de empresas com traços comuns ao nível da dimensão e dos produtos. Para lá desse tipo de organização, existiu sempre um vasto número de empresas afectadas apenas a um segmento da cadeia. São as chamadas unidades autónomas que abrangem um leque diversificado de situações. Não se pode estabelecer uma correlação entre a eficiência das unidades e a forma de organização da produção, nem muito menos identificar tipos exclusivos de períodos históricos.

Quando se coloca a questão de saber até que ponto o vale do Ave é um distrito industrial segundo o modelo dos teóricos do Pós-fordismo, é fundamental compreender o processo de desenvolvimento da integração vertical na fileira têxtil. Teoricamente existe uma certa incompatibilidade entre os distritos industriais e a integração vertical. No entanto a sobrevivência e reforço da concentração regional da fileira, com uma correspondente especialização da mesma região, ou seja a forte articulação entre a base económica de uma região, dominada quase exclusivamente por uma fileira industrial e o desenvolvimento mais amplo de toda a vida económica e social da mesma região aproximam-se muito do que são supostos ser os novos distritos industriais. As maiores dúvidas que me parecem surgir colocam-se ao nível da estrutura interna da fileira e da dificuldade em compreender a teia complexa e conflituosa de elementos de cooperação e de competitividade entre formas antagónicas da organização da produção como são a integração e a desintegração. Quanto às formas de integração vertical é importante reter as circunstâncias em que elas inicialmente se desenvolveram e acompanhar o processo da sua sobrevivência.

EMPRESAS E FÁBRICAS FUNDADAS ENTRE 1920 E 1929

Nome	*Data de Fundação*	*Sede Social*	*Localização*
Empresa Fabril Tirsense, Lda	1920	Santo Tirso	Santo Tirso
Empresa Industrial Sampedro	1921	Porto	Guimarães
Empresa Fabril do Norte - EFANOR	1922		Senhora da Hora
Fábrica de Santo António do Caído (sec XIX)	1922		
Fábrica Têxtil Algodoeira de Arcozelo	1922		V.N.Gaia
Albano Coelho Lima	1922	Guimarães	Pevidém
Empresa Industrial de Negrelos	1922	Santo Tirso	Santo Tirso
Francisco da Silva Areias	1923	Guimarães	Gondar
Sociedade Mercantil do Minho - Fábrica do Arquinho	1923	Guimarães	Guimarães
Empresa Industrial de Santo Tirso - Arco Têxteis	1923	Porto	Santo Tirso
Empresa Têxtil da Cuca, Lda	1923	Porto	Cuca (Guimarães)
Fábrica de Fiação e Tecidos de Barcelos, L.da	1923	Porto	Barcelos
Fábrica Manual de Caneiros (Alberto Pimenta Machado)	1924	Guimarães	Guimarães
Companhia Fabril do Minho	1925	Braga	Braga
António Lopes Correia e Filhos	1925	Guimarães	Pevidém
Vital Marques Rodrigues /Vital, Almeida e Rodrigues	1925	Guimarães	(Covas) Guimarães
Anónimo (Fiação)	1926		
Fábrica do Castrinho de João Ribeiro da Cunha, F.os e Cª Lª	1926	Guimarães	Pevidém
Fábrica de Tecidos do Carvalho, Lda	1927	Guimarães	Vizela
Fábrica Têxtil Riopele	1927	V.N.Famalicão	Pousada de Saramagos
Fábrica de Fiação e Tecidos da Portela	1928	V.N.Famalicão	Delães
Correia e Cª - Sedas Ibis	1928	V.N.Famalicão	Delães
ASA - Agostinho da Silva Areias e Cª Lª	1929	Guimarães	Guimarães

EMPRESAS E FÁBRICAS FUNDADAS ENTRE 1930 A 1939

Nome	*Data de Fundação*	*Sede Social*	*Localização*
Fábrica de Saganhais	1930		
A. Correa da Silva e Cª Lª	1930		
Empresa Industrial de Pevidém, L.da	1931	Guimarães	Pevidém
Fábrica de Tecidos de Vila Flor, L.da - 1945l Bernardo Alves-1931)	1931	Guimarães	Guimarães
António Félix e Cª. - Fábrica de São Bento da Batalha	1931	Porto	Santo Tirso
J. Pereira Fernandes, L.da	1933	Guimarães	Pevidém
Fáb Tec de Viúva de Carlos da Silva Areias e Cª Lª "Felpos Bomdia"	1933	Guimarães	Guimarães
Empresa Industrial do Castêlo, L.da	1934	Maia	Castêlo da Maia
Empresa Industrial do Vale do Ave, L.da	1934	Santo Tirso	Vila das Aves
A Flor do Campo	1934	Santo Tirso	S. Martinho do Campo
Fábrica de Fiação e Tecidos da Ponte do Souto	1935	Guimarães	Pevidém
Vital, Almeida e Rodrigues	1935	Guimarães	Covas
Sedas Vizela - Joaquim Oliveira e Filhos, L.da	1936	Guimarães	Caldas de Vizela
Fábrica de Fiação e Tecidos da Ponte da Pedra	1936	Leça do Balio	Leça do Balio
Têxtil Manuel Gonçalves	1937	V.N.Famalicão	São Cosme do Vale
J. Ferreira e Braga, L.da	1938	V.N.Famalicão	Riba d'Ave
Fiação Atma, L.da	1939	V.N.Famalicão	Caldas da Saúde

3.5. Fábricas e fabricantes

Para cobrir um período de cerca de cem anos é naturalmente difícil encontrar uma base empírica homogénea. As estatísticas apresentam-se com características diferentes ao longo do período não só por ser longo como porque abrange épocas em que nem tão pouco as próprias estatísticas estavam organizadas. De qualquer forma, para algumas variáveis, é possível reconstituir séries longas completas. Para além das estatísticas de diversos sectores e dos inquéritos industrias, recorri a monografias, álbuns e folhetos de fábricas das mais diversas proveniências, recolhi informação directamente, por entrevistas pessoais a empresários, para cerca de 50 fábricas e distribui um inquérito pelo correio, para complementar e confrontar com as entrevistas, do qual obtive 15 respostas. A minha base de dados é constituida por toda essa informação de diferentes fontes, nem sempre comparáveis, para 105 fábricas, umas desaparecidas antes dos anos noventa, outras sobrevivendo até as nossos dias (Anexo 3.5.-A)).

A reconstituição das histórias das principais empresas industriais constituiu a fonte mais original e com maior riqueza de informação, do meu trabalho. Pode ser discutível o seu valor e a sua representatividade. Tomando o número de operários correspondentes às empresas abrangidas ou ao volume de vendas, para a actualidade, pode medir-se a sua representatividade. Quanto à validade da metodologia de abordagem e à objectividade das respostas e da informação prestada nas entrevistas, sabe-se que é mais complicada a sua validação. Os interlocutores forneceram a informação segundo os seus critérios pessoais e a sua visão dos acontecimentos, em função também do interesse na divulgação da mesma. É um material que terá sempre de ser tomado com as devidas precauções. Em anexo, incluem-se resumos das histórias que melhor ilustram os tipos fundamentais de empresas existentes. Elas referem-se a 25 unidades fabris, algumas das quais pertencentes a grupos económicos.

A Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto, S.A. sofreu um tratamento específico, constituindo um capítulo específico, por apresentar características particulares. É a mais antiga fábrica da cidade do Porto, ainda em actividade, foi a primeira fiação industrial na cidade e sofreu muitas atribulações ao longo da sua longa história, aí se incluindo alterações de localização, que ilustram os momentos fundamentais da história da própria fileira. Ela é sozinha, quase, a história da indústria têxtil algodoeira no Norte de Portugal.

Para o primeiro período, de estruturação da fileira num quadro regional, resultante da deslocação do Porto para o Ave, podem-se agregar as unidades fabris segundo dois critérios fundamentais. Segundo o modelo de organização interna da produção (integradas ou com um único segmento) ou segundo a forma jurídica das empresas e localização das sedes sociais. Existe de facto uma estreita correlação entre o modelo de organização da produção e a forma jurídica ou melhor, o tipo de empresa que criou a unidade produtiva. Nas fábricas de origem local, na maior parte dos casos com um único fundador, dominaram as tecelagens, algumas das quais viriam posteriormente a crescer e a instalar fiações; as fábricas criadas por sociedades comerciais, exclusiva ou maioritariamente compostas por sócios do Porto e, regra geral com sede social no Porto, foram quase exclusivamente verticais. As excepções são raras.

3.5.1. As primeiras fábricas no vale do Ave de sociedades comerciais do Porto

As sociedades comerciais constituídas na cidade do Porto para construção de fábricas têxteis no vale do Ave, integravam uma grande diversidade de sócios. Por vezes abrangiam várias dezenas de pequenos e médios accionistas, envolvidos em torno de um investimento definido por um ou mais sócios, de quem partira a concepção do projecto respectivo. Os pequenos e médios accionistas eram aforradores de todo o tipo, "brasileiros"[373] e muitos outros dos chamados "capitalistas" da cidade, envolvidos em negócios e actividades por vezes especulativas. Em muitas situações, como por exemplo na Fábrica de Fiação e Tecidos do rio Vizella, na Empresa Industrial de Santo Tirso ou na Empresa Industrial Sampedro, os proprietários dos terrenos onde se iriam instalar as fábricas, integravam as sociedades com um capital correspondente naturalmente ao valor dos mesmos terrenos. Os sócios ligados à concepção dos projectos e os financiadores de maior peso foram basicamente importadores de máquinas, armazenistas de tecidos e casas bancárias. Não encontrei nenhuma situação em que uma mesma fábrica se tenha deslocado do Porto para o Ave, ou mesmo que os respectivos proprietários tenham desactivado a produção no Porto e criado outra unidade produtiva no Ave. Só na primeira fábrica instalada no Ave a partir do Porto, a Fábrica de Fiação e Tecidos do rio Vizella, participaram na sociedade

fabricantes de tecidos do Porto. Eram três, numa sociedade de onze, não detinham as maiores quotas, nem participaram na construção e organização técnica da fábrica, da responsabilidade de um engenheiro estrangeiro.

Houve algumas situações de evolução dentro da mesma família, onde se processou uma deslocação espacial ao longo do tempo, em paralelo a uma alteração na própria actividade. Ainda que raros são situações pertinentes. A título de exemplo:

César Augusto Félix, armazenista de tecidos na rua de Passos Manuel no Porto, fez uma sociedade comercial com os filhos, "Félix e Filhos". Três dos filhos ligaram-se, mais tarde a fábricas têxteis. Um foi gerente da Fábrica de Fiação e Tecidos do Porto e posteriormente da Empresa Têxtil da Cuca (no vale do Ave). Outros dois construíram, em 1926, uma fiação autónoma, em Santo Tirso, actualmente ainda em actividade.

Ocorreram também outro tipo de ligações quer dentro da própria indústria têxtil, quer com outras empresas, de outros ramos que, embora formalmente não tenham consistido numa deslocação territorial, conduziram à deslocação de capitais e se inscrevem no processo de financiamento do Ave a partir do Porto. Trata-se das ligações decorrentes de casamentos entre membros de famílias das empresas instaladas no Ave e das empresas do Porto, aí se destacando as associações a importadores de algodão em rama, importadores de máquinas ou produtos químicos ou a outras actividades industriais (muito raros estes últimos casos).

Uma tendência que também se generalizou nas empresas ligadas a sociedades comerciais sediadas no Porto, foi a progressiva concentração do capital num número reduzido de sócios ou apenas nos de uma mesma família. As unidades ligadas a fundadores locais foram-se mantendo, regra geral, na família do fundador. A médio prazo, resultou daqui o alargamento do modelo dominante de empresas familiares, originariamente característico das empresas de raiz local.

A Empresa Industrial de Santo Tirso - Arco Têxteis fundada em 1923 por uma sociedade que integrava 29 elementos, com uma dispersão muito grande do capital, era, no início dos anos trinta quase exclusivamente de Alfredo Rezende Gomes de Almeida, cujos descendentes são actualmente os seus únicos proprietários. Na Empresa Industrial Sampedro, L.da, fundada em 1921, também a

---

373 ALVES, Jorge Fernandes – *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto:

partir do Porto, por um conjunto vasto de pequenos e médios accionistas, encontra-se actualmente como gerente e sócio maioritário, com cerca de metade do capital social, um descendente de um dos fundadores.

Naturalmente que estes processos de concentração ocorreram nas empresas que cresceram e se inscreveram na tendência dominante da fileira (nas histórias de sucesso). Nos casos de ineficiência, quer nas sociedades sediadas no Porto, quer nas empresas familiares de raiz local, a decadência e falência encarregaram-se de as fazer desaparecer. As décadas de vinte e trinta foram particularmente agitadas em termos de aparecimento de novas unidades produtivas e falência de pré-existentes, aquisições e fusões.

Da história das empresas mais representativas deste tipo a Fábrica de Fiação e Tecidos do rio Vizella é um dos melhores exemplos.

Esta fábrica pode ser apontada como tendo sido o primeiro passo do processo de transferência da indústria têxtil do Porto para o vale do Ave. Pelo menos é o facto de maior visibilidade. Montada por uma sociedade constituída em 1845 e com sede no Porto, representou uma iniciativa pioneira que viria a determinar o desenvolvimento regional da fileira. Muito se tem investigado recentemente sobre as circunstâncias em que se terá operado a criação da respectiva sociedade, assim como sobre quais terão sido as razões da escolha da sua localização.[374]

"A fabrica de Vizella foi montada com grandes sacrifícios por alguns capitalistas do Porto, os quaes durante dezasséis annos não receberam juro algum, e tiveram de fazer grandes sacrificios e pagar grandes juros para conseguirem aguentar a fabrica; e se nao fosse o facto da guerra da América, com certeza a fabrica de Vizella teria fechado, e não se teriam montado as fabricas que se montaram depois"[375]. Este depoimento consta do Inquérito Industrial de 1881. Muitas obras posteriores sobre a indústria têxtil vão repeti-lo quase na íntegra e para além de alguns juízos de valor pouco realistas, nomeadamente a respeito dos sacrifícios passados pelos sócios, este depoimento refere aspectos importantes.

Gráficos reunidos, 1994. Tese de doutoramento.

[374] O Arquivo Histórico da Indústria Têxtil, actualmente a ser organizado pela Câmara Municipal de Santo Tirso, dispõe de documentação inédita sobre a fábrica, parte da qual foi utilizada na exposição comemorativa dos 150 anos. Outra informação ou documentos não se encontram ainda acessíveis nem puderam por isso ser consultados neste trabalho.

[375] *Inquérito Industrial de 1881*. 1ª Parte. Depoimentos. Lisboa: Imp. Nac., p.93

A sociedade comercial estabelecida entre 1845 e 1846, no Porto, integrava onze sócios, com uma grande dispersão do capital. Os sócios maioritários eram E. Cauchoix, um engenheiro francês (com 33,3% do capital) e António José Cabral, proprietário de uma tecelagem na rua do Príncipe (actual rua do Rosário), freguesia de Cedofeita, no Porto. A contribuição do engenheiro foram as máquinas e dele terá partido toda a iniciativa. Segundo as condições definidas nos estatutos da sociedade, ele assumiria a montagem da fábrica, dirigiria a fiação e asseguraria o pagamento de juros sobre o capital investido, aos restantes sócios[376]. Foram bastante agitados os primeiros anos da vida desta empresa, tal como já se relatava no Inquérito de 1881 o que se compreende uma vez que a tecelagem industrial se encontrava num estádio muito mais atrasado. Mas ela viria a tornar-se a maior fiação do vale do Ave no início do século.

Também na Fábrica de Fiação e Tecidos do rio Vizella se foi operando uma concentração do capital num número restrito de sócios, no caso António José Cabral e, posteriormente os seus descendentes. A própria fundação da fábrica aparece por vezes atribuída a António José Cabral, como por exemplo nos livros de Carlos Bastos, provavelmente porque desde cedo ele assumiu a gerência, ocupada posteriormente por um filho, um neto e um bisneto. Embora não tenha encontrado nenhuma informação escrita, consta que Diogo José Cabral Júnior, primeiro Conde de Vizela e neto de António José Cabral, que foi gerente da fábrica de 1884 a 1923, tinha ligações a Inglaterra e à Índia, onde teria vivido[377].

Ao longo de mais de um século, esta fábrica foi-se mantendo em actividade, vivendo épocas de maior prosperidade e períodos de crise, mantendo-se como uma das maiores fábricas do vale do Ave. É sobretudo uma fábrica emblemática do período inicial de expansão da indústria têxtil no Ave. Em 1972, num estado de falência aparentemente irrecuperável, paralizada havia alguns anos, foi comprada por Narciso José Machado Guimarães, proprietário de outras três unidades fabris – A Fábrica de Fiação e Tecidos de Bairro, a Empresa Industrial de Negrellos e a Fiatece – que na época precisava de instalações para os acabamentos dos produtos dessas mesmas fábricas. Hoje em dia continua em

---

376 ALVES, Jorge Fernandes; LACERDA, Silvester - Fábrica de Fiação e Tecidos do rio Vizella. As Origens. *O Tripeiro*. 7ª série. Ano XV - N.os 1-2 Jan/Fev. 1996. pp. 41 a 46.

377 Um dos actuais proprietários e administrador da Fábrica referiu este facto na entrevista que me concedeu para o trabalho, referindo especificamente que António José Cabral tinha vivido na Índia e conheceria a indústria têxtil local assim como a inglesa.

actividade embora modificada e com partes não utilizadas. É propriedade dos descendentes de Narciso José Machado Guimarães.

O que a Fábrica do rio Vizella põe em evidência de forma um pouco mais clara por causa da sua dimensão e visibilidade, e corresponde a um comportamento médio de um conjunto de empresas que protagonizaram a transferência do Porto para o vale do Ave, é a forma como uma deslocação espacial pode representar uma estratégia de sobrevivência e expansão de uma fileira industrial.

3.5.2. Fábricas e empresas do Ave, com raízes locais

As fábricas deste segundo tipo abrangem um universo mais diversificado do que o primeiro, sobretudo na dimensão e nos produtos, ainda que haja elementos transversais comuns que permitem agregá-las. Aquela diversidade decorre de imediato de uma questão temporal. É preciso distinguir as unidades industriais com origens mais remotas que se reconverteram e inscreveram no comportamento dominante da fileira a partir do momento em que esta se estrutura segundo novos padrões, das unidades surgidas de novo, nesse período. Este aspecto é de crucial importância uma vez que se prende com a própria origem da fileira regional.

O modelo dominante das fábricas fundadas por iniciativa local caracteriza-se basicamente por um conjunto de elementos. São acima de tudo tecelagens, que começaram de forma muito limitada e posteriormente cresceram e assumiram a forma de fábricas propriamente ditas. Repetem-se em publicações diversas os relatos do comerciante ou vendedor ambulante que montou um par de teares adquirido fora da região, numa construção rudimentar e controla um conjunto de teares domésticos, a quem fornece o fio e compra o trabalho de tecer. Progressivamente vai aumentando a sua produção e organizando a sua fábrica.

Para além dos comerciantes de tecidos, há comerciantes de outros produtos, corretores de algodão e, em casos raros, artesãos, a iniciarem tecelagens organizadas. Nalguns casos mais antigos, estes comerciantes que se transformam em industriais de algodão, já anteriormente distribuíam teias ao domicílio, para tecelagem do linho. Não há porém muitos relatos dessas situações. António da Costa Guimarães, fundador da Fábrica do Castanheiro, em Guimarães, terá sido um deles, segundo contam os actuais proprietários, seus descendentes e herdeiros.

Estas primeiras tecelagens nasceram sempre de capitais próprios, do aforro individual dos fundadores, não recorrendo ao crédito, nem tendo ligações à banca. A capacidade de autofinanciamento constitui ainda hoje um motivo de orgulho em muitas empresas que nasceram segundo este modelo, reflexo sintomático da imagem do mérito pessoal no caminho do sucesso.

A evolução posterior destas tecelagens foi basicamente de dois tipos: ou avançaram para montante e para jusante, instalando fiações e acabamentos, convertendo-se em empresas verticais, ou se mantiveram na tecelagem, eventualmente introduzindo acabamentos e pequenas secções de confecção de têxteis-lar (roupa de cama, atoalhados e felpos).

Num período posterior, muitas destas empresas de raiz local, estabeleceram firmas comerciais no Porto.

Associadas desde a sua origem a uma família, estas empresas registaram um movimento muito intenso de alterações na composição das respectivas sociedades. Dividiram-se muito, dando origem a novas empresas, ligaram-se por casamentos com outras similares, fundiram-se, etc. tendo-se desenvolvido uma teia muito complexa de relações. A divisão do capital pelos sócios, descendentes, regra geral, do fundador, foi maior ou menor em função do número de filhos, das teias de relações familiares que se foram criando e da capacidade de alguns mais eficientes, nas mãos de quem se reconcentrava mais tarde esse capital. Uma prática que se tornou comum nalgumas das maiores destas empresas foi a formação, geralmente da segunda geração, no estrangeiro. Muitos destes primeiros industriais, vindos "do nada", como orgulhosamente ali, se reafirma, mandaram os seus filhos estudar engenharia têxtil, química ou mecânica, no estrangeiro, primeiro em Inglaterra ou em França e, mais tarde, sobretudo depois da II Guerra, na Alemanha ou na Suiça. É possível estabelecer um paralelismo entre esta prática e outra posterior, entre a segunda e a terceira geração onde regra geral, dos filhos mais velhos, um é economista e outro engenheiro.

Traço também comum a estas empresas é também uma maior longevidade. Das grandes fábricas associadas na sua fundação a sociedades actualidade, aquelas que por falência e posterior venda ou por concentração progressiva do capital nas mãos de um único grupo familiar, se converteram em sociedades familiares (no sentido em que só membros de uma mesma família detêm capital, mesmo que se trate de sociedades anónimas).

Este será um elemento de crucial importância na estrutração da fileira num quadro regional, fortalecendo a inscrição territorial em todos os níveis da vida social e económica da região.

O processo de aumento da dimensão média das empresas industriais têxteis do vale do Ave associou-se assim a um percurso de ascenção social típico dominante em que a passagem para os níveis mais elevados da pirâmide social se processou pelo enriquecimento, no sentido de posse de bens, na indústria, diferente do que se registou em áreas urbanas, nomeadamente no Porto, onde a indústria não foi veículo de ascenção social dominante[378]. E isto apesar da indústria ter dominado a base económica da cidade a partir da segunda metade do século XIX. O facto é que esse domínio foi temporário, deslocando-se os segmentos produtivos para o Ave e permanecendo na cidade apenas os segmentos da fileira, exteriores à produção.

Localmente o sucesso ou fracasso das iniciativas industriais individuais foi marcando cada vez de forma mais profunda a competitividade social.

A manutenção da empresa na posse exclusiva de uma família tornou-se uma questão de tal forma crítica na sua competitividade que, em muitos casos, foram definidas regras internas sobre a divisão do capital social ou sobre a participação na gestão que ainda hoje se mantêm em vigor: na ASA, por exemplo, só um filho de cada estirpe pode trabalhar na empresa; na Castanheiro, até 1948, só os filhos do sexo masculino podiam herdar quotas; na ARCO ou na Têxtil Manuel Gonçalves só há sócios da família.

Outra marca distingue as empresas de raiz local: ao longo da sua história, os períodos de sucesso ou declínio andam associados à pessoa que nessa época geriu a empresa. Têm uma história personalizada ao longo do tempo. As variações e vicissitudes das empresas dependem mais de quem as dirige a cada momento do que de outros factores conjunturais. Daí também que o enraizamento da fileira passe mais por estas empresas do que pelas sociedades sediadas no exterior. Com efeito, a vida das primeiras depende das competências locais, do conhecimento tácito da região, daquilo que ao longo do tempo se foi aprendendo e acumulando em experiência.

---

[378] Sobre a mobilidade social: DAUMARD, Adeline – La société bourgeoise en france au XIX.e siècle. *Revista de História*. 1989, vol.IX, Faculdade de Letras do Porto. P.247-266. CRUZ; Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1994 (Tese de doutoramento em História).; THRIFT, Nigel;WILLIAMS, Peter - *Class and Space. The making of urban society*. London: Routledge & Kegan Paul, 1987

Daniel BERTAUX, a partir de estudos de casos, expôs as suas conclusões sobre o funcionamento das empresas familiares, divergente da perspectiva dominante na sociologia[379]. Segundo ele, tradicionalmente, os sociólogos acreditavam que o capital estava cada vez mais na dependência dos gestores assalariados e que "aquilo que restava das grandes famílias ia por água abaixo, de falência em falência, passando-se o tempo em querelas intestinas e acabando-se por vender aos Americanos; ou aos Belgas. A era do capitalismo familiar estava em vias de acabar, ..."[380]. Bertaux pensa de outra maneira: "o processo real" é, "muito pelo contrário, a concentração de riquezas fabulosas e de um poder inaudito, nas mãos de algumas grandes famílias, aliás todas ligadas umas às outras por múltiplos laços de dinheiro ou de casamento, e formando uma espécie de núcleo duro da muito grande burguesia, a que também se chama oligarquia financeira"[381]. Em princípio, a direcção das empresas passa para os filhos ou filhas, elas próprias ou os genros. Enfim, quando é preciso chama-se um genro que, por seu turno deverá ser muito eficiente. Um *outsider*, por muito competente que seja e muito bem remunerado que possa vir a ser, nunca será incluido no grupo social do topo, se não se casar lá. ... "poder-se-iam citar muitos exemplos de homens que fizeram fortuna nos negócios e que para a oligarquia são adventícios para toda a vida: a verdadeira marca do adventício não é uma questão de cultura, como se julga, mas uma questão de integração social pelo casamento. E o verdadeiro sinal de ascensão social não reside no número de zeros da conta bancária, mas nos laços familiares."[382]

O enraizamento da indústria têxtil no Norte de Portugal dependeu e processou-se de forma articulada com a formação de uma nova classe social – uma classe regional.

Do grupo de empresas que pretendo agregar pela sua raiz local, muitas atravessaram os anos oitenta e noventa e continuam hoje em actividade.

A Fábrica do Castanheiro em Guimarães, fundada por António da Costa Guimarães é, sózinha, um exemplo dos momentos mais importantes da história deste grupo de empresas e da expansão da própria indústria têxtil algodoeira do vale do Ave. Centenária, desvia-se inicialmente um pouco do percurso típico das

---

379 BERTAUX, Daniel – *Destinos Familiares e Estrutura de Classe*. Lisboa: Moraes, 1978. P.249

380 Ibidem Idem

381 Ibidem, Idem

empresas de raiz familiar que quero descrever, por ser mais antiga e entroncar directamente na indústria do linho. Fundada em 1884, só em 1900 começa a trabalhar o algodão, com tecelagem, instalando uma fiação em 1912. Antes de comprar os novos teares para o algodão, instalados em 1900, António da Costa Guimarães, enviou um empregado, Manuel Pereira Bastos a Manchester para estudar a aquisição das máquinas. No conjunto das empresas de raiz local, a Castanheiro é uma fábrica pioneira a vários níveis, nomeadamente na instalação da fiação. Situações como esta retratam a capacidade local de utilizar as inovações tecnológicas produzidas no exterior e vão-se repetir ao longo do tempo.

Agostinho da Silva Areias, por exemplo, era sarreiro, isto é, limpava o sarro das pipas de vinho que vendia de seguida, de terra em terra, para adubo dos campos. De comerciante de sarro e por calcorrear as freguesias de Guimarães e mesmo de concelhos limítrofes, tornou-se "fabricante" de tecidos por entregar teias para tecelagem pelos tecelões dispersos pelos campos. Mais tarde montou uma tecelagem própria que se viria por seu turno a tornar numa fábrica.

Outro caso representativo é o do actual conjunto de empresas da família Machado Guimarães: Fiatece, Sociedade Têxtil Narciso José Machado Guimarães e Filhos, L.da, Empresa Industrial de Negrelos, L.da, Fábrica de Fiação e Tecidos de Bairro, l.da e Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizella, L.da. O que hoje constitui um grupo industrial que agrega quatro antigas empresas autónomas, é acima de tudo uma longa história de sucesso de uma dinastia industrial iniciada no final do século XIX por José Machado Guimarães que começou por trabalhar na Fábrica de Santo António do Caído, do sogro, José Alves Salazar, em Pevidém, uma das mais antigas fábricas propriamente ditas, para em 1922 montar uma fábrica própria.

3.6. Balanço do primeiro período de expansão

A concentração de grande número de unidades fabris ao longo dos vales dos rios Ave e seus afluentes nas secções média e superior – Pelhe, Pele, Selho, Vizela, Ferro e Bugio – era, no final dos anos vinte, muito intensa. Toda a história posterior da indústria têxtil algodoeira do noroeste seria marcada pela manutenção

---

382 Idem, p.259

e reforço deste padrão de localização, nunca se tendo registado, até à actualidade, uma nova deslocação.

Foram as novas fiações do final do século passado que deram o impulso inicial ao desenvolvimento da grande indústria que viria a dominar os períodos posteriores. Apoiadas inicialmente no consumo das tecelagens, onde a produção dos inúmeros grupos de industriais em domicílio, como lhe chamou o inquérito industrial de 1881, dispersos pelas áreas rurais do vale do Ave, desempenhou um papel fundamental, só viriam de facto a atingir um estádio de estabilidade que lhes possibilitou o seu crescimento, a partir do momento em que também a tecelagem se reestruturou para formas mais concentradas. Foi aliás por esse meio que as próprias fiações iniciais conseguiram penetrar nas áreas de produção artesanal independente, longe das antigas fábricas de tecidos ou oficinas urbanas, da cidade do Porto, sem obstáculos, controlando de seguida a tecelagem e induzindo nela as transformações necessárias ao seu crescimento. A produção crescente de fios de algodão, cada vez mais finos e com possibilidade de serem tingidos, antes de serem tecidos, precisava de aumentos no consumo, por parte das tecelagens. O desenvolvimento tecnológico a nível da tecelagem e a aplicação de teares mais modernos viria a responder a essa necessidade. A reestruturação da tecelagem decorreu porém de forma integrada, a nível da fileira, vindo a determinar o aparecimento de um novo modelo de organização da produção, representado pelas fábricas verticais ou integradas, onde se concentravam, numa única empresa ou mesmo unidade fabril, todos os segmentos da fileira, da fiação aos acabamentos de tecidos. A expansão deste modelo, dominante durante um longo período que se estendeu para além do segundo grande período de desenvolvimento da têxtil algodoeira – o ciclo de África - viria nomeadamente a determinar o declínio e mais tarde desaparecimento das estamparias do sul do país, localizadas especialmente em Lisboa, consolidando assim, de forma mais acentuada a mancha regional no noroeste de Portugal.

4. EXPANSÃO E ESTABILIZAÇÃO

4.1. O Ciclo de África

O segundo grande período da história da indústria têxtil algodoeira moderna, no noroeste de Portugal, de grande crescimento e expansão económica, foi fundamentalmente dominado pelas relações com as colónias portuguesas em África.

Esse crescimento só veio a ser possível porém, por se terem reunido no período anterior, um conjunto de circunstâncias que o determinaram e, em particular, por se ter consolidado a articulação entre a fileira produtiva e a base territorial.

As novas tecelagens irão constituir o factor determinante do desenrolar do ciclo de África, como as fiações determinaram o ciclo anterior. Ao contrário destas últimas, não determinaram nenhuma migração territorial da fileira, antes vieram a reforçar as escolhas locativas anteriores e as fábricas verticais que foram sendo criadas a um ritmo acelerado, sobretudo a partir dos anos 20, contribuiram para estruturar de forma mais integrada o vale do Ave, enquanto região têxtil. As alterações espaciais deste período fizeram-se assim sentir com maior incidência no interior da região. A produção concentrou-se, o trabalho em domicílio foi desaparecendo, convertendo-se, em muitos casos, o artesão em operário e reforçou-se o grau de integração da fileira, ganhando capacidade concorrencial com outras regiões. Neste domínio, é sem dúvida a decadência das empresas têxteis exteriores ao eixo Porto-Ave, nomeadamente a quase extinção das estamparias e outras unidades industriais têxteis de Lisboa, o elemento mais relevante que a evidência empírica oferece.

Nem todas as tecelagens, novas ou reconvertidas, se inseriram em unidades integradas verticalmente. Muitas sugiram e outras se mantiveram autónomas, algumas até à actualidade, gravitando em torno de fiações ou unidades verticais, de forma independente ou em regime de sub-contractação. Com o tempo, especializar-se-iam, em produtos, nomeadamente no âmbito dos têxteis-lar, produzindo atoalhados ou roupa de cama. Paralelamente às tendências fortes de integração e crescimento de grandes unidades verticais, acentua-se portanto, a divisão social do trabalho, com a proliferação de tecelagens especializadas em produtos.

Para além das modificações internas de organização da produção, com o aumento da integração vertical e do reforço da inscrição territorial, o período que decorreu do final dos anos vinte até ao fim do colonialismo ficou marcado pelo aumento da independência e autonomia da indústria têxtil algodoeira em relação aos grandes produtores mundiais, com destaque para Inglaterra. Assegurando internamente, no território nacional, as condições para a sua sobrevivência (crescimento), a indústria autonomizou-se e libertou-se da dependência inglesa com que tinha praticamente nascido. Esta autonomia traduziu-se no reforço das funções de nível superior da divisão técnica do trabalho e da conquista de um maior controle. Ainda que transitória, esta situação foi decisiva não só para o desenvolvimento posterior da fileira, como para a região têxtil do noroeste. Um dos domínios onde exerceu maior impacto terá sido, nomeadamente ao nível social, possibilitando a formação de uma classe empresarial regional com características específicas, não só ao nível da organização da produção, como também ao nível dos modelos de reprodução social dominantes.

A autonomia ou independência transitória foi provavelmente a característica mais marcante do período em questão. Ela permitiu à fileira e à região manter uma competitividade no quadro da concorrência internacional superior à sua real capacidade produtiva. Com efeito, a indústria têxtil algodoeira portuguesa nunca teve, nem tem hoje em dia, uma expressão significativa no quadro internacional. Durante este longo período do ciclo de África, manteve-se porém em crescimento e assegurou a sua competitividade externa à custa da realização no interior do território nacional, dos níveis necessários de rendibilidade. Tal só foi possível devido a um conjunto de factores. Em primeiro lugar, devido à concentração e captação do investimento interno capaz de superir o declínio ou mesmo abandono durante alguns períodos, dos investimentos estrangeiros, nomeadamente durante a II Guerra. Em segundo lugar, devido à conjugação de estratégias individuais com uma política governamental favorável e incentivadora. O papel da regulação do Estado, neste contexto foi efectivamente decisivo, combinando estratégias económicas com estratégias políticas, num apoio incontestavelmente forte e proteccionista à fileira têxtil. África ocupou neste quadro o ponto central. Foi simultaneamente alvo de umas políticas e meio de viabilização de outras. As políticas internas de manutenção dos salários da indústria a níveis baixos, conjugadas com as políticas sobre os preços dos produtos agrícolas e outras, asseguraram a estabilidade ao nível da mão-de-obra e da bacia de emprego da área.

Mantida porém a competitividade da fileira em grande parte através de estratégias exteriores a ela própria, aquela autonomia nacional não perdurou para sempre, nem se mantiveram os ganhos de produtividade interna iniciais. No final do ciclo de África, verificar-se-à uma grande disparidade entre a estrutura da indústria têxtil algodoeira portuguesa e a de outras regiões. O relativo conforto durante o ciclo, tornou desnecessárias algumas reconversões tecnológicas seguidas por outros produtores noutras regiões. Desaparecidas as condições que sustentavam esse conforto - independência das Colónias - por razões também exteriores à própria fileira, percebe-se bem como a competitividade se veio a alterar rapidamente, modificando-se paralelamente a inserção da região na divisão internacional do trabalho. Fundamentalmente revelaram-se, nos períodos posteriores, grandes clivagens internas com a perda de competitividade e autonomia e independência de um segmento importante das empresas têxteis. Tal não significou, como não significa hoje em dia, o desaparecimento ou declínio total. Houve sim uma redução no número de empresas e de empregos, diminuiu a importância relativa das indústrias têxteis na base económica nacional e redefiniram-se as condições de sobrevivência. Só um desempenho eficiente, num quadro de total internacionalização, assegura hoje em dia essa sobrevivência a um conjunto restrito de empresas.

Porque o apoio governamental à trajectória da indústria têxtil algodoeira portuguesa durante o longo período do ciclo de África obedeceu mais a objectivos políticos do que de crescimento económico, não se inscrevendo numa política integrada de desenvolvimento industrial, nunca se fortaleceram as relações inter-sectoriais entre a têxtil e outros sectores, nomeadamente as indústrias químicas ou mecânicas e metalúrgicas. Talvez por isso as hipotéticas reconversões que se poderiam (ou deveriam) ter operado, nunca chegaram a generalizar-se. Nem mesmo as indústrias do vestuário e das malhas que mais tarde, a partir dos anos sessenta vão registar um grande crescimento, vão articular-se técnica e locativamente com a têxtil.

Paradoxalmente também, no final do período colonial, a têxtil instalada nalguns dos territórios coloniais era concorrente da indústria metropolitana mais do que complementar ou sucessora. O Estado encontrava-se, na altura, numa situação crítica de simultaneamente se ver obrigado a defender interesses antagónicos de empresas sediadas no Continente e iniciativas de raiz local em colónias, mesmo que levadas a cabo por capitais metropolitanos.

Da mesma forma que para Inglaterra tinha sido mais barato sustentar o crescimento e modernização industrial pelo alargamento de mercados do que pela reconversão interna, também em Portugal, a indústria têxtil algodoeira se expandiu, cresceu e modernizou, com o suporte dos mercados africanos, abrindo uma oportunidade de posterior desenvolvimento industrial autónomo, nesses territórios.

4.1.1. Os limites

O ciclo de África correspondeu a um período de cerca de cinquenta anos. Qualquer que seja a abordagem que se faça à indústria têxtil algodoeira portuguesa, evidencia-se claramente um período distinto nas séries longas das principais variáveis de caracterização da fileira, coincidente com o intervalo que decorreu da aplicação de medidas legislativas para as colónias, nos anos vinte, para a promoção da cultura do algodão em rama, até ao final da colonização, com o 25 de Abril de 1974. O ciclo de África na indústria têxtil, não se limitou à cultura do algodão, embora ela se tenha tornado um elemento chave da política colonial. Nem se trata de um período homogéneo. Pelo contrário, é possível identificar mudanças no comportamento da fileira, quer internamente, quer nas suas relações com as próprias colónias. De qualquer forma, é possível definir este período como um grande ciclo, a partir do qual novas reestruturações se evidenciam.

Se as estatísticas disponíveis para balizar o período anterior, de deslocação, do Porto para o Ave, apresentaram bastantes dificuldades, também a delimitação do ciclo de África não é fácil em termos de datas precisas.

Como limite inferior, penso que a melhor data é 1926, quando pelo Decreto nº11994, o Estado retoma as intenções de legislação de 1906, nunca realizadas, de promoção da cultura do algodão em Angola e Moçambique, decalcando a política de outras potências colonizadoras. "Considerando que os brilhantes resultados obtidos em África por ingleses, franceses e belgas provam que os melhores processos de conseguir o incremento da produção de algodão consistem em fomentar a cultura feita directamente pelos indígenas, e em estabelecer uma judiciosa regulamentação de cultura, da selecção e distribuição das sementes e da compra e venda do algodão, ao mesmo tempo que uma severa fiscalização sanitária, a fim de reduzir ao mínimo possível os estragos causados aos algodoeiros

pelas múltiplas doenças e parasitas que os atacam;".[383]..o Estado vai conduzir e controlar essa mesma cultura.

Nos anos que se seguiram, o Estado completou esta medida inicial com outras, não só de carácter legislativo, como com a criação de instituições vocacionadas para a gestão da cultura do algodão nas colónias e subsequente consumo na indústria metropolitana.

1926 é uma data representativa dos processos em curso naquela época, não só na indústria têxtil algodoeira, como na política colonial e económica do Estado[384]. As alterações que se registaram de seguida, foram porém muito rápidas e não podem ser atribuidas apenas ao impacto daquele decreto isoladamente. Parece sim verosímil que o decreto e as medidas subsequentes tenham resultado de uma certa pressão da indústria têxtil metropolitana, num momento crítico da sua organização, com excesso de capacidade de produção, sobretudo de fios, a que se continuava a impor uma expansão na tecelagem, dependente, naturalmente do alargamento dos mercados. Por outro lado e não se pode negligenciar a importância do facto nesses primeiros anos da Ditadura, a pressão internacional sobre Angola e Moçambique era muito grande, pondo em causa a capacidade de colonização efectiva por parte de Portugal. Uma das prioridades políticas do Estado era precisamente a manutenção do Império.

Desde o século XIX que se valorizavam as potencialidades das colónias enquanto mercados, quer internamente quer pelos outros países. É mesmo de admitir que a presença de capitais ingleses no final do século XIX e inícios deste século, na têxtil algodoeira, visasse os mercados africanos e não apenas o mercado português do Continente. A política comercial dos ingleses sempre se baseou no controle do comércio internacional desde épocas anteriores à revolução industrial. Pela mão dos ingleses ou como causa própria, a verdade é que, desde o final do século XIX, que, no Porto, se manifestava o interesse pelos mercados africanos. Um dos ecos dessa tendência foi a Sociedade de Geografia Comercial do Porto, criada em 1880, com uma vida efémera de cerca de oito anos, que mais não era que um forum de discussão sobre as estratégias comerciais para as colónias. "Conhecendo-se como se conhecem, as relações comerciais

---

383 Decreto nº 11:994 de 30 de Julho de 1926.

384 João FERRÃO delimita precisamente o período de 1926 a 1974 como o do desenvolvimento da indústria moderna, em Portugal, subdividido por sua vez, em vários sub-períodos. FERRÃO, João – *Indústria e Valorização do capital – Uma Análise Geográfica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1987. Memórias do CEG nº11.

posteriores, sobretudo a partir de 1892, podemos bem ver como a burguesia portuense as prospectava, nesta altura [1880], da forma mais correcta para os seus interesses. É notável que se admitisse, o que viria a ser um facto, a indústria têxtil como o factor principal não somente do comércio como sobretudo do domínio colonial a estabelecer."[385]

Se o Estado Novo recorreu com eficácia à indústria têxtil algodoeira da Metrópole para as suas estratégias coloniais, a verdade é que esta não deixou de utilizar com idêntica eficácia as virtualidades daí decorrentes. Por isso o ciclo de África foi de grande prosperidade e deixou um marca definitiva na fileira.

Viria a ser porém a indústria têxtil a primeira a abandonar África, no sentido em que reorientou as suas estratégias próprias para outros objectivos e mercados internacionais, antes de formal ou politicamente ter perdido os mercados coloniais, com a independência das colónias a partir do 25 de Abril de 1974.

É difícil estabelecer o limite final deste ciclo de África. Um segmento considerável da indústria já não dependia de África, antes do 25 de Abril. Desde os anos sessenta que a têxtil algodoeira exportava grandes quantidades de fios para os países parceiros de Portugal, na EFTA e para os Estados Unidos da América, Canadá ou República Federal da Alemanha, entre outros. Também o algodão colonial deixou, a partir do início dos anos sessenta, de deter a mesma importância que nos anos anteriores, no abastecimento da indústria metropolitana.

O fim do Estado Novo é porém talvez o melhor limite do ciclo de África, ou seja de um período específico de desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira portuguesa, pelo carácter simbólico que possui, já que juridicamente é a partir dessa data que se rompem os laços de dependência e articulação das bases económicas das colónias com a economia metropolitana. Foi um período marcado por um modelo de organização dominante definitivamente associado a um modo de regulação caracterizado acima de tudo, pela intervenção institucional e jurídica do próprio Estado. O vasto conjunto de empresas construidas ou consolidadas à sombra desse modelo viriam a ser as mais penalizadas com a ruptura, raramente lhe sobrevivendo, mesmo que o seu desempenho e rendibilidade tivessem estado nos melhores níveis, anteriormente. Ou seja, a sobrevivência ao ciclo de África dependeu de um conjunto de factores mais

---

385 CAPELA, José - *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900)*. Porto: Ed. Afrontamento, 1975. p.122-123.

ligados à organização e ao processo de trabalho, do que à dimensão ou ao nível tecnológico das unidades produtivas.

Por isso mesmo, os destinos posteriores das unidades industriais têxteis não foram ditados apenas pela localização no Continente ou nas Colónias. Fábricas recém constituidas, em colónias, ao tempo do 25 de Abril de 1974, sobreviveriam posteriormente, como por exemplo a Texlom, na Matola, em Moçambique, que iniciou a sua actividade em 1973 e se manteve ainda em actividade, até ao final dos anos noventa. Outras unidades industriais têxteis sobreviveram, nas colónias, após a respectiva independência e ainda que paralizadas por alguns períodos de guerras ou outras convulsões sociais, a sua reactivação é um indicador de que o seu processo de trabalho e o seu nível tecnológico podem ser eficientes hoje em dia.

Na Metrópole, por seu turno, nem todas as unidades sentiram o fim do ciclo de África com a mesma intensidade, tendo sido afectadas, obviamente, aquelas fábricas cuja actividade dependia dos mercados africanos. As unidades industriais cuja estratégia de produção, quer no que diz respeito aos produtos quer no processo de trabalho, se tinham reorientado noutra direcção e se tinham inserido de forma melhor articulada, no quadro internacional, não só não foram afectadas como ainda receberam algumas vantagens do fracasso das primeiras, através das óbvias mais-valias de transferência, mesmo que temporárias e efémeras. Estão neste caso as fiações, cujos produtos se destinavam essencialmente às indústrias de malhas dos países da EFTA ou as especializadas em têxteis-lar. As vantagens foram temporárias porque também elas tiveram de se confrontar a médio prazo, com novas reestruturações da fileira têxtil, dando lugar a uma nova geografia industrial no Norte de Portugal.

4.1.2. Política industrial e política colonial

A indústria têxtil algodoeira portuguesa não foi original em relação aos mercados africanos. A Inglaterra, com um modelo relativamente distinto das outras potências colonizadoras, foi pioneira no controle dos mercados africanos e na produção de matérias primas – o algodão – nos mesmos territórios. A África francófona desempenhou um papel decisivo no desenvolvimento das indústrias têxteis belga e francesa, não só a nível de mercados de consumo como de

produtores de algodão[386]. Mesmo nas décadas de 60 e 70, as empresas francesas e belgas procuraram reforçar as suas posições nos mercados africanos das respectivas colónias, progressivamente convertidas em países independentes, desafiando novas empresas estrangeiras em concorrência crescente naqueles territórios. Embora, mais recentemente, a implantação industrial de grandes grupos têxteis na África francófona se tenha inscrito numa estratégia de internacionalização, com deslocação dos segmentos mão-de-obra intensivos para o Terceiro Mundo, com posterior exportação de produtos para a Europa, inicialmente, as colónias africanas dos países europeus foram, de forma generalizada importantes enquanto mercados e produtores de algodão[387].

A originalidade do caso português residiu sim na forma como a política industrial e a política colonial se articularam entre si, numa estratégia híbrida de contornos pouco claros. A indústria têxtil algodoeira, especificamente, foi confrontada com um quadro complexo. Por um lado, encontrando-se, nos primeiros tempos do Estado Novo, num estádio de desenvolvimento manifestamente superior a outros sectores industriais – quanto a número de unidades fabris, emprego, produção, valor acrescentado e taxa de cobertura dos principais produtos – foi utilizada como meio privilegiado da política colonial. Por outro lado e precisamente pelas mesmas razões do de cima, não conseguiu adaptar-se ao modelo dominante da política industrial em aplicação, marcada pela filosofia corporativista e dominada pela Lei do Condicionamento Industrial. De facto, a política industrial em si mesma, e no que dizia respeito à base económica metropolitana, não estava bem adaptada às características da indústria têxtil algodoeira, com um maior grau de verticalização superior a outros ramos industriais e com um também grau de inscrição internacional. Em suma, teria sido sempre difícil encaixar a indústria têxtil algodoeira no esquema rígido do corporativismo. Daí o relativo insucesso de algumas medidas corporativas e o desenvolvimento dos efeitos preversos. De qualquer forma, as contradições entre essa política industrial e o desenvolvimento da fileira nunca levaram a situações de ruptura ou conflitos abertos. É minha convicção, como procurarei demonstrar, que

---

386 GACHELIN, Charles – *La Localization des Industries*. Paris: PUF, 1977. Pp.74 e Seg.; BATTIAU, Michel – *Quelques remarques sur la répartition géographique des industries textiles dans le monde*. Colloque International. Viéme session Plénière du Groupe de Géographie des Textiles. Lyon, 1993.

387 FORTUNA, Carlos - *O Fio da Meada. O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento, 1993 p.68 e seg. PIRES, Iva Maria Miranda –

isso se deveu à necessidade de contrapartidas que o Estado se viu obrigado a dar à têxtil, a troco da sua participação na política colonial de efectivo controle sobre Angola e Moçambique.[388]

Assim se assiste a um casamento de conveniência entre a têxtil e o Estado, um acordo tácito, do qual resulta um compromisso complexo entre política industrial e política colonial.

O Estado pôs Angola e Moçambique a produzir algodão, assegurando o abastecimento e controlando os preços às indústrias metropolitanas; estas, por seu turno obrigavam-se a consumi-lo, estando proibidas de o reexportar; o Estado, finalmente, proibia a construção de fábricas em Angola e Moçambique; paralelamente, na Metrópole, as medidas legislativas no âmbito do Condicionamento Industrial eram aplicadas com regimes excepcionais à têxtil algodoeira, ou, em alternativa, aplicava-se a lei, mesmo que desvirtuando-a. Os exemplos são diversos: quando era proibido passar alvarás de contínuos de fiação dentro de determinados valores, com o objectivo de aumentar a dimensão média das unidades industriais, mas era permitido substituir máquinas velhas por novas, a prática generalizada era a compra de alvarás antigos a empresas decadentes, seguida de pedido de substituição por contínuos novos. Estes últimos dispunham de maior número de fusos e, sobretudo produziam quantidades incomparavelmente superiores, tanto mais que, depois da II Guerra, os avanços tecnológicos nas fiações e tecelagens foram muito rápidos e de grande impacto na produtividade das máquinas.

Quando, a partir essencialmente de 1938 o Estado se viu confrontado com a necessidade de instalar unidades fabris em África, para responder à pressão das outras potências coloniais europeias, fê-lo também simultaneamente porque a própria indústria têxtil o achava conveniente para as suas próprias estratégias. A mesma indústria que, em 1926, pressionara o Estado a proibir a construção de fábricas em África!

Não é objecto deste trabalho uma análise pormenorizada da política industrial e colonial do Estado Novo. Ambas são temas em desenvolvimento

---

A Teia e a trama na geografia das indústrias têxtil e do vestuário. Lisboa: policopiado (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1994.

388 José Maria BRANDÃO DE BRITO refere mesmo o "carácter artificial da organização económica e corporativa que dificilmente penetrava nos grupos e classes que pretendia organizar.." de uma forma mais abrangente e não apenas para o têxtil de algodão. BRITO,

actualmente. Paradoxalmente, dos estudos existentes, a indústria têxtil algodoeira é, regra geral, a grande ausente. José Maria Brandão de Brito, fez uma tese de doutoramento em 1986 sobre o Condicionamento Industrial em que, esclarece, logo à partida que a sua base empírica não inclui processos deste ramo. Fernando Rosas, com uma vastíssima e minuciosa obra sobre o Estado Novo, e Manuel Braga da Cruz, que representam porventura a investigação mais intensiva sobre este período histórico, dizem relativamente pouco sobre a têxtil. Há quadros e estatísticas em relação a algumas variáveis de relevo nas suas obras, mas, definitivamente, não há um tratamento da têxtil proporcional ao seu peso na base económica nacional na época, nem ao papel crucial nas estratégias coloniais.

As razões para esta periferização do estudo da importância da indústria têxtil, durante o Estado Novo, nomeadamente ao nível da política colonial, podem dever-se ao facto dos autores referidos se terem preocupado até agora, essencialmente com as questões de estratégia política do regime e menos com aspectos sectoriais no âmbito da base económica nacional. Na vertente económica, a atenção tem-se centrado nos sectores de ponta ou em crescimento sobretudo a partir dos anos 50 e do respectivo surto de crescimento da indústria nacional, com particular incidência nas indústrias de bens de equipamento localizadas em torno de Lisboa e nos sectores mais procurados pelos investimentos directos estrangeiros, associados regra geral, às exportações. Este facto é também um reflexo do efeito de rotulagem que já desde essa época (anos 50) paira sobre o têxtil algodoeiro, periférico e "tradicional" mesmo que, de facto, o maior empregador industrial e o maior exportador nacional. Apesar da importância interna na economia nacional, o têxtil algodoeiro foi, durante o Estado Novo, um problema regional, no sentido de estar confinado a uma região[389]. E apesar de ser, no final da época colonial – em 1973 – o maior exportador nacional, era o ramo industrial com menos controle de capitais estrangeiros[390].

África foi, antes de mais, um grande mercado, já o era potencialmente, desde o tempo dos ingleses e da independência do Brasil e suscitou o interesse dos

---

José Maria Brandão de – *A Industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial.* Lisboa: Edições D. Quixote, 1989. p.60

389 "Podíamos dizer que a situação actual da indústria Têxtil Algodoeira é o escasso resto de um resultado aritmético que os outros interesses da Economia nos deixaram." RIBEIRO, João Mendes – *Indústria Têxtil Algodoeira. Elementos para uma proposta.* Fafe: Tipografia a Tradição, 1963. P.9

390 RODRIGUES, Eduardo Ferro; RIBEIRO, José Félix; FERNANDES, Lino – O Sector Exportador Português e a Internacionalização da Produção. Lisboa: GEBEI, 1977.

industriais, muito antes de o Estado se ter envolvido ele próprio no processo. Só quando a indústria têxtil algodoeira se revelou um parceiro interessante para o Estado, para a aplicação de uma política de colonização mais profunda, este começou a adoptar medidas de apoio ao sector, ou seja, como outros já disseram e demonstraram, foi evidente uma subordinação do económico ao político e muitas das medidas tomadas pelo Estado com incidência sobre a indústria, não decorreram de uma política industrial concebida e estruturada como tal, mas de uma política colonial prioritária que, indirectamente actuou sobre a indústria[391].

Assim se percebe também como se confundem os efeitos de África enquanto mercado e enquanto produtor de matérias primas, sobre o desenvolvimento da fileira. Com efeito, a política do Estado a partir do início dos anos 30, em relação à produção de algodão em rama nas colónias é de tal forma intensiva e voluntarista que é impossível adivinhar o que se teria passado se não tivesse havido essa intervenção. O Estado vai obrigar África a produzir algodão e a indústria metropolitana a consumi-lo, de uma forma inequívoca. Este foi o meio de aplicação da estratégia política e colonial para o qual o Estado Novo recorreu à indústria têxtil algodoeira. Numa fase mais avançada do processo, depois da II Guerra e perante a ameaça das grandes potências europeias em África, o Estado também vai "obrigar" os industriais metropolitanos a construirem fábricas nas colónias.

Resumindo, África foi inicialmente um mercado potencial, tornou-se um produtor de ramas de algodão, e, finalmente, foi um território de transferência de tecnologia obsoleta para renovação na Metrópole ou um território de duplicação do modelo metropolitano, de periferia, ao mesmo tempo que ensaiava, ainda que sem grande sucesso, uma estratégia própria de inserção internacional na fileira têxtil.

Ainda que a primeira vocação dos territórios africanos tenha sido a de mercados, eles foram, de facto, produtores de matérias primas e foi por aí que a política colonial começou. Por isso, analiso, de seguida, estas três vertentes e pela seguinte ordem: a produção de algodão em rama nas Colónias, a exploração dos mercados africanos das colónias e a transferência tecnológica para África.

---

391 Esta é a filosofia de fundo por exemplo dos trabalhos sobre o Condicionamento Industrial de J. M. Brandão de BRITO e também de Carlos FORTUNA (FORTUNA, Carlos - *O Fio da Meada. O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento, 1993). BRITO, José Maria Brandão de – *A Industrialização Portuguesa*

4.1.3. A produção de algodão em rama nas Colónias

Carlos Fortuna procurou demonstrar como a cultura do algodão em rama em Moçambique se processou de forma ineficiente. No seu livro *O Fio da Meada. O algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*[392], há uma ideia recorrente, quase a conclusão de fundo que atravessa todo o texto: o projecto da cultura do algodão não trouxe vantagens nem para Moçambique, nem para Portugal, nem para a indústria, nem para o comércio e, muito menos, para as populações que o produziram. O máximo que permitiu foi alimentar alguns escassos grupos restritos de especuladores que, num curto espaço de tempo, tiraram vantagens de actividades especulativas e de corrupção. Esses terão sido os efeitos a médio e longo prazo porque, numa primeira fase, ainda que breve, " ... pela mão do estado colonial, o algodão moçambicano permitiu a redenção da indústria metropolitana e consolidou-a."[393]

Do mesmo estudo ressalta de facto a incapacidade de Portugal explorar da melhor forma as potencialidades das colónias para a cultura do algodão. Ainda que isso tenha sido verdade e, embora o estudo em causa examine mais pormenorizadamente o período inicial das primeiras tentativas de desenvolver a cultura do algodão em Moçambique e a situação nos anos sessenta, deixando algum vazio sobre o período que decorreu entre 1930 e 1960, não deixa também de ser um facto que o algodão colonial alimentou a indústria metropolitana durante quase quarenta anos, alguns dos quais de forma praticamente exclusiva e, em grande medida, terá sido o factor de sobrevivência daquela indústria. Estas duas realidades não foram aliás incompatíveis.

Carlos Fortuna estudou pormenorizadamente a história da cultura do algodão em Moçambique, as tentativas fracassadas e os sucessos, ainda que efémeros, no seu desenvolvimento. No caso específico de Moçambique, foi a Companhia de Moçambique, concessionária da então província de Manica e Sofala, a mais avançada e eficiente na cultura do algodão, constituindo uma

---

no pós-guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1989.

392 FORTUNA, Carlos - *O Fio da Meada. O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

393 Idem, p16.

excepção nas companhias concessionárias[394]. Só a Companhia da Zambézia registou alguns resultados positivos mas muito inferiores aos da Companhia de Moçambique. Inicialmente, por volta de 1903, 1904, a Companhia de Moçambique tinha já dois campos algodoeiros experimentais (Jardins de ensaios de Mambone e do Chimoio) e produzia algum algodão, ainda que quase exclusivamente para Inglaterra[395]. A falta de associação e convergência de interesses entre o capital agrícola colonial, ligado à cultura do algodão e o capital industrial têxtil português terá impedido uma expansão e um aproveitamento mais eficiente das potencialidades da região para aquela cultura.

A metáfora, cruel mas bem sugestiva, de Carlos Fortuna sobre a cor do algodão de Moçambique – *algodão branco e algodão preto*[396] - explica por si só, a história da cultura do algodão nas colónias portuguesas. Basicamente aquele autor explica como o algodão branco de Moçambique se tornou negro. Inicialmente a cultura desenvolveu-se no sul do território e foi conduzida por industriais, foi um negócio de "brancos". Mais tarde, expandiu-se para o centro e norte mas com objectivos essencialmente políticos de ocupação e controle efectivo do território e do respectivo mercado de trabalho local, convertendo-se numa coisa de "negros". Foi entre 1926 e 1939, essencialmente que a política colonial do Estado Novo, "converteu o algodão branco em algodão preto"[397].

Existiram assim, em Moçambique, duas situações antagónicas: no sul, deram-se os primeiros ensaios na cultura do algodão, pela mão de plantadores europeus, o sistema de cultivo foi-se mecanizando e era em muito semelhante à vizinha África do Sul, com quem aliás se travava alguma concorrência ao nível da mão-de-obra; no norte, a cultura foi conduzida mais tarde, pela mão do Estado, num sistema essencialmente mão-de-obra intensivo – produção forçada - e com objectivos fundamentalmente políticos quer de controle sobre o território, quer de manutenção dos preços das matérias primas para a indústria metropolitana. Com o Estado Novo, diz Carlos Fortuna, dá-se o fim do algodão branco, a par do que designou por "portugalização das colónias", com o aumento do fluxo de colonos

---

394 Idem, p. 78.

395 *A Companhia de Moçambique na Exposição da Sociedade de Geographia de Lisboa – Algodão e Borracha*. Lisboa: Typographia Adolpho Pinto de Mendonça, 1906

396 FORTUNA, Carlos - *O Fio da Meada. O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento, 1993. cap.IV: A cor do algodão moçambicano. P.93.

397 Idem. p. 116.

para África. É tão forte e voluntarista a política de incentivo à cultura do algodão nas colónias que entre 1926 e 1939 se produziram 40 determinações legais sobre a produção algodoeira![398]

Resumindo, ainda que a médio e longo prazo, a cultura do algodão nas colónias e em especial em Moçambique, onde as condições naturais eram melhores, não tenha sido conduzida da forma mais eficiente e eficaz, por um conjunto diversificado de estrangulamentos, a verdade é que as quantidades produzidas e a protecção dada, pelo Estado, durante um período de tempo relativamente longo, foi de crucial importância para a indústria têxtil na Metrópole.

O primeiro objectivo da política de desenvolvimento da cultura do algodão nas colónias era, portanto o de assegurar a colonização efectiva da totalidade dos territórios, oferecendo a garantia de baixos custos de produção à indústria metropolitana, na mesma linha política do controle dos preços dos produtos agrícolas com que se mantinha a estabilidade social do país e do mercado de trabalho e se impedia a ascenção dos sindicatos ou forças políticas que pudessem desestabilizar o regime. Enquanto em África se alargava o controle efectivo sobre os territórios das colónias, apoiava-se na Metrópole, um sector industrial com um mercado de trabalho organizado, numa parceria equilibrada. O regime de excepção de que se viria a revestir a aplicação do Condicionamento Industrial à têxtil algodoeira, ainda que decorrente de outras razões, não pode deixar de estar também associado aos compromissos decorrentes desta aliança estratégica para o projecto africano[399].

Deixando de lado algumas iniciativas legislativas do século passado e dos primeiros anos deste, a primeira medida de fomento algodoeiro efectivo correspondeu ao Decreto de 1926, que estabeleceu as concessões (DL 11.994 de 28 de Junho). Foram criadas áreas concessionadas, nas quais o concessionário passava a ter o direito exclusivo de compra do algodão aos indígenas, a preços fixados pelo Governo, obrigando-se a prestar um conjunto de serviços, também regulamentados pela lei, ao mesmo tempo que as populações locais ficavam

---

398 Idem, p.115.

399 "Muito atrasada a organização corporativa das actividades interessadas no comércio e na indústria do algodão – o Govêrno não quis impô-la e limitou-se a aguardar a constituição facultativa dos grémios respectivos – só em 1939, ... Quasi a seguir, porém, veio a guerra e com ela novas e graves preocupações e a inoportunidade de alargamento da organização existente." ALMEIDA, J.A. Simões de – *A política dos preços do algodão português*. Lisboa: 1943. (Comunicação feita à Sociedade de Ciências Económicas em 20 de Maio de 1943) p.13.

obrigadas a cultivar o algodão. Os resultados não foram imediatos nem a qualidade do algodão melhorou.

Ainda que sem uma incidência directa sobre a cultura do algodão, mas com consequências indirectas importantes, foi promulgada, no mesmo ano de 1926, a legislação que definiu as bases orgânicas da Administração Colonial e regulamentado o comércio entre as Colónias e a Metrópole – Decreto n°12.421 de 2 de Outubro de 1926. As colónias encontravam-se numa situação de "desorganização administrativa e financeira" e havia uma "absoluta necessidade de remodelar a administração colonial", nas palavras do próprio decreto. Para além da importante redução de 50% nas taxas alfandegárias entre a Metrópole e as Colónias, esta legislação traduz uma mudança de atitude e estratégia face à colonização de África. É mais um indicador da interferência entre a política colonial e a política industrial e põe em evidência a importância estratégica da cultura do algodão, como forma de assegurar o apoio da indústria têxtil metropolitana na política colonial portuguesa.

Mas, os resultados ao nível da produção de algodão não se fizeram sentir de imediato. Só bastante mais tarde e com a criação de organismos corporativos específicos de regulação da produção e comércio do aldogão, se regista um crescimento e melhorias de qualidade significativas.

Em 1930, foi publicado o Acto Colonial – Decreto n° 18.570. Não cabe neste estudo uma análise das circunstâncias e do conteúdo do Acto Colonial. Globalmente, é importante reforçar a ideia de afirmação por parte do Estado quer perante o país, quer perante o estrangeiro, de uma real capacidade e vontade política de administrar os territórios coloniais, para além do direito inquestionável que lhe assiste para o fazer. É sobre esta capacidade de administrar os territórios coloniais que é oportuno reter algumas linhas do decreto: " Portugal entrou na guerra por causa do seu património ultramarino. Depois dela, dois factos avultam. De um lado, certas correntes internacionais propendem a agitar ou estabelecer ideias mais ou menos desfavoráveis aos dogmas tradicionais da soberania colonial das Metrópoles, revestindo-se muitas vezes com razões de humanidade os desígnios do imperialismo. De outro, a própria desorganização da administração pública, provocada pela conflagração mundial, pela acção reflexa das novas tendências estranhas e pelas condições dos regimes governativos, trouxe situações anormais."

A pressão internacional fazia-se realmente sentir cada vez com mais força e o Estado viu-se obrigado a repensar a sua estratégia de ocupação de África,

lançando-se numa cruzada de ocupação massiça, quer com colonos, quer dinamizando a base económica e começando precisamente pelos sectores melhor preparados para colaborarem nessa empreitada.

Depois da definição das concessões para a cultura do algodão, foram sendo lançados prémios sobre a produção, mas a qualidade não melhorou substancialmente durante os primeiros anos dessa política voluntarista de expansão da cultura do algodão nas colónias. Em 1932, por exemplo, são definidos prémios de exportação do algodão colonial para consumo na Metrópole, proibindo a sua reexportação, são aumentados os direitos de importação dos fios e tecidos de algodão de origem estrangeira, importados em Angola e Moçambique e é proibida a instalação de fábricas de fiação e tecelagem do algodão em Angola e Moçambique, sem licença do Governo Central, pelo Decreto nº 21.226, de 22 de Abril.

Em 1937, pelo Decreto nº 27.702 de 15 de Maio, foi criada a Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama(CRCAR), com uma Delegação no Porto, desde o início, com o objectivo de regular as condições de abastecimento em algodão em rama e condicionar a sua importação, isto é, nas palavras do decreto, "animar a cultura do algodão nas colónias e promover a sua utilização pela nossa indústria." Todos os importadores de algodão em rama e industriais que o utilizassem eram obrigados a inscrever-se na Comissão que assim controlava, exaustivamente o comércio externo do algodão em rama. Uma das funções daquela Comissão foi o apoio técnico à cultura do algodão, desenvolvendo métodos de classificação e controle e apoiando a investigação para melhorar as espécies. No ano seguinte, 1938, é criada a Junta de Exportação do Algodão Colonial, pelo Decreto nº 28.697 de 25 de Maio.

Nas entrevistas feitas com os industrias e com antigos responsáveis pela Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em rama, não foi possível chegar a uma conclusão objectiva. Os primeiros, lamentaram-se da má qualidade das ramas das colónias, que se viam obrigados a consumir, referindo mesmo que tinham por vezes de pôr de lado ou destruir primeiro o algodão colonial que eram obrigados a comprar, para poderem importar ramas estrangeiras de qualidade. Quem de uma forma ou outra, esteve ligado aos organismos coporativos e especificamente à Comissão Reguladora, refere sistematicamente as virtualidades da regulação do comércio do algodão colonial por aquelas instituições, apontando entre outros resultados, o aumento da quantidade e qualidade do

algodão colonial que se foi conseguindo a partir do final da década de trinta e até ao final dos anos sessenta.

A política corporativa em relação ao algodão assentou basicamente em dois instrumentos: na regulação dos preços do algodão, calculados em função das cotações internacionais e com um sistema de compensação aos produtores ou aos exportadores e na obrigatoriedade por parte dos importadores e industriais metropolitanos de comprarem todo o algodão de origem colonial. A maneira como era estabelecido o preço do algodão, veio a deixar margem para a realização de lucros excepcionais, durante a guerra, às actividades de importação, por causa da subida acelerada dos preços nas bolsas internacionais e das irregularidades nos transportes e abastecimentos. Para impedir uma subida incontrolada dos preços dos tecidos e para controlar a concorrência entre os industriais, a política corporativa do Estado Novo em relação ao algodão, acabou por não se limitar á regulação da produção e comercialização do algodão em rama e passar a "disciplinar" a própria produção industrial[400]. A partir de 1941, estabeleceram-se quotas de consumo por fábrica ficando a produção de fios e tecidos sob o controle indirecto da Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em rama e dos outros organismos corporativos de regulação e substituiu-se o sistema de preços referenciado às bolsas internacionais, por preços fixados em função dos custos efectivos. O controle sobre a produção iria mais longe e em 1942, o Estado definiu a natureza e o preço dos produtos obrigatórios que a indústria deveria fabricar. Desde o final dos anos trinta e durante a II Guerra, foram também proibidas as importações de ramas de algodão do estrangeiro a não ser em casos excepcionais de produtos (fios) cuja produção não era possível com as ramas coloniais. Controle das importaçõpes, tabelamento e produção obrigatória completavam assim, indirectamente a estratégia de expansão da cultura do algodão nas colónias.

---

400 É muito comum e sugestivo o termo "disciplina/disciplinar" na legislação e nos diversos textos do corporativismo. Em relação à "disciplina" dos preços do algodão em rama, é particularmente esclarecedor: ." ALMEIDA, J.A. Simões de – *A política dos preços do algodão português*. Lisboa: 1943. (Comunicação feita à Sociedade de Ciências Económicas em 20 de Maio de 1943)

São inúmeras as histórias e os casos que se contam em torno do tráfego clandestino de quotas de importação e outros "negócios de guerra" como lhes chamou Fernando Rosas.[401]

Em 1955, foi publicada nova legislação para regulamentar a cultura algodoeira – Decreto-Lei nº 40405 de 24 de Novembro de 1955. Este decreto não alterou os princípios básicos que já anteriormente regulavam a cultura do algodão nas colónias. Apenas aprofundou as leis anteriores e alterou os organismos de coordenação económica, criando o Instituto do Algodão de Moçambique, o qual integrou a Junta de Exportação do Algodão e o Centro de Investigação Científica Algodoeira, sediados em Moçambique[402].

4.1.3.1. Importações de algodão em rama

A. Quintanilha da Junta de Exportação do Algodão, afirmou, em 1954 que "na campanha de 1953, a produção de algodão em rama excedeu largamente o consumo anual máximo da nossa indústria têxtil"[403]. São várias as referências à capacidade de abastecimento da indústria metropolitana pela produção de algodão colonial e referida, por vezes, a existência de excedentes, embora seja difícil de testar essas afirmações com as estatísticas. De qualquer forma, as séries longas que é possível reconstituir para as importações de algodão e produtos manufacturados e a sua confrontação com as respectivas exportações, permitem compreender com um mínimo de rigor a situação.

---

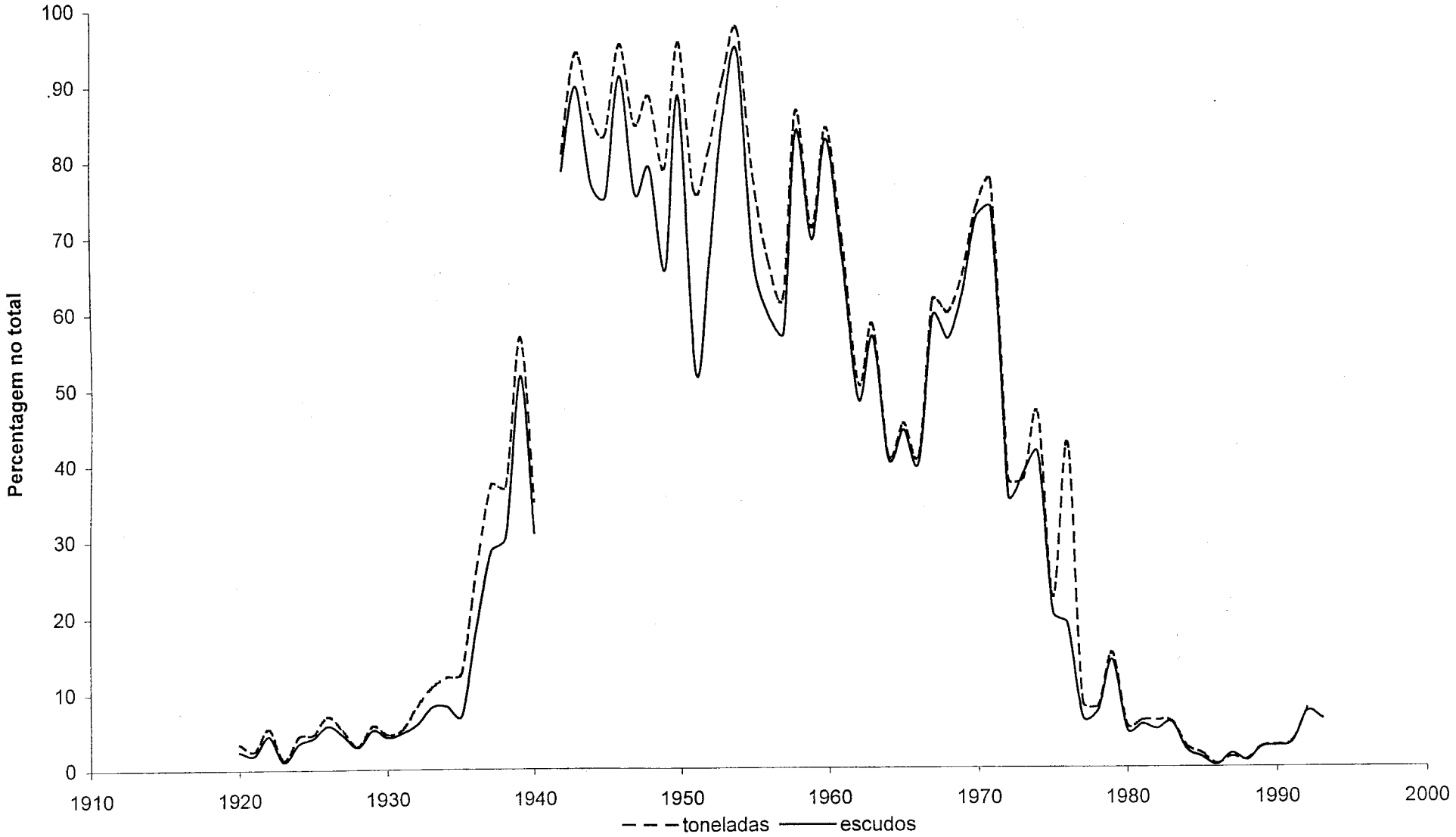
401 Fernando ROSAS criou esta designação dos "negócios de guerra" para retratar o comércio paralelo ou negro, clandestino, tão intenso e importante durante a II Guerra, muitas vezes em articulação com efeitos preversos da própria legislação corporativa. ROSAS, Fernando – *Portugal entre a paz e a guerra. 1939-1945.* Lisboa: Editorial Estampa.1990.

402 BRAVO, Nelson Saraiva – *A cultura algodoeira na economia do norte de Moçambique.* "Estudos de Ciênncias Políticas e Sociais". Nº66 (1963). p.105 e Seg.

403 QUINTANILHA, A.- *O Problema Algodoeiro Português.* Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique,1954. p. 8.

Fig. 4.1.3.1. 1)

Importação de Algodão em Rama das Colónias ou ex-colónias (AZE - Antiga Zona do Escudo)



As importações de algodão em rama registaram uma tendência de crescimento exponencial desde sempre. As estatísticas revelam, a partir dos anos 20 e de forma mais evidente, a partir de 1926, um crescimento nas exportações de algodão colonial para a Metrópole, onde chegariam a representar quase a totalidade das ramas importadas (Fig. 4.1.3.-1). A partir de 1926, regista-se de facto, algum crescimento na importação de algodão em rama das colónias, embora muito pouco significativo; a partir de 1932-1935 o crescimento acelera-se e em 1942, o algodão colonial correspondia a 80% do total de algodão importado. Apesar de naquela data se estar debaixo das irregularidades no comércio externo, decorrentes da II Guerra, a verdade é que mesmo depois de 1945, a contribuição do algodão colonial nas importações da Metrópole manteve-se e subiu vários anos, a valores próximos dos 100% (em 1954 o algodão colonial representava mais de 97% do total de ramas importadas, em termos de toneladas e 94% do valor, a preços correntes). A importância do abastecimento de algodão das colónias antecedeu a guerra e prolongou-se para além do seu fim. Mesmo que a guerra tenha proporcionado uma boa conjuntura à expansão da cultura do algodão em rama e tenha tido efeitos positivos na expansão da indústria têxtil metropolitana, o desenvolvimento desta, no seu conjunto, processou-se para lá do momento dos "negócios de guerra". Não se pode perder de vista que durante um período de tempo, praticamente durante a II Guera e até 1955, as importações de ramas do estrangeiro estiveram quase proibidas. De qualquer maneira se as unidades industriais produzissem determinados produtos para os quais tivessem de usar ramas estrangeiras, as importações eram permitidas. Daí se infere que a própria indústria se orientou essencialmente para a produção de fios grossos e médios e respectivos tecidos.

Das séries de indicadores do comércio externo referentes às indústrias têxteis algodoeiras, a percentagem de algodão em rama proveniente das colónias, no total do algodão importado, é aquela onde se desenha o ciclo de África com mais evidência. Só me parece que não é possível afirmar sem dúvidas, que o ciclo se fechou com a descolonização. De facto, a partir de 1960/61, provavelmente com o início da generalização da guerra dos movimentos de libertação, os fornecimentos de algodão registam uma quebra significativa passando a corresponder a menos de metade dos abastecimentos da indústria metropolitana, para voltarem a ganhar significado e atingirem valores entre 60 e 77%, entre 1967 e 1971, ano a partir do qual, definitivamente caiem para valores abaixo dos 50%. É possível que as medidas legislativas de 1961, com a criação de novos organismos

de coordenação económica (Os Instituto do Algodão de Angola e Moçambique e os Fundos de Fomento Algodoeiro de Angola e Moçambique) e extinção de outros (Junta de Exportação do Algodão), numa estratégia de descentralização administrativa e com vista a uma certa liberalização da cultura do algodão e incentivo à criação de cooperativas de nativos, tenha também tido os seus efeitos nas redução e posterior expansão na produção e exportação de algodão (Decreto-lei nº 43874 e Decreto-lei nº 43 875 de 1961). O início da luta armada dos movimentos de libertação das colónias coincidiu com a adesão de Portugal à EFTA, quando cresciam precisamente as necessidades de algodão em rama para abastecer a indústria metropolitana com cada vez maior capacidade de exportar fio. A procura de abastecedores alternativos, no Egipto, Índia, Estados Unidos, etc., pode ter contribuido para o aumento da autonomia da indústria têxtil, em relação às medidas proteccionistas do Estado, reforçando a sua competitividade intrínseca.

Foi em 1963 que foram definitivamente extintas as zonas de concessão e as empresas concessionárias desistiram dos privilégios que lhes cabiam (Decreto-lei nº 45 179)[404].

Tomando os valores do algodão consumido em toneladas, pode concluir-se por exemplo que imediatamente a seguir à guerra, o algodão colonial representava cerca de 84% a 92% do total importado, tendo essa percentagem baixado drasticamente nos anos sessenta, passando para cerca de 40% em 1966 (Quadro 4.1.3.1.-1).[405]

---

[404] Sobre a cultura do algodão nas colónias e respectiva regulamentação legal, Carlos Fortuna faz um tratamento sistematizado e exaustivo em FORTUNA, Carlos - *O Fio da Meada. O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

[405] Estatísticas Industriais. Vários anos.

Quadro 4.1.3.1.-1

Algodão em Rama Importado e Consumido (Toneladas)				
	1. Importado	2.Das Colónias	3.Consumido	4. (3./2.*100)
1945	23548,196	19660,859	27113	72,51
1948	32823,291	29071,324	33861	85,85
1949	37482,677	29565,745	32066	92,20
1950	33437,199	31966,419	37742	84,70
1952	42111,377	34181,77	38283	89,29
1955	48615,814	38009,848	45551	83,44
1956	39808,175	26600,081	42261	62,94
1959	49094,353	34925,23	47153	74,07
1963	72019,1	42033	71604	58,70
1966	79470,1	32588,8	82027	39,73

Fonte: Estatísticas do Comércio Externo e Estatísticas Industriais

É portanto um facto incontestável que a indústria metropolitana se abasteceu durante um período superior ao da II Guerra, de algodão colonial e não o terá feito com grande sacrifício, antes terá tirado daí grandes vantagens, nomeadamente decorrentes da política proteccionista que o Estado Novo aplicou e se traduziu num controle dos preços. As melhorias de qualidade são exaltadas em diversas obras, muitas delas, ainda que elaboradas por especialistas, engenheiros e outros, provêm de organismos corporativos e tudo indica conterem uma certa carga de propaganda inevitável. Ficamos sem saber até que ponto o algodão de Angola e sobretudo, de Moçambique se tornou num algodão de qualidade superior ou não[406].

[406] Há uma breve referência aos custos acrescidos que a indústria têxtil terá suportado por causa da obrigação de consumir o algodão colonial, vinda de um organismo de coordenação económica, a Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama, em 1939: "Às dificuldades que resultam da falta de unidade técnica e de orientação e às que por outro lado são consequência duma política de fomento económico que a indústria foi chamada a auxiliar, por uma contribuïção que lhe tornou sensivelmente mais pesado o preço da matéria prima, ..." ALMEIDA, J. A.Simões de – *A Indústria Algodoeira e a Organização Corporativa*. Lisboa: Editorial Império, 1940.p.68

Independentemente dessa questão e embora sem uma avaliação precisa da dimensão do fenómeno, um aspecto ressalta em relação à produção de matérias primas pelas colónias. Durante um período crítico, Angola e Moçambique alimentaram a indústria nacional, permitindo-lhe maximizar a sua capacidade instalada, tecnologicamente eficiente, fornecendo-lhe matérias primas baratas para além dos mercados protegidos como se verá de seguida. Pode mesmo inferir-se a partir das importações de algodão em rama e dos fios e tecidos e em função do que já ficou dito, que o efectivo arranque da indústria têxtil algodoeira nacional só se verificou a partir do início dos anos 30, data a partir da qual as importações de algodão em rama suplantam as de produtos acabados – fios e tecidos – cujas importações sofrem uma diminuição brusca em oposição ao crescimento acelerado das primeiras (Fig.4.1.3.1.-2.)

A partir dos anos sessenta, a estratégia da indústria têxtil nacional alterou-se.

Basicamente e desde a sua origem, enquanto indústria moderna, a indústria têxtil algodoeira do norte de Portugal era, acima de tudo, uma enorme fiação! As fiações tinham sido o motor de arranque da moderna indústria algodoreira, o algodão colonial manteve-as eficientes, mesmo com os problemas de abastecimento durante a II Guerra e, num momento em que no resto da Europa, a têxtil quase tinha desaparecido, e a procura de malhas registou um crescimento aceleradíssimo, a partir dos anos sessenta, elas viram abrir-se, na sua frente, um vasto e próximo mercado em crescimento. Foi com a abertura desses mercados europeus das indústrias das malhas que se desenrolou um novo ciclo para as fiações. Os abastecimentos de algodão continuaram a fazer-se a partir de África mas, agora, em menor proporção já que as malhas precisavam de fios que exigiam certo tipo de matérias primas de melhor qualidade provenientes do Egipto ou dos Estados Unidos (Fig.4.1.3.1.-3.).

Fig. 4.1.3.1. - 2)
Importações de Algodão em Rama, Fios e Tecidos de Algodão (mil réis)

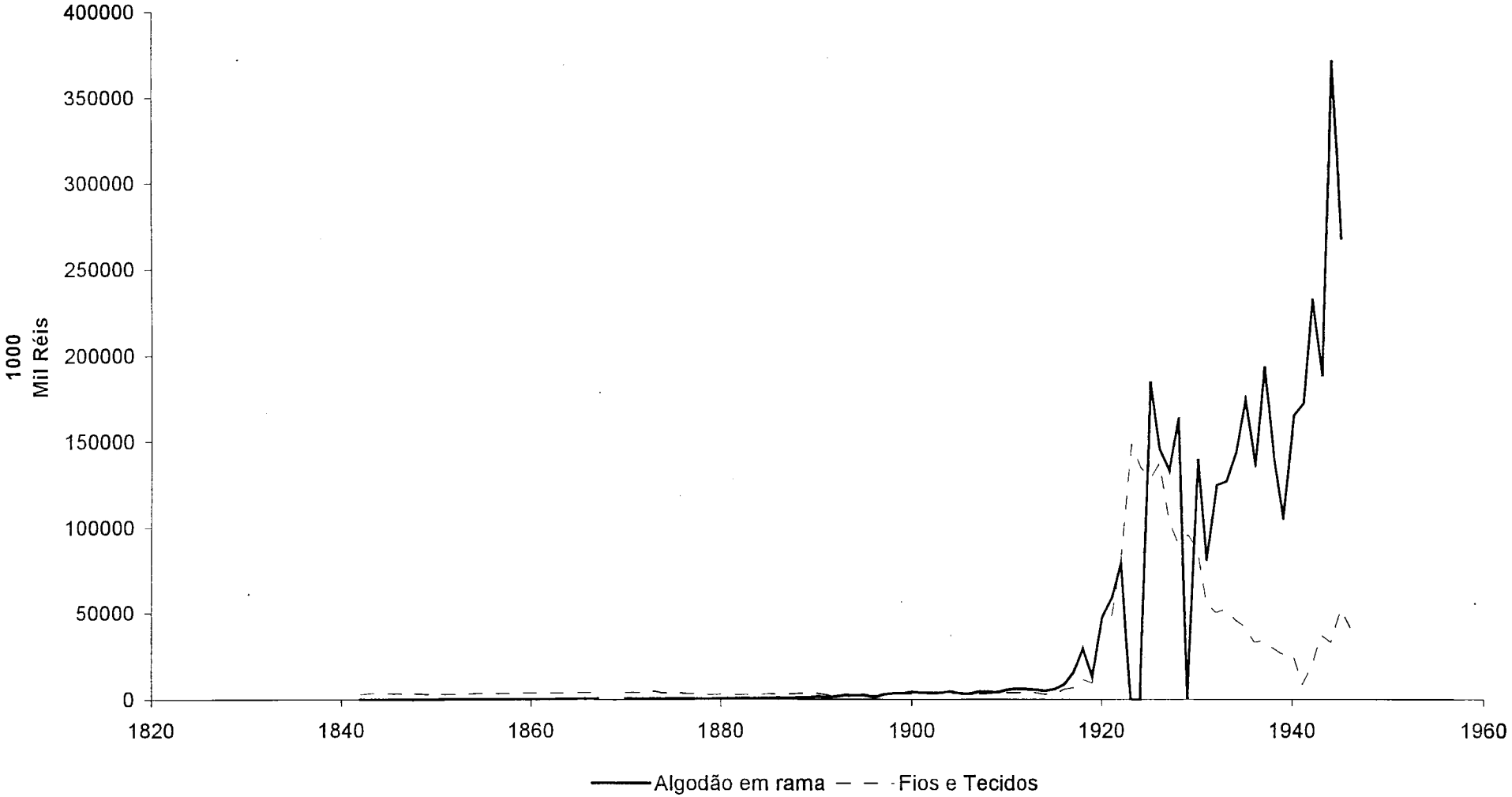
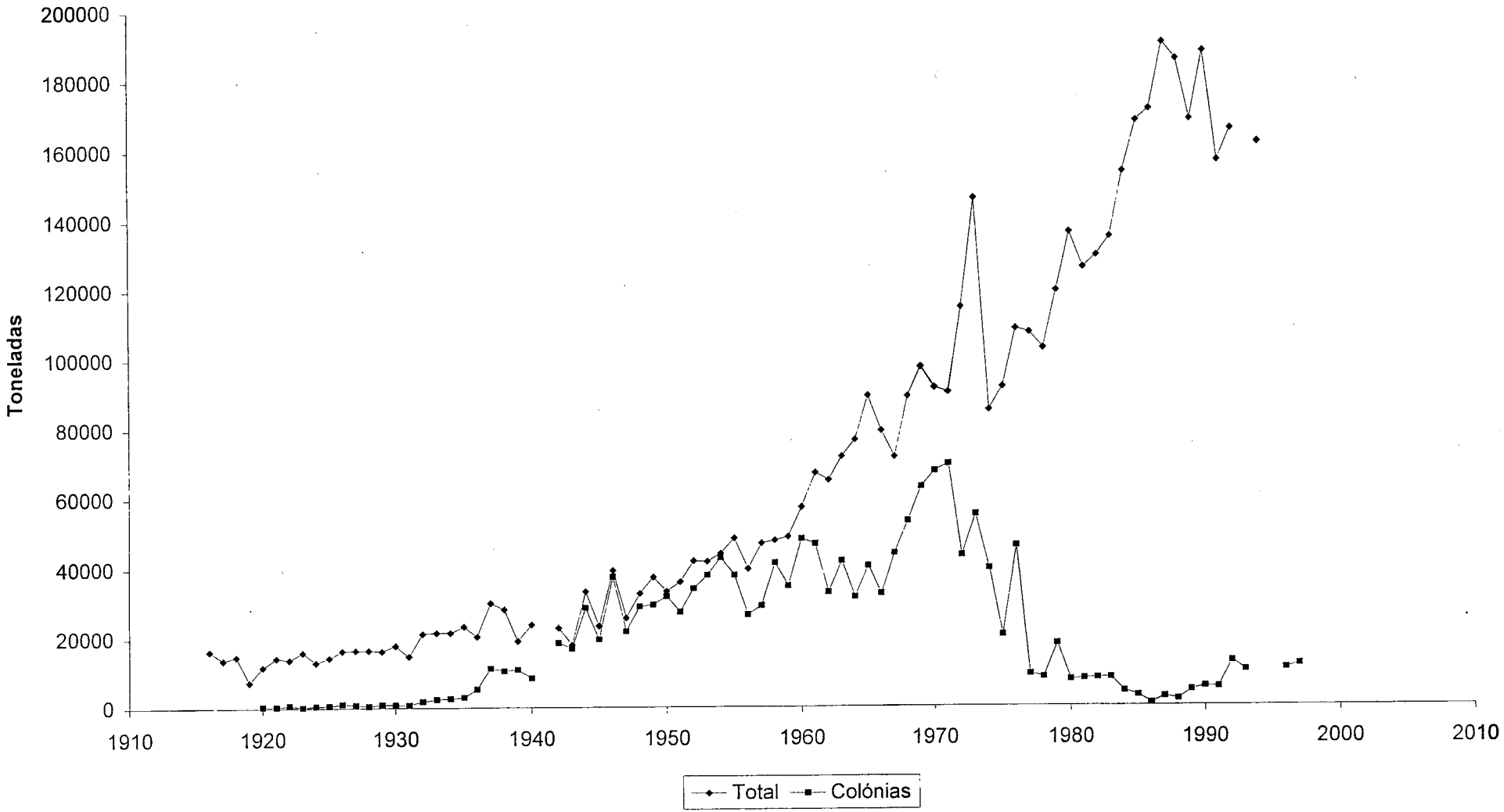


Fig. 4.1.3.1. – 3)

Importação de algodão em rama



A importação de algodão em rama continuou porém a crescer depois da independência das Colónias, verificando-se mesmo um certo acelerar a partir do início da década de sessenta. É nesse momento, que se começa a encerrar o ciclo de África enquanto abastecedor de matérias primas ou de produtor de algodão em rama. Localmente para os territórios das ex-colónias, a cultura do algodão não se revelou como uma herança de grande valor. Depois da Independência, nem Angola, nem Moçambique, mantiveram a cultura do algodão nos níveis do tempo colonial. Toda a base económica das ex-colónias se articulava com a economia metropolitana, num sistema mais ou menos coerente mas planeado globalmente. A independência das colónias traduziu-se no corte das ligações desse sistema. A partir da independência, os novos países viram-se obrigados a definir a sua própria estratégia de inserção na divisão internacional do trabalho, a partir de uma situação particularmente difícil pela falta de quadros técnicos superiores e intermédios, anteriormente na sua quase totalidade portugueses e que após a independência abandonaram os territórios africanos. Sem o enquadramento anterior e com dificuldades em reestabelecer novas articulações, sectores importantes da base económica das colónias decaíram abruptamente e entraram em crises profundas. A cultura do algodão foi uma das actividades profundamente afectadas, uma vez que se encontrava muito dependente da indústria metropolitana que sem os compromissos do tempo colonial, podia escolher no mercado mundial outros fornecedores em melhores condições.

O ciclo de África perde importância relativa, quando enquadrado no quadro geral da evolução da têxtil ao longo do século XIX. A sua importância foi no entanto superior à sua dimensão estatística, em toneladas de ramas de algodão importadas ou produtos consumidos já que pode ter significado a sobrevivência, a longo prazo, da têxtil e da região onde ela se concentrava.

Não há só causas locativas para padrões locativos. Os destinos dos territórios andam associados aos percursos das fileiras que, quando os abandonam, dificilmente lhes deixam como herança uma capacidade de desenvolvimento autosustentável. Para as ex-colónias a pesada herança da indústria têxtil foi um segmento desintegrado de uma fileira, a funcionar desligado do resto da mesma, sem ligações fortes nem a montante nem a juzante, sem um mercado com dimensão e sem um Estado com capacidade para uma regulação eficiente.

4.1.3.2. Os importadores de algodão em rama e o financiamento da indústria têxtil

Os importadores de algodão em rama, desde o início da expansão da "nova" têxtil no noroeste sempre desempenharam um papel importante, nomeadamente ao nível do financiamento das empresas. Em muitas sociedades, sobretudo nas grandes sociedades sediadas no Porto, além dos importadores de máquinas, ingleses na maior parte dos casos, participavam os importadores de ramas de algodão, muitos também estrangeiros, não só ingleses como holandeses e outros com ligações fortes ao comércio internacional de matérias primas (Listagem de importadores de algodão em rama em 1947 – Anexo 4.1.3.2.-A). Para além do *"casamento de conveniência"*, ao nível da fileira, entre os importadores e a produção industrial propriamente dita, assistiu-se a casamentos na realidade, tecendo-se uma teia complexa de relações familiares entre muitas empresas industriais têxteis.

A expansão da cultura do algodão nas colónias veio criar condições para o aparecimento de novos importadores e para a expansão e crescimento de muitos dos anteriores, alguns dos quais financiadores da cultura do algodão em África.

A importância deste grupo emergente de importadores, para lá da capacidade de financiamento às actividades industriais e para lá do seu comportamento enquanto instituições financeiras paralelas, fez-se sentir no comportamento territorial da fileira e na divisão espacial do trabalho. Assim, até praticamente ao final dos anos sessenta, os importadores de algodão mantiveram a sua importância no abastecimento de matérias-primas e no directo ou indirecto financiamento às fábricas, exercendo, obviamente, um grande controle sobre a indústria da região – Porto e Vale do Ave. A maior parte destes importadores tinham a sua sede no Porto e esse facto, põe em evidência as transformações em curso na área. Enquanto as unidades produtivas, as fábricas propriamente ditas, se continuavam a deslocar e a concentrar no vale do Ave, nos concelhos de Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Guimarães ou Fafe, os importadores mantinham-se no Porto, até porque muitas vezes e como no passado, exerciam várias actividades em paralelo ou importavam outros produtos para além do algodão em rama.

Para o que aqui interessa, é importante registar um certo aumento de centralidade do Porto, onde se concentram essas actividades do topo, enquanto as actividades de produção se vão deslocando para fora.

Carlos Bastos, inventariou, em 1947, 30 importadores ou sociedades de importação de algodão em rama, no Porto.

Basicamente podem identificar-se três tipos de importadores: importadores estabelecidos na maior parte dos casos, no final do século XIX, ligados ao comércio do vinho do Porto ou à importação de máquinas que, posteriormente, (também) se dedicaram à importação do algodão em rama, do estrangeiro ou das colónias; num segundo grupo, importadores que se estabeleceram especificamente para a importação de algodão em rama, directamente associados a empresas fabris, através de sócios comuns, ou empresas de importação constituidas por consórcios de empresas industriais associadas para a importação de ramas de algodão, criadas sobretudo a partir dos anos 20; finalmente, alguns importadores de algodão, desligados da produção industrial, com ligações a montante, à cultura do algodão em rama nas colónias.

Mais do que uma tipologia de importadores, esta caracterização grosseira pretende apenas identificar as ligações mais importantes entre a importação do algodão e as actividades a montante, com o financiamento da cultura do algodão e a produção industrial, a juzante. Acima de tudo, a importação de algodão foi uma actividade muito lucrativa e o seu desenvolvimento condicionou a fileira a montante e a juzante devido à regulação corporativa. Com efeito, o sistema que se foi desenvolvendo a partir de 1926, com um enquadramento jurídico complexo e com um registo e controle de informação acerca das empresas, muito minucioso, colocou numa posição de vantagem os importadores. A sua posição na cadeia de valor da fileira, assegurava-lhe a retenção de uma grande parte do valor acrescentado, já que conseguiam controlar essa mesma cadeia de valor. Se aquelas actividades se concentravam no Porto e tendo tido uma capacidade de controle decisiva, é natural que isso tenha tido reflexos na base económica da cidade. É de admitir que os importadores tenham tido mesmo uma capacidade de *lobbying* muito forte, interferindo na fixação de regras e leis sobre os preços dos produtos, o racionamento ou a obrigatoridade de consumo do algodão colonial.

Em 1938, foi publicada legislação específica para permitir à Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama um controle muito apertado sobre os importadores de algodão em rama (Decretos 28698 e 28851) e, em 1939, os importadores constituiram o Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em

Rama[407]. É importante fazer um estudo dos processos do Condicionamento Industrial para a Indústria Têxtil Algodoeira (actualmente arquivados na Associação Industrial Portuense) para compreender em toda a sua extensão a estranha forma de relacionamento entre os dois Organismos Corporativos.

Algumas dessas empresas de importação sobreviveram até à actualidade, mesmo quando as empresas industriais importam directamente as suas ramas. Reconverteram-se e desenvolvem a sua actividade em novos produtos ou serviços. Conseguiram ser "ganhadores" no sentido de se saberem adaptar às alterações na fileira.

Seria de grande interesse estudar-se as ligações informais entre os importadores e as empresas industriais, por exemplo através de casamentos entre as famílias respectivas e a posterior participação de sócios comuns, nas várias empresas. Os casos abrangidos neste estudo referem-se apenas a uma pequena amostra, mesmo que envolvendo as maiores empresas industriais e importadoras de algodão, uma vez que a sua identificação decorre dos levantamentos das empresas industriais propriamente ditas e não de um levantamento específico dos importadores. De qualquer forma há uma rede complexa de ligações familiares entre as empressas, ainda que não seja possível, a partir da informação disponível, identificar estatégias familiares típicas com objectivos de estabelecer laços empresariais.

São elementos soltos que contribuem porém para uma potencial base de dados a alargar em estudos mais pormenorizados sobre as famílias e as empresas, numa área onde são importantes as empresas familiares.

4.1.4. A exploração dos mercados africanos das colónias

"Em 1902 com a reforma da pauta alfandegária abriram-se os importantes mercados de África. Mas hoje [1910] está quase desaparecida e, sobretudo pela descommunal ambição do industrialismo!" [408]

A referência mais antiga a uma estratégia comercial específica virada para África que obtive nos inquéritos que realizei, refere-se à Empresa Têxtil Eléctrica (ETE), segundo informações fornecidas na entrevista pessoal ao presidente do

---

[407] RIBEIRO, Ernesto de Queiroz – *O Algodão. Da Colheita à Industrialização*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1946. p.333 e Seg.

conselho de administração. Em 1905, a Empresa Têxtil Eléctrica foi criada, com equipamento mais antigo da empresa Sampaio, Ferreira, Lda que desta forma adquiriu novos maquinismos. A ETE destinava-se à recuperação de desperdícios, entre outros, da empresa Sampaio, Ferreira, L.da, para produção de fios grossos para o fabrico de cobertores para África. As três empresas de Riba d'Ave - Sampaio, Ferreira, Lda, Fiação e Tecidos Oliveira Ferreira, Lda e Empresa Têxtil Eléctrica - trabalharam aliás, tradicionalmente para África, produzindo cobertores, telas cruas, lenços, riscados e flanelas.

Houve uma clara diferença entre as primeiras grandes unidades industriais ligadas às sociedades com sede no Porto e as empresas de raiz local, em relação à importância dos mercados africanos. Nos inquéritos e entrevistas às segundas nunca foi referida essa importância, no início da sua actividade. Foi sempre mais tardia. Só praticamente com a Segunda Guerra, e posteriormente, é que o peso das Colónias foi decisivo, quer como mercados de produtos, quer como localização alternativa de parte da tecnologia instalada, quando esta se revelava obsoleta e havia vantagem em adquirir novos equipamentos. Presumo que, no início deste século, e durante os anos vinte e até trinta, eram as grandes empresas e os armazenistas do Porto, quem controlava o comércio de têxteis de algodão com África.

Mas África, incluindo outros territórios exteriores às nossas colónias, era o grande mercado de tecidos da nossa têxtil algodoeira, já no início do século. Só com o aumento de consumo das colónias, a procura de tecidos atingiu a dimensão necessária à reconversão e ao escoamento da produção crescente de fios. Como já referi, os avanços técnicos e os consequentes ganhos de produtividade nas fiações, precisaram de uma expansão muito rápida e de grande dimensão, a juzante, na tecelagem. A tecelagem da *Metrópole* não foi suficiente para assegurar o consumo da produção das fiações. A expansão na procura de tecidos a partir das colónias, criando um aumento de procura nas tecelagens, levou a uma rendibilização das fiações, numa época crítica de falta de escoamento de excedentes quase desde o seu início.

Desde o início do século e com a instalação das novas grandes fiações no Ave, cada vez se produziam mais fios, mais finos, mais baratos e cada vez era necessário que as tecelagens expandissem mais a sua produção e encontrassem mercados para os seus produtos.

---

[408] Boletim do Trabalho Industrial N°49, 1910 pag.125

Como mercados, percebemos claramente que Angola e Moçambique foram uma autêntica almofada, que amorteceu todo o tipo de choques estrangeiros e imprevisibilidades comerciais de outros países. Durante a II Guerra, por exemplo, notam-se oscilações bruscas nas exportações para as colónias e elas têm mais expressão quando consideradas a preços correntes do que em toneladas. Daí se pode inferir que África consumia produtos que não tinham mercados alternativos, em épocas críticas.

Globalmente as colónias foram mercados de tecidos. Para África, a têxtil produzia tecidos com características específicas e havia mesmo fábricas e empresas especializadas em tecidos para África ("Panos para África", como são referidos nas Estatísticas do Comércio Externo). Só quando se começaram a instalar fábricas nas colónias, as exportações de fios assumiram alguma expressão. Esta fase de industrialização foi no entanto tão tardia (finais dos anos cinquenta) que a indústria metropolitana já vendia, ao tempo, o essencial dos seus fios, às indústrias de malhas dos países do norte da Europa, com quem Portugal estava associado na EFTA, e a outros países europeus. Também as fábricas que se vieram a instalar nas colónias foram, na sua maior parte, verticais, com fiações, pelo que nunca houve um mercado colonial de fios.

O controle dos mercados coloniais não foi porém sempre fácil. Depois da II Guerra, com a regeneração das indústrias têxteis de grandes potências industriais europeias, algumas das quais com territórios coloniais próximos dos nossos, a concorrência aumentou e a protecção dada pelo Governo foi providencial ("as nossas colónias em África, que são já hoje campos onde a actividade de certos países se desenvolve assustadoramente"[409]).

A concorrência do Japão e, em menor grau, da Índia, era preocupante. No final dos anos trinta, Portugal sentia de forma particularmente forte nas colónias a supremacia da têxtil algodoeira do Japão que definitivamente tinha ultrapassado a Inglaterra e consquistado os mercados mundiais[410].

---

409 ALMEIDA, J. A.Simões de – *A Indústria Algodoeira e a Organização Corporativa*. Lisboa: Editorial Império, 1940.p.50

410 "Quanto ao mercado colonial tem-se vindo a ceder terreno de ano para ano a favor da concorrência estrangeira. As razões a que propositadamente me referi já, causadoras da supremacia que a indústria japonesa apresenta hoje, por virtude dos seus métodos de trabalho e de infiltração económica, sôbre a de produtores como a Inglaterra, explica abundantemente e por si só, a actual situação da indústria portuguesa nos mercados coloniais. De há muito que o problema vem afligindo a indústria e sèriamente preocupado

A título de exemplo, o Japão, referido pela primeira vez nas estatísticas, em 1933, exportou para Angola, nesse ano, 5 toneladas de fios e tecidos de algodão e em 1936, 430 toneladas; em Moçambique, o Japão substitui a Inglaterra como segundo exportador, a partir de 1937/38. Em 1939, o Japão detinha 55% das exportações de têxteis para Angola.[411]

Os mercados coloniais foram, como já disse, a contrapartida ao consumo de matérias primas da indústria metropolitana e uma das formas do envolvimento desta, na efectiva colonização portuguesa. A protecção dos mercados coloniais portugueses foi, repito, acima de tudo, um dos eixos da estratégia política colonial do Estado Novo. Apesar disso, a indústria têxtil metropolitana abandonou esses mercados protegidos (sobretudo em termos relativos) antes mesmo da saída política e da independência das colónias. E esse facto é da maior importância para se compreender o próprio ciclo de África na história da fileira têxtil nacional: foi um ciclo que se viria a encerrar por ele próprio e não apenas pela conjuntura política. O que os acontecimentos políticos, a partir do 25 de Abril de 1974 provocaram foi, provavelmente destinos diferentes nas diferentes empresas e unidades fabris, daqueles que estas teriam tido se não tivessem perdido os mercados coloniais.

Um segmento da indústria têxtil metropolitana colapsou efectivamente, com a independência das colónias, porque perdeu os seus mercados exclusivos, não tendo tido capacidade para conquistar mercados alternativos nem para modificar o tipo de produtos ou a organização da sua produção. Em todas as épocas históricas os produtores retardatários sobrevivem apenas temporariamente, porque estão em regiões periféricas ou com mercados protegidos, muitas vezes também, localizados em regiões periféricas. Dos restantes, outro segmento dependente dos mercados africanos teve capacidade de reconversão, ao nível dos produtos, da tecnologia e dos mercados. E, finalmente, aqueles produtores cuja existência não dependia dos mercados africanos e da protecção reguladora do Estado, já anteriormente inseridos no contexto internacional da fileria, sobreviveram como sobreviveriam com ou sem colónias. E é nestes últimos que vamos encontrar os produtores com melhor desempenho na actualidade. Poderão ter fabricado outrora "panos para África" ou não, a verdade é que souberam

---

o Govêrno." ALMEIDA, J. A.Simões de – *A Indústria Algodoeira e a Organização Corporativa*. Lisboa: Editorial Império, 1940.p.70

411 Estatísticas do Comércio Externo. INE. Vários Anos. ALMEIDA, J. A.Simões de – *A Indústria Algodoeira e a Organização Corporativa*. Lisboa: Editorial Império, 1940. p.70,71.

inserir-se na fileira em cada momento, da melhor forma, combinando tecnologia, produto, mercados, de forma eficiente.

Nas entrevistas aos industriais têxteis, ouvi referências aos anteriores proprietários, antepassados dos actuais proprietários ou administradores, com o sentido de demonstrar que há um conhecimento enraizado, transmitido de geração em geração, importante para definir estratégias de empresa. África foi, para esses produtores, mais uma fonte de aprendizagem e reforço do seu conhecimento tácito, muitas vezes indutor de reestruturações tecnológicas ou outras e não apenas um mercado fácil.

4.1.4.1. As exportações de Fios e tecidos para as colónias

Antes da II Guerra, a indústria têxtil metropolitana dirigia quase exclusivamente, para as colónias portuguesas em África as suas exportações de tecidos e alguma produção de fios, sobretudo linhas de cozer e fios embalados para venda a retalho (algodão para fabricar artigos diversos, como por exemplo rendas) (Fig.4.1.4.1.-1) 2) e 3).

Segundo as estatísticas oficiais, em 1922, exportaram-se 2173 toneladas de tecidos, das quais 1892 toneladas foram para as colónias; em 1932, exportaram-se 2351 toneladas de tecidos, das quais 2340 toneladas se destinaram às colónias; no final da II Guerra, em 1946 exportaram-se 7316 toneladas, das quais 7001 foram para as colónias; em 1954, exportaram-se 13700 toneladas, das quais 7200 para as colónias; em 1961, exportaram-se 15300, das quais 5480 para as colónias e finalmente, em 1969, das 21180 toneladas exportadas, cerca de metade, 10350 foram para as colónias. A partir desta data, os valores começam a diminuir quer das exportações totais, quer das exportações para as colónias. Esta amostra de valores, ilustra a tendência média das exportações de tecidos, ao longo do ciclo de África. Inicialmente as colónias eram quase o único mercado exterior da indústria nacional mas, à medida que a produção aumenta e se modifica, cada vez as colónias têm menos peso relativo, não obstante as respectivas exportações, em valores absolutos, terem vindo a aumentar. Só a partir de 1970 se registou uma descida nas exportações muito acentuada que, com a independência das ex-colónias viria a reduzir-se praticamente a umas escassas centenas de toneladas (Quadro 4.1.4.1.-1 em Anexo). A quebra relativa a partir dos anos cinquenta é tanto mais significativa quanto se sabe que o mercado das colónias nessa época era muito diferente dos anos trinta, por exemplo. De facto, a partir dos anos cinquenta,

aumentou significativamente o fluxo de portugueses da Metrópole para as colónias, fazendo aumentar ali a procura de têxteis quer em quantidade, quer em diversidade. A partir da guerra com os movimentos independentistas, início dos anos sessenta, terá havido também um aumento da procura. Apesar disso, a indústria metropolitana, nos anos setenta, não dependia de forma crítica, dos mercados africanos.

Durante a II Guerra, o movimento comercial com as colónias e, naturalmente com o resto do mundo, sofreu muitas convulsões que são particularmente visíveis no caso dos fios. Em relação aos tecidos, apesar das variações bruscas nos totais absolutos, a maior parte das exportações continuou a destinar-se às colónias. O valor mais baixo registou-se em 1945, com uma percentagem de 76,06% de tecidos para as colónias.

A quebra que se regista no peso relativo das colónias nas exportações, antes da independência daqueles territórios e alguns anos depois do fim da II Guerra permite afirmar que nem as exportações se mantiveram num nível alto por causa da Guerra, nem diminuiram drasticamente apenas por causa da independência. Mais uma vez, o que parece estar em causa é uma estratégia de fileira. A têxtil usou as colónias temporariamente para viabilizar a sua própria reconversão, num compromisso com o Estado e simultaneamente foi mantendo a sua inscrição internacional. Estes processos são sempre protagonizados por um conjunto de empresas ou unidades produtivas. Assim, ao longo do ciclo de África, nem todas as empresas tiveram o mesmo comportamento. Umas concentraram a sua actividade nos aumentos de produção e na maximização das economias de escala, rendibilizando o seu capital fixo e a sua força de trabalho, mantendo constantes os tipos de produtos e dependendo essencialmente dos mercados, nomeadamente coloniais. Outras, novas ou por reconversão e adaptações diversas, foram modificando o seu processo de trabalho, produzindo produtos diversificados, instalando novas tecnologias e copiando os modelos dominantes da têxtil média dos países mais industrializados. Estão nessa situação por exemplo, as unidades que começaram a introduzir as fibras artificiais e sintéticas, nomeadamente as que desenvolveram produtos inovadores com essas fibras ou as que foram substituindo o equipamento da fiação ou instalando novas tecelagens com teares automáticos e com especialização por produtos, de têxteis-lar ou outros. Estes processos também não foram eliminatórias, antes verificou-se a coabitação de diversas formas de organização nas indústrias têxteis metropolitanas.

Fig. 4.1.4.1. -1)
Exportações de Fios e Tecidos para as Colónias e/ou Ex-colónias (Toneladas)

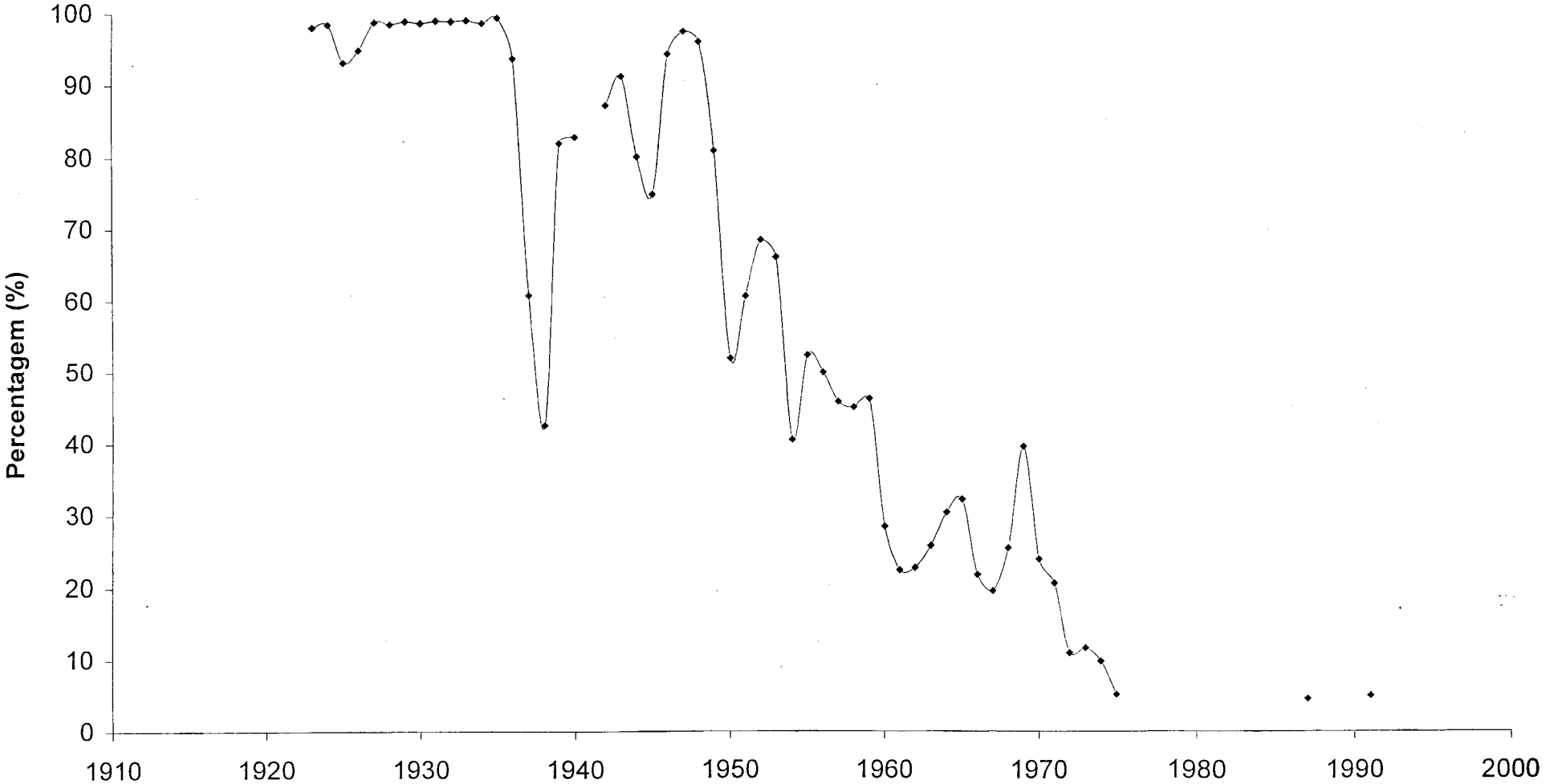


Fig. 4.1.4.1. -2)
Exportações de Tecidos para as Colónias e/ou Ex-colónias (Toneladas)

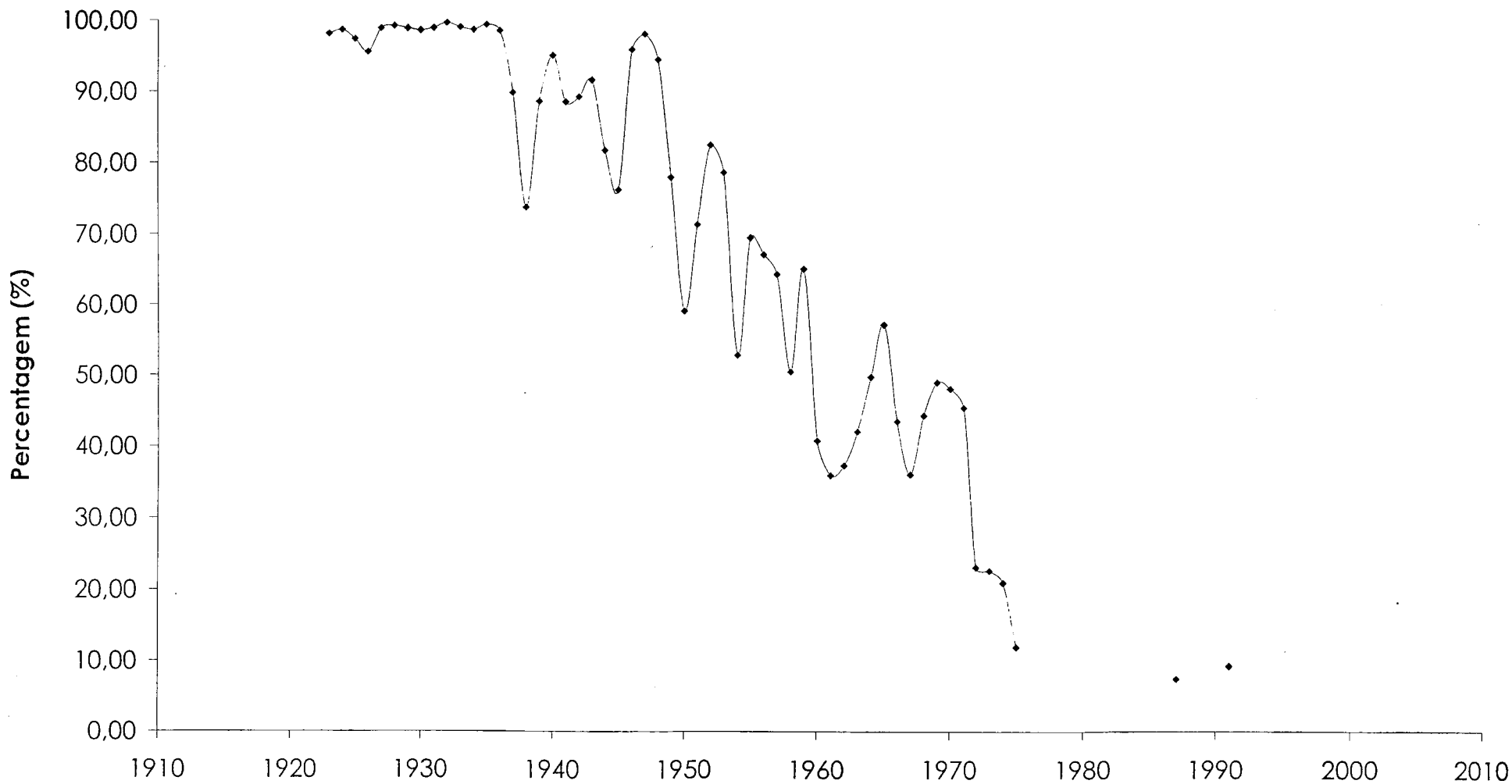
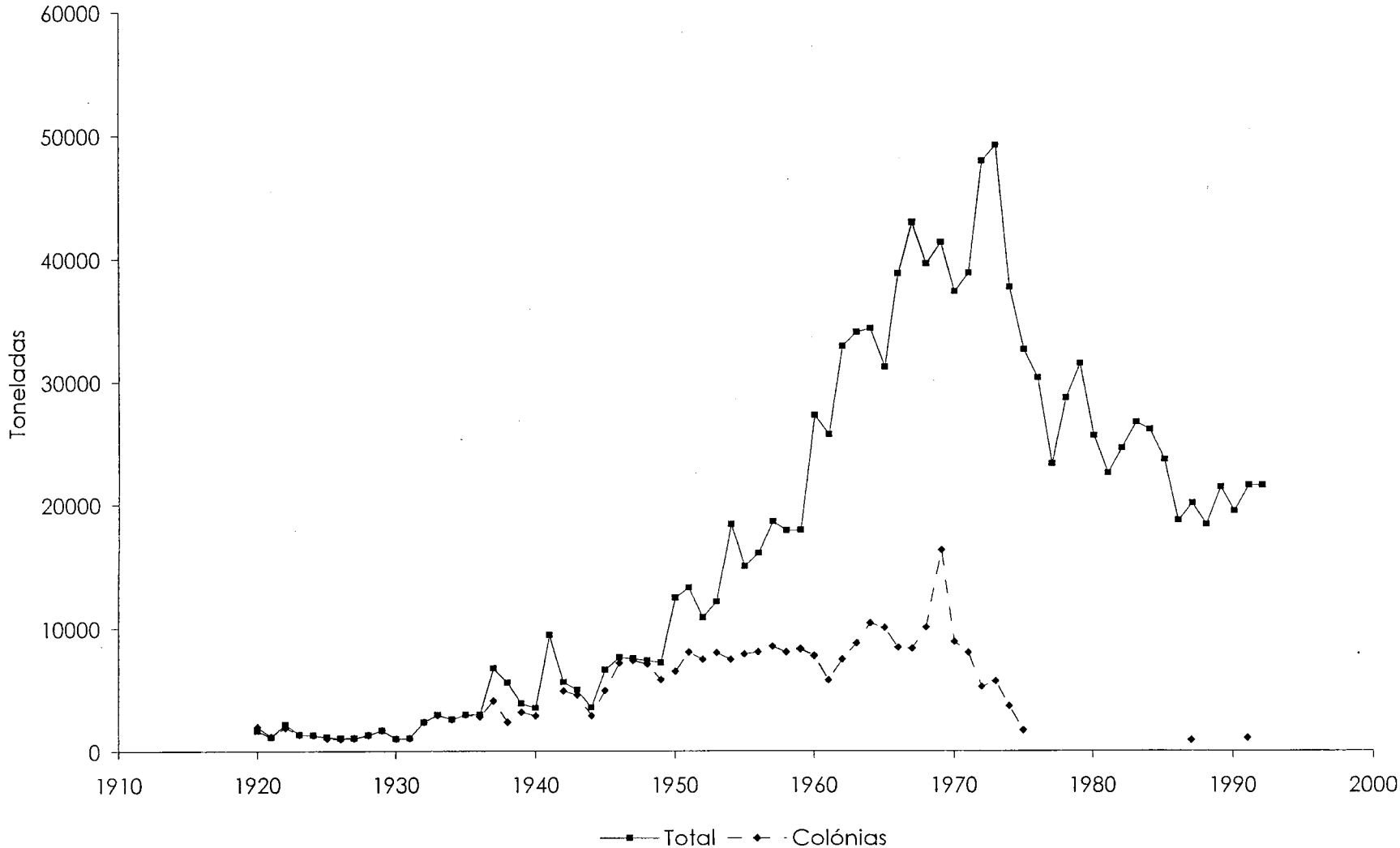


Fig. 4.1.4.1. -3)
Exportações de Fios e Tecidos



Empresas houve que apesar de usarem fibras artificiais e sintéticas e poderem ser consideradas como as mais modernas e inovadoras, depois da II Guerra, tiraram vantagem dos mercados africanos e sobreviveram-lhes. Com efeito, embora a grande maioria das tecelagens que abasteciam África, tivesse entrado em ruptura depois da independência das Colónias, o facto de vender naqueles mercados não significou o fim para todas as empresas têxteis. Grandes empresas da actualidade, também venderam em África e chegaram a construir ali estabelecimentos fabris.

Em síntese, os mercados africanos sustentaram a têxtil algodoeira metropolitana, num período crítico da sua existência, com dificuldades em encontrar mercados mais próximos, por causa da Guerra e com dificuldades internas de escoamento do excesso de fio provocado pela reconversão das fiações. Mas se isso serviu de almofada ou balão de oxigénio para um vasto número de empresas essencialmente de tecelagem, a verdade é que a um segmento "vencedor" na sobrevivência, serviu essencialmente de apoio à reconversão. Esse segmento sobrevivente, manteve o seu desempenho depois da perda dos mercados africanos e mantém-se hoje em dia ainda em actividade, provavelmente porque soube, no período colonial, como posteriormente, definir uma estratégia eficaz e inserir-se de forma eficiente na fileira, a nível internacional.

Assim sendo, o ciclo de África propriamente dito não terão sido exactamente os cinquenta anos que decorreram desde a publicação do Decreto das Concessões, em 1926, até à Independência das Colónias, entre 1974 e 75, mas de facto, pouco mais de 25 anos, entre a efectiva produção de ramas de algodão, com significado no abastecimento metropolitano (1935/36) e a adesão de Portugal à EFTA, com uma inversão na orientação das nossas exportações e paralela reconversão ao nível dos produtos e do processo de trabalho(1960/61): capitalização crescente, maximização das economias de escala com a produção massiça de fios e grandes metragens de tecidos estandardizados (Fig.4.1.4.1.-4) e 5).

Fig. 4.1.4.1. -4)
Exportações de Tecidos

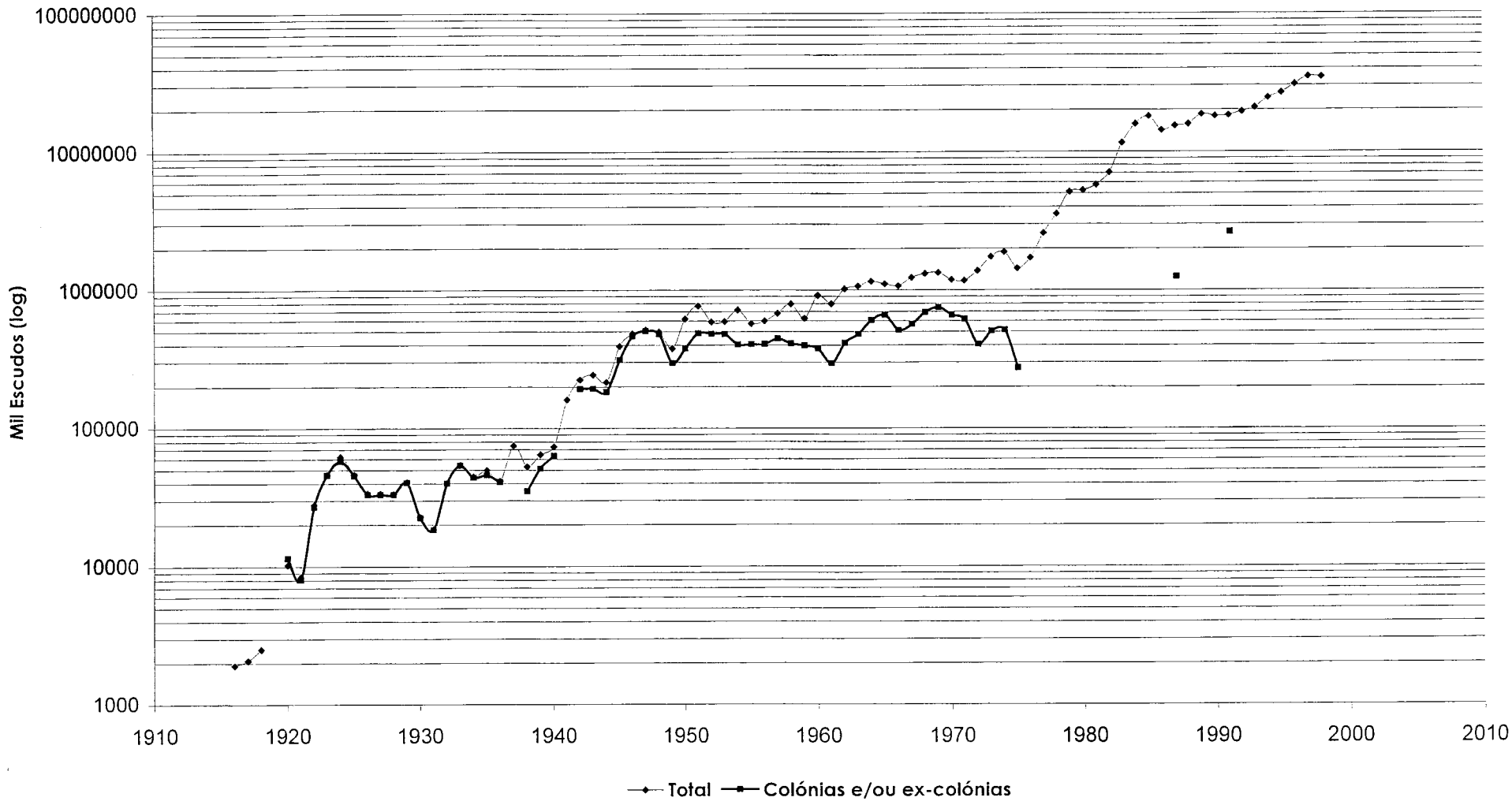
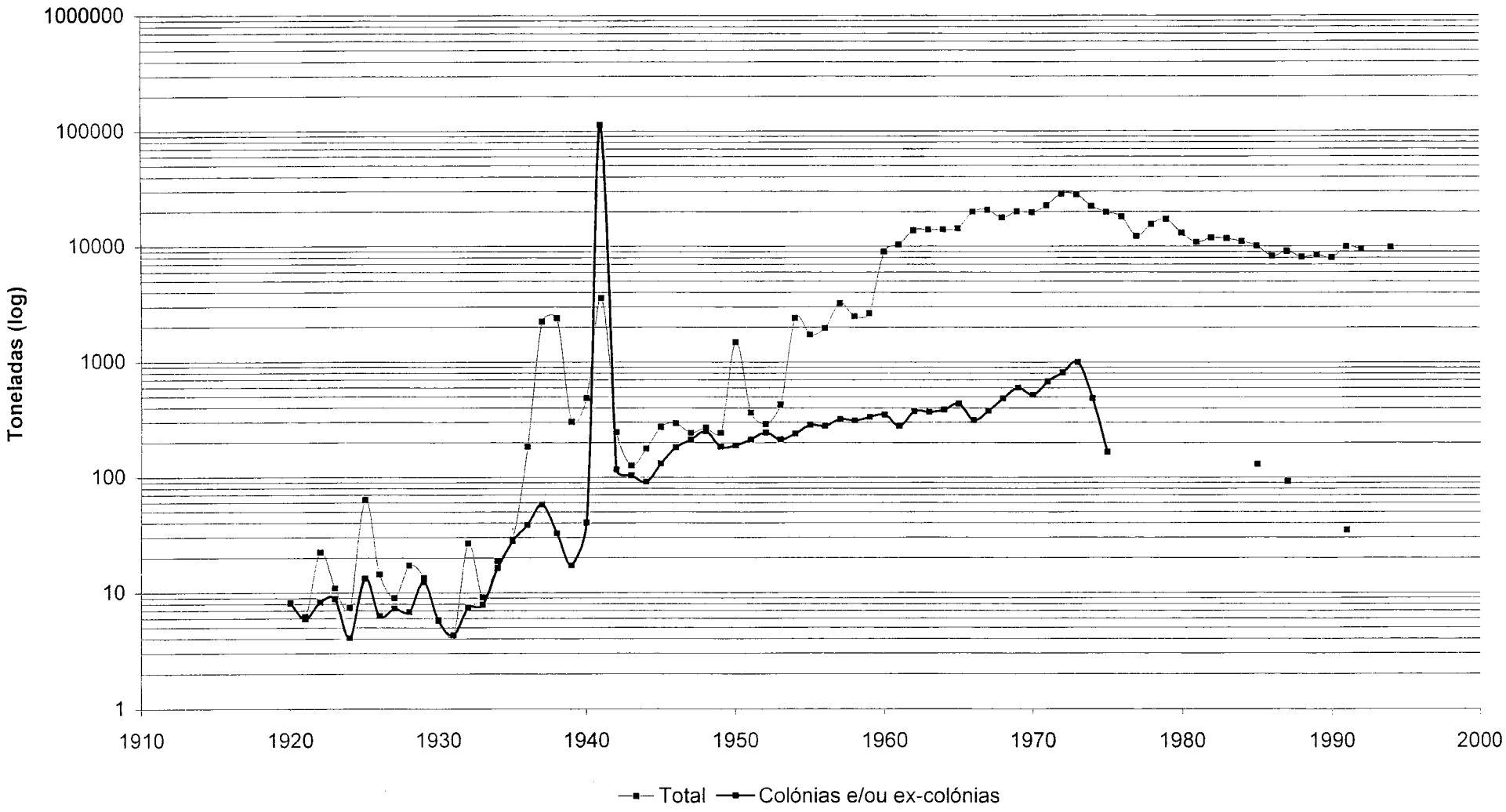


Fig. 4.1.4.1. -5)
Exportações de Fio de Algodão



4.1.5. Transferência da produção para África: dois modelos, dois destinos

Desde cedo que surgiram opiniões a defender a instalação de fábricas nas colónias. A filosofia de utilizar África apenas como fornecedor de matérias primas e mercado de produtos transformados na Metrópole foi sempre controversa e não colheu consensos. Nem sequer se pode afirmar que era a opinião dominante nos níveis superiores e dirigentes da administração pública portuguesa. De facto, administradores e técnicos que realizavam trabalhos nas colónias, acabavam por se manifestar a favor da industrialização daqueles territórios. Não se tratava de uma postura filantrópica ou decorria de preocupações de desenvolvimento sócio-económico, como o entendemos hoje em dia. Tratava-se de uma visão estratégica de unificação do Império, muitas vezes construida a partir da experiência do Brasil, onde existia a convicção de que a Independência teria, em grande parte, decorrido, da falta de estruturas próprias de produção e organização da base económica daquele território. Antes da II Guerra, ou mesmo nos anos seguintes, nas décadas de quarenta e cinquenta, antes também da Guerra Colonial, as propostas e projectos para os territórios coloniais não deixam transparecer qualquer postura de interrogação sobre a legitimidade da ocupação colonial. A questão que se colocava era a de maximizar os recursos e fazer crescer a economia nacional no seu todo. Os incentivos e desincentivos à industrialização das colónias, decorreram da confrontação entre esses objectivos de crescimento macroeconómico e projectos desenvolvimentistas e a estratégia política do Estado Novo de consolidação do modelo corporativo e de respeito por compromissos internacionais. Foi nesse contexto que foi discutida a questão da industrialização ou não das colónias.

Os relatórios técnicos das próprias instituições corporativas ligadas às colónias – Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama, Junta de Exportação e outras – permitem concluir que a exploração de África, exclusivamente enquanto mercado é essencialmente uma posição do Governo Central, de Lisboa, de estrategas que nunca pisaram os territórios coloniais e muito menos uma posição de colonos e quadros técnicos naqueles territórios. Houve quase que uma subversão nas acções desses técnicos e dirigentes mandatários da política colonial em África. Foram para África com a missão de "*colonizar*" os territórios e acabaram por se deixar influenciar pelas posições defendidas localmente, pelos quadros enraizados nas próprias colónias, passando a defender uma estratégia diferente da que inicialmente ali os conduzira. Alguns textos deixam transparecer dilemas que devem ter sido relativamente complicados de resolver,

por esses técnicos e representantes políticos do Governo. Muitas vezes, surgem projectos que, sem irem contra a filosofia de fundo do Estado e da política colonial, propõem acções totalmente antagónicas daquelas que haviam sido pensadas e desenhadas inicialmente ao nível central.

No início do Estado Novo e da aplicação da política corporativa, fez-se sentir uma oposição à instalação de fábricas nas colónias, por parte dos industriais têxteis metropolitanos[412]. Aí, na primeira fase da estratégia africana, chamemos-lhe assim, o programa do Estado foi o do alargamento da cultura do algodão, do abastecimento barato de matérias primas e regulação dos preços dos produtos e salários, estando mesmo regulamentada a impossibilidade de instalação de fábricas nas colónias, como já disse. Mais tarde, pouco antes do final da II Guerra, as condições alteraram-se, a pressão internacional – a cobiça de África – intensificou-se e o Estado lançou-se num processo de industrialização das colónias.

Ernesto de Queiroz Ribeiro, em 1947, escrevia o seguinte, numa publicação cujo título é, por si só, já suficientemente sugestivo, *A Primazia das Colónias Perante a Metrópole* : "Mas, a maior parte destes produtos [amendoim, copra, sisal, algodão,...] são exportados sem terem sofrido qualquer preparação, o que encarece o seu transporte e faz perder às Colónias o lucro da industrialização."[413]

Na mesma linha de pensamento, escrevia, A. Quintanilha, ainda em 1954: "Quanto a Moçambique, não basta que produza ramas para abastecer a indústria nacional. Enquanto nos limitarmos a exportar as nossas matérias-primas e a importar depois os artigos manufacturados, a Província, apesar de ter mudado de rótulo, continuará a ter uma economia essencialmente colonial. Moçambique tem condições para industrializar em larga medida os sub-produtos do algodão e para transformar em tecidos, pelo menos, a quantidade de rama necessária para abastecimento do mercado interno." [414]

Foi a partir de 1944, que o Estado assumiu a opção estratégica de industrializar as colónias ou pelo menos publicou legislação nesse sentido (Decreto-

---

412 Sobre a industrialização das colónias vi também ROSAS, Fernando – *Portugal entre a paz e a guerra. 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.1990.p260 e Seg.

413 RIBEIRO, Ernesto de Queiroz – *A primazia das Colónias perante a Metrópole*. Porto: 1947.p.10

414 QUINTANILHA, A.- *O Problema Algodoeiro Português*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique,1954. p. 10.

lei nº 33924 de Setembro de 1944[415]) mas, fê-lo de forma selectiva, apenas para algumas indústrias, aí se incluindo a têxtil algodoeira. Os atrasos sucessivos no arranque das fábricas levaria porém a que nem em meados dos anos cinquenta se vissem ainda alguns resultados da industrialização das colónias. Por isso se queixavam Queiroz Ribeiro e Alexandre Quintanilha daquela forma.

Nesta estratégia de instalação de fábricas em África, mais uma vez a indústria têxtil algodoeira foi o parceiro pronto a partir, de imediato, para as colónias. As primeiras iniciativas de industrialização foram desenvolvidas em parceria com a indústria metropolitana. Foram porém iniciativas relativamente fracassadas e, só mais tarde, quando foram as próprias empresas industriais a instalar-se, com as suas estratégias próprias – ainda que sempre com uma protecção excepcional do Estado Corporativo – elas deram resultados positivos.

4.1.5.1. Angola: Companhia de Fomento Colonial (Textang)

Angola recebeu a primeira iniciativa de instalação fabril nas colónias[416]. Apressada, na opinião de alguns dos empresários envolvidos no empreendimento. Com o objectivo de rapidamente instalar fábricas em África, o Estado envolveu-se numa parceria forçada com um conjunto de industriais que dispunham de algum equipamento mais antiquado que pretendiam substituir e instalou uma fábrica em Luanda, Angola. Foi a Companhia de Fomento Colonial a promotora do projecto que nunca terá funcionado eficientemente. Essa Companhia criada em 1939, só em 1946 conseguiu instalar em Luanda uma fábrica de fiação e tecidos, basicamente a partir do equipamento da Empresa de Fiação e Tecidos de Benfica. O nome comercial da Fábrica de Luanda foi "Textang". Em 1950 a Textang funde-se com a SOALPO de Moçambique, na Sociedade Algodoeira de Fomento

---

415 Os pontos fortes desse Decreto nº 33924, de 5 de Setembro que revoga o artº 18 do DL. 21226 de 22 de Abril de 1932, que impedia a instalação de fábricas nas colónias, referem-se a um conjunto de condicionantes para a instalação das fábricas, expressas da seguinte forma: "Cumpre ao Estado promover e favorecer embora em ritmo prudente, a instalação de indústrias nas colónias ..." Essas indústrias deveriam laborar matérias-primas das colónias, abastecer os mercados locais das colónias onde se viessem a instalar e laborar sem protecções aduaneiras excepcionais, nunca podendo entrar em concorrência com as mesmas indústrias instaladas na Metrópole. "É em obediência aos princípios expostos que se pretende legislar em relação à indústria de fiação e tecidos de algodão nas colónias, permitindo-se ali a criação de fábricas por forma que se aumente, quanto à indústria metropolitana, a possibilidade da sua renovação meânica e se lhe garanta a posição adquirida no mercado colonial e até o seu desenvolvimento."

416 RIBEIRO, Ernesto K. de Queiroz - *O Algodão. Novos Processos de Produção, Comércio e Indústria*. Porto: Oficinas Gráficas de "O Comércio do Porto", 1965.

Colonial, adoptando a marca "Textáfrica". Parte do equipamento da Fábrica de Luanda, conjuntamente com máquinas de uma Fábrica em Lourenço Marques propriedade da Sociedade Algodoeira de Portugal, viria a ser reunido numa fábrica de malhas, em Vila Pery, Moçambique,a Empresa de Malhas de Moçambique, EMMA.

Não há referências a resultados de grande eficiência na Fábrica de Luanda a qual acabou por ser praticamente desactivada depois da fusão com a Textáfrica.

4.1.5.2. Moçambique: Sociedade de Fomento Algodoeiro, Lda - TEXTÁFRICA

Quando em Agosto de 1964, o presidente Américo Thomaz visita a Textáfrica na então cidade de Vila Pery (actual Chimoio), o presidente do conselho de administração da Soalpo – Sociedade Algodoeira de Fomento Colonial Sarl, Albano Magalhães disse: " A província de Moçambique pode orgulhar-se de possuir nas terras de Vila Pery o complexo industrial têxtil mais completo, instalado em território português."[417]

E é provável que assim fosse ou pelo menos, a Textáfrica fosse uma das maiores, mais modernas e mais complexas unidades têxteis de algodão do país. Ao contrário de Angola, Vila Pery foi feita "de raiz".

Foi em 1944 que se constituiu no Porto, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, com o objectivo de instalar uma unidade industrial têxtil em Moçambique – a SOALPO, Sociedade Algodoeira de Portugal.[418] O capital social da sociedade era de 100.000 contos, dividido por acções de 1000$00 cada. Os sócios fundadores eram 202, praticamente a totalidade das empresas têxteis do noroeste de Portugal, vale do Ave e Porto[419]. Um pouco mais de vinte das empresas associadas, entraram com quotas superiores a 1000 contos, não havendo grandes contrastes entre as respectivas quotas (máximo de 7572 contos para a Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, 6000 contos para a Empresa Fabril do

---

417 *Sociedade Algodoeira de Fomento Colonial, Sarl – TEXTÁFRICA – 1944-1969 – 25 anos em Moçambique*. Vila Pery, Tip. Gonçalves, 1969

418 *Sociedade Algodoeira de Portugal, Sarl.* Escritura de constituição publicada no Diário do Governo, III Série – Número 283 de 6 de Dezembro de 1944.

419 " A indústria têxtil portuguesa reuniu, a 15 de Novembro de 1944 representada por mais de 70% da sua capacidade de laboração, no salão nobre da Associação Industrial portuense para criar a Sociedade Algodoeira de Portugal, Sarl, com um capital de 100 mil contos, dando cumprimento ao definido pelo governo com a publicação do Dec.Lei 33924

Norte e 4000 contos para a Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe). Para além destes e um pequeno grupo de accionistas com alguns milhares de contos, o capital estava disperso pelos outros accionistas, em pequenas quotas. O projecto da Textáfrica, cujo nome enquanto marca só surgiu em 1950, pode ser tomado como um retrato das tendências da indústria têxtil algodoeira portuguesa da época e o mesmo é dizer da região têxtil do noroeste. Mesmo que pela mão do Estado, a Textáfrica é um projecto colectivo e traduz uma tendência dominante na fileira regional.

Tudo na formação da SOALPO lembra as sociedades comerciais do princípio do século, com as suas estratégias de reconversão, com mudança de localização. África e especificamente Moçambique era então, em 1944, o sítio certo para a indústria têxtil algodoeira e a indústria têxtil algodoeira em Moçambique apresentava-se como o "sítio" certo para grupos económicos e financeiros de grande dimensão, no Norte de Portugal, investirem os seus capitais.

As instalações fabris em Vila Pery foram projectadas por técnicos têxteis das empresas associadas, muitos deles engenheiros que tinham feito a sua formação em França e na Alemanha e ensaiavam na Metrópole reconversões tecnológicas segundo as novidades que conheciam nos outros países[420]. A Textáfrica foi montada segundo os modelos mais avançados na época e poderia representar uma substituição, a longo prazo, da capacidade instalada na Metrópole. A fábrica de Vila Pery começou a laborar apenas em 1950, quando ficou concluida a construção dos edifícios e foram instaladas as máquinas.

A localização da fábrica resultou de um conjunto de factores. Para além de se tratar da região com maiores potencialidades ao nível da produção de algodão, estava inserida no que actualmente se chama Corredor da Beira, eixo que liga a capital do Zimbabwe (ex-Rodésia) ao porto da Beira, e que historicamente tem representado a via privilegiada de penetração no interior e saída de produtos do interior para o mar. Em 1946, a SOALPO e o Estado fizeram uma sociedade – Sociedade Hidroeléctrica do Rovué – para produção de energia elétrica para alimentar a Textáfrica.

Em 1950, dá-se a fusão da SOALPO com a sua congénere de Luanda, a Companhia de Fomento Colonial (conhecida também por Textang), ficando a

---

de 5 de Setembro de 1944.." *Sociedade Algodoeira de Fomento Colonial, Sarl – TEXTÁFRICA – 1944-1969 – 25 anos em Moçambique*. Vila Pery, Tip. Gonçalves, 1969

[420] Entrevista realizada ao Engº Mendes Ribeiro.

nova sociedade com um nome também resultante da fusão dos nomes das empresas originais: Sociedade Algodoeira de Fomento Colonial. Em 1953 a fábrica começou a fiar e em 1955 começou a tecer.[421]

Os nomes das pessoas que ocuparam os corpos sociais da sociedade podem indirectamente levar a algumas conclusões sobre a estratégia subjacente á sua criação. Foi presidente da assembleia geral da sociedade, António Cupertino de Miranda, na época, presidente do Banco Português do Atlântico. Foi presidente do conselho de administração Albano Pereira Dias de Magalhães, presidente de um outro grupo financeiro de relevo, no Norte do país[422]

Não há muitas referências à Textáfrica, nem se conhece bem o seu desenvolvimento. A informação que consegui encontrar é da época da sua criação, de alguns estudos sobre a economia de Moçambique, dos anos sessenta e um pequeno folheto das comemorações dos 25 anos, para além de uma entrevista pessoal ao administrador delegado, desde 1955 e actual accionista em parceria com o Estado Moçambicano. Presume-se que tenha registado um crescimento contínuo e tenha mantido uma vocação de abastecimento do mercado local, a avaliar pelas informações disponíveis.

Em 1961, tinha 14500 fusos, 460 teares, dos quais 430 automáticos e instalações de branqueação, tinturaria, estamparia e acabamentos, consumia 2000 toneladas de algodão em rama e empregava cerca de 2000 operários.[423] Em 1960, dez anos depois do início da actividade, a Textáfrica compra novas máquinas na Alemanha e nos Estados Unidos - uma râmula (acabamentos), 3 caldeiras e duas bobinadeiras (preparação da tecelagem) e 3 penteadeiras,[424] o que revela a existência de facto, de equipamento novo e não a transferência de máquinas antigas, da Metrópole. Em 1970, tinha 2500 operários, 25000 fusos e 637 teares[425]. Vertical, possuia desde campos de algodão próprios e áreas a produzir segundo um sistema semelhante ao regime das concessões, todos os segmentos produtivos, da fiação aos acabamentos. Em Vila Pery, a Textáfrica com os edifícios

---

421 Idem.

422 MARTINS, Maria Belmira - *Sociedades e Grupos em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

423 BRAVO, Nelson Saraiva - *A cultura algodoeira na economia do norte de Moçambique*. "Estudos de Ciênncias Políticas e Sociais". N°66 (1963). p. 1-252.p.83

424 *Boletim trimestral do BNU*. N° 44 de 31 /12/1960. p.30-33

425 *Sociedade Algodoeira de Fomento Colonial, Sarl - TEXTÁFRICA - 1944-1969 - 25 anos em Moçambique*. Vila Pery, Tip. Gonçalves, 1969

fabris, os bairros residenciais de administradores, técnicos e operários, as infra-estruturas e os equipamentos sociais de apoio era uma cidade dentro da cidade.

Associada à Textang de Angola, a Textáfrica criou empresas de produção e fábricas de descaroçamento de algodão e uma fábrica de malhas – a EMMA, Empresa Moçambicana de Malhas – em Vila Pery, com as máquinas das respectivas unidades industriais de Luanda e Lourenço Marques. A criação desta fábrica de malhas, com máquinas antigas de empresas pouco rendíveis e eficientes, poderá ter tido como objectivo o escoamento de fio excedentário da Textáfrica ou a absorção de mão-de-obra excedentária e de baixos custos. Não se pode nunca perder de vista que os estrategas do projecto de Vila Pery eram industriais e empresários da Metrópole, que simultaneamente estariam ligados a outras empresas e aos circuitos internacionais do comércio dos têxteis. Nos início dos anos sessenta, a indústria metropolitana era, como o fora no início do século, uma grande fiação, que exportava fio para as indústrias de malhas, em regeneração, no Norte da Europa, Canadá e Estados Unidos (aqui em menor grau). A EMMA enquadra-se nessa tendência de crescimento do uso de vestuário de malha e abasteceria os mercados coloniais de forma eficiente.

Até que ponto o projecto global de Vila Pery foi um êxito em si mesmo ou sobreviveu apenas à sombra da protecção do Estado na defesa de interesses especificos de alguns grupos e de objectivos políticos, é difícil concluir. A independência de Moçambique e a sobrevivência da Textáfrica e de outras unidades fabris em Moçambique poderão levar a algumas conclusões ou pelo menos adiantar algumas hipóteses.

A Textáfrica continuou a laborar depois da independência e mesmo durante a guerra civil em Moçambique nos anos oitenta, ainda que com grandes estrangulamentos quer no abastecimento de matérias primas e escoamento de produtos, por causa das dificuldades na agricultura, e na circulação das pessoas e mercadorias num território em guerra, quer por falta de apoio técnico e de quadros dirigentes. Os quadros técnicos da Textáfrica eram na sua quase totalidade portugueses que regressaram a Portugal com a independência de Moçambique o que se reflectiu no funcionamento da fábrica. De qualquer forma, a compra, em 1996, de parte do capital social da Textáfrica,ao Estado Moçambicano, por parte de um anterior administrador, revela o potencial interesse do empreendimento, cinquenta anos depois da sua fundação.

O que esta retoma ou regresso a África permite concluir é que, na época da sua fundação e início da laboração – anos cinquenta – a Textáfrica enquadrou-se numa estratégia de internacionalização da fileira e não apenas numa mera transferência de tecnologia obsoleta para territórios periféricos. É difícil imaginar o que se poderia ter passado se não se tivesse dado a independência das colónias até porque o contexto regional mais amplo em que esse processo se desenrolou, com a independência de outros territórios contíguos, actuais países independentes, com as suas próprias indústrias e estratégias nacionais, teria tido a sua influência. De qualquer forma, compreende-se que a Textáfrica era um projecto colectivo, de futura transferência da fileira têxtil e deslocação dos investimentos, na Metrópole, para outros sectores, ramos industriais ou, pelo menos, para a retenção dos níveis mais elevados da divisão técnica do trabalho na têxtil.

Que a Textáfrica não correspondia a uma mera deslocalização para tirar partido da mão-de-obra barata, é o que também se pode concluir de uma análise feita em 1957 no Boletim Trimestral do Banco Nacional Ultramarino e reproduzida por Nelson Bravo, em 1963[426]: "Apesar de bem localizada, bem dimensionada e bem apetrechada, esta fábrica não consegue custos de produção tão baixos como os normais da Metrópole porque, segundo diz o Boletim trimestral do BNU de março de 1957: a) Os empregados europeus ganham o quíntuplo dos da Metrópole e a empresa ainda tem de gastar com eles grandes verbas em habitações, licenças graciosas e passagens de e para a Metrópole; b) os operários nativos não têm boa assiduidade e o seu trabalho só rende cerca de 50% do dos operários metropolitanos, enquanto o custo de mão-de-obra indígena (salário, alojamento, alimentação, etc.) atinge quase o mesmo nível do custo da mão-de-obra correspondente na Metrópole."

Sem a rectaguarda do Estado de que dispunha no tempo do colonialismo, a Textáfrica, ainda que com capital do Estado, não consegue, actualmente ter o desempenho necessário e desejável porque as condições de enquadramneto na fileira se alteraram profundamente e o comércio internacional dos têxteis se modificou.[427]

---

426 BRAVO, Nelson Saraiva – *A cultura algodoeira na economia do norte de Moçambique*. "Estudos de Ciênncias Políticas e Sociais". N°66 (1963). p. 1-252.p.84

427 As informações sobre a situação actual na Textáfrica referem-se a uma entrevista com o actual presidente do conselho de administração, anterior administrador delegado, Eng° Manuel Albano Magalhães, em 21.01.1997.

4.1.6. A perda dos mercados Africanos para a Indústria Metropolitana

Que África não terá sido o fardo de que por vezes os industriais têxteis se queixaram, dizendo verem-se obrigados a contra-vontade consumirem o algodão que ali era cultivado, de má qualidade, parece-me não restarem dúvidas. Se assim tivesse sido, uma vez libertada desse vínculo - as colónias - com o 25 de Abril de 1974, a indústria têxtil algodoeira teria registado um extraordinário surto de crescimento que de facto, não registou. Ainda que a conjuntura internacional se tivesse alterado e se vivesse alguma agitação nos mercados internacionais, dever-se-iam poder identificar rupturas nas séries temporais de indicadores da produção, para a indústria têxtil, coincidentes com o ano de 1974 e seguintes, como afinal se registam para as exportações para as colónias. Verificava-se alguma expansão nas quantidades de fios e tecidos produzidos (Fig. 4.1.6.-1), com maior significado para os fios, já a partir de 1960 mas não se deu um surto de crescimento imediatamente a seguir à independência das colónias. O que se registou foi essencialmente uma concentração da produção já que o número de estabelecimentos diminuiu mas o número de operários se manteve estabilizado até aos anos noventa. Essa concentração também já se fazia sentir desde os anos sessenta, não se identificando nenhuma ruptura de relevo, por volta do ano de 1974 (Quadro 4.1.6.-1).

Poderá existir alguma ilusão estatística na quantificação das alterações ocorridas com o 25 de Abril já que, embora a perda das colónias possa ter tido os seus efeitos, eles poderão estar mitigados pelos efeitos da legislação laboral em vigor na época, com particular incidência nas restrições aos despedimentos. Não podendo despedir operários, ainda que excedentários, muitas empresas seguiram estratégias de aumento da produção quer nas fiações ou tecelagens, quer na criação de secções de confecção, a juzante, nomeadamente nos têxteis-lar, com criação de fases de costura de roupa de cama ou atoalhados que apenas implicavam a instalação de máquinas para cozer baínhas ou, nalguns casos a confecção de artigos de vestuário mais complexos, como por exemplo camisas de homem. O crescimento exponencial das importações de algodão em rama, atrás já referido, indica que a produção de facto continuou a crescer, ainda que com formas de produzir diferentes e estratégias de produtos diferentes.

Quadro 4.1.6.-1

Indústria Têxtil de Algodão, de Fibras Artificiais e sintéticas e Mistos

Anos	Estabelec.	Operários	F.B.C.F.(contos)
1963	456	61937	
1964	449	63456	
1965	454	69850	
1966	450	67841	
1967	447	68075	
1968	433	70014	
1969	437	66323	
1970	427	68221	
1971	403	53191	1056982
1972	404	60269	1434459
1973	413	65644	1507660
1974	396	65259	2077028
1975	375	64810	1269597
1976	356	61222	1025105
1977	354	61191	2195510
1978	373	64067	2851457
1979	352	66165	4756747
1980	370	68321	6111572
1981	365	70922	9971447
1982	357	67785	9234906
1983	350	68327	5260225
1984	351	68341	6112017
1985	324	65105	9344321
1986	325	67234	14176357
1987	315	66607	15885708
1988	315	64097	24165617
1989	305	67915	27616014

Fonte. Estatísticas Industriais. INE.

O que de facto se veio a verificar a médio prazo, com a perda dos mercados coloniais e, acima de tudo, com a ruptura no processo de transferência de alguns segmentos da fileira para as ex-colónias, foi o colapso de um conjunto de empresas industriais têxteis vinculadas aqueles processos e dependentes da protecção da política industrial corporativa.

Nas colónias, por seu turno, rompeu-se um processo de expansão industrial acabado de iniciar e que representava uma profunda viragem na política económica do Estado Novo. Nas vésperas do 25 de Abril de 1974 estavam em instalação ou tinham começado a laborar, em Angola e Moçambique, algumas fábricas não só têxteis como de outros produtos, numa clara estratégia de industrialização das colónias. Tomando o caso de Moçambique, onde a têxtil algodoeira, naquela altura, era mais antiga e registava um desenvolvimento maior, era a seguinte a situação em 1973. "No domínio dos têxteis e vestuário, formou-se na Beira uma unidade industrial considerada pioneira no género, para produção de pano turco em peça, confecção de toalhas, colchões e outros artigos para uso doméstico; na Ilha de Moçambique, está prevista a implantação de uma fábrica de malhas e confecções em tecidos apropriados e sacaria de malha de algodão; no distrito de Lourenço Marques estava prevista a instalação de uma fábrica de algodão; e na cidade da Beira, com secções de fiação, tecelagem, tinturaria e acabamento, foi autorizada a montagem de um complexo para o fabrico de tecidos de fibras artificiais e sintéticas"[428].

Entre 1973 e 1974 verificaram-se novos investimentos industriais em Moçambique, de forma mais intensa, não apenas com o objectivo de transferência de tecnologia da Metrópole para as colónias mas, numa estratégia autónoma de substituição de importações e reforço da base económica local, como forma de defesa à penetração de outros produtores industriais internacionais[429]. De facto, a instalação de indústrias químicas de apoio à agricultura, a expansão das indústrias alimentares e a instalação de indústrias de bens de equipamento, revelam uma estratégia industrial integrada. A falta de autonomia ao nível superior da divisão

---

428 *Boletim Trimestral do BNU*. N°97. Jan/Mar 1974. P.81 e 82

429 "Actualmente a revelar dinamismo, este sector (indústria) está a surgir como importante destino de investimentos, embora o índice de industrialização moçambicano não seja ainda elevado. Tendências recentes mostram a preocupação de alargamento do parque industrial baseado nos recursos internos, como uma das formas de obtenção de maior valor acrescentado da produção mais representativa originária do sector primário. Simultaneamente, também se nota o impulso ao processo de insdutrialização que implique a

técnica do trabalho e a inexistência de quadros técnicos médios e superiores, na sua quase totalidade portugueses, viria a revelar-se a principal causa do colapso da frágil indústria moçambicana. Mesmo a têxtil, com uma organização e desenvolvimento tecnológico supostamente competitivos ao tempo da Independência, viria a revelar fragilidades decorrentes dessas rupturas nas estratégias de fileira, conduzidas a partir da Metrópole.

4.2. A Organização corporativa e o condicionamento industrial na indústria têxtil algodoeira

Não cabe no âmbito deste estudo uma análise exaustiva do modelo corporativo nem da Lei do Condicionamento Industrial. Os estudos mais desenvolvidos sobre o assunto não têm privilegiado as indústrias têxteis, como já se viu[430]. Paradoxalmente, embora o intervencionismo do corporativismo nas indústrias têxteis algodoeiras tenha sido profundo e determinado a evolução da fileira, o condicinamento industrial afectou-a de uma forma muito particular. Com efeito, são por vezes mais visíveis os efeitos preversos da lei do que os efeitos directos.

Do que tem sido dito em torno do Condicionamento Industrial é importante reter, acima de tudo, a sua importância no contexto da política económica do Estado Novo. J. M. Brandão de Brito procurou demonstrar como o Condicionamento Industrial corresponde ao próprio Estado Novo[431]. Por melhor apoiadas que tivessem sido as teses do corporativismo, o condicionamento

---

produção de bens substitutivos dos importados, sobretudo dos de maior consumo interno." Sobre moçambique. Boletim Trimestral do BNU, nº 97 de Jan/Mar. 1974. p.81.

430 Sobre o Condicionamento Indutrial vi: MARQUES, Alfredo – *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959). As duas estratégias do Estado Novo no período de isolamento nacional.* Lisboa: Livros Horizonte, 1988; ROSAS, Fernando – *Portugal entre a paz e a guerra. 1939-1945.* Lisboa: Editorial Estampa.1990. BRITO, José Maria Brandão de – *A Industrialização Portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial.* Lisboa: Publicações D. Quixote, 1989. Em relação à indústria têxtil algodoeira, entre outros estudos que serão citados pontualmente, para aspectos específicos, há uma análise da legislação corporativa e do impacto do condicionamento em RIBEIRO, Ernesto K. de Queiroz - *O Algodão. Novos Processos de Produção, Comércio e Indústria.* Porto: Oficinas Gráficas de "O Comércio do Porto", 1965.

431 BRITO, José Maria Brandão de – *A Industrialização Portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial.* Lisboa: Publicações D. Quixote, 1989. p.185

industrial acabaria por dominá-lo e corrompê-lo. "Antes de ser corporativo, o Estado Novo já era intervencionista."[432]

O Condicionamento Industrial, formalmente instituido em 1931, pelo Decreto Nº.19354, foi, essencialmente e usando ainda as palavras de Brandão de Brito, "um crivo burocrático"[433]. Concebido como um instrumento anti-crise e com o objectivo de reorganização da indústria portuguesa, foi essencialmente um pesado conjunto de leis e regulamentos de controle da abertura e instalação de novos estabelecimentos fabris, montagem e substituição de máquinas nos estabelecimentos fabris e transferência de licenças de exploração de fábricas, nomeadamente a favor de estrangeiros. A lei do Condicionamento Industrial obrigava a uma autorização todas as intenções de abertura de novos estabelecimentos ou alteração dos existentes, desde a ampliação à substituição de máquinas ou outras modificações.

Uma das teses de Brandão de Brito é a de que o Condicionamento Industrial terá sido o verdadeiro instrumento de corporativização da indústria, mais do que as instituições corporativas[434]. A ser verdade, não me parece que isso se tenha verificado de forma tão directa no têxtil algodoeiro. Com efeito, só mesmo os organismos corporativos e em particular os que regulavam o comércio de algodão em rama das colónias e de fios e tecidos para as mesmas, terão desenvolvido com eficiência a filosofia corporativista. Na metropóle e o mesmo é dizer, na região industrial do Norte de Portugal, não houve uma organização coporativa da indústria têxtil algodoeira segundo as formas tradicionais de outros ramos industriais no país. E isto provavelmente pelo estádio de desenvolvimento em que o têxtil se encontrava no início do Estado Novo, sobretudo ao nível da inserção internacional da fileira, manifestamente diferente de outras indústrias do país.

Ainda hoje em dia, as indústrias têxteis algodoeiras, as das malhas e das confecções no Norte, têm dificuldade em se organizarem, existindo várias associações a grémios de empresários, alguns dos quais com funções redundantes e sobreposições de áreas de influência.

Em 1939, queixava-se o presidente da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama de que "excepção feita à indústria de lanifícios, organizada

---

[432] Idem, p.115.
[433] Idem, p.111
[434] Idem, p. 134 e seguintes.

em grémios e estes reunidos em federação, à regulamentação do comércio de algodão em rama, e à organização sindical – tudo o resto está a viver no regime em que vivia há umas dezenas de anos atrás."[435]

De qualquer forma e a partir essencialmente dos inquéritos às empresas, nota-se uma certa "tolerância" do Condicionamento Industrial em relação ao têxtil algodoeiro, e portanto ao noroeste português onde ele se concentrava. Essa tolerância e alguma indiferença ou incapacidade de intereferir em profundidade no sector, decorre de três factores. Primeiro, tratava-se de um sector com características diferentes dos outros, em particular na dimensão das empresas (número de operários), muito superior à média das indústrias nacionais. Segundo, era o sector estratégico da colonização africana a quem corporativamente teriam de ser concedidas algumas contrapartidas. E, terceiro, ainda que de grande peso na economia nacional, o têxtil algodoeiro não era o sector industrial estratégico mesmo nos anos trinta. Era sim, já um sector tradicional, uma indústria antiga e outros sectores alternativos apresentavam-se mais atractivos e com mais potencialidades de crescimento.

À parte esses aspectos mais técnicos, o têxtil algodoeiro encontrava-se no início dos anos trinta já muito mais integrado internacionalmente do que a restante indústria nacional. O seu desenvolvimento e crescimento, no final do século XIX e início do século XX tinha-se dado num contexto internacional. O Condicionamento Industrial e em particular o papel dos organismos reguladores foi, antes de mais, um instrumento de controle e policiamento da indústria têxtil algodoeira. O Estado inventariou ou procurou fazê-lo da forma mais exaustiva possível, cada fábrica, cada contínuo, cada tear, cada fardo de algodão em rama. Esse controle e protecção traduziu-se em vantagens comparativas para um segmento da indústria cuja sobrevivência e mesmo crescimento se apoiou nele mas representou um

---

435 ALMEIDA, J. A.Simões de – *A Indústria Algodoeira e a Organização Corporativa*. Lisboa: Editorial Império,1940. p.16. Trata-se de um longo discurso feito por Simões de Almeida, Presidente da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama, na Associação Industrial Portuense, em 10 de Julho de 1939, onde para além de pormenorizadas descrições do sector têxtil algodoeiro e das actividades da CRCAR, o autor faz, basicamente, um apelo profundo aos industriasi para constituirem os seus grémios. A exortação final é um retrato da mensagem do discurso: "Por que hão-de reflectir e agrupar todos os interesses e todas as actividades do sector económico que a cada uma delas dá o nome [as corporações], há que integrarem já na ordem nova as classes que não o fizeram ainda e cuja representação e colaboração se tornam mais do que nunca indispensáveis. Meus Senhores: Vêm aí as corporações e entre elas a corporação das indústrias têxteis. No ano em que Portugal completa 8 séculos de história e 3 de restauração reüne-se – disse-o Salazar – o primeiro congresso das corporações. Estou certo que nêle estará já corporativamente representada esta grande indústria nacional." P.79

entrave a outros grupos de empresas e fábricas, cujo comportamento se veio a caracterizar essencialmente por estratégias de contorno das leis. Daí que muitas vezes se dê particular relevo e se sobrevalorizem as histórias pitorescas dos expedientes para fugir às teias do Condicionamento Industrial. Não é a importância numérica dessas histórias que é relevante. Nem se pode reduzir a vida de uma fileira a expedientes conjunturais. O facto de serem muito visíveis os efeitos preversos da lei do condicionamento industrial mostra é como ele se não ajustava à realidade existente, como previlegiou determinado segmento da mesma fileira, protegendo-o artificialmente e deixando-o colapsar com o seu próprio fim.

Subjacente à lei do Condicionamento, e no caso concreto do têxtil, há um modelo da "fábrica" certa. "A lei do condicionamento que hoje rege as actividades industriais deve ter acima de tudo uma função moralisadora. Não pode nem deve servir para que à sua sombra se vão instalando modalidades sem condições de vida e de progresso económico, nem por outro lado pode ser utilizada como porta que nunca se abre às iniciativas viáveis que pretendam dotar o país e a sua economia com mais um elemento de reconhecida utilidade e de suficiência económica."[436]

A Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama era o organismo que informava os processos do condicionamento. Uma vez que todas as fábricas tinham de estar inscritas na Comissão, por causa da contingentação do algodão em rama e de todo o controle sobre a produção, estabelecido pela legislação anterior à própria lei do condicionamento industrial, foi relativamente simples proceder a um controle sobre os requerimentos no âmbito do condicionamento.

A preocupação de "disciplinar" a indústria nacional, encontra no caso dos têxteis alguma originalidade. Como já atrás referi, o Japão era, nos finais dos anos trinta, o grande produtor têxtil do Mundo, tendo definitivamente conquistado o lugar à Inglaterra. Notou-se da parte dos organismos de coordenação económica a preocupação de compreender as razões do sucesso do Japão, no sentido não só de encontrar as formas de concorrência mais eficazes mas também de colher alguns ensinamentos e encontrar modelos a copiar. Da mesma forma se nota uma preocupação em compreender as razões do declínio da Inglaterra no comércio internacinal dos têxteis. Como aliás já noutro ponto referi, as razões de fundo da crescente competitividade do Japão prenderam-se com a sua superioridade

tecnológica e de organização. A indústria têxtil Japonesa reorganizou-se com base nas tecnologias e maquinismos desenvolvidos em Inglaterra, num processo em muito semelhante ao desenvolvimento da nossa própria indústria têxtil. O que o Japão conseguiu foi um desenvolvimento superior e mais rápido por um conjunto de circunstâncias, nomeadamente a conjuntura internacional e a possibilidade de penetração em mercados mais próximos, para além do modelo de organização interno. Este terá sido aliás o ponto crítico da competitividade do Japão. As formas originais de organização do trabalho industrial no Japão, muito influenciadas por modelos culturais de organização da vida social e uma filosofia de vida colectiva especifica que permitiu manter laços de interrelações entre as empresas para além das trocas comerciais, terá permitido inclusivamente uma sobrevivência do modelo industrial para lá do tempo de vida útil da tecnologia que lhe estava subjacente.[437] Quando Ronald Dore, pergunta, porque invadiram os novos países industrializados, a partir da internacionalização da indústria têxtil nos anos setenta, os mercados europeu e americano de produtos têxteis e não o fizeram no Japão, muito mais próximo e com maiores afinidades culturais[438], a resposta não se esgota na capacidade concorrencial da indústria têxtil japonesa, por muito importante que ela tenha sido. O modelo de organização do têxtil japonês permitiu-lhe ser competitivo no exterior quando isso foi importante e manter-se em actividade com base no mercado interno, quando a sua sobrevivência o exigiu. Ronald Dore diz de um fabricante de tecidos japonês, exemplo de um vasto segmento da indústria têxtil japonesa da actualidade : "He is a satisficer rather than a maximiser."[439] A Indústria têxtil japonesa acabou por manter uma dimensão intermédia, nunca tendo registado uma concentração em unidades verticalizadas de grande dimensão, o que lhe permitiu manter um nível de flexibilidade muito grande e uma sobrevivência a crises mais sentidas noutras áreas.

Ora o que os ideólogos do condicionamento industrial em Portugal parecem ter confundido foi esse modelo de organização da indústria do Japão, com o modelo corporativo por si concebido. Quando falavam da necessidade de organização da indústria e usavam o exemplo do Japão, parece-me que estavam a fazer um paralelismo entre modelos completamente diferentes.

---

436 Idem. p.40

437 DORE, Ronald – *Flexible Rigidities. Industrial policy and sructural adjustment in the Japanese Economy 1970-1980.* London: Athlone Press, 1986

438 Idem. p. 153 e seg.

439 Idem, p.161.

Qual seria finalmente o conceito de organização subjacente a discursos como este: "Apesar-de-tudo, a ideia de que a organização da indústria algodoeira inglesa tem de ser considerada como remédio único para os males que a afligem e que são causa duma situação económica deveras embaraçosa, pertence a todos igualmente e é sobretudo preocupação dominante dos próprios industriais. ... E isto passa-se num país que, como a Inglaterra, é mais do que nenhum outro cioso da sua liberdade económica.[440]" Da Comissão Reguladora partia a ideia global de existirem dois tipos de problemas na têxtil algodoeira: os técnicos e os económicos. Os técnicos resolver-se-iam pela adaptação das tecelagens às fiações e pelo reforço destas, assim como pela diversificação dos produtos - era o conceito de fábrica eficiente em termos tecnológicos – os segundos, económicos, resolver-se-iam pela organização corporativa do sector, a "base séria em que assenta[ria] toda a vida futura nacional".[441]

O que me parece estar bem evidente é uma incapacidade histórica para compreender o processo de extensificação territorial de um modelo de acumulação em progressivo afastamento das economias europeias (centrais?) e em direcção a territórios periféricos.

Como quer que os processos tenham sido compreendidos, a política corporativa portuguesa registou os seus sucessos, ainda que temporários, na indústria têxtil algodoeira: expandiu-se a cultura do algodão nas colónias, expandiu-se a produção industrial, renovaram-se as fiações, aumentou o número de empresas industrias e a sua dimensão média, abasteceu-se o mercado interno e os mercados coloniais e, sobretudo, conseguiu-se estabilidade no sector, sem rupturas nem ao nível da produção, nem na relação salarial. E este era um ponto fundamental na polítca do Estado Novo – a estabilidade e a gestão de conflitos sociais – como insistentemente tem procurado demonstrar Fernando Rosas.[442] Internamente esse equilíbrio traduziu-se também na manuenção de uma bacia de emprego organizada, no Norte do país. Não cabe neste trabalho uma análise da política de emprego do Estado Novo mas, no contexto da gestão dos conflitos, sabe-se que a estabilidade e a sistemática preocupação na manutenção da

---

440 ALMEIDA, J. A.Simões de – *A Indústria Algodoeira e a Organização Corporativa*. Lisboa: Editorial Império, 1940.p.70

441 Idem, p78.

442 É importante pôr em evidência esta realidade no caso das indústrias têxteis. Fernado Rosas tem desenvolvido esta tese sobre Salazar, gestor de conflitos e construtor de equilíbrios

ordem social, a qualquer custo, também passou pelo controle da organização dos operários[443].

Mais do que um balanço dos processos do condicionamento industrial nas indústrias têxteis, que é urgente ser feito, a partir dos processos arquivados, é importante, no âmbito do presente trabalho, avaliar os efeitos do condicionamento industrial no desenvolvimento global da fileira.

O significado do condicionamento industrial nos primeiros anos da sua aplicação pode ser avaliado pelos valores globais dos processos. Em 1939, estavam inscritas na CRCAR[444], 282 unidades fabris, ou fábricas, como eram designadas já que, regra geral, cada empresa tinha uma unidade fabril. Destas, 68 eram verticais, 24 eram fiações autónomas, 129 eram tecelagens com teares mecânicos, 50 eram tecelagens com teares manuais e 11 eram de acabamentos ou tinturarias. Existiam 660 000 fusos recenseados na CRCAR, 22850 teares mecânicos e 2020 manuais.

Até à mesma data, no âmbito do condicionamento industrial, tinham sido apresentados à CRCAR, 432 processos; 61 para novas instalações, 81 de ampliação das instalações existentes, 16 de substituição de máquinas, 185 de instalação de máquinas acessórias e 61 de legalização de máquinas. Em relação aos dois primeiros tipos, a sua autorização teria significado um aumento de 72000 fusos e 2700 teares, pelo que se presume que nem todos os pedidos tenham sido deferidos. Em relação às substituições era prática comum deferir os pedidos. Ora a substituição de contínuos velhos por novos, com uma capacidade de produção muitíssimo superior era idêntica à criação de novas unidades. Este foi aliás um dos pontos fracos da lei que veio a trazer efeitos preversos. Como já foi referido, e está exemplificado nas biografias de fábricas do capítulo 7., houve muitas transacções de alvarás de fusos para posteriores pedidos de substituição de máquinas velhas por máquinas novas. Muitas das novas fiações e fábricas verticais surgiram na bacia do Ave, por transferência de alvarás de fusos de fábricas do Porto e periferia.

---

em vários trabalhos, nomeadamente em: ROSAS, Fernando – *Portugal entre a paz e a guerra. 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.1990.

443 Esta problemática foi desenvolvida pormenorizadamente em MARQUES, Alfredo – *Política Económica e Desenvolvimento em portugal (1926-1959). As duas estratégias do estado Novo no período de isolamento nacional*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. Ver os pontos: A "harmonia natural" do mundo rural e a preferência pela agricultura em Salazar. p.87 e seg. e Equilíbrio e estacionaridade: a aliança agrária-industrial. p.91 e seg.

Um dos exemplos adiante descritos diz respeito à empresa Melo e Teixeira, raíz da Somelos, cuja origem é a compra de um alvará de fusos à Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto, nos anos cinquenta.

No início dos anos 70, antes do 25 de Abril, tinham já alguma expressão as críticas à organização corporativa da têxtil algodoeira, muitas vezes a partir de individualidades ligadas aos organismos de coordenação económica e/ou pelo menos não opositores do regime.[445]

4.3. Abertura ao exterior e adesão à EFTA

Em 1947, Carlos Bastos perguntava: "Dentro do regresso à normalidade, ou seja, em face da concorrência estrangeira, que capacidade de resistência possui a indústria portuguesa algodoeira?"[446] Esta pergunta, pressupondo já a resposta - pouca ou nenhuma - por exemplo, reflete uma avaliação do ponto a que tinha chegado a protecção do estado à indústria têxtil algodoeira, nos primeiros tempos do Estado Novo. Essa protecção foi uma realidade que se manifestou nos mais diversos campos. De qualquer forma, como já procurei demonstrar, nem toda a têxtil se encontrava numa situação de sobrevivência aparente, por suporte do estado que lhe assegurava as matérias primas a baixo preço, lhe regulava os preços dos produtos e lhe protegia os mercados, antes da independência das colónias. Muito antes, praticamente durante o surto de crescimento dos anos da II Guerra, houve uma reestruturação interna do ramo, mesmo que não decorrente de uma estratégia integrada e dirigida, que se traduziu na modernização técnica de um conjunto significativo de unidades fabris, quer pela subsituição de máquinas, quer pela inclusão das fibras artificiais primeiro e sintéticas, depois.

---

444 Dados da própria comissão reguladora publicados por J.A.Simões de Almeida em: ALMEIDA, J. A.Simões de – *A Indústria Algodoeira e a Organização Corporativa*. Lisboa: Editorial Império, 1940.

445 Os textos do Engº João Mendes Ribeiro ainda que confusos e inconclusivos, sugerem uma postura crítica ao corporativismo, envergonhada e cautelosa, com algumas achegas decalcadas de teorias clássicas do liberalismo económico. O Engº Mendes Ribeiro era, acima de tudo um técnico de máquinas têxteis. RIBEIRO, João Mendes – *Progresso e Fatalidades Sociais*. Porto: edição do autor, 1970 e RIBEIRO, João Mendes – *Interrogações ao Corporativismo Português*. Porto: edição do autor, 1971.

446 BASTOS, Carlos - *O Algodão no Comércio e na Indústria portuguesa*. Porto: Edição do Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1947. pag. LXXXII

Carlos Fortuna descreve minuciosamente o processo de periferização do algodão[447], usando também aqui uma metáfora sugestiva (de rei a vilão), e mostra como a partir dos anos cinquenta o melhor indicador dessa desvalorização relativa das indústrias têxteis algodoeiras nos países mais industrializados do centro, foi a desactivação maciça das respectivas fiações ("o fio de algodão apresenta-se ... mais facilmente descartável quando a crise se instala"[448]). Com efeito, os países industrializados do centro da Europa, reduziram drasticamente as suas fiações e tornaram-se os mercados privilegiados da nossa têxtil a partir dos finais dos anos 50, início dos anos sessenta, altura em que se dá a nossa integração na EFTA.

Para Portugal, e para a indústria têxtil algodoeira do Norte, essa abertura ao exterior e integração num mercado alargado, traduziu-se numa modernização e expansão da produção e exportações, especialemnte para um produto específico: o fio.

4.3.1. Um novo fôlego para a fiação

É com a integração na EFTA que se dá a segunda grande expansão da fiação de algodão em Portugal. A expansão do vestuário de malha e a criação de novos hábitos e novas modas no vestuário dos países europeus e nos Estados Unidos, provocou uma procura crescente de fio de algodão, quando os países industrializados se tinham já libertado das suas fiações.

Thomas Hauff, ao estudar a indústria têxtil algodoeira numa área transfronteiriça entre a Holanda e a Alemanha, verificou que houve um comportamento distinto, de cada lado da fronteira, como resposta à crise dos anos sessenta[449]. Essa crise decorreu de um conjunto de circunstâncias, entre as quais, e como mais importantes, o aumento dos salários, as alterações nos mercados internacionais, a criação da Comunidade Económica Europeia, em 1957 e as modificações políticas no Terceiro Mundo, nomeadamente com o início da independência de ex-colónias europeias em África e, no caso da Holanda, com a independência da Indonésia, já anteriormente, em 1949.

---

447 FORTUNA, Carlos - *O Fio da Meada. O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p.68 e Seg.

448 Idem, p.69

449 HAUFF, Thomas - *Die Textilindustrie zwischen Schrumpfung und Standortsicherung*. Dortmund: Dortmunder Vertrieb für Bau- und Plannungsliteratur, 1995. Duisburger Geographische Arbeiten, nr.14.

Ora, enquanto que em Enschede, a principal cidade têxtil da Holanda, onde o máximo do emprego industrial têxtil se verificou em 1955, se foi processando uma progressiva desindustrialização, verificando-se desde 1980 que o sector terciário tem ali mais peso do que o secundário e a indústria têxtil tem menor expressão do que outras indústrias, com apenas 11,5% do emprego industrial, na região alemã de Münster – Münsterland – do outro lado da fronteira, a evolução foi diferente[450]. Entre 1956 e 1974, houve também uma redução do emprego industrial. Em Bocholt, foi de 58% e em Steinfurt, de 32%, por exemplo mas, mesmo assim, a têxtil mantém a sua importância em muitas áreas desta região[451]. Thomas Hauff concluiu que houve estratégias de adaptação empresarial diferenciadas, em Münsterland, muito eficientes, enquanto que em Twente, a região holandesa paralela, insuficientes e sem eficácia. São quatro os tipos de acções de resposta à crise, que aquele autor alemão identificou na região que estudou: 1, criação de confecções ou segmentos de acabamentos, isto é um avanço para juzante na fileira; 2, especialização em alguns produtos; 3, concentração vertical e horizontal; 4, internacionalização da fileira[452]. Mas o mais importante é verificar que mesmo com grande proximidade, as diferentes áreas vão seguir diferentes estratégias, decorrentes em grande medida das perspectivas locais de abordagem das crises e das competências de aprendizagem que as próprias regiões vão desenvolvendo.

Uma delas, a holandesa, corresponde a um percurso de abandono do sector e expansão de outros, nomeadamente os serviços, situação aliás semelhante a muitas outras regiões industriais europeias, outrora têxteis, nomeadamente em Portugal; a outra região, a alemã ilustra a possibilidade de sobrevivência, pela compatibilização de estratégias de gestão de excesso de mão-de-obra e concentração ou aumentos de produtividade. Com efeito, a expansão das confecções e acabamentos, traduzem a capacidade de aproveitamento de grandes disponibilidades de mão-de-obra (eventualmente imigrantes dos países do sul da Europa!), desenvolvidas para viabilizar reconversões tecnológicas, especializações em produtos, concentrações verticais e horizontais, como o autor descreve a par da internacionalização.

Este e outros casos de regiões têxteis na Europa industrializada, nesta época, são particularmente importantes para se compreender a evolução da têxtil

---

450 Idem p.123

451 Idem p.127

452 Idem p.129.

algodoeira portuguesa. Por um lado, mostram como na têxtil é sempre possível ser competitivo, para além da tecnologia ou do produto, desde que inserido de forma eficiente no quadro internacional da fileira e geralmente num quadro territorial restrito. Não há, nem houve nas épocas históricas passadas, um modelo único eficaz, nas indústrias têxteis. Há para cada território, uma maneira de ser competitivo. Sem poder fazer generalizações, era oportuno comparar este comportamento internacional dos têxteis antes da própria internacionalização crescente das economias a partir dos anos setenta. Para além disso, estes exemplos permitem compreender melhor as reacções da indústria têxtil portuguesa em relação aos outros mercados europeus.

Globalmente importa reter que a partir dos anos 60, as economias industrializadas da Europa, perderam o essencial das suas fiações.

Os países da escandinávia, a Dinamarca e o Reino Unido, converteram-se nos nossos principais clientes, a partir de então e de forma institucionalizada, com a integração de Portugal, na EFTA, em 1960. Para além das quantidades dos produtos exportados, no que a este estudo interessa, é preciso analisar os produtos exportados e avaliar as repercursões globais na fileira têxtil portuguesa nomeadamente na região têxtil algodoeira do noroeste.

Comparando as séries temporais para as exportações de tecidos e de fios de algodão, desde o início do século até meados dos anos 90, nota-se uma grande diferença (Fig. 4.1.4.1.-3). Enquanto que o início dos anos 30 (1932/33) marca o acelerar do crescimento das exportações de tecidos, essencialmente para as colónias, é em 1960 que se regista o "descolar" das exportações de fios, como disse antes, fundamentalmente para os países do norte da Europa e Inglaterra, alimentando a emergente indústria de malhas e vestuário de malha. Demonstrando a mesma tendência, pode ver-se ainda, nas séries longas de exportações de fios e tecidos, totais e para as colónias, o peso relativo destas enquanto mercados de tecidos e de fios. As colónias sempre se mantiveram mercados de tecidos.

A adesão à EFTA significou assim, para a indústria têxtil algodoeira portuguesa, a abertura ao exterior, para um segmento das suas unidades produtivas, o qual se reestruturou e modernizou no sentido de conseguir produzir mais fio, melhor e mais barato. Este processo ocorre quase ao mesmo tempo em que se começam a introduzir as fibras artificiais e sintéticas, registando-se também

aí um desvio de alguns fabricantes no interior da fileira, cujas rotas se passariam a traçar à margem da filosofia geral da política corporativa e colonial.

"Os empresários têxteis como importantes actores das mudanças das economias regionais reagem às condições do mercado interno e externo (factores de pressão) através de estratégias de adaptação e influenciam assim, decisivamente, o processo de reestruturação sectorial e regional."[453]

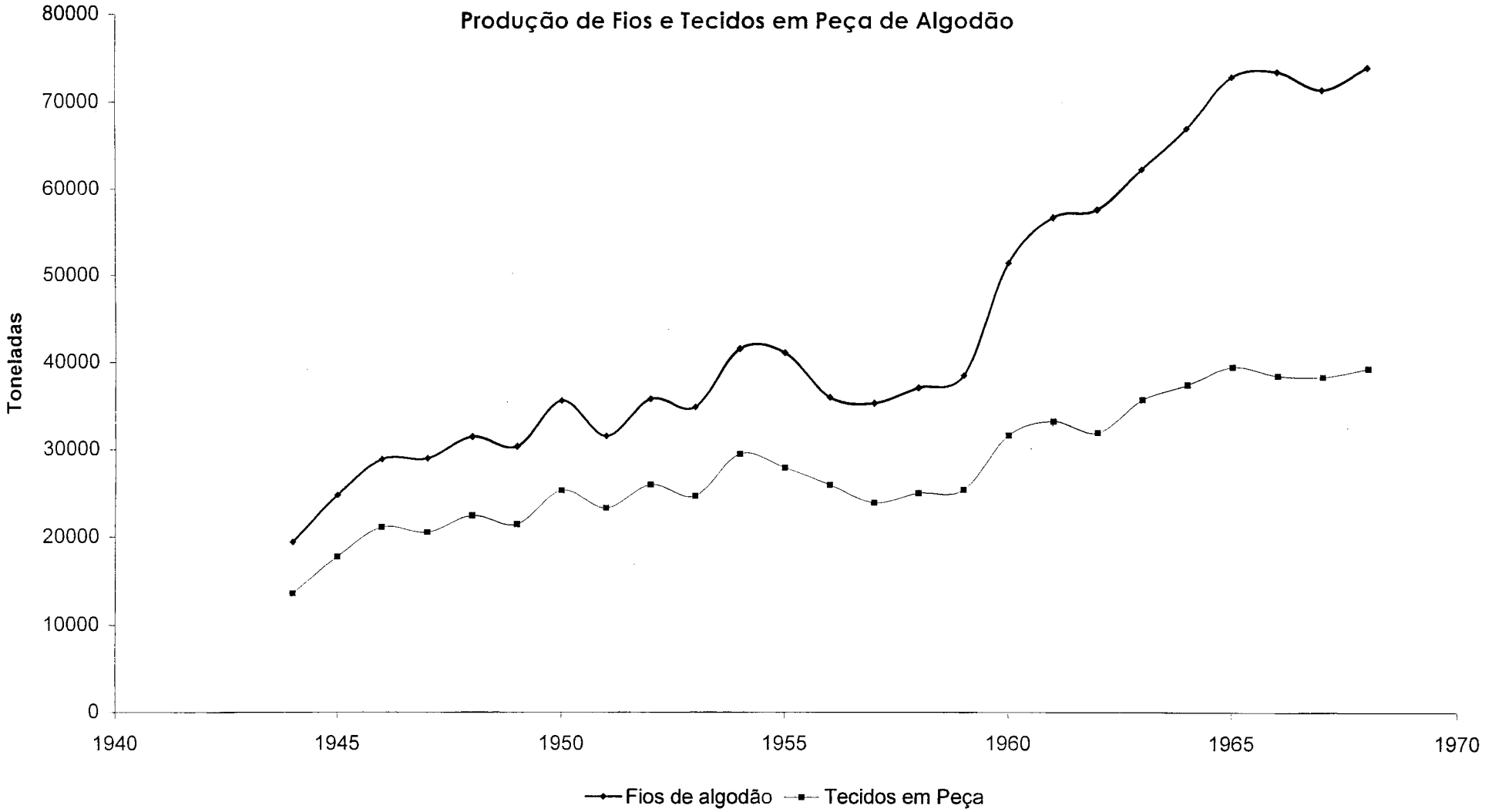
Da adesão à EFTA e das reconversões desenvolvidas a partir dos anos sessenta, releva uma conclusão importante: a partir de então, desenvolveram-se no interior da têxtil algodoeira, duas trajectórias dominantes distintas, associadas a outros dois modelos políticos e de organização das empresas. De um lado, permaneceram as empresas industriais agarradas ao modelo corporativo e à maximização da eficiência técnica e tecnológica das unidades industriais, ainda que dependentes do Estado. Paralelamente e mesmo que sem desprezar as oportunidades de mercado e outras do estado protector corporativista, com quem se relacionaram sem conflitos, encontravam-se as empresas industriais mais internacionalizadas e preocupadas com a sua inserção na fileira. Procurarei demonstrar como o factor crítico do seu sucesso foi a inovação, não necessariamente tecnológica mas de maneira de fazer. Integravam este segundo grupo, empresas familiares, com uma gestão de segunda ou terceira geração, por vezes empresas de pequena dimensão a que a reconversão dos anos sessenta veio trazer um dinamismo extraordinário. E por serem estas as que asseguraram a continuidade da fileira a nível nacional e, em certa medida, serem os casos de sucesso, é por estas que começo uma caracterização, ainda que sumária do que foi a evolução pós-África.

Tomando das Estatísticas Industriais (Fig. 4.3.1. –1), as quantidades produzidas de fios e tecidos de algodão, desde 1949 a 1970, vê-se claramente a expansão da fiação a partir dos anos sessenta. Esse crescimento acelerado foi necessariamente independente da tecelagem, a qual registou apenas um ligeiro acréscimo, mantendo-se praticamente estável a partir de 1965.

---

[453] Idem. Ibidem.

Fig. 4.3.1.-1)


Produção de Fios e Tecidos em Peça de Algodão
Toneladas
80000
70000
60000
50000
40000
30000
20000
10000
0
1940
1945
1950
1955
1960
1965
1970
Fios de algodão
Tecidos em Peça

4.4. Trajectórias sectoriais e territoriais distintas no interior da fileira

Tomando mais uma vez, o estudo de Carlos Fortuna sobre o algodão de Moçambique e uma das teses de fundo do mesmo, é possível enquadrar as trajectórias das empresas têxteis num contexto económico e territorial mais largo. Carlos Fortuna analisou o desenvolvimento económico português num estudo que procurou enquadrar a nossa economia no sistema Mundo e na divisão internacional do trabalho e mostrou como a cultura do algodão nas colónias e especificamente em Moçambique, contribuiu para a consolidação da nossa situação intermédia – semi-periférica.

O que o meu estudo da fileira têxtil algodoeira pôs em evidência foi o protagonismo de uma região especifica nesse processo. Durante um período de tempo e "por causa dos territórios coloniais" a região têxtil algodoeira do noroeste ocupou um lugar específico e de semi-periferia no contexto mais amplo da fileira têxtil internacional e foi um conjunto de unidades produtivas quem desempenhou essa tarefa. O posterior insucesso desse segmento deveu-se, em grande medida, à sua incapacidade de reconversão e modificação de estratégia, tendo-se mantido, até demasiado tarde, agarradas ao modelo com que tinham nascido mas cujas condições tinham desaparecido.

Houve uma grande tentação em culpabilizar acontecimentos políticos pelo sucesso ou insucesso de segmentos ou empresas da fileira, no têxtil como noutras indústrias, nomeadamente o 25 de Abril e a Independência das Colónias. Ora, não foram os acontecimento políticos em si mesmos os responsáveis pelas alterações na articulação dos vários elementos da fileira. O que aconteceu foi uma alteração no quadro jurídico e nas condições de mercado que puseram em evidência a fragilidade de algumas unidades produtivas que só sobreviviam enquanto do exterior lhes eram asseguradas condições de sobrevivência.

É importante não perder de vista que as unidades industriais de sucesso, isto é as que sobreviveram à perda dos mercados africanos e a outras alterações conjunturais, fizeram-no a partir de reconversões realizadas anteriormente.

Da mesma forma, a própria região têxtil do noroeste português sobreviveu aos mesmos abalos, mesmo que tendo estado durante um longo período – o ciclo de África – agarrada a um modelo de produção que viria a desmoronar-se e a extinguir-se.

4.4.1. Fábricas e empresas industriais de segunda geração

A adesão à EFTA e os primeiros anos da década de sessenta foram um momento crítico na vida de algumas das que ainda hoje são as maiores unidades fabris da região. As suas estratégias de reconversão e inscrição no quadro internacional da fileira são em tudo semelhantes às que outras, em períodos anteriores, desenvolveram, assegurando o seu crescimento e não apenas sobrevivência, a longo prazo.

É difícil avaliar o peso dos representantes dos grandes produtores de fibras artificiais e sintéticas nesses processos de reconversão. Nas entrevistas que realizei, houve alguns industriais e técnicos de fábricas que referiram a existência de um financiamento (mesmo que indirecto através do adiantamento das fibras) por parte desses produtores de fibras, nomeadamente a Bayer, muito idêntico ao financiamento no final do século passado, dos importadores ingleses de máquinas ou ao financiamento dos importadores de algodão em rama, sobretudo nos anos 20 e durante a II Guerra. Este financiamento indirecto consistiu basicamente num adiantamento em fibras para produção de fios e tecidos, no sentido de levar os fabricantes de tecidos de algodão a ensaiarem as fibras artificiais e as sintéticas e novos produtos muito sensíveis às economias de escala.

A introdução das fibras artificiais e/ou sintéticas provocou aqui, como em qualquer parte do mundo, uma profunda revolução na cadeia têxtil.[454] O impacto foi maior numas regiões do que noutras. Teoricamente estas fibras eram supostas trazer um aumento de liberdade locativa às indústrias têxteis, mas isso nem sempre se verificou.

No caso específico da indústria têstil algodoeira no noroeste português, verificou-se que a introdução destas fibras se deu, inicialmente, de forma selectiva. A reconversão por introdução de fibras artificiais e sintéticas ocorreu em fábricas já existentes e na bacia do Ave, ou seja não se verificou nenhuma deslocação espacial. Um dos traços comuns às empresas "inovadoras", que designei por empresas de segunda geração já que correspondem à segunda grande alteração na estrutura da fileira, é o seu carácter familiar. Criadas regra geral por um pequeno fabricante ou comerciante, sem grande dimensão nem dinamismo, no período áureo do ciclo de África, estas empresas vão sofrer uma modificação

---

454 PIRES, Iva Maria Miranda – *A Teia e a trama na geografia das indústrias têxtil e do vestuário*. Lisboa: policopiado (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1994. p.97 e Seg.

profunda e crescer de forma mais acelerada que as outras empresas, ganhando visibilidade e protagonismo, a partir do final do mesmo.

Muitos dos filhos desses fundadores de fábricas do início do século ou de forma mais intensa dos anos 20 e 30, foram estudar para a Alemanha, França e Inglaterra, regra geral engenharia têxtil. É normalmente com eles que as modestas empresas dos pais se vão reconverter e dinamizar. Esse é o perfil que se repete com bastante assiduidade nas indústrias têxteis algodoeiras do norte de Portugal mesmo que, às vezes, a reconversão técnica tenha sido conduzida por alguém exterior ás sociedades e às famílias. Basicamente o que pretendo demonstrar é que há um conhecimento tácito, adquirido na região, herdado, integrado numa cultura industrial (e têxtil, neste caso) que foi importante para a sobrevivência. Não são só as inovações técnicas que são importantes ou, não basta introduzir maquinismos modernos e tecnologicamente complexos. É mais importante para as regiões a sua capacidade de interiorizar as inovações, de as usar ao serviço das suas estratégias internas de desenvolvimento.

Se se quiser saber se a região têxtil do noroeste é ou não um distrito industrial no novo figurino das teorias da especialização flexível ou se há ou não uma cultura industrial local, enraizada, responsável pelo dinamismo de determinado segmento da fileira têxtil algodoeira, é neste grupo de empresas que se poderá encontrar alguma evidência empírica[455].

Dois casos exemplares merecem destaque nesse contexto: A Riopele e a Têxtil Manuel Gonçalves (TMG).

A Têxtil Manuel Gonçalves foi fundada, em São Cosme do Vale, Vila Nova de Famalicão, em 1937 por Manuel Gonçalves, filho de um tecelão de Pevidém, fabricante e comerciante. Em 1945, a TMG instalou uma grande fiação com máquinas de fabrico suíço, com o apoio técnico do Engº Hämig, ele próprio também suíço. A fiação estava vocacionada para fios médios e viria a expandir a sua produção, mais tarde, pelas exportações para a indústria de malhas em crescimento nos países da EFTA. A tecelagem da TMG funcionava como complemento à fiação, para consumir os excedentes ao contrário de muitas unidades mais antigas onde a fiação tinha sido posterior à tecelagem e se

---

455 Disse-me um dia um empresário têxtil a propósito da aquisição de uma máquina de fiação open-end, que tinha adquirido anteriormente, como grande parte das empresas vizinhas e se estava então a concluir, na região, serem pouco eficientes que, não estava arrependido, nem tinha tido grande prejuizo porque tinha comprado uma máquina usada, a muito bom preço. E acrescentou: "É que eu ando na têxtil, há três gerações!"

destinava exactamente a abastecer esta última. Em 1950, a TMG fabricava já têxteis técnicos, nomeadamente para equipar exércitos. O que há de diferente na TMG é precisamente a sua capacidade de inserção internacional na fileira, decorrente de toda uma herança tácita, um "saber-fazer" que proventura não podia surgir numa região qualquer mas tem de encontrar raízes numa área industrial com tradição. Inicialmente pode ter havido apenas uma contingência de qualquer tipo que levou a ser estabelecido exactamente com aquela família e não com outra em situação idêntica o contrato de introdução das novas fibras, mas mais importante é o enquadramento regional, ou seja, é provável que houvesse mais fabricantes ou comerciantes de telas potencialmente predispostos a fazê-lo, nesta região e não noutra exterior. Nos momentos de ruptura tecnológica ou de formas de produção, foram sempre as empresas mais recentes, muitas vezes pequenas unidades fabris pouco organizadas, a protagonizar o desenvolvimento das inovações, como aliás seria de esperar. Elas são afinal resultado de processos de imitação mas num estádio inicial estão particularmente disponíveis para correr riscos e experimentar inovações.

A RIOPELE – Fábrica Têxtil Riopela, S.A. – tem um passado parecido com muitas outras empresas desde a sua fundação, em Pousada de Saramago, concelho de Vila Nova de Famalicão, por volta de 1927, até 1950. Primeiro um par de teares, depois a construção de uma fábrica propriamente dita, aplicação de máquinas de fabrico inglês, representadas por Halroid, um importador no Porto, grande expansão durante a II Guerra, enfim, até 1950, acompanhou o percurso médio da fileira regional.

Em 1950 ocorreu a grande reconversão passando a trabalhar com fibras artificiais e sintéticas. Por um contrato com a Bayer Alemã, a Riopele passou a deter o exclusivo de fabrico de uma fibra nova, mistura de viscose e poliester, o Rioplex, conhecido pela marca registada Texlene. A produção desta fibra cresceu aceleradamente e, em 1959, a RIOPELE exportava grande quantidade de fios e tecidos de Texlene. A RIOPELE exportava para os mercados coloniais antes e depois da sua reconversão. As colónias eram, aliás, um grande mercado para a RIOPELE que viria a instalar uma fábrica em Moçambique, em Marracuene, relativamente próximo da actual Maputo, muito mais tarde, imediatamente antes da independência daquela ex-colónia. De qualquer forma, a RIOPELE não sobrevivia apenas pelos mercados coloniais nem devido às condições excepcionais de concorrência criadas pelo Condicionamento Industrial. De facto, a Riopele aumentou consideravelmente a sua produção e as exportações para

outros países, dos tecidos de *texlene*. A prova disso foi o seu posterior percurso não só de sobrevivência, mas de crescimento, depois da independência das colónias.

Muitas outras empresas atravessaram uma reconversão moderada ao longo do período de transição entre o ciclo de África e a integração na EFTA ou mais tarde na CEE, com uma estratégia de internacionalização e inserção no contexto mais alargado da fileira a nível mundial, com sucesso. Todas elas possuem essa raiz familiar e local. Outros casos de estudo serão apresentados na terceira parte do trabalho.

4.4.2. Fábricas e empresas industriais da terceira vaga: um modelo tecnológico fora do tempo?

Estas são as grandes perdedoras. Sendo esta tese sobre a sobrevivência e as estratégias de reconversão da fileria têxtil num quadro regional, as "fábricas" deste grupo são as que menos contam, as que ficaram pelo caminho. Paradoxalmente foram, no tempo da sua construção, a expressão máxima da modernidade e supostamente da eficiência. Nem todas tiveram um fim de insucesso. Algumas desapareceram porque houve actividades alternativas de maior rendibilidade que as eliminaram e se instalaram nas mesmas localizações substituindo-as. Aqui há um fracasso relativo. Só é fracasso enquanto percurso no interior da fileira têxtil. O caso mais emblemático poderá ser a Empresa Fabril do Norte, na Senhora da Hora, hoje desactivada e ocupada por diversas empresas. Em parte de terrenos que outrora lhe pertenciam, está hoje instalado o enorme centro comercial Nortshopping do grupo Sonae.

O facto de deixarem de ser eficientes em determinadas localizações é também importante para a compreensão dos processos de extensificação da divisão técnica do trabalho. Por isso, por falência ou insucesso de qualquer tipo, ou por substituição, este grupo de empresas caracteriza-se por uma trajectória comum e específica, no interior da fileira.

4.4.2.1. Fábricas "tecnologicamente correctas": as fábricas certas nos lugares errados?

Se a Segunda geração das dinastias familiares têxteis correspondeu, em muitos casos, aos filhos engenheiros, formados na Alemanha ou em França, eventualmente em Inglaterra ou nos Estados Unidos, no final dos anos cinquenta e

início dos anos sessenta, ao nível da gestão empresarial de sociedades anónimas e dos quadros técnicos e dirigentes dependentes do aparelho do Estado, nomeadamente nos organismos de coordenação económica, era também dominante a presença dos engenheiros. A grande diferença era que neste caso, os técnicos e reponsáveis pela gestão das empresas não tinham acesso ao capital, nem laços familiares com os proprietários das empresas. Aí residiu provavelmente a grande diferença e talvez a razão dos destinos diferentes que as respectivas empresas viveram. A diferença entre os técnicos e engenheiros associados a estes projectos era essencialmente uma: por muitos conhecimentos explícitos que possuíssem faltava-lhes o conhecimento tácito, as competências adquiridas por ter nascido no meio têxtil.

Estas são assim, as fábricas tecnologicamente correctas, no sentido em que foram pensadas por técnicos e construidas segundo as regras internacionais que eles conheciam e a partir das quais iriam definir uma estrutura que, pelo menos em teoria, maximizava o investimento e a capacidade instaladas. Por trás desta prática, estava a convicção de que havia uma maneira ideal de fazer fábricas têxteis[456]. "Na indústria Têxtil Algodoeira em todo o mundo, verifica-se que os elementos da dimensão encontram o seu ponto crítico (negativo) sempre que se afastam da pequena para a grande empresa."[457] Desde 1946, com a publicação de um despacho normativo que permitia a instalação de fiações novas (não autorizadas no condicionamento industrial), com a dimensão mínima de 10000fusos, estava institucionalizado o modelo ideal de fábrica têxtil. Curiosamente não se defendia a grande dimensão. Defendia-se uma dimensão intermédia e combatia-se mesmo o aparecimento de grupos por fusão de empresas. Tudo sugere, na literatura técnica sobre a dimensão ideal das fábricas têxteis, um compromisso entre a reconversão tecnológica e os interesses políticos de manter estável uma bacia de mão-de-obra controlada.

---

[456] João Mendes Ribeiro, engenheiro têxtil, filho ele próprio de um fabricante de tecidos do vale do Ave, viria a ser a expressão máxima da filosofia das novas fábricas. Esteve directa ou indirectamente associado à montagem de algumas das fábricas dos descendentes de Narciso Ferreira, nomeadamente em Mindelo e Lavadores. Esteve na administração de algumas empresas de grande dimensão, nomeadamente a Fábrica de Tecidos de Fafe, a Fábrica de Fiação e Tecidos do rio Vizela e a Empresa Industrial de Santo Tirso. Em nenhuma delas, conseguiu resultados de grande visibilidade. Esteve também associado à instalação da Textáfrica em Vila Pery. Foi um teórico das fábricas têxteis. "Era o homem que mais sabia do têxtil em Portugal", diz-se.

[457] RIBEIRO, João Mendes – *Indústria têxtil Algodoeira. Elementos para uma proposta.* Fafe: Tipografia a Tradição, 1963. P.16.

Assim sendo e perante o percurso de declínio e extinção, caracteristica comum ao tipo de empresas industriais de terceira vaga, que pretendo definir e caracterizar, o que interessa é compreender as razões do seu insucesso, isto é, responder à pergunta: porque não sobreviveram?

Basicamente, e como também já procurei avançar anteriormente, estas são as fábricas de África. Vendendo muito ou pouco para África, nasceram a vender ou a ver vender em África e reproduziram o modelo de organização directamente associado a esses mercados, essencialmente assente em economias de escala – grandes metragens, produtos estandardizados. A maior parte delas vendeu de facto para África, nasceu ou desenvolveu-se à sombra dos organismos de coordenação económica e foi mais ou menos penalizada pelo fim do condicionamento industrial. A estratégia deste tipo de fábricas baseou-se em pressupostos que se vieram a revelar falíveis e se modificaram. Graças à protecção do Estado, o problema da localização foi secundarizado. Possuiam uma maior liberdade locativa, uma vez que havia custos irrelevantes, decorrentes do apoio do Estado e eram fortemente capitalizadas, isto é tinham uma tecnologia moderna que os tornava insensíveis aos custos da mão-de-obra já que empregavam comparativamente menos que as fábricas mais antigas.

4.4.2.2. Dispersão e regresso ao Porto?

Paradoxalmente, uma vez que tudo sugere, como procurei demostrar anteriormente que, o percurso dominante na têxtil algodoeira no norte de Portugal tenha seguido a rota Porto-Ave, nota-se a partir dos anos 40 e 50, com as novas unidades industriais, um regresso ao Porto, não especificamente à cidade mas ao que agora designamos por Grande Porto e engloba os concelhos limítrofes, ainda que de forma aparentemente dispersa e sem se ter criado qualquer tipo de tendência para a aglomeração numa localização restrita. As novas unidades aparecem quer no Porto, quer a norte, ou a sul, nos concelhos de Vila do Conde, Matosinhos e Vila Nova de Gaia. A sua existência foi porém efémera, como já disse. Poderão ter tido alguma importância ao nível do emprego no Porto e concelhos vizinhos, imediatamente a seguir ao 25 de Abril de 1974 e até meados dos anos oitenta, época a partir da qual se terão tornado insustentáveis acabando por desaparecer.

Mesmo que o desaparecimento de muitas delas, por falência ou não, tenha ocorrido ao longo dos anos oitenta e noventa, a sua degradação em termos de

rendibilidade era anterior e andava na maior parte dos casos, associada quer ao fim dos mercados coloniais quer à expansão do emprego industrial e outro, na área metropolitana do Porto.

O regresso ao Porto e a aparente tendência para a dispersão foi o resultado da reorientação de capitais financeiros da cidade para a indústria têxtil perante as suas potencialidades decorrentes do sucesso do ciclo de África e da anunciada renovação técnica. A base económica do Porto, nos anos cinquenta, era pouco diversificada e a indústria não tinha grande representatividade a não ser precisamente a têxtil. Por isso, e pela mão de novos investidores descendentes de antigos, foi possível essa relativa expansão da têxtil nos concelhos periféricos da cidade, ainda que de curta duração. Tratando-se de fábricas montadas com tecnologia acualizada, ainda que não tenham tido o futuro previsto, nos anos setenta mantiveram-se em laboração e conservaram o seu emprego. Com a evolução da base económica da Área Metropolitana do Porto e o aparecimento de novas actividades, o seu desaparecimento não provocou grandes perturbações no mercado de trabalho, nem no ambiente social da área.

Em 1969 falava-se de crise na indústria têxtil abertamente. Uma crise endémica, disse João Manuel da Costa Figueira, numa comunicação no Colóquio "Ao Serviço da Exportação".[458] A crise não decorria da falta de providências legislativas de apoio e auxílio directo, nem da escassez de crédito, dizia o autor, mas do excesso de capacidade instalada. E domonstrou como o investimento nas indústrias têxteis do algodão se tinha acelerado entre 1955 e 1966, daí resultando uma profunda renovação tecnológica com expansão da capacidade produtiva, sem um correspondente aumento na procura. Entre 1954 e 59, a formação bruta de capital fixo, na indústria têxtil algodoeira, tinha sido de 456 mil contos; entre 1959 e 1962, de 1089 mil contos e entre 1963 e 66 de 2440 mil contos. Assim sendo, em 8 anos tinham-se investido 3,5 milhões de contos na têxtil. Por questões de natureza empresarial, de estrutura e organização, de direcção e de gestão económico-financeira, diz o autor se ter instalado a crise. "O aumento da potência instalada sob a forma de um super-equipamento, é um dos vários males que pesam na economia do sector."[459]

---

458 FIGUEIRA, João Manuel da Costa – *A crise do sector algodoeiro*. Lisboa: Fundo de Fomento da Exportação, 1969. Colóquio "Ao Serviço da Exportação". Comunicação nº28.
459 Idem, pag.9.

Em suma, há uma certa contradição entre um discurso oficial, ou pelo menos veículado através dos organismos corporativos e outros, tutelados pelo Estado e um conjunto de empresas sempre relativamente "coladas" ao aparelho do Estado e às estratégias africanas que de forma mais intensa a partir dos anos sessenta se "modernizam", isto é instalam máquinas novas alargando fortemente a sua capacidade produtiva.

O fracasso definitivo destas unidades, criadas essencialmente em função de modelos técnicos considerados como os melhor organizados e equipados, foi adiado no tempo graças à expansão da procura interna, a partir do 25 de Abril, com o aumento dos salários reais dos portugueses e a expansão do sector da habitação. Com efeito, a expansão da procura de têxteis em geral e dos têxteis para o lar em particular, na segunda metade dos anos setenta, teve um papel fundamental na manutenção de muitas unidades industriais.

4.5. As relações entre a indústria têxtil e as indústrias de malha e do vestuário

Este estudo é sobre as indústrias têxteis e não abrange o vestuário[460]. Esta delimitação do objecto não seria porém razoável se não existisse uma realidade particularmente original. Não há quase nenhuma articulação entre as duas fileiras no norte de Portugal, nem a nível técnico, nem financeiro, nem localivo. A indústria do vestuário vive quase radicalmente de costas voltadas para a têxtil. Esta é a principal conclusão a que se chega quando se procuram identificar as relações entre as duas, mesmo para outras épocas históricas. O comportamento de cada uma das indústrias é distinto, não se cruzando praticamente nunca nem em nenhum ponto. A têxtil tem uma forte vocação exportadora, vendendo no estrangeiro os seus tecidos e produtos acabados, por exemplo têxteis-lar ou têxteis técnicos e o vestuário importa tecidos do exterior em grande quantidade, sobretudo tecidos com padrões e tipo de fios que variam rapidamente com a moda.

As indústrias do vestuário têm, além disso, um padrão territorial diferente. Sendo essencialmente mão-de-obra intensivas e abrangendo actividades quase

---

460 Sobre as indústrias Têxtil e Vestuário em conjunto e com uma análise empírica sobre os lanifícios: PIRES, Iva Maria Miranda – *A Teia e a Trama na Geografia das Indústrias Têxtil e do Vestuário*. Lisboa: 1994. Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

artesanais, incluindo trabalho ao domicílio, têm uma grande liberdade locativa, o que não acontece com as têxteis. Assim, as indústrias do vestuário, em Portugal, como em grande parte do mundo, concentram-se nas áreas urbanas, em particular nas periferias, empregando essencialmente mão-de-obra feminina, por vezes em regimes paralelos à lei.

O facto de haver uma forte concentração de indústrias do vestuário no noroeste de Portugal não será totalmente alheio à tradição têxtil, embora as qualificações e competências da mão-de-obra sejam completamente distintas. O operário das indústrias do vestuário terá necessariamente mais qualificação enquanto que o da têxtil maior especialização. Mas se isso é assim ao nível técnico, não o é necessariamente ao nível social e pode não se traduzir num salário mais elevado. Doreen Massey refere especificamente esta situação em *Spatial Divisions of Labour* estabelecendo a diferença entre qualificação técnica e social[461].

Para o noroeste de Portugal e em particular para a Área Metropolitana do Porto a proliferação das indústrias do vestuário pode ter significado e significar hoje em dia, uma maior estabilidade do mercado de trabalho e uma certa defesa à diminuição do emprego na indústria têxtil. A indústria do Vestuário pode ter recebido, em suma, o excesso de mão-de-obra que a têxtil não absorveu mas, não necessariamente a mesma mão-de-obra. Um operário têxtil, à frente de um contínuo de fusos ou de um conjunto de teares, é um operário especializado mas desqualificado; uma costureira tem uma qualificação superior e precisa de dispor de competências distintas. O vestuário e confecções de todo o tipo poderão ter absorvido a mão-de-obtra que tradicionalmente – umas décadas antes – era suposta entrar para a têxtil.

Foi precisamente em meados dos anos 80 que a balança comercial portuguesa para os fios e tecidos de algodão passou a ser negativa, isto é passámos a importar mais fios e tecidos do que exportamos (Fig. 4.5.-1 e 2). Ora se é certo que cada vez consumimos mais algodão em rama, e a indústria têxtil cada vez produz mais, isso significa que o mercado interno não absorve tudo o que produzimos mas, mesmo assim importa. Então trata-se necessariamente de produtos distintos. As exportações, são das indústrias têxteis e referem-se a produtos estandardizados, cuja produção assenta em economias de escala – têxteis-lar,

---

461 MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990. p.42 .

lençóis, atoalhados, etc. e tecidos para camisas de homem, por exemplo – enquanto que as importações são de tecidos para a indústria do vestuário. E terá sido a partir de meados dos anos oitenta que a indústria do vestuário registou uma forte aceleração no seu crescimento.

As importações de fios tiveram algum significado em 1973/74 (178 e 116 toneladas) mas foi a partir de 1979 que cresceram de forma acelerada, passando para as mil toneladas. Em 1985, aumentaram de novo de forma significativa, passando para as 4 mil toneladas. Em 1987 atingiram as 30 mil toneladas e passaram a crescer de forma muito acelerada. É importante comparar estes valores com as 40 toneladas que importávamos em média na década de 50.

As exportações de fios atingiram o máximo em 1973 e 74, com mais de 28 mil toneladas, tendo vindo a partir de então a perder significado. Hoje em dia as nossas exportações de fio andam em torno das 10 mil toneladas.

Quanto aos tecidos, também foi a partir de 1973 e 74 que as importações passaram a subir, dando-se a variação mais significativa entre 1984 e 87, quando passaram para as 4 mil toneladas. Hoje em dia as importações de tecidos oscilam entre 13 mil e 20 mil toneladas; as exportações de tecidos que, durante um tão longo período, representaram um dos mais importantes produtos de exportação portuguesa, atingiram o máximo em 1967 com 22 mil toneladas. A partir de 1974 baixam definitivamente, atingindo na actualidade as cerca de 12 mil toneladas.

Em relação às indústrias propriamente ditas, uma análise rápida de alguns indicadores permite comparar o peso da têxtil com o vestuário (Quadro 4.5.-1). Como é vulgar acontecer, há alguma dificuldade em compatibilizar os dados de fontes diversas no sentido de reconstruir séries temporais com algum significado. Neste caso, para acompanhar as modificações entre 1985 e 1995, recorrendo à informação do INE e do Ministério da Indústria e Energia (dados de 1993) é necessário ter alguns cuidados uma vez que há diferenças muito grandes entre as fontes. De qualquer forma, é possível afirmar com segurança que, mesmo que o número de estabelecimentos da indústria têxtil se tenha mantido estável, o emprego desceu acentuadamente, passando de cerca de 70 mil empregos em 1985, para cerca de 43 mil em 1995/96, enquanto que nas indústrias do vestuário se assistiu a um acentuado crescimento quer do número de estabelecimentos quer do emprego. Estas indústrias empregariam em 1995, segundo o Inquérito às empresas do INE, cerca de 132 mil pessoas (segundo as Estatísticas das Empresas, do INE, de 1997, o pessoal ao serviço nas indústrias do vestuário, em 1996 e 1997 era de

respectivamente 161 454 e 157 177 pessoas enquanto que nas têxteis, incluindo lanifícios, indústria de malhas e outras, era, para as mesmas datas, de 122 651 e 114 798 pessoas).

Quadro 4.5. -1)
As Indústrias Textil e do Vestuário

TOTAL NACIONAL	NºEstab.	Emprego	VAB (cts)	VBP (cts)	FBCF (cts)	Energia Cons.	Remuner.(cts)
1985*	14466	632476	714350325	2691195358	98130900	147986828	279595641
1986*	13742	631908	856049011	2910159240	131474527	137823592	331500291
1987*	13638	631082	1057854567	3327658180	183129148	143561157	382527223
1988*	13056	620899	1220272993	3833883192	237891392	157810270	427495714
1989*	12847	617579	1331984884	4321010936	272255774	167993544	493294959
Indústrias Têxteis							
CAE - 3211.30	NºEstab.	Emprego	VAB (cts)	VBP (cts)	FBCF (cts)	Energia Cons.	Remuner.(cts)
1985*	343	70575	64273699	191123994	9597147	13976786	25988715
1986*	338	72923	85633282	212773392	14290787	15365859	32370229
1987*	332	72432	92069709	233565375	17320448	15972752	37603483
1988*	328	69787	96001313	245133292	24938449	16773502	40840570
1989*	315	67915	97236403	255257243	27913522	18399427	45866250
1990**	581	68165	117790000	340743000	21907000		70473000
1991**	511	61822	100932000	314605000	28178000		71186000
1992**	582	55493	95232000	306431000	23532000		73287000
1993**	513	50304	103416000	296758000	12056000		71088000
1994**	524	44972	110500000	310189000	24805000		65555000
1995**	454	42270	103991000	314293000	19449000		65753000
%	NºEstab.	Emprego	VAB (cts)	VBP (cts)	FBCF (cts)	Energia Cons.	Remuner.(cts)
1985*	2,37	11,16	9,00	7,10	9,78	9,44	9,30
1986*	2,46	11,54	10,00	7,31	10,87	11,15	9,76
1987*	2,43	11,48	8,70	7,02	9,46	11,13	9,83
1988*	2,51	11,24	7,87	6,39	10,48	10,63	9,55
1989*	2,45	11,00	7,30	5,91	10,25	10,95	9,30
Indústrias do Vestuário							
CAE - 3220.20	NºEstab.	Emprego	VAB (cts)	VBP (cts)	FBCF (cts)	Energia Cons.	Remuner.(cts)
1985*	489	46112	30872863	87543569	3581164	1004058	14363768
1986*	468	46710	37742380	109179601	3651127	1026113	17637516
1987*	519	50792	45927626	130706726	5172104	1127269	21910745
1988*	513	52472	52643940	144758673	6937715	1341338	25468786
1989*	528	55459	58760594	168062478	7497656	1737464	30668840
1990**							
1991**							
1992**	5607	144048	155979000	512250000	23434000		138575000
1993**	5248	138016	171612000	514630000	19400000		142806000
1994**	5492	139673	188063000	535575000	29183000		149417000
1995**	5090	132416	190079000	545578000	20823000		151827000
%	NºEstab.	Emprego	VAB (cts)	VBP (cts)	FBCF (cts)	Energia Cons.	Remuner.(cts)
1985*	3,38	7,29	4,32	3,25	3,65	0,68	5,14
1986*	3,41	7,39	4,41	3,75	2,78	0,74	5,32
1987*	3,81	8,05	4,34	3,93	2,82	0,79	5,73
1988*	3,93	8,45	4,31	3,78	2,92	0,85	5,96
1989*	4,11	8,98	4,41	3,89	2,75	1,03	6,22

*Fonte:A Indústria Portuguesa em Números. Ministério da Indústria e Energia. GEP. 1993
**Fonte: Inquérito às Empresas/Harmonizado. INE

Fig. 4.5. -1)
Importação e Exportação de Fios e Tecidos

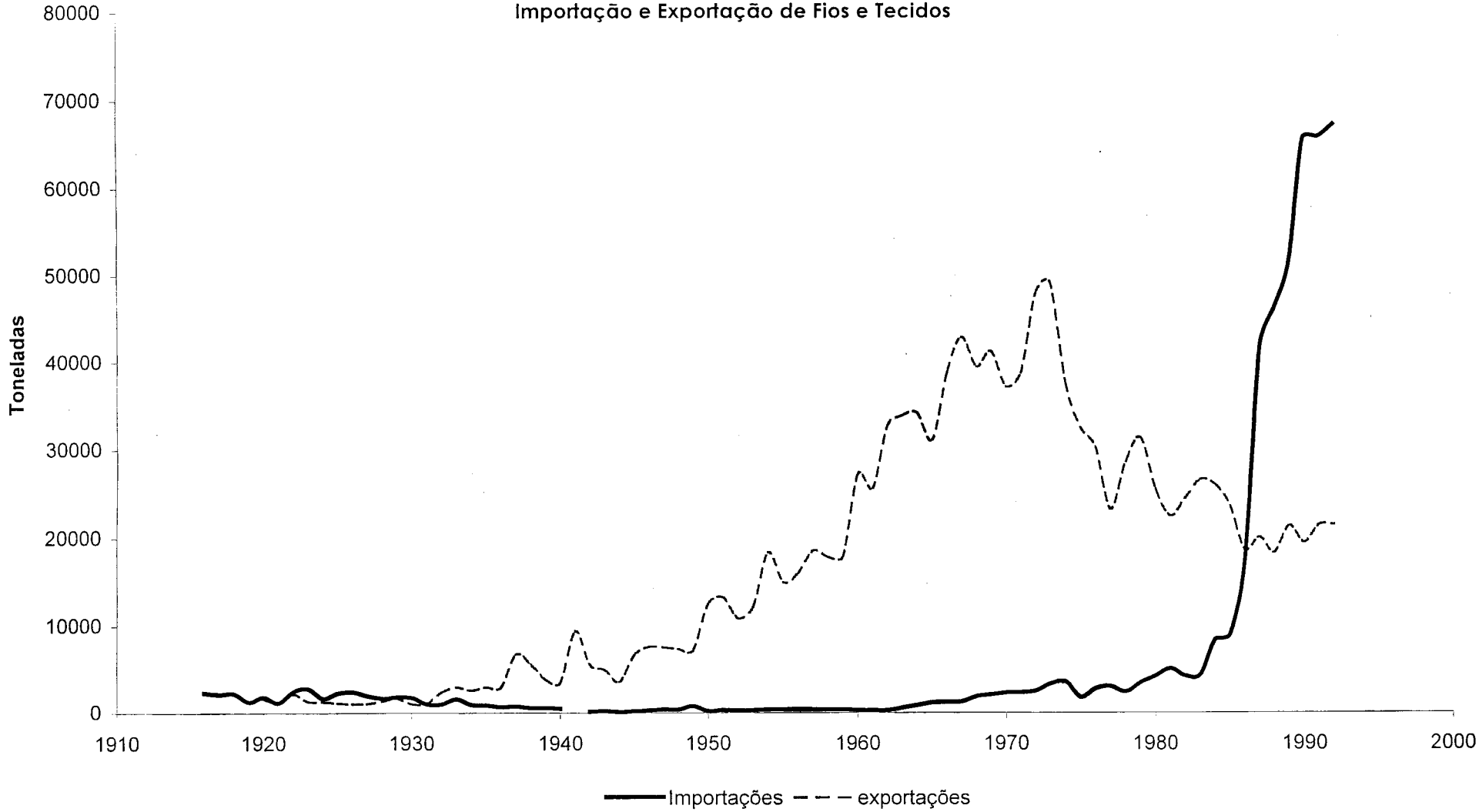
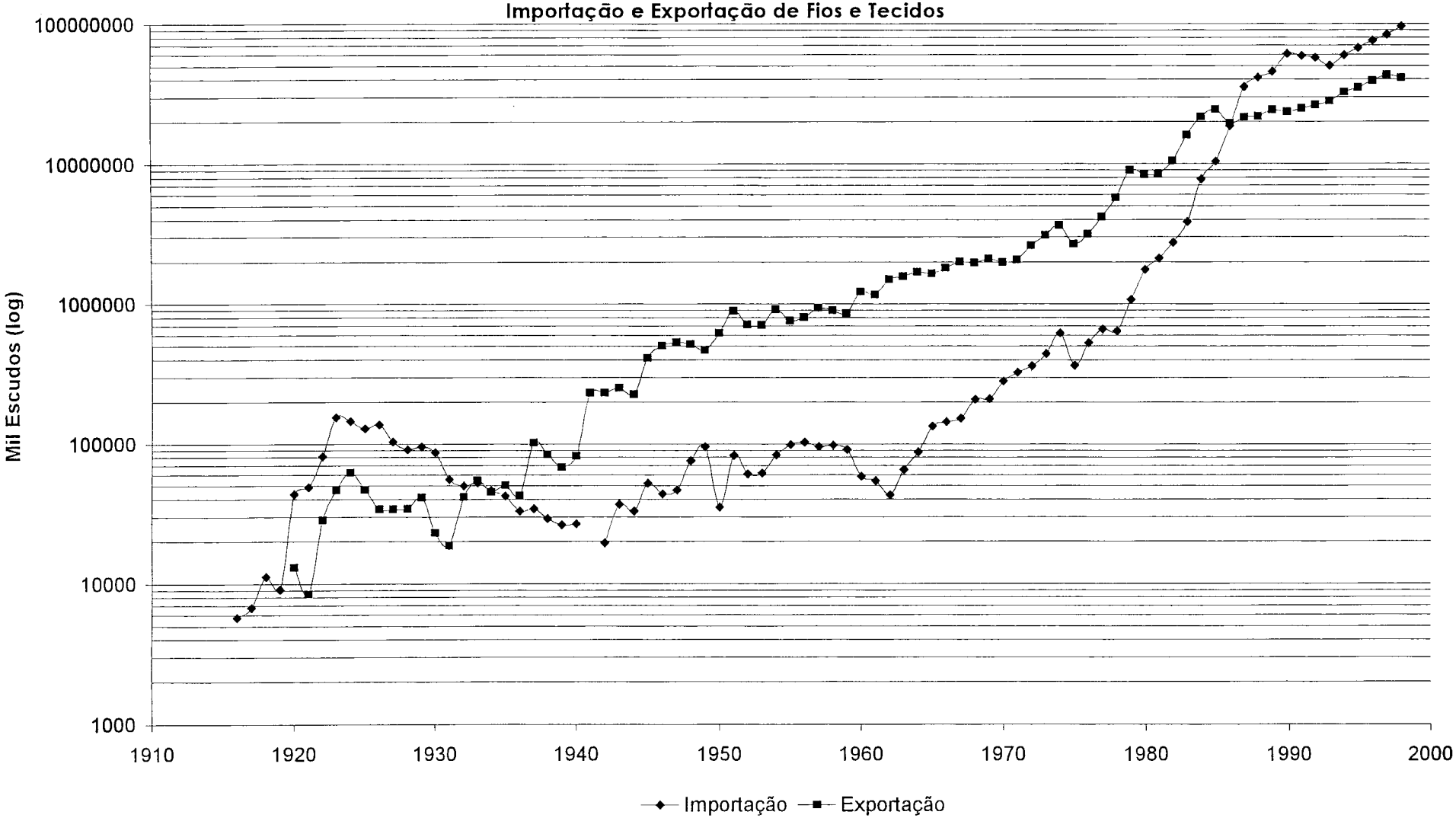


Fig. 4.5. -2)
Importação e Exportação de Fios e Tecidos



5. CONCLUSÃO

5.1. A Perda de importância do Porto nas estratégias internacionais da fileira

A especialização dos distritos industriais em determinadas fileiras colocou algumas questões novas sobre os factores determinantes da divisão espacial do trabalho. Fundamentalmente as dúvidas que o pós-fordismo trouxe nesta matéria referem-se ao saber até que ponto essa divisão espacial do trabalho se manifesta de forma dominante ao nível das fileiras ou dos produtos ou se, pelo contrário, se continua a acentuar a divisão segundo tarefas, ou níveis da divisão técnica do trabalho – regiões com funções de concepção e controle em oposição a regiões de execução.

As tendências que se têm evidenciado no quadro da globalização e da crescente concentração de capitais e o crescente protagonismo de grandes grupos económicos internacionais, polifuncionais, revelam que a divisão internacional do trabalho se continua a estabelecer ao nível das tarefas da divisão técnica do trabalho, mais do que em função de fileiras ou especializações em produtos. Para além disso, sectores e fileiras associadas a produções em grande escala têm insistido em comportar-se, segundo muitos autores, de forma "muito fordista"[462].

E isto não acontece apenas nos ramos industriais paradigmáticos do *just-in-time*, por exemplo. Também é verdade em fileiras tão diferentes como os lacticínios ou os têxteis de algodão e mistos.

Ora parece oportuno, neste contexto, identificar a inscrição do Porto na divisão internacional do trabalho, no caso específico das indústrias têxteis. A razão de ser deste exercício decorre de dois factos. Primeiro, o desenvolvimento das indústrias têxteis algodoeiras a partir de meados do século XIX foi determinante na evolução da base económica da cidade, contribuindo decisivamente para o posterior desempenho desta enquanto centro polarizador de uma vasta região e segundo centro urbano nacional. Em segundo lugar, parece-me importante compreender, agora ao nível da fileira, de que forma o seu percurso espacial se foi alterando, avaliando até que ponto esse percurso foi definido pela relação ou

---

462 HUDSON, Ray – Regional futures: industrial restructuring, new high volume production concepts and spatial development strategies in the new Europe. *Regional Studies*. N°. 31. p.467-478. 1997

correlação existente entre os seus objectivos internos e os do Porto, enquanto cidade. O que pretendo basicamente saber é o seguinte: de que forma a têxtil procurou outros territórios, ou, perguntando de outra forma, como empurrou o Porto a indústria têxtil algodoeira para fora do seu território? Mais: Que ganhos e perdas resultaram para ambas as partes desse processo de deslocação territorial que foi a saída da têxtil do Porto, para uma região outrora rural periférica? No final do século XX, até que ponto o lugar do Porto na divisão internacional do trabalho passava pelas indústrias têxteis algodoeiras, outrora determinante?

Para responder a esta questão, procedi a uma espécie de teste ao trabalho anterior, procurando fazer um retrato rápido da indústria têxtil algodoeira no noroeste português, para o final dos anos noventa, a partir de uma fonte diferente das utilizadas anteriormente. Esse retrato serviu para consolidar algumas conclusões do trabalho anterior desenvolvido numa sequência cronológica, sobretudo no que diz respeito à inserção da indústria têxtil algodoeira na divisão internacional do trabalho e à importância do modelo de concentração espacial nesse contexto.

Como questão específica, procurei perceber em que medida o comportamento espacial de uma fileira historicamente enraizada no noroeste se articulou com a evolução do Porto, enquanto polo urbano, já que tudo tinha sugerido que a transferência territorial do Porto para o Ave correspondera a uma estratégia de sobrevivência.

As conclusões mais relevantes deste pequeno exercício apontam no sentido do esvaziamento praticamente total do papel do Porto, enquanto polo de concentração das funções de concepção e gestão da fileira, outrora de crucial importância.

A fileira têxtil que já anteriormente deslocara do Porto para áreas rurais periféricas e especificamente para os vales dos rios Ave e afluentes, Leça e Cávado os seus segmentos de execução, deixou de ter aqui também o seu centro de controle previlegiado.

Quando se procura avaliar o papel do Porto, a realidade não põe em evidência laços estreitos de qualquer tipo ao nível da estrutura produtiva propriamente dita. Mais, não existem, hoje em dia, nem existiam já em 1996, sedes sociais de empresas têxteis, na cidade do Porto, ao contrário do que acontecia anteriormente, até praticamente ao final dos anos oitenta. Muitas das grandes empresas têxteis localizadas nos vales do Ave, Vizela ou Cávado, partiram de

sociedades sediadas no Porto. A dependência historicamente enraizada das áreas têxteis periféricas em relação ao Porto estava ligada a actividades comerciais de vários tipos, como a importação ou exportação de produtos e máquinas e assistência técnica. Esses serviços foram-se porém internalizando nas empresas, localmente ou passaram a ser prestados por empresas no estrangeiro, com quem as próprias empresas industriais têxteis portuguesas têm ligações de sub-contractação. Em suma, a articulação técnica e económica da fileira processa-se ao nível interregional, sem passar pelo Porto, outrora interface de crucial importância.

A inserção do Porto na divisão internacional do trabalho não passava já nos anos noventa, definitivamente, pelas indústrias têxteis. Elas não teriam mesmo significado na própria base económica da Área Metropolitana do Porto. E no entanto, são numerosas as empresas industriais e agências comerciais no domínio do Vestuário, aqui localizadas. São dois mundos distintos, cuja articulação nunca foi estabelecida. Em definitivo, nem a evolução da região têxtil depende do Porto, nem o lugar do Porto enquanto pólo urbano depende das indústrias téxteis. Este facto em si mesmo poderia não ser relevante, não fosse o ter-se verificado exactamente o oposto, num passado bem recente. Resta saber até que ponto o processo foi penalizador para o Porto ou se traduziu em vantagens, isto é, ter-se-à o Porto libertado dos têxteis, em favor de outras actividades mais enriquecedoras da sua base económica ou será o caso dos têxteis paradigmático de uma depreciação das centralidades do Porto, decorrente de uma internacionalização das cadeias produtivas?

A concentração regional da têxtil algodoeira por seu turno, acentuou-se, reforçando-se a sua inscrição internacional, numa clara estratégia de fileira, aí se incluindo a manutenção (e não apenas mera sobrevivência) de modelos organizativos tradicionais marcados pela integração vertical e pela produção de grandes volumes, ainda que segundo novas formas. A mesma tendência se tem verificado noutras áreas industriais, pondo em questão alguns dos pilares fundamentais dos *Distritos Industriais*.[463]

Mesmo perante a crise da produção em massa - a crise fordista - quando a palavra de ordem parecia ser a especialização flexível, única via para a sobrevivência, a indústria têxtil foi capaz de engendrar mecanismos internos de

---

463 BELLANDI, Marco – On Entrepreneurship, Region and the Constitution of Scale and Scope Economies. *European Planning Studies*. 1996, vol.4, nº4, pp.421-438.

uma flexibilidade funcional, em oposição a uma flexibilidade numérica possível noutros ramos, como por exemplo o vestuário. A flexibilização da indústria têxtil está relacionada com a organização do trabalho, mais do que com o mercado de trabalho[464]. É a possível em estruturas pesadas, com raízes históricas profundas, fisicamente muito condicionadas. Neste contexto, nunca se poderão confundir as perdas ainda que acentuadas, de empregos, com declínio ou segmentação.

"The point at issue is how to achieve a balance between responding to more fragmented markets via production flexibility and economies of scope and the need to retain scale economies".[465]

As indústrias têxteis nunca foram usadas como paradigma do fordismo, a verdade é que no período em que este modelo organizativo da produção industrial se consolidou, a integração vertical era dominante na têxtil. O exemplo português é um caso evidente. Ao desenvolvimento industrial da tecelagem, apoiado na produção doméstica dispersa, de fio e na importação de teias de Inglaterra, sucedeu-se o desenvolvimento da fiação, integrando as tecelagens este segmento a montante. A partir dos anos trinta do século XX, quando a indústria têxtil algodoeira registou a maior aceleração no seu crescimento, dominavam, em Portugal e especificamente no Noroeste, as empresas verticais.

A integração nos segmentos a juzante da fileira têxtil, quer nos acabamentos, quer nas operações de confecção sempre foi selectiva, ao longo do tempo. Basicamente assistiu-se a uma grande diversidade de situações, desde empresas que sempre foram especializadas apenas nestes segmentos, à incorporação dos mesmos, nas grandes empresas verticais. A coexistência das mais diversificadas situações nestes segmentos, no final dos anos noventa, ilustra a dificuldade de identificação de um processo de trabalho e de formas de organização da produção dominantes na fileira. São afinal os segmentos onde a flexibilidade numérica foi possível e eficiente, ainda que tenham existido situações marcadamente fordistas.

---

[464] ATKINSON, J. - *Flexibility, uncertainty, and manpower management. Report of a study conducted under the co-operative research programme of thr I.M.S.*, Falmer, Brighton: University of Sussex, Institute of Manpower Studies, Report nº 89, 1984. Também vi: BENKO, Georges; DUNFORD, Mick - Structural Change and the Spatial Organisation of the Productive System: an Introduction. In BENKO, Georges; DUNFORD, Mick - *Industrial Change and Regional Development*. London: Belhaven Press, 1991.pp3.23.

[465] HUDSON, Ray – Regional futures: industrial restructuring, new high volume production concepts and spatial development strategies in the new Europe. *Regional Studies*. Nr. 31. Pp.467-478. 1997

A base empírica para este pequeno exercício de teste e caracterização consistiu numa base de dados comprada à empresa *Dun & Bradstreet, Portugal*, relativa a 1997 (dados de 1996 para a maior parte das empresas). A partir da identificação dos parâmetros fundamentais que explicam a situação naquela data, procurei testar algumas hipóteses desenvolvidas nos pontos anteriores.

A base de dados da Dun & Bradstreet apresenta algumas vantagens em relação a outras, quando se pretende trabalhar ao nível das empresas. Por um lado, tem uma alimentação diária com informações das empresas, do Diário da República, dos Relatórios de Contas, das Conservatórias, dos Tribunais, etc., raramente existindo na base, empresas encerradas ou falidas há mais de um ano. Por outro lado, inclui todo o tipo de sociedades, nomeadamente empresas em nome individual.

A base de dados refere-se à totalidade das empresas industriais têxteis para Portugal, para 1997 (dados estatísticos das empresas, de 1996). Ainda que soubesse à partida que os lanifícios iriam integrar aquela base de dados, achei importante contabilizar a totalidade das empresas têxteis no país, para relativizar o peso da têxtil algodoeira dos distritos do Porto e Braga que de facto abrangem a mancha têxtil do noroeste, incluindo a Área Metropolitana do Porto e os vales do Leça, Ave e Cávado.

A totalidade da base de dados para as empresas industriais têxteis, da Dun e Bradstreet, incluia 596 empresas, com um média de idades de 23 anos, com 44.760 empregados (dimensão média 75 empregados por empresa), um volume de vendas para 1996 de cerca de 326 milhões de contos e um capital social de cerca de 123 milhões de contos.

Dessa base, seleccionei apenas os distritos do Porto e Braga, no sentido de a fazer corresponder com a maior aproximação possível, à têxtil algodoeira. Das empresas resultantes, exclui ainda as que apresentavam zero empregados, agreguei as pertencentes a um mesmo grupo ou dos mesmos proprietários (com base em informação da própria base de dados ou outra pré-existente) e procedi a uma despistagem de casos de falências com menos de um ano, por confrontação com outra informação de que já dispunha anteriormente, nomeadamente as entrevistas aos empresários e através de contactos telefónicos por amostragem. Foram detectados apenas dois casos, nesta última situação. A selecção resultante corresponde a mais de 80% do emprego e do capital social e a praticamente 90% do volume de vendas da totalidade das indústrias têxteis para Portugal abrangida

Quadro 5.1. - 1)
As Empresas Industriais Têxteis em Portugal (1996)
(Síntese das principais variáveis)

RAMO (SIC - Dun & Brad.)	*Empresa*	*Empregados*		*Dimensão Média*	*Volume de Vendas*		*Capital Social*		*Média de*
	Número	*Número*	*%*	*(Empreg./Emp.)*	*1.000 contos*	*%*	*1.000 contos*	*%*	*Idade*
TOTAL DA BASE DE DADOS	*596*	*44760*	*100*	*75,1*	*325755774*	*100*	*122843652*	*100*	*23,34*
Selecção dos distritos de Porto e Braga	380	37046	82,77	97,49	287615985	88,29	101011551	82,23	21
As 100 Maiores Empregadoras	100	31253	69,82	312,53	217576780	66,79	88938831	72,4	38,34
As 10 Maiores (Emprego e/ou V.V. e C.S.)	23	17356	38,78	754,61	131221965	40,28	60511176	49,26	65,78

RAMO (SIC - Dun & Brad.)	*Empresa*	*Empregados*		*Dimensão Média*	*Volume de Vendas*		*Capital Social*		*Média de*
	Número	*Número*	*%*	*(Empreg./Emp.)*	*1.000 contos*	*%*	*1.000 contos*	*%*	*Idade*
TOTAL 100 Maiores Empregadoras	100	31253	100	312,53	217576780	100	88938831	100	38,34
2211 (Fiaç. Tec. Peça Larga - Algodão)	19	8315	26,61	437,63	68383562	31,43	21291583	23,94	53,1
2231 (Idem 2211 / Tin./Acab.)	4	1291	4,13	322,75	6638852	3,05	1940000	2,18	36,5
2261 (Tin./Acab. Tec Algodão)	11	2264	7,24	205,82	13360572	6,14	6423000	7,22	28,9
2262 (Tint./Acab. Tec. Seda)	2	441	1,41	220,50	1517277	0,70	1750000	1,97	36,5
2269 (Tin./Acab. Têxteis NCA)	26	3954	12,65	152,08	26981947	12,40	9383947	10,55	20,0
2281 (Fiaç Algodão/Fibras Sintéticas)	38	14988	47,96	394,42	100694570	46,28	48150301	54,14	46,6

DATA DE FUNDAÇÃO	*Empresa*	*Empregados*		*Dimensão Média*	*Volume de Vendas*		*Capital Social*	
	Número	*Número*	*%*	*(Empreg./Emp.)*	*1.000 contos*	*%*	*1.000 contos*	*%*
TOTAL 100 Maiores Empregadoras	100	31253	100	312,53	217576780	100	88938831	100
1 - Empresas fundadas até 1932	20	9314	29,80	465,70	53587248	24,63	17616709	19,81
2 - Empresas fundadas entre 1933 e 1973	48	17176	54,96	357,83	127999135	58,83	50434275	56,71
3 - Empresas fundadas depois de 1974	35	4763	15,24	136,09	35990397	16,54	20887847	23,49

Fonte:Base de Dados de *Dun e Bradstreet Portugal, 1997.*

pela base de dados inicial. Este seria, de forma muito aproximada o real peso das indústrias têxteis algodoeiras em Portugal, em 1996.

Da selecção acima descrita – distritos do Porto e Braga - separei seguidamente as cem empresas (ou grupos) maior empregadoras, as quais correspondem com um pequeno desvio, às que possuem um número de empregados superior à média da selecção anterior. Este conjunto representa cerca de 70% da base de dados geral e a cerca de 90% da selecção anterior, para as três variáveis fundamentais, emprego, volume de vendas e capital social.

É essencialmente sobre este conjunto das 100 maiores que vai recair a caracterização da situação (Quadro 5.1.-1).

Se considerarmos especificamente o conjunto das dez maiores empresas segundo as três variáveis, isto é as maiores empregadoras e/ou as que possuem maior capital social, as que apresentaram maior volume de vendas e ainda as dez mais antigas, chegamos a um pequeno conjunto de 23 empresas, todas localizadas na bacia do Ave, que, sozinhas correspondem a mais de metade do emprego das 100 maiores e a 60% e 70% respectivamente do volume de vendas e do capital social das mesmas. A sua dimensão média é de 754 empregos por empresa e a média de idades é de cerca de 66 anos.

Parece-me legítimo proceder a esta contabilidade simples para poder afirmar que a dimensão da concentração a diversos níveis e não apenas territorial, é uma realidade evidente que não se pode facilmente enquadrar no discurso pós-fordista da acumulação flexível.

Pouco haverá a acrescentar ao que os mapas seguintes mostram. Cartografadas as principais variáveis caracterizadoras da selecção efectuada para as 100 maiores empresas, segundo o emprego, pode concluir-se que a concentração no interior do triângulo definido pelas cidades de Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão, assumia, em 1996, uma dimensão extrema. Mesmo que ela esteja um pouco distorcida ao nível do capital social (Fig. 5.1.–1), torna-se particularmente clara para o emprego e volume de vendas (Fig. 5.1. –2) e 5.1.-3).

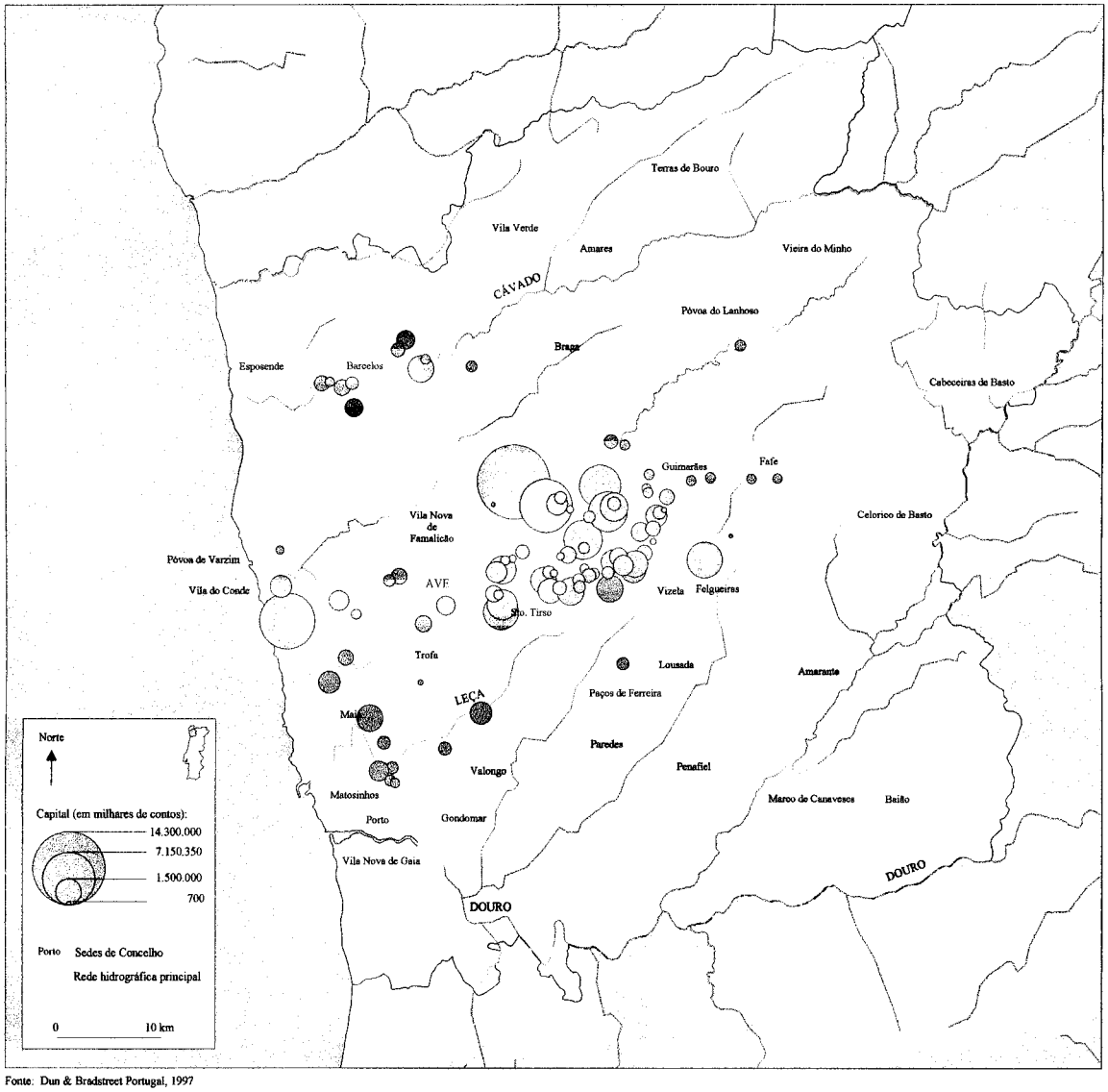
A análise das mesmas empresas, segundo a data de fundação respectiva permite, por seu turno, chegar a outra conclusão que reforça o que anteriormente conclui (Fig.5.1.-4). As empresas mais antigas constituem o núcleo duro, a espinha dorsal da mancha de concentração da indústria têxtil algodoeira, mantendo-se "agarradas" ao traçado dos rios, secção média do Ave e respectivos afluentes.

São a expressão da *sobrevivência* e sobre elas deverá recair a análise das estratégias históricas a ela associadas. Em torno dessas empresas mais antigas, fundadas antes de 1932, "sobreviveram" um conjunto de outras, criadas debaixo do ciclo de África ou da EFTA, entre 1932 e 1974. Estas representam um modelo alternativo de *sobrevivência*. Muitas delas corresponderam às fábricas *tecnologicamente correctas* dos anos sessenta. Outras nasceram claramente no processo de expansão das tecelagens associado a África. Todas traduzem essa capacidade de adaptação, esse conhecimento tácito enraizado, que as distingue de muitas outras, iguais, nascidas na mesma época, mas localizadas "*fora do sítio*", por exemplo nos concelhos da Área Metropolitana, limítrofes do Porto. Em 1996 ainda existiam alguns resíduos desse universo, fora do triângulo Guimarães, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão. Hoje em dia muitas já desapareceram. Um terceiro grupo de empresas, representado no mapa, com uma cor mais clara, representa as que foram fundadas depois de 1974. Estas apresentam claramente um padrão mais disperso pela área, uma maior liberdade locativa. Cruzando essa informação – data de fundação – com os segmentos que integram na sua estrutura produtiva, chega-se à conclusão de que são também as fábricas com segmentos mais a juzante, alguns aparecidos recentemente.

Com efeito, tendo finalmente em conta, a estrutura produtiva e organizativa, por exemplo através da análise dos segmentos incorporados em cada uma das empresas da amostra em questão (Fig.5.1.-5) é possível concluir que, mais uma vez, são precisamente as unidades verticais, em particular as fiações com tecelagens, aquelas que ocupam o eixo central do triângulo territorial, sempre localizadas ao longo do vale dos rios, mantendo e perpetuando o padrão inicial. A proliferação de unidades de tinturaria e acabamentos fora da mancha de maior concentração, indicia alguma articulação com as indústrias do vestuário. Há de facto tinturarias e estamparias que embora tenham nascido têxteis e tenham tido tradicionalmente uma função de acabamento de tecidos, trabalham actualmente para as indústrias do vestuário e confecções, até porque as unidades verticais também foram criando as suas secções internas de acabamentos.

Fig. 5.1. - 1)

As 100 maiores empresas têxteis (segundo o Emprego) em 1996
CAPITAL SOCIAL

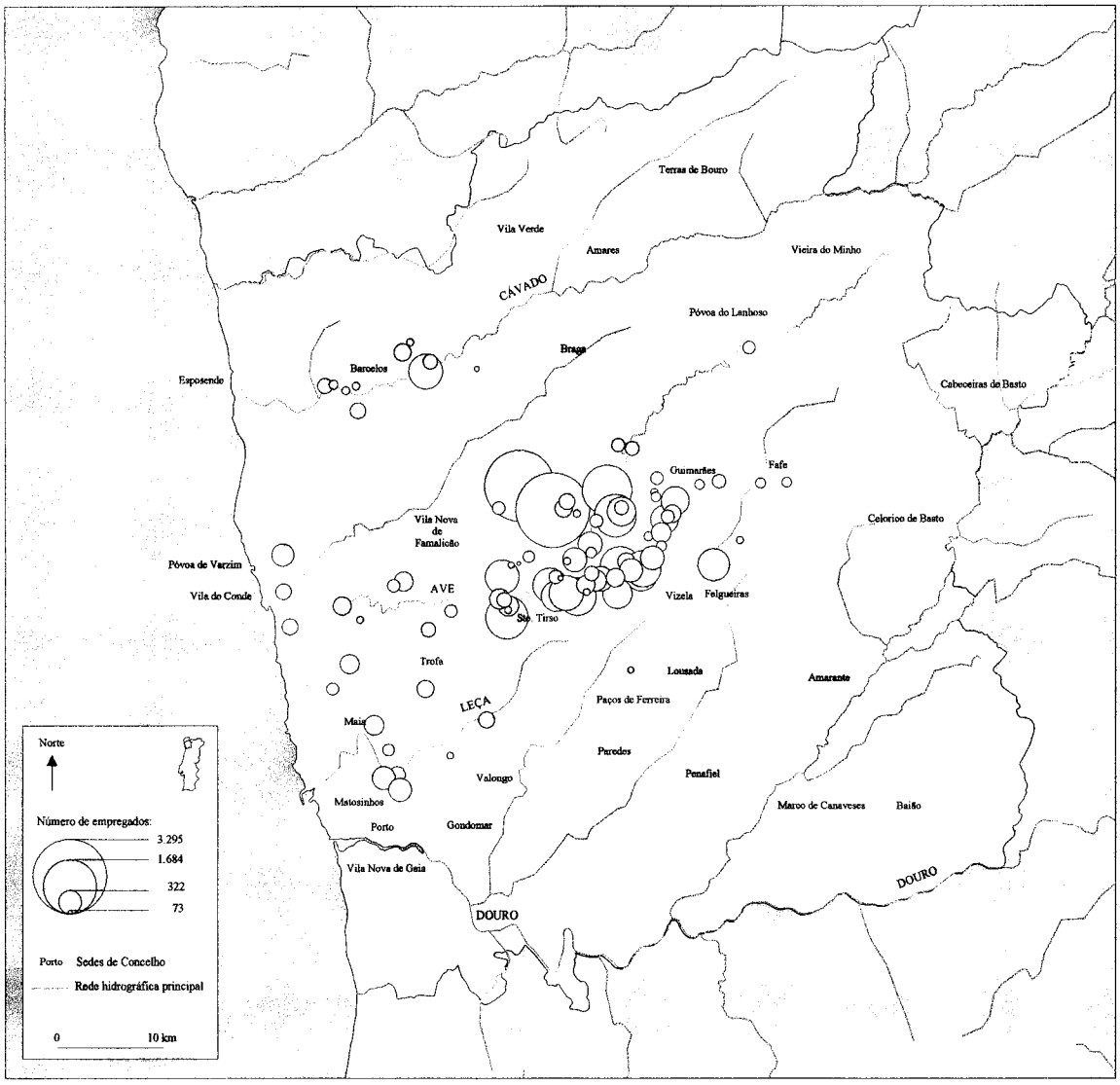


Fonte: Dun & Bradstreet Portugal, 1997

Fig. 5.1. - 2)

As 100 maiores empresas têxteis (segundo o Emprego) em 1996

NÚMERO DE EMPREGADOS

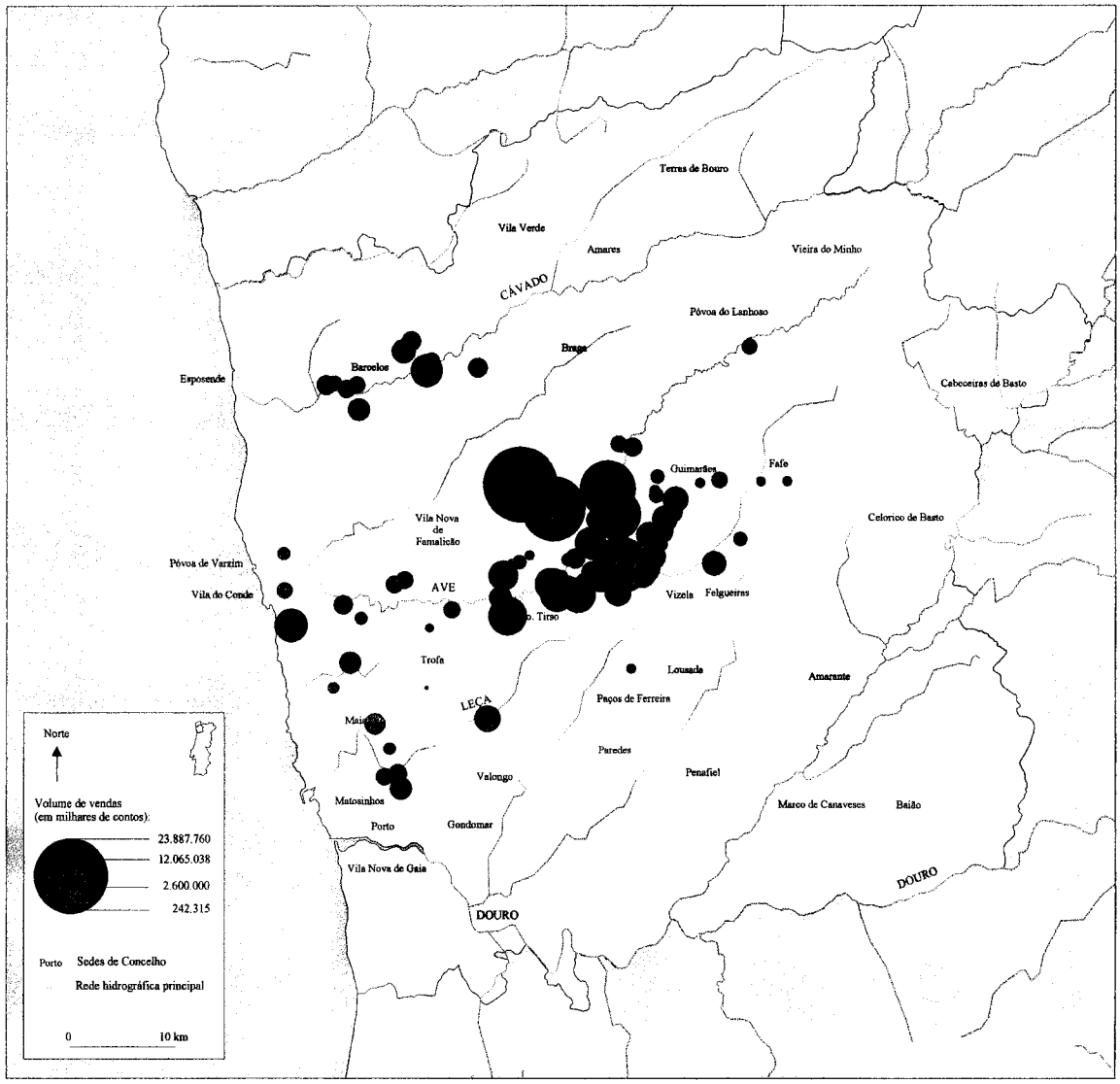


Fonte: Dun & Bradstreet Portugal, 1997

Fig. 5.1. - 3)

As 100 maiores empresas têxteis (segundo o Emprego) em 1996

VOLUME DE VENDAS

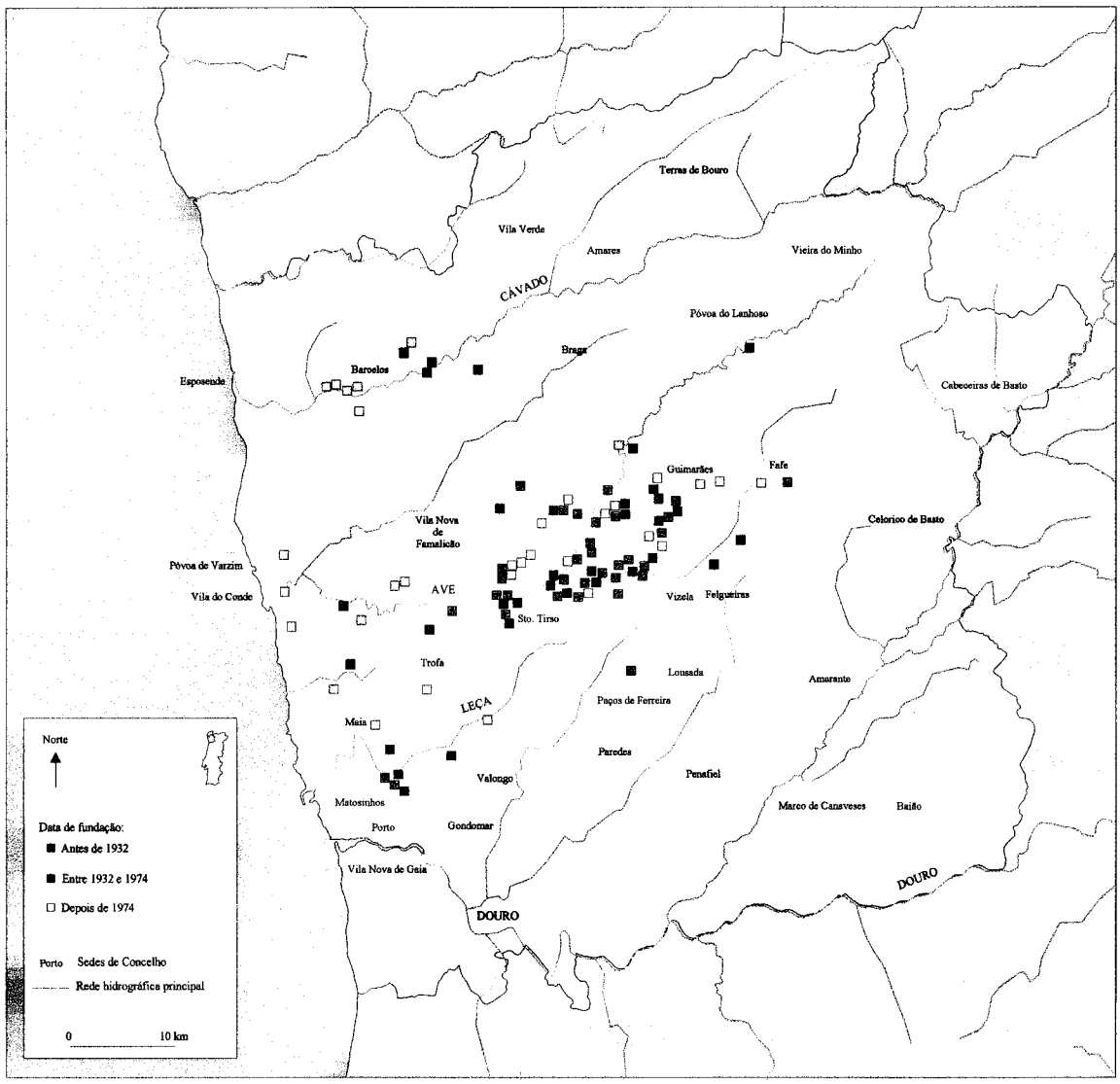


Fonte: Dun & Bradstreet Portugal, 1997

Fig. 5.1. - 4)

As 100 maiores empresas têxteis (segundo o Emprego) em 1996

DATA DE FUNDAÇÃO

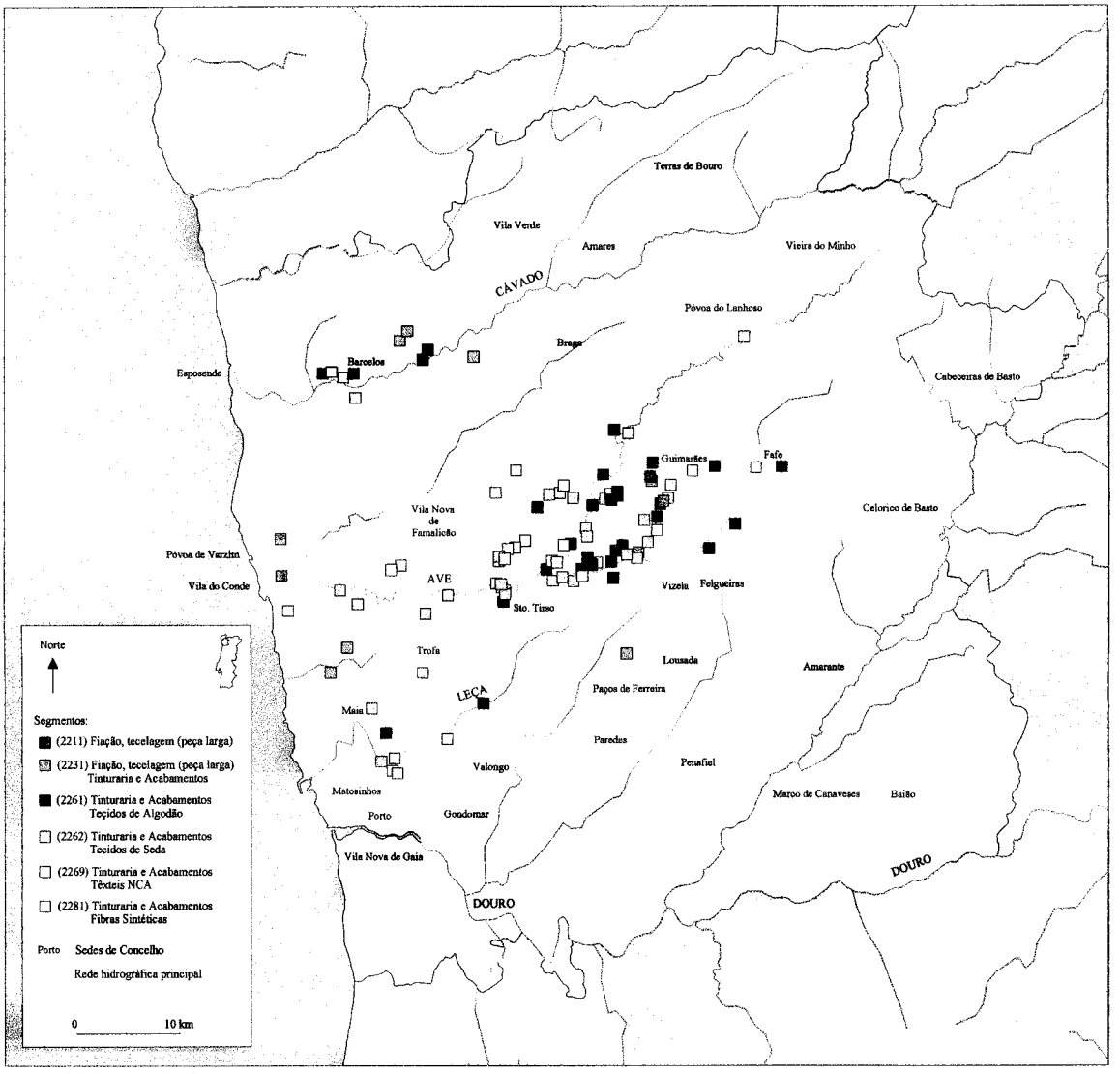


Fonte: Dun & Bradstreet Portugal, 1997

Fig. 5.1. - 5)

As 100 maiores empresas têxteis (segundo o Emprego) em 1996

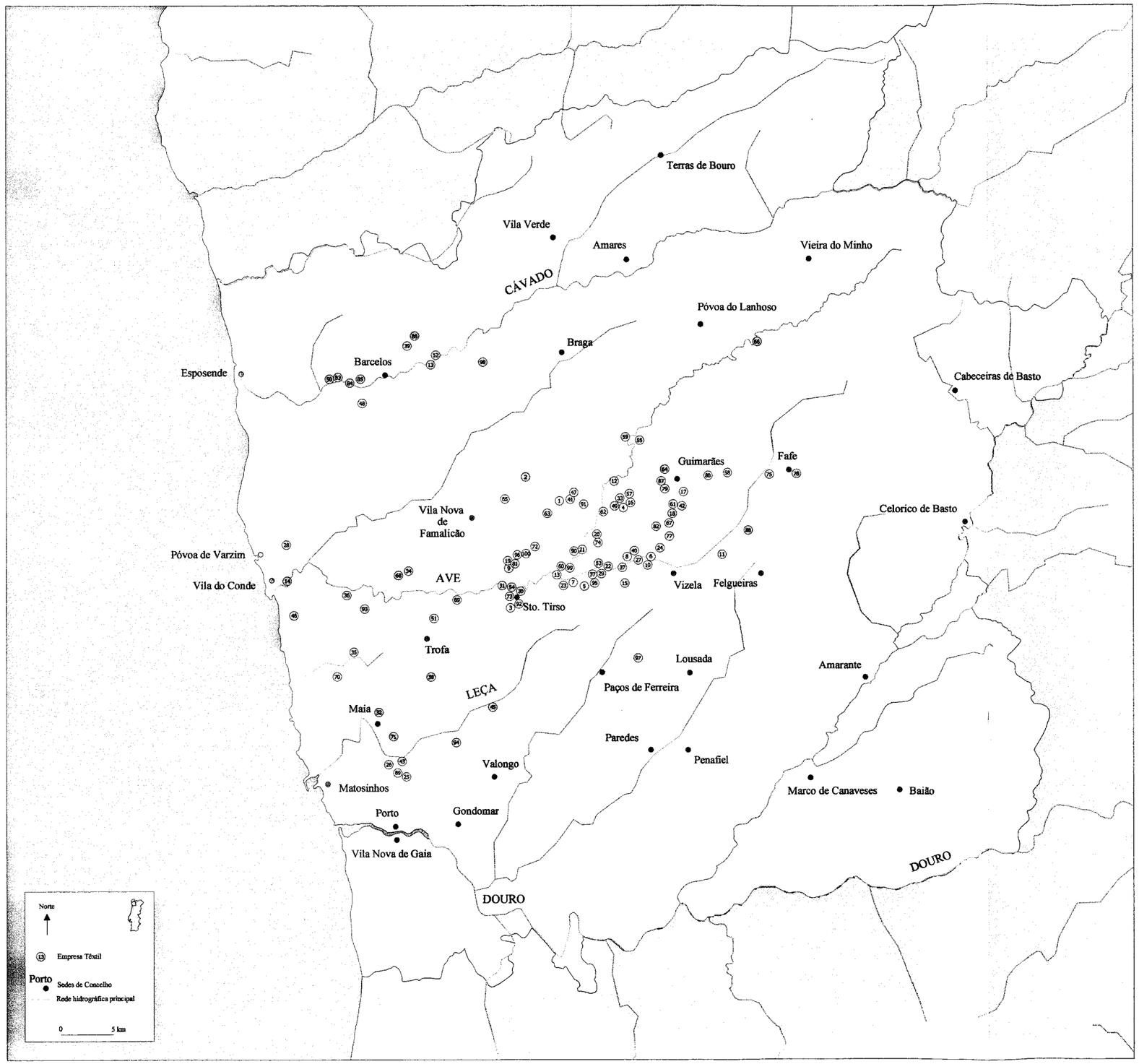
SEGMENTOS



Fonte: Dun & Bradstreet Portugal, 1997

As 100 maiores empresas têxteis (segundo o Emprego) em 1996

IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS



Fonte: Dun & Bradstreet Portugal, 1997

1 FÁBRICA TÊXTIL RIOPELE, S. A.
2 TÊXTIL MANUEL GONÇALVES, S. A.
3 ARCO TEXTEIS - EMPRESA INDUSTRIAL DE SANTO TIRSO, S. A.
4 LAMEIRINHO - INDUSTRIA TÊXTIL, S. A.
5 SOCIEDADE TÊXTIL A FLOR DO CAMPO, S. A.
6 FÁBRICA TÊXTIL DE VIZELA, LDA
7 FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO RIO VIZELA, LDA
8 ANTONIO DE ALMEIDA & FILHOS, LDA/SOCIEDADE TÊXTIL TEARFIL, LDA
9 TEXTEIS ATMA, S. A.
10 SOCIEDADE TÊXTIL DE BAIONA, S. A.
11 TÊXTIL LUIS CORREIA, S. A.
12 INDÚSTRIAS TÊXTEIS SOMELOS, S.ª
13 EMPRESA TÊXTIL ELECTRICA, LDA / FTOF
14 NARFIL - TEXTEIS, S. A.
15 SOFIL - SOCIEDADE DE FIAÇAO DE VIZELA, LDA
16 TEXTEIS TARF, LDA
17 ANTÓNIO DA COSTA GUIMARÃES, FILHO & CA., LDA
18 AGOSTINHO DA SILVA AREIAS, FILHOS & CA , LDA
19 FÁBRICA DE FIAÇÃO DOS CASAIS, LDA
20 FITOR - COMPANHIA PORTUGUESA DE TEXTEIS, S. A.
21 J. MARTINS PEREIRA & CA., LDA
22 SACRAMENTO - TEXTEIS, S. A.
23 TEXTEIS ADALBERTO, LDA
24 FÁBRICA DE TECIDOS DE VIÚVA DE CARLOS DA SILVA AREIAS & CA., LDA
25 FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO JACINTO, S. A.
26 FÁBRICA DE TECIDOS LIONESA, S. A.
27 SOCIEDADE TÊXTIL DA CUCA, S. A.
28 TEXCAL - SOCIEDADE TÊXTIL DE CALVES, LDA
29 EMPRESA INDUSTRIAL DE SAMPEDRO, LDA
30 EMPRESA FABRIL TIRSENSE, LDA
31 TINTURARIA E ACABAMENTOS DE TECIDOS VALE DE TÁBUAS, LDA
32 FIMAI - FIAÇÃO DA MAIA, LDA
33 JOAQUIM DA SILVA MARQUES & FILHOS, LDA
34 TINTROFA - TINTURARIA DA TROFA, S. A.
35 OUTEX - FÁBRICA DE FIAÇÃO DO MONDEGO, S. A.
36 BELFIL - TRICOT E TEXTEIS, LDA
37 ETELOR - EMPRESA TÊXTIL DE LORDELO, LDA
38 SA PEREIRA, BARROS & CA. LDA
39 FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE BARCELOS, LDA
40 CORAIS & AGUIAR, LDA
41 MABERA - ACABAMENTOS TEXTEIS, S. A.
42 FIAÇÃO DE COVAS, LDA
43 MAITEX - INDUSTRIA TÊXTIL, S. A.
44 LUÍS SIMÕES & CA., LDA
45 GIERLINGS VELPOR - VELUDO PORTUGUES, S. A.
46 TÊXTIL - TSUZUKI, LDA
47 V. CARNEIRO & A.RAFAEL, LDA
48 ACATEL - ACABAMENTOS TEXTEIS, LDA
49 FIDAR - FIAÇÃO DE GONDAR, LDA
50 CARVEMA TÊXTIL, LDA
51 FITROFA - FIAÇÃO DA TROFA, S. A.
52 MANHENTEX - EMPRESA TÊXTIL DE ACABAMENTOS, LDA
53 FÁBRICA DE TECIDOS DO CARVALHO, LDA
54 ANTONIO FELIX & CA., LDA
55 MARPEI - ESTAMPARIA TÊXTIL, LDA
56 MARQUES, RAMOS & TELES, LDA
57 JOÃO RIBEIRO DA CUNHA, FILHOS, LDA
58 T.T.T. - TECELAGEM E TINTURARIA TÊXTIL, LDA
59 TÊXTIL ALBERTO SOUSA, S. A.
60 FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE BAIRRO, LDA
61 SOCIEDADE TÊXTIL PROGRESSO DE COVAS, LDA
62 INCOTEX - INDUSTRIA E COMERCIO DE TEXTEIS, LDA
63 FIAÇÃO BOAVISTA, LDA
64 REIVAX - ACABAMENTOS TEXTEIS, LDA
65 EMPRESA INDUSTRIAL DO CAMPO, LDA
66 ALFREDO DA SILVA ARAUJO & CA., LDA
67 LOBO & IRMÃO, LDA / FIFITEX - FIAÇÃO DE FIBRAS TÊXTEIS, LDA
68 IRMÃOS VILA NOVA, LDA
69 TECIALGO - SOCIEDADE DE ACABAMENTOS E MANUFACTURAS TEXTEIS, S. A.
70 CONVERTER - CONVERSÃO DE FIBRAS, S. A.
71 VERACA - INDUSTRIA TÊXTIL DE VERMOIM, S. A.
72 SEGURES TEXTEIS, LDA
73 A. CORREIA DA SILVA & CA., LDA
74 B. SOUSA DIAS & FILHOS, S. A.
75 DAVITEX - ESTAMPARIA E CONFECÇÕES, S. A.
76 SOTTOMAYOR & CA., LDA
77 RILER - ESTAMPARIA TÊXTIL, LDA
78 MARIGAM - ESTAMPARIA E CONFECÇÕES, LDA
79 FIAÇÃO VIMARANIS, S. A.
80 OTOJAL - ESTAMPARIA TÊXTIL, LDA
81 FITOM - TINTURARIA, ESTAMPARIA E ACABAMENTOS, S. A.
82 FILASA - FIAÇÃO ARMANDO DA SILVA ANTUNES, S. A.
83 TINA MAR - TINTURARIA E ACABAMENTOS TEXTEIS DE MARIZ, LDA
84 A. T. B. - ACABAMENTOS TEXTEIS DE BARCELOS, LDA
85 BARROSO & MACHADO, LDA
86 EMPRESA TÊXTIL DO RIO FERRO, LDA
87 FÁBRICA DE TECIDOS DA CRUZ DE PEDRA, LDA
88 FIAREL - SOCIEDADE FIANDEIRA DE BARCELOS, S. A.
89 VAZ FERREIRA, S. A.
90 CORTELA - ACABAMENTOS TEXTEIS DA PORTELA, LDA
91 JOAQUIM OLIVEIRA & IRMÃOS, LDA
92 ABEL ALVES DE FIGUEIREDO & FILHO, LDA
93 AFITEX - ACABAMENTOS TEXTEIS, LDA
94 SOCIEDADE INDUSTRIAL TÊXTIL A.LARANJO, S. A.
95 TINELA - TINTURARIA E ACABAMENTOS TEXTEIS, LDA
96 DIDICOLOR - ACABAMENTOS TEXTEIS, LDA
97 FÁBRICA DE FIAÇÃO E PENSOS HOSPITALARES DE L.MENEZES, S. A.
98 FITEXAR - FIBRAS TEXTEIS ARTIFICIAIS, S. A.
99 MIRAFIOS - SOCIEDADE DE FIAÇÃO E TECIDOS, LDA
100 LANDIFIOS - SOCIEDADE INDUSTRIAL, S. A.

5.2. Reconversão e modelo territorial

O que pretendo demosntrar com este meu trabalho, como penso já ter ficado bem explícito, é que, o percurso da fileira têxtil no norte de Portugal condicionou e foi condicionado pelo padrão de localização resultante da criação das unidades fabris ao longo de quase duzentos anos.

No final dos anos noventa, o universo das empresas e estabelecimentos industriais, ainda que em menor número que em épocas anteriores, era constituido por uma grande diversidade de tipos de unidades e mais uma vez se pode verificar que na têxtil algodoeira, em qualquer época histórica é possível fazer produtos diferentes, de diferentes maneiras, em unidades industriais de diferentes dimensões. Mantinham-se as diversas formas de estabelecimentos industriais dentro de uma divisão social do trabalho mais ou menos desenvolvida, desde fábricas especializadas por produtos até às chamadas *fábricas verticais*.

As fiações autónomas eram aquelas que mais rapidamente se deixavam catalogar. Nas de grande dimensão e com um número reduzido de tipos de fios, compreende-se que fossem as economias de escala a determinar a forma de se manterem em actividade. Dependiam dessas economias de escala e das inovações tecnológicas que aqui foram, mais cedo, radicais. Noutra situação, encontravam-se fiações de menor dimensão, com tecnologia mais antiga, menos capitalizadas, cuja competitividade dependia da sua flexibilidade e da rapidez com que produziam novos fios. Havia empresas que só faziam fios. Fios raros, que os outros não faziam, de grande valor acrescentado, regra geral com fiações de tipo tradicional, em anel. Havia outras que faziam fios médios a grossos, muitas vezes com tecnologia do tipo *open-end*. Estas dependiam essencialmente de economias de escala e produziam grandes quantidades de fios estandardizados.

Em relação às tecelagens autónomas, sempre se verificou a existência de um grande número de unidades fabris, quer de pequena e média dimensão, subsidiárias das grandes empresas verticais, quer independentes, algumas de grande dimensão, fabricando, regra geral, produtos específicos, como por exemplo atoalhados. Havia tecelagens que pelo facto de produzirem uma grande variedade de produtos, e necessitarem de comprar para isso uma grande diversidade de tipos de fios, nunca tiveram dimensão para manter uma fiação própria.

Embora por razões diferentes, também continuaram a existir sempre estamparias autónomas. Umas, poucas, de grande dimensão, comportavam-se

como as grandes tecelagens; outras, em maior número e de menor dimensão, empregando técnicas relativamente antigas, constituiam casos de sobrevivência extraordinária, tendo tido capacidade de se adaptarem a alterações profundas da fileira, pela sua flexibilidade técnica. Trabalhavam basicamente, a feitio, prestando serviços a terceiros e conseguiram articular a sua produção de forma a satisfazer pequenas encomendas muito diversificadas. Eram, regra geral, mão-de-obra intensivas e não registaram um processo de capitalização crescente como outros segmentos a montante da fileira.

Para além destas formas especializadas, havia as grandes unidades verticais, que se mantinham dependentes das economias de escala, das grandes metragens de produtos estandardizados, por vezes com unidades especializadas em produtos mais personalizados, como por exemplo têxteis técnicos de determinados tipos. As empresas verticais, em cada vez menor número, não eram necessariamente um resíduo, uma espécie de arqueologia industrial em extinção. O seu número e as características específicas de cada uma, enquadrava-se numa estratégia de fileira. Algumas viriam a sobreviver até aos dias de hoje, como sobreviveriam noutras localizações, já que as suas estratégias de fileira as mantêm competitivas mesmo no quadro da abertura dos mercados internacionais, outras sofreram um declínio progressivo que as levou ao encerramento ou se esgotará a breve prazo. Esta foi aliás a situação típica, em todas as épocas históricas. Dentro da indústria têxtil algodoeira sempre foi havendo segmentos de empresas diversificados que foram conduzindo a fileira no tempo. É de admitir que a componente territorial cada vez tenha uma importância mais reduzida para o futuro e que também para a região, a têxtil seja cada vez menos importante no contexto mais amplo da sua base económica.

5.3. Um balanço: a permanência das forças da aglomeração ou a sobrevivência económica

A rigidez, no sentido de capitalização crescente, de maximização das economias de escala através do aumento da composição orgânica do capital, levada a cabo por uma também crescente concentração empresarial e financeira e a manutenção da integração vertical como forma dominante de organização da produção foi e é hoje em dia, para um vasto segmento da indústria têxtil algodoeira do norte de Portugal, o principal factor da sua sobrevivência e competitividade.

Este percurso económico traduziu-se num percurso territorial paralelo, de progressiva concentração e permanência numa região restrita, outrora devido a um conjunto de circunstâncias e posteriormente mantida – a aglomeração - como factor crítico de competitividade.

Dito de outra forma, a indústria têxtil algodoeira portuguesa sobreviveu e teve um desempenho eficiente até ao final do século XX, dentro dos limites de uma dimensão relativamente pequena, no contexto internacional da fileira, porque o fez num quadro territorial específico.

Esta é finalmente a principal conclusão deste estudo. Como Doreen Massey repetiu, "*geography matters*". Não será portanto original a conclusão do trabalho. Original procurou ser a sua demonstração para o caso de estudo.

A geografia não conta apenas, como elemento de estratégias macroeconómicas de fileiras industriais, ainda que isso seja verdade. E é verdade que as fileiras se deslocam no espaço à procura de territórios que lhes permitam ganhos de produtividade e lucro. O território conta acima de tudo, como realidade concreta com personalidade própria que lhe é dada por um conjunto de circunstâncias e vicissitudes históricas que lhe vão definindo a sua forma de aprender e acumular saber. Mais do que um termo de moda, um neologismo, um conceito com um certo fascínio, a "*learning region*"[466] poder-se-à converter num conceito operacional para compreendermos a capacidade de resposta das regiões às políticas que sobre elas se pretendam aplicar. A região "aprendente" é aquela que vai gerindo a acumulação de *know-how*, saber-fazer, adaptando-o a cada novo desafio de cada época histórica. É aquela que sabe interiorizar as inovações de forma eficiente, isto é mais do que procurar a qualquer custo novas tecnologias, produtos ou formas de fazer, consegue inovar no sentido de se adaptar a novos condicionalismos, inovar no sentido de acompanhar e

---

[466]ASHEIM, Björn T. – Industrial Districts as "Learning Regions": a condition for prosperity. *European Planning Studies,* 1996, Vo, 4, nº 4,pp379-400. GREGERSEN, Brigitte; JOHNSON, Björn – Learning Economies, Innovation Systems and European Integration. *Regional Studies*. 1997. vo.31, nº 5. pp.479-490. KEANE, Julie; ALLISON, Janelle – The intersection of the learning region and local and regional economic development: analysing the role of higher education. *Regional Studies*. 1999. vol. 33. nº. 9. pp. 896-902. KEEBLE, David; LAWSON, Clive; SMITH, Helen Lawton; MOORE, Barry; WILKINSON, Frank – *Collective learning processes and inter-firm networking in innovative high-technology regions*. (Policopiado) Cambridge: ASRC Centre for Business Research, University os Cambridge, 1997. (Paper presented at the Regional Studies Association "Regional Frontiers" EURRN European Conference, 20-23 September 1997, Frankfurt (Oder), Germany. KNAPP, W. – The Rhine-Ruhr Area in Transformation: Towards a European Metropolitan Region? *European Planning Studies.* 1998. vol.6, nº4, pp.379-393.

"sobreviver" de forma eficiente. E são os processos de "aprendizagem" colectiva das regiões e grupos que nela actuam que reforçam a aglomeração espacial.

Isto entra em certa contradição com alguns dos eixos fortes da teoria dos novos distritos industriais, nomeadamente ao nível da dimensão das empresas e do predomínio das PME's, dos efeitos locais das políticas públicas e da actuação do estado assim como do carácter endógeno da dinâmica dos mesmos distritos industriais. O próprio conceito de "*embeddedness*", tão importante para os teóricos dos distritos industriais poderá ser questionado uma vez que aqui, na indústria têxtil do noroeste português se evidencia claramente um enraizamento na fileira ao nível internacional. Ann Markusen procurou já demonstrar que "as economias regionais só podem ser compreendidas nas suas relações com economias noutras escalas espaciais".[467] E com isto aquela autora quer dizer que há actividades económicas e empresas enraizadas (no sentido de "embedded") em redes não locais. Num momento em que as críticas e alterações às diversas propostas teóricas no âmbito da teoria dos Novos Distritos Industriais e dos espaços da especialização flexível são tão diversificados talvez não seja importante provar se uma determinada aglomeração industrial é ou não um Distrito Industrial[468]. De qualquer maneira continua a ser importante compreender a razão de ser de determinadas aglomerações, ou talvez melhor equacionado, de determinadas localizações. Ou, como sugere Ann Markusen, saber porque há lugares fixos em espaços escorregadios – "sticky places in slippery space".[469] Com esta imagem, Ann Markusen lança a questão de saber porque é que alguns lugares conseguem conservar a actividade produtiva e outros não? Isto é, como é que alguns lugares conseguem essa característica de fixação que se traduz numa capacidade para atrair e manter a actividade produtiva?

E o que parecia existir apenas nos paradigmas dos distritos industriais, existe afinal noutras áreas com indústrias ainda "muito fordistas" se o fordismo pressupõe uma divisão técnica do trabalho intensa, uma especialização da mão-de-obra por tarefas da divisão técnica do trabalho e uma estratégia de eficiência assente em

---

MORGAN, Kevin – The Learning Region: Institutions, Innovation and Regional Renewal. *Regional Studies*. 1997. vol 31. N°.5. pp.491-503.

467 MARKUSEN, Ann; LEE, Yong-Sook; DIGIOVANNA, Sean (Ed.) – *Second Tier Cities. Rapid Growth beyond the Metropolis*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 1999. p.8.

468 AMIN, Ash – The Emilian Model : Institutional Challenges. *European Planning Studies*. Vol7, N°.4, 1999.

469 Idem. pp.293 - 313

economias de escala, produção de grandes quantidades e de produtos estandardizados.

Ora a indústria têxtil algodoeira no noroeste de Portugal é "grande" (na medida em que não é pequena!), é "bastante fordista", viveu historicamente debaixo de um sistema de controle rígido por parte do Estado, desde cedo também se inseriu na fileira internacional e, apesar disso tudo, mantem o seu padrão territorial de aglomeração numa área restrita.

Se não se pode designar por Novo Distrito Industrial, na medida em que não apresenta as características paradigmáticas dos distritos industriais e em particular o predomínio das PME's, a área de concentração da indústria têxtil algodoeira no noroeste é seguramente um espaço onde a indústria tem um desempenho idêntico ao dos paradigmas dos novos Distritos Industriais.

O tema da aglomeração industrial não é novo e mesmo noutras disciplinas fora da geografia, foi objecto de investigação desde as origens da própria indústria. O exemplo mais expressivo do interesse sobre a aglomeração das indústrias pode ser recolhido no próprio Marshall e no seu modelo de distrito industrial e atmosfera industrial, desenvolvido no início do século. Desde cedo também se percebeu que para além da tendência para a localização concentrada das indústrias em determinadas áreas, há uma tendência para que alguns padrões locativos se perpetuem. A competitividade sustentável tem mais a ver com capacidades para o desenvolvimento dinâmico do que com a eficiência estática[470].

O que a teoria dos Novos Distritos Industriais provavelmente sobrevalorizou e hoje em dia é posto em causa, é a existência de laços estreitos de interacção e entreajuda entre redes de PME's que constituiriam a base económica desses espaços, dando-lhes as características de sistemas produtivos locais, como se convencionou também chamar-lhes.

Assim, Anders Malmberg pergunta mesmo: quão local é o local ? – "how local is local?"[471] Este autor tem vindo a desenvolver um aprofundamento do

---

[470] MALMBERG, Anders – Industrial geography: aglomeration and local milieu. *Progress in Human Geography*. Vol.20, nº 3, 1996. p.392 –403. P.395

[471] Idem. p.393

conceito de "estar relacionado",[472] no âmbito das teias de relações que se supõem existir entre as empresas do novos distritos industriais.

A indústria têxtil do noroeste de Portugal pode ser o eixo estruturante, a espinha dorsal de um distrito industrial ou de um sistema produtivo local ou mesmo, meio local de inovação se admitirmos como inovação, as sucessivas estratégias de sobrevivência da fileira no quadro regional.

[472] Idem. p. 399

PERCURSOS DE FRACASSOS E SUCESSOS

- DOCUMENTOS DE APOIO -

PERCURSOS DE FRACASSOS E SUCESSOS – DOCUMENTOS DE APOIO

O presente anexo documental consiste na apresentação de casos de estudo que serviram de base à investigação e serão agora apresentados sob a forma de histórias de fábricas.

A primeira é a *Fábrica do Jacinto* à qual corresponde um capítulo autónomo. Foi desenvolvida, no seu essencial, antes do próprio projecto da tese, como primeira abordagem aos padrões locativos e deslocalizações da indústria têxtil algodoeira ao longo do tempo, no Porto e áreas periféricas. Foi precisamente a partir da *Jacinto* que concebi o plano para a tese, cujos objectivos se vieram a orientar noutra direcção – estudo da fileira têxtil – e a alargar territorialmente por isso.

Por ser um caso emblemático quer na antiguidade, quer nas mudanças de localização e alterações no processo produtivo e nos produtos, a *Jacinto* sofreu um tratamento mais pormenorizado do que as restantes, neste trabalho. Daí decorre um certo desequilíbrio, não só na extensão do texto, como na própria estrutura do capítulo dedicado a esta fábrica. É quase um trabalho, dentro do trabalho, apresentando algumas divergências em relação ao plano global da tese, sobretudo no desenvolvimento das alterações na estrutura urbana. Apesar disso, optei por manter o estudo da *Jacinto* completo, como foi desenvolvido, porque ela poderá ser sempre um pano de fundo para os diferentes pontos do trabalho global e mesmo para futuros estudos.

Num segundo ponto, serão apresentadas de forma resumida, as histórias de outras empresas, seleccionadas de forma a exemplificarem a tipologia definida e desenvolvida anteriormente. É um conjunto de pequenas histórias, muito desigual, sem grande qualidade literária, reconheço, mas que me parece importante para compreender muito do que fica para além dos números, da informação empírica estatística. Trata-se quase de um bloco de apontamentos, do resíduo que ficou depois de tirados os números e a informação trabalhada anteriormente. Integra notas retiradas de monografias, de albums comemorativos de eventos especiais das empresas respectivas ou brochuras promocionais, a par de informação recolhida nas entrevistas pessoais. Decidi incorporar estes *apontamentos*, por pensar precisamente que para além do pitoresco das histórias, são notas que poderão ilustrar e reforçar algumas das hipóteses desenvolvidas e justificadas na tese.

Trata-se de uma amostra seleccionada, demonstrativa dos diversos tipos definidos anteriormente, não cobrindo a totalidade das empresas estudadas, nem muito menos, a totalidade das empresas industriais têxteis em actividade.

1. A FÁBRICA DO JACINTO[473]

1.1. Um percurso singular

"Meu Pai na sua infância veio para a Cidade do Porto, onde aprendeu a tecer algodão..."

Jacyntho da Silva Pereira nasceu no lugar da Torre, freguesia de São Vicente de Pereira, comarca da Feira, em 1781. Da Torre a Vilar e daí ao Priorado, começou o precurso de um homem e de uma fábrica. A Fábrica do Jacinto.

Trajecto longo e acidentado de pessoas, algodão, máquinas e ideias, a Fábrica do Jacinto conta-nos, mais do que 200 anos da história de uma indústria, a história de uma cidade.

Quando Jacyntho chegou ao Porto, tinha 13 ou14 anos. Veio para Vilar, longínquo lugar do arrabalde ocidental da cidade. O Porto, que só praticamente na segunda metade do séc. XVIII se expandira para fora da muralha fernandina, sobre o Campo das Hortas, estava longe ainda de atingir Vilar, a Pena, o Priorado.

Jacyntho chegou ao Porto antes dos franceses. Sobre o Douro não existia ainda sequer a malograda Ponte das Barcas. A anexação das freguesias de Cedofeita e Massarelos à cidade, acabara de processar-se. O vasto Couto de Cedofeita, da poderosa e rica Colegiada de São Martinho de Cedofeita, que agora se dividia em duas freguesias, continuava pouco povoado na sua enorme extensão. Para lá dos poucos, pequenos e afastados lugares, como Vilar, havia as quintas, as grandes quintas, na sua maior parte de natureza de prazo, foreiras da Colegiada.

Aparentemente, o séc. XIX chegou sem que muito se tenha alterado no "ermo de Cedofeita" de 1571, de onde a colegiada quis ver transferida a sua igreja para intramuros, por ali não ter fregueses suficientes e serem difíceis e longas as viagens do Porto à dita igreja.

Num rapidíssimo processo, Jacyntho, de aprendiz numa fábrica de manufacturas de algodão, vai tornar-se num dos maiores fabricantes da cidade.

---

473 Parte deste texto foi publicado nas actas do Colóquio Ibérico de Geografia e serviu de roteiro a uma visita de estudo no Porto. MAGALHÃES, Maria Madalena – Aspectos da Industrialização no Porto. Elementos para uma visita de estudo. In *VI Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto, Instituto de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992.

Instalará a primeira fiação movida a vapor, comprará terras, será vereador da Câmara Municipal, Director da Associação Comercial, sócio fundador da Associação Industrial.

De Vilar, mudar-se-à para o Priorado, viverá na rua da Paz. Ali construirá a sua primeira fábrica de tecidos.

Do que Jacyntho ali conheceu, ao chegar ao Porto, nada resta ou quase. As alterações mais profundas que se operaram na área e onde se podem encontrar as raízes do que hoje vemos, viveu-as Jacyntho.

Quanto à fábrica, hoje e desde 28 de Outubro de 1886, "Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto" (depois Lda., SARL, e agora SA), tem a sua sede social e edifícios principais na Quinta da Ribeira, na Maia. Do que foi a sua maior instalação, na rua da Piedade (à Praça da Galiza), já nada resta, correspondendo hoje ao conjunto imobiliário "Mota-Galiza", recentemente ali construido.

Nas vésperas do período áureo da têxtil algodoeira no Norte, a "Jacinto" inicia a sua longa travessia do deserto, a decadência. Sobreviveu contudo, pesado gigante desvitalizado, desajustado no tecido urbano e na estrutura organizativa do sector.

Sofrerá todo o tipo de incidentes. Passará pela autogestão e pela intervenção do Estado, depois do 25 de Abril. Voltará às mãos dos anteriores proprietários, procurará renascer das cinzas e ter uma existência, pelo menos pacífica. Da tecelagem que foi nas suas origens, integrou todos os outros segmentos da fileira, a montante e a juzante. Hoje, fia essencialmente e dispõe de um segmento de confecção.

Na administração e detentores da maioria do capital, estão actualmente os irmãos, Francisco, José Maria e Mariana Monteiro Vinhas Santos, vindos também eles do Sul (Lisboa), como o seu 4° avô, Jacyntho da Silva Pereira.

1.2. As Origens da Fábrica do Jacinto

Um estudo monográfico da Fábrica do Jacinto permitiu penetrar na história da indústria têxtil algodoeira, no Norte do País, de forma particular, já que oferece, à partida, um conjunto de elementos interessantes, a explorar. Primeiro, a idade. No seu ramo e em actividade actualmente, é a mais antiga fábrica de tecidos e fiação do Porto . Com as suas mais remotas origens no final do séc. XVIII, ela

atravessou os séculos XIX e XX! Conheceu todos os períodos e principais vicissitudes da história da fileira em que se inscreve e, com altos e baixos, esteve, nalguns períodos, entre as primeiras, quer em termos tecnológicos, quer em produção e número de operários Para além disso, a sua localização inicial e o posterior percurso espacial, permitem conhecer a evolução de uma área da cidade, de ocupação e desenvolvimento recentes, que corresponde de forma aproximada, à parte sul da freguesia de Cedofeita e à parte norte da de Massarelos, num raio de sensivelmente 500 metros em torno da actual Praça da Galiza, a qual, talvez pela posição de fronteira que ocupa e pela sua tardia transformação, tem sido, quanto a investigações urbanas, pouco explorada. Esta foi no entanto uma das áreas de maior concentração de pequenos tecelões trabalhando no domicílio, para os Fabricantes, que se foram isntalando ao longo do vale, desde o início do século XIX[474].

Conhecer a Fábrica do Jacinto, é também uma incursão no ambiente social e económico do Porto do século XIX.

"Meu Pai na sua infância veio para a cidade do Porto, aonde aprendeu a tecer algodão..." escrevia Lourenço da Silva Pereira Magalhães num pequeno caderno de "Lembranças de Família" em 1866.

Com efeito, Jacyntho veio da Torre (S. Vicente de Pereira), para Vilar. Em 1795, com apenas 14 anos, já Jacyntho ali vivia. "Entrou pª aprendiz no anno de 1795 e finalizou o tempo da sua aprendizagem no anno de 1801 completando os sinco annos na forma da ley por neste meio tempo perder hum anno como consta da resalva junta ao seu esame e informação que nos deu o administrador da Fábrica aonde o dº aprendeo que he de Bernardo Clamouse Browne e Compª, he Official a dous annos, e Estabelesido, e como tal está Matriculado".[475]

Jacyntho não veio para o Porto porém, aprender o ofício de fabricante de tecidos de algodão. Manuel José Resende, oficial de tamanqueiro, morador em Vilar, freguesia de Cedofeita, em 1803, "disse que o conhecia desde pequeno e por essa razão sabia (?) pelo crer que elle principiara a aprender o officio de Tamanqueiro com hum mestre vezinho delle testemunha e depois por senão dar bem (ali?) elle fora para a Fabrica de Bernardo de Clamouse Browne, na Póvoa de

---

474 PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias portuenses na viragem do século: 1880-1910*. Porto: Faculdade de letras, 1993. 2 vol. Tese de doutoramento.

475 Atestado dos Procuradores da Corporação dos Tecidos do Largo Lavor e Lizo de Sedas e Algodões da Cidade do Porto. Porto: 3 de Agosto de 1803. A.M.H.O.P.(J.C. 8 - J)

Villar e ali dera o tempo de sinco annos de aprendiz no tear de algodão Lizo e Lavrado(...?)".[476]

Em Abril de 1803, "Dis Jacyntho da Silva, fabricante de algodão da Cide. do Porto, que elle tem dado o tempo preciso para aprender aquella manufactura; e se acha com toda a sufficiencia para poder estabelecer a sua fábrica; e como o não pode fazer sem ser examinado e se lhe conceder Regia Provizão...(etc.)".[477]

Em 1795, com 14 anos, deixara o ofício de tamanqueiro e iniciara já a sua actividade nos tecidos, dizendo os documentos que era já oficial havia dois anos e tinha já "toda a sufficiencia" para levantar uma fábrica. Mais ainda, quatro anos depois, em 1807, Jacyntho fez um novo requerimento ao Rei, pedindo Provisão para fabricar "bombazinas"[478] e "belbutinas"[479], tecidos, até então, não produzidos no Porto e provenientes exclusivamente do estrangeiro tendo para isso mandado vir mestres de fora.

Tudo indica que Jacyntho, ao chegar ao Porto, não tinha capitais próprios. E pelo menos até 1815, não recebeu nenhuma herança, em São Vicente de Pereira, de qualquer tipo de bens[480]. A sua entrada para aprendiz, aos catorze anos também não sugere uma prévia acumulação de capital em qualquer tipo de actividade.

O que parece possível é ter Jacyntho começado a tecer os seus próprios tecidos antes de, legalmente, lhe ter sido dada a Provizão Régia, para tal. Estávamos nos últimos anos do século, "...a designação de 'fábrica' cobre, em Portugal, até bem entrado o Séc. XIX, realidades muito diversas, amiúde denominando o fabrico e não propriamente o sítio onde se realiza".[481] A par de algumas primeiras fábricas, edifícios maiores ou menores, com um número variável de operários, onde uma clara distinção entre produtor e meios de produção se

---

476 Depoimento de Testemunhas no processo de requerimento de Jacinto da Sª Pª para obter Provisão Real para estabelecer uma fábrica. Porto: 6 de Maio de 1803. A.M.H.O.P. (J.C. 8 - J)

477 Requerimento de Jacinto. Idem. Ibidem.

478 Bombazinas = "Tecido de algodão riscado resistente" (Enciclopédia Portuguesa Illustrada de Maximiano Lemos).

479 Belbutinas = "Belbute Fino" (Belbute = "Tecido de algodão aveludado") (Enc. Por. Ill. Maximiano Lemos)

480 Escritura Notarial de Dote para Casamento de 7 de Julho de 1815. A.D.P. - S.N. - PO. 2º Lº 410 fls. 76v. - 77v.

481 Jorge Miguel Pedreira – Fábricas. In *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*. Lisboa: Public. Alfa. fasc. 164.

operara já, outras formas "pré-capitalistas" coabitavam. Nessa situação estavam os inúmeros tecelões que, nas suas casas, produziam para si próprios ou, à peça, para as ditas fábricas, num regime de subcontratação. Faz pois sentido o que António da Sª Pª de Magalhães, filho de Jacyntho, afirmou mais tarde, no Inquérito Industrial de 1865, quando disse ter o pai fundado a sua Fábrica "nos fins do século passado".[482] Jacyntho terá começado a trabalhar nos seus teares por conta de uma fábrica (talvez mesmo a de Bernardo Clamouse Browne e Compª.), ou quem sabe, depressa ele próprio se inseriu de outra forma, nos mecanismos de produção locais e passou a ter pequenos tecelões domésticos a trabalhar por sua conta.[483]

No já referido requerimento de 1807, são "Suplicantes", Jacyntho e Compª. É aliás a única vez que esta designação de sociedade surge. Nem anteriormente, em 1803, assim acontecia, nem voltará a aparecer de novo. Com efeito, sob esta designação, não foi encontrada qualquer outra informação.

O superintendente da Alfândega do Porto, no seguimento ainda da Petição de 1807, interrogou três testemunhas, todos comerciantes da mesma praça, os quais em depoimentos muito semelhantes declararam conhecer bem os suplicantes e saberem que os mesmos tinham estabelecido uma "grande Fábrica de Tecidos de algodão nos arrabaldes da Cidade, na qual se tingiam, estampavam e branqueavam toda a qualidade dos mesmos tecidos.[484] E todas as testemunhas apresentaram depoimentos favoráveis "em razão dos supplicantes terem toda a indústria, capacidade, bom comportamento, honra e creditos, sendo alem disso os mesmos ricos e abonados, com bens de rais e a sua Fabrica, que sem duvida vallem melhor de des mil Cruzados, sendo os seus creditos taes que por elles pode trazer fundos de mais de trinta mil cruzados".[485]

Não se sabe quem era(m) o(s) sócio(s) de Jacyntho. Antes mesmo de obter a Carta de Mestre e enquanto oficial na Fábrica de Bernardo Clamouse Browne, Jacyntho já estava estabelecido e "trabalhava em Theares seus proprios no mesmo

---

482 *Inquérito Industrial de 1865 - Actas das Sessões da Comissão de Inquérito*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1865. Vol. I, p.183.

483 José Acúrsio das Neves, em *Variedades...*, refere a propósito das Corporações, o facto de na Cidade do Porto alguns mestres "se contentarem com três anos de aprendizagem, o que era muito pouco". NEVES, José Acúrsio das - *Variedades sobre Objectos Relativos às Artes, Commercio, e Manufacturas, considerados segundo os Princípios de Economia Política*. Lisboa: Impressão Régia, 1814. Porto: Edições Afrontamento, 1985. p.192 .

484 "Summario de testemunhas a que procede o Dez.or Sebastião Correa de Sá, Superintendente d'Alfandega, a favor de Jacinto da Silva Pereira e Companhia" Porto: 3 de Julho de 1807. (A.M.H.O.P. - J.C. - 8 - J)

lugar de Villar".[486] O sócio era provavelmente Lourenço Teixeira da Silva "que tinha delle (Jacinto) todo o conhecimento em razão de terem ambos sido Aprendizes nos tecidos de algodão Lizo e Lavrado na Fabrica de Bernardo Clamouse Browne, e depois trabalharão na mesma algum tempo, po Officiais, athe que armarão Seus Theares, em que presentemente trabalhavão".[487] Em 1804, este Lourenço Teixeira da Silva era com efeito proprietário de uma fábrica de tecidos de algodão na cidade do Porto como consta do Livro de Matricula dos Mestres Officiais e Aprendizes de Fabricantes da Junta do Comércio.[488] Mas tendo sido aprendizes simultaneamente, é pouco provavél que a situação financeira do segundo fosse muito melhor que a do primeiro, para justificar a sua rápida ascensão.

Entre os dois não havia qualquer laço familiar (pelo menos próximo). Nem tão pouco Jacyntho tinha parentes em Vilar, que eventualmente estivessem na origem da sua vinda para o Porto.[489] Em Vilar viviam efectivamente algumas famílias com raízes nas freguesias de Arada, São Vicente de Pereira, Esmoriz, Cortegaça.[490] Tratava-se seguramente de mais um exemplo de áreas onde se concentravam emigrantes da mesma região. Talvez originariamente houvesse contactos entre os pescadores da Ria de Aveiro e os de Massarelos e assim se tenha criado uma ponte de comunicação que, mais tarde viria a ser utilizada por camponeses, agora operários, da nascente indústria téxtil do Bairro Ocidental da Cidade (Lourenço Teixª da Sª vivia em Massarelos). É provavel que Jacyntho e Lourenço tenham de facto feito uma sociedade, formal ou informalmente. Em Março de 1804, assinaram cada um uma escritura de emprazamento de uns terrenos contíguos, no Priorado[491], de que era senhorio directo a Colegiada de

---

485 Idem. Ibidem.

486 Depoimento de Testemunhas ... Porto: 6 de Maio de 1803. A.M.H.O.P. - J.C. - 8.
(Depoimento de António Francisco de Santiago, Lavrador, morador no Lugar de Vilar)

487 Idem. Ibidem.
(Depoimento de Lourenço Teixeira da Silva, oficial de fabricante dos Tecidos de Algodão, morador em Massarelos)

488 A.M.H.O.P. - J.C. - 1.

489 Fontes consultadas: Secção de Registo Civil do A.D.P., Róis de Confessados da Igreja de Cedofeita, Recenseamentos Eleitorais no A.H.C.M.P. (Casa do Infante).

490 São muitos os casos encontrados nos livros de registo de baptizados, casamentos e óbitos da Secção de Registo Civil do A.D.P.. Alguns serão referidos mais adiante (família Samagaio, por exemplo), mas não é relevante neste ponto.

491 Rua Nova do Priorado, actual Rua da Torrinha, no cruzamento com a rua da Carvalhosa, actual rua Aníbal Cunha.

Cedofeita, tendo sido reciprocamente testemunhas cada um na escritura do outro e tendo Jacyntho assinado "a rogo" por Lourenço não saber escrever.[492]

Infelizmente não foi possível encontrar mais referências acerca deste Lourenço Teixª da Sª. Não consta de Inquéritos industriais, não aparece nos róis de confessados de Cedofeita, nem nos recenseamentos eleitorais dos princípios do século XIX. Mesmo o terreno que tomou de aforamento em 1804, pertencia mais tarde ao Jacyntho.[493]

Deve ter sido por volta de 1804 que Jacyntho se mudou para o Priorado.

Em 1807, chegaram os Franceses ao Porto. "As tropas da primeira expedição que haviam alcançado a capital do norte a 13 de Dezembro de 1807 viram-se forçadas a abandoná-la a 18 de Junho seguinte, perante a insurreição levada a cabo com o maior êxito, pelos portugueses".[494] "Poucos meses decorridos (inícios de 1809), contudo, voltava o exército francês a atacar o norte de Portugal e dentro em breve ocupava de novo o Porto, felizmente por curto prazo". [495]

São conhecidos os efeitos da ocupação francesa no Porto. A destruição alastrou e não poupou naturalmente as fábricas existentes, tendo antes, sido estas alvos de especial atenção. "Si les portugais s'appliquaient aux fabriques et à l'industrie, il faudrait leur faire la guerre, ou leur susciter des embarras".[496]

Para avaliar os estragos das invasões francesas sobre a indústria, procedeu a Junta do Comércio, em 1812, a um levantamento (exaustivo ?) das fábricas existentes no Reino à data, por ramos e com indicação do seu estado ("progressivo, estacionado ou decadente"), "géneros que empregam", "obra que fazem anualmente" e "consumo que lhe dão"[497]. José Accursio das Neves, então e desde

---

492 A.D.P. - SN - PO. 8° L° 400 fls. 118 a 124 e fls. 128v. a 134v.

493 Não encontrei escritura de subemprazamento nem de emprazamento a Jacinto da Sª Pª, mas pertencia-lhe de facto, segundo o Inventário de Prazos Urbanos e Rurais da Colegiada de Cedofeita de 1863 (A.D.P. - SM - L. vários n° 30)

494 Conde de Campo Belo (D. Henrique) (coll.) - *Os Franceses no Porto em 1809 (Testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, Porto: Gab. de Hist. da Cidade. C.M.P., 1945 (Doc. e Mem. para a Hist. do Porto: XIII), p.45.

495 Idem, p.48.

496 Barão de Bielfeld - *Institutions Politiques*, tomo III, Liège, chez J.F. Bassompierre, 1774, p.7. (citado por Jorge Custódio, na "Introdução" a José Acúrsio das Neves, *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa considerada nos seus diferentes ramos*, Lisboa: Ed. Querco Lda., 1983. p.63).

497 A.H.M.O.P. - J.C. - 12 - 1ª Caixa

1810 Secretário da Junta do Comércio, foi o responsável pelo Inquérito e inclui nas suas "Variedades..." de 1814,[498] o "Mappa Geral Estatístico que representa as Fabricas do Reino..." [499]. Esta é aliás, a primeira referência impressa à Fábrica do Jacinto![500]. Estava decadente, como o estavam as 12 fábricas de Tecidos de Algodão enumeradas. Um único proprietário apontava como causa desse estado o "grande saque dos Franceses": Bernardo de Clamouse Browne e Compª! Dos restantes, 7 debatiam-se com a falta de operários ou tinham apenas um, dois teares e 4, entre os quais Jacyntho, atribuem a sua decadência às "immensas Fazendas Estrangeiras".[501]

Tinham passado apenas dois anos sobre a retirada dos franceses e para lá dos estragos da sua ocupação, sentiam-se então os efeitos da estratégia seguida para os expulsar nomeadamente nas cedências aos ingleses, pela sua ajuda militar, iniciadas por D. João VI, no Brasil, com a abertura dos portos ao comércio internacional (1808) e a assinatura do Tratado de Comércio de 1810.

De algumas fábricas, diria Jacome Ratton, nas "Recordações":[502] "...adquirirão, mediante bons administradores, grossos capitais aos seus proprietários e sustentavão um grande número de famílias, até ao tempo da sempre infausta invasão do Reino, que lhes abriu a cova, na qual o desgraçado tratado de comércio de 19 de fevereiro de 1810 as precipitou, e cobriu de terra para sempre".[503]

Jacyntho não foi afectado directamente pelos franceses, ao contrário da Fábrica de Vilar (B. Clamouse Browne) provavelmente por ter ainda uma reduzida dimensão. Ao contrário, a Fábrica de Vilar era a maior fábrica da periferia da cidade. Paradoxalmente, foi depois das invasões francesas que as populações se

---

498 NEVES, José Acúrsio das - *Variedades sobre Objectos Relativos às Artes, Commercio, e Manufacturas, considerados segundo os Princípios de Economia Política.* Lisboa: Impressão Régia, 1814. Porto: Edições Afrontamento, 1985.

499 Idem, Tomo I, p.211.

500 O nome de Jacinto da Silva Pereira aparece erradamente Jacinto da Silva Ferreira. Consultando os manuscritos originais no Arquivo do Ministério das Obras Públicas, pude confirmar que se tratava de um erro.

501 Tomou-se por base o manuscrito original (A.M.H.O.P.) por ter mais informação do que o "Mappa" impresso, incluido nas *Variedades...* de Acúrsio das Neves, mas respeitou-se a agregação por ramos deste último, a qual difere sensivelmente do original.

502 RATTON, Jacome - *Recordações.*Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

503 Idem, p.29.

vieram a concentrar nesta periferia da cidade, Vilar, que se veio a tornar um dos principais centros de concentração da indústria têxtil da cidade do Porto.

1.3. Do Couto de Cedofeita em 1800

Correspondendo ou não a um Couto, a primitiva paróquia de Cedofeita (actual freguesia do mesmo nome e Massarelos), no início do séc. XIX, pertencia ainda quase exclusivamente à Colegiada de São Martinho de Cedofeita.[504] Pelo menos, este era o maior senhorio directo, em termos de área, na metade ocidental da cidade. Aqui e ali existiam algumas propriedades alodiais, mas a maioria dos habitantes da área eram efiteutas da Colegiada. Antiquíssima, muito anterior à nacionalidade, terá sido das mais ricas e importantes da península.[505] Além das extensas propriedades que possuia, gozou "do direito de pescado nas costas de Portugal, desde Aveiro até à Galiza e desde a foz do Douro até Massarellos, e os dízimos do sal nas salinas de Massarellos".[506]

Topograficamente, o "Couto de Cedofeita" (?), era marcado por um extenso vale. Um conjunto de linhas de água, provenientes de três direcções principais (Monte Pedral, Praça da República, então Campo de Santo Ovídio e rua Nª Sª de Fátima, ao tempo, rua das Vallas), vinha juntar-se um pouco a nordeste do actual Largo Alexandre Sá Pinto (em frente à Escola Infante D. Henrique), constituindo uma área pantanosa, de lameiros, e daí partindo, num rio único em

---

504 A partir da revolução liberal e no seguimento de medidas tendentes a reduzir os bens patrimoniais das ordens religiosas, surge um conjunto de legislação sobre emprazamentos e remissão de foros iniciada com o decreto de 13 de Agosto de 1832. Para a Colegiada de Cedofeita, desencadeava-se a partir dali uma complexa e demorada polémica acerca da origem e natureza dos seus bens, que uns sustentavam corresponder a um Couto, instituido e doado pelo rei D. Afonso Henriques, enquanto por outro lado, a própria Colegiada pretendia provar que o não era, argumentando ter sido fundada muito antes da nacionalidade e ter progressivamente vindo a alargar o seu património. Na prática, o diferendo significava, para a Colegiada, a ameaça de poder vir a sofrer uma substancial redução dos seus rendimentos, pois sendo um couto de doação régia, os respectivos foreiros poderiam, na maior parte dos casos, remir os respectivos foros. Sobre o assunto são esclarecedoras as seguintes obras, contemporâneas do problema e provenientes respectivamente de cada uma das duas partes em oposição: a Colegiada, de um lado e o Estado e os foreiros de outro: *Documentos authenticos acerca dos domínios do D. Prior e Cabido da insigne e real Collegiada de São Martinho de Cedofeita da cidade do Porto que provam a sua origem de doação régia.* Porto: Typographia da Casa Real, 1874. e Francisco Correia de Lacerda (D.Prior)- *História da antiquíssima e santa igreja hoje insigne Collegiada de S. Martinho de Cedofeita e da origem e natureza dos seus bens.* Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira, 1871.

505 ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal* (Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres). Porto: Portucalense Editora, 1967. I vol. p.102.

506 LACERDA, D. Prior Francisco Correia de - *História da antiquíssima*...p.16.

direcção ao Douro, num trajecto que contorna pelo Norte a actual praça da Galiza, segue próximo da rua da Piedade e corre depois paralelo e próximo da rua D. Pedro V, até Massarelos. No chamado vale de Massarelos, corria o "ribeirinho", também conhecido por Rio de Vilar e Rio de Miragaia.[507]

Na mais antiga planta do Porto de que se dispõe, a "Planta Redonda" de 1813,[508] aparece representado parte do percurso do rio e vê-se claramente a configuração do vale, próximo do Largo de Sá Pinto, numa época em que existiam ainda poucas construções na área. Era relativamente encaixado, mantendo-se ainda hoje bem visível a vertente da margem esquerda (terrenos da Maternidade Júlio Diniz com frente para as ruas da Torrinha e Piedade). Em plantas posteriores, são apenas representados pequenos troços do rio em áreas não construidas.

Num sítio um pouco alcandorado em relação ao vale, encontrava-se o conjunto de edifícios da Colegiada de Cedofeita: Igreja (a existente), cemitério, outras dependências e quinta e residência do D. Prior. Por fora dos muros da quinta e envolvendo-a, estavam os Passais.[509] Até ao início do séc.XIX, esses Passais permaneceram destinados a horta, o que aliás era sua função. Foi precisamente em 1800, que se iniciou o processo de emprazamento dos Passais, para construção de casas e quintais.[510] É normal que assim fosse e que os conventos, mosteiros e igrejas paroquiais em geral, não emprazassem os Passais, antes de o fazerem às restantes propriedades que possuiam, mais afastadas. Até porque não o podiam fazer sem autorização específica, já que se tratava geralmente de terrenos doados pelos reis com o fim exclusivo de se destinarem a hortas e pomares. Só depois de conseguir Breve Apostólico do Papa Pio Sexto e, em 1798, Beneplácito Régio, é que

---

507 Descrições do vale de Massarelos em: CHAVES, António - *Estudo sobre os diversos systemas de remoção das imundicias, adoptadas nas principais cidades da Europa e sua aplicação à cidade do Porto*. Porto: Typ. de A.J.da Silva Teixeira, 1886.p.142 a 144 . e BASTOS, Carlos - *Nova Monografia do Porto*. Porto: Comp.ª Portuguesa Editora, 1938. p. 9.

508 *Cidade do Porto* - Dedicada ao Ill.mo Ex.mo Sr. Brigadeiro Gen. Sir Nicolao Trant, Commendador da Ordem da Torre e Espada, Encarregado do Governo das Armas do Partido do Porto: pelo George Balck, Assistente do Quartel Mestre General do Exército Britânico. London: Published August 12th.1813 by S.I. Neele, Strnd. (39,2 cm x 42,2 cm). "É a mais antiga planta da cidade do Porto que se conhece; dá.-se-lhe vulgarmente o nome de 'Planta Redonda',atenta a sua forma circular ou 'Planta de Trant' por lhe ter sido dedicada.". Monteiro de Andrade - *Plantas Antigas da Cidade (séc. XVIII e primeira metade do séc. XIX)* . Porto: Câmara Municipal, 1943. p.5 e seg.

509 "Passaes = Recinto, conchouso ou terra hortada, junto das igrejas paroquiais que servia para hortas, pomares e logradouros aos párocos e ministros do templo...". VITERBO, Frei Joaquim de St.ª Rosa de – *Elucidário das palavras, termos e frases*....Porto: Civilização Editora, 1983. vol.II. p. 467.

a Colegiada de Cedofeita pôde emprazar os seus Passais,[511] assumindo o processo particular interesse pelo contexto temporal em que se insere: o crescimento demográfico,[512] as invasões francesas e as epidemias no centro da cidade, tinham acelerado a expansão territorial para ocidente; a existência de um centro "industrial" em Vilar, que progressivamente ia crescendo e fazendo proliferar oficinas de tecelões, tintureiros, etc., à sua volta, sobretudo junto ao rio de Vilar, factor de primeiro peso nos primórdios da indústria têxtil, aqui como noutros locais, mais contribuia para aumentar a procura de casas ou terrenos. A divisão e "venda" dos Passais iniciou-se nos Passais de Baixo, nos chamados Campos da Arioza e Campo do Lameiro e correspondeu à urbanização dos lados norte das ruas de Asneiros (actual lado nordeste do Largo Sá Pinto) e Priorado (rua da Torrinha entre o mesmo largo e Carvalhosa).[513] Começou por ser emprazada apenas uma bordadura exterior dos Passais, correspondente a uma faixa com cerca de 300 Palmos (66 metros) de largura, dividida em "Chãos" para casas e quintais de 25 palmos (5,5 metros) de frente. Nas escrituras de emprazamento, pelas apegações dos chãos, vê-se que entre estes e os muros da quinta do D. Prior ficavam ainda por emprazar os Passais de Dentro. Ora, segundo Viterbo, os Passais correspondiam geralmente a 30 Passos Geométricos (+ ou - 50 metros) em torno da igreja, podendo atingir os 70 Passos (+ ou - 115 metros), nas grandes igrejas, o que é o caso exactamente de Cedofeita.

Depois de ter constituido um dos maiores, se não mesmo o maior obstáculo aos planos de urbanização dos "Almadas" (finais séc. XVIII), tentando impedir subemprazamentos para construção de casas, aos seus enfiteutas,[514] alegando entre outras razões, não poder subsistir sem os dízimos dos cereais[515], a Colegiada

---

510 No *Inventário de Prazos de Cedofeita de 1863* (A.D.P. - SM- L° Vários n° 30), existe a indicação "era passal", nos respectivos prazos. O mais antigo data de 1800.

511 Consta de todas as escrituras notariais de emprazamentos nos passais.

512 Pode ver-se uma interessante síntese do movimento demográfico da cidade e subúrbios desde o Numeramento de 1801 de D. Rodrigo de Souza Coutinho, até ao final do séc. XIX, nas últimas páginas da obra de Ricardo Jorge: JORGE, Ricardo - *População do Porto (Origens e Desenvolvimento da) - Notas Históricas e Estatísticas.* Porto: Typ. Occidental, 1897. p.102 a 106.

513 *Inventário de Prazos de Cedofeita de 1863* . A.D.P. -SM- L.vários n°30.

514 Entre outros, ficou célebre o caso de Jeronymo Pereira Leite, foreiro do enorme "Cazal de Pombal" (junto ao Cemitério dos Ingleses e Torre do Pedrossem) que tinha um plano para a abertura de quatro novas ruas, e consequente subemprazamento de "Chãos" para construção de casas. *Documentos authenticos acerca dos domínios*...p.41 e seg.

515 *Documentos authenticos acerca dos domínios*.. e BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de Antiguidades*. 2ª ed. , Porto: Progredior, 1963.p.211 a 215.

tomou a iniciativa de explorar directamente a urbanização de áreas novas da cidade, provando assim que a questão residia em não ser ela própria a proceder aos emprazamentos e não a falta dos dízimos.

O tipo de procura para os estreitos chãos dos Passais de Baixo era específica. Nuns casos foram emprazados a comerciantes residentes intra-muros,[516] que teriam como objectivo construir casas para alugar ou subemprazar mais tarde os chãos. Noutros casos, são residentes na área ou nos lugares vizinhos, geralmente também comerciantes ou fabricantes, que vêm ali instalar-se de facto. De qualquer forma, tomando o Recenseamento do Bairro de Cedofeita de 1832-33[517] ou os Róis de Confessados de Cedofeita,[518] pode concluir-se que, nos chãos dos Passais de Baixo existiam predominantemente casas de fabricantes, fábricas, anexas ou separadas, e ilhas de operários.

À semelhança do que acontecia no lugar de Vilar,[519] constituiu-se agora, no Priorado, um centro de concentração de manufacturas têxteis.

Os Passais de Cima e os Passais de Fora, respectivamente a Noroeste e Norte e Nordeste e Leste, sofrerão um processo de divisão diferente. Converter-se-ão em Prazos mais extensos, onde se destaca o de José Vaz de Araújo Veiga que englobava os Passais de Cima, parte dos de Baixo e de Dentro e ainda "uma porção de Lavradio que sahio da Quinta e Passaes de Fora".[520] A "Quinta da Veiga" (viúva do Veiga) é hoje ocupada pelos institutos Araújo Porto e S. Manuel, da Misericórdia.

Actualmente, um dos traços mais característicos de toda a área entre Vilar, Bom Sucesso e Priorado, centrada num raio de cerca de 500 metros em torno da Praça da Galiza, é precisamente a existência de grandes espaços indivisos, ocupados por grandes volumes quer de edifícios públicos (várias escolas) quer privados (Centros Comerciais, Bancos), interrompidos apenas naquilo que foram os Passais de Baixo.

---

516 *Inventário de Prazos de Cedofeita de 1863*. A.D.P. - SM - L° vários n° 30.

517 Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto (A.H.M.P.)

518 Arquivo da Igreja de Cedofeita (A.I.C.)

519 Alberto de Oliveira - O Bairro de Vilar . *Tripeiro*. 2° Anno. N.os 45 e 46.p.134-135 e 154. Porto,1909.

520 Escritura Notarial de 5 de Dezembro de 1823. A.D.P. SN.Po.9°

Os grandes "Cazais" (do Ribeiro, de Salgueiros, de Beldroegas, do Côxo) emprazados muito antes dos Passais,[521] mantiveram-se portanto indivisos até mais tarde, retalhando-se geralmente numa primeira fase, com a abertura de novas ruas como a Avenida de Boavista, rua da Constituição e outras, mas permitindo que o interior dos quarteirões ficasse disponível para construções de grandes dimensões.

Entre 1800 e 1806 foram emprazados praticamente todos os chãos dos Campos da Arioza e Lameiro, nos Passais de Baixo.[522] A cada estreito chão de 25 por 300 palmos correspondia um foro de 5 000 réis, em contraste com os foros dos grandes casais, que raramente atingiam os 700, 800 réis em dinheiro, além dos dízimos de frutos e cereais.[523]

Jacyntho da Silva Pereira tornou-se foreiro da Colegiada em 1804, sendo-lhe emprazados três chãos para casas e quintais nos Passais de Baixo.[524] Aqui construirá Jacyntho a sua primeira "fábrica", enquanto edifício expressamente destinado à produção de tecidos, separado fisicamente da casa onde viverá.

Antes dos emprazamentos urbanos dos Passais de Baixo, entre a então rua do Priorado e o lugar do Bom Sucesso, isto é, entre as duas margens do rio de Vilar, não havia qualquer ligação directa por rua, o que aliás ainda é visível na "Planta Redonda" de 1813, na qual nos aparecem já representadas as primeiras construções na rua de Asneiros e lado norte da rua do Priorado. Os emprazamentos vão assim corresponder a uma modificação na rede de arruamentos.

A rua de Asneiros, provavelmente aberta por causa dos prazos dos Campos da Arioza,[525] será progressivamente prolongada, em direcção ao Bom Sucesso. Mudando de nome para rua da Paz,[526] chegará a designar todo o contorno dos Passais, desde a esquina da rua da Piedade com a rua do Priorado, até ao actual

---

521 *Inventário de Prazos de Cedofeita de 1863*. A.D.P. - SM - L° vários n° 30.

522 *Inventário de Prazos de Cedofeita de 1863*. A.D.P. - SM - L° vários n° 30.

523 A título de exemplo, os seguintes prazos pagavam, além dos dízimos dos cereais, os foros anuais de:
a) Meio Cazal da Carvalhosa - Casas e campos (prazo de 1758) - 180 réis;
b) Meio Cazal de Salgueiros (prazo de 1700) - 760 réis;
Inventário de Prazos de Cedofeita de 1863. A.D.P. - SM - L° vários n° 30

524 Escritura notarial de emprazamento de 15 de Março de 1804. A.D.P.-SN-PO.8° L°406,fls.128v. a134v.

525 Cunha e Freitas - Toponímia Portuense. *O Primeiro de Janeiro*. 12 de Março de 1974.

526 O nome de rua da Paz, como o de muitas outras da da mesma época, está ligado ao Cerco do Porto.

Largo do Priorado, substituindo mesmo o nome do Caminho da Igreja de Cedofeita (Planta de Telles Ferreira de 1892).[527]

Mas quando Jacyntho da Silva Pereira se fixou na rua de Asneiros, ela não era mais do que um pequeno prolongamento da do Priorado. Daí o designar-se indiferentemente por rua de Asneiros ou rua Nova do Priorado, em diferentes documentos (escrituras, registos, etc.), aparecendo, mais tarde, sempre como rua da Paz, apesar de ter correspondido, pelo menos por volta de 1892 (Planta de Telles Ferreira), a parte da rua da Torrinha.

E o que hoje é o lado nordeste do Largo de Sá Pinto, era exactamente o início dessa extensa e tão atribulada rua da Paz, hoje reduzida a uma pequena ruela entre o Largo do mesmo nome e a rua do Padre Cruz.

O prazo de Jacyntho , de três chãos, confrontava, a nascente, com o prazo de Lourenço Teixeira da Silva, constituido, por seu turno por quatro chãos. Contíguos, para nascente, estavam ainda dois prazos de quatro e três chãos respectivamente, emprazados a João Rodrigues da Cruz Guimarães e a António Alves. No Inventário de Prazos de Cedofeita de 1863, os quatro pertenciam a Jacinto.[528] E, pelo menos em 1815, já Jacyntho ali vivia e tinha a sua fábrica.[529] Mas é de 1825 a planta mais antiga que existe no Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, com o alçado de "duas moradas de Cazas" que Jacyntho quis fazer "ao fim da rua da Torrinha, com a frente pª a q. dahi vai a Cedofeita" e é de 1838 a da "rua da Paz, contígua a Fabrica de tecidos que o mesmo proprietário alli possue".

Velha de mais de 180 anos está ainda de pé a que foi a primeira fábrica do Jacinto, nas trazeiras dos prédios do Largo de Sá Pinto, nº 40 a 43. Edifício em "U", de rés-do-chão e um andar, em granito, primeira versão da "grande fábrica" do séc. XIX, é uma verdadeira relíquia da arqueologia industrial.

De pé também está ainda o conjunto de "moradas de casas", contíguas, levantadas ou melhoradas progressivamente por Jacyntho , até 1848, que

---

527 A cartografia de pormenor mais antiga de que se dispõe em relação à rua da Paz, data de 1855 e refere-se ao alinhamento de um pequeno troço, hoje correspondente a parte da rua Padre Cruz. Além disso, consta do Livro de Vereações da Câmara Municipal, a nomeação de "huma Comissão para tomar a seu cargo e levar-se a effeito a conduzão da abertura da rua da Paz" de 13 de Julho de 1839. (A.H.M.P. Vereações L°108.

528 *Inventário de Prazos de Cedofeita de 1863*. A.D.P. - SM - L° vários nº 30. p.39 a 41.

529 Escritura Notarial de Dote para casamento. A.D.P.-SN-PO2°.L°410, fls 76v. a 77v.

constituem a fachada nordeste do Largo de Sá Pinto e "escondem" atrás de si a dita fábrica.

1.4. A Fábrica do Jacinto na primeira metade do século XIX

Levantados com propósitos diferentes, mais ou menos exaustivos ou rigorosos, ficaram-nos sete inventários industriais do séc. XIX, para o Porto. "Inquéritos", é nalguns casos, uma designação demasiado pretenciosa para listagens onde não transparecem claramente, nem parecem manter-se constantes, os critérios de definição, nem do que é indústria, nem do que é fábrica. São contudo fontes importantes e ricas, fruto de outras tantas tentativas de conhecimento do estádio de desenvolvimento económico do nosso país, numa época histórica muito atribulada, uma "indústria antes da industrialização". Cada um terá de ser entendido e considerado à luz da conjuntura em que foi realizado, nem sempre se podendo (ou devendo) fazer comparações directas com os outros.

O Inquérito Industrial de 1881 é generalizadamente considerado o primeiro inquérito industrial em Portugal. Apesar das muitas deficiências que encerra, continua, de facto, a ser um marco na história da indústria portuguesa, apresentando o volume do Porto, levado a cabo separadamente e sob a direcção de Oliveira Martins, uma particular precisão.

À primeira metade do século, correspondem porém, apenas inquéritos não publicados.[530] O de 1812, lançado com o objectivo imediato de avaliar os prejuízos causados pelas Invasões Francesas na nossa indústria, apesar das lacunas que encerra, pode ser tomado como um ponto de partida, um primeiro cenário a partir do qual se poderão avaliar evoluções. O próprio Acúrsio das Neves reconheceu as suas limitações : "... sendo a palavra fábrica uma daquelas a que correspondem ideias pouco definidas, uns a entenderam com mais e outros com menos extensão, o que necessariamente havia de produzir variedade na redução dos mapas".[531] A informação levantada inclui o nome dos proprietários, ramos, estado, géneros que empregam, obra que fazem anualmente e consumo que lhe

---

530 Mesmo do inquérito de 1812/14, considerarei os manuscritos existentes no A.M.H.O.P., por estarem mais completos do que os mapas publicados nas *Variedades...* de J. Acúrsio das Neves.

531 NEVES, José Acúrsio das - *Variedades sobre Objectos Relativos às Artes, Commercio, e Manufacturas, considerados segundo os Princípios de Economia Política.* Lisboa: Impressão Régia, 1814. Porto: Edições Afrontamento, 1985. pag.241.

dão (destino). Abrange 30 estabelecimentos, distribuidos por 12 ramos, 5 dos quais têxteis de algodão.

Entre 1826 e 1830 não se pode dizer que exista um inquérito propriamente dito, nem tal era a intenção. Há uma cobertura incompleta em termos espaciais e temporais de algumas fábricas e fabricantes. Apesar do sugestivo título de "Mapas de todas as Fábricas que se acham estabelecidas com Provizão Régia no Distrito de...", vamos encontrar listagens sem qualquer regularidade. Presume-se que estes documentos eram respostas a determinações da Junta do Comércio que, nunca terão obtido grande resultado. Pela sua irregularidade, não permitem numa análise sistematizada.

Para 1845 e 1852, temos, de facto, dois inquéritos indirectos muito vastos que incluem uma enorme variedade de actividades e proprietários, com estabelecimentos, cuja dimensão, em número de operários, varia entre zero e 556.[532] Cobrem várias rúbricas ou ramos, por sua vez diferentes nos dois inquéritos. No de 1845, temos os nomes dos proprietários, localização, ramo, força motriz, número de operários e data de fundação; no de 1852, temos os nomes dos proprietários, localização, ramo (designação das fábricas) e número de operários e grau de instrução (sabem ler, sabem ler e escrever), por sexos.

Tomando a data de fundação dos estabelecimentos, em 1845 e comparando os dois inquéritos, pode-se ter uma visão retrospectiva bastante completa da situação da indústria no Porto, até meados do século passado.[533]

Há um único proprietário[534] que atravessa todos os inquéritos, desde o "Mappa" de 1812 até 1852 - Jacyntho da Silva Pereira - primeiro, proprietário de uma fábrica de tecidos, mais tarde, proprietário de uma outra, de fiação a vapor, a primeira no Porto.

---

532 Presume-se que os de zero operários correspondam a fabricantes que são simultaneamente únicos operários do respectivo estabelecimento.

533 A falta de dados referentes a produção e capitais é limitativa e só indirectamente se poderão extrair conclusões a esse respeito.

534 Utilizar-se-ão quase sempre as designações originais dos documentos da época, independentemente do significado que as palavras hoje possam ter, por exemplo "proprietário", "capitalista", "fabricante", e outras. As contagens dos estabelecimentos industriais foram feitas a partir dos ditos proprietários.

A análise profunda dos dois inquéritos antes referidos (1845 e 1852)[535], permite datar, em pormenor, para o Porto, a passagem, no processo de industrialização, da fase da manufactura e produção artesanal, à maquinofactura e consequentes modificações estruturais nas relações de produção que caracterizam a formação económica e social local, na época. Trata-se de uma etapa importante, de transição, caracterizada essencialmente pela "decomposição" do artesão e consequente início de uma divisão do trabalho. Mais ainda, de uma fase em que a valorização do capital estaria exclusivamente associada à obtenção de mais-valia absoluta, surgiram e tornaram-se dominantes as formas de apropriação de mais-valia relativa e isto não só através das melhorias técnicas e consequente aumento de produtividade, como pelo recurso, em larga escala a mão-de-obra feminina e infantil, até ali insignificante.

"A Indústria portuguesa encontrava-se, em meados do século XIX, condiciona-da pelo dilema que se punha à economia portuguesa que era, no fundo, o definir-se no quadro da divisão internacional do trabalho".[536]

Sob uma prespectiva regional, aqui terão necessariamente de ser procuradas as raízes do desenvolvimento, crescimento e especialização relativa da industria têxtil algodoeira no Norte de Portugal. O curto período de sete anos que separa aqueles dois inquéritos permite detectar com efeito, uma grande viragem nos processos de trabalho dominantes na indústria da cidade do Porto.

A "nova fábrica" da segunda metade do século passado, no Porto, é têxtil, grande, recente, emprega maioritariamente mulheres e é suburbana. As profundas alterações sofridas pela estrutura industrial do Porto de 1845 para 1852 correspondem ao desaparecimento, ou melhor, ao colapso de um vasto conjunto de unidades levantadas com uma certa regularidade desde o início do século, para dar lugar a um tecido marcadamente recente.

Sobre a origem dos capitais desta nova fábrica poucas hipóteses se podem levantar a partir das duas fontes e só o estudo de casos poderá trazer alguma luz sobre a questão, sempre em aberto, das transferências entre a esfera comercial e a produtiva.

---

535 Para o presente estudo, tomei os mapas originais, manuscritos,dos inquéritos, existentes no A.M.H.O.P.

536 JUSTINO, David - *A Formação do Espaço Económico Nacional -Portugal 1810-1913* - vol.I. Lisboa: Vega,s.d. p.78.

A conquista ou alastramento para áreas exteriores, nomeadamente o vale do Ave, dos processos de reestruturação em curso nesse período histórico é posterior, como já se tentou demonstrar nos capítulos anteriores.

A nível da fileira têxtil, as alterações ocorridas no Porto, na passagem da primeira para a segunda metade do século, traduziram-se no fortalecimento, reorganização e especialização da tecelagem, ainda que tenham surgido algumas fábricas novas nos segmentos, a montante (uma nova fiação a vapor) e a juzante (15 novas tinturarias). A designação dos ramos dos estabelecimentos nos inquéritos industriais, revela uma crescente especialização da tecelagem. Desaparece a divisão entre Tecidos do Largo e Tecidos do Estreito, substituidos os primeiros por Tecidos de Algodão, simplesmente, em oposição aos segundos (fabrico de fitas), actividade de caracteristicas eminentemente artesanais. Também algumas associações desapare-cem - lavar lã e estamparia; sola, tecidos de algodão e estamparia; tecidos de algodão, lã e linho; tecidos de algodão e damascos. Exemplos de integração há apenas um: trata-se da fiação a vapor, que embora surja independente e funcione num estabelecimento autónomo, é do mesmo proprietário de uma fábrica de tecidos - Jacyntho da Silva Pereira.

A viragem da metade do século vai corresponder ainda à entrada maciça da mulher na fábrica, associada aos ganhos de produtividade conseguidos pelas alterações no processo de trabalho e pelas melhorias tecnológicas. Em 1852, na indústria têxtil algodoeira, no Porto, a percentagem de mulheres - 44,2% - excedia a de homens - 38,2% (o restante dizia respeito aos menores).

Ao atravessar todos os inquéritos do século passado e com uma estrutura interna particularmente complexa, a Fábrica do Jacinto é um caso de estudo excepcional.

Em 1812, a Fábrica de Tecidos de Algodão de Jacyntho da Silva Pereira estava, como se disse, "decadente, pela quantidade de Fazendas Estrangeiras". Empregava algodão e drogas para tintas, produzia anualmente duzentas peças de Rapoins e gangas que se consumiam neste Reino e Hespanha.[537] É difícil fazer comparações com outras fábricas da cidade, pois cada um utiliza uma medida e uma designação diferente, no mapa da Junta do Comércio, já de si incompleto. Quando muito, poderá ser representativo de uma certa importância relativa, o

537 *Mappa Geral Estatístico que representa as Fabricas do Reino* -1812. - A.M.H.O.P. - JC 12 1ª Caixa (Parte encontra-se publicado nas *Variedades...* de Acúrsio das Neves.

facto de Jacinto ser o único a vender tecidos fora do Reino e não se referir à falta de operários ou de teares, como o fazem praticamente todos os outros.

De que forma e em quanto tempo se deu a recuperação, a partir dali, é difícil precisar. Só em 1837 viriam a ser levantadas as pautas alfandegárias aos tecidos estrangeiros mas, tudo indica que já em 1829, a situação na Fábrica do Jacinto era bem diferente da de 1812.

Nessa data (Inquérito de 1829), "aprontava-se", anualmente, na sua Fábrica de Manufacturas d'Algodão da rua da Paz, uma obra importante e diversificada:

Lenços d'algodão	800 Dúzias
Sahotes d.to	1 600 Dúzias
Chales d.to	100 Dúzias
Gangas	1 600 Covados
Baetinhas	72 000 Covados
Chitas 9 000Covados	
Cobertores	400
Riscados e Gingans...	24 000 Covados
Algudão em fio	600 @ ?

Ocupava 3 Mestres, 28 Oficiais, 6 Aprendizes e 18 Serventes e "por fora da m.ma Fábrica a trabalhar p.a a ditta, 16 homens e 30 m.res". Consumia diversos produtos para tingir e 1 600 arrobas de algodão em pluma e 700 em fio. É o próprio Jacyntho que assina o mapa da sua fábrica, incluida nos Fabricantes do Largo Lavor e Lizo, neste "inquérito" de 1830.

Só quinze anos mais tarde, através do Inquérito de 1845, podemos avaliar de novo a situação da Fábrica. Nas manufacturas de Algodão era a maior em número de operários. Empregava 120 dentro da fábrica e "tem fora 180 Dovadeiras e Tecedeiras". Sabemos depois que,na Exposição da Indústria em 1849, Jacyntho "expôz differentes córtes de cutins e cardasos para colletes de variados lavores e

coloridos, que pelo bom gosto de seus padrões e perfeito acabamento são dignos de louvor".[538]

Em 1852, de acordo com o inquérito industrial, tinha já um segundo estabelecimento, de fiação a vapor, próximo do primeiro, com frente para a rua da Torrinha. O primeiro na cidade do Porto, como se disse. Teria sido posto a laborar em 1850, data de aquisição da máquina a vapor de origem inglesa[539]. Nele trabalhavam 54 operários (9 homens, 14 mulheres e 31 menores). Na tecelagem, curiosamente, havia um número inferior ao declarado em 1845, apenas 83 operários, correspondendo a 45 homens e 38 menores, não enumerando mulheres o que leva a concluir que se continuava a recorrer essencialmente ao trabalho ao domicílio.

Olhando para o Porto industrial de meados de Oitocentos, retratado naquele inquérito de 1852, a Fábrica do Jacinto pode ser tomada sózinha como protótipo das principais tendências da época: é téxtil algodoeira, periférica, grande, recruta os seus operários preferentemente entre os menores e as mulheres e inicia um processo de integração vertical, introduzindo o segmento a montante da tecelagem, a fiação, com a aquisição de novas tecnologias (máquina a vapor).

Em 1815, Jacyntho casou com D. Maria Francisca da Conceição de Magalhães e em 1816, nasceu o primeiro de doze filhos, António,[540] que se iria tornar, mais tarde, o único proprietário das fábricas de seu pai.

Dos doze filhos de Jacyntho, apenas quatro terão estado de alguma forma ligados à Fábrica: António, José, Henrique e Lourenço. José e Henrique morreram em vida do pai e quando este ainda dirigia as fábricas.

António e Lourenço, por seu turno, continuaram, vindo a constituir, em 1853, uma sociedade, "Silva Pereira e Irmão", para a qual passaram os dois

---

538 Sociedade Promotora da Indústria Nacional - *Exposição da Indústria em 1849* . Lisboa: Typ. da Rev. Universal Lisbonense, 1850. p.105.

539 *Inquérito Industrial de 1865* : Actas das Sessões...p.181

540 24 Abril de 1816. A.D.P. - S.R.C. Cedofeita. Mistos L.os 9 a 11.

estabelecimentos fabris,[541] por trespasse que lhes fizera o pai "em consequência de suas molestias e avançada idade".[542]

Não será longa porém a vida desta sociedade "Silva Pereira e Irmão", dissolvida em 1858,[543] com a venda da posição de Lourenço a António. Assim, dois anos após a morte de Jacyntho,[544] ocupava o seu lugar, o filho António, único proprietário agora dos dois estabelecimentos fabris fundados por seu pai. Um deles, a fiação a vapor, na rua da Torrinha, viria a ser destruído por um incêndio em 5 de Fevereiro de 1861, mas levantado de novo no final do mesmo ano.[545]

A existência de quase duas dezenas de títulos publicados por António da Silva Pereira de Magalhães, bastariam para nos apercebermos de que não se trata apenas de um fabricante de tecidos de algodão do Porto, no século passado. É difícil traçar com objectividade o perfil deste homem! Tinha uma personalidade fortíssima a avaliar pelo teor apaixonado dos seus escritos. Exaltados, radicais, panfletários (?) e demagógicos (?). Não teve uma existência pacífica. Medir a sua imporância real nos meios políticos e nas élites industriais e financeiras da época é também arriscado. Temido ou respeitado? Portavoz de uma classe ou, pelo menos, de um grupo?

A burguesia portuense da época estava longe de constituir uma classe homogénea e solidária.[546] Mesmo dentro dos industriais, ou fabricantes, existiam duas atitudes antagónicas: uns, onde parece situar-se António da Silva Pereira Magalhães, moviam-se claramente na esfera da produção, representando em última instância, o sector; aos outros, os "capitalistas passivos", como alguns autores os designam,[547] viviam do mercado de capitais da época, emprestavam dinheiro a juros e/ou dedicavam-se a actividades comerciais diversas desde os negócios do vinho do Porto aos "panos".

---

541 Escritura particular de 4 de Setembro de 1853, como consta da escritura de dissolução da sociedade. A.D.P.-S.N. Po.8°.L°504.fls.47.

542 *Resposta de Silva Pereira e Irmão ao convite feito pela Comissão Central para a exposição portuguesa* . Porto: Typ. de j.L. de Sousa, 1855,p.1.

543 A.D.P.-S.N. Po.8°.L°504.fls.47.

544 Jacyntho da S^a P^a morreu em 20 de Maio de 1856 . A.D.P.-S.R.C. Cedofeita . Óbitos L°4.

545 Escritura Notarial de Doação de 7 de Outubro de 1886. A.D.P. -SN-Po.10° L° fls15 a 18.

546 CAPELA, José - *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900)*. Porto: Ed. Afrontamento, 1975.

547 DAUMARD, Adéline – La société bourgeoise en France ao XIX.e siècle. Porto. *Revista de História*. Vol.IX. 1989. P.247-266.

"É tão forte, tão profunda a minha convicção de que não podemos ser felizes sem indústria e de que não podemos ter indústria sem protecção, que todas as vezes que posso proclamar estas ideias e acho quem as acolha bem, sinto um prazer indizível."[548]

De facto, os seus artigos e cartas proliferam na imprensa local; publicou opúsculos e livros; fez traduzir o "Ensaio sobre a Liberdade do Comércio das Nações" de Charles Gouraud,[549] de que muito se orgulhava; e em todos os seus escritos, uma ideia chave se repete: contra o livre-câmbio, em defesa da protecção pautal da indústria. Para ele, "liberdade sim, mas liberdade de produzir". Elogiou e enalteceu o papel do duque de Palmela, de Mouzinho da Silveira de Passos Manuel e do Ministério de 1841, conhecido pelo do Conde de Thomar.

"D'esta opressão (inglesa) nos livrou felizmente o nunca assás chorado duque de Palmella, em 1835, por meio das suas hábeis negociações diplomáticas.... foi elle mesmo que mandou confeccionar as pautas que o nosso exímio patriota, o Ex.mo Passos (Manoel), teve a glória de publicar em Janeiro de 1837, para principiarem a ter vigor, de 10 de Abril do mesmo ano em diante... recebendo novo alento pela reforma de 1841, que melhorou aquela benéfica e abençoada providência". [550]

Criticou políticos, dirigiu-se-lhes em cartas e jornais e não se cansou de acusar a Inglaterra nas suas acções de colonialismo económico.

"Desde os patrióticos tempos de Passos Manoel até à calamitosa epoca actual do indifferentismo egoístico, quase todos os ministros, e outros homens eminentes que dirigem ou influem nos altos interesses da Nação, tem sido por mim importunados".[551]

Os mais atingidos foram Alexandre Herculano, Rodrigues de Freitas e Oliveira Martins. Este último chegaria mesmo a ripostar-lhe, numa carta publicada no jornal

---

548 MAGALHÃES, António da Silva Pereira - *Exposição Industrial dirigida ao Ill.mo Snr. Dr. Eugénio Ferreira Pinto Basto*. Porto: Associação Industrial do Porto: 1853. p.18.

549 GOURAUD, Charles - *Ensaio sobre a Liberdade do Comércio das Nações*. Porto: Typ. da Imprensa, 1859.

550 MAGALHÃES, António da Silva Pereira - *Exposição Industrial dirigida ao Ill.mo Snr. Dr. Eugénio Ferreira Pinto Basto*. Porto: Associação Industrial do Porto: 1853. p.7.

551 MAGALHÃES, António da Silva Pereira - *1780-1880 : A liberdade que governa; a liberdade que desgoverna: carta ao Ill.mo e Ex.mo Snr. Manoel Pinheiro Chagas , Ministro da Marinha e do Ultramar*. Porto: ed.a., 1883.p.4.

"A Moda", de Lisboa e que António da Silva Pereira Magalhães faria reproduzir no Primeiro de Janeiro no Porto.[552]

Em duas colectâneas viria a reunir os seus escritos mais significativos: "O Proteccionista (como era conhecido)[553] e os Livre Cambistas" e "A Sciencia Economica de Asneiros". Na introdução do primeiro escreveu: "moveu-me primeiro que tudo o desejo de legar a meu filho, devidamente coordenadas, essas obrinhas, para que elle leia, decore, examine e se compenetre bem de doutrinas úteis ao seu paíz, e seja o continuador, perseverante, como eu fui, das lições e das ideias transmitidas por seu fallecido avô".

Morreu em 1900. Antes escreveu ainda: "o Livre-Câmbio bateu em retirada por toda a parte; e eu encontro-me agora em excelente companhia".[554]

Ele terá sido, na prática, o fundador do segundo estabelecimento fabril de seu pai, a fiação a vapor da rua da Torrinha, com máquinas inglesas, que importou. Quando em 1865, se iniciaram as consultas aos industriais com o objectivo de preparar a exposição internacional do Porto, era portanto António quem dirigia e possuia os dois estabelecimentos da então já conhecida como "Fábrica do Jacinto". Era oportuno o inquérito e as perguntas que lançava cobriam aspectos importantes da produção, praticamente desconhecidos até aí. Não o poderemos no entanto tratar como Inquérito Industrial propriamente dito, como já se disse, por cobrir apenas uma fatia muito reduzida da estrutura produtiva local.

A Fábrica do Jacinto integrava então (nos dois estabelecimentos), fiação a vapor, tecelagem, tinturaria e acabamentos. "O algodão entra em bruto nos meus estabelecimentos e sae em tecido completo".[555] Empregava 74 operários, na fiação (14 homens, 30 mulheres e 30 raparigas) e 680 na tecelagem e tinturaria (180 homens, 450 mulheres e 50 rapazes).[556] A fiação produzia essencialmente fio para a tecelagem, vendia parte para fora e exportava "pouco" (sic) para o estrangeiro; os tecidos destinavam-se ao país e ao estrangeiro e os preços de venda estariam

---

552 O Primeiro de Janeiro de 7 de Novembro de 1884.

553 "Felizmente eu sou bem conhecido no Porto e em todo esse paíz pelo 'proteccionista' e tenho n'isso muita satisfação e honra". Carta de A.S.P.Magalhães a Duarte Gustavo Nogueira Soares, publicada no Jornal da Associação Industrial Portuense de 17 de Março de 1860.

554 MAGALHÃES, António da Silva Pereira - *Anarchia Pautal - Exigência dos Estampadores*. Porto: ed.a., 1887. p.10.

555 *Inquérito Industrial de 1865* - Actas das Sessões da Commissão de Inquérito - Conselho Geral das Alfandegas. Lisboa: Imprensa Nacional,1865.p.182

556 "Não entram nestes números caixeiros e empregados superiores". Ibidem.

condicionados pelas oscilações internacionais do preço do algodão em rama. Do questionário ressaltam ainda três pontos importantes em relação respectivamente aos direitos alfandegários, das matérias primas e dos produtos acabados, à obtenção de capitais nos estabelecimentos de crédito e à acção das escolas industriais.

Em relação ao primeiro, António não perdeu naturalmente a oportunidade de repetir a sua opinião acerca do papel das pautas e a sua posição de "proteccionista"; quanto aos capitais e às escolas industriais as suas opiniões são também críticas. "Os estabelecimentos de credito não se fundaram para ajudar fábricas, nem outras quaesquer emprezas, mas sim para auferir lucros aos seus accionistas...", diria.[557] E, mais adiante: "Não me consta que estas escolas (industriais) tenham dado discipulos com conhecimentos especiais sobre fiação".[558]

E quando em 1881, é lançado o que viria a tornar-se no mais importante inquérito industrial dos inícios da nossa industrialização, António da Silva Pereira Magalhães encontrava-se ainda à frente da Fábrica de Asneiros, como ali é designada.

A Fiação e Tecidos de Algodão constituia, como era de prever "talvez a mais grave (espécie) de todos os ensaios industriaes do Porto".[559] Uma marca fundamental modificara o cenário de 1852 : a existência de algumas novas grandes fábricas. Eram 9 agora as Fábricas do Distrito (4 das quais na cidade) todas fundadas depois daquela data, à excepção de Asneiros.

Lançado com o objectivo imediato de reformular a Pauta Geral das Alfândegas, de acordo com o Tratado de Comércio com a França que se preparava, o inquérito visava não só um diagnóstico preciso da situação da indústria como ainda auscultar a opinião dos industriais acerca das taxas que respectivamente mais lhe convinham. Parece porém, pelo menos no caso do Porto, que o processo terá sido conduzido de forma um pouco enviesada. Quanto ao levantamento propriamente dito,não podemos deixar de apreciar a sua precisão, como já foi dito no ponto 3.1.2.1.. A imagem que já anteriores documentos e

---

557 Ibidem

558 Ibidem

559 *Inquérito Industrial de 1881*. p.117.

inquéritos davam do Porto como uma "vasta oficina", é aqui pormenorizadamente descrita e muitas vezes quantificada.

Quanto à questão das pautas, não parece ter sido dada grande atenção às propostas dos industriais ou avaliadas as eventuais alterações em função de uma política industrial propriamente dita; antes transparece o objectivo mais imediatista de "impor" um projecto pré-concebido a nível central, marcado essencialmente por preocupações fiscais.

"Não estranho o pedido (aumento de 125 réis para 250 réis por Kilograma, no direito do pano cru), e apoiá-lo-ia até, se do seu deferimento não proviesse para o thesouro publico um prejuízo de perto de 500:000$000 réis".[560]

Os problemas da indústria portuguesa não se esgotariam porém na polémica oitocentista do proteccionismo (ou pombalismo como lhe chamam neste inquérito), versus livre-câmbio e estendiam-se a outros sectores da vida e economia do país, fortemente condicionadas por conjunturas internacionais. Muito da atribulada história da nossa indústria se ficaria, sem dúvida, a dever à sistemática actuação exclusiva sobre as pautas (ora num ora noutro sentido).

Quanto a Asneiros em 1881, verifica-se que a sua dimensão e modernidade tinham sido ultrapassadas, pelo menos por Salgueiros, fundada em 1880, "estabelecimento construído inteiramente novo sob um plano bem concebido".[561]

"O motor de Salgueiros é o mais bello exemplar de machina a vapor do districto, e porventura até de todo o reino" .[562]

Asneiros, ao lado da fiação, tecnicamente bem apetrechada "mas um tanto deficiente sob o ponto de vista da limpeza",[563] mantinha a antiga tecelagem, "galeria velha contendo teares de madeira".[564] Em termos de produtividade, ficava aquém de algumas das outras. Pioneira que fora na instalação de novidades tecnológicas e apesar da sua grande dimensão, distinguia-se das outras, pela sua produção não se restringir aos limites físicos da fábrica. Mantinha antes um sistema misto, recorrendo, sob diversas formas ao trabalho ao domicílio. A par dos 41 teares que funcionavam dentro do

---

560 Idem, p.314.
561 Idem, p.120
562 Idem, p.126.
563 Idem, p.120.
564 Idem, p.120.

estabelecimento, o inquérito estima que possuísse 229, trabalhando fora, por sua conta, em casa dos tecelões e uns 800, num regime semelhante, em que os tecelões vinham comprar o fio à fábrica, para depois lhe venderem o tecido, pago, por sua vez, em fio e dinheiro.

"O fabricante de Asneiros passa por ser o maior entre os muitos que d´esta forma fazem funcionar a tecelagem manual no Porto".[565]

Não podemos assim avaliar a produtividade de Asneiros apenas a partir dos dados referentes ao interior da fábrica, como nas outras. Nos primeiros trinta anos da segunda metade do séc.XIX, período entre os dois inquéritos industriais de 1852 e 1881, parece pois ter-se iniciado uma nova reconversão na fileira. Surgiram novas fábricas de grande dimensão, com características distintas das anteriores, das quais a Jacinto teria sido o paradigma mais representativo e de maior dimensão. Paralelamente verifica-se uma sobrevivência (ou mesmo proliferação) da pequena indústria caseira, subsidiária da grande e o (consequente?) aniquilamento da média. Nem sempre a grande fábrica recorria ao trabalho ao domicílio como se viu na do Jacinto. Pelo inquérito de 1881, ficamos até com a sensação de que é o único que o faz em larga escala. Quem efectivamente "dirige" essa imensissima massa difusa de tecelões caseiros, eram os chamados "fabricantes", comerciantes de facto, muitas vezes sem fábrica, outras com pequenas oficinas de fiação ou tinturaria.

"Esses fabricantes são todos, póde dizer-se, operarios que passaram a patrões, ou filhos de antigos trabalhadores afortunados. Ha-os muito opulentos".[566]

António da Silva Pereira de Magalhães viveu na rua da Paz, nas casas levantadas por seu pai, à face da rua, por trás das quais estava a primitiva fábrica. Ele próprio ainda mandaria construir uma outra, contígua, em 1870 (actual nº do

---

[565] Idem, p.148.

[566] Idem, p.148.

É curioso ver que dentre estes fabricantes, a Comissão de Inquérito vai visitar as oficinas de José Carneiro de Mello e Bahia e Genro, dois nomes com grande tradição , uma vez que desde 1812 que nos aparecem proprietários de fábricas das duas famílias: João Carneiro de Mello fundou a sua fábrica em 1837; em 1845 tinha 17 operários e em 1852, 99, número muito significativo; em 1852, figuravam no inquérito, além do mesmo João Carneiro de Mello, José e Manuel, provavelmente filhos do primeiro. Quanto aos Bahia, surge-nos o primeiro no Mapa de Acúrsio das Neves, em 1812 - Jaima Bahia - com uma fábrica de tecidos de seda; em 1845, temos João Baptista Bahia, com um estabelecimento de tecidos do largo com 8 operários, fundado em 1843, o qual existia ainda em 1852, com 18 operários; em 1852, além de João Baptista, temos José António (tecidos de seda), Domingos José (tecidos de algodão) e Domingos José Junior (Tecidos de algodão), com respectivamente 4,29 e12 operários.

Largo de Sá Pinto). Do que fora quinta e passais da Colegiada de Cedofeita, actualmente ainda um único quarteirão indiviso, pertencia-lhe quase na totalidade a área construida, segundo a carta da cidade de Telles Ferreira de 1892. Seguindo as designações desta carta, podem ver-se a primitiva fábrica e moradas de casas da rua da Torrinha desde o cruzamento com a rua da Paz até ao entroncamento da rua da Piedade; a nova fábrica de fiação, perfeitamente destacada como a maior mancha construida, no lado norte da rua da Torrinha entre aquele entroncamento e a rua da Carvalhosa e finalmente sobre esta última, penetrando para o interior do quarteirão, as construções correspondentes às ilhas de operários (Ilha do Jacinto). Dito de outra forma, no final do século, a Fábrica do Jacinto ocupava o que outrora fora Passais de baixo ou Campos da Arioza, com os estabelecimentos fabris, moradas de casas dos proprietários e ilhas de operários.

1.5. Da Parceria à S.A.R.L.

Em 28 de Outubro de 1886, foi constituida uma Parceria de Responsabilidade Limitada, sem firma, denominada "Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto", com sede na rua da Torrinha, na cidade do Porto, entre os sócios: Dr. Jacinto da Silva Pereira de Magalhães, António e José da Silva Marinho, António José Gomes Samagaio, António Marinho e António da Silva Barbosa.[567]

O capital da Parceria era de 100 contos, distribuidos da seguinte forma: Dr. Jacinto de Magalhães, 50 contos; António da Silva Marinho, 15 contos; José da Silva Marinho, 15 contos; António J. G. Samagaio, 10 contos; António Marinho, 5 contos; António M. Barbosa, 5 contos.

A constituição desta parceria, corresponde basicamente à ligação de dois nomes da indústria téxtil da rua da Torrinha: António da Silva Pereira de Magalhães e Francisco Marinho, nas pessoas dos seus herdeiros.

O Dr. Jacinto de Magalhães, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, filho de António da Silva Pereira de Magalhães,[568] recebeu por doação, deste último e por conta da sua legítima, a Fábrica da rua da

---

567 Escritura Notarial de 28 de Outubro de 1886. Tabelião Thomaz Megre Restier. A.D.P.-S.N., PO-10°, L° 76 Fls 47 a 49.

568 António da Silva Pereira de Magalhães teve ainda uma filha, Maria Carolina de Magalhães, depois Santiago, que nunca viria a ter qualquer ligação à Fábrica. Morreu aliás, sem descendência.

Torrinha, em 7 de Outubro de 1886,[569] dias antes portanto da constituição da Parceria.

A Fábrica da Torrinha, tinha no entanto sido destruida por "um incêndio causado por uma faísca eléctrica na manhã do dia vinte e sete de Janeiro último e do qual só ficaram as paredes, mas que para a laboração da nova fábrica precisam ser novamente construidas por terem ficado bastante arruinadas pelo fogo".[570] António da Silva Pereira de Magalhães, que já em 1861, depois de um primeiro incêndio, havia reconstruido a sua sua fábrica, estava agora, pela "avançada idade....e pelo pezar que lhe ocasionou o segundo incêndio, ... resolvido a não a reedificar mais e a vender o terreno".[571] Porém, "seu filho lhe manifestara a vontade que tinha de montar uma nova fábrica, reedificando novamente o mesmo estabelecimento industrial fundado por seu avô, o Senhor Jacintho da Silva Pereira....atendendo a que tal resolução é de vantagem para todos, deliberara doar-lhe o terreno e pertenças".[572]

Esta vontade do Dr. Jacinto de Magalhães traduziu-se finalmente, na associação da sua capacidade financeira à aptidão técnica dos "Marinhos", levando-os à constituição da Parceria.

Provavelmente por influência do pai, o Dr. Jacinto associou-se aos filhos e genros de Francisco Marinho,[573] ao tempo, todos fabricantes de tecidos de algodão nas ruas da Piedade e Torrinha.

O nome de Francisco Marinho, não nos surge em nenhum dos inquéritos industriais, manuscritos ou publicados, do século passado, mas, pelo menos em 1844, já ele vivia e era fabricante na rua da Paz.[574] E mesmo seu pai, António Marinho, já era natural da freguesia de Cedofeita.[575] Em 1871, a mulher, Joaquina da Silva Ferreira, já viúva, constituiu uma sociedade com os seus dois filhos, António

---

569 Escritura Notarial de Doação: A.D.P., S.N., Po-10°, L°, Fls 15 a 18

570 Idem.Ibidem

571 Idem.Ibidem

572 Escritura Notarial-A.D.P., S.N., Po-10°, L°79, Fls 15 a 18

573 Que se conheciam e tinham relações, pelo menos, de amizade, prova-o o facto de terem sido padrinhos de baptismo dos dois filhos mais velhos de Francisco Marinho, os filhos de Jacinto Sª Pereira, António da Silva Pereira de Magalhães e sua irmã, Maria Perpétua (A.D.P., S.R.C., L° 5 Baptismos Cedofeita).

574 Escritura Notarial de Quitação (para pagar tornas de partilha ao irmão da mulher), de 4 de Junho de 1844. A.D.P.-S.N. Po-10°, L° 5 Fls.122-122v.

575 Registos de baptismo de netos de António Marinho. A.D.P. S.R.C. vários livros.

e José, com fábrica de tecidos de algodão, na rua da Piedade,nº 31, sob a firma " Viúva Marinho e Filhos".[576] Sociedade que viria a ser dissolvida em 1877, mantendo-se no entanto a mesma firma, para uma sociedade constituida na mesma data, apenas pelos filhos António e José da Silva Marinho.[577] Curiosamente, estes últimos aparecer-nos-ão, pela primeira vez, apenas no Inquérito Industrial de 1892.

Em 1886, associaram-se então ao Dr. Jacinto de Magalhães, os irmãos António e José da Silva Marinho, e os cunhados destes, António José Gomes Samagaio, António Moreira Barbosa e António Marinho, casados respectivamente com Emília, Rita e Rosa da Silva Marinho, todos eles, ao tempo, fabricantes de tecidos de algodão. A quota de António J. G. Samagaio, superior à dos dois últimos, sugere uma posição diferente. De facto, já constavam do inquérito industrial de 1852, ele e o pai, com estabelecimentos de tecelagem. De António Marinho nada se sabe em relação a actividades anteriores ao casamento com Rosa Sª Marinho. António Moreira Barbosa, em 1881, quanto fez um contracto antenupcial com Rita da Sª Mª, era negociante, morador na rua dos Mártires da Liberdade e declarou que não possuia bens alguns[578].

A Parceria estabelecida em 1886[579], de Responsabilidade Limitada, tinha como fim a fiação e tecelagem de algodão, podendo vir, como veio, a alargar-se a outros sectores como a torcedura, branqueamento e tinturaria; a venda ou cedência de quotas ou a saída de algum sócio, ficava condicionada ao consentimento de todos; nem a falência ou morte de um sócio levava à sua dissolução, que ocorreria apenas, se os prejuízos atingissem três quintos do capital; a duração da Parceria seria de dez anos, se antes não fosse dissolvida; a gerência, remunerada, ficava entregue aos sócios Dr. Jacinto de Magalhães e António da Silva Marinho, ocupando Samagaio, o lugar de gerente substituto; só se poderiam tomar deliberações em assembleias onde estivessem representados pelo menos, dois terços do capital, sendo as decisões tomadas por maioria de votos (um voto para cada cinco contos); os aumentos de capital que viessem a ser feitos teriam de ser proporcionais às respectivas quotas.

---

576 Escritura Notarial .A.D.P.-S.N. Tabelião António Luiz Monteiro Jr., 26 de Maio de 1871. L°547 Fls31v.

577 Escritura Notarial: A.D.P., S.N. Po-10° 17 de Janeiro de 1877

578 Escritura Notarial A.D.P. S.N. Po-10° L° 46 fls29

579 Notas do Tabelião T. Megre Restier L°76 Fls.47 a 49

Para a constituição da Parceria todos os sócios tinham contribuido com capital "em metal", à excepção do Dr. Jacinto de Magalhães, cuja quota correspondia a 20 contos em metal, 22 contos em máquinas e acessórios e 8 contos em terreno.

A cláusula mais relevante é, sem dúvida, a que impunha a representação de dois terços do capital, nas assembleias deliberativas e que condicionava todas as decisões à presença do Dr. Jacinto.

Em Fevereiro de 1887, foi requerida à Câmara do Porto a reconstrução da Fábrica da Torrinha,[580] que terá, em curto espaço de tempo, recomeçado a laborar.

Em 1892, ter-se-à dado a primeira expansão da Fábrica, para terrenos contíguos, comprados pela Parceria ao Dr. Jacinto de Magalhães, que os acabara de herdar.[581]

E, em 1895, inicia-se um processo de aquisição de terrenos, onde se viria a implantar a grande unidade da rua da Piedade, à Praça da Galiza.

Primeiro, foi comprado, em Agosto de 1895, um terreno com frente para a rua da Piedade, números 14 a 74, e rua do Vilar,[582] onde imediatamente se terá construido um primeiro edifício da Fábrica, já que é de 7 de Novembro de 1895 a Licença passada pelo Administrados do Bairro Ocidental do Porto (Reprodução no fim do capítulo).

Em Dezembro do mesmo ano, são adquiridos terrenos à Marqueza de Monfalim, contíguos ao primeiro.[583] E em 1896, foi construido um edifício à face da rua da Piedade, para escritórios e depósitos da Fábrica.[584]

Dois anos depois, em 1898, foi comprado o terreno das "Lugarinhas", completando-se assim a área que a Fábrica da rua da Piedade viria a ocupar e

---

580 A.H.M.P. Plantas de Casas L° 101, Fls 91

581 "Terreno sito atrás da Fábrica da Parceria .... com a entrada por um portão da rua da Torrinha, n°228,.....de natureza allodial" Escritura notarial de 7 de Abril de 1892. A.D.P.- S.N. Po-10°. L°101,Fls,91.
E escritura notarial de partilha amigável entre o viúvo e filhos da finada D. Roza da Silva Pereira de Magalhães, em 26 de Março de 1898. A.D.P. -S.N.- Po-10° , L° 101, Fls 81v.

582 A.D.P. -S.N. Po-10° L° 123 Fls 25v.

583 A.D.P.-S.N. -Po10° -L°123 Fls 25v

584 Requerimento à Câmara do Porto de 15 de Fevereiro de 1896
A.H.M.P. Livros de Plantas L° 137- Fls 241 a 245

que corresponde à quase totalidade do quarteirão, ainda hoje fechado, limitado pelas ruas D. Manuel II, Piedade e Vilar.

Em 1901, procedeu-se ao primeiro aumento de capital.[585] Naltura tinha já morrido António Marinho e eram sócios os seus filhos Francisco e Jacinto. O aumento de capital foi totalmente efectuado pelo Dr. Jacinto de Magalhães, sem que isso alterasse as proporções de cada parceiro, estabelecidas em 1886, e correspondeu a 16 contos de réis, valor de "duas ilhas ou grupos de casas para habitação de operários" que transferiu para a Parceria. Tratava-se de duas "ilhas", em Cedofeita, uma na rua da Carvalhosa, números 47 a 65, composta por 37 casas e outra na rua da Torrinha, números 206 a 226, composta por 14 casas, herdadas, anteriormente, pelo Dr. Jacyntho e foreiras da Colegiada ou Priorado de Cedofeita.[586] Curiosamente, seis anos depois, "a gerência da Fábrica resolveu = a bem da hygiene publica = mandar demolir a referida ilha (a da Torrinha) pelos operários que constantemente tem ao seu serviço".[587]

E a Parceria terá continuado até 1914, data da sua dissolução, sem qualquer alteração. O gerente de facto, terá sido António da Silva Marinho, iniciando-se com ele, um processo de transferência para a família "Marinho", da gestão da Fábrica que duraria praticamente até 1974 e que viria a ser acompanhada por uma correspondente maioria relativa no capital.

Em 8 de Novembro de 1908, D. Manuel II visitou o Porto e na capa da Illustração Portuguesa do dia 17, surgiu uma fotografia do Rei com António da Silva Marinho, sobre o título "Duas Realezas" ! Mais de cem anos tinham passado sobre o primeiro tear de Jacyntho da Silva Pereira e quase outros tantos irão passar sobre a que viria a ser então e durante várias décadas, conhecida pela "Fábrica dos Marinhos"!

A ligação do Dr. Jacinto à Fábrica, durante o tempo da Parceria, não foi de forma alguma técnica. Com efeito, o Dr. Jacinto era basicamente o que naltura se designava por "capitalista", ocupando-se a gerir a sua fortuna pessoal, ainda que com particular dedicação ao desenvolvimento da Fábrica. Não era um industrial, nem tinha sensibilidade para estratégias de organização da produção. Provavelmente preocupava-se exclusivamente com os dividendos da Fábrica. O

---

585 Escritura Notarial. A.C.P.-5º Cartório Notarial do Porto. Lº 164-Fls.83v a 85v.

586 Idem

587 Requerimento à Câmara do Porto.

desenvolvimento global da fileira têxtil, no Porto, encontrava-se porém num momento de profunda reconversão e a Fábrica do Jacinto manter-se-à agarrada a um modelo organizativo que entrava num processo de depreciação.

Essas alterações estruturais não se iriam reflectir directamente na prosperidade da Jacinto, a qual se manterá ainda por muito tempo, devido a factores conjunturais que foram assegurando uma procura crescente de tecidos, nomeadamente a expansão dos mercados africanos.

Da rua da Paz, onde nascera, o Dr. Jacinto muda-se para a rua da Saudade, nº36, para a "Quinta Inglesa", que comprara em 1888 e fora de George Hastings[588], hoje ocupada pelo Centro Comercial Parque Itália, na rua de Júlio Diniz. Era mais uma das quintas foreiras, do domínio directo do do D. Prior de Cedofeita . Ali viverá até 1936, ano da sua morte e ali nascerão as suas duas únicas filhas, Mafalda e Mariana. Casou com D. Maria José Brandão de Melo, de quem se divorciou.

Quanto aos irmãos António e José da Silva Marinho, constituiram uma sociedade comercial, " para a exploração do negócio de compra e venda de fazendas brancas",[589] em 1895, com Albino Fernandes, com a firma Albino Fernandes e Marinhos, com sede na Praça dos Voluntários da Rainha, nº8 a 10 (actual Praça de Carlos Alberto).

1914 marcou a primeira alteração profunda na associação das duas famílias - Magalhães e Marinhos. No mesmo dia, 3 de Fevereiro de 1914, foi dissolvida a Parceria,[590] constituida seguidamente uma Sociedade Comercial por Quotas, de responsabilidade limitada,[591] sob a mesma denominação "Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto (agora),Lda" e, numa sequência de três escrituras de cessão de quotas, feita uma distribuição percentual do capital, diferente da existente anteriormente, da qual resultaria uma maioria para a família Marinho, que passou a deter, em conjunto, 60% do capital social.[592]

À data da dissolução, tinham morrido já três sócios. Os filhos de António Marinho, Francisco e Jacinto, detinham agora a quota do pai; a viúva e filhos de

---

A.H.M.P. Livros de Plantas L° 207 Fls.45 (Demolir ilha)

588 Escritura Notarial A.D.P. S.N.- Po 10° L°86 Fls 30v.

589 Escritura Notarial A.D.P. S.N. Po 10° L° 122 Fls95.

590 Escritura Notarial A.D.P. S.N. Po - 4° , L° 845 Fls.30v.

591 Escritura Notarial A.D.P. S.N. Po - 4° , L° 845 Fls 38v.

António Moreira Barbosa, detinham a respectiva quota e António da Silva Marinho herdara a quota de seu irmão José, também já falecido, que não tinha filhos.

Na constituição da Sociedade Comercial por quotas, a distribuição do capital (600 contos) foi ainda (como na Parceria) de 50% para o Dr. Jacinto e 50% para a família Marinho, mas distribuidos internamente, da seguinte forma: Dr. Jacinto de Magalhães, 300 contos (50%); António da Sª Marinho,180 contos (30%); António J.G.Samagaio, 60 contos (10%); Franc.Sª Marinho,15 contos (2.5 %); Jac. Sª Marinho, 15 contos (2.5 %); Rita da Sª Mº Barbosa, 15 contos (2.5 %); Ant.Sª Barbosa, 5 contos (0.8%); Alice Sª Barbosa, 5 contos (0.8 %); Joana Sª Barbosa, 5 contos (0.8 %).

A Sociedade tinha por objectivo exercer a indústria de fiação e tecidos, tinturaria , estamparia e branqueação, explorando, para isso, as fábricas que se achavam estabelecidas nas ruas da Piedade, 96 e da Torrinha, 278. Além das disposições necessárias e usuais neste tipo de sociedade, ficou estabelecida uma cláusula com particular interesse, que diz respeito à administração, a qual seria exercida por uma gerência de três membros, sócios ou estranhos à sociedade, ficando desde logo designados para tal, os sócios António J. G. Samagaio e Francisco da Silva Marinho e Alfredo Neves da Silva Marinho.

Imediatamente após a constituição da nova Sociedade, são feitas cedências de quotas.

Primeiro, o Dr. Jacinto cedeu, da sua quota, aos filhos de António da Silva Marinho: 24 contos a Alfredo Neves da Sª Marinho; 12 contos a Emília da Sª Marinho; 12 contos a Henrique da Sª Marinho e 12 contos a Alberto da Sª Marinho.

Segundo, António da Silva Marinho cedeu, da sua quota: 9 contos a Francisco da Sª Marinho;3 contos a Jacinto da Sª Marinho; 2 400 escudos a António J. G. Samagaio.

Terceiro, Rita da Silva Barbosa e filhos cederam, das suas quotas: 1 800 escudos (da primeira) e 1 800 escudos (dos filhos) a António J. G. Samagaio.

Assim se deu a entrada dos filhos de António da Silva Marinho na Sociedade, ficando a distribuição percentual do capital, da seguinte forma:

1. Dr. Jacinto 40%;

---

592 Escritura Notarial A.D.P. S.N. Po - 4º , Lº 845 Fls 44 e seguintes

2. 2. Ant. Sª Mº 27.6 %; Alfredo N. Sª Mº 8%; Henrique, Emília e Alberto 4% cada um;

3.António J. G. Samagaio 11%

4. Francisco Sª Marinho 4%; Jacinto Sª Marinho 3%;

5. Rita da Sª Mº Barbosa 2.2%; Alice 0.7%;Joana 0.7%; António 0.7%

Todas estas alterações se vão acabar por saldar na obtenção de uma posição de relativa superioridade de Alfredo Neves da Sª Marinho que, a partir de então e, por um longo período, irá comandar os destinos da Fábrica. Ele foi afinal o herdeiro " moral" do pai (que por sua vez o fora, em certa medida, de António da Silva Pereira de Magalhães) que, desde os 70 anos (1900), abandonara a Fábrica para se dedicar a outras actividades como Vereador da Câmara do Porto e Provedor da Ordem do Carmo.

Alfredo Marinho terá surgido naquela época, como o mais apto gestor possível para a Fábrica. Por isso terá imposto o acesso ao capital e uma determinada distribuição. O Dr. Jacinto de Magalhães, com duas únicas filhas, ao tempo menores a viver em Lisboa com a mãe, sem capacidade para uma futura intervenção activa na Fábrica, viu a cedência da sua posição relativa como única alternativa possível para se manter integrado e talvez mesmo viabilizar, a sobrevivência do pequeno império levantado por seu avô, Jacyntho da Silva Pereira.

Nos dez anos que se seguiram, a Fábrica terá evoluido de forma próspera, sem que grandes alterações se tenham operado. Em 1924, deu-se um primeiro aumento de capital, de 2 400 contos, passando para 3 000 contos o capital social da Sociedade.[593] O aumento deu-se de forma proporcional às quotas que cada sócio detinha, mantendo-se as posições relativas.[594] O número de sócios era agora de 21, por morte de alguns dos primitivos fundadores e, com o Dr. Jacinto, estavam agora 20 sócios da família. Alfredo Marinho continuava a presidir na gerência.

A partir daí e talvez por duas dezenas de anos, a Fábrica conheceu grande prosperidade e aqueles que foram os seus melhores anos, em termos de distribuição de rendimentos aos sócios. A partir de então é difícil fazer uma análise

---

593 Diário do Governo nº 47 -III série - pag.6

594 José Neves da Silva Marinho, à data, já detinha uma quota de 12 contos, igual à dos irmãos, que o pai lhe havida cedido em 17 de Janeiro de 1923. A.C.P. Tabelião T. Megre Restier Lº 573 Fls 48v.

pormenorizada da evolução da produção e rendibilidade da empresa por falta de documentos.[595] Dois factores serão de qualquer forma, determinantes na evolução sofrida: a Segunda Guerra e o lançamento pelo Estado Novo, da Lei do Condicionamento Industrial.

Em termos jurídicos, a Sociedade por Quotas será transformada em S.A.R.L., em 1955.[596]

No mesmo ano, será "desactivada" a Fábrica da Torrinha, mais tarde destruida e ocupada hoje pelo grande conjunto do Centro Comercial da Torrinha.

Em 1958, será vendido o alvará referente a 10 104 Fusos, da Fábrica da Torrinha,[597] à Sociedade Teixeira de Melo e Filhos, L.da, a qual foi autorizada a transferi-los para o lugar de Baldante, freguesia de Ronfe, concelho de Guimarães, no vale do Ave.[598] Essa sociedade daria mais tarde origem a duas, uma das quais a Somelos. Também, neste momento, a Jacinto é um exemplo paradigmático dos efeitos do Condicionamento Industrial sobre a fileira têxtil. O controlo sobre a instalação de novos estabelecimentos fabris e a reconversão de máquinas, saldou-se num surto de grande crescimento da capacidade produtiva, acompanhado por uma transferência locativa da mesma. Assim, muitos dos pedidos de substituição de máquinas antigas, por novas, contínuos de fiação ou teares, solicitados por possuidores de alvarás antigos, destinou-se à posterior venda dos mesmos alvarás a terceiros que, de imediato, instalaram as novas máquinas noutras áreas. O processo dominante foi uma transferência do Porto, para o Ave, de novo, com características diferentes da ocorrida no início do século. Até certo ponto, este movimento pode considerar-se um efeito perverso do Condicionamento Industrial, ainda que consentido ou mesmo desejado.

Com o equipamento que conservava, a Fábrica do Jacinto, concretizou, nos anos sessenta um plano de transferência da fábrica da rua da Piedade para a periferia da cidade. Entre 1961 e 1964 foi comprada, na Maia, a Quinta da Ribeira,

---

595 Em 1974, foi destruído grande parte do arquivo da Fábrica não existindo documentos com data posterior a 1955 e até 1974.

596 Escritura Notarial de 30 de Março de 1955 no 2º Cartório Notarial do Porto.

597 D.R.M.I. Processo Rilei
Processo já destruido (!), como o foram todos os de fábricas canceladas antes de 1960 e já não existentes.

598 Boletim da D.G.S.I. nº 503 de 20 de Agosto de 1958

onde em 1966, a Câmara Municipal autorizou a instalação de uma fábrica[599] que, terá começado a laborar em 1973 e é hoje a única unidade da Sociedade, substituindo a da rua da Piedade.

Em 1973, é adquirido outro estabelecimento, a COTEL, Companhia Téxtil do Leça, S.A.R.L., em Santa Cruz do Bispo, Matosinhos, destinado a tinturaria.[600]

Mas o 25 de Abril de 1974 trará profundas alterações. A empresa começou por entrar num sistema de autogestão, decorrente da ocupação da Fábrica pelos operários com expulsão do conselho de administração, por alegadas irregularidades e má gestão. Em 1977, o Estado interveio e passaram a ser nomeados gestores públicos até 1979, data em que foi restituida aos antigos sócios. A situação interna da fábrica era muito deficiente, "a viabilização (desta) da Empresa, com a maioria das suas estruturas productivas antiquadas, situação financeira de profunda falência técnica e economicamente deficitária, implica completa revisão dos processos até aqui adoptados para garantir a sua sobrevivência".[601]

As condições para a restituição da empresa aos anteriores proprietários passaram, entre outros pontos, pela aceitação de compromissos pessoais por parte do chamado "Grupo de Lisboa", representado pelas filhas do Dr. Jacinto Magalhães e respectivos filhos. Desde a época em que o Dr. Jacinto cedeu parte da sua quota à família Marinho, nunca houve qualquer envolvimento da família Magalhães na empresa, nem parece que isso tivesse sido importante para o Dr. Jacinto. As filhas ficaram definitivamente em Lisboa, tendo casado, uma com o Marquez da Foz e outra com o Conde de Cabral, que o Dr. Jacinto não via particularmente vocacionados para a indústria têxtil e daí o ter cedido parte da sua quota aos Marinhos. É porém curioso constatar que foram precisamente os descendentes do Dr. Jacinto, o "Grupo de Lisboa" quem vai recuperar a empresa, reduzindo-se hoje em dia a quota da família Marinho a uns escassos 3% do capital.

A sede da Sociedade passou para a Quinta da Ribeira em 1984;[602] os anteriores estabelecimentos foram encerrados e destruida a fábrica da Piedade,

---

599 Livro de Actas da Câmara Municipal da Maia, L°90 - Fls97v.

600 Escritura Notarial de 27 de Setembro de 1973 no 7° Cartório Notarial do Porto.

601 Resolução do Conselho de Ministros n°125/79 - D.R. n°97 - 1ª Série - p.760 - 27/4/1979.

602 DR III Série n°239, 15 de Outubro de 1984.

mais tarde propriedade do Banco Borges e Irmão, por dação em pagamento de dívidas.

O capital social foi aumentado de 600 para 3 000 contos em 7 de Maio de 1987[603] e para 25 000 contos em 30 de Dezembro o mesmo ano,[604] com entrada de dinheiro fresco.

Os Estatutos iniciais foram alterados em 11 de Dezembro de 1979.[605] As alterações mais significativas dizem respeito à emissão de acções, agora passíveis de ser ao portador ou nominativas, o que anteriormente não era possível, embora haja apenas ainda acções nominativas.

---

603 DR III Série nº 113, 18 de Maio de 1987.

604 DR III Série nº 63, 16 de Março de 1988.

605 DR III Série nº 12, 15 de Janeiro de 1980.

2. RETRATOS BREVES DE OUTRAS "FÁBRICAS"

2.1. Explicação Prévia

"Estudar as regiões, estudando as empresas" é uma proposta metodológica que Ann MARKUSEN tem vindo a desenvolver para diferentes indústrias em diferentes regiões do mundo[606]. O estudo a partir das empresas para as indústrias e das indústrias para as regiões pressupõe alguns cuidados. Para poder inferir conclusões acerca do desenvolvimento das regiões a partir do estudo das empresas, não se pode apenas ter em conta os resultados das entrevistas e inquéritos às empresas e a observadores privilegiados, entidades e instituicões, mas é preciso cruzar essa informação com as fontes estatísticas secundárias.

Entre as estatísticas secundárias e os resultados do trabalho de campo, de auscultação às empresas há no entanto um grande vazio, que as hipóteses explicativas da evidência empírica procuram preencher, tentando um encaixe verosímil.

O que a seguir apresento é o resultado, sob a forma de breves resenhas históricas, de uma amostra de entrevistas às empresas industriais têxteis, completadas com alguma informação de monografias dispersas ou outras fontes bibliográficas. São breves sínteses históricas, sem o tratamento da *Jacinto*, com o objectivo de apresentar os pontos essenciais que levaram à tipologia anteriormente definida. Procurei reunir exemplos dos diferentes tipos de empresas analisadas anteriormente: das grandes sociedades sediadas no Porto, com instalações fabris no vale do Ave, às empresas familiares de raiz local. Seleccionei exemplos de unidades especializadas e verticais, tecnologicamente mais avançadas ou com tecnologias mais antigas. São biografias resumidas construidas a partir de tópicos e aspectos mais relevantes para os objectivos do trabalho. Pretendem ilustrar o comportamento dos empresários, na fileira e na região, salientando as suas estratégias em cada momento histórico. Apesar de se tratar de uma série de breves textos, sem uma sistemática anotação da bibliografia e das fontes (acima referidas), é provavelmente o material mais rico, da componente empírica do trabalho. Só com as entrevistas e as visitas às fábricas, consegui

---

606 MARKUSEN, Ann; LEE, Yong-Sook; DIGIOVANNA, Sean (Ed.) – *Second Tier Cities. Rapid Growth beyond the Metropolis.* Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 1999.Cap. 3 : "Studying Regions by studying firms" publicado inicialmente, em 1994, EM "Professional Geographer" n.46, nº4, p.477-490.

articular a problemática estruturante do trabalho e perceber a importância das estratégias regionalizadas, no âmbito da fileira têxtil algodoeira.

Nem todos os textos apresentam o mesmo desenvolvimento em extensão, nem a mesma estrutura por domínios temáticos, facto que decorre do acima exposto. Muita da informação recolhida nas entrevistas pode conter algumas imprecisões ou distorções decorrentes do próprio método de recolha e dos enviesamentos típicos do método. Confrontada com o tratamento das fontes estatísticas secundárias sofreu algum tratamento, excluindo-se destas breves histórias informações dificeis de confrontar com outros dados.

2.2. Sociedades e empresas de grandes dimensões com sede no Porto

2.2.1. EMPRESA INDUSTRIAL DE SANTO TIRSO, S.A. - ARCOTÊXTEIS

A Empresa Industrial de Santo Tirso, Limitada, foi constituída como uma sociedade por quotas, de responsabilidade limitada no dia 10 de Fevereiro de 1923, em Santo Tirso. O capital social era de 450.000$00 e o objecto principal a exploração da indústria de tecidos e serração de madeiras. A sociedade tinha inicialmente a sua sede em Santo Tirso e uma representação na cidade do Porto, nos escritórios da firma Joaquim de Freitas & Cª, na Praça Guilherme Gomes Fernandes, nº 92-1º.

Integraram a sociedade, na sua constituição, 29 sócios com contribuições variadas, entre um mínimo de 5.000$00 e um máximo de 30.000$00.

Entre os sócios havia alguns armazenistas de tecidos, alguns moageiros e Amadeu Rezende Gomes de Almeida, cujos descendentes são actualmente os únicos accionistas da empresa.

Amadeu Rezende Gomes de Almeida era natural de Vale de Cambra e tinha vindo estudar para o Porto. Ao tempo da constituição da sociedade, era chefe da contabilidade de uma moagem no Porto e negociava em algodão (importador de algodão em rama?).

Não há informações muito pormenorizadas sobre os primeiros tempos da sociedade. Sabe-se apenas que começou por ter uma tecelagem e uma serração de madeiras movida por um moinho num ribeiro, junto ao qual se instalaram, em

terrenos de um dos sócios fundadores. Cedo terão abandonado a serração de madeiras e mantido apenas a tecelagem.

Em 1932, Amadeu Rezende Gomes de Almeida e Norberto Fernandes de Oliveira, comissionista de tecidos, assumiram a gerência da empresa.

Começando por ser uma tecelagem, a empresa viria cerca de dez anos depois da fundação, a instalar uma fiação e, mais tarde, os segmentos de tinturaria e acabamentos.

A Arco Têxteis - Empresa Industrial de Santo Tirso, S.A. é, actualmente e desde 1988, uma sociedade anónima, com um capital social de 1.500.000$00, estando a totalidade das acções na posse dos membros da família Rezende. Os escritórios da empresa são na Rua da Picaria, nº 75, no Porto.

A Arco Têxteis participou na constituição da Sociedade Portuguesa de Investimentos, actual BPI - Banco Português de Investimento. Os seus sócios individualmente também detêm interesses no mesmo Banco.

Tem cerca de 1.000 operários, produz fios finos e tecidos. Exporta grande parte da sua produção (cerca de 85%).

A superioridade da empresa assenta essencialmente na qualidade dos fios que produz. Tem apenas fiação convencional, em anel e produz fios muito finos.

Amadeu Rezende Gomes de Almeida teve dois filhos, actuais sócios maioritários da empresa: Engº Alberto Rezende, engenheiro têxtil, formado em Inglaterra e Dr. Alfredo Rezende, economista.

O Engº. Alberto Rezende começou a trabalhar na empresa em 1949.

A empresa nunca esteve muito dependente dos mercados africanos segundo o engº Alberto Resende. Pouco depois da Segunda Guerra venderam a fiação que tinham, para um projecto de instalação de uma unidade fabril em África, tendo comprado uma fiação nova. É possível que este facto esteja relacionado com a criação da Textang.

As primeiras exportações directas da empresa destinaram-se aos Estados Unidos da América, em 1954-1955. Na mesma época criaram uma confecção de vestidos de senhora e mais tarde, o grupo Supercorte.

Lista dos Sócios Fundadores da Empreza Industrial de Santo Tirso:

- João dos Santos Ferreira (30.000$00)

- Amadeu Resende Gômes de Almeida (15.000$00)
- João do Carmo Ferreira (25.000$00)
- José da Costa Jâcome (10.000$00)
- José de Bessa Pinto (10.000$00)
- Dr. Joaquim Emidio Pinto Leite (10.000$00)
- Augusto da Silva Castro (20.000$00)
- Luiz de Souto Pinto (10.000$00)
- Américo da Cruz (20.000$00)
- Joaquim Rodrigues Guimarães (25.000$00)
- Manoel Joaquim Vieira de Matos (15.000$00)
- Virgilio Coelho d'Andrade (30.000$00)
- Francisco de Paula Ferreira (25.000$00)
- Domingos de Oliveira Costa (25.000$00)
- António Carneiro d'Oliveira (25.000$00)
- José António Corrêa (15.000$00)
- Silva e Sá, Limitada (20.000$00)
- Albino Pinto da Fonseca (10.000$00)
- Adriano Raphael dos Reis Maya (10.000$00)
- Joaquim de Freitas & Cª Limitada (10.000$00)
- Carlos J. Michaellis de Vasconcelos (10.000$00)
- António Barbosa Junior (10.000$00)
- Joaquim Monteiro de Sousa (10.000$00)
- José de Sousa Rocha (10.000$00)
- José Francisco da Costa (20.000$00)
- Manoel Gil dos Reis Dias de Carvalho Ferreira (10.000$00)
- Gregório Rodrigues Pinto (10.000$00)
- Jacinto da Costa Ferreira Guimarães (5.000$00)
- Luiz Ferreira (5.000$00)

2.2.2. EMPRESA INDUSTRIAL SAMPEDRO, L.DA.

São particularmente originais as circunstâncias em que ocorreu a fundação da SAMPEDRO. **Álvaro Rodrigues Machado** era Professor Catedrático na Univeridade do Porto, no departamento de Física e Química. Dele terá partido, segundo contam os seus descendentes e actuais proprietários da empresa, a ideia de instalar uma fábrica para produzir tecidos de linho, no vale do rio Vizela, ligada à cultura em terrenos anexos, do próprio linho. Com o conhecimento que existe da

dificuldade em produzir, naquela região, linho com as características ideais para a sua fiação e tecelagem, é de admitir que Álvaro Machado tivesse um projecto de introdução de espécies novas, oriundas de outras regiões. Nunca o terá aplicado, já que a fábrica inicialmente montada era constituída exclusivamente por uma tecelagem. Tão pouco parece verosímil, na época em que ocorreu a sua instalação, que a fábrica se abastecesse de fio, fiado localmente, ao domicílio, já que nem em datas anteriores tal acontecia, na região.

Por iniciativa do Dr. Álvaro Machado ter-se-á, de qualquer forma, organizado uma sociedade, em 1921 entre, ele próprio, uma outra sociedade comercial existente no Porto - Fonseca, Braga & Cª. L.da - e onze sócios, segundo informação dos actuais proprietários, todos ligados entre si por laços de parentesco. O objectivo dessa sociedade era, de acordo com a escritura notarial da mesma, "a exploração industrial duma queda d'água do rio Vizela, aproveitando a força motriz para a Moagem de Cereais, Industria do Linho, ou quaisquer outras que a sociedade julgue conveniente explorar". Em 1925, dá-se o primeiro aumento do capital e a firma Fonseca, Braga & Cª L.da deixa de participar na sociedade da SAMPEDRO, entrando por seu turno como sócios, Luís Eugénio Braga e Dr. Paulo Alves, sócios daquela primeira firma. Luis Eugénio Braga passa a deter a maior quota (18,75%), seguindo-se os Drs. Paulo Alves e Álvaro Machado, cada um com 12,5%.

A originalidade da fundação da SAMPEDRO reside assim no facto de, apesar de estar associada a uma sociedade comercial ou a comerciantes em nome individual, sediados no Porto, integra um grupo de sócios locais, com pequenas quotas, os quais contribuiram com os respectivos terrenos e um professor universitário, ideólogo do projecto! Ainda que original, a fundação da SAMPEDRO dá um retrato do que seria o ambiente comercial na cidade do Porto e os processos em curso de investimentos na indústria têxtil no vale do Ave, num período de euforia de criação de novas fábricas naquela região.

Entre 1930 e 1940, a SAMPEDRO introduziu o algodão, não obstante ter continuado a produzir tecidos de linho, como aliás ainda faz actualmente.

A SAMPEDRO produz um tipo de produto muito específico. Trata-se de produtos de elevado valor acrescentado, destinados a mercados específicos, quer no país, quer no estrangeiro (por exemplo, toalhas de mesa adamascadas em mistura de linho e algodão). Desde o início, até à actualidade sempre manteve o linho, sózinho ou misturado com o algodão. Sempre produziu tecidos com fios

muito finos, desde roupa de cama a atoalhados. Nunca instalou uma fiação porque consome uma variedade de tipos de fios muito grande pelo que não conseguiria rendibilizar uma fiação a produzir pequenas quantidades de uma grande gama de números de fios. Importa cerca de 50% da matéria prima que consome (fios). Tem equipamento de preparação da tecelagem (urdideira directa e seccional, encoladeira, etc.), tecelagem com teares de projéctil e equipamento de tinturaria, estamparia e acabamentos diversos. Tem um linha automática de confecção de felpos, várias linhas para diferentes tipos de confecção de têxteis-lar e uma secção de confecção de edredões.

Houve uma época, segundo o actual administrador da SAMPEDRO em que existiu a intenção de montar uma fiação de linho, não tendo sido conseguido o alvará para o fazer, porque entretanto tinha sido concedido à Empresa Fabril do Norte e o Condicionamento Industrial não permitia outra unidade do mesmo tipo. Actualmente as fiações estão muito especializadas e, para a produção de fios finos, só são rendíveis dentro de determinadas condições e quantidades. No caso específico do linho, a SAMPEDRO foi um dos maiores clientes da Empresa Fabril do Norte e abasteceu-se tradicionalmente nos grandes produtores de linho da Europa, Irlanda, França e Itália.

O actual sócio maioritário (42% do capital) e gerente, Sr. José Eduardo Machado é sobrinho do Dr. Álvaro Machado. Começou a trabalhar na SAMPEDRO em 1956, sem qualquer formação específica. Por volta de 1960 assitiu a uma renovação profunda das máquinas. Em 1962 ocorreu uma cheia que inundou a fábrica e provocou uma grande crise. Para além desse incidente, o Sr. José Eduardo Machado não conheceu nenhum período de crise na empresa. O período áureo da SAMPEDRO decorreu de 1986 a 1990.

A SAMPEDRO tinha, em 1993, 265 pessoas ao serviço, dos quais, 232 eram operários e 33 quadros técnicos. Exportava cerca de 40% do que produz.

2.2.3. *ANTÓNIO FÉLIX & Cª. L.DA.*

César Augusto Pinto Félix era armazenista de tecidos no Porto, na rua de Passos Manuel. Teve vários filhos que continuaram as suas actividades comerciais e se envolveram em sociedades industriais. Entre eles, Francisco Augusto Pinto Félix, gerente da Companhia de Fiação e Tecidos do Porto e da Empresa Têxtil da Cuca, Lda.

António Augusto e Alberto Pinto Félix, também filhos de César Augusto Pinto Félix, constituíram, por seu turno, uma sociedade com Abel Alves de Figueiredo, em 1926, para instalação de uma fábrica de fiação, em Santo Tirso, a Fábrica de S. Bento da Batalha. Essa sociedade, de nome Figueiredo e Félix, Lda. não durou muito tempo, tendo sido cancelada em 1931, com a saída do sócio Abel Alves de Figueiredo.

A Fábrica de S. Bento da Batalha passou assim para a posse dos dois irmãos, na sociedade que ainda hoje conserva o mesmo nome - António Félix & Cª, com sede na rua de Santa Catarina, no Porto, até 1963.

A instalação da fiação foi apoiada por Américo Gonçalves, de Rebordões, e pelo importador de máquinas inglesas Halroid.

A empresa sempre produziu fio, abastecendo as tecelagens da região e sempre se manteve na família dos fundadores. Os actuais administradores e sócios maioritários são netos de Alberto Pinto Félix.

A história desta empresa merece atenção especial em dois pontos. Por um lado, é original no facto de ter induzido a criação de uma variedade de outras empresas industriais e comerciais, por parte de descendentes do fundador, ainda que sem o envolvimento da empresa no capital dessas sociedades (recuperação de desperdícios, plásticos injectados e impressão em acrílico para cones para fiação, acessórios para bicicletas, confecções e uma tecelagem). Por outro lado, trata-se de uma empresa que nunca desenvolveu os segmentos a juzante da fiação, tendo-se especializado em produtos específicos, de elevado valor acrescentado e raros na região. Segundo os actuais administradores procuram fazer o que os outros não fazem. Aí se inclui um fio de algodão recoberto de poliester - corsepan - que nenhuma outra empresa produz. Outro dos factores de competitividade da empresa é a sua flexibilidade, ao nível da capacidade de rapidamente modificarem as linhas de fabrico para novos produtos e encomendas. Produzem fios médios a finos, de algodão e misturas. Desde 1980 que produzem linhas de cozer. São essencialmente sub-contratados de outros ou produzem por encomendas de diversas origens. Não sub-contratam qualquer operação a terceiros.

Em 1993, a empresa empregava 158 pessoas, das quais 110 operários, e facturou cerca de um milhão de contos. A percentagem de exportações não tem significado no volume de vendas.

Como momentos importantes na história recente da empresa, há a destacar os seguintes.

1. Remodelações técnicas:

1964 - instalação de uma fiação média nova

1968 - instalação de secções de acabamento e mercerização

1971 - instalação de uma fiação fina nova (4167 fusos)

1982/3 - instalação de uma fiação média nova (7200 fusos)

1983/7 - remodelação da torcedura e bobinagem automática

2. Período de maior prosperidade da empresa:

1984 a 1990

3. Períodos de maiores dificuldades da empresa:

1930/31 - grande depressão

1936 ... - II Guerra

1975/9 - Pós- revolução do 25 de Abril

1990/3 - recessão internacional

Nunca exportaram directamente para África, mas participaram no projecto da TEXTANG, da Sociedade de Fomento Colonial.

2.2.4. FÁBRICAS DE SOCIEDADES COM NARCISO FERREIRA EM RIBA D'AVE (Fiação e Tecidos Oliveira, Ferreira, S.A.; Empresa Têxtil Eléctrica, L.da; Oliveira, Ferreira e C.ª L.da)

Este conjunto de empresas localizadas muito próximas umas das outras, em Riba d'Ave, onde acabariam por constituir a espinha dorsal da própria vila, são das mais antigas do vale do Ave e tiveram uma história complexa, representativa em muitos momentos de processos e situações comuns a muitas outras. Ainda que se tenham tornado um símbolo da mobilidade social da área, representada essencialmente pela pessoa de Narciso Ferreira, a sua raiz entronca em sociedades comerciais do Porto e anda ligada à actividade bancária e à importação de

algodão em rama. Trata-se portanto de exemplos da deslocalização do Porto para o Ave e das respectivas formas de organização da produção.

Inicialmente foi criada uma sociedade em 1896, a sociedade "Sampaio, Ferreira, Lda", com um estabelecimento fabril em Riba d'Ave, entre os sócios:

1 . Manuel Joaquim Oliveira e a casa bancária José Augusto Dias;

2 . Vasco Ortigão de Sampaio, engenheiro mecânico, primo direito da mulher de Manuel Joaquim de Oliveira (Maria Emília Ramalho Ortigão);

3 . Narciso Ferreira, tecelão e comerciante de tecidos, de Riba d'Ave;

4 . José Fernandes Machado, capataz, conhecido de Narciso Ferreira.

Uma das figuras centrais do início da actividade das empresas deste grupo, foi Manuel Joaquim de Oliveira, de Vieira do Minho onde tinha nascido em 1864 e que tinha vindo para o Porto, aos 14 anos, trabalhar para a casa bancária José Augusto Dias. Ali teve uma rápida ascensão, chegando a desempenhar as funções de gerente e possuindo capital da firma. José Augusto Dias estava por seu turno ligado ao Banco do Minho, pelo que passou Manuel Joaquim de Oliveira também a participar na gestão deste banco onde adquiriu progressivamente uma participação cada vez maior no seu capital. Manuel Joaquim de Oliveira tinha participado em projectos de produção de energia hidráulica nos rios Varosa e Ermal e na criação da "Chenop" companhia hidroeléctrica que detinha o monopólio de abastecimento de energia eléctrica a todo o Minho, incluindo a cidade de Braga.

A iniciativa da criação da fábrica de tecidos da "Sampaio, Ferreira, L.da" terá partido deste Manuel Joaquim de Oliveira, segundo os actuais proprietários e administradores e estava relacionada com a produção de energia eléctrica a partir da água, como aliás se virá a ver no próprio nome de outra das sociedades: Empresa Têxtil Eléctrica. A sociedade inicialmente criada, com sede no Porto, ilustra mais uma vez a associação entre sócios capitalistas do Porto e sócios locais potencialmente vocacionados para as indústrias têxteis. Manuel Joaquim de Oliveira e, pela sua mão, a casa bancária José Augusto Dias, são os financiadores da empresa; Vasco Ortigão de Oliveira será a sua antena na região, reunindo duas condições excepcionais: por um lado a confiança pessoal de Manuel Joaquim Oliveira, de quem era primo, por afinidade e, por outro, a formação técnica de engenheiro mecânico, que lhe permitiu responsabilizar-se pela montagem de fábrica em termos técnicos. Foi o Engenheiro Vasco Ortigão de Oliveira que foi a

Inglaterra escolher as máquinas que vieram a ser instaladas na "Sampaio, Ferreira L.da" segundo contam os actuais proprietários.

Quanto a Narciso Ferreira, ele teve uma importância crucial na sociedade. Nascido em Pedôme, em 1859, cedo começou como aprendiz e servente de um fabricante, a tecer em teares rústicos. Segundo Carlos Bastos, Narciso Ferreira trabalharia ao domicílio, para a Fábrica de Santo António de Caído, dirigida ao tempo por José Machado Guimarães. Ainda menor, terá instalado em casa, dois teares próprios, passando simultaneamente a comercializar tecidos, seus e de tecelões caseiros, em feiras. Antes de se constituir a Sociedade "Sampaio, Ferreira L.da", já Narciso Ferreira teria uma pequena fábrica própria, com teares Jacquard, para o que deve ter contribuido o "crédito" de Joaquim Alves de Oliveira, depositário de fio na Ponte (Riba d'Ave). Foi aliás a localização da fábrica ou pequena oficina de Narciso Ferreira que determinou a localização da "Sampaio, Ferreira L.da".

Rapidamente a "Sampaio, Ferreira L.da" cresceu e se proporcionou a criação de uma nova unidade fabril - a **"Empresa Têxtil Eléctrica L.da"**, fundada em 1905.

O novo empreendimento foi também pensado em ligação estreita com a produção de energia, tornando-o pioneiro em Portugal para a época, o que pressupõe um acesso às inovações e às práticas mais comuns, ao tempo, noutras regiões de outros países. A utilização da energia hidráulica foi um dos pontos críticos da deslocalização da t~extil, do porto para o Ave.

Os terrenos para a nova fábrica eram de José Pereira da Silva, que através deles se tornou sócio da nova sociedade e situavam-se no lugar da Azenha, em Caniços.

Na constituição da "Empresa Têxtil Eléctrica L.da", em 25 de Abril de 1905 (D.R. de 4 de Maio de 1905), participaram:

- A Sociedade "Sampaio, Ferreira, L.da", com máquinas;

- José Pereira da Silva, com terrenos.

A criação da "Empresa Têxtil Eléctrica L.da", com transferência para as suas instalações do equipamento usado, da "Sampaio, Ferreira, L.da", possibilitou, de imediato a total renovação e reestruração desta última.

A "Empresa Têxtil Eléctrica L.da" destinava-se essencialmente a recuperar desperdícios da "Sampaio, Ferreira, L.da", com o objectivo de produzir fios grossos, para o fabrico de cobertores, fundamentalmente destinados às ex-Colónias de África.

A 1 de Maio de 1909, constituiu-se entretanto uma nova sociedade, com construção de uma nova fábrica, a **"Oliveira, Ferreira e Cª L.da"** (D.R. de 7 de Maio de 1909), próxima da "Sampaio, Ferreira, L.da", em Riba d'Ave. Neste novo empreendimento participaram os sócios das duas sociedades anteriores, alguns dos filhos destes, entretanto envolvidos nas actividades das empresas e alguns novos. O capital social de 150 contos, estava distribuido da seguinte forma:

30 contos - Manuel Joaquim de Oliveira;

15 contos - Narciso Ferreira;

15 contos - José Augusto Dias;

15 contos - José Ferreira (filho de Narciso Ferreira);

15 contos - António Manuel Ferreira Braga (genro de Narciso Ferreira);

7,5 contos - José Joaquim Soares (do Porto);

7,5 contos - a cada um dos filhos de Narciso Ferreira, Delfim, Alfredo, Joaquim e Raul Ferreira;

5 contos - Engenheiro Vasco Ortigão de Sampaio;

5 contos - Joaquim Fernandes dos Santos

5 contos - José Nunes da Silva Jr. , guarda-livros, do Porto;

3,75 contos - a cada um dos irmãos Artur e António Gonçalves, técnicos de fiação, em Rebordães.

E até meados dos anos vinte, foram "os anos de ouro" das três empresas industriais, "Sampaio, Ferreira, L.da" e "Empresa Têxtil Eléctrica L.da" e "Oliveira, Ferreira e Cª L.da".

Em 1922, deu-se porém uma ruptura profunda, associada à falência da casa bancária José Augusto Dias e do Banco do Minho. Manuel Joaquim de Oliveira vendeu grande parte dos seus activos para pagar os passivos do banco. O comprador priveligiado, foi precisamente a família Ferreira - Narciso Ferreira e os seus Filhos.

Nas sociedades industriais têxteis, Manuel Joaquim de Oliveira ficou reduzido a cerca de 25% do capital, vendendo a totalidade da Chenop à família Ferreira. No Porto, perdidos os bancos e grande parte da sua fortuna particular, a actividade de Manuel Joaquim de Oliveira ficou praticamente reduzida à casa comercial de tecidos, "Manuel Oliveira e Filhos", na Praça Almeida Garrett.

Narciso Ferreira e os Filhos passaram a partir de então, a conduzir os destinos das fábricas de Riba d'Ave e dos diversos empreendimentos Hidroeléctricos. A ascensão social e económica da família Ferreira marcou mais do que o desenvolvimento de Riba d'Ave, o da própria têxtil e da Região. Dos oito filhos de Narciso Ferreira, todos directa ou indirectamente se manteriam ligados ao têxtil, primeiro nas empresas do pai, depois montando as suas próprias, com maiores ou menores êxitos. Dois, Delfim e Alfredo, viriam a ser agraciados com Comendas e Raul Ferreira, receberia o título de Conde de Riba d'Ave, do Papa Pio XII.

Dentro das três sociedades de Riba d'Ave, as quotas da família Ferreira foram progressivamente aumentando, nomeadamente através da compra das pequenas parcelas dos filhos de Manuel Joaquim de Oliveira, à excepção de dois - Alberto e Carlos, os quais nunca as viriam a vender, mantendo-se aliás a trabalhar nas empresas, até ao final das suas vidas.

E, entre 1936 e 1956, Riba d'Ave terá vivido a sua época de maior crescimento económico e facilidades financeiras. "Ganhou-se muito dinheiro com as Guerras, primeiro a de Espanha e depois a Segunda Guerra" ouve-se repetidas vezes pela boca de industriais e comerciantes de matérias primas ou tecidos, em actividade nesse tempo.

Alberto Ortigão de Oliveira (1904-1974), filho de Manuel Joaquim de Oliveira, mantendo-se, como se disse, sempre ligado às empresas, aí trabalhando e conservando a quota herdada de seu pai, vai paulatinamente recuperar algum do protagonismo e da importância de seu pai. Casou com Gertrud Marie Thessen, filha de Wilhelm Thessen, alemão, originário de Hamburgo, que se tinha estabelecido no Porto, a partir de 1904, aqui constituindo a firma Claus und Schweder, para fabrico de sabonetes. Durante a primeira Grande Guerra, W. Thessen esteve refugiado em Espanha, onde fundou a conhecida Fábrica dos sabonetes e perfumes "La Toja". Quando regressou ao Porto fundou a firma "Ach. Brito", a qual viria a ter um grande desenvolvimento, mantendo-se até aos nossos dias a produzir sabonetes e perfumes.

Não obstante a rendibilidade dos negócios e o acelerado ritmo de crescimento económico das empresas, à medida que a família Ferreira crescia, as dificuldades de gestão das fábricas têxteis de Riba d'Ave acentuam-se. Dos oito filhos de Narciso Ferreira, todos estiveram ligados à administração das fábricas (no caso das duas filhas, eram os genros que integravam a administração). A terceira geração, netos de Narciso Ferreira foi progressivamente também "entrando" para as fábricas, alargando-se cada vez mais o número de pessoas da família Ferreira a participar nas decisões de gestão das empresas. Geraram-se entretanto incompatibilidades internas entre sócios, acabando alguns por abandonar as sociedades. À custa dos dividendos que ia recebendo e com a ajuda do sogro, W. Thessen, Alberto Oliveira conseguiu readquir grande parte do capital social das empresas, por compra a membros da família Ferreira, sobretudo a partir de 1952.

Á morte do pai, Alberto Oliveira detinha uma quota de aproximadamente 1,5% em cada uma das sociedades; em 1974, quando morreu, deixou aos filhos 63% do capital da "Empresa Têxtil Eléctica, L.da", 23% da "Oliveira, Ferreira e Cª L.da"; e 2,5% da "Sampaio, Ferreira, L.da".

A redistribuição de quotas e as "saídas" mais importantes de sócios operou-se em 1956. A partir de então, saíram das três firmas, a maior parte dos filhos de Narciso Ferreira, mantendo-se Raul Ferreira maioritário, na "Sampaio, Ferreira, L.da", constituindo os outros algumas fábricas novas que viriam a ter grande importância, nomeadamente, a Fábrica de Fiação e Tecidos da Ponte da Pedra, a Fábrica de Mindelo, a Fábrica da Companhia rio Ave.

Rui Thessen Ortigão de Oliveira, engenheiro químico de formação, com especializações na indústria têxtil na Suiça, em tinturaria, em 1967 e 1970, filho de Alberto Oliveira, começou a trabalhar para a "Empresa Têxtil Eléctrica, L.da", em 1971 e para a "Oliveira, Ferreira e Cª L.da", em 1974. Ali se manteve até à actualidade, ocupando hoje o lugar de Presidente da Administração e possuindo individualmente cerca de 70 % do capital destas empresas.

À data da sua entrada nas fábricas, a situação era a seguinta:

ETE - 1080 trabalhadores (1993 - 312 trab.)

FTOF - 1283 trabalhadores (1993 - 628 trab.)

Data da última aquisição significativa de máquinas novas:

ETE - 1952 - aquisição de teares mecânicos;

FTOF - 1955

Daí para cá, foram as seguintes as remodelações mais importantes:

- Remodelação progressiva total da maquinaria. Os maiores investimentos em capital fixo foram feitos a partir de 1977, ano em que adquiriu os primeiros teares sem lançadeira;

- Racionalização da produção - abandono de alguns produtos (os cobertores em 1993), inclusão de uma confecção de camisas e outro vestuário.

Tradicionalmente faziam:

- Produtos para África - Cobertores, Telas Cruas, Lenços e Riscados, Flanelas Xadrez (começaram por fabricá-las para exportar para os Estados Unidos – dizem ter sido os primeiros a fazê-lo - em 1957).

Introduziram fibras artificiais e sintéticas por volta dos anos 50.

Idade média das máquinas em 1993 - 8 anos.

De todas as entrevistas feitas no âmbito deste trabalho, o Engº Rui Ortigão de Oliveira foi o único empresário a dizer que a localização actual da respectiva empresa constituia um factor negativo ao seu desenvolvimento e crescimento. Na sua opinião a indústria têxtil algodoeira existente no vale do Ave é vítima da sua localização. Está longe de tudo, nas suas palavras, longe dos centros de decisão, longe dos portos e dos terminais de transportes rodoviários de mercadorias.

2.3. Sociedades e empresas de raiz local

2.3.1. ANTÓNIO DA COSTA GUIMARÃES, FILHOS E Cª L.da - FÁBRICA DO CASTANHEIRO

A Fábrica do Castanheiro é muitas vezes apontada na região como a mais antiga fábrica do concelho de Guimarães. Foi fundada por António da Costa Guimarães de Travaçós, Fafe, que nasceu em 1823 e morreu em 1892. Foi empregado comercial e estabeleceu-se como comerciante. A partir dos anos cinquenta, ter-se-à dedicado ao fabrico de tecidos de linho, distribuindo teias ao domicílio, pelas tecelagens manuais.

Dirige actualmente a Fábrica do Castanheiro, o Sr. Engº Alberto Costa, neto de António da Costa Guimarães. O Engº Alberto Costa foi presidente da

Associação Nacional das Indústrias Têxteis de Algodão e Fibras Sintéticas. É engenheiro têxtil, diplomado no estrangeiro, não existindo até aos anos 80, qualquer formação equivalente, em Portugal.

As datas mais importantes na história da Fábrica do Castanheiro, foram:

Em 1887, António da Costa Guimarães organizou a que pode ser considerada como a sua primeira fábrica propriamente dita, instalando um pequeno conjunto de teares mecânicos e uma máquina a vapor comprada em Inglaterra. Diz-se terem sido os primeiros teares mecânicos instalados em Portugal. Em 1884, António da Costa Guimarães enviou o seu empregado Manuel Pereira Bastos, a Manchester, para estudar a compra das novas máquinas.

(?) - Só no início do século é que a Fábrica do Castanheiro introduziu o algodão.

Em 1912, foi instalada a fiação de algodão, com 4000 fusos, uma tinturaria e uma secção de acabamentos.

Entre 1914 e 1945 verificou-se um período difícil, de estagnação.

1950 - Ampliação da Fiação, com a instalação de 6000 novos fusos e a construção de um novo edifício, anexo ao já existente.

A partir desta data, a Fábrica do Castanheiro passou a produzir essencialmente tecidos para África (os chamados tecidos para indígenas).

1960 - Instalação dos primeiros 30 teares automáticos e modernização da tecelagem.

1964 - Data a partir da qual a Fábrica passou a produzir exclusivamente Felpos.

1969 - Modernização da fiação e instalação de 10 novos teares.

1970 - Modernização total da fiação, com 8000 novos fusos.

1972 - Instalação de 40 novos teares, para produção de Felpos.

1974 - Instalação da primeira máquina de fiação "Open-end" e de 10 novos teares.

1974 - 1980 - Período de estagnação.

1978 - Aquisição de uma tinturaria em Caneiros.

1980 - 1990 - Total remodelação da fiação incluindo a instalação de bobinagem super-automática.

Instalação de 20 novos teares para Felpo.

Substituição de 52 teares dos anos 60, por um grupo de 14 teares novos com maior capacidade de produção.

A Fábrica do Castanheiro, só produz têxteis-lar, felpos em peça e confeccionados. Dispõe de uma fiação moderna, com sistema clássico de anel e "*Open-end*". Tem um tinturaria computorizada e uma tecelagem equipada exclusivamente com teares de inserção de trama por pinça. Não tem empresas subcontratadas nem é subcontratada de outras empresas. Compra ramas de algodão, através dos importadores na cidade do Porto, produz o fio que consome, não vendendo fio a terceiros. Produz malha Ketten e Felpos. Vende fundamentalmente os seus produtos na Alemanha, em Inglaterra e em França.

Em 1990, a Fábrica do Castanheiro tinha cerca de 580 operários. Em 1977 tinha 430 e em 1985 (máximo dos últimos vinte anos), 639.

Em 1990, facturou cerca de 2 milhões de contos, 85% dos quais foram exportações.

António da Costa Guimarães teve 10 filhos: Ana, Judite, José Miguel, Álvaro (morreu criança), Luís, Manuel, Maraia Amélia, Simão, Álvaro e Francisca. José Miguel foi o primeiro a trabalhar n a Fábrica, tendo sido Guarda Livros. Posteriormente passaram a trabalhar também na Fábrica, Álvaro e Francisco. Só continuaram na Fábrica os descendentes dos filhos José Miguel, Álvaro e Simão. Da terceira geração, só pertencem à actual empresa, António (filho de Álvaro), Alberto e Afonso (filhos de Simão).

Até 1948 só podiam ser sócios da empresa, os descendentes do sexo masculino, por disposição do fundador, António da Costa Guimarães. A partir dessa data, foram alterados os estatutos da sociedade e passaram a ter acesso à empresa os descendentes do sexo feminino. Até 1963, existiam duas sociedades. Numa delas, existiam apenas membros da família, "Costas", descendentes do fundador. Noutra, uma sociedade de exploração, para além dos primeiros, participavam também e como sócios vitalícios, Joaquim Ribeiro, José Jacinto Júnior e Amadeu da Costa Carvalho. Em 1963, procedeu-se a uma alteração da forma jurídica da empresa, com um aumento de capital, convertendo-se numa sociedade por quotas.

Actualmente, são sócios da empresa: Os descendentes de Alberto Costa, com 60% do capital (três filhos, Engº Alberto Costa e irmãos, Maria Margarida, Maria Lúcia e uma neta, Paula Isabel, neta, filha do filho Miguel já falecido); Alberto Ribeiro da Costa Guimarães, com 12,5%, António Carvalho Jacinto, com 5% e três filhos de João Afonso Ribeiro da Costa Guimarães.

2.3.2. *GRUPO TÊXTIL RIOPELE* (Fábrica Têxtil Riopele S. A.; Filatex-Têxteis S.A.; Olifil-Têxteis S.A.; Olicor-Têxteis S.A.)

A "RIOPELE", é hoje em dia uma das mais conhecidas empresas têxteis algodoeiras do norte de Portugal. Foi criada por **José Dias de Oliveira** natural de Mogege, concelho de Vila Nova de Famalicão onde nasceu em 1902, tendo morrido em 1951. Desde cedo começou a trabalhar com o pai, Francisco Dias de Oliveira, proprietário de uma moagem. José Dias de Oliveira comercializava a farinha produzida pelo pai, nas freguesias vizinhas, aí tendo entrado em contacto com comerciantes de diversos produtos, nomeadamente de tecidos. Por aí terá estabelecido contactos com alguns dos comerciantes e fabricantes de tecidos mais importantes da região, na altura em acelerada ascensão, nomeadamente Narciso Ferreira e José Machado Guimarães.

Inicialmente, José Dias de Oliveira começou por comprar fio e instalar 2 teares, em 1927 (data que pode ser considerada como o início da sua actividade na indústria têxtil e a mais remota origem da empresa RIOPELE) no moinho junto ao rio Pele, onde era produzida a farinha. Nessa fábrica rudimentar começaram por trabalhar 2 operários. Provavelmente desconhecendo até então, ele próprio, as técnicas de produção dos tecidos, estes primeiros operários seriam urdidores para preparar teias que seria tecidas nos teares próprios ou dadas a tecer fora. Como quer que fosse, José Dias de Oliveira inicia a sua actividade de produção em ligação com a comercial e o conhecimento que tinha dos mercados e dos circuitos comerciais vai ser determinante para o desenvolvimento posterior da sua actividade fabril.

De 1927 até 1939 verificou-se uma progressiva expansão da produção e a construção de uma fábrica propriamente dita, próxima do lugar inicial que estaria na origem do nome actual da empresa - Riopele - e no lugar cujos destinos ficariam em definitivo associados à sua história - Pousada de Saramagos. Em 1932 disporia já

de uma fiação de 1300 Fusos, tendo a tecelagem 49 teares. É de admitir que José Dias de Oliveira tenha tido algum apoio de um representante de máquinas inglesas Halroid e de Américo Gonçalves de Rebordões, com grande tradição na montagem de fiações, genro aliás de José Dias de Oliveira. Não há porém nenhuma fonte escrita que documente estas informações oralmente dadas por diversos entrevistados, industriais locais, da família Oliveira ou outros.

A Segunda Guerra iria corresponder a um período de excepcional desenvolvimento para José Dias de Oliveira, sobretudo graças à produção de uns tecidos que tinham grande sucesso - os Cotins - espécie de réplica dos tecidos de lã, mas em algodão.

Por volta de 1950, foi construída uma nova unidade fabril, junto à anteriormente existente. Foram aí instalados 2 000 fusos novos. Esta data é particularmente importante para a RIOPELE pois vai corresponder à mais profunda reestruturação da produção através da introdução de novas tecnologias na produção e no produto, as quais marcariam o posterior desenvolvimento da empresa. José Dias de Oliveira estabelecera contactos com estrangeiros, alemães, ligados à indústria química e à produção, ao tempo, inovadora e pioneira, de fibras artificiais e sintéticas. Nas primeiras experiências com estas fibras, aqui e noutros países, elas foram trabalhadas sózinhas ou em misturas de fibras artificiais ou de fibras sintéticas com o algodão, mas só então se iniciam os primeiros ensaios de misturas de fibras artificiais com sintéticas, tendo sido inventada uma fibra de mistura de viscose com poliester. O produto oferecia inúmeras vantagens em termos de custos de produção e qualidades dos produtos, tecidos, produzidos a partir dele. A originalidade de José Dias de Oliveira reside no facto de ter aceitado o desafio proposto pelos fabricantes das novas fibras ainda que sendo um pequeno fabricante e havendo na área outras empresas maiores e mais antigas que não terão estado disponíveis para o fazer.

José Dias de Oliveira não veria no entanto os resultados da sua iniciativa, morrendo em 1951, novo, deixando como herdeiros cinco filhos, alguns ainda menores. É aos filhos que se ficará a dever o futuro da RIOPELE.

Por volta de 1950, a RIOPELE estabeleceu um contrato com a Bayer Alemã, ao abrigo do qual passa a deter o exclusivo do fabrico de uma fibra original, mistura de Viscose e Poliester - o Rioplex. Os tecidos produzidos com esses fios ganharam grande popularidade e o seu consumo foi crescendo aceleradamente, nomeadamente nas Colónias de África, devido ao baixo preço e grande

durabilidade, para além da quase nula enrugabilidade. A marca registada do fio, tornou-se conhecida no Mundo inteiro - o Texlene. A RIOPELE teve um desenvolvimento espectacular graças à produção deste produto. Com ele também se inicia a actividade exportadora da empresa.

Em 1959, a RIOPELE começou a exportar com regularidade em grandes quantidades.

1965 marca um segundo momento importante na RIOPELE, pela profunda renovação tecnológica que se operou.

Actualmente a RIOPELE, nas diferentes unidades fabris que integra, dispõe de todos os segmentos da fileira, da fiação aos acabamentos. Consome como matérias primas, cerca de 50% de algodão em rama (12 mil toneladas por ano) e 50% em fibras sintéticas e artificiais.

O Grupo Têxtil Riopele, em Portugal, empregava, em 1990, 3830 operários.

Actualmente o Grupo Têxtil Riopele é composto pelas seguintes empresas:

1. Na área industrial

Fábrica Têxtil Riopele, S.A.,

Filatex - Têxteis, S.A. (originalmente da família Gonçalves, em Rebordões),

Olifil - Têxteis, S.A.,

Olicor - Têxteis, S.A.

2. Na área comercial

Texarte Têxteis S.A.

CCT - Centro Comercial Têxtil, S.A.

3. Na área Financeira:

Olinveste - Investimentos Imobiliários, Lda

4. Na área agro-pecuária

Oliveira e Sobrinhos, Lda

5. Investimentos Internacionais

Riopele Têxteis Moçambique, S.A.R.L.

Riopele U.K. – Londres

2.3.3. TÊXTIL MANUEL GONÇALVES, S.A.

A empresa **Têxtil Manuel Gonçalves** é, na actualidade, uma das maiores e mais conhecidas empresas industriais têxteis do nosso país.

Foi fundada em 1937 por Manuel Gonçalves que foi até muito recentemente presidente do conselho de administração da empresa, de cujo capital participam os filhos, Dr. António e Dr. Fernando Gonçalves, uma filha e o genro, Dr. Luís Folhadela de Oliveira que concedeu uma entrevista para este trabalho.

Manuel Gonçalves nasceu em Ronfe, Guimarães, em 1914, filho de um tecelão de Pevidém. Embora nunca tenha trabalhado com o pai, que morreu quando ele ainda era menor, começou muito novo também a fabricar tecidos e, sobretudo, a comercializá-los. Os seus negócios atravessaram um período particularmente favorável durante a Guerra Civil espanhola, época em que terá instalado um conjunto de 10 teares, 6 dos quais mecânicos no que pode ser considerado como a sua primeira fábrica.

A sua fixação na freguesia de São Cosme do Vale deveu-se ao facto de ter casado com Mercedes Ferreira da Costa, filha de lavradores que ali possuia terrenos disponíveis para a construção da fábrica.

Foi em 1945 que Manuel Gonçalves instalou um equipamento de maior envergadura. Foi pessoalmente à Suiça onde comprou uma fiação moderna, "Rieter" tendo contratado posteriormente para seus técnicos de fiação, dois montadores das máquinas suiços. Consta que foi o Engº Hämig, de nacionalidade suiça, fixado no Porto, que terá apoiado Manuel Gonçalves na construção da nova fiação. Inicialmente a empresa era assim, acima de tudo, uma fiação.

Esses fios que produzia no início não tinham grande procura local, até porque as unidades têxteis da região tinham o seu próprio abastecimento, sendo na maior parte dos casos integradas - verticais. A TMG produzia fundamentalmente fios médios, cuja procura internacional viria a crescer exponencialmente depois da Guerra por causa da expansão das indústrias de malhas e confecções.

Por volta de 1956/57 iniciou-se a venda de fio para os Estados Unidos da América. Segundo as informações da empresa, foi a primeira vez que Portugal exportou fio para os Estados Unidos.

O grande desenvolvimento da Têxtil Manuel Gonçalves deu-se precisamente nesse período, onde a procura internacional de fios cresceu muito, nomeadamente nos países que passaram a integrar a EFTA.

Quanto à tecelagem, a Têxtil Manuel Gonçalves produzia, inicialmente, tecidos para vestuário exterior, a partir dos fios que produzia (médios).

Uma das originalidades da TMG, mesmo antes de se Ter tornado na empresa de grande dimensão que hoje em dia tem, foi a produção de produtos diferentes dos tradicionalmente produzidos pelas outras unidades da região, nomeadamente tecidos para aplicações exteriores ao vestuário e aos têxteis-lar. Assim, começou em 1950 a produzir couros artificiais (tecidos plastificados) e telas para pneumáticos. Hoje em dia é o maior produtor de têxteis técnicos da região (e do país), fornecendo componentes para a indústria automóvel, tecidos para usos militares, industriais e outros).

2.3.4. ASA - AGOSTINHO DA SILVA AREIAS, FILHOS E C.ª L.da

Covas - Polvoreira - GUIMARÃES

Agostinho da Silva Areias nasceu em 1897, em Gandarela, um dos cinco filhos de um modesto casal de agricultores. Um dos irmãos morreu novo de doença, outro emigrou para o Brasil. Os outros dois, Carlos e Francisco da Silva Areias viriam também a fundar fábricas têxteis. Teve três filhos, Armando, Jaime e Carlos Paiva Areias, trabalhando todos eles na empresa fundada pelo pai. Respondeu ao inquérito/entrevista o Senhor Dr. Jorge Areias, neto do fundador e actual director comercial da empresa, apoiado pelo Sr. Raul Cunha, guarda-livros desde 1950.

Agostinho da Silva Areias foi sarreiro, comprava o sarro que era extraído pela limpeza das pipas de vinho e vendia-o aos agricultores, como estrume para os campos.

Casou em 1925. Ainda era sarreiro ao tempo.

As datas mais marcantes na evolução da empresa foram:

1929 – Agostinho da Silva Areias colocou três teares manuais em casa de famílias tecedeiras ao domicílio - "feitureiras"- como também lhes chamavam ali naquela área.

1932 - Fixação em Calvário, com a montagem da primeira fábrica. O mesmo edifício servia de casa e fábrica.

Os primeiros 3 teares manuais produziam pano cru e alinhado.

Pouco tempo depois foram adquiridos 3 teares mecânicos e posteriormente 20 teares mecânicos.

Ao domicílio haveria, por volta de 1930, cerca de 100 teares manuais.

1942 - Agostinho da Silva Areias mudou para Covas, onde já estava estabelecido o irmão, Francisco da Silva Areias, desde 1926, provavelmente como este, por causa do acesso ao caminho de ferro.

A mudança correspondeu a uma renovação da maquinaria e a um aumento da capacidade e melhoria do fabrico.

1949-Introdução da tinturaria de fios e a branqueação

1953-Ampliação da secção de Acabamentos e criação de tinturaria de tecidos.

1956- Existiam cerca de 48 teares Saurer. A produção ao domicílio tinha sido abandonada definitivamente

1958 - Compra novos teares

1960 (?) - Entrada para a fábrica do segundo filho, engenheiro têxtil, formado na Alemanha. Foi um dos últimos filhos de industriais a ir estudar engenharia têxtil na Alemanha, segundo consta . O filho mais velho já trabalhava na empresa.

1963 - Mudança do nome da empresa e criação da Trademark "ASA"

Desenvolvimento do segmento dos acabamentos

1964-65 – Compra de 55 novos teares

1965 – Criação da SOCIBORDA, empresa independente, para fabrico de lençóis bordados, cortinados e outros têxteis-lar bordados e vocacionada para a exportação.

1967 - Compra de 80 novos teares (pela primeira vez, houve recurso ao crédito) e início da exportação directa

1969-70 - Compra da Fiação de Bente pela necessidade de expansão para montante e com o objectivo de conseguir benefícios fiscais embora a empresa tivesse autorização para a montagem de uma nova fiação, ao abrigo do

Condicionamento Industrial. Este foi, provavelmente o período de maior prosperidade da empresa

1981-82 - Grave crise financeira

1987-88 - Um dos períodos de maior prosperidade da empresa

Tentaram montar equipamento para fabricar veludos mas o projecto foi abandonado por falta de fio adequado.

1990 - Exportavam 60% da produção (UE, África, EUA); Vendia fio; subcontratavam e eram subcontratados. A secção de acabamentos de malhas por exemplo, trabalhava a 95% para fora.

Ligações a outras empresas:

Armando Paiva Areias casou com Maria José Carneiro Araújo, neta de um guarda-livros, mais tarde sócio gerente da Fábrica de Fiação e Tecidos do rio Vizella. Um irmão de Maria José Carneiro Araújo, Alfredo da Silva Araújo foi um dos sócios fundadores da CUCA. Maria José Carneiro Araújo tinha uma quota na Fiação de Negrellos (Araújo e Gonçaves).

2.3.5. FÁBRICA DE TECIDOS DE VIÚVA DE CARLOS DA SILVA AREIAS & Cª.L.DA – FELPOS BOMDIA

Vizela

Carlos da Silva Areias era um de quatro irmãos de Serzedelo, freguesia de Gondar, concelho de Guimarães, sarreiros de profissão. Vendiam o sarro que era extraido das pipas de vinho, aos agricultores, para adubar os campos. Progressivamente foi começando também a vender panos das tecelagens que entretanto iam proliferando no vale do Ave e durante os anos de 1920 a 1930, terá instalado, em casa, um pequeno conjunto de teares domésticos, montando uma urdissagem, onde urdia as teias que depois distribuia pelas tecelagens domiciliárias, recolhendo posteriormente os tecidos, para vender. Diz-se que chegava a ir até Amarante com os rolos dos tecidos.

Dos outros irmãos, exceptuando um que emigrou para o Brasil, todos tiveram um percurso semelhante. O mais velho, Francisco estabeleceu-se em Gondar, em 1923, com uma oficina manual para a produção de linho e transferiu-se para Covas, nos arredores de Guimarães, em 1926, onde instalou uma fábrica de tecelagem que veio a ter grande importância - o **Progresso de Covas** - e ainda

hoje se conserva na posse dos descendentes (Grupo Grempor). O outro irmão, Agostinho da Silva Areias, viria por seu turno a fundar a empresa **ASA- Agostinho da Silva Areias & Cª L.da** em1929, tendo também montado uma fábrica em Covas, em 1942, no local onde ainda hoje se encontra.

Em 1933, Carlos da Silva Areias construiu a sua primeira fábrica propriamente dita, tendo tido um relativamente grande sucesso, durante a II Guerra. A maior expansão da produção ter-se-à porém operado a partir do fim da Guerra, com a produção de pano de lençol para o mercado interno e para as colónias de África.

Em 1950 fabricava assim, fundamentalmente dois produtos, pano de lençol e atoalhados de mesa.

Carlos da Silva Areias, por volta de 1960, fez uma grande reestruturação da fábrica, com a introdução de teares próprios para fabricar felpos. Desde então e até à actualidade a empresa só se dedica exclusivamente ao fabrico de felpos, com a trademark **"Felpos Bomdia"**.

Carlos da Silva Areias não teve filhos. Deixou como herdeiros da sua fábrica a viúva, com 50% do capital, uma sobrinha da mulher, com 20% do capital e os 19 sobrinhos dos irmãos, em partes iguais com os restantes 30%. A viúva por seu turno cedeu a sua quota aos 3 filhos da sobrinha que assim ficaram com 70% do capital, tendo comprado, a partir de 1966, os restantes 30% aos sobrinhos de Carlos da Silva Areias.

Desde 1971 é administrador da Fábrica, Francisco Oliveira, sobrinho da Viúva de Carlos da Silva Areias. Francisco Oliveira fez a sua formação para a indústria têxtil, numa estamparia do Porto, em 1965. A convite de um irmão, Gaspar Oliveira, esteve em Angola como adjunto da direcção, na TEXTANG. Colaborou também na gestão da fábrica de Vila Pery em Moçambique, TEXTÁFRICA, antes de em 1971, voltar para Guimarães.

Os FELPOS BOMDIA são um exemplo de uma unidade que produz apenas num segmento - a tecelagem - e um produto específico - os felpos. Nunca se integraram para montante, apesar de terem intenção de adquirir uma fiação para se libertarem da dependência de terceiros no abastecimento de matérias-primas. A vida dos FELPOS BOMDIA e a estratégia para a sua sobrevivência e crescimento assentou essencialmente numa remodelação tecnológica, adaptando-se ao comportamento da procura do seu produto. Basicamente procuraram conseguir economias de escala internas.

As maiores remodelações técnicas ocorreram a partir de 1973, quando a sociedade passou a ser constituída pelos três irmãos Oliveira, sobrinhos da viúva de Carlos da Silva Areias. Em 1975, instalaram num edifício novo, em Vizela, teares novos de fabrico suiço. Em 1993 fizem outra grande remodelação técnica, aí se incluindo uma tinturaria automática - cozinha de cores e equipamento de acabamentos novo. Têm algumas operações de confecção para fabrico de felpos e babetes de criança, nalguns casos para ocupar mão-de-obra libertada da tecelagem, onde introduziram teares novos.

Os períodos de maior sucesso para os FELPOS BOMDIA foram nos anos de 1978-80, 1984 e 1989. Os anos de maiores dificuldades foram os de 1974 e 1977. De qualquer forma Francisco Oliveira pensa que os períodos de maior crescimento ou de crise não são comuns a todas as empresas. Fundamentalmente estão relacionados com o produto que cada empresa faz e com a forma como o faz.

Os FELPOS BOMDIA exportavam, por volta de 1993, 60% do que produziam. Empregavam 344 operários e facturaram cerca de 2 milhões de contos.

A empresa não é sub-contratada de outros, nem sub-contrata serviços ou operações a outros.

2.3.6. *EMPRESAS DA FAMÍLIA DE ABÍLIO OLIVEIRA*

(Fábrica de Fiação e Tecidos "A Flor do Campo, L.da"; SOFIL – Sociedade de Fiação de Vizela, L.da; Fábrica de Fiação e Tecidos da Ponte da Pedra, L.da; NARFIL – Narciso Ferreira de Oliveira e Filhos; Sociedade Têxtil da Cuca, S.A)

Um dos grupos míticos da indústria têxtil algodoeira do vale do Ave é constituido pelas empresas fundadas por Abílio Oliveira (12-01-1905 – 27-04-1982) e os seus filhos, Narciso, Maria Fernanda e Abílio Oliveira.

O **Comendador Abílio Oliveira** constituiu um dos casos de histórias de sucesso de um self-made-man, mais conhecidos na região. Natural de S. Tomé de Negrelos, Roriz, concelho de Santo Tirso, Abílio Ferreira de Oliveira montou a Fábrica de Tecidos "A Flor do Campo", na freguesia de São Martinho do Campo, instalando 8 teares que começaram a laborar em 25 de Abril de 1934. No ano seguinte, instalou 12 novos teares e em 1936 dispunha de 40. Em 1936 montou uma secção de acabamentos. O número de teares aumentou entretanto para 80, em 1938 e

120 em 1942. Em 1947 foi montada uma secção de fiação, com 3500 fusos, aumentada para 7000, no ano de 1949. A tecelagem foi também aumentada, dispondo de 200 teares. Na mesma data foi montada a secção de tinturaria, com máquinas automáticas de tingir em peça. Em 1953 foi instalada uma fiação para fios grossos, com 1500 novos fusos. Em 1955 foram substituidos os fusos antigos, automatizada a tinturaria do fio, substituidas as máquinas auxiliares - caneleiras, urdideiras, engomadeiras - por máquinas automáticas e criada uma secção de cardas para tecidos. Em 1957 foram instalados 150 novos teares automáticos suiços e ampliada de novo a fiação, com 8000 novos fusos. Até 1958 foram ainda instalados batedores automáticos, râmulas e máquinas de pré-encolhimento modernas. O edifício foi sendo remodelado e ampliado para se adaptar à instalação das máquinas novas que iam sendo instaladas, com montagem de sistemas de ar condicionado e aquecimento. Em 1959 foram instalados 200 novos teares automáticos.

Abílio Ferreira de Oliveira teve três filhos, dois do primeiro casamento com Maria da Conceição Ribeiro, Narciso Fernando e Maria Fernanda e um do segundo casamento com Maria Isabel Vasconcelos Machado Almeida Costa, Abílio Jorge.

Abílio Oliveira morreu em 1982. Na altura, tinha participações nas seguintes unidades fabris, por ele fundadas ou adquiridas a outros: A Flor do Campo, Mantex, Supercorte, Cuca, Cerâmica do Prado. Não detinha interesses de grande importância fora da indústria, a não ser algumas ligações à construção civil, em Lisboa.

O filho mais velho, **Engº Narciso Oliveira**, estudou engenharia têxtil em Inglaterra e começou a trabalhar na empresa A Flor do Campo em 1953. Casou com uma filha de José Marques Pinto, importador de algodão em rama, do Porto, onde vive actualmente. Nas suas palavras, a terceira geração – os seus filhos e netos de Abílio Oliveira - nasceu da casa Marques Pinto e da ligação Banca-Indústria- Importadores.

Em 1955, o Engº. Narciso Oliveira comprou o alvará a uma unidade fabril decadente, com o objectivo de construir uma nova fábrica de fiação. Assim criou a **SOFIL - Sociedade de Fiação do Vizela, Lda**, em 1955, com uma fábrica em São Martinho do Campo, que começou a laborar em 1964.

A SOFIL produziu sempre atoalhados (felpos). Em 1990, tinha cerca de 750 operários e facturou cerca de 4,5 milhões de contos. Nesse ano exportou cerca de 70% da facturação.

Em 1973, o Engº Narciso Oliveira comprou a **Fábrica de Fiação e Tecidos da Ponte da Pedra**, em São Mamede de Infesta (concelho de Matosinhos), cedendo a quota que detinha em "A Flor do Campo", à irmã, Maria Fernanda. A Fábrica de Fiação e Tecidos da Ponte da Pedra tinha sido fundada em 1936 por Arnaldo Gonçalves, armazenista de tecidos na rua dos Caldeireiros, no Porto, casado com Luciana Ferreira, filha de Narciso Ferreira de Riba d'Ave.

A Fábrica da Ponte da Pedra fazia telas cruas. A partir do momento em que foi comprada pelo Engº Narciso Oliveira foi equipada para produzir *indigo*. Em 1990 foi desactivada a fiação da Fábrica da Ponte da Pedra, passando a ser importado o fio para o *indigo*, da Alemanha. O tecido *indigo* que produzia destinava-se em média, 20% à exportação e 80% ao mercado interno. Esta unidade debatia-se em meados dos anos noventa, com alguns problemas decorrentes da falta de capacidade concorrencial com outros produtores, sobretudo estrangeiros e com a vulgarização e liberalização da produção daquele produto. Tratava-se de um unidade fabril demasiado grande para poder proceder facilmente a uma deslocalização – até certo ponto desejada pelo proprietário – ou às reconversões tecnológicas que a sua competitividade exigiam, em função da localização no interior da Área Metropolitana do Porto.

Em 1979/80, o Engº Narciso Oliveira comprou a Fábrica que actualmente e desde então tem o nome de **NARFIL** e que pertence à sociedade Narciso Ferreira de Oliveira e Filhos. Trata-se da Fábrica da Retorta, fundada inicialmente pela Companhia Rio Ave, criada em 1888. Esta fábrica sofreu várias vicissitudes desde a sua fundação. A primeira sociedade que a instalou viria a abrir falência. Foi comprada por Delfim Ferreira, filho de Narciso Ferreira de Riba d'Ave. Delfim Ferreira tê-la-á vendido a outros, entre os quais um seu empregado da Fábrica de Arcozelo, de apelido Valente tendo vindo chamar-se VALFAR. A VALFAR também abriu falência posteriormente, tendo sido comprada, no final dos anos setenta por um grupo chinês "Winner & Cº." do grupo de Stanley Ho. Foi a este grupo que o Engº Narciso Oliveira comprou a actual NARFIL, em 1979/80. A NARFIL produzia flanelas e telas de diversos tipos, para o mercado interno e externo e telas para guarda-chuvas.

O Engº Narciso Oliveira tem dois filhos que são seus sócios nas diferentes sociedades que dirige: o Dr. Narciso Fernando Ferreira de Oliveria, gestor, formado na Suiça e o Engº. José Fernando Ferreira de Oliveira, engenheiro têxtil também formado na Suiça.

As sociedades industriais do Engº Narciso Oliveira detêm uma parte do capital da SOFIL FRANCE, uma empresa comercial sediada em França. Fora da indústria têxtil, o Engº. Narciso Oliveira tem uma exploração agrícola em São Martinho do Campo, onde produz vinho verde com marca própria "Corsário", as suas sociedades detêm uma empresa de construção civil e tem algumas pequenas participações em diversas empresas financeiras do Norte.

A segunda filha de Abílio Oliveira, **Maria Fernanda Ferreira de Oliveira**, casou com Adão Torcato de Almeida Ribeiro, sexto dos oito filhos de José Torcato Ribeiro Júnior, industrial de cortumes de Guimarães, fundador de algumas fábricas de cortumes e têxteis, a mais conhecida das quais é a de calçado "Campeão Português". Possui, com os filhos, **"A Flor do Campo"**.

O filho mais novo de Abílio Oliveira, **Dr. Abílio Jorge da Costa Oliveira**, é economista. Foi proprietário (com 97% do capital) da **Sociedade Têxtil da CUCA, S.A.** Esta empresa fora adquirida pelo pai, Abílio Ferreira de Oliveira em 1969, no decurso de uma falência ocorrida por volta de 1960. A sua história porém remonta a 1917, quando um grupo de comerciantes do Porto criou a Empresa Têxtil da Cuca, L.da, cuja fábrica se instalou no lugar da Cuca, freguesia de Moreira de Cónegos, concelho de Guimarães. Esta empresa inicial não terá tido muito sucesso. De facto, só em 1923, é que a empresa iria arrancar com a sua produção de forma eficaz, convertendo-se numa das maiores unidades verticais da região. Eram gerentes, em 1923, Francisco Augusto Pinto Félix, filho de César Augusto Félix, armazenista de tecidos no Porto, na rua Passos Manuel, onde geria a firma Félix & Filhos. Francisco Augusto Pinto Félix já anteriormente estivera ligado à Companhia de Fiação e Tecidos do Porto, fundada em 1874 em Montebelo (freguesia de Bonfim, no Porto), actual Avenida Fernão de Magalhães. Dois outros irmãos de Francisco Augusto Pinto Félix, António e Alberto, fundariam também uma outra sociedade sediada no Porto e com fábrica em Santo Tirso - Fábrica de S. Bento da Batalha, em 1926.

Em 1970 a CUCA inicia uma nova fase, com Abílio Oliveira. Era uma unidade vertical, completa. Foi completamente remodelada em termos de maquinaria, passando a produzir basicamente telas cruas para exportação, fundamentalmente para Inglaterra.

Em 1981, começou a trabalhar na CUCA, o Dr. Abílio Jorge Oliveira, filho de Abílio Oliveira. Foi instalada uma nova Fiação e uma nova Tecelagem, com intenção de remodelação da secção de acabamentos posteriormente. Em 1989,

o Dr. Abílio Jorge montou noutra localização, em Fontiscos, Santo Tirso, na proximidade do nó da Auto-estrada A3, um nova fiação, automática, equipada com mecanismos do tipo "*Open-end*". Globalmente a CUCA, em 1993, produzia telas cruas que mandava acabar noutras empresas e exportava (cerca de 80%) e vendia cerca de 30% do fio que produzia, para fora para outras empresas. A montagem da nova fiação de Fontiscos resultou de uma estratégia de modernização e segmentação da empresa mãe, apoiada por fundos PEDIP.

O Dr. Abílio Jorge Oliveira procedeu a uma segmentação interna da empresa, com criação de uma unidade noutra localização, com objectivos de racionalização estratégica da empresa a médio prazo, acreditando nas vantagens de alguma dispersão territorial para uma gestão do pessoal mais eficaz. De qualquer forma, não fazia, no final dos anos noventa, um balanço muito positivo dos grandes investimentos a que procedeu para montar a nova fiação "*Open-end*" em Fontiscos, por causa da subida das taxas de juro verificada nos anos posteriores a esses investimentos. Embora reconhecesse a necessidade de racionalizar a gestão do pessoal, concluiu que os salários não eram o factor crítico no sector.

Comparando a situação em 1991, pouco tempo depois de instalada a nova fiação, verificava-se que:

- A nova fiação consumia 250 toneladas de algodão por mês, com 5 operários por turno, 3 turnos por dia, enquanto que na fiação da antiga unidade da CUCA se consumiam 127 toneladas de algodão por mês, com 27 operários por turno.

- A nova fiação empregava, naquela data, para além dos três turnos de operários, 10 pessoas: 2 no armazém, 2 no laboratório, 2 electricistas, 1 mecânico, 1 porteiro, 1 empregada da limpeza e 1 engenheiro mecânico. O controle de qualidade da matéria prima estava 100% informatizado e os operários empregados tinham um nível muito baixo de qualificação, procedendo fundamentalmente a tarefas de alimentação das máquinas.

2.3.7. LASA - LENÇOS ARMANDO DA SILVA ANTUNES

Armando da Silva Antunes foi debuxador numa fábrica em Vizela, até 1971. A partir dessa data começou a fabricar lenços por conta própria, comprando a tela a outros fabricantes com tecelagens.

Em 1977 criou uma sociedade por quotas com a mulher e os filhos, continuando a fabricar os lenços e passando também a comercializar felpos, para exportação. Com esta actividade de exportação de felpos, foi conhecendo bem a rede de fábricas que produziam aquele produto. Para além da sua sociedade familiar, Armando da Silva Antunes era ainda sócio de MENATEXTIL, firma onde detinha 50% do capital e que comprava as telas para os lenços.

Em 1978 vendeu esta última sociedade.

Armando da Silva Antunes continuou até 1981 a comercializar e exportar felpos. Em 1982 instalou uma fábrica própria para produção de felpos, com teares Jacquards, com apoio financeiro do sitema SIII.

Em 1986, instalou uma fiação autónoma, equipada com 12 máquinas de fiar do tipo "*Open-end*", não só para se abastecer de fio para a sua própria tecelagem, como também para fornecer os fabricantes de felpos que não tinham fiação e que afinal eram seus clientes para a exportação de felpos até então. Em 1990 instalou também uma nova tinturaria automática - cozinha de cores e em 1991, duplicou a fiação e informatizou partes das operações.

1985 foi o ano de maior prosperidade para a empresa devido ao maior volume exportado graças à introdução de um novo tipo de produto, o felpo americano. Em 1992 deu-se uma quebra significativa no volume de vendas da empresa que posteriormente se atenuou e inverteu.

Em meados dos anos noventa continuavam a ser produzidos lenços, os quais representavam apenas 5% da facturação.

A LASA era assim uma empresa vertical que apenas não possuia o segmento de estamparia. Do fio que produzia, vendia parte a outras tecelagens de felpos, entre 35 a 40%. Só consomia algodão em rama, como matéria prima. Exportava cerca de 90% do que produzia.

Em 1993, a LASA tinha cerca de 380 operários e facturava cerca de 3,5 milhões de contos.

2.3.8. *SEDAS VIZELA, JOAQUIM SOUSA OLIVEIRA,S.A.*

Joaquim de Sousa Oliveira, natural de Moreira de Cónegos, trabalhou inicialmente como chefe de tecelagem e afinador de máquinas na Fábrica das Azenhas Novas, em Vizela, propriedade da Empresa Industrial de Vizela.

Antes de montar a sua fábrica, em Caldas de Vizela, em 1936, foi para a Checoslováquia aprender a trabalhar com sedas artificiais. Em 1936, montou a sua firma, para tecer tecidos de fibras artificiais e algodão. Fabricou tecidos de viscose e posteriormente, depois da II Guerra, de nylon, para vestuário.

No final dos anos 50, começou a estampar tecidos, sendo hoje praticamente apenas uma estamparia.

O edifício onde hoje funciona a fábrica, não é o original. Foi construido próximo do primeiro, por necessidade de mais espaço para instalar as máquinas de estampar, cada vez em maior número, à medida que a empresa se foi especializando neste segmento.

As SEDAS VIZELA, JSO, S.A. é um exemplo paradigmático de segmentação da fileira, caracterizado pela divisão social do trabalho. É uma empresa média, com cerca de 350 operários (450 em 1974), especializada num segmento da fileira, organizada segundo um modelo de produção tradicional, usando máquinas e processos de trabalho relativamente antigos, envolvendo uma grande quantidade de mão-de-obra, cuja competitividade reside, acima de tudo, num elevado grau de flexibilidade - conseguem fazer uma grande variedade de produtos, em pequenas e médias metragens, alterando com rapidez o produto em execução.

Nessa situação trabalham quase exclusivamente a feitio, por encomendas ou sub-contractação de outros, clientes estrangeiros ou nacionais, ocupando apenas de forma residual a capacidade instalada para produzir produtos próprios, que a seguir comercializam.

Quando trabalham a feitio ou por sub-contractação de outros, recebem os desenhos e padrões para estampar. Compram também desenhos para estampar tecidos próprios e executam internamente também alguns desenhos, fundamentalmente a partir de desenhos comprados a estilistas estrangeiros.

As SEDAS VIZELA por seu turno ainda subcontratam algumas operações a terceiros, como seja texturização nos algodões.

As SEDAS VIZELA, têm uma secção de tecelagem, com 60 teares de projéctil, marca Sültzer, com uma idade entre 15 e 20 anos, para produzir crepes em viscose, para vestuário de moda.

Tirando essa pequena secção de tecelagem, dispõem de uma estamparia de grande dimensão (?), com máquinas Zimmer, da Áustria (?).

Recorrem muitas vezes às bolsas de máquinas usadas, embora comprem também máquinas novas para produzir pequenas metragens com caracteristicas específicas. Apoiam-se também muito em fabricantes de máquinas do Porto, como por exemplo a empresa Tecninox.

A estamparia sofreu um grande desenvolvimento a partir dos anos oitenta.

As épocas de maior prosperidade da empresa foram o período depois da Guerra e a partir de 1975, com maior crescimento nos anos de 1989 e 1990. É uma empresa onde o volume de vendas tem variações muito bruscas de ano para ano. No ano de 1989 facturou o dobro da facturação de 1996, o que não signifique que tenha havido um declínio na empresa. A elasticidade da empresa para se adaptar a encomendas muito diferentes e com prazos também imprevisíveis e por vezes muito reduzidos, é o seu principal trunfo.

2.4. Outros Casos

2.4.1. GRUPO DA FAMÍLIA MACHADO GUIMARÃES

(FIATECE - Sociedade Têxtil Narciso José Machado Guimarães; Empresa Industrial de Negrelos, L.da; Fábrica de Fiação e Tecidos do Bairro, L.da; Fábrica de Fiação e Tecidos do rio Vizella, L.da)

As empresas que actualmente integram o grupo da família Machado Guimarães têm origens diversificadas, uma delas representando a mais emblemática unidade industrial do século dezanove no vale do Ave, com origem numa sociedade comercial sediada no Porto – a Fábrica de Fiação e Tecidos do rio Vizela. Outras das unidades industriais do grupo têm uma raiz local. Trata-se de um caso de estudo representativo de uma cultura industrial familiar da região, uma dinastia industrial com quatro gerações. Os principais momentos da história da construção deste pequeno grupo de quatro unidades fabris, localmente muito importante, será descrito por ordem cronológica e a partir dos membros da família que sucessivamente foram gerindo as empresas:

José Machado Guimarães nasceu em 1870 e iniciou a sua actividade na indústria têxtil, na gestão de uma fábrica montada pelo sogro, José Alves Salazar, em Pevidém, a "Fábrica de Santo António do Caído" onde também trabalhou Narciso Ferreira, como tecelão.

Em 1908, foi trabalhar para a "Fábrica de Fiação e Tecidos de Bairro", montada por A.J. da Silva Pereira, corretor de algodões, em Bairro e aí permaneceu até 1922, possuindo uma pequena quota do capital da respectiva sociedade.

Em 1922, montou a sua própria fábrica, também vertical, junto ao rio Vizela, na margem oposta a Negrelos, a "Empresa Industrial de Negrelos, Lda" que, ao tempo integrava 2000 fusos e 100 teares mecânicos. Nesta empresa começaria por trabalhar um dos seus filhos Francisco José Machado Guimarães. O seu segundo filho, Narciso José Machado Guimarães, sendo bastante mais novo do que o primeiro, viria a "entrar" para a fábrica cerca de dez anos depois do primeiro, facto que colocou alguns problemas de relacionamento, quando, o pai, José Machado Guimarães decidiu dar sociedade aos dois filhos.

Narciso José Machado Guimarães, perante as dificuldades de integração na sociedade do pai e com a ajuda do sogro, Adelino Marques Pinto, importador de algodão em rama, com escritório no Porto, tomou a iniciativa de montar uma nova sociedade e fundar uma nova fábrica - a "Fiatece" na Vila das Aves, em 1947. Perante a falência eminente da primitiva Fábrica de Fiação e Tecidos de Bairro, Narciso José Machado Guimarães que, aí detinha ainda uma quota herdada do pai, comprou a empresa por volta de 1963-1964. Esta fábrica viria a ser totalmente destruida por um incêndio, em 1973, ano em que morreu Narciso José Machado Guimarães. Francisco José Machado Guimarães morreu sem deixar descendentes e foi o irmão Narciso José quem acabou por comprar à viúva a respectiva quota da Empresa Industrial de Negrelos. Desta forma foi Narciso José quem passou a concentrar nas suas mãos as três sociedades e respectivas unidades fabris.

Em 1972, quando a "Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, Lda" se encontrava paralisada, sem laborar, havia já alguns anos e num momento em que se equacionava a necessidade de criação de um novo estabelecimento para acabamentos nas fábricas de Narciso José Machado Guimarães, este comprou-a, depois de concluir que os edifícios e a extensão de terrenos justificavam a oportunidade do negócio e apresentavam vantagens perante a construção de uma unidade nova.

O período entre 1973 e 1974 correspondeu a grandes dificuldades de reestruturação daquilo que então já formava um grupo de considerável dimensão e integrava quatro sociedades e os respectivos estabelecimentos industriais. A reconstrução da Fábrica de Bairro, a reconversão da Fábrica do Rio Vizela e a morte de Narciso José Machado Guimarães, criaram uma situação de grandes

dificuldades aos seus filhos e herdeiros, agora e com a mãe Maria Francisca Marques Pinto, únicos proprietários das empresas. Os dez anos que se seguiram foram essencialmente de recuperação, iniciando-se a partir de 1980 e com a compra de uma fiação tipo "open-end", um período de relativamente maior prosperidade, à custa de uma renovação e grandes investimentos em capital fixo.

De 1985 a 1990 operaram-se profundas remodelações técnicas das empresas do grupo: em 1980, foi instalada uma fiação "Open-end"; em 1985, foi instalada uma tecelagem nova a jacto de ar na Fábrica de Bairro e na FIATECE; em 1985/86, foram montados teares novos de pinça e projéctil (Sutzer) na Fábrica de Negrelos; em 1990/91, procedeu-se à instalação de um CIM (Computer Integrated Manegment) na FIATECE e em 1990 ainda, foi criada uma tinturaria automatizada (Cozinha de Cores).

O grupo exportou directamente desde 1960.

Os principais produtos produzidos no final dos anos noventa eram fios finos, médios e grossos, de algodão e mistos (Algodão, Viscose + Lã cortada, Algodão + Poliester, Algodão + Lã, Algodão + Linho), telas cruas, têxteis para o lar e tecidos para têxteis técnicos.

No anos noventa eram ainda uma empresa vertical com todos os segmentos, da fiação aos acabamentos e algumas operações de confecção, importavam algodão em rama, através de uma empresa importadora, do Porto, onde têm interesses por ligações familiares e filamentos. Em 1980, consumiam cerca de 700 toneladas de algodão em rama por mês.

Exportavam essencialmente telas cruas para estampar para Inglaterra. Da produção, exportavam 50% directamente.

Em conjunto, as empresas empregavam em 1993, cerca de 1700 operários e facturaram 10 milhões de contos.

José Manuel Machado Guimarães respondeu a um inquérito/entrevista para o presente estudo. Ele representa a quarta geração de uma família produtora de tecidos de algodão, com estabelecimentos fabris. Ele e os seus irmãos, são bisnetos de José Alves Salazar. No vale do Ave este é um caso de excepção. Só no caso da Fábrica do Jacinto, no Porto, foi encontrada uma situação de maior longevidade de uma família numa mesma empresa fabril.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

A Companhia de Moçambique na Exposição da Sociedade de Geographia de Lisboa – Algodão e Borracha. Lisboa: Typographia Adolpho Pinto de Mendonça, 1906.

ACHE, Peter – Institutional Responses for Innovation and Technology: the case of Northrhine Westfalia in Germany. *Sheffield Regional Technopole Symposium*. Sept. 5-7, 1996.

AGLIETTA, Michel - *A Theory of Capitalist Regulation: The U.S. experience*. London: Verso, 1987. Tradução de *Régulation et Crises du Capitalisme - l'experience des Etats-Unis*. Paris : Calmann-Lévy, 1976. (1ªed. - 1974).

AGLIETTA, Michel – *Les Métamorphoses de la Societé Salariale: la France en project*. Paris: Calmann-Lévy, 1984.

Album Comemorativo da Exposição Têxtil Internacional – Julho-Agosto de 1958 – Organizada pela Associação Industrial Portuense no Palácio de Cristal. Porto: AIP, 1958.

ALEXANDRE, Valentim - Um Momento Crucial do Subdesenvolvimento Português: Efeitos Económicos da Perda do Império Brasileiro. *Ler História*, Nº 7, 1986, pp.3-45.

ALEXANDRE, Valentim – *Velho Brasil/ Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal* (Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres). Porto: Portucalense Editora, 1967. I vol.

ALMEIDA, J. A.Simões de – *A Indústria Algodoeira e a Organização Corporativa*. Lisboa: Editorial Império, 1940.

ALMEIDA, J.A. Simões de – *A política dos preços do algodão português*. Lisboa: 1943. (Comunicação feita à Sociedade de Ciências Económicas em 20 de Maio de 1943).

ALVARENGA, Kol de – *O Artezanato Têxtil no Meio Rural Português*. Porto: 1958.

ALVES, Jorge Fernandes – *Fiar e Tecer. Uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Museu da Indústria Têxtil, 1999.

ALVES, Jorge Fernandes – *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficos reunidos, 1994. Tese de doutoramento.

ALVES, Jorge Fernandes; LACERDA, Silvester - Fábrica de Fiação e Tecidos do rio Vizella. As Origens. *O Tripeiro*. 7ª série. Ano XV - N.os 1-2 Jan/Fev. 1996.

AMIN, A.; ROBINS, K. - The re-emergence of regional economies? The mythical geography of flexible accumulation. *Environment and Planning. D: Society and Space*. vol.8.1990. pp.7-34.

AMIN, Ash – The Emilian Model : Institutional Challenges. *European Planning Studies*. Vol7, N°.4, 1999.

AMIN, Ash (Ed.) – *Post-fordism. A reader*. Oxford: Blackwell Publ., 1994.

AMIN, Ash; THRIFT, Nigel - Neo-Marshallian Nodes in Global Networks. *International Journal of Urban and Regional Research* vol.16, N.4, 1992.pp.571-587. p.572

AMORIM, Inês – *Aveiro e sua provedoria no séc.XVIII 1690-1814: estudo económico de um espaço histórico*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1996. Tese de doutoramento.

AMORIM, Inês - Os Poderes Urbanos Face às Mutações Económicas: A Fábrica de Algodão de Aveiro - 1769-78. *Revista da Faculdade de Letras - História*. Porto: II Série, Vol IX, 1992. pp137-171.

Anuários Estatísticos do Reino de Portugal. 1875/...

ARAÚJO, Manoel – *Indústrias de Braga. Notas de um jornalista*. Braga: Tipografia Pax, s/d. (1928?).

ARON, Jean paul – *Misérable et glorieuse la femme du XIX siècle*. Paris. Fayard, 1980.

ASHEIM, Björn T. – Industrial Districts as "Learning Regions": a condition for prosperity. *European Planning Studies*, 1996, Vo, 4, n° 4,pp379-400.

Associação Nacional das Indústrias Têxteis Algodoeiras e Fibras 1963-1988. Comemoração dos 25° aniversário. Porto: ANITAF, 1988.

ATKINSON, J. - *Flexibility, uncertainty, and manpower management. Report of a study conducted under the co-operative research programme of thr I.M.S.*, Falmer, Brighton: University of Sussex, Institute of Manpower Studies, Report n° 89, 1984.

AYDALOT, Philippe – *Dynamique Spatial et Dévelopment*. Paris: Economica, 1980.

AYDALOT, Philippe - Le rôle du travail dans les nouvelles stratégies de localisation. *Revue d'Économie Regionale et Urbaine*.1979.n.2. p174-189.

BAILLY, Antoine - Not Post-industrial yet: a new look at regional economic systems in Europe. in, HEBBERT, Michael; HANSEN, Jens Christian (Ed.) - *Unfamiliar Territory. The Reshaping of European Geography*. Aldershot: Avebury. Gower, 1990. pp.229-235.

BAILLY, Antoine; BOULIANNE, Louis; MAILLAT, Denis e outros - Les Services et la Production; pour un Réexamen des Secteurs Economiques. *L'Espace Geographique*. N.1, 1987,pp.5-13.

BAILLY, Antoine; MAILLAT, Denis - *Le Secteur Terciaire en Question - Activités de Service, Developpement Economique et Spacial*. Paris: Editions Anthropos, 1986.

BARBOSA, José. Para o Estudo das Origens da Indústria em Portugal. *Vértice – Revista de Cultura e Arte*. Nº. 220,222 a 228. Coimbra:1962.

BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de Antiguidades*. 2ª ed. , Porto: Progredior, 1963.

BASTOS, Carlos - *Nova Monografia do Porto*. Porto: Comp.ª Portuguesa Editora, 1938.

BASTOS, Carlos – *A Associação Comercial do Porto*. Porto: A.C.P., 1947.

BASTOS, Carlos - *O Algodão no Comércio e na Indústria portuguesa*. Porto: Edição do Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1947.

BASTOS, Carlos – *O Comércio e a Indústria Têxtil em Portugal*. Porto: 1950.

BASTOS, Carlos – O Livro de Ouro do Comércio e da Indústria. Porto, s/d.

BATHELT, Harald - Die Bedeutung der Regulationstheorie in der wirtschafts-geographischen Forschung. *Geographische Zeitschrift*. 82.Jhrg. 1994. Heft 2. pp.63-90

BATHELT, Harald - Erklärungsansätze industrieller Standortentscheidungen. Kritische Bestandsaufnahme und empirische Überprüfung am Beispiel von Schlüsseltechnologie-Industrien. *Geographische Zeitschrift*. 1992. Hft.4.pp195-213.

BATTIAU, Michel – Essai de Typologie des Régions Anciennement Industrialisées. *Revue Belge de Géographie*. 116.ème année. 1992. Fasc. 1-4. pp.67-74.

BATTIAU, Michel – *Quelques remarques sur la répartition géographique des industries textiles dans le monde*. Colloque International. Viéme session Plénière du Groupe de Géographie des Textiles. Lyon, 1993.

BATTIAU, Michel – Répartition Géographique des Industries Textiles dans le Monde. Évolutions récentes. *L'Information Géographique* 1991, 55 pp.191-196.

BECATTINI, Giacomo – Les Districts Industriels: Milieu Créatif. *Espaces et Societés*. Paris: L´Harmattan, 1992. N. 66-67.

BELLANDI, Marco – On Entrepreneurship, Region and the Constitution of Scale and Scope Economies. *European Planning Studies*. 1996, vol.4, n°4, pp.421-438.

BENKO, Georges – Desenvolvimento regional e indústria de alta tecnologia: um estudo das dinâmicas locativas. *Finisterra* 1993.vol.XXVIII, N. 55-56, pp.73-100.

BENKO, Georges; DUNFORD, M. (Ed) - *Industrial change and regional development: the transformation of new industrial spaces*. London: Belhaven Press (Pinter Pbls), 1991.

BENKO, Georges; DUNFORD, Mick - Structural Change and the Spatial Organisation of the Productive System: an Introduction. In BENKO, Georges; DUNFORD, Mick - *Industrial Change and Regional Development*. London: Belhaven Press, 1991.pp3.23.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (org.) - *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes. Os Novos Paradigmas da Geografia Económica*. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (organizadores) - *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes. Os novos Paradigmas da Geografia Económica*. Oeiras: Celta Editora, 1994. (1ª ed. Francesa de 1992).

BERTAUX, Daniel – *Destinos Familiares e Estrutura de Classe*. Lisboa: Moraes, 1978.

BERTAUX, Daniel (Ed) – Biography and Society. The life history approach in the social sciences. London: Sage, 1983. Studies in Internacional Sociology, N° 23.

Boletim da D.G.S.I. n° 503 de 20 de Agosto de 1958

Boletim do Trabalho Industrial. n° 116. Lisboa: Imp. Nac., 1926.

Boletim do Trabalho Industrial. N° 39. Lisboa: Imprensa nacional, 1910.

Boletim do Trabalho Industrial. n° 49. Lisboa: Imp. Nac., 1910.

Boletim do Trabalho Industrial. n° 83. Lisboa: Imp. Nac., 1913.

Boletim trimestral do BNU. N° 44 de 31 /12/1960.

Boletim Trimestral do BNU. N°97. Jan/Mar 1974.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – A Associação Comercial do porto no Contexto político-económico do segundo quartel do século XIX. *Análise Social*. XXII, 1986 – 2°. P.91.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima - Lisboa: bastião do proteccionismo (pautas, política e indústria nos anos 30-40 do século passado). *Análise Social*. vol.XXVI (112-113), 1991 (3° e 4°), pp.515-535.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991(Imprensa Universitária, n° 89).

BOURDIEU, Pierre – *La Distinction*. Paris: Éd. Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre – *Théorie de la Pratique*. Genéve: Droz, 1972.

BOUSSEMART, Benoît; BANDT, Jacques de - The Textile Industry: Widely varying structures. in JONG, H. W. de - *The Structure of Eueopean Industry*. Third Rev. Ed. Dordrecht, The Netherlands, Kluwer Academic Publischers, 1993. pp.203-235.

BOYER, Robert - Abordagens em termos de Regulação e Análises da Crise - Bibliografia Geral. *Cadernos de Ciências Sociais*.1988.n.6

BOYER, Robert – *Capitalisme fin de siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.

BOYER, Robert - *La flexibilité du travail en Europe: une étude comparative des transformations du rapport salarial dans sept pays de 1973 a 1985*. Paris: La Decouverte, 1987.

BOYER, Robert – *La Théorie de la Regulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte, 1986.

BOYER, Robert – *Rapport salariale et analyses en terme de régulation – une mise en rapport avec les théories de la ségmentation du marché du travail.* (Workingpaper nº 8017) Paris: CEPREMAP, 1980.

BRANDÃO, António Abílio Garrido da Cunha – *Economia Industrial e Economia Internacional: convergências, cruzamentos e reconsiderações. A propósito de um estudo de economia industrial aplicado ao caso português.* Porto, Faculdade de Economia do Porto, 1991. (Tese de Doutoramento).

BRAVO, Nelson Saraiva – *A cultura algodoeira na economia do norte de Moçambique*. "Estudos de Ciênncias Políticas e Sociais". Nº66 (1963).

BREITENACHER, Michael - *Textilindustrie im Wandel.* Frankfurt am Main: Gesamtextil, 1989.

BRITO, José Maria Brandão de – *A Industrialização Portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial.* Lisboa: Publicações D. Quixote, 1989.

BRITO, José Maria Brandão de – Os engenheiros e o pensamento económico do Estado Novo. In CARDOSO, José Luís (Org. e Pref.) – Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1998. pp.209-234.

BUTLER, Christopher Jensen; PIRES, Iva Maria Miranda – *Industrial structure and regional development in Portugal*. Aahrus: Geographical Institute University of Aarhus, 1983.

CABRAL, Manuel Villaverde - *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*. (3ª ed.), Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

CABRAL, Manuel Villaverde - *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*. (2ª ed.), Lisboa: Editorial Presença, 1988.

CANADAS, Natália – *O PEDIP e a política industrial para Portugal nas vésperas do séc. XXI*. Coimbra: Coimbra Editora, 1993.

CAPELA, José - *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900)*. Porto: Ed. Afrontamento, 1975.

CAPELA, José – *Moçambique pelo seu povo*. Porto: Afrontamento, 1974.

CARMONA BADÍA, Joám - *El atraso industrial de Galicia. Auge y liquidación de las manufacturas textiles (1750-1900)*. Barcelona: Editorial Arial, S.A., 1990.

Carta de A.S.P.Magalhães a Duarte Gustavo Nogueira Soares, publicada no Jornal da Associação Industrial Portuense de 17 de Março de 1860.

CASTELLS, Manuel *La Question Urbaine*. Paris: François Maspero, 1981.

CASTELLS, Manuel – Mudança tecnológica, reestruturação económica e a nova divisão espacial do trabalho. *Sociedade e Território*. Nº 3. pp.112-121.

CASTELLS, Manuel - *Sociologia del Espacio Industrial*. Madrid : Editorial Ayuso, 1977.

CASTELLS, Manuel (Ed.) - *High Technology, Space and Society*. "Urban Affairs Annual Reviews".vol. 28. Beverly Hills, California: Sage Publications, Inc.,1985.

CASTRO, Armando - *A Revolução industrial em Portugal no século XIX*. (4ª ed.), Porto: Limiar, 1978.

CHAPMAN, Stanley - The Decline and Rise of Textile Merchanting 1880 -1990. in ROSE, Mary B. - *International Competition and Strategic Response in the Textile Industrias Since 1870*. London: Frank Cass and C. L.td, 1991. pp171-190.

CHAVES, António - *Estudo sobre os diversos systemas de remoção das imundicias, adoptadas nas principais cidades da Europa e sua aplicação à cidade do Porto*. Porto: Typ. de A.J.da Silva Teixeira, 1886.

CHORLEY, Richard; HAGGETT, Peter – *Models in Geography*. London: Methuen, 1967. HARVEY, David - *Explanations in Geography*. London: Edward Arnold, 1976.

CHRONAKI, Z.; HADJIMICHALIS, C.; LABRIANIDIS, L.; VAIOU, D. - Diffused Industrialization in Thessaloniki: From Expansion to Crisis. *International Journal of Urban and Regional Research*. 1993.vol.17.n.2.pp.178-194.

Cidade do Porto - Dedicada ao Ill.mo Ex.mo Sr. Brigadeiro Gen. Sir Nicolao Trant, Commendador da Ordem da Torre e Espada, Encarregado do Governo das Armas do Partido do Porto: pelo George Balck, Assistente do Quartel Mestre General do Exército Britânico. London: Published August 12th.1813 by S.I. Neele, Strnd. (39,2 cm x 42,2 cm).

CLARK, Gordon L. - Regulating the restructuring of the US steel industry: Chapter 11 of the Bankruptcy Code and Pension Obligations. *Regional Studies*. 1991.vol.25.n.2.pp.135-154.

CLARKE, Martin; WILSON, Alan - Mathematical Models in Human Geography: 20 years on. in, PEET, R, THRIFT, N. - *New Models in Geography*. vol 1 pp.30-39.

Classics in human geography revisited (MASSEY, Doreen – *Spatial Divisions of Labour...*), Commentary 1: Ron Martin; Commentary 2: Ann Markusen, Author's response: Doreen Massey. *Progress in Human Geography*, 1993, vol.17, n°1.

Conde de Campo Belo (D. Henrique) (coll.) - *Os Franceses no Porto em 1809 (Testemunho de António Mateus Freire de Andrade)* Porto: Gab. de Hist. da Cidade. C.M.P., 1945 (Doc. e Mem. para a Hist. do Porto: XIII).

CORBRIDGE, Stuart - Development Studies. *Progress in Human Geography*. 1990, vol. 14, n. 3. p. 392-403.

COSTA, Ramiro – *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal.* Lisboa: Assírio e Alvim, 1878

COSTA, Ramiro – *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal.* Lisboa: Assírio e Alvim, 1976.

CROSS, M. – *New firm formation and regional development*. Aldershot: Cower, 1981.

CRUZ, João Perpétuo da – *A Indústria – Exposição Portuguesa de Sevilha*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1929.

CRUZ, Manuel Braga da – Os Monárquicos e o Estado Novo de Salazar. *Ler História*. 1985, vol.6, p.61.

CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1994 (Tese de doutoramento em História).

CRUZ, Maria Antonieta – Reflexão sobre Fontes para o estudo dos burgueses do Porto na segunda metade do século XIX. *População e Sociedade*. N°4/1998. pp.95-105.

CUNHA e Freitas - Toponímia Portuense. *O Primeiro de Janeiro*. 12 de Março de 1974.

CUSTÓDIO, Jorge - Aspectos Tecnológicos da introdução da maquinofactura nos têxteis portugueses nos finais do antigo regime. in, *Congresso A indústria Têxtil no Vale do Ave. História, Desafios, Perspectivas*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1996

DANIELZYK, Rainer - Gibt es im Ruhrgebiet eine "Postfordistische Regionalpolitik?". *Geographische Zeitschrift*.1992. 80.Jhrg. Heft2.pp.84-105.

DAUMARD, Adeline – La société bourgeoise en france au XIX.e siècle. *Revista de História*. 1989, vol.IX, Faculdade de Letras do Porto. P.247-266.

DIAS (Júnior) – J. N. Ferreira – *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa.* Vol.I. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945.

DIAS, Delfim - O Mundo Têxtil no ano 2000. Problemas e Prespectivas. (Tradução e adaptação de um artigo de U. Hartmann do International Textile Bulletin de Maio de 1988). *Nova Têxtil*, Porto: 1995, N°37, Julho 95.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho – *A Relação das Fábricas de 1788*. Coimbra: 1955. Separata do Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra, vol.III, n°4, 1954 e vol.IV, n°1, 1955.

Documentos authenticos acerca dos domínios do D. Prior e Cabido da insigne e real Collegiada de São Martinho de Cedofeita da cidade do Porto que provam a sua origem de doação régia. Porto: Typographia da Casa Real, 1874.

DOMINGUES, Álvaro – Estudo Socio-económico da Área Metropolitana do Porto – Serviços às Empresas (relatório parcelar). Porto: Junta Metropolitana, 1993.

DORE, Ronald – *Flexible Rigidities. Industrial policy and sructural adjustment in the Japanese Economy 1970-1980*. London: Athlone Press, 1986.

DUNFORD, M. - Theories of Regulation. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1990.vol.8, pp.297-321.

DUNFORD, Michael; BENKO, Georges – Neo-fordism or post-fordism? Some conclusions and further reamrks. In BENKO, Georges; DUNFORD, Michael – *Industrial Change and Regional Development: the Transformation of New Industrial Spaces*. London: Belhaven Press, 1991.

DUNFORD, Michael; PERRONS, Diane – *The Arena of Capital*. London: Macmillan, 1983. (Critical Human Geography

DUPRAT, Henri - Problèmes posés par les nomenclatures et l'agrègation. in *Économie Industrielle. Problématique et Méthodologie*. Paris: Economica, 1983.

ENTRIKIN, J. Nicholas - *The Betweenness of Place. Towards a Geography of Modernity*. Londres: Macmillan Education Ltd. ,1991 (Critical Human Geography)

Estatística Comercial. 1921/...

Estatísticas do Comércio Externo. INE. Vários Anos. 1967/...

Estatísticas Industriais. INE. Vários anos.

Exposição da Indústria Nacional em 1849. Relatório Geral dos Jurados. Relatórios Especiais. Relação dos Produtos. Lisboa: Sociedade Promotora da Indústria Nacional, 1850.

Exposição Industrial de 1863. Lisboa: Associação Promotora da Indúatria Fabril, 1864.

FERRÃO, João – A Indústria em Portugal: Estruturas Produtivas e Sociais em Contextos Regionais Diversificados. *Finisterra*. 1988. vol. XXIII, n° 45.

FERRÃO, João – Indústria e Território: breve história de uma união feliz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 1987, n° 22, pp55-68.

FERRÃO, João – *Indústria e Valorização do capital – Uma Análise Geográfica.* Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1987. Memórias do CEG n°11.

FERRÃO, João; BUTLER, Christopher Jensen – Existem Regiões Periféricas em Portugal? *Análise Social.* 1988, vol. XXIV, n° 100, pp.355.

FERRÃO, João; BUTLER, Christopher Jensen – *Industrial Development in Portuguese Regions during the 1970's.* Aarhus: Geographical Institute Aarhus University, 1984.

Fiação e Tecidos. Número Único. Porto, 10 de Agosto de 1942.

FIGUEIRA, João Manuel da Costa – *A crise do sector algodoeiro.* Lisboa: Fundo de Fomento da Exportação, 1969. (Colóquio Ao Serviço da Exportação. Comunicação n°28).

FIGUEIREDO, Carlos; RODRIGUES, Eduardo Ferro; CORDOVIL, Francisco; RIBEIRO, José Félix; FERNANDES, Lino – Especialização Internacional, regulação económica e regulação social – Portugal 1973-83. *Análise Social.* 1985, vol XXI (87,88,89), pp.437-447)

FORTUNA, Carlos - *O Fio da Meada. O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960).* Porto: Edições Afrontamento, 1993.

FREEMAN, Christopher; CLARK,John; SOETE, Luc - *Unemployment and Technical Innovation - A study of Long Waves and Economic Development.* London: Frances Pinter Publishers, 1982.

FRIEDRICH, Carl J. - Introduction. In WEBER, Alfred - *Theory of the Location of Industries.* Translated with an Introduction and Notes by Carl J. Friedrich. Chicago and London: The University of Chicago Press, 7th Impression. 1st. Publ.1929, 1969.

GACHELIN, Charles – *La Localization des Industries.* Paris: PUF, 1977.

GAROFOLI, Gioacchino – *Areas of Specialized Production and Small Firms in Europe.* (Policopiado) Durham: St. Aidean's College, University os Durham, 1982 (Conferência: Nacional and Regional Development in the Mediterranean Basin. Durham 13-17 April 1982).

GAROFOLI, Gioacchino – New Firm Formation and Regional Development: The Italian Case. *Regional Studies.* 1994. Vol. 28. n° 4. pp. 381-393.

GASPAR, Jorge – Portugal between centre and periphery. In SHACHAR, Arie, ÖBERG, Sture – *The World Economy and Spatial Organization of Power.* Aldershot: Gower Publishing Company, Ld., 1991.

GASPAR, Jorge – The New Map of Portugal. In HEBBERT, Michael; HANSEN, Jens Christian (Ed.) – *Unfamiliar Territory. The Reshaping of European Geography*. Aldershot: Avebury. Gower, 1990. pp.85-100.

GASPAR, Jorge; KULKE, Elmar; SCHÄTZL, Ludwig (Ed.) – *Effects of the European Integration Process on the Spatial Economic Development in Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1998. (EPRU).

GERALDES, Manuel de Melo Nunes - *Monografia sobre a Indústria do Linho no Distrito de Braga com uma breve notícia sobre outras indústrias no Distrito e algumas considerações sobre o que deva ser o ensino industrial e profissional no país, e em especial, nas escolas de Braga e Guimarães. Relatório do Inquérito Oficial à Indústria do Linho no Distrito de Braga*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1913.

GIBSON, Katherine - MARSHALL, Michael - *Long Waves of Regional Development*. London: Macmillan Education Ltd, 1987.

GIDDENS, Anthony - *The Constitution of Society*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.(1ª ed. 1984).

GODELIER, Maurice – A Teoria da Transição em Marx. *Ler História*. 1983. nº2.pp.99.

GOODMAN, E.; BAMFORD, J.; SAYNOR, P. – *Small Firms and Industrial Districts in Italy*. London: Routledge, 1989.

GOULD, Peter – Why not? The search for spatiotemporal structure. *Environment and Planning A*: Anniversary Issue. 1993. pp.48-55.

GOURAUD, Charles - *Ensaio sobre a Liberdade do Comércio das Nações*. Porto: Typ. da Imprensa, 1859.

GRABHER, Gernot – The weakness of strong ties. The lock-in of regional development in the Ruhr area. in GRABHER, Gernot - *The embedded firm. On the socioeconomics of industrial networks*. London: New York, Routledge, 1993. pp.255-277.

GREGERSEN, Brigitte; JOHNSON, Björn – Learning Economies, Innovation Systems and European Integration. *Regional Studies*. 1997. vo.31, nº 5. pp.479-490.

GREGORY, Derek - Areal Differentiation and Post-Modern Human Geography. in GREGORY, D. ; WALFORD, Rex (Ed.) - *Horizons in Human Geography*. London: Macmillan, 1990 (1º ed. 1989).

GREGORY, Derek - Bloody Theory. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1993, vol 11, p. 253-254

GREGORY, Derek - *Ideology, Science and Human geography*. London: Hutchinson & Co Ltd, 1978.

GREGORY, Derek – *Regional Transformation and Industrial Revolution: A geography of the Yorkshire Woolen Industry*. London: Macmillan,1982.

GREGORY, Derek - Solid Geometry: notes on the recovery of Spatial Structure. in CARLSTEIN, T. - *Timing Space and Spacing Time*. London: Arnold, 1978.pp.187-220.

GREGORY, Derek; URRY, John (Ed.) – *Social Relations and Spatial Structures*. London: Macmillan, 1985.

GREGORY, Derek; WALFORD, Rex (Ed.) – *Horizons in Human Geography*. London: Macmillan, 1990.

GRITSAI, Olga; TREIVISH, Andeï; VANDERMOTTEN, Christian - Les Vielles Régions Industrialisées Européennes dans la Perspective Historique Global des Rapports Centre-Péripherie. *Revue Belge de Geographie*. 116ème année, 1992. Fasc.1-4 pp.7-39.

GUIMARÃES, Ângela – *Uma corrente do colonialismo português – A Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

GUIMARÃES, Manuel da Silva - *História de uma Fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar*. Santarém: Junta Distrital, 1976.

HAGGETT, Peter; CHORLEY, Richard – *Directions in Geography*. London: Methuen, 1973.

HAGGETT, Peter; CHORLEY, Richard – *Socio-economic Models in Geography*. London: Methuen, 1968.

HALL, Peter; PRESTON, Paschal - *The Carrier Wave. New Information and the Geography of Innovation.1846-2003*. London: Unwin Hyman Ltd., 1988.

HARDILL, Irene – *The Regional Implications of Restructuring in the Wool Textile Industry*. Aldershot: Gower, 1987.

HARRISON, Bennett – Industrial Districts: Old Wine in New Bottles? *Regional Studies*. 1992. vol. 26, nº 5, pp.469-483.

HARRISON, Bennett - The Italian Industrial Districts and the crisis of the Cooperative Form: Part I. *European Planning Studies*. 1994, vol.2, nº1,pp.3-22.

HARTMANN, U. – O Mundo Têxtil no Ano 2000. Problemas e perspectivas. Nova Têxtil. Revista da Associação Portuguesa dos Engenheiros e Técnicos Têxteis. 1995. nº37. pp.66-73. (Tradução de Delfim Dias)

HARVEY, David – *Explanations in Geography*. London: Edward Arnold, 1976.

HARVEY, David - *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the origins of Cultural Change*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

HARVEY, David - *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1984. (1ª ed. 1982).

HARVEY, David - *The Urban Experience*. Oxford: Basil Blackwell, 1992. (1ª ed. 1989).

HARVEY, David – *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1979 (1ª ed. Inglês: *Social Justice and the City*. Londres: Edward Arnold, 1973)

HARVEY, David; SCOTT, Allen - The Practice of Human Geography: Theory and Empirical Specificity in the Transition from Fordism to Flexible Accumulation. in MACMILLAN, Bill - *Remodelling Geography*. Oxford: Basil Blackwell, 1989. Pp. 217 a 229.

HAUFF, Thomas - *Die Textilindustrie zwischen Schrumpfung und Standortsicherung*. Dortmund: Dortmunder Vertrieb für Bau- und Plannungsliteratur, 1995. Duisburger Geographische Arbeiten, nr.14.

HEBBERT, Michael; HANSEN, Jens Christian (Ed.) – *Unfamiliar Territory. The Reshaping of European Geography*. Aldershot: Avebury. Gower, 1990.

HEIDENREICH, Martin – Beyond Flexible Specialization: Thr Rearrangement of Regional Production Orders in Emilia-Romagna and Baden-Würtemberg. *European Planning Studies*. 1996, vol4, n°4, pp.401-419.

HENRY, Nick - The New Industrial Spaces: Locational Logic of a New Production Era?. *International Journal of Urban and Regional Research*. 1992.vol16.n.3.pp.375-396.

HERGETH, Helmut H.A. - *Investitionsstrategien für stagnierende Branchen. Dargestellt am Beispiel der Textilindustrie der Bundesrepublik Deutschland*. München : Lit Verlag, 1986.

HIRSCHMANN, Albert – *Vers une Économie Politique Élargie*. Paris: Éditions de Minuit, 1986.

História da Casa "Graham" nas suas Linhas Geraes. 1800-1932. Porto: Litografia Nacional, 1932.

História da Casa "Graham" nas suas Linhas Geraes. 1800-1932. Porto: Litografia Nacional, 1932.

HOBSBAWM, Eric J. – *A Era do Capital: 1848-1875*. Lisboa, Editorial Presença, 1979.

HOBSBAWM, Eric J. – *Industry and Empire: an Economic History of Britain since 1750*. London: Weindenfeld and Nicolson, 1968.

HOBSBAWM, Eric J. – *Primitive Rebels: studies in archaic forms of social movement in the 19th and 20th centuries*. Manchester, Manchester University Press, 1978.

HUDSON, Pat - *The Genesis of Industrial Capital. A Study of the West Riding Wool Textile Industry c.1750-1850*. Cambridge: C.U.P., 1986.

HUDSON, Pat (Ed) - *Regions and Industries. A perspective on the industrial revolution in Britain*. Cambridge: CUP, 1989.

HUDSON, Ray – Regional futures: industrial restructuring, new high volume production concepts and spatial development strategies in the new Europe. *Regional Studies*. N°. 31. 1997. p.467-478.

Inquérito Industrial de 1865 - Actas das Sessões da Comissão de Inquérito, Lisboa: Imprensa Nacional, 1865. Vol. I.

Inquérito Industrial de 1881. Depoimentos.

Inquérito Industrial de 1881. 1ª Parte. Depoimentos. Lisboa: Imp. Nac., 1881.

Inquérito Industrial de 1881. 2ª Parte. Visita às Fábricas. Livro Terceiro.

Inquérito Industrial de 1881. Distrito Administrativo do Porto. Livro Segundo.

Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Directo. Segunda Parte. Visita às Fábricas. Livro Primeiro.

Inquérito Industrial de 1890. vol.IV. Industrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete). Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

Inquérito sobre o Estado da Indústria de Tecelagem na Cidade do Porto e situação dos Respectivos Operários. Lisboa: 1888.

ISAACMAN, Allen – Historical amnesia, or, the logic of capital accumulation: cotton production in colonial and poscolonial Mozambique. *Environment and Planning D: Society and Space* 1997, vol. 15, pp757-790.

JACOMET, Dominicque - *Les Textiles*. Paris: Economica, 1992.

JACOMET, Dominique - *Le Textile-habillement. Une Industrie de pointe!*. Paris: Economica, 1989.

Jahrbuch der Textilindustrie 1992. Gesamtextil – Gesamtverband der Textilindustrie in der Bundesrepublik Deutschland. Eschborn: Textil-Service-und Verlags-Gesellschaft mbH, 1992.

JESSOP, Bob - Fordism and Post-fordism: A Critical Reformulation. in STORPER, M.; SCOTT, A. J. (Ed.s) - *Pathways to Industrialization and Regional Development*. London: Routledge, 1992.pp.46-69.

JOHNSTON, R.J. - The State, the region and the division of labour. in SCOTT, A; STORPER, M. (Eds.) - *Production, Work, Territory - The Geographical anatomy of Industrial Capitalism*. Boston, Allen & Unwin, 1986. pp.265-280.

JOHNSTON, R.J.; TAYLOR, P.J. (Ed.) - *A World in Crisis? Geographical Perspectives*. Oxford: Basil Blackwell, 1990 (1ª ed. 1989).

JORGE, Ricardo - *População do Porto (Origens e Desenvolvimento da) - Notas Históricas e Estatísticas*. Porto: Typ. Occidental, 1897.

Jornal da Associação Industrial Portuense. Porto: Associação Industrial Portuense, 1853/...1863.

JUSTINO, David - *A Formação do espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913.* Vol.I. Lisboa: Vega, 1988.

KEANE, Julie; ALLISON, Janelle – The intersection of the learning region and local and regional economic development: analysing the role of higher education. *Regional Studies*. 1999. vol. 33. n°. 9. pp. 896-902.

KEEBLE, David; LAWSON, Clive; SMITH, Helen Lawton; MOORE, Barry; WILKINSON, Frank – *Collective learning processes and inter-firm networking in innovative high-technology regions.* (Policopiado) Cambridge: ASRC Centre for Business Research, University os Cambridge, 1997. (Paper presented at the Regional Studies Association "Regional Frontiers" EURRN European Conference, 20-23 September 1997, Frankfurt (Oder), Germany.

KERN, Horst; SCHUMANN, Michael - *El Fin de la Division del Trabajo. Racionalización en la Producción industrial: situación actual, determinación de las tendencias.* (1ª ed. alemã de 1984). Madrid: Ministerio de Trabajo e Seguridad Social, 1988.

KISCH, Herbert - The textile industries in Silesia and the Rhineland: a comparative study in industrialization. In KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen – *Industrialization before Industrialization. Rural Industry in the Genesis of Capitalism*. Cambridge: C.U.P., 1981. Pag. 138-217.

KNAPP, W. – The Rhine-Ruhr Area in Transformation: Towards a European Metropolitan Region? *European Planning Studies.* 1998. vol.6, n°4, pp.379-393.

KOBAYASHI, Audrey; MACKENZIE, Suzanne (Ed) – *Remaking Human Geography.* Boston: Unwin Hydman, 1989.

KRIEDTE, Peter – *Peasants, Landlords and Merchant Capitalists: Europe and the World Economy 1500-1800.* Warwickshire: Berg Publishers, 1983.

KRIEDTE, Peter - The Origins, the agrarian context, and the conditions in the world market. in KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen - *Industrialization before Industrialization. Rural Industry in the Genesis of Capitalism*. Cambridge: C.U.P., 1981.pp.12-37.

KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen – *Industrialization before Industrialization. Rural Industry in the Genesis of Capitalism.* Cambridge : CUP, 1981(1ª ed. em língua alemã, 1977)

LACERDA, D. Prior Francisco Correia de Lacerda - *História da antiquíssima e santa igreja hoje insigne Collegiada de S. Martinho de Cedofeita e da origem e natureza dos seus bens.* Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira, 1871.

LAINS, Pedro – Exportações Portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada. *Análise Social*. 1986, Vol. XXII (91). Pp. 413.

LAINS, Pedro – O Proteccionismo em Portugal (1842-1913): um Caso mal sucedido de industrialização concorrencial. *Análise Social*. 1987, Vol. XXIII (97).pp.481-500.

LANGANAUER, Jakob - Tecelagem do Futuro. Consequências Económicas e Técnicas. *Nova Têxtil* Porto: 1985, n°2.pp.18-23.

LANGTON, John; MORRIS, R.J. (Ed.) – *Atlas of the Industrialization of Britain – 1780-1914*. London: Methuen, 1986.

LASH, Scott; URRY, John - *The End of Organized Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 1993 (1ª ed. 1987).

LEBORGNE, D. ; LIPIETZ, A. - New technologies, new modes of regulation: some spacial implications. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1988. vol.6.(3) pp.263-280.

LECLERCQ, Philippe - *D.M.C. au fils du temps*. Policopiado, Association D.M.C. pour le développement des oeuvres de l'art et de l'esprit, 1991.

LECOQ, Bruno – *Reflexion sur la dynamique des districts industriels: une perspective evolucionniste*. (Policopiado). Contribuition présentée à la session "Dynamiques des Territoires" – XLIe. Congrès Annuel de l'Association Française de Science Economique. "La Localization des Activités Economiques dans l'espace mondial".

LEUTENECKER, Barbara – *Die Textilindustrie im Raum Albstadt*. (Diplomarbeit) Nürnberg: Friedrich Alexander Universität ErlangenNürnberg, 1992.

LIPIETZ, Alain – *Accumulation, crises et sorties de crises: quelques réfléxions methodologiques autour de la notion de régulation*. Paris. CEPREMAP, 1984.

LIPIETZ, Alain – L'Imperialisme, ou la bête de l'apocalypse: modestes considerations sur la mouvante division internacionale du travail. *Les Temps Modernes*. 1983. n° 447.

LOVERING, John – Creating discourses rather than jobs: the crisis in the cities and the transition fantasies of intellectuals and policy makers. In HEALEY, Patsy (Ed.) - *Managing Cities: the new urban context*. New York: Wiley, 1995. pp.110-126.

LOVERING, John - Fordism's unknown sucessor: a comment on Scott's theory of flexible accumulation and the re-emergence of regional economies. *International Journal of Urban and Regional Researsch*. vol.14, n°1, pp.159-174.

LOVERING, John – *Theory led by Policy? The Inadequacies of 'The New Regionalism' in Economic Geography Illustrated from the Case of Wales*. (Policopiado). Cardiff: Cardiff University, 1998. (Paper presented at the Economic Geography

Research Group Seminar 'Institutions and Governance', July 3 – 1998, Department of Geography UCL, London)

MACEDO, Jorge Borges de - *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. 2ª ed, Lisboa: Querco, 1982. (1ª ed. 1963).

MAGALHÃES, António da Silva Pereira - *1780-1880 : A liberdade que governa; a liberdade que desgoverna: carta ao Ill.mo e Ex.mo Snr. Manoel Pinheiro Chagas , Ministro da Marinha e do Ultramar*. Porto: ed.a., 1883.

MAGALHÃES, António da Silva Pereira - *Anarchia Pautal - Exigência dos Estampadores*. Porto: ed.a., 1887.

MAGALHÃES, António da Silva Pereira - *Exposição Industrial dirigida ao Ill.mo Snr. Dr. Eugénio Ferreira Pinto Basto*. Porto: Associação Industrial do Porto: 1853.

MAGALHÃES, Maria Madalena Allegro de - A Indústria do Porto na Primeira Metade do Século XIX. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. Porto: I Série, Vol.IV, 1988, pp.111-154.

MAGALHÃES, Maria Madalena Allegro de - *Aspectos da Industrialização no Porto. Reflexos actuais na estrutura urbana do desenvolvimento suburbano da grande indústria no século XIX - Cedofeita e a Fábrica do Jacinto*. VI Colóquio Ibérico de Geografia. Porto: Instituto de Geografia, 16 Setembro de 1992.

MAGATTI, Mauro – The Market and Social Forces: a comparative Analysis of Industrial Cahnge. *International Journal of Urban and Regional Research*. 1993, vol 17, n° 2, pp.213-231.

MAILLAT, Denis – Interactions between urban systemsand localized productive systems: an approach to endogenous regional development in terms of innovative milieu. *European Planning Studies*. 1998, vol 6, n°2, pp.117-129.

MALMBERG, Anders – Industrial geography: aglomeration and local milieu. *Progress in Human Geography*. Vol.20, n° 3, 1996. p.392 –403.

MALMBERG, Anders – Industrial Geography: location and learning. *Progress in Human Geography*. 1997, vol.21, n°4, pp.573-582.

MALMBERG, Bo – Problems of time-space co-ordination: a Key to the understanding of multiplant firms. *Progress in Human Geography*. Vol.19, nr.1, 1995, pp47-60.

MANDEL, Ernest - *Marxist Economic Theory*. Vol.I. N.Y.: Monthly Review Press, 1968.

MANDEL, Ernst - *Late Capitalism*. (1ª ed. 1972). London: Verso, 1987.

Mappa Geral Estatístico que representa as Fabricas do Reino -1812. - A.M.H.O.P. - JC 12 1ª Caixa (Parte encontra-se publicado nas *Variedades*... de Acúrsio das Neves.

MARKUSEN, Ann – *Fuzzy Concepts, Scanty Evidence, Policy Distance: The Case for Rigor and Policy Relevance in Critical Regional Studies*. (Policopiado) Minneapolis: Humphrey Institute of Public Affairs, 1999. (Publicado quase na íntegra em: *Regional Studies*. 1999. vol 33. nr.9. pp.869-884 – Debates and Surveys).

MARKUSEN, Ann – Interaction between Regional and Industrial Policies: Evidence from Four Countries. *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics*, 1994. The Internacional Bank for Recontruction and Development/ The World Bank.

MARKUSEN, Ann – Sticky Places in Slippery Space: A Typology of Industrial Disctricts. *Economic Geography*. Vol. 72. nº 3. 1996. pp.293-313.

MARKUSEN, Ann; LEE, Yong-Sook; DIGIOVANNA, Sean (Ed.) – *Second Tier Cities. Rapid Growth beyond the Metropolis*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 1999.

MARQUES, Alfredo – *Política Económica e Desenvolvimento em portugal (1926-1959). As duas estratégias do estado Novo no período de isolamento nacional*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

MARQUES, Teresa Maria Vieira de Sá – *Sistema produtivo industrial e território: um estudo da têxtil em Guimarães*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1987. (Tese de Mestrado em Geografia Humana e planeamento regional e local).

MARSHALL, Michael - *Long Waves of Regional Development*. London: Macmillan Education Ltd, 1987.

MARTIN, Ron - Industrial Capitalism in transition: the contemporary reorganization of the British space-economy. in MASSEY, D.; ALLEN, J. (Eds) - *Uneven Re-development: Cities and Regions in transition. A Reader*. London: Hodder and Stoughton, 1988. pp.202-231.

MARTINS, Maria Belmira – As Multinacionais em Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

MARTINS, Maria Belmira – *Sociedades e Grupos em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

MARTINS, Maria Belmira; ROSA, José Chaves – O Grupo Estado. Lisboa: Edições Jornal Expresso, 1979.

MARX, Karl - *O Capital. Crítica de Economia Política*. Livro Primeiro. Tomo I. Lisboa: Editorial "Avante", 1990.

MARX, Karl - *O Capital. Crítica de Economia Política.* Livro Primeiro. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1992

MASS, William; LAZONICK, William - The British Cotton Industry and International Competitive Advantage: The State of the Debates. in ROSE, Mary B. (Ed) - *International Competition and Strategic Response in the Textile Industries since 1870.* London: Frank Cass, 1991. p.9-65.

MASSEY, Doreen – New Directions in Space. In GREGORY, Derek; URRY, John – *Social Relations and Spatial Structures.* London: Macmillan, 1985.

MASSEY, Doreen – *Space, Place and Gender.* Cambridge: Blackwell Publis., 1994.

MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production.* (1ª ed. 1984). London: Macmillan Education Ltd, 1990.

MASSEY, Doreen - The U.K. electrical engineering and electronics industries: the implications of the crisis for the restructuring of capital and locational change. in DEAR, Michael; SCOTT, Allen (Ed.) - *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society.* London: Methuen and C° Ltd., 1981.pp 199-230.

MASSEY, Doreen - *Which"New Technology"?* (Urban Affairs Annual Reviews. vol. 28). Beverly Hills, California: Sage Publications, Inc.,1985. - pp.302-316.

MASSEY, Doreen, ALLEN, John (Ed.) – *Uneven redevelopment: cities and regions in transition: a reader.* London: Hadder and Stonghton, 1988.

MASSEY, Doreen, MEEGAN, Richard – *The Anatomy of Job Loss. The how, why and where of employment decline.* London: Methuen, 1982.

MASSEY, Doreen; MEEGAN, Richard – Politics and method: contrasting studies in Industrial Geography. London: Methuen, 1985.

MASSEY, Doreen; MEEGAN, Richard - Spatial Divions of Labour in Britain, in *Horizons in Human Geography.* Macmillan, 1989,p.244.257.

MATHIAS, Peter - *A Primeira Nação Industrial. Uma História Económica da Inglaterra. 1700-1914.* Lisboa: Assírio e Alvim, s/d. (1ª ed. Inglesa de 1969).

MENSCH, Gerhard - *Stalemate in Technology: Innovations Overcame the Depression.* (1ª ed. 1975) New York: Ballinger, 1979.

MÓNICA, Maria Filomena - Capitalistas e Industriais (1780-1914) *Análise Social,* Vol. XXIII (99), 1987 -5°, pp.819-863.

MONTEIRO de Andrade - *Plantas Antigas da Cidade (séc. XVIII e primeira metade do séc. XIX)* . Porto: Câmara Municipal, 1943.

MORGAN, Kevin – The Learning Region: Institutions, Innovation and Regional Renewal. *Regional Studies.* 1997. vol 31. N°.5. pp.491-503.

MOSSIG, Ivo – Lokale Spin-off-Gründungen als Ursache räumlicher Branchencluster. *Geographische Zeitschrift*, 88, Jhrg 2000. Heft 3+4. pp.220-233.

MOULAERT, Frank – Rediscovering spatial inequality in Europe: building blocks for an appropriate "regulationist" analytical framework. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1996, vol.14, nº2, pp.127-252.

MOURA, Francisco Pereira de – *Lições de Economia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1966.

MOURA, Francisco Pereira de – *Para onde vai a Economia Portuguesa?* Lisboa. Seara Nova, 1973.

NEGRÃO, José – *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*. Maputo: Promédia e Cooperação Suiça, 2001.

NEMOZ, Guy - *Emergence des Textiles Techniques et des Materiaux Composites en France*. Lyon: Geotex, 1993.

NEVES, José Acúrsio das - *Variedades sobre Objectos Relativos às Artes, Commercio, e Manufacturas, considerados segundo os Princípios de Economia Política*. Lisboa: Impressão Régia, 1814. Porto: Edições Afrontamento, 1985.

NEVES, José de Sousa Machado Ferreira - *Indústria e Comércio dos Têxteis. Introdução ao Estudo da Actividade Têxtil*. Porto : Edição do autor, 1987.

NORCLIFFE, Glen - The regulation of Gerland: from mass production to flexible production in Tony Garnier's ?Cité Industrielle'. *International Journal of Urban and Regional Research*. 1993. vol17. n. 2. pp.195-212.

Nova Têxtil. Revista da Associação Portuguesa dos Engenheiros e Técnicos Têxteis. Porto: 1985/...)

O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em março de 1980.

O'NEIL, Phillip M. – Plants on *stand by*: The Textiles and Clothing Industry in Non-Metropolitan Areas of New South Wales and Victoria. *Australian Geographer*. 1991, vol22, nº2, p.108.

O'FARRELL,P.N.;MOFFAT, L.A.R.; HITCHENS, D.M.W.N. - Manufacturing Demand for Business Services in a Core and Peripherial Region: Does Flexible Production Imply Vertical Disintegration of Business Services?. *Regional Studies*. 1993.vol. 27, n.5 pp.385-400.

OLAIO, Nuno Miguel - Elementos para a Arqueologia Industrial do concelho de Santo Tirso. A Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso. *Santo Tirso Arqueológico*. Nº 1 . 2ª série. 1997. pp.123 a 130

OLIVEIRA, Alberto - O Bairro de Vilar . *Tripeiro*. 2° Anno. N.os 45 e 46.p.134-135 e 154. Porto,1909.

OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim - *Tecnologia Tradicional Portuguesa. O Linho*. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia INIC, 1978.

OSSENBRÜGGE, Jürgen – Politische Geographie im Rahmen der Regulationstheorie und des Postfordismuskonzeptes. *Geographische Zeitschrift*. 1992. Jhrg.80, Hft.2, pp.65.

PARK, S. O.; MARKUSEN, Ann – Generalizing new industrial districts: a theoretical agenda and an applicantion from a non-Western economy. *Environment and Planning A*. 1995. vol.27.n°.27. pp.81-104.

PATRIARCA, Fátima – O triângulo corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-47). *Análise Social*. 1987, vol.XXIII (99), 5°, pp.905-940.

PEDREIRA, Jorge Miguel - Indústria e negócio: a estamparia da região de Lisboa. *Análise Social*. Lisboa: Quarta Série, Vol.XXVI, 1991- 3°-4°, pp.537-559.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Linda-a-Velha: Difel, 1994.

PEET, R.; THRIFT, N., (Ed.) - *New Models in Geography : The political-economy perspective*. 2 vol. London: Unwin Hyman L.td, 1989

PEET, Richard - *Global Capitalism. Theories of Societal Development*. London: Routledge, 1991.

PEREIRA, Ernesto Guilherme – As malhas. A origem e o desenvolvimento da respectiva indústria. As causas da crise que presentemente atravessa. Problemas que urge resolver e dos quais depende o seu futuro. *A Indústria Portuguesa*. 1928, Ano1, n°5.

PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias portuenses na viragem do século: 1880-1910*. Porto: Faculdade de letras, 1993. 2 vol. Tese de doutoramento. (PEREIRA, Gaspar Martins - *Famílias Portuenses no Viragem do Século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.)

PEREIRA, João Manuel Esteves – *A Indústria Portuguesa (sec. XII a XIX). Elementos de logographia industrial* (com uma introdução sobre as corporações operárias em Portugal). Lisboa: Empresa do Occidente, 1900.

PEREIRA, João Martins – Indústria, Ideologia e Quotidiano. Ensaio sobre o capitalismo em Portugal. Porto: Afrontamento, 1974.

PEREIRA, José de Campos – *Portugal Industrial. Características, Números, Comentários*. Lisboa: Livraria Profissional, Imprensa Libanio da Silva, 1919.

PEREIRA, Miriam Halpern – Decadência ou Subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português. *Análise Social*. 1977. vol. XIV, pp.7.

PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do Século XIX*. Lisboa: Cosmos, 1971.

PEREZ, Roland - Introduction méthodologique sur l'articulation filières-stratégies. in *Économie Industrielle. Problématique et Méthodologie*. Paris:Economica, 1983.

PERROUX, François - *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. (1ª ed. em Francês, de 1981 – Aubier: Les Presses de l'Unesco)

PINTADO, Miguel Rodrigues; MENDONÇA, Álvaro – Os Novos Grupos Económicos. Lisboa: Texto Editora, 1989.

PIORE, Michael; BERGER, Suzanne – *Dualism and Descontinuity in Industrial Societies*. Cambridge: C.U.P., 1980.

PIORE, Michael; SABEL, Charles - *The Second Industrial Divide. Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books, Inc.,1989.

PIRES, Iva Maria Miranda – *A Teia e a trama na geografia das indústrias têxtil e do vestuário*. Lisboa: policopiado (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1994.

PRÉVOT, Victor - *Géographie des Textiles. Étude d'un espace économique*. Paris: Masson, 1986 (1ªed.1979).

Quelques Mots de l'Organization Associative de L'Industrie Cotonnière dans le Nord du Portugal – sa participation à l'Ouvre Internacionale de la Culture du Coton. Mémoire à presenter. Association Industrielle de Porto (classes de Filature et Tissage de Coton). Porto, 1905.

QUINTANILHA, A. - *O Problema Algodoeiro Português*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique,1954.

RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.

REIS, Jaime - A Produção Industrial Portuguesa, 1870-1914; estimativa de um índice. *Análise Social*. vol.XXII (94). 1986 pp.903-928.

REIS, Jaime - O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). *Análise Social*. vol.XX, (80), 1984 -1°, pp.7-28.

REIS, José Joaquim Dinis – Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura. Para uma análise da articulação entre a acumulação e a regulação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 1985. nºs15/16/17, pp.225-260.

REIS, José Joaquim Dinis – *Os Espaços da Indústria – a regulação económica e a mediação local numa sociedade semiperiférica*. Coimbra: Faculdade de Economia, 1989. (Tese de Doutoramento).

REIS, José Joaquim Dinis – Os Espaços da Industrialização. Notas sobre a regulação macro-económica e o nível local. Revista Crítica de Ciências Sociais. 1987, nº 22, pp.13-31.

RENDEIRO, João O. - A Indústria Têxtil em Portugal: Novas Estratégias ou Declínio Inevitável? In *Conferências Sobre Problemas da Economia Portuguesa* – I Centenário do Banco Borges e Irmão. Porto. Banco Borges e Irmão, 1984.

Resposta de Silva Pereira e Irmão ao convite feito pela Comissão Central para a exposição portuguesa . Porto: Typ. de j.L. de Sousa, 1855.

REYNAUD-CRESSENT, Bénédicte - Les contenues théoriques du concept de branche dans une problématique de défition de la branche d'édition de livres. in *Économie Industrielle. Problématique et Méthodologie*. Paris:Economica, 1983. pp.83-105.

RIBEIRO, Ernesto de Queiroz – *A primazia das Colónias perante a Metrópole*. Porto: 1947.

RIBEIRO, Ernesto de Queiroz – *O Algodão. Da Colheita à Industrialização*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1946.

RIBEIRO, Ernesto K. de Queiroz - *O Algodão. Novos Processos de Produção, Comércio e Indústria*. Porto: Oficinas Gráficas de "O Comércio do Porto", 1965.

RIBEIRO, João Mendes – *Indústria têxtil Algodoeira. Elementos para uma proposta*. Fafe: Tipografia a Tradição, 1963.

RIBEIRO, José Félix; FERNANDES, Lino; RAMOS, Maria Manuel C. – Grande Indústria, Banca e Grupos Financeiros 1953-73. *Análise Social*. 1989, vol XXIII (99), nº 5, pp.945-1010.

RIBEIRO, José Félix; FERNANDES, Lino; RODRIGUES, Eduardo Ferro – A Especialização Portuguesa: do fracasso ao impasse. In I *Conferência Nacional de Economistas*. Lisboa, 1982.

ROBERTSON, Alex J. - Lancashire and the Rise of Japan, 1910-1937. in ROSE, Mary B. (Ed.) - *International Competition and Strategic Response in the Textile Industries since 1870*. London: Frank Cass and Cº L.td, 1991.pp.87-105

ROCHA, Edgar – Especialização e crescimento económico: alguns aspectos do caso português no período de 1960-74. *Análise Social*. 1981, vol.XVII, nº 66, 2º pp.293-313.

ROCHA, Edgar – Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias. *Análise Social*. 1977, vol.XIII, nº 51, 3º, pp.593-617.

RODRIGUES, Eduardo Ferro; RIBEIRO, José Félix; FERNANDES, Lino – O Sector Exportador Português e a Internacionalização da Produção. Lisboa: GEBEI, 1977.

RODRIGUES, Maria João - *O Sistema de Emprego em Portugal. Crise e mutações.* Lisboa: Publicações D.Quixote, 1988. p.32.

ROSARIO, Jorge Lopes do – La recomposition du Secteur Textile Européen. In ALCOUFFE, Alain (sous la Dir.) – *L'Europe Industrielle. Horizon 93. Tome2.Stratégies Sectorielles des Groupes*. Paris: La Documentation Française, 1991.

ROSAS, Fernando – *Portugal entre a paz e a guerra. 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.1990.

ROSE, Mary B. (Ed.) - *International Competition and Strategic Response in the Textile Industries since 1870*. London: Frank Cass and Cº L.td, 1991.

SÁ, Victor de – *Época Contemporânea Portuguesa I: notas e esquemas para o seu estudo. Cronologias e bibliografias. Onde o Portugal Velho Acaba*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

SACK, Robert David – *Conceptions of Space in Social Thought. A Geographical Perspective*. London: Macmillan, 1980.

SANTOS, Américo Ramos dos – Desenvolvimento Monopolista em Portugal (1968-73). Estruturas Fundamentais. *Análise Social*. 1977, nº 49, pp.69-95.

SANTOS, Boaventura de Sousa – Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: o caso português. *Análise Social*. 1985, vol.XXI, nº87, 88, 89, 3º, 4º, 5º, pp.869-901.

SAXENIAN, Anna Lee - Silicon Valley and Route 128: Regional Prototypes or Historic Excepcions? in, CASTELLS, Manuel (Ed.) - *High Technology, Space and Society*. Urban Affairs Annual Reviews, vol 28,Beverly Hills,Sage Publi. Inc.,1985.pp.81-105.

SAYER, Andrew - Post-fordism in question. *International Journal of Urban and Regional Research*. vol.13.1989. pp.666-695.

SAYER, Andrew - Radical Geography and Marxist Political Economy: towards a re-evaluation. *Progress in Human Geography*.1992.vol16.n.3.pp343-360.

SAYER, Andrew - Realism and Geography, in JOHNSTON, R. J. (Ed.) - *The Future of Geography*. London: Methuen, 1985. pp.159-173.

SCHOENBERGER, Erika - From Fordism to flexible accumulation: technology, comparative strategies, and international location. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1988, vol.6, pp.245-262.

SCOTT, A. J.; KWOK, E.C. – Inter-firm subcontracting and locational agglomeration. A case study of the printed circuits industry in Southern California. *Regional Studies*. 1989, vol. 23, nº5.

SCOTT, A; STORPER, M. (Eds.) - *Production, Work, Territory - The Geographical anatomy of Industrial Capitalism*. Boston: Allen & Unwin, 1986.

SCOTT, Allen – *Metropolis: from the division of labor to urban form*. Berkeley: University of California Press, 1988.

SCOTT, Allen J. – Flexible production systems and regional development: the rise of new industrial spaces in North America and western Europe. *International Journal of Urban and regional researsch*. 1988, 12, pp.171-185.

SCOTT, Allen J. – *New Industrial Spaces: flexible production organization and regional development in North America and Western Europe*. London: Pion, 1988.

SCOTT, Allen J. – *Regions and the World Economy. The Coming Shape of Global Production, Competition, and Political Order*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

SERRÃO, Joel – *Temas Oitocentistas. Para a História de Portugal do Século Passado*. Ensaios. Vols.I e II, 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

SERRÃO, Joel; MARTINS, Maria Belmira – *Da Indústria Portuguesa. Do Antigo Regime ao Capitalismo*. Antologia. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

SHARP, Margaret; HOLMES, Peter (Ed) – *Strategies for new Technology: case studies from Britain and France*. New York: Philip Allen, 1989.

SHORT, John - *The Urban Arena. Capital, State and Community in Contemporary Britain*. London: Macmillan, 1984.

SILVA, Maria Manuela – A Política Industrial e os seus efeitos no emprego e na repartição do rendimento. *Economia e Socialismo*. 1980, vol 51, pp.3-19.

SILVA, Maria Manuela – *O Emprego das mulheres em Portugal. A "mão invisível" na discriminação sexual no emprego*. Porto: Afrontamento, 1983.

SILVA, Mário Rui – A Relação Salarial nas Indústrias Têxteis e do Vestuário em Portugal. Cadernos de Ciências Sociais. 1986, nº4.

SMITH, David - *Industrial Location. An economic and geographical analysis.* New York: John Wiley, 1971.

Sociedade Algodoeira de Fomento Colonial, Sarl – TEXTÁFRICA – 1944-1969 – 25 anos em Moçambique. Vila Pery: Tip. Gonçalves, 1969

Sociedade Promotora da Indústria Nacional - *Exposição da Indústria em 1849* . Lisboa: Typ. da Rev. Universal Lisbonense, 1850. p.105.

SOJA, Edward – *Postmodern Geographies: the reassertion of space in critical social theory*. London: Verso,1989.

SOJA, Edward W. - The socio-spacial dialectic. *Annals of the Association of American Geographers*. 1980. vol.70 n.2 pp.207-225.

SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes –*A Associação Industrial Portuense. Para a História do associativismo Empresarial.* Porto: Associação Industrial Portuense,1996.

SOUSA, Fernando freire; ALMEIDA, Álvaro – A Indústria Têxtil e do Vestuário. Potencialidades e Perspectivas de Evolução no Quadro de uma Análise Estratégica. In *OID do Vale do Ave*. Porto: CCRN, 1988.

STERNBERG, Rolf – Gründungsforschung – Relevanz des Raumes und Aufgaben der Wirtschaftsgeographie. Geographische Zeitschrift, 88, Jhrg. 2000. Heft 3+4. pp. 199-219.

STERNBERG, Rolf – Regional Growth Theories anda High-Tech Regions. *International Journal of Urban and Regional Research*. 1996. vol20. pp518-538.

STOFFAES, Christian - *A Crise da Economia Mundial.* Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991. p. 329 e seg.

STORPER, Michael – *Industrialization, Economic Development and the Regional Question in the Third World*. London: Pion L.td., 1991.

STORPER, Michael – Regional "worlds" of production: learning and innovation in the tecnology districts of France, Italy and the USA. *Regional Studies*, 1993, vol. 27, - 5, pp.433-455.

STORPER, Michael - Technology and Spatial Production Relations: Disequilibrium, Interindustry Relationships, and Industrial Development. in CASTELLS, Manuel (Ed.) - *High Technology, Space and Society*. Urban Affairs Annual Reviews. vol. 28. Beverly Hills, California: Sage Publications, Inc.,1985. p.265 a 283.

STORPER, Michael; SCOTT, Allen J. – *Pathways to industrialization and Regional Development*. London: Routledge, 1992.

STORPER, Michael; SCOTT, Allen J. - The geographical foundations and social regulation of flexible production complexes. in WOLCH, Jennifer; DEAR,

Michael (Ed.) - *The Power of Geography. How Territory Shapes Social Life*. Boston, Unwin Hyman, 1989.

STORPER, Michael; WALKER, Richard - *The Capitalist Imperative. Territory, Technology, and Industrial Growth*. New York: Basil Blackwell, 1989.

Strukturfragen der Textilindustrie. Kooperation zwischen dem Lehrstuhl für Industriebetriebslehre am Betriebswirtschaftlichen Institut der Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg, Prof. Dr. W. Pfeiffer, und dem Verband der nortdbeyerischen Textilindustrie e. V. in Hof/Saale. Hof/Saale. 1979.

TAVEIRA, Elisa Ferreira – A Indústria Têxtil e do Vestuário em Portugal. Idefinição versus reestruturação. *A Indústria do Norte*.1992, 5ª série, nº37.pp.17-23.

TAVEIRA, Elisa Ferreira – *Perspectivas de Evolução da Indústria Têxtil em Portugal e Consequências a Nível do Emprego*. (Policopiado) Porto: CCRN, 1985.

TAVEIRA, Henrique Pereira – Inústria Algodoeira. *A Indústria Portuguesa*. 1928, 1° ano, nº2, pp.31.

The Organization of Production and Territory: small Firms systems: An intensive Erasmus course hold in Lombardy, 4-16 Julho, 1992. . *International Journal of Urban and Regional Research*, 1993, vol.17, nº1.

THRIFT, Nigel - For a New Regional Geography 1. *Progress in Human Geography*. 1990, vol 14, n.2, pp272-279.

THRIFT, Nigel - For a New Regional Geography 2. *Progress in Human Geography*. 1991, vol14, nº2 pp456-65.

THRIFT, Nigel - For a New Regional Geography 3. *Progress in Human Geography*. 1993, vol17, nº1, pp.92-100.

THRIFT, Nigel; WILLIAMS, Peter - *Class and Space. The making of urban society*. London: Routledge & Kegan Paul, 1987

THRIFT, Nigel; WILLIAMS, Peter - The Geography of Class Formation. in THRIFT, Nigel; WILLIAMS, Peter - *Class and Space. The making of urban society*. London: Routledge & Kegan Paul, 1987. pp1-22.

URRY, John - Capitalist Production, Scientific Manegement and the Service Class. in SCOTT, A; STORPER, M. (Eds.) - *Production, Work, Territory - The Geographical anatomy of Industrial Capitalism*. Boston, Allen & Unwin, 1986. pp.43-66.

VERNON, R. – International Investment and International Trade in the Product Cycle. *The Quarterly Journal of Economics*. 1966, vol.41., pp.255-267.

VITERBO, Frei Joaquim de St.ª Rosa de – *Elucidário das palavras, termos e frases*....Porto: Civilização Editora, 1983.

WALKER, R. - The geographical organization of Production Systems. *Environment and Planning D: Society and Space*. 1988. vol6, pp.377-408.

WEBER, Alfred - *Theory of the Location of Industries*. Translated with an Introduction and Notes by Carl J. Friedrich. Chicago and London: The University of Chicago Press, 7th Impression. 1st. Publ.1929, 1969.

WEBER, Hans Ulrich – *Formen räumlicher Integration in der Textilindustrie der EWG*. Paderborn: 1975.

WEBER, Jürgen; MAIER, Jörg – Entwicklung und Struktur der Textilindustrie in Oberfranken nach der 2. Weltkrieg. Eine Wirtschaftsgeographische Skisse. In *Geowissenschaftliche Beiträge über Oberfranken*. Bayreuth: Drukhaus Bayreuth Verlaggesellschaft mbH, 1980. pp.91-102.

ANEXOS

ANEXO

BASE DE DADOS

Listagem Geral das Empresas Industriais Têxteis

BASE DE DADOS GERAL

Nº	Nome da Empresa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
1	Fábrica de Fiação de Tomar	1789	Tomar	Tomar	M																										
2	Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto	1803	Porto	Porto	M, E																										
3	Fábrica de Fiação e Tecidos do rio Vizella, Lda	1845	Porto	Santo Tirso	M,E																										
4	Fábrica do Castanheiro - António da Costa Guimarães, F.os e C.ª L.ª	1887	Guimarães	Guimarães	M,E																										
5	Companhia de Fiação de Crestuma	1864	Porto	Crestuma - Gaia	M																										
6	Empresa Têxtil do Bugio	1873		Fafe	M																										
7	Companhia de Fiação e Tecidos do Porto	1874	Porto	Porto																											
8	Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça	1875	Porto	Alcobaça																											
9	Companhia Fabril de Salgueiros	1875	Porto	Porto																											
10	Companhia Rio Ave (desde 1980 NARFIL)	1878	Porto	Vila do Conde																											
11	Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe	1887	Porto	Fafe																											
12	Fabrica de Tecidos da Boavista de William Graham e C.ª	1889	Porto	Porto																											
13	Companhia Fabril do Cávado	1889	Porto	Braga																											
14	Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães	1890	Porto	Guimarães																											
15	Fábrica do Moinho do Buraco (Francisco Inácio Cunha Guimarães)	1890	Guimarães	Pevidém																											
16	Sampaio, Ferreira, Lda - Fábrica de Tecidos e Fiação de Riba d'Ave	1896		Riba d'Ave	E,I	4	2	1970						1970				1952/53				Sim	Não	Sim	F,T,A	50			500 a 1000		
17	Empresa Têxtil Eléctrica, Lda	1905		Bairro- Riba d'Ave	E,I	4	5	1943	1957	1971	1983	1987		1939/52	1964/67	1972/74	1983/87	1971	1975	1982	1992	1939/72	Sim	Sim	F,T,A,C	96	Irrelevante	10	300 a 500	Irrelevante	10
18	Companhia de Linhas Coats e Clark, Lda	1905	Gaia	Gaia														1963/69	1974/77	1989/92		1912/1973	Sim	Sim	F,T,A,C	75	Irrelevante	5	500 a 1000	Irrelevante	5
19	Oliveira, Ferreira e C.ª Lda - FTOF	1909		Riba d'Ave	E,I	4	5	1936	1942	1970	1978	1989		1939/56	1979/1988																
20	Fábrica de Fiação e Tecidos de Delães, Lda	1912	Porto	Delães																											
21	Fábrica do Arquinho	1913	Guimarães	Guimarães																											
23	Fábrica da Ponte do Souto	1917		Pevidém																											
24	Empresa Fabril Tirsense, Lda	1920	Santo Tirso	Santo Tirso																											
25	Empresa Industrial Sampedro	1921	Porto	Guimarães	E																										
26	Empresa Fabril do Norte - EFANOR	1922		Senhora da Hora																											
27	Albano Coelho Lima	1922	Guimarães	Pevidém																											
28	Fábrica de Santo António do Caído (sec XIX)	1922																													
29	Empresa Industrial de Negrelos	1922	Santo Tirso	Santo Tirso	E																										
30	Fábrica Têxtil Algodoeira de Arcozelo	1922		V.N Gaia																											
31	Empresa Industrial de Santo Tirso - Arco Têxteis	1923	Porto	Santo Tirso	E																										
32	Empresa Têxtil da Cuca, Lda	1923	Porto	Cuca (Guimarães)	E																										
33	Francisco da Silva Areias	1923	Guimarães	Gondar																											
34	Sociedade Mercantil do Minho - Fábrica do Arquinho	1923	Guimarães	Guimarães																											
35	Companhia Fabril do Minho	1925	Braga	Braga																											
36	António Lopes Correia e Filhos	1925	Guimarães	Pevidém																											
37	Vital Marques Rodrigues /Vital, Almeida e Rodrigues	1925	Guimarães	(Covas) Guimarães																											
38	Fábrica do Castrinho de João Ribeiro da Cunha, F.os e C.ª L.ª	1926	Guimarães	Pevidém																											
39	Fábrica Têxtil Riopele	1927	V.N Famalicão	Pousada de Saramagos	E																										
40	Fábrica de Fiação e Tecidos da Portela	1928	V.N Famalicão	Delães																											
41	Fábrica Manual de Caneiros (Alberto Pimenta Machado)	1924	Guimarães	Guimarães																											
42	Fábrica de Saganhais	1930																													
43	António Félix e C.ª - Fábrica de São Bento da Batalha	1931	Porto	Santo Tirso	E, I	6	1	1964	1968	1971	1982	1983/7		1984/90				1930/3	1936/9	1975/9	1990/3	Sim	Sim	Sim	F	2	Positiva	0	158	Positiva	0
44	Empresa Industrial de Pevidém, L.da	1931	Guimarães	Pevidém																											
45	Empresa Industrial do Vale do Ave, L.da	1934	Santo Tirso	Vila das Aves																											
46	Empresa Industrial do Castêlo, L.da	1934	Maia	Castêlo da Maia																											
47	A Flor do Campo	1934	Santo Tirso	S. Martinho do Campo	E																										
48	Fábrica de Fiação e Tecidos da Ponte da Pedra	1936	Leça do Balio	Leça do Balio	E																										
49	Sedas Vizela - Joaquim Oliveira e Filhos, L.da	1936	Guimarães	Caldas de Vizela	E																										
50	J. Ferreira e Braga, L.da	1938	V.N Famalicão	Riba d'Ave																											
51	Fiação Alma, L.da	1939	V.N Famalicão	Caldas da Saúde																											
52	Sociedade Industrial do Castêlo, L.da	1940	Maia	Castêlo da Maia																											
53	Fábrica de Tecidos da Fonte da Venda	1940	Guimarães	Pevidém																											
54	Fábrica de Tecidos de Vila Flor, L.da - 1945I Bernardo Alves-1931)	1931	Guimarães	Guimarães																											
55	Companhia de Fomento Colonial (1939)	1946	Porto	Angola (TEXTANG)	E																										
56	Fábrica de Estamparia de Lavadores	1945	V.N Gaia	Lavadores																											
57	Empresa Industrial das Hortas - Hortex	1948	Santo Tirso	São Martinho do Campo																											
58	Sociedade Industrial do Mindelo, S.A.	1949	Vila do Conde	Mindelo	I	7	5	1950	1960	1978/81				1950/60	1970/80			1974/78	1982/92			Sim	Não	Sim	F, T, A	10	Negativa	40	300 a 500	Negativa	40
59	Sociedade Têxtil Baiona, L.da	1949	Santo Tirso	Vilarinho - Baiona	I	7	3	1961	1970													Sim	Não	Sim	F, T, A, E	25		40	500 a 1000		40
60	Figueiredo e Maia, L.da	1953	Santo Tirso	Rebordões																											
61	Arnaldo Abeu e C.ª L.ª	1953	Santo Tirso	Vilarinho																											
62	SOFIL - Sociedade de Fiação de Vizela, L.da	1955	Santo Tirso	São Martinho do Campo	E																										
63	José Machado e Almeida	1959	Santo Tirso	São Martinho do Campo																											
64	SOMELOS - Indústrias Têxteis Somelos, S.A (Teixeira de Melo e F.os)	1959																													
65	M.A.Silva, Filho, L.da (Lençois Tipo Zé)	1962	Santo Tirso	Vila das Aves																											
66	A Industrial das Aves, Tecidos Albano Magalhães, L.da	1963	Santo Tirso	Vila das Aves																											
67	Melo e Gonçalves, L.da	1963	Guimarães	Ronfe																											
68	Têxtil Manuel Gonçalves	1937	V.N Famalicão	São Cosme do Vale	E																										
69	Fábrica de Fiação dos Casais, L.da	1964	V.N Famalicão	Riba d'Ave	I	7	1	1980/92						1987/92				1974/80				Não	Não	Não	F	10	Positiva	100	300 a 500	Positiva	100
70	Domingos Marques de Barros, L.da	1968	Santo Tirso	Rebordões																											
71	Sociedade Têxtil Lacerda e Irmãos	1968	V.N Famalicão	Bairro																											
72	Estamparia Têxtil Adalberto Pinto da Silva, L.da	1970	Santo Tirso	Rebordões																											
73	ENDUTEX	1970	Santo Tirso	Vilarinho																											
74	A Têxtil de Santo Tirso de A. Sampaio e Filhos, L.da	1971	Santo Tirso	Santo Tirso																											
75	Acabamentos Têxteis Mabera, L.da	1973	V.N Famalicão	Mogege																											
76	BELFAMA Empresa Têxtil, L.da	1975	Guimarães	Moreira de Cónegos																											
77	Armando Mendes, L.da	1977	V.N Famalicão	Vermoim																											
78	TINTROFA - Tinturaria da trofa	1979	V.N Famalicão	Fradelos																											
79	LASA - Lenços Armando da Silva Antunes	1977	Guimarães	Vizela	E, I	1	2	1986	1990	1991				1985				1992				Não	Não		F,T,A,C	90	Positiva	0	378	Positiva	0
80	Correia e C.ª - Sedas Ibs	1928	V.N Famalicão	Delães	M																										
81	Fábrica de Tecidos Lionesa			São Mamede de Infesta																											

BASE DE DADOS GERAL

Nº	Nome da Empresa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
82	Estamparia Império			Valongo																											
83	Luís Correia, S.A.			Felgueiras																											
84	Fábrica Têxtil de Vizela, L.da		Guimarães	Vizela																											
85	Lameirinho		Guimarães	Pevidém																											
86	Empresa Industrial de Carides de Joaquim Dias de Oliveira		V.N.Famalicão	Carides																											
87	FITOM - Tinturaria, Estamparia e Acabamentos, S.A.	1989	V.N.Famalicão	Avidos	I		6	7,8										1992	1993						A,E	10			<100			
88	Fábrica de Tecidos do Carvalho, Lda	1927	Guimarães	Vizela	I		7	2	1947	1960	1987			1947	1993			1960	1980			Não	Não	Sim	T, A, C, Tin	70	Positiva	30	100 a 300	Positiva	30
89	J. Pereira Fernandes, L.da	1933	Guimarães	Pevidém	I		1	2	1969					1970	1972	1977/82		1974	1975	1976		Sim	Sim	Sim	F,T,A,C	90	Positiva	5	100 A 300	Positiva	5
90	JMA - José Machado de Almeida & C.ª L.da	1958	Santo Tirso	São Martinho do Campo	I		3	9	1963	1972	1973	1980	1986	1989	1973/75	1980/86	1989					Não	Não	Não	F,T,A,E,C,Tin	73	Positiva	35	1000 a 2000	Positiva	35
91	Fiftex	1964	Guimarães		I		7	1	1973	1979	1990	1993			1973	1979/80	1992/93	1974	1982/83	1990/91		Não	Não	Não	F, T, A, C	90		30	100 A 300		30
92	Anónimo (acabamnetos)	1968			I		3	7,8,9	1979/80						1990/91			1982/84				Não	Não	Não	A,E,Tin	30	Positiva	40	300 a 500	Positiva	40
93	Anónimo (Fiação)	1926			I		3	1	1969	1973					1972	1986/88		1970	1991/92			Não	Não	Não	F	0		100	100 a 300		100
94	Companhia Fabril de Salgueiros	1873	Porto	Porto	M																										
95	Fábrica de Fiação e Tecidos da Carcereira	1907	Porto	Porto	M																										
96	Fábrica de Fiação e Tecidos de Barcelos, L.da	1923	Porto	Barcelos	M																										
97	Fábrica de Fiação e Tecidos da Ponte do Souto	1933	Guimarães	Pevidém	M																										
98	Fábrica de Fiação e Tecidos de Bairro	1908	Santo Tirso	Bairro	M,E																										
99	FIATEÇE - Sociedade Têxtil Narciso José Machado Guimarães, Fos e C.ª L.ª	1947			E			1980	1985	1990/91								1972							F,T,A,C,Tin	50			1700		
100	ASA - Agostinho da Silva Areias e C.ª L.ª	1929	Guimarães	Guimarães	M,E																										
101	Fáb Tec de Viúva de Carlos da Silva Areias e C.ª L.ª "Felpos Bomdia"	1933	Guimarães	Guimarães	M,E																										
102	Fábrica de Fiação e Tecidos de Sant'Ana	1914	V.N. Famalicão	Riba d'Ave	M																										
104	A. Correa da Silva e C.ª L.ª	1930			M																										
105	Vital, Almeida e Rodrigues	1935	Guimarães	Covas	M																										
107	Diogo H. Barbot e F.os L.ª	1860	Porto	Porto	M																										
108	J.R.Loureiro C.ª (1905)	1909	Guimarães	Guimarães	M																										
109	Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso	1896	Santo Tirso	Santo Tirso	M		6																								

1- Data de Fundação
2- Sede Social
3- Localização
4-E-Entrevista,I-Inquérito pelo correio, M-Monografias, restantes-Fontes referidas no texto, listagem de associados da AIP, listagem de inquiridos na OID do Ave (CCRN)
5- Fundadores:
6- Segmentos Iniciais:1. Fiação 2.Tecelagem 3. Tinturaria 4. Estamparia 5. 6. 7.
7 a 12- Datas de reconversões tecnológicas
13 a 16- Períodos de prosperidade
17 a 20- Períodos de Crise
21-Mercados Coloniais
22- Participação na Sociedade de Fomento Colonial
23- Impacto negativo da perda dos mercados africanos
24- Segmentos actuais: F-Fiação, T-Tecelagem, A-Acabamentos, E-Estamparia, T-Tinturaria
25- Percentagem de exportações actualmente
26-Vantagens e inconvenientes da Localização actual
27- Percentagem de Vendas na região Norte de Portugal
28 - Nº de Operários (1995/96)
29 - Localização Actual (1995/96)
30 - Percentagem de vendas na Região Norte de Portugal (1996/96)

Nome da Empresa	Segmento	Data de Fundação	Nº de Empregados	Volume de Vendas(1996)	Capital Social (1996)
FABRICA TEXTIL RIOPELE, S.A.	6	1	3295	17642070	7200000
TEXTIL MANUEL GONÇALVES, S.A.	6	2	2973	23887760	14300000
INDÚSTRIAS TÊXTEIS SOMELOS, S.*	1	2	1465	13134280	4360075
ARCO TEXTEIS - EMPRESA INDUSTRIAL DE SANTO TIRSO, S.A.	1	1	1051	5942279	3000000
LAMEIRINHO - INDUSTRIA TEXTIL, S.A.	1	2	1050	10604370	3800000
ANTONIO DE ALMEIDA & FILHOS, LDA/SOCIEDADE TEXTIL TEARFIL, LDA	1	2	947	13529270	1139500
SOCIEDADE TEXTIL A FLOR DO CAMPO, S.A.	6	2	822	4809636	1677508
FABRICA TEXTIL DE VIZELA, LDA	2	2	763	4422195	1500000
FABRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO RIO VIZELA, LDA	6	1	700	3956970	300001
EMPRESA TEXTIL ELECTRICA, LDA / FTOF	1	1	689	3949668	1500000
TEXTEIS ATMA, S.A.	6	2	673	3396241	900000
SOCIEDADE TEXTIL DE BAIONA, S.A.	6	2	640	3400000	1500000
TEXTIL LUIS CORREIA, S.A.	3	2	600	2185000	3070000
TEXTEIS ADALBERTO, LDA	5	2	534	4532590	1300000
SOFIL - SOCIEDADE DE FIAÇAO DE VIZELA, LDA	3	2	510	2680795	1575000
TEXTEIS TARF, LDA	1	1	480	2329207	1773000
ANTONIO DA COSTA GUIMARÃES, FILHO & CA., LDA	6	2	469	2490646	400000
AGOSTINHO DA SILVA AREIAS, FILHOS & CA., LDA	1	1	460	2555544	1000008
FITOR - COMPANHIA PORTUGUESA DE TEXTEIS, S.A.	6	2	356	3864450	3756092
FABRICA DE FIAÇÃO DOS CASAIS, LDA	6	2	356	1125000	35000
SACRAMENTO - TEXTEIS, S.A.	5	2	350	3305964	200000
J.MARTINS PEREIRA & CA., LDA	1	2	350	1410000	500000
FABRICA DE TECIDOS DE VIUVA DE CARLOS DA SILVA AREIAS & CA., LDA	6	1	340	2595885	450000
FABRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO JACINTO, S.A.	6	1	322	1803393	100000
FABRICA DE TECIDOS LIONESA, S.A.	4	2	321	1006000	750000
SOCIEDADE TEXTIL DA CUCA, S.A.	6	1	320	949760	800000
TEXCAL - SOCIEDADE TEXTIL DE CALVES, LDA	2	3	300	642630	60000
EMPRESA INDUSTRIAL DE SAMPEDRO, LDA	1	1	261	1945438	300000
EMPRESA FABRIL TIRSENSE, LDA	6	1	252	900000	25000
TINTURARIA E ACABAMENTOS DE TECIDOS VALE DE TABUAS, LDA	5	2	250	1898356	500000
LOBO & IRMÃO, LDA / FIFITEX - FIAÇÃO DE FIBRAS TÊXTEIS, LDA	1	2	246	2021876	375000
FIMAI - FIAÇÃO DA MAIA, LDA	6	3	240	1640000	1500000
JOAQUIM DA SILVA MARQUES & FILHOS, LDA	6	3	239	1220000	300000
TINTROFA - TINTURARIA DA TROFA, S.A.	5	3	231	1091365	450000
OUTEX - FABRICA DE FIAÇÃO DO MONDEGO, S.A.	6	2	230	1731742	400000
ETELOR - EMPRESA TEXTIL DE LORDELO, LDA	1	2	211	1887558	220000
BELFIL - TRICOT E TEXTEIS, LDA	6	2	211	1317255	800000
SA PEREIRA, BARROS & CA. LDA	6	3	197	242315	10000
MABERA - ACABAMENTOS TEXTEIS, S.A.	5	2	195	2102877	900000
FABRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE BARCELOS, LDA	6	1	195	2102524	300000
CORAIS & AGUIAR, LDA	1	2	195	547560	620000
FIAÇÃO DE COVAS, LDA	6	2	194	1388732	10000
MAITEX - INDUSTRIA TEXTIL, S.A.	5	2	180	1168490	200100
LUIS SIMÕES & CA., LDA	5	3	180	150000	200000
GIERLINGS VELPOR - VELUDO PORTUGUES, S.A.	1	3	175	2600000	1000000
TEXTIL - TSUZUKI, LDA	6	3	172	4230864	8100000
NARFIL - TEXTEIS, S.A.	1	3	170	916932	1000000
V.CARNEIRO & A.RAFAEL, LDA	5	3	168	716993	200000
ACATEL - ACABAMENTOS TEXTEIS, LDA	5	3	167	1800000	600000
FIDAR - FIAÇÃO DE GONDAR, LDA	6	3	160	2470000	140000
CARVEMA TEXTIL, LDA	3	3	155	1350088	400000
FABRICA DE TECIDOS DO CARVALHO, LDA	3	1	150	1729551	100000
MANHENTEX - EMPRESA TEXTIL DE ACABAMENTOS, LDA	3	2	150	900000	100000
FITROFA - FIAÇÃO DA TROFA, S.A.	6	2	150	329266	500000
ANTONIO FELIX & CA., LDA	6	2	148	465437	100000
MARPEI - ESTAMPARIA TEXTIL, LDA	5	2	145	1247000	130000
MARQUES, RAMOS & TELES, LDA	5	2	141	535088	60000
JOÃO RIBEIRO DA CUNHA, FILHOS, LDA	1	1	140	1349581	256500
T.T.T. - TECELAGEM E TINTURARIA TEXTIL, LDA	3	3	138	960699	136000
TEXTIL ALBERTO SOUSA, S.A.	3	3	134	919000	302000
FABRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE BAIRRO, LDA	6	1	132	718536	240000
INCOTEX - INDUSTRIA E COMERCIO DE TEXTEIS, LDA	1	2	130	1650000	196000
FIAÇÃO BOAVISTA, LDA	1	3	130	810000	150000
SOCIEDADE TEXTIL PROGRESSO DE COVAS, LDA	2	2	130	788000	250000
REIVAX - ACABAMENTOS TEXTEIS, LDA	3	3	128	727371	140000
ALFREDO DA SILVA ARAUJO & CA., LDA	6	1	126	845219	150000
EMPRESA INDUSTRIAL DO CAMPO, LDA	6	1	126	721622	700
IRMÃOS VILA NOVA, LDA	5	3	125	1115180	200000
TECIALGO - SOCIEDADE DE ACABAMENTOS E MANUFACTURAS TEXTEIS, S.A.	5	2	124	1030022	700000
CONVERTER - CONVERSÃO DE FIBRAS, S.A.	4	3	120	511277	1000000
VERACA - INDUSTRIA TEXTIL DE VERMOIM, S.A.	3	2	116	542390	250000
SEGURES TEXTEIS, LDA	5	3	115	397000	320000
A.CORREIA DA SILVA & CA., LDA	6	1	110	350000	20000
B.SOUSA DIAS & FILHOS, S.A.	6	2	105	1021476	160000
RILER - ESTAMPARIA TEXTIL, LDA	5	3	100	537624	21000
SOTTOMAYOR & CA., LDA	6	3	100	480000	20000
DAVITEX - ESTAMPARIA E CONFECÇÕES, S.A.	5	3	100	390000	100000
MARIGAM - ESTAMPARIA E CONFECÇÕES, LDA	3	2	99	398297	100000
FIAÇÃO VIMARANIS, S.A.	2	2	98	786027	130000
OTOJAL - ESTAMPARIA TEXTIL, LDA	5	3	98	407757	120000
FITOM - TINTURARIA, ESTAMPARIA E ACABAMENTOS, S.A.	5	3	96	449193	1750000
FILASA - FIAÇÃO ARMANDO DA SILVA ANTUNES, S.A.	6	3	93	2439280	700000
TINA MAR - TINTURARIA E ACABAMENTOS TEXTEIS DE MARIZ, LDA	5	3	90	800000	100000
A.T.B. - ACABAMENTOS TEXTEIS DE BARCELOS, LDA	5	3	85	1111490	450000
BARROSO & MACHADO, LDA	3	3	84	967381	250000
EMPRESA TEXTIL DO RIO FERRO, LDA	1	1	83	700000	1500
FIAREL - SOCIEDADE FIANDEIRA DE BARCELOS, S.A.	6	3	82	1291000	636000
FABRICA DE TECIDOS DA CRUZ DE PEDRA, LDA	1	1	82	500000	100000
VAZ FERREIRA, S.A.	5	2	82	290000	150000
CORTELA - ACABAMENTOS TEXTEIS DA PORTELA, LDA	5	3	81	600000	50000
JOAQUIM OLIVEIRA & IRMÃOS, LDA	6	2	81	580000	40000
ABEL ALVES DE FIGUEIREDO & FILHO, LDA	6	2	80	1184232	2100000
AFITEX - ACABAMENTOS TEXTEIS, LDA	5	3	80	583894	132847
TINELA - TINTURARIA E ACABAMENTOS TEXTEIS, LDA	5	3	80	325000	200000
SOCIEDADE INDUSTRIAL TEXTIL A.LARANJO, S.A.	5	2	80	0	250000
DIDICOLOR - ACABAMENTOS TEXTEIS, LDA	5	3	77	396064	100000
FABRICA DE FIAÇÃO E PENSOS HOSPITALARES DE L.MENEZES, S.A.	6	2	77	376289	220000
FITEXAR - FIBRAS TEXTEIS ARTIFICIAIS, S.A.	6	2	75	1335000	160000
MIRAFIOS - SOCIEDADE DE FIAÇÃO E TECIDOS, LDA	6	2	74	691972	50000
LANDIFIOS - SOCIEDADE INDUSTRIAL, S.A.	6	3	73	700000	50000

Os segmentos e os números das datas de fundação correspondem às respectivas legendas das figuras 5.1-1) a 5.1. -5)

	CASTANHEIRO			TÊXTIL MANUEL GONÇALVES			SOFIL			PONTE DA PEDRA			F.T.O.F.		
	Operários	VBP	V.V.	Operários	VBP	V.V.	Operários	VBP	V.V.	Operários	VBP	V.V.	Operários	VBP	V.V.
1950						12184									
1955						26804									
1960						88778									
1965						182513		34472	33988						
1970				2136		385635		46782	43751						88544
1971				2342		461428		53059	48476						96439
1972				2745		562406		22988	22933						118712
1973		59603	76087	3096		833949		137234	133660						156891
1974				3139		1187394		207620	192508				1309		206273
1975		87380	82262	3107		945726	406	139769	142249		90669	85785	1271		180553
1976				3073		1257997	413	246250	252951		140337	121482	1236		254062
1977	430	143792	124571	3034		1802253	425	376976	334517				1215		294485
1978	435	162659	163882	2981		2382125	407	382944	370875	345	267111	204632	1183		383181
1979	455	271719	271240	2951		3274245	439	568719	603043		339936	364055	1172		497552
1980	528	397120	378110	2927		4092804	445	1031259	972386				1149		623221
1981	538	410104	400438	2855		4021842	507	704746	679973	414	489812	300360	1123		641357
1982	592	561476	520242	2822		5082144	611	966400	708919	479	564616	476449	1115		763935
1983				2872		7459342	682	914786	897363	455	654815	686602	1086		1292283
1984				2845		10652073	750	1450353	1225387	521	1170621	1151203	1066		1794027
1985	639	1346475	1294437	2867		12609461	756	3584255	2637123	519	1916151	1847726	1031		2198659
1986	937	1250458	1360061	2875		13839695	857	3313042	3364963	521	2139691	2229437	994		2210780
1987	623	1389375	1432773	2883		14213276	844	3902118	4029913	504	2489153	2054214	970		2193822
1988	630	1729184	1643019	3008		15074069	821	4005588	3844785	501	1758991	1926751	957		2187294
1989	626	1759961	1798879	2959		17091774	783	4082252	4080610	493	2234804	2072832	745		2192885
1990	579	2072287	1978351	2778		18321386	750	4470103	4302119	429	1640821	1746226	729		2699236
1991				2699		18220428							730		2846110
1992				2526		18265537							690		2687051
1993													648		2600000

ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO EXTERNO

Importação de Algodão em Rama

Importações

ANOS	(Kg.)	(Mil Réis ou Escudos)
1842	441391	96036
1843	410063	58968
1848	628333	118487
1851	719197	218447
1854	1350144	286623
1855	1751300	369141
1865	942569	566225
1867	1373123	554880
1868		
1869		
1870	1595253	564582
1871		528000
1872	1960849	568464
1873	1689890	537811
1874	1640428	491462
1875		537900
1876		511600
1877		598800
1878		586300
1879	2756314	724940
1880	3384498	862489
1881		833100
1882		806100
1883		907200
1884		825400
1885	4159439	891439
1886	5120022	1045623
1887	5031669	1012279
1888	5451649	1118822
1889	5989770	1180032
1890	8231609	1891650
1891	7191838	1591288
1892	7360644	1646330
1893	10951539	2588711
1894	10546668	2399708
1895	12821051	2590330
1896	9862945	1103644
1897	13356988	2840265
1898	15412988	3520000
1899	15672104	3486000
1900	15964627	4476000

1901	13332787	3855000
1902	14938873	3956000
1903	14256333	3904867
1904	14931789	4816540
1905	16060928	3670317
1906	13013220	3122505
1907	17150602	4529204
1908	15542509	4356836
1909	14691804	4194316
1910	16359837	5658472
1911	17940918	6104997
1913	17638968	5675790
1914	14756557	4915812
1915	18006200	6012903
1916	16086637	8555191
1917	13663501	15451048
1918	14794245	29381603
1919	7413323	13077434
1920	11759600	47459638
1921	14379696	59283516
1922	13869880	79363853
1923	699	13440
1924	4900	145900
1925	14463713	185077391
1926	16471183	146217453
1927	16605392	133441013
1928	16625893	163855656
1929	17968261	139819152
1930	17968261	139819152
1931	14768638	81274443
1932	21382336	124804014
1933	21660800	127000531
1934	21647643	144502215
1935	23441238	174520466
1936	20520558	136751859
1937	30193696	193555751
1938	28344577	139339912
1939	19164854	103733561
1940	23981686	165326230
1941	23481482	172457414
1942	23039943	232463614
1943	18045166	188140459
1944	33411000	371426933
1945	23548196	264349988

Fonte: BASTOS, Carlos - O Algodão no Comércio Porto:1947

Estatísticas do Comércio Externo: Importações e Exportações (Mil Escudos)

	TOTAL PAÍS		COLÓNIAS ou EX-COLÓNIAS			
ANOS	Importações	Exportações	Importação	Exportação	Importação	Exportação
1908	67541	29983	2114	4117	3,13	13,73
1909	66532	31799	2126	5181	3,20	16,29
1910	70124	36338	2609	6300	3,72	17,34
1911	69081	34482	2574	4672	3,73	13,55
1912	75688	34958	1889	4892	2,50	13,99
1913	89937	36685	2850	5004	3,17	13,64
1914	70343	28849	3112	5190	4,42	17,99
1915	79593	36366	3975	7529	4,99	20,70
1916	129779	56466	6733	9660	5,19	17,11
1917	137582	55189	12333	10042	8,96	18,20
1918	178450	83444	13140	13209	7,36	15,83
1919	229477	106982	19500	10042	8,50	9,39
1920	691086	222150	23909	31519	3,46	14,19
1921	932694	224511	41865	31071	4,49	13,84
1922	1251825	443700	52181	73591	4,17	16,59
1923	2299921	684256	111028	99608	4,83	14,56
1924	2958198	947984	196650	130443	6,65	13,76
1925	2484636	862074	171837	102261	6,92	11,86
1926	2342672	736369	159583	82817	6,81	11,25
1927	2662208	722975	181380	86591	6,81	11,98
1928	2679161	1030140	204899	111745	7,65	10,85
1929	2528688	1073254	199357	135716	7,88	12,65
1930	2407722	945274	192038	102585	7,98	10,85
1931	1734100	811739	178358	81133	10,29	9,99
1932	1862726	791780	178187	109800	9,57	13,87
1933	2282442	802453	199770	121145	8,75	15,10
1934	2129602	909462	215553	103911	10,12	11,43
1935	2300998	923724	189094	113501	8,22	12,29
1936	1998988	1029771	201464	101774	10,08	9,88
1937	2365492	1205226	261500	153509	11,05	12,74
1938	2305872	1145594	234794	139904	10,18	12,21
1939	2081527	1339287	252949	172639	12,15	12,89
1940	2582707	1637913	301277	200180	11,67	12,22
1941	2468646	2973496	426295	323338	17,27	10,87
1942	2479633	3939384	565540	450295	22,81	11,43
1943	3341383	1034902	562418	546335	16,83	52,79
1944	3920301	3166319	742156	514794	18,93	16,26
1945	4055983	3237481	759410	768042	18,72	23,72

1946	6859511	4586543	1035733	1032208	15,10	22,51
1947	9462219	4306935	744219	1134143	7,87	26,33
1948	10350683	4295340	871132	1222006	8,42	28,45
1949	9042761	4089697	1160112	1071910	12,83	26,21
1950	7878850	5333703	1288602	1348651	16,36	25,29
1951	9471948	7558690	1106461	1740745	11,68	23,03
1952	9988127	6810607	1529174	1766299	15,31	25,93
1953	9513402	6282826	1493637	1686167	15,70	26,84
1954	10085030	7297129	1716976	1826228	17,02	25,03
1955	11453371	8165170	1571350	1945825	13,72	23,83
1956	12724508	8620526	1516568	2124516	11,92	24,64
1957	14422123	8289030	1689459	2172521	11,71	26,21
1958	13809474	8298745	2034925	2277322	14,74	27,44
1959	13680972	8351451	1939064	2414664	14,17	28,91
1960	15694557	9408129	2252115	2406047	14,35	25,57
1961	18862737	9372926	2366825	2176010	12,55	23,22
1962	16829535	10631829	2122236	2390852	12,61	22,49
1963	18866272	12024164	2701453	2858442	14,32	23,77
1964	22377339	14830706	3324969	3706437	14,86	24,99
1965	26552743	16572637	3651273	4140029	13,75	24,98
1966	29406445	17811700	3942653	4197093	13,41	23,56
1967	30452613	20166184	4352301	4917434	14,29	24,38
1968	33857829	21916557	5342775	5475551	15,78	24,98
1969	37261721	24525997	5599464	6080600	15,03	24,79
1970	45495031	27298661	6716990	6687814	14,76	24,50
1971	52416220	30248315	6944279	6489620	13,25	21,45
1972	60683574	35255334	7044659	5165014	11,61	14,65
1973	74775538	45410493	7538574	6739823	10,08	14,84
1974	118094938	58014289	12414932	6372051	10,51	10,98
1975	99474040	49328112	4351000	3334432	4,37	6,76
1976	130858582	55088512	4631921	3283288	3,54	5,96
1977	190684496	77685327	6699567	5648490	3,51	7,27
1978	230128372	106450574	4778409	7153504	2,08	6,72
1979	331926551	176050692	7156118	10998103	2,16	6,25
1980	475486369	231623224	10585199	16620901	2,23	7,18
1981	609014457	256912734	11757258	22257608	1,93	8,66
1982	753980900	331742700	3389900	16464300	0,45	4,96
1983	899340300	508568500	4117668	22667131	0,46	4,46
1984	1160633400	760580000	8422300	33775400	0,73	4,44
1985	1326528500	971747000	15768700	37910100	1,19	3,90
1986	1444025500	1082261100	12104700	23304800	0,84	2,15
1987	1965314600	1311002800	7894191	27067000	0,40	2,06
1988	2570265300	1581957400	6116500	43283100	0,24	2,74
1989	3003196000	2015710600	10682800	67453800	0,36	3,35
1990	3589569877	2335797612	15556700	79439700	0,43	3,40
1991	3811076000	2354083400	18062700	98357100	0,47	4,18

Estatísticas do Comércio Externo: Importações e Exportações - Total e de Fios, Tecidos e Respectivas Obras de Algodão

Moeda Corrente:Mil Escudos

	TOTAL		FIOS, TECIDOS E OBRAS DE ALGODÃO			
ANOS	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMP.ALG.%	EXP.ALG.%
1900	60207	32566	2996	2137	4,98	6,56
1901	58193	29663	3057	974	5,25	3,28
1902	55997	29507	3021	691	5,39	2,34
1903	59304	31901	3330	1628	5,62	5,10
1904	62487	31440	3192	1842	5,11	5,86
1905	61274	29473	3173	1491	5,18	5,06
1906	61058	30941	3413	1317	5,59	4,26
1907	61738	31337	3406	1172	5,52	3,74
1908	67541	29983	3179	867	4,71	2,89
1909	66532	31799	2996	1807	4,50	5,68
1910	70124	36338	3838	2646	5,47	7,28
1911	69081	34482	3895	1184	5,64	3,43
1912	75688	34958	3860	935	5,10	2,67
1913	89937	36685	3716	890	4,13	2,43
1914	70343	28849	2996	789	4,26	2,73
1915	79593	36366	2880	1738	3,62	4,78
1916	129779	56466	5887	2217	4,54	3,93
1917	137582	55189	6949	2425	5,05	4,39
1918	178450	83444	11455	3129	6,42	3,75
1919	229477	106982	9480	2890	4,13	2,70
1920	691086	222150	43715	13091	6,33	5,89
1921	932694	224511	48913	8515	5,24	3,79
1922	1251825	443700	81210	28505	6,49	6,42
1923	2299921	684256	154958	46727	6,74	6,83
1924	2958198	947984	145873	62418	4,93	6,58
1925	2484636	862074	128720	47148	5,18	5,47
1926	2342672	736369	137527	34174	5,87	4,64
1927	2662208	722975	103828	34113	3,90	4,72
1928	2679161	1030140	91128	34236	3,40	3,32
1929	2528688	1073254	95763	41502	3,79	3,87
1930	2407722	945274	87175	23099	3,62	2,44
1931	1734100	811739	55571	18783	3,20	2,31
1932	1862726	791780	50302	41739	2,70	5,27
1933	2282442	802453	52469	54844	2,30	6,83
1934	2129602	909462	46256	45340	2,17	4,99
1935	2300998	923724	42377	50553	1,84	5,47
1936	1998988	1029771	33058	42838	1,65	4,16
1937	2365492	1205226	34201	102104	1,45	8,47
1938	2305872	1145594	29223	84063	1,27	7,34
1939	2081527	1339287	26219	68468	1,26	5,11
1940	2582707	1637913	26676	82262	1,03	5,02
1941	2468646	2973496	8558	232944	0,35	7,83
1942	2479633	3939384	19552	233613	0,79	5,93
1943	3341383	1034902	36983	251574	1,11	24,31
1944	3920301	3166319	32869	227629	0,84	7,19
1945	4055983	3237481	52296	413547	1,29	12,77
1946	6859511	4586543	43609	504945	0,64	11,01
1947	9462219	4306935	76629	535884	0,81	12,44
1948	10350683	4295340	75636	518293	0,73	12,07
1949	9042761	4089697	95774	467828	1,06	11,44
1950	7878850	5333703	35165	757044	0,45	14,19
1951	9471948	7558690	82469	896183	0,87	11,86
1952	9988127	6810607	61143	715067	0,61	10,50
1953	9513402	6282826	62079	706652	0,65	11,25
1954	10085030	7297129	83282	919864	0,83	12,61
1955	11453371	8165170	98863	760444	0,86	9,31
1956	12724508	8620526	102622	807409	0,81	9,37
1957	14422123	8289030	96094	937408	0,67	11,31
1958	13809474	8298745	97839	906527	0,71	10,92
1959	13680972	8351451	90885	859109	0,66	10,29

Estatísticas do Comércio Externo: Importações e Exportações - Total e de Fios, Tecidos e Respectivas Obras de Algodão

Valor Ouro

	TOTAL		FIOS, TECIDOS E OBRAS DE ALGODÃO			
ANOS	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMP.ALG.%	EXP.ALG.
1900	42845	23175	2132	1520	4,98	6,56
1901	41017	20908	2154	687	5,25	3,29
1902	44022	23197	2375	543	5,40	2,34
1903	47808	25717	2685	1312	5,62	5,10
1904	51916	26121	2652	1531	5,11	5,86
1905	57482	27649	2977	1398	5,18	5,06
1906	59945	30377	3351	1293	5,59	4,26
1907	59769	30337	3297	1134	5,52	3,74
1908	58355	25905	2747	749	4,71	2,89
1909	57762	27562	2596	1567	4,49	5,69
1910	64431	33388	3526	2431	5,47	7,28
1911	63572	31732	3585	1090	5,64	3,44
1912	68454	31617	3491	846	5,10	2,68
1913	77063	31433	3184	762	4,13	2,42
1914	56366	23116	2401	632	4,26	2,73
1915	52977	24200	1916	1157	3,62	4,78
1916	82893	36066	3760	1416	4,54	3,93
1917	80138	32146	4048	1412	5,05	4,39
1918	98046	45847	6294	1719	6,42	3,75
1919	109674	51130	4531	1381	4,13	2,70
1920	111299	35777	7040	2108	6,33	5,89
1921	80519	19382	4223	735	5,24	3,79
1922	72918	25846	4731	1660	6,49	6,42
1923	88800	26419	5983	1804	6,74	6,83
1924	89456	28667	4411	1888	4,93	6,59
1925	113622	39423	5886	2156	5,18	5,47
1926	111722	35117	6559	1630	5,87	4,64
1927	124298	33756	4848	1593	3,90	4,72
1928	111266	42782	3784	1422	3,40	3,32
1929	104764	44465	3968	1720	3,79	3,87
1930	99969	39248	3620	959	3,62	2,44
1931	66087	30935	2118	716	3,20	2,31
1932	55975	23793	1511	1254	2,70	5,27
1933	64730	22758	1488	1555	2,30	6,83
1934	54071	23091	1175	1151	2,17	4,98
1935	56559	22705	1042	1243	1,84	5,47
1936	49775	25641	823	1067	1,65	4,16
1937	59610	30372	862	2573	1,45	8,47
1938	56332	27987	714	2054	1,27	7,34
1939	46689	30040	588	1536	1,26	5,11
1940	55941	35477	578	1782	1,03	5,02
1941	54812	66022	190	5172	0,35	7,83
1942	54570	86694	431	5141	0,79	5,93
1943	73337	88558	812	5521	1,11	6,23
1944	86043	69494	721	4996	0,84	7,19
1945	89021	71056	1148	9077	1,29	12,77
1946	150553	100665	957	11083	0,64	11,01
1947	207677	94529	1682	11761	0,81	12,44
1948	227177	94274	1660	11376	0,73	12,07
1949	190224	86031	2015	9841	1,06	11,44
1950	152365	103146	680	14640	0,45	14,19
1951	179934	143589	1566	17024	0,87	11,86
1952	189740	129378	1162	13584	0,61	10,50
1953	180722	119352	1179	13424	0,65	11,25
1954	191581	138620	1582	17474	0,83	12,61
1955	217575	155110	1878	14446	0,86	9,31
1956	241722	163760	1950	15338	0,81	9,37
1957	273971	157463	1826	17808	0,67	11,31
1958	262333	157648	1859	17221	0,71	10,92
1959	259891	158649	1726	16320	0,66	10,29

Estatísticas do Comércio Externo: Importações e Exportações - Total e de Fios, Tecidos e Respectivas Obras de Algodão

Toneladas

	TOTAL		FIOS, TECIDOS E OBRAS DE ALGODÃO			
ANOS	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMP.ALG.%	EXP.ALG.%
1900	1638505	1008209	3206	3134	0,20	0,31
1901	1529040	1232665	2903	1371	0,19	0,11
1902	1623192	1329549	3036	981	0,19	0,07
1903	1702056	1274670	3221	2544	0,19	0,20
1904	1786441	1153675	2800	3194	0,16	0,28
1905	1921603	1071898	2979	2507	0,16	0,23
1906	1964193	1145936	3166	2363	0,16	0,21
1907	1974926	1174245	3018	1900	0,15	0,16
1908	2049144	1244754	2526	1368	0,12	0,11
1909	2103537	1141638	2580	3008	0,12	0,26
1910	2137534	1221377	3229	4281	0,15	0,35
1911	2060035	1113247	3014	1813	0,15	0,16
1912	2486149	1174769	3002	1410	0,12	0,12
1913	2627856	1398201	2758	1364	0,10	0,10
1914	2192649	1085671	2163	1193	0,10	0,11
1915	1743459	1154859	1741	2630	0,10	0,23
1916	1692400	1335379	2440	2078	0,14	0,16
1917	852247	729899	2256	1566	0,26	0,21
1918	584673	640866	2324	1193	0,40	0,19
1919	1245922	822816	1551	1079	0,12	0,13
1920	1394663	933211	1935	2130	0,14	0,23
1921	1538069	859686	1186	1141	0,08	0,13
1922	1791236	1330517	2404	2196	0,13	0,17
1923	1819486	1116531	2819	1360	0,15	0,12
1924	1816360	1137592	1699	1309	0,09	0,12
1925	1847208	1001250	2274	1150	0,12	0,11
1926	1853717	939538	2459	1046	0,13	0,11
1927	2285051	1085784	1987	1070	0,09	0,10
1928	2469071	1192334	1678	1321	0,07	0,11
1929	2313810	1161554	1826	1695	0,08	0,15
1930	2452449	1358523	1764	1029	0,07	0,08
1931	2089647	1039115	1086	1072	0,05	0,10
1932	1875483	1071489	1015	2378	0,05	0,22
1933	2102651	1249494	5685	2947	0,27	0,24
1934	2281350	1328760	950	2590	0,04	0,19
1935	2365702	1111671	902	2969	0,04	0,27
1936	2137102	1660920	715	2949	0,03	0,18
1937	2641116	1809518	747	6742	0,03	0,37
1938	2396255	1540469	581	5571	0,02	0,36
1939	2298989	1471128	596	3860	0,03	0,26
1940	1898754	1139847	515	3480	0,03	0,31
1941	1744790	774363	158	9433	0,01	1,22
1942	1342033	615631	168	5592	0,01	0,91
1943	1458398	495419	248	4989	0,02	1,01
1944	1805189	474476	137	3562	0,01	0,75
1945	1748445	672884	235	6602	0,01	0,98
1946	2487888	1176132	304	7611	0,01	0,65
1947	3079159	1120004	433	7546	0,01	0,67
1948	3036963	1250733	392	7380	0,01	0,59
1949	3166428	1176798	776	7207	0,02	0,61
1950	3048830	1666381	213	14128	0,01	0,85
1951	2922307	2389523	343	13273	0,01	0,56
1952	2729077	2353802	275	10859	0,01	0,46
1953	2919351	1864974	303	12133	0,01	0,65
1954	3298594	2173706	383	18371	0,01	0,85
1955	3448434	2453462	423	15014	0,01	0,61
1956	3655935	2774882	435	16059	0,01	0,58
1957	4013885	2543611	395	18575	0,01	0,73
1958	3760374	2644905	402	17887	0,01	0,68
1959	3861696	2653721	398	17907	0,01	0,67

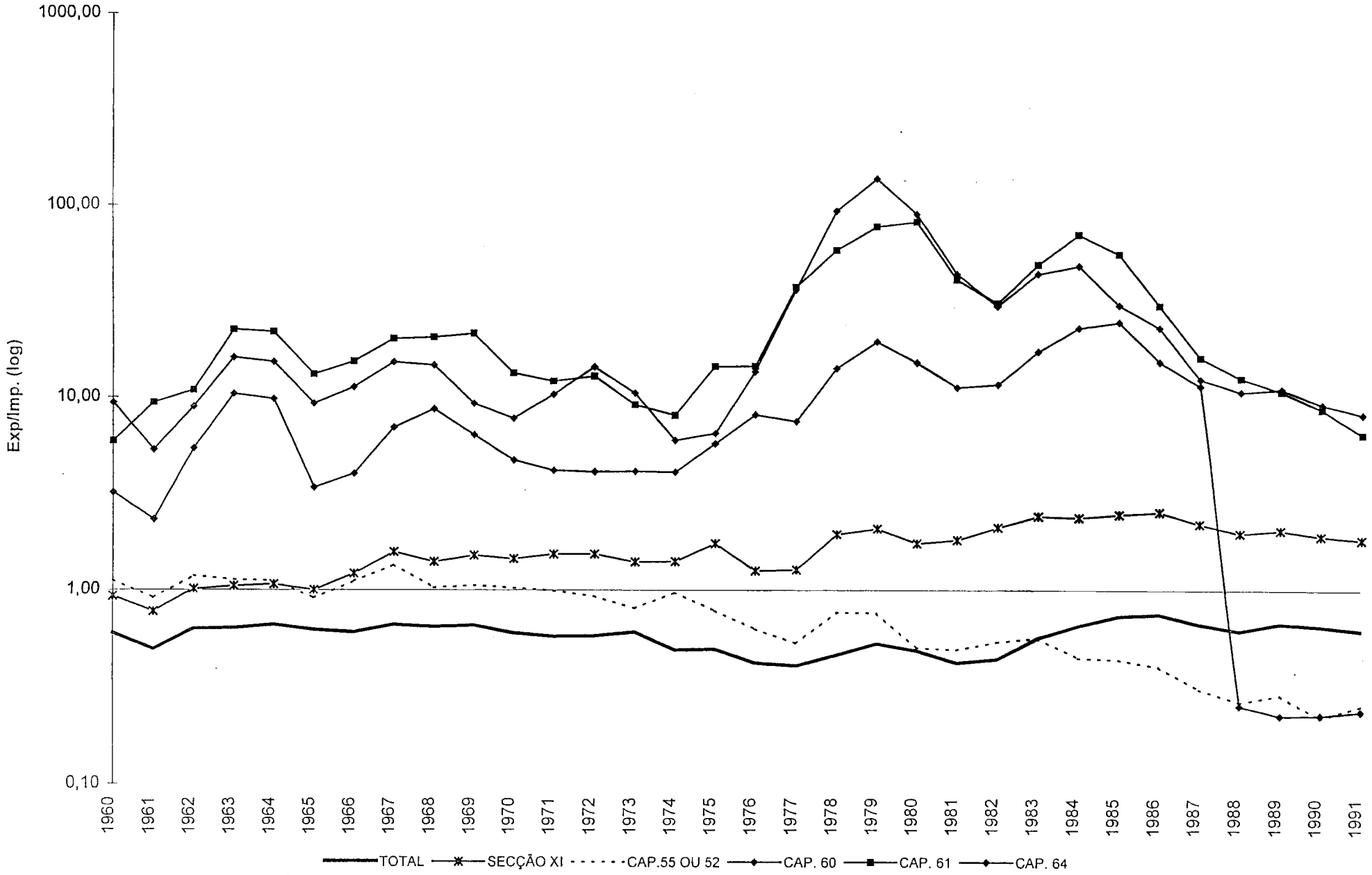
Estatísticas do Comércio Externo: Comércio Escpecial - Preços Correntes (Mil Escudos)

	TOTAL			SECÇÃO XI - TÊXTEIS			cap.55 ou 52 - ALGODÃO		
ANOS	Importações	Exportações	Exp./Imp.	Importações	Exportações	Exp./Imp.	Importações	Exportações	Exp./Imp.
1960	15694557	9408129	0,60	2133461	1978876	0,93	1100868	1230087	1,12
1961	18862737	9372926	0,50	2600428	2009926	0,77	1308910	1186367	0,91
1962	16829535	10631829	0,63	2616196	2645236	1,01	1271241	1503643	1,18
1963	18866272	12024164	0,64	3107694	3252422	1,05	1397996	1575598	1,13
1964	22377339	14830706	0,66	3637725	3889361	1,07	1517251	1692381	1,12
1965	26552743	16572637	0,62	4093285	4089181	1,00	1827705	1654377	0,91
1966	29406445	17811700	0,61	3719028	4510070	1,21	1642192	1816378	1,11
1967	30452613	20166184	0,66	3540433	5538025	1,56	1496342	2012836	1,35
1968	33857829	21916557	0,65	4400038	6139679	1,40	1923441	1977512	1,03
1969	37261721	24525997	0,66	4490136	6749141	1,50	2002757	2115566	1,06
1970	45495031	27298661	0,60	4979067	7184930	1,44	1960600	2014771	1,03
1971	52416220	30248315	0,58	5444413	8315665	1,53	2099421	2080097	0,99
1972	60683574	35255334	0,58	6488116	9933894	1,53	2833593	2626013	0,93
1973	74775538	45410493	0,61	9284852	12944187	1,39	3907672	3134265	0,80
1974	118094938	58014289	0,49	11586173	16251598	1,40	3779913	3662719	0,97
1975	99474040	49328112	0,50	7762500	13436128	1,73	3474433	2713986	0,78
1976	130858582	55088512	0,42	11517365	14455747	1,26	5028323	3167461	0,63
1977	190684496	77685327	0,41	16087818	20443842	1,27	7912677	4208942	0,53
1978	230128372	106450574	0,46	16074913	31030023	1,93	7557657	5784582	0,77
1979	331926551	176050692	0,53	24852458	51391592	2,07	11127240	8461844	0,76
1980	475486369	231623224	0,49	35477846	61583641	1,74	16735600	8450263	0,50
1981	609014457	256912734	0,42	38353940	69268773	1,81	17661431	8684724	0,49
1982	753980900	331742700	0,44	45949717	96459877	2,10	19855764	10743894	0,54
1983	899340300	508568500	0,57	60039185	143705816	2,39	28929384	16371776	0,57
1984	1160633400	760580000	0,66	90211578	212822108	2,36	49720632	22175101	0,45
1985	1326528500	971747000	0,73	116728193	285914622	2,45	57028088	24920261	0,44
1986	1444025500	1082261100	0,75	133871153	336452196	2,51	49734746	19959525	0,40
1987	1965314600	1311002800	0,67	193566360	423528423	2,19	71476925	21933517	0,31
1988	2570265300	1581957400	0,62	246543635	482733502	1,96	85642480	22477600	0,26
1989	3003196000	2015710600	0,67	286304539	580865697	2,03	86552627	24749481	0,29
1990	3589569877	2335797612	0,65	362450665	687095091	1,90	110029401	24053530	0,22
1991	3811076000	2354083400	0,62	391539755	711437388	1,82	101900574	25732244	0,25

Estatísticas do Comércio Externo: Comércio Escpecial - Preços Correntes (Mil Escudos) Cont.

	cap. 60 - MALHAS E ...			cap.61 - VESTUÁRIO			cap.64 - CALÇADO		
ANOS	Importações	Exportações	Exp./Imp.	Importações	Exportações	Exp./Imp.	Importações	Exportações	Exp./Imp.
1960	7757	24573	3,17	14570	85718	5,88	3020	28171	9,33
1961	10012	23033	2,30	10884	101855	9,36	4890	25888	5,29
1962	10841	58269	5,37	11328	123099	10,87	4347	38680	8,90
1963	10611	110276	10,39	11097	249215	22,46	3069	49421	16,10
1964	19855	193758	9,76	17730	388210	21,90	5435	82989	15,27
1965	62735	211055	3,36	36439	479899	13,17	8970	82989	9,25
1966	71562	283838	3,97	34935	536988	15,37	8029	90452	11,27
1967	67074	465077	6,93	37880	763529	20,16	9672	147627	15,26
1968	72022	623081	8,65	48158	987146	20,50	13985	205363	14,68
1969	96581	609823	6,31	56227	1202783	21,39	26125	240938	9,22
1970	163332	761538	4,66	110993	1478832	13,32	38473	297065	7,72
1971	233256	964143	4,13	156275	1888062	12,08	35284	364150	10,32
1972	263649	1073077	4,07	190560	2448105	12,85	31203	448335	14,37
1973	417785	1708093	4,09	334406	3047499	9,11	51724	541664	10,47
1974	559174	2264013	4,05	481008	3858282	8,02	119576	707529	5,92
1975	376834	2144293	5,69	226145	3265410	14,44	131924	850680	6,45
1976	313658	2531292	8,07	237598	3434335	14,45	85560	1156652	13,52
1977	460942	3434118	7,45	135643	5051945	37,24	56327	2032953	36,09
1978	396330	5592161	14,11	132898	7719451	58,09	32596	3029680	92,95
1979	529167	10237963	19,35	174546	13438800	76,99	44889	6147114	136,94
1980	997217	15045215	15,09	204963	16723220	81,59	89501	8011266	89,51
1981	1541747	17234844	11,18	442854	18005440	40,66	208209	9076647	43,59
1982	2219763	25654987	11,56	834985	25561959	30,61	398977	11827753	29,65
1983	2331444	40069192	17,19	764788	37179012	48,61	470722	20514289	43,58
1984	2635062	59950429	22,75	863112	60198527	69,75	778186	37322103	47,96
1985	3418282	83147603	24,32	1639987	90341603	55,09	1855428	55444343	29,88
1986	7208949	109237580	15,15	3784056	112009039	29,60	3583696	81478000	22,74
1987	13778860	156298476	11,34	8630303	137550810	15,94	8656544	106646426	12,32
1988	7283239	1831965	0,25	26308209	326719793	12,42	11936638	126377843	10,59
1989	7640674	1709999	0,22	38011222	403998678	10,63	14252164	155536708	10,91
1990	10869847	2452388	0,23	57427750	492826050	8,58	20421965	186036872	9,11
1991	13111995	3085192	0,24	81041774	514729708	6,35	24471438	197565764	8,07

EXPORTAÇÕES/ IMPORTAÇÕES



ANOS	IMPORTAÇÕES											
	Algodão em Rama				Fios, tecidos,...(TOTAL)		Fios		Tecidos		Total (Alg+Fios+Tec)	
	Total		Colónias									
	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.
	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.
1916	16389,129	8751			2342,476	5765	128,777	234	2213,699	5531	18731,605	14516
1917	13767,741	15587			2174,108	6784	193,399	549	1980,709	6235	15941,849	22371
1918	14797,645	29387			2264,754	11267	300,644	1249	1964,11	10018	17062,399	40654
1919	7447,253	13142			1282,427	9161	181,626	945	1100,801	8216	8729,68	22303
1920	11759,6	47459,638	403,946	1136,914	1859,076	43714,818	188,846	4632	1670,23	38500	13618,676	91174,456
1921	14376,928	59279,516	362,178	1173,629	1186,2784	48913,159	144,221	5663,755	1042,0574	43239,404	15563,2064	108192,675
1922	13869,88	79363,853	754,038	3545,064	2481,3274	81210,072	588,5574	21760,659	1892,77	59496,413	16351,2074	160573,925
1923	16009,866	216868,918	221,58	2369,45	2819,2119	154957,93	461,3625	18554,887	2357,8494	136403,043	18829,0779	371826,848
1924	13052,313	307014,13	576,454	10714,642	1699,306	145872,574	206,9921	15430,431	1492,3139	130442,143	14751,619	452886,704
1925	14463,713	185077,391	679,794	7803,847	2274,933	128720,307	205,81	11314,652	2069,123	117405,655	16738,646	313797,698
1926	16471,183	146217,453	1167,348	8515,651	2459,489	137526,54	320,101	14946,385	2139,388	122580,155	18930,672	283743,993
1927	16605,392	133441,013	862,533	6154,644	1986,852	103828,043	313,341	12898,339	1673,511	90929,704	18592,244	237269,056
1928	16625,893	163855,656	519,475	4879,451	1677,816	91127,826	283,391	12379,794	1394,425	78748,032	18303,709	254983,482
1929	16346,16	157516,9	946,928	8180,475	1826,192	95763,555	337,502	14609,851	1488,69	81153,704	18172,352	253280,455
1930	17968,261	139819,152	830,482	5948,341	1765,235	87174,55	324,416	14450,999	1440,819	72723,551	19733,496	226993,702
1931	14786,638	81274,443	785,912	3922,05	1032,1675	55570,503	149,677	9852,373	882,4905	45718,13	15818,8055	136844,946
1932	21382,336	124804,014	1798,626	7447,565	1014,877	50301,789	193,06	10851,364	821,817	39450,425	22397,213	175105,803
1933	21660,8	127000,531	2353,112	10500,457	1613,897	52468,699	201,332	12414,172	1412,565	40054,527	23274,697	179469,23
1934	21647,643	144502,215	2639,097	12029,054	949,51	46256,339	229,338	12379,501	720,172	33876,838	22597,153	190758,554
1935	23441,238	174520,466	2983,947	12295	902,272	42376,88	183,859	10044,528	718,413	32332,352	24343,51	216897,346
1936	20520,558	136751,859	5345,52	25243,288	715	33044,537	179	9463,682	715	33044,537	21414,558	169796,396
1937	30193,969	193555,751	11332,683	55605,425	747	34201,225	227	12739,702	520	21461,523	30940,969	227756,976
1938	28344,577	139339,912	10555,314	42556,628	581	29222,799	131	6462,632	432	20185,968	28907,577	168562,711
1939	19164,854	103733,561	10912,253	53775,783	596	26219,261	167	6437,639	411	17573,359	19742,854	129952,822
1940	23981,686	165326,23	8452,426	51344,172	515	26675,769	133	7396,049	369	17858,026	24483,686	190580,305
1941												
1942	23039,943	232463,614	18679,437	183213,284	168	19552,24	43	3809,19	105	11726,666	23187,943	247999,47
1943	18045,166	188140,459	17031,028	169185,159	248	36983,34	69	5465,655	137	23593,621	18251,166	217199,735
1944	33410,587	371426,373	28816,717	286264,387	137	32868,408	59	6069,992	62	20878,556	33531,587	398374,921
1945	23548,196	264349,988	19660,859	199260,521	235	52295,881	45	6531,215	163	35550,369	23756,196	306431,572
1946	39485,06	428623,855	37681,68	391277,155	304	43608,414	63	9929,928	225	28316,881	39773,06	466870,664
1947	25863,188	300359,983	21939,056	227308,173	433	46629,297	83	15182,086	312	49606,654	26258,188	365148,723
1948	32823,291	435751,263	29071,324	344771,955	392	75635,83	73	13807,257	292	52320,514	33188,291	501879,034
1949	37482,677	552312,17	29565,745	362591,888	776	95773,671	62	12724,135	700	78513,094	38244,677	643549,399
1950	33437,199	456738,337	31966,419	404220,08	213	35164,958	48	9137,214	165	26027,744	33650,199	491903,295

ANOS	IMPORTAÇÕES											
	Algodão em Rama				Fios, tecidos,...(TOTAL)		Fios		Tecidos		Total (Alg+Fios+Tec)	
	Total		Colónias									
	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.
	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.
1951	36178,249	745618,013	27507,43	388686,286	343	82469,134	66	16018,177	263	60884,836	36507,249	822521,026
1952	42111,377	789866,846	34181,77	530674,887	275	61142,836	39	7433,504	237	53709,332	42387,377	851009,682
1953	41977,692	693483,597	38128,634	593536,669	303	62079,126	36	6573,731	267	55505,395	42280,692	755562,723
1954	44303,321	708730,955	43075,997	668198,399	383	83282,089	38	6912,794	345	76369,295	44686,321	792013,044
1955	48615,814	876908,652	38009,848	585291,125	423	98862,703	47	8418,078	377	90444,625	49039,814	975771,355
1956	39808,175	719134,779	26600,081	428831,672	435	102621,787	54	10963,385	380	91658,402	40242,175	821756,566
1957	47193,515	885038,115	29254,779	507370,696	395	96094,235	41	8919,678	354	87174,557	47588,515	9891890,672
1958	47999,672	869616,781	41522,672	728984,604	402	97839,23	48	10411,18	354	87428,05	48401,672	967456,011
1959	49094,353	880544,913	34925,23	612764,954	398	90885,496	37	7843,597	361	83041,899	49492,353	971430,409
1960	57536	1040633	48500	861528	307	58536	42	9937	265	48599	57843	1099169
1961	67307,3	1252936	47020,2	842795	308	54188	38,5	9280	269,5	44908	67615,3	1307124
1962	65252	1226503	33030,5	594914	313,4	42951	37	7547	276,4	35404	65565,4	1269454
1963	72019,1	1328098	42033	754591	595,9	65474	33,2	7634	562,7	57840	72615	1393572
1964	76826,7	1426424	31615,4	579770	883,6	87429	39,4	9326	844,2	78103	77710,3	1513853
1965	89448,7	1687578	40585,2	751153	1170,3	134455	45,9	9513	1124,4	124942	90619	1822033
1966	79470,1	1491113	32588,8	598052	1240,6	144091	42,6	9633	1198	134458	80710,7	1635204
1967	71846,9	1340757	44243,9	797560	1302,7	152359	72,7	12657	1230	139702	73149,6	1493116
1968	89247	1711866	53466,8	967713	1884,9	210196	75,9	11598	1809	198598	91131,9	1922062
1969	97621,9	1787797	63225,7	1116029	2083,9	211565	139,6	8761	1944,3	202804	99705,8	1999362
1970	91716,6	1674621	67730,1	1214716	2301,3	281313	70,3	10635	2231	270678	94017,9	1955934
1971	90431	1769138	69769	1302744	2323,1	325956	64,5	8889	2258,6	317067	92754,1	2095094
1972	114825,7	2465684	43561,3	880541	2524	363975	65	11090	2459	352885	117349,7	2829659
1973	145995,8	3460079	55344,4	1340854	3344,7	443721	178,1	12959	3166,6	430762	149340,5	3903800
1974	85380,7	3146869	39809,7	1301919	3568,6	625207	116,5	23353	3452,1	601854	88949,3	3772076
1975	91889,4	3106101	20600,1	636668	1813,8	367102	33,3	7733	1780,5	359369	93703,2	3473203
1976	108512,2	4493726	46398,9	854851	2785,8	530864	58,3	14119	2727,5	516745	111298	5024590
1977	107478,7	7223583	9267,5	478532	3030,2	666715	41,1	18488	2989,1	648227	110508,9	7890298
1978	102954,7	6900822	8336,1	521061	2412,5	642490	25	17469	2387,5	625021	105367,2	7543312
1979	119448,1	10036859	18047,1	1422936	3474,4	1081087	1060,3	200555	2414,1	880532	122922,5	11117946
1980	136209,7	13031683	7574,8	637210	4238,8	1767243	1039,8	213146,1	4278,8	1742866	141528,3	14987695,1
1981	126152,9	15511842	7852,4	887403	5089,9	2133675	1770,2	384584	3319,7	1749091	131242,8	17645517
1982	129511,9	17078182	8039,2	865512	4253,3	2754126	762,2	301060	3491,1	2453066	133765,2	19832308
1983	134812,5	25046972	8156,9	1476779	4382,2	3850845	946,6	392482	3435,6	3458363	139194,7	28897817
1984	153503	41879982	4284,1	964188	8372	7807144	4297,4	2030615	4074,6	5776529	161875	49687126
1985	168005,7	46538327	3049,3	627611	9005,8	10432084	4357,7	2359382	4648,1	8072702	177011,5	56970411
1986	171358,7	31009045	785,4	92039	17210,7	18696294	8924,9	4418238	8285,8	14278056	188569,4	49705339
1987	190405,6	35698655	2594,6	635301	41730,1	35712215	29090	14484817	12640,1	21227398	232135,7	71410870
1988	185559,9	44245271	1899,4	390149	46184,4	41326292	33072,7	17416522	13111,7	23909770	231744,3	85571563
1989	168383,3	40775297	4503,4	1063516	51491,4	45692303	34454,7	17520691	17036,7	28171612	221264	86552627
1990	187833,7	48834660	5466	1366397	65486	61096067	44131	24358415	21355	36737652	254274,7	110029401
1991	156590,4	42199340	5339,9	1393938	65721,1	59275931	45795,4	24993123	19925,7	34282808	222311,5	101475271
1992	165620,2	34751892	12764,9	2545048	67103	57192000	44891,4	24024000	22375	33168000	235241,2	93467858
1993		33830114	10233,8	2151000		50255281		19780769		30474512	215393,5	84252000
1994	161732	41717000			60809	59790000	38119	22947000	22690	36843000	233368,1	105123000
1995		50979344				67177183		27862568		39314615	240689,5	118586000
1996		51295848	10748,9	2940000		75814947		31619413		44195534	251298,6	128039000
1997		52744572	11851,6	3628000		83785233		39118413		44666820	256014,7	137226000
1998		53665224				96399952		48337729		48062223		

ANOS	EXPORTAÇÕES															
	Fios, Tecidos,...(TOTAL)				Fios				Tecidos				Total			
	Total		Colónias		Total		Colónias		Total		Colónias		Total		Colónias	
	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.	Ton.	Esc.
	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.	21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28
1916									1854,089	1921						
1917									1404,444	2092						
1918									1010,729	2519						
1919									731,762	2191						
1920	1661,042	13090,84	2000,431	11602,21	8,246	58,984	8,167	58,02	1652,796	10315	1992,264	11544,19				
1921	1141,421	8515,317	1182,297	8144,784	6,252	62,445	5,965	58,727	1135,169	8452,872	1176,332	8086,057				
1922	2195,78	28504,96	1900,82	27315,66	22,458	348,952	8,331	164,579	2173,322	28156,01	1892,489	27151,08				
1923	1360,494	46726,76	1333,599	46178,44	11,009	244,377	8,83	203,353	1349,485	46482,38	1324,769	45975,08				
1924	1308,47	62417,91	1287,925	58103,14	7,465	200,743	4,093	149,598	1301,005	62217,17	1283,832	57953,54				
1925	1149,859	47147,78	1070,791	45886,08	63,801	832,977	13,298	260,006	1086,058	46314,81	1057,493	45626,07				
1926	1045,717	34173,6	991,83	33568,7	14,425	245,356	6,326	189,822	1031,292	33928,25	985,504	33378,87				
1927	1070,214	34112,66	1056,791	33473,66	9,038	339,743	7,334	168,035	1061,176	33772,92	1049,457	33305,63				
1928	1321,242	34236,28	1300,677	33597,48	17,193	788,118	6,85	307,193	1304,049	33448,17	1293,827	33290,28				
1929	1695,267	41502,34	1675,54	41168,03	13,485	455,57	12,424	436,789	1681,782	41046,77	1663,116	40731,24				
1930	1029,003	23098,92	1014,681	22851,09	5,828	217,476	5,765	216,776	1023,175	22881,44	1008,916	22634,32				
1931	1071,872	18782,62	1060,437	18610,64	4,321	125,362	4,321	125,362	1067,551	18657,26	1056,116	18485,27				
1932	2377,885	41739,4	2350,299	40439,46	26,739	1541	7,438	361,762	2351,146	40198,4	2342,861	40077,69				
1933	2946,548	54844,05	2917,254	54551,86	9,114	324,908	7,901	307,405	2937,434	54519,15	2909,353	54244,46				
1934	2590,325	45340,15	2554,182	44738,86	18,772	535,062	16,354	467,791	2571,553	44805,09	2537,828	44271,07				
1935	2969,264	50553,48	2950,333	46444,91	28,721	557,327	28,003	547,208	2940,543	49996,15	2922,33	45897,7				
1936	2949	42837,78	2762,227	41897,29	184,438	1112,804	38,573	631,732	2765	41724,97	2723,654	41265,56				
1937	6742	102104,1	4098,239		2239	27084,34	57,912	882,524	4503	75019,8	4040,328					
1938	5571	84063,28	2373,85	35776,4	2393	30990,45	32,777	593,204	3178	53072,83	2341,073	35183,19				
1939	3860	68468,05	3163,593	3163,593	303	3908,959	17,273	366,958	3557	64559,09	3146,32	51539,63				
1940	3480	82261,53	2881,895	2881,895	487	8591,914	40,185	841,481	2993	73669,62	2841,71	63353,87				
1941	9433	232944,1			3580	71091,69	113,349	3527,482	5853	161852,4	5170,998	131933,2				
1942	5592	233612,7	4876,111	4876,111	248	8309,155	116,79	5272,905	5344	225303,5	4759,321	193770,8				
1943	4989	251574,3	4550,631	4550,631	126,584	6658,552	104,081	4871,686	4863	244915,8	4446,55	194759,4				
1944	3562	227629,4	2853,925	2853,925	177,082	10994,98	91,53	4504,724	3385	216634,4	2762,395	184207,4				
1945	6602	413546,9	4943,639	321713,4	274,433	19315,31	131,569	7935,922	6327	394231,6	4812,07	313777,5				
1946	7611	504944,6	7184,039	476904,1	294,301	21522,62	182,2	11847,05	7316	483422	7001,839	465057				
1947	7546	535883,7	7362,658	521942,7	243,537	17031,99	212,348	14215,71	7302	518851,7	7150,31	507726,9				
1948	7380	518292,6	7092,31	494836,4	269,536	18912,7	251,154	16594,18	7110	499379,9	6704,696	480501,3				
1949	7206	467828,4	5838,43	377294,5	244,442	18852,18	184,839	12183,84	5695,596	378627,4	4430,938	298701,2				
1950	12462,98	622595,7	6482,725	378474,1	1487,398	55166,23	189,146	11031,24	10975,59	622540,5	6482,725	378474,1				

ANOS	EXPORTAÇÕES															
	Fios, Tecidos,...(TOTAL)				*Fios*				*Tecidos*				*Total*			
	Total		*Colónias*		*Total*		*Colónias*		*Total*		*Colónias*		*Total*		*Colónias*	
	Ton.	*Esc.*	*Ton.*	*Esc.*	*Ton.*	*Esc.*	*Ton.*	*Esc.*	*Ton.*	*Esc.*	*Ton.*	*Esc.*	*Ton.*	*Esc.*	*Ton.*	*Esc.*
	13.	*14.*	*15.*	*16.*	*17.*	*18.*	*19.*	*20.*	*21.*	*22.*	*23.*	*24.*	*25.*	*26.*	*27.*	*28*
1951	13273	896182,757	8063,675	503356,03	363,85	24382,217	214,298	14193,14	11021,947	769664709	7849,377	489162,89				
1952	10859	715067,274	7443,632	501538,384	289,565	21543,324	244,955	17805,913	8742,053	590398,688	7198,677	483732,471				
1953	12133	706652,553	8023,446	498146,48	428,997	25367,01	214,273	16405,824	9947,992	594920,907	7809,173	481740,656				
1954	18371	919863,901	7466,886	423260,074	2401,82	98314,361	240,605	17696,855	13696,585	719013,689	7226,281	405563,219				
1955	15013	760443,764	7877,608	426715,688	1731,07	79340,642	285,272	19159,323	10945,916	573911,965	7592,336	407556,365				
1956	16059	807409,557	8034,891	429157,173	1967,22	88458,423	278,961	20096,845	11578,775	599644,189	7755,93	409060,328				
1957	18575	937408,574	8525,427	469656,971	3237,654	139393,353	319,623	22433,322	12784,953	681448,772	8205,804	447223,649				
1958	17887	906526,778	8070,083	434109,895	2490,574	107980,663	310,077	21811,671	15396	798546,115	7760,006	412298,224				
1959	17907	859109,38	8288,016	420620,808	2643,303	108820,568	333,667	21923,692	12247,123	626357,927	7954,349	398697,116				
1960	27240	1225538	7758	401953	9026	309257	349	23565	18214	916281	7409	378388	27662	1230087		
1961	25671,5	1171325	5758,6	314652	10382	371013	279,6	19288	15289,5	800312	5479	295364	27053,1	1186367		
1962	32827,6	1497155	7471,8	443869	13750,6	475933	373,8	27268	19077	1021222	7098	416601	33754,2	1503643	7477,6	444671
1963	33970	1571551	8761,3	511845	13975,4	499830	369,8	29854	19994,6	1071721	8391,5	481991	34602,2	1575598		
1964	34269,7	1690280	10408,9	641661	14074,1	527882	385,5	32869	20195,6	1162398	10023,4	608792	34504,7	1692381		
1965	31162,7	1651906	10037,7	694702	14329,2	539276	435,8	33831	16833,5	1112630	9601,9	660871	31416,3	1654377	10386,9	697152
1966	38765,5	1811666	8450,7	542595	20021,5	736776	314,6	27915	18744	1074890	8136,1	514680	39273,2	1816378	8753,8	545450
1967	42893	2005754	8368,3	607264	20674,1	771505	378	38426	22218,9	1234249	7990,3	568838	43831,6	2012836		
1968	39531,5	1971879	10074,9	741698	17849,1	654739	484,3	47701	21682,4	1317140	9590,6	693997	40806,6	1977512	10490,2	745358
1969	41258,5	2109221	16325,6	802721	20077,6	772307	597,6	51535	21180,9	1336914	10351,6	751186	42030,7	2115566		
1970	37254,3	1999770	8905	712585,3	19784,5	809788	520,8	50748,3	17469,8	1189982	8384,2	661837	38501,3	2014771	9399,1	719267
1971	38792,6	2070904	7998,1	679924	22650	896424	678,1	61473	16142,6	1174480	7320	618451	39938,5	2080097	8319,7	683072
1972	47840,6	2618116	5233,5	472589	28643,5	1233933	810,5	65697	19197,1	1384183	4423	406892	49078,8	2626013	5387,4	475034
1973	49126,1	3116190	5706,5	508145,549	28229,8	1367813	999,1	88,549	20896,3	1748377	4707,4	508057	51634,3	3134265	5947,1	599922
1974	37591,2	3649022	3680,8	599707	22304,2	1753978	486,6	83029	15287	1895044	3194,2	516678	39153,8	3662719	3874,9	602445
1975	32570,8	2693329	1676,7	312587	19896,6	1252368	166,5	38104	12674,2	1440961	1510,2	274483	34016	2713986	1773,8	314113
1976	30261,5	3149312			18072,2	1434038			12189,3	1715274			31249,9	3167461		
1977	23282,2	4189373			12331,6	1607262			10950,6	2582111			23937,8	4208942		
1978	28646,5	5758970			15591,3	2200401			13055,2	3558569			29557,6	5784582		
1979	31421,2	9006292			17318,2	3876364			14103	5129928			33552,5	8461844		
1980	25567,4	8374903			13098,5	3126560			12468,9	5248343			28146,6	8450263		
1981	22506	8553904			10915,6	2787138			11590,4	5766766			26569,6	8684724		
1982	24528,5	10534359			11873,7	3443090			12654,8	7091269			296389	10743894	23180	1778054
1983	26630,7	16104435			11718,3	4532663			14912,4	11571772			315480	16371776	35144	3286486
1984	26071,4	21731785			11061,1	5925050			15010,3	15806735			308381	22175101	37843	4347135
1985	23620,6	24544943			10119,2	6577532	130,3	208044	13501,4	17967411			27324,4	24920261	2209,7	3109232
1986	18674,9	19596486			8304	5302910			10370,9	14293576			23268,1	19959525	837,9	1152310
1987	20051,5	21490076	902,7	1408275	9120,1	6163346	92,5	153910	10931,4	15326730	810,2	1254365	25028,5	21933517	965,1	1423515
1988	18332,1	21926219			8093,4	6126585			10238,7	15799634			23319,4	22477600	1333	2089626
1989	21364,9	24248293			8493,9	5676547			12871	18571746			25885,5	86552627	1623,1	3110010
1990	19441,8	23650115			8007,3	5640400			11434,5	18009715			22093,5	24053530	1527,9	2697322
1991	21487,1	24945018	1063,6	2645616	9989,9	6721536	35	4082	11497,2	18223482	10601	2641534	23825,4	25732244	1193	2887487
1992	21510	26375000			9482	6909000			12028	19466000			23860,7	27228022	939,1	2299166
1993		28262874				7449939				20812935			27288,5	29033000	457	1041000
1994		32544000			9873	8104000			12348	24440000			29096,5	33539000	290,4	514000
1995		34971499				8352026				26619473			27013,8	35867000	331,5	661000
1996		39293801				8597739				30696062			29206,4	39921000	230,8	372000
1997		43060341				8267905				34792436			31118,3	44136000	289,5	526000
1998		41286868				6564243				34722625						

ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS

Estabelecimentos industriais e Operários nos Inquéritos Industriais: comparação geral

Distritos	*Concelhos*	*1912 Classe IX (+ de 10 Op.)*		*1921 Classe IX (+ de 10 Op.)*		*INQUÉRITO IND.57/59 Ind.Têxteis-Tecidos*		*INQUÉRITO IND.1964 Ind.Têxteis (+ de 21 Pess.)*		*INQUÉRITO IND. 1972 Ind. Têxteis*	
		Estabele.	*Operários*	*Estabele.*	*Operários*	*Estabel.*	*Operários*	*Estabel.*	*Operários*	*Estabel.*	*Operários*
TOTAL NACIONAL						1397	92889			2582	146266
CONTINENTE								719	119582	2455	143241
BRAGA	Fafe	2	1052	2	873	19	2248				
	Guimarães	12	3559	12	1305	212	12908				
	Famalicão	8	1236	10	8203	79	11532				
Total do Distrito		23	6533	26	10451	339	28509	169	37293	467	48829
PORTO	Maia	0	0	2	47	26	1328				
	Matosinhos	3	268	3	86	22	4564				
	Porto	49	6743	79	4945	103	10270				
	Santo Tirso	4	2885	4	458	111	10161				
	Valongo	0	0	3	124	7	831				
	Vila do Con	0	0	0	0	5	2518				
	Gaia	11	1237	18	2177	36	4464				
Total do Distrito		70	11630	113	8093	374	36518	234	44090	896	49224
BRAGA+PORTO		93	18163	139	18544	713	65027	403	81383	1363	98053
Vale do Ave		26	8732	28	10839	421	36849				
Porto e conc. perif.		67	8248	105	7379	194	21457				

Fonte: *Inquéritos Industriais.* Vários Anos

ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS

Têxtil de Algodão, de Fibras Artificiais e Sintéticas e Mistos

	I. ESTABELECIMENTOS				II. OPERÁRIOS				III. FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (1000Esc.)				IV. ALGODÃO EM RAMA CONSUMIDO (Toneladas)			
ANOS	TOTAL	BRAGA	PORTO	BRAGA+PORTO	TOTAL	BRAGA	PORTO	BRAGA+PORTO	TOTAL	BRAGA	PORTO	BRAGA+PORTO	TOTAL	BRAGA	PORTO	BRAGA+PORTO
1945	307	164	120	284									27113	10776	13716	24492
1946																
1947																
1948	640	378	237	615									33861	13729	16851	30580
1949	620	367	229	596	59222	24048	28609	52657					32066	12651	15962	28613
1950	625	367	233	600	59582	24841	29291	54132					37742	15035	19298	34333
1951																
1952	784	473	276	749	42423	18741	19627	38368					38283	14140	20210	34350
1953																
1954																
1955	816	491	291	782	41155	16214	20915	37129					45551	17047	24186	41233
1956	529	302	198	500	58143	24474	29168	53642					42261	15868	22672	38540
1957																
1958																
1959	500	274	197	471	60010	26209	29327	55536					47153	20019	23672	43691
1960																
1961																
1962																
1963	456	227	204	431	61937	27053	31083	58136					71604	32291	34215	66506
1964	449	216	207	423	63456	28672	31409	60081								
1965	454	224	203	427	69850	31855	33899	65754								
1966	450	218	207	425	67841	31927	32180	64107					82027	39262	37003	76265
1967	447	216	209	425	68075	32217	32289	64506								
1968	433	199	209	408	70014	31995	32215	64210								
1969	437	202	212	414	66323	31772	31053	62825								
1970	427	197	208	405	68221	32878	31198	64076								
1971	403	172	204	376	53191	25465	24667	50132	1056982	469853	544990	1014843				
1972	404	188	192	380	60269	29741	27343	57084	1434459	517181	848309	1365490				
1973	413				65644	33411	29037	62448	1507660	899330	574184	1473514				
1974	396	175	196	371	65259	32862	29259	62121	2077028	1053548	998070	2051618				
1975	375	169	181	350	64810	33789	27459	61248	1269597	838246	387868	1226114				
1976	356	156	177	333	61222	31099	26835	57934	1025105	689653	324561	1014214				
1977	354	354	162	170	61191	30940	27795	58735	2195510	1467686	698263	2165949				
1978	373	171	180	351	64067	33722	27941	61663	2851457	1852839	956777	2809616				
1979	352	168	167	335	66165	34881	28550	63431	4756747	2433990	2304425	4738415				
1980	370	172	175	347	68321	35741	29178	64919	6111572	3078279	2851795	5930074				
1981	365	172	171	343	70922	35575	28780	64355	9971447	3860041	5822006	9682047				
1982	357	172	164	336	67785	36382	28147	64529	9234906	4250039	4657774	8907813				
1983	350	171	159	330	68327				5260225	2891446	2119501	5010947				
1984	351	169	163	332	68341				6112017	4121833	1877074	5998907				
1985	324	165	142	307	65105				9344321	6205238	3017363	9222601				
1986	325	160	147	307	67234	36795	27331	64126	14176357	8298714	5687674	13986388				
1987	315	155	142	297	66607	36985	26612	63597	15885708	8864629	6732095	15596724				
1988	315	153	144	297	64097	35453	26147	61600	24165617	12969596	10324357	23293953				
1989	305	151	138	289	67915	37510	27988	65498	27616014	18549566	8006122	26555688				

Anos	Estabelecimentos em Actividade	Pessoal ao Serviço	Operários	Formação Bruta de Capital Fixo (contos)	Valor Bruto de Produção (contos)	Import.Alg. Rama (Kg.)	Pess./Est.	Oper./Est.	FBCF /Est. (contos)	VBP /Est (contos)	Imp.Alg./Est (Ton)
1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	3./2.	4./2.	5./2.	6./2.	7./2.
1948	640					32823291					51286
1949	620	64723	61907			37482677	104,4	99,9			60456
1950	625	65169	62302			33437199	104,3	99,7			53500
1954	866					44303321					51159
1955	816	63755	61695			48615814	78,1	75,6			59578
1958	505		60763			47999672					95049
1959	500		61010			49094353		122,0			98189
1962	478		61600			65252100					136511
1963	456		61937			72019100		135,8			157937
1964	449		63456			76827000		141,3			171107
1965	454		69850			89448700		153,9			197024
1966	450		67917			79470100		150,9			176600
1967	447		68075			71846900		152,3			160731
1968	433		98442			89247000		227,3			206113
1969	437		66323			97621900		151,8			223391
1970	427	72599	68413			91716000	170,0	160,2			214792
1973	413	70745		1507660	13542242	145995800	171,3		3650,5	32789,9	353501
1974	396	70295	65259	2077028	18851100	85380700	177,5	164,8	5245,0	47603,8	215608
1975	375	70288	64810	1269597	16679581	91889400	187,4	172,8	3385,6	44478,9	245038
1976	356	66500	61222	1025105	19787602	108512200	186,8	172,0	2879,5	55583,2	304810
1977	354	66577		2195510	27308733	107478700	188,1		6202,0	77143,3	303612
1978	373	69341	64067	2851457	34730942	102954700	185,9	171,8	7644,7	93112,4	276018
1979	352	71273	66165	4756747	50864217	119448100	202,5	188,0	13513,5	144500,6	339341
1980	370	73713	68321	6111572	68485944	136209700	199,2	184,7	16517,8	185097,1	368134
1981	365	76354	70922	9971447	74472187	126152900	209,2	194,3	27319,0	204033,4	345624
1982	357	73224	67785	9234906	86845504	129511900	205,1	189,9	25868,1	243264,7	362778
1983	350	73846		5260225	117621417	134812500	211,0		15029,2	336061,2	385179
1984	351	73956		6112017	162907640	153503000	210,7		17413,2	464124,3	437330
1985	324	70575		9344321	191123994	168005700	217,8		28840,5	589888,9	518536
1986	325	72923	67234	14176357	212773392	171358700	224,4	206,9	43619,6	654687,4	527258
1987	315	72432	66607	15885708	233565375	190406000	229,9	211,5	50430,8	741477,4	604463
1988	315	69787	64097	24165617	245133292	185559900	221,5	203,5	76716,2	778200,9	589079
1989	305	67915	67915	27616014	255257243	168383300	222,7	222,7	90544,3	836909,0	552076
1990	581	68165		21907000	340743000	187833700	117,3		37705,7	586476,8	323294
1991	511	61822		28178000	314605000	156590400	121,0		55142,9	615665,4	306439
1992	582	55493		23532000	306431000	166700000	95,3		40433,0	526513,7	286426
1993	513	50304		12056000	296758000	160057000	98,1		23501,0	578475,6	312002
1994	524	44672		24805000	310189000	161732000	85,8		47337,8	591963,7	308649
1995	454	42270		19449000	314293000		93,1		42839,2	692275,3	

Fonte: Estatísticas Industriais. Vários anos.

PRODUÇÃO DE FIOS E TECIDOS DE ALGODÃO (Toneladas)

	FIOS	*TECIDOS*	*FIOS E TECIDOS*
1940	22623		22623
1941	25315		25315
1942	21028		21028
1943	17331	13976	31307
1944	19428	14906	34334
1945	24799	17785	42584
1946	28892	21134	50026
1947	29004	20563	49567
1948	31486	22427	53913
1949	30369	21450	51819
1950	35608	25339	60947
1951	31555	23306	54861
1952	35815	25961	61776
1953	34904	24703	59607
1954	41571	29516	71087
1955	41123	27928	69051
1956	36021	25973	61994
1957	35347	23925	59272
1958	37143	25028	62171
1959	38533	25413	63946
1960	51463	31667	83130
1961	56713	33276	89989
1962	57588	31978	89566
1963	62271	35741	98012
1964	66919	37452	104371
1965	72812	39464	112276
1966	73389	38482	111871
1967	71332	38372	109704
1968	73902	39313	113215

Fonte: Estatísticas Industriais

ANEXO 3.2.2.2. – A)

Inquérito Industrial de 1890
Listagem dos *Estabelecimentos*

ESTABELECIMENTO	PRODUTOS	CONCELHO	Nº de Estab.	Nº MÉDIO DE OPERÁRIOS/DIA		
				Operários	Aprendizes	Total
Cª da Real Fáb. Fia. Thomar	Fiação e Tecelag	Tomar	1	669	13	731
Cª Nacional de Fia. e Tec. Torres Novas	Fiação e tec. de L	Torres Novas	1	304	81	385
Cª de Fiação e Tecidos de Alcobaça	Fiação e Tecelag	Alcobaça	1	430	0	430
			3	1403	94	1546
Loureiro e Pinheiro	Fiação e Tecelag	Braga	1	20	8	28
Pinheiro e irmão	Fiação e Tecelag	Braga	1	15	5	20
José da Silva VAsconcellos	Fiação e Tecelag	Braga	1	20	9	29
João José Pereira de Carvalho	Fiação e Tecelag	Braga	1	10	0	10
José Duarte Lopes Malheiro	Fiação e Tecelag	Braga	1	8	0	8
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Braga	41	0	0	0
Fábrica do Bugio	Fiação e Tecelag	Fafe	1	180	0	180
Fábrica do Ferro	Fiação e Tecelag	Fafe	1	339	0	339
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Fafe	4	4	0	4
José Pereira de Andrade	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	20	0	20
Domingos Antunes de Carvalho	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	12	0	12
António Alves de Sousa	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	15	0	15
António Joaquim Ribeiro Guimarães	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	16	0	16
Manuel José ALves Salvador Junior	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	16	0	16
José Maria de Almeida Guimarães	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	12	0	12
Manuel José Alves Salazar	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	16	0	16
João Pereira Fernandes	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	30	0	30
Narciso Correia de Abreu	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	20	0	20
Manuel José Pereira Fernandes	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	30	0	30
Torquato Ventura Mendes	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	12	0	12
António José Ferreira	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	12	0	12
Francisco Luiz Ferreira Junior	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	10	0	10
Francisco Luiz Ferreira	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	20	0	20

Narciso Machado	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	12	0	12
Francisco Alves Rodrigues	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	10	0	10
Torquato Luiz Ferreira	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	10	0	10
Victorino ferreira	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	12	0	12
José Pereira Menezes	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	8	0	8
José Pereira Diniz	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	8	0	8
Joaquim Luiz Ferreira	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	8	0	8
Bernardo da Silva	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	12	0	12
José Alves de Faria	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	9	0	9
José Joaquim de Castro	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	12	0	12
Narciso Ferreira	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	50	0	50
José Alves Rodrigues	Fiação e Tecelag	Famalicão	1	8	0	8
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Famalicão	627	481	0	481
António dos Santos Rocha	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	10	0	10
António José Fernandes	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	40	1	41
António José da Silva Fernandes	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	36	1	37
Agostinho José Fernandes	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	12	0	12
Joaquim da Silva Martins	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	100	0	100
Augusto da Silva	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	20	0	20
António da Siva Marques	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	35	0	35
António Diniz Machado Carvalho	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	12	0	12
ANtónio Fernandes	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	20	0	20
Manuel Pereira Machado	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	20	0	20
Joaquim Lopes	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	20	0	20
Francisco José Fernandes	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	40	0	40
José Manuel Fernandes	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	20	0	20
Avelino Gonçalo de Almeida	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	20	0	20
Manuel da Silva Mendes	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	8	0	8
Bernardino de Abreu	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	15	0	15
João Ignácio da Cunha Guimarães	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	15	0	15
João Mendes Ribeiro	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	100	0	100
José Machado Funtão	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	10	0	10

José da Silva Marques	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	20	0	20
António Ribeiro Marinho	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	15	0	15
José Gonçalves	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	15	0	15
José da Cunha	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	15	0	15
José Ribeiro de Castro	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	15	0	15
João de Abreu	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	40	0	40
Joaquim Ribeiro Duarte	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	20	0	20
Francisco Faria Pisca	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	10	0	10
Manuel Villaça	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	6	0	6
António Joaquim Machado	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	40	0	40
João Lopes Faria Monteiro Guimarães	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	100	20	120
Manuel Ribeiro Germano Guimarães	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	50	0	50
Manuel da Silva	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	11	0	11
António Francisco da Silva Carvalho	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	11	1	12
Joaquim Mendes Pinheiro	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	62	2	64
João da Silva Marques	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	100	0	100
Joaquim Mendes Ribeiro	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	100	0	100
Francisco José Mendes Ribeiro	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	100	0	100
Francisco Gonçalves Júnior	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	20	0	20
Pedro Pereira da Siva Guimarães	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	27	16	43
Bento dos Santos Castor	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	30	20	50
José da Silva Guimarães	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	6	0	6
Messias Ribeiro	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	5	1	6
José de Oliveira	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	7	0	7
Real Fabrica de Tecidos de ALgodão	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	0	0	0
João Pereira de Freitas	Fiação e Tecelag	Guimarães	1	6	0	6
Pequena Industria	Fiação e Tecelag	Guimarães	33	0	0	0
Fábrica de Fiação do rio Vizella	Fiação e Tecelag	Santo Tirso	1			0
Manuel da Silva Maia	Fiação e Tecelag	Santo Tirso	1	12	0	12
Bernardino Ferreira de Carvalho	Fiação e Tecelag	Santo Tirso	1	12	0	12
			786	2885	84	2969
Joaquim Pinheiro	Fiação e Tecelag	Amarante	1	6	2	8

Manuel Morais	Fiação e Tecelag	Amarante	1	21	0	21
Ignácio Teixeira Ribeiro	Fiação e Tecelag	Amarante	1	20	5	25
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Amarante	10	17	6	23
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Baião	4	0	0	0
João ALves de Oliveira	Fiação e Tecelag	Bouças	1	5	5	10
Bento Gomes dos Santos	Fiação e Tecelag	Bouças	1	8	2	10
António da Silva Vieira	Fiação e Tecelag	Bouças	1	40	5	45
Manuel Coelho da Silva Canto	Fiação e Tecelag	Bouças	1	8	2	10
Luiz Lourenço dos Santos	Fiação e Tecelag	Bouças	1	8	0	8
António Soares guimarães	Fiação e Tecelag	Bouças	1	20	0	20
José António Pereira	Fiação e Tecelag	Bouças	1	15	3	18
Joaquim Gomes da Costa	Fiação e Tecelag	Bouças	1	7	2	9
José da Rocha Silva	Fiação e Tecelag	Bouças	1	8	3	11
José Gonçalves de Oliveira	Fiação e Tecelag	Bouças	1	20	5	25
António Mendes Guimarães	Fiação e Tecelag	Bouças	1	6	2	8
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Bouças	27	202	0	202
Pedro da Silva Neves	Tinturaria	Bouças	1	8	2	10
Pequena Indústria	Tinturaria	Bouças	5	11	0	11
José António Peixoto	Fiação e Tecelag	Felgueiras	1	2	3	5
José Joaquim Pereira	Fiação e Tecelag	Gaia	1	8	2	10
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Gaia	213			0
Pequena Indústria	Tinturaria	Gaia	3	3	0	3
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Gondomar	392	445	0	445
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Louzada	3	5	0	5
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Maia	1	1	0	1
Pequena Indústria	Tinturaria	Maia	1	2	0	2
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Marco	1	0	0	0
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Paços de Ferreir	9	9	0	9
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Paredes	3	3	0	3
Pequena Indústria	Tinturaria	Paredes	1	1	0	1
Pequena Indústria	Calandragem	Porto-B.Ocidenta	2	4	0	4
António da Silva Guimarães	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidenta	1	11	0	11

Fabrica Portuguesa de Artigos de Malha	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	82	0	82
Cª Manufactora de Artefactos de Malha	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	149	0	149
João de Araújo	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	9	0	9
Joaquim de Almeida	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	14	0	14
ANtónio Monteiro	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	20	0	20
Manuel Joaquim Guimarães e Irmão	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	69	0	69
Pedro José dos Santos	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	30	0	30
Fáb. Tec. ALg. Gualdino da S. Bessa	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	12	3	15
Victorino Pereira Valle	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	12	2	14
António José Gomes Samagaio	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	51	3	54
Fábrica de F. e Tecidos do Jacinto	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	313	0	313
António Marinho	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	53	10	63
António Maria Barbosa	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	11	0	11
Manuel Ferreira da Cunha	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	8	0	8
David José da Silva e Filho	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	6	1	7
Motta e Irmão	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	24	6	30
António Tavares e Filho	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	13	0	13
Manuel ANtónio Saraiva	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	7	0	7
José Moreira de Araújo	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	16	0	16
Marinho e Irmãos	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	44	0	44
Fazendas de alg. e Linho- J.J. S. Motta	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	18	2	20
Melitão Urréa Y Alvarez	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	8	0	8
José Maria Cardoso Teixeira	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	10	0	10
Manuel Pinto da Fonseca	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	10	0	10
Fáb. Zeferino Gomes da Silva	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	31	0	31
Luiz Ferreira da Silva	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	7	0	7
Fáb.Tec. Franc° Pinto da Fonseca e F°	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	1	16	0	16
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Porto-B.Ocidento	392	431	104	535
Tintur. Estamp. de Algodão José Maio Ca	Tinturaria	Porto-B.Ocidento	1	15	0	15
Pequena Industria	Tinturaria	Porto-B.Ocidento	6	13	0	13
João Ferreira da Silva	Calandragem	Porto-B.Oriental	1	12	0	12
António da Costa	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	7	3	10

Francisco de Sousa Oliveira	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	5	2	7
F.L. de Almeida	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	8	3	11
Júlio Pereira do Amaral	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	121	3	124
Sebastião Antunes de Oliveira	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	18	8	26
Diogo Bernardo Barbot	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	16	0	16
Fabrica Nacional de Tecidos de Rodrigo	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	43	0	43
Joaquim Tavares Gomes	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	9	0	9
Zeferino Ferreira de Monda	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	12	5	17
José Carneiro de Mello	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	231	0	231
Viúva Coelho Moreira	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	12	0	12
Francisco Correia da Silva	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	7	0	7
Domingos José Pinto Osório	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	7	3	10
CArlos da Silva Ferreira	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	14	0	14
Manuel Alves Montes	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	24	0	24
Companhia de Fiação Portuense	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	381	23	404
Manuel Joaquim de Assumpção	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	16	0	16
Bahia e Genro	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	36	0	36
Candido Teixeira Rocha	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	7	0	7
António Miguel Peixoto	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	10	0	10
Manuel ALvares Montes	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	18	3	21
Manuel de Sousa Oliveira	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	8	0	8
José de Azevedo Vasconcellos	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	15	0	15
Manuel José Pereira da Silva	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	18	0	18
Francisco Pinto da Conceição	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	12	0	12
António Manuel Junior	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	8	0	8
Joaquim Ferreira e Genro	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	11	0	11
Thomas da Silva Ferreira	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	25	0	25
José Ferreira dos Santos Junior	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	14	0	14
Narciso Gomes Ferreira	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	8	0	8
Viuva Pereira da Silva e Filhos	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	11	2	13
António Miguel	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	7	0	7
Domingos António de Oliveira	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	111	0	111

Serafim Martins Moutinho	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	20	0	20
Manuel Martins Moutinho	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	27	0	27
Joaquim Cardoso	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	12	0	12
João José Morais	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	1	61	0	61
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Porto-B.Oriental	924	1440	48	1488
José de Oliveira	Tinturaria	Porto-B.Oriental	1	9	0	9
Luiz Monteiro	Tinturaria	Porto-B.Oriental	1	10	0	10
Pequena Indústria	Tinturaria	Porto-B.Oriental	17	45	3	48
Fábrica da Balsa de Joaquina de Sousa F	Fiação e Tecelag	Vallongo	1	86	12	98
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Vallongo	144	143	0	143
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Vila do Conde	10	10	0	10
			2255	5551	298	5849
João Quirino Rosa	Fiação e Tecelag	Lisboa-1° Bairro	1	8	0	8
Fabrica Samaritana (Cª de Xabregas)	Fiação e Tecelag	Lisboa-1° Bairro	1	513	0	513
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Lisboa-1° Bairro	1	3	0	3
Francisco Alves Gouveia	Estamparia	Lisboa-1° Bairro	1	0		0
Fábrica do Braço de Prata	Estamparia	Lisboa-1° Bairro	1	128	2	130
Fábrica de algodão e tinturaria Domingo	Fiação e Tecelag	Lisboa-3° Bairro	1	30	0	30
Associação fraternal dos fabricantes de t	Fiação e Tecelag	Lisboa-4° Bairro	1	16		16
Cª de fiação e tecidos Lisbonense	Fiação e Tecelag	Lisboa-4° Bairro	0	0		0
ALmada-Olho de Boi-Lisboa	Fiação e Tecelag	Lisboa-4° Bairro	2	980	208	1188
Maria José de Moura	Fiação e Tecelag	Lisboa-4° Bairro	1	0	0	0
Pequena Indústria	Fiação e Tecelag	Lisboa-4° Bairro	1	0	0	0
Cª Naconal de Estamparia e Tinturaria	Estamparia	Lisboa-4° Bairro	1	110	5	115
Cª Lisbonense de estamparia e tinturaria	Estamparia	Lisboa-4° Bairro	1	75	0	75
Cª de Estamparia de Alcantara	Estamparia	Lisboa-4° Bairro	1	130	0	130
Cª Naconal de Estamparia e Tinturaria	Estamparia	Lisboa-4° Bairro	1	102	7	109
			15	2095	222	2317

ANEXO 4.1.3.2. – A)

IMPORTADORES DE ALGODÃO EM RAMA EM 1947

IMPORTADORES DE ALGODÃO EM RAMA EM 1947

Lista e apontamentos extraídos de. Carlos BASTOS - *O Algodão no Comércio e na Indústria Portuguesa.* Porto, 1947.

1. A ALGODOEIRA W. STAM, L.DA

1. Data de Fundação:: 1919

2. Walter Stam, suiço, instalou-se no Porto como representante da firma americana Anderson Clayton & C°

3. Sócios em 1947: Stam, Teixeira Lobão e Tschopp (tb. suiço)

2. A ROMARIZ, FILHOS

1. 1850 (1907)

2. Manuel da Rocha Romariz fundou em 1850 a primeira firma que se dedicava à exportação de vinho do Porto. Sucedeu-lhe o filho Augusto da Rocha Romariz que, por seu turno deu sociedade ao filho, Augusto da Rocha Romariz Júnior. Depois de viagens ao Brasil de Claudino da Rocha Romariz (neto do fundador) e a trabalhar na firma desde 1901, passaram a dedicar-se à importação de algodão em rama, representando a firma brasileira M. F. Gomes, do Pará. (por volta de 1907).

3. ADELINO MARQUES PINTO

1.1942 (com 20 anos de negócios anteriores)

2. Viveu cerca de trinta anos no Brasil. Em 1947 representava duas companhias de Moçambique: João Ferreira dos santos e Sociedade Algodoeira do Niassa, L.da.

3. Sócios em 1947: Adelino Marques Pinto e filho, José Marques Pinto.

4. ALGODÕES F. ROCHA GONÇALVES (S.A.R.L.)

1. 1920

2. Francisco da Rocha Gonçalves era natural de Esposende, veio para o Porto aos onze anos, como empregado de comércio. Em 1906 compra a Antiga Casa Taveira. Em 1918 faz sociedade com um comerciante de Vizela, Adelino Alves Pontes e a partir de 1920 passa a dedicar-se à importação de algodão em rama. A sociedade tem uma série de vicissitudes e finalmente, é, em 1947 a maior importadora de algodão (tem o maior contingente).

Financiou a cultura do algodão em Moçambique, onde possui a Sociedade Agrícola Algodoeira.

Foi representante da Société Coloniale Luso-Luxembourgeoise, de Moçambique e da Companhia Geral de Algodões de Angola.

5. ADELINO GOMES

1. 1945

2. Ex- sócio gerente da firma "Jácome & Resende, Lda"

6. C. CLAVEL & C°, L°

1. 1912

2. Carlos Clavel do Carmo era empregado na Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, começou muito novo a negociar por conta própria e estabeleceu-se sózinho no Porto, em 1912, com uma firma de importação de algodão em rama.

Financiou a cultura do algodão em Moçambique.

7. CARLOS MARQUES PINTO & SOBRINHO, L.DA

1. 1939

2. Veio do Brasil em 1920

3. Sócios: Carlos Marques Pinto e um sobrinho, José Marques Pinto da Costa

Em 1947, Carlos Marques Pinto era sócio gerente da firma ED. MONTEIRO, L.DA.

8. COMÉRCIO ALGODOEIRO, L.DA (LISBOA)

1. 1936

2. Exploravam o comércio geral de importação, exportação e representações. Representava firmas do Egipto e dos Estados Unidos da América. Estava, em 1947, decadente.

9. CASA DOS LINHOS (S.A.R.L.)

1. 1860 (1931)

2. Rafael Pereira dos Santos, ex-marçano, torna-se único proprietário da firma, em 1902. Fez sociedade com o filho, Rafael Amarante Pereira dos Santos e outro empregado, Manuel Gomes de Freitas. Em 1931 passa a dedicar-se à importação de algodão em rama, com a entrada de Júlio Ribeiro Campos.

Representavam a firma Peel & C° de Alexandria.

10. ED. MONTEIRO, LIMITADA

1.1943

2 Fundada por Eduardo Monteiro, veio a ficar exclusivamente de Carlos Marques Pinto com quem o primeiro tinha feito sociedade.

11. FERREIRA & EHRAHRT, L.DA

1. 1916

2. Guilherme Frederico Ehrahrt Júnior trabalhou com Adolfo G. Wandschneider desde 1899. Em 1916, estabeleceu-se por conta própria. Em 1925, fez uma sociedade com Narciso Ferreira, com o nome "Ferreira & Ehrahrt, L.da". Mas em 1947, o Narciso Ferreira já lá não estava.

12. FERNANDO BEGONHA & Cº

1. 1913

2. Trabalhou anteriormente noutra firma. Representava firmas Americanas.

13. GUILHERME GRAHAM J.OR & Cª.

1. 1889

2. Em 1809, a família Graham instala-se pela primeira vez em Portugal, em Lisboa. Em 1814 cria um escritório no Porto, na rua Nova dos Ingleses, dedicando-se à importação de tecidos de lã, de que possuia fábricas na Escócia. A partir de 1825 passa a dedicar-se também à exportação de vinho do Porto. Em Lisboa, compram a Fábrica de Estamparia e Tinturaria do Braço de Prata. No Porto, constróiem a Fábrica de Tecidos da Boavista em 1889, data a partir da qual também se convertem em importadores de algodão em rama.

14. J. P. DA CONCEIÇÃO, L.DA

1. 1894 (1903)

2. Em 1947 não tinha actividade como importador.

15. F. CARDOSO MAIA, L.DA

1. 1904

2. Francisco Cardoso da Silva Maia trabalhou anteriormente noutras firmas comerciais. Fez sociedade com José António Teixeira Lobão em 1904, para se dedicar à importação de algodão em rama. Desfez a sociedade em 1906 e passou a trabalhar sózinho.

Para além da importação de algodão em rama, representava a firma G. Reiss & C°.L.td, de Manchester, mais tarde transformada em S. Henrichsen & Aron.

A partir de 1927, a firma ficou na posse do sobrinho, Francisco Joaquim de Castro Magalhães.

16. INTERPOSTO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO NORTE, L.DA

1. 1924

2. Firma constituida por um conjunto de industriais têxteis, liderados por Manuel Pinto de Azevedo, para importarem algodão em rama.

17. JÁCOME E RESENDE, L.DA

1. 1934

2. A firma foi fundada por José da Costa Jácome, Luís da Cunha e Alfredo Resende Gomes de Almeida, mas de imediato saiu o sócio Luís da Cunha. Mais tarde sai também José Jácome, entrando Mário Amador e Pinho. Em 1942, sai Alfredo Resende e entra Miguel de Sousa Horta e Costa que, por seu turno também sairá da sociedade pouco tempo depois, para fundar uma firma autónoma - A Sociedade Portuguesa de Algodões, L.da. Em 1947, a firma era apenas da família Amador e Pinho.

Representavam firmas brasileiras e uma firma egípcia, The Cherif Cotton & Trading, C°, de Alexandria.

18. JOAQUIM MARQUES PINTO & IRMÃO, L.DA

1.1931

2. Inicialmente foi constituida uma sociedade entre os irmãos Joaquim e Adelino Marques Pinto. Em 1942, transformou-se em sociedade por quotas entre o primeiro e outro irmão, António, únicos sócios a partir de então.

Começaram por se dedicar à importação de madeiras do Brasil, passando depois à importação do algodão em rama.

Financiaram a cultura do algodão em África, nomeadamente na empresa Lopes & Irmão, L.da de Megaza, Vila Bocage, Angola.

19. JOHN W. NOLTE , L.DA

1. 1898

2. Agente de firmas fornecedoras de algodão e importador directo, mantinha negócios com a Índia, com a China e posteriormente com as Colónias Portuguesas em África.

3. Novos sócios, a partir de 1919: Adolfo Stock e mais tarde o filho, Fernando Stock e Dinis Lopes David

20. KJÖLNER & ROCHA BRITO, L.DA (LISBOA)

1. 1941

2. Agentes da Geo. H. Mac. Fadden & Bro, de Filadélfia.

21. L. FARGE, L.DA

1. 1907 (1929)

2. Fundada por um espanhol, Nicolas Leopoldo Farge Garcia de Madrid, com gerência de Adrien Amen, ficou, a partir de 1929, sob a gerência de Álvaro de Oliveira Bastos, empregado da firma e sócio. Passou a representar a firma suiça, Volkart Brothers, de Winterhur.

22. MARQUES PINTO, FERREIRA & Cª

1. 1936

2. Sócios fundadores: AlbertoMarques Pinto, António Gonçalves, Emílio Ferreira e Amélia Pires de Almeida Ferreira, mulher do anterior. Posteriormente, António Gonçalves saiu da empresa.

23. MARQUES PINTO, IRMÃOS, L.DA

1. 1917

2. Antes do Condicionamento e da Contingenciação do algodão, esta firma importava 40% do algodão que se consomia em Portugal, oriundo do Brasil.

Em 1947, integravam a firma os seguintes sócios: Francisco Marques Pinto, António José da Maia e Silva, Belademiro Dias Leite, Eduardo Pinto da Crus Júnior, João Maria Correa de Oliveira, Américo de Sousa Ramos, Fernando Monteiro, Manuel Gomes de Faria e Sampson Wallace, estes dois últimos encarregados das filiais de Belém e Santarém, no Brasil.

24. MOÇAMBIQUE COMERCIAL, L.DA (LISBOA)

1. 1943

2. Sociedade constituida entre a Companhia de Moçambique e José Martins Dias da Cunha. Explorava a cultura do algodão na região da Beira em Moçambique e tinha 7 fábricas de descaroçamento e prensagem.

25. OLYNDO MOREIRA & FILHOS, L.DA

1. 1901

2. Olyndo Maurício Moreira fez inicialmente uma firma com o irmão e, posteriormente com os filhos. Possuiam uma fábrica, cujos escritórios se situavam junto aos desta firma de importação - a Fábrica de Laborim.

26. RIBEIRO DE FIGUEIREDO & Cª

1. 1916 (1930)

2. José Joaquim Ribeiro de Figueiredo trabalhou inicialmente na firma de Hermann Burmester & Cº, estabelecendo-se mais tarde por conta própria e fazendo uma sociedade com os filhos, um dos quais, José, estagiou muito tempo na firma Merryfield, Ziegler & Cº, de Liverpool.

Em 1947 representavam as firmas The Union Cotton Company de Alexandria e a Sociedade Agrícola e Industrial La Luinha, produtora concessionária de Angola.

27. SOCIEDADE DE IMPORTAÇÃO ENRIQUE THUMANN (S.A.R.L.)

1. 1931

2. Enrique Thumann era natural de Bremen e veio para o Porto em 1891. Fundou uma firma em sociedade, Thumann, Kamp & Cº, que mais tarde desfez, tendo-se estabelecido sozinho, em 1931, para a importação de algodão.

Em 1947 era seu sócio António Félix.

28. SOCIEDADE PORTUGUESA DE ALGODÕES, L.DA

1. 1946

2. Sociedade fundada por Miguel de Sousa Horta e Costa, anteriormente sócio da firma importadora de algodão em rama, Jácome e Resende, L.da.

29. VARETA, SANTOS E Cª, L.DA

1. 1884

2. Bernardino Carlos de Azevedo Vareta trabalhou com o negociante Manuel José da Costa Lobo, o Lobo da Reboleira. Com a ajuda de um tio, José Maria dos Santos, ex-emigrante no Brasil, fundou uma sociedade para o comércio de diversos produtos, por volta de 1884. Posteriormente foram sendo integrados na firma os descendentes dos dois sócios fundadores. Em 1947, era também sócio, e desde 1940, Carlos Marques Pinto.

30. WANDSCHNEIDER & Cª, L.DA

1. 1839

2. Firma fundada em 1839 por W.m Stannius que, em 1870 deu sociedade ao seu empregado e procurador Adolfo Wandschneider, o qual, por seu turno se viria a converter em único proprietário da firma. Posteriormente, foram feitas e canceladas várias sociedades entre a família Wandschneider, irmãos e filhos, sendo sócios, em 1947 Francisco Wandschneider, Arnaldo Miranda Guimarães e Mário Costa.

Formulários dos Inquéritos Realizados

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

A INDÚSTRIA TÊXTIL NO NOROESTE - ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

INQUÉRITO DIRECTO ÀS EMPRESAS INDUSTRIAIS

Nº do Inquérito_____

Data _____

I. IDENTIFICAÇÃO

1. **Nome da Empresa** /Forma Jurídica _____

(Trade Mark : _____)

2. Lugar/Rua_____

3. Freguesia_____

4. **Concelho**_____

5. **Sócios/ Maiores Accion./ Adminis. (% de Capital):**
(Nome - Idade - Naturalidade -Habilitações/Profissão -Relações de parentesco)

5.1._____

5.2._____

5.3._____

5.4._____

(anexar a composição dos orgãos sociais da empresa)

II. RETROSPECTIVA HISTÓRICA

- FUNDAÇÃO

6. Data de Fundação_____

7. **Fundador(es)**

(Nome, Naturalidade, Profissão Anterior)

7.1. _____

7.2._____

7.3._____

(Ascendentes e Descendentes)

7.1. Pai_____Mãe_____

Fºs_____

_____

Outros_____

7.2. Pai_____Mãe_____

Fºs_____

_____

Outros_____

7.3. Pai_____Mãe_____

Fºs_____

_____

Outros_____

8. **Estratégia Inicial**_____

_____

_____

- LOCALIZAÇÃO

9. Localização Inicial_____

10.Razões da escolha _____

11. 2ª Localização_____

12.Razões da escolha _____

13. 3ª Localização _____

14.Razões da escolha _____

(Vantagens e Inconvenientes da actual localização)

Nome da Empresa:
Data:

RETROSPECTIVA HISTÓRICA

DATA	Principais Acontecimentos - Vicissitudes -Crises e Épocas Áureas	INOVAÇÕES

- ALTERAÇÕES NA SOCIEDADE/ FORMAS JURÍDICAS/CAPITAL SOCIAL

15. Origem do Capital Inicial _____

_____

16. Data	Alteração	CAPITAL SOCIAL (Origem)

17. Composição do Capital Social (%)

Data	Priv. (Nac)	Estrangeiro	Público
		-	

18. Ligações a Grupos

- É Participada de _____
- Participa no capital de : _____
- Está envolvida nalgum tipo de associação de empresas ou Joint-venture ? _____

_____

_____

III. PRODUÇÃO

19. Produz por encomenda ou para stocks?

_____

20. Unidades /Estabelecimentos - **Localização e Produção**

Unid.	Início	Encerr.	Localiz.	Nº de Op.	Produção
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					

21. Abastecimento/ Produção/ Comercialização
MAPA ANEXO

22. Outras Aquisições de Serviços no Exterior	Localização
- Concepção de Produtos :	
- Produtos Novos	
- Design/ Moda / Estilista	
- Embalagem / Apresentação -Comercialização	
- Inovação de processos de Fabrico	
- Reparação de Máquinas	
- Prospecção de Mercados	
- Publicidade	
- Assessoria Financeira	
- Transportes	
- Outros	

IV. MÃO-DE-OBRA

23. Evolução histórica dos totais e por sexos - **MAPA ANEXO**

24. Qualificação: _____

_____

V. FORMAS ORGANIZACIONAIS

25. Organigrama / Estrutura Hierárquica, etc. _____

_____

VI. ESTRATÉGIAS ACTUAIS

Imagem do Sector , Segmento, Ramo e da Região - A Concorrência

26. Como caracteriza para a empresa , sector e ramo em que a empresa se insere o período constituído pelos últimos 5 a 10 anos?

	Expansão	Estagnação	Recessão
IND. TÊXTIL			
SECTOR :			
EMPRESA			

27. Que evolução prevê para a empresa , sector e ramo em que a empresa se insere, no período constituído pelos próximos 5 a 10 anos?

	Expansão	Estagnação	Recessão
IND. TÊXTIL			
SECTOR :			
EMPRESA			

28. Como caracteriza para a empresa, o sector e o ramo em que a empresa se insere, o equipamento actualmente disponível?

	Obsoleto	Actualizado	De ponta
IND. TÊXTIL			
SECTOR :			
EMPRESA			

29. Que peso relativo (%) representam na estrutura de custos da empresa, as despesas com investigação tecnológica, formação profissional de quadros técnicos superiores (produção ou gestão e organização), idas a feiras , consultoria técnica exterior, etc.? _____

30. Quais os factores essenciais da competitividade da empresa?

	Média	Mercado Nac.	Por Mercados Externos:	
PREÇO				
QUALIDADE				
DESIGN				
PRAZOS DE ENTREGA				
OUTROS:				

31. De que transformações ou factores dependerá essencialmente a sobrevivência ou expansão do sector , ramo e empresa a médio prazo?

	Mercados	Salários	Inov. Tecn.	Gestão	Financiam.	Outros a)
IND. TÊXTIL						
SECTOR :						
EMPRESA						

a) Outros: _____

Papel do Estado e das Associações

32. Papel do Estado (incluindo entidades públicas como o ICEP, IAPMEI, CITEX,...)em relação ao sector, ao ramo e à empresa especificamente

33. É membro de alguma Associação Empresarial ? Como avalia as acções das associações ?

VII. INVESTIMENTOS - RECURSO A FUNDOS

34. Recorreu a algum fundo nos últimos anos?

DATA	FUNDO	VALOR	FINALIDADE

35. **Investimentos nos últimos 5 anos:**

DATA	ORIGEM	VALOR	FINALIDADE

36. Necessidades de Investimentos a Curto/Médio Prazo:

Sector:	Nos Estab. Actuais:	Novas Localizações a):
- Para a Produção (Equipamento, Investigação...)		
- Na Organização e Gestão		
- Na área Comercial		
- Transportes		
- Outros		

a) Ex-Colónias ? ... Países de Leste?

VIII. INVESTIMENTOS EXTERIORES À EMPRESA

37. **Da Sociedade:**

	Localização:
- Na Indústria	
- Na Agricultura	
- Na Banca e outras instituições financeiras	
-Outros	

38. **Dos Sócios individualmente:**

	Localização:
- Na Indústria	
- Na Agricultura	
- Na Banca e outras instituições financeiras	
-Outros	

ome da Empresa:
ata:

	FORMA JURÍDICA	CAPITAL SOCIAL	OPERÁRIOS			V.B.P.	VOL. DE VENDAS	EXPORTAÇÕES		
			TOTAL	Homens	Mulheres			% vendas	Ton.	1000 esc.
1990										
1989										
1988										
1987										
1986										
1985										
1984										
1983										
1982										
1981										
1980										
1979										
1978										
1977										
1976										
1975										
1974										
1973										
1972										
1971										
1970										
1965										
1960										
1955										
1950										
1945										
1940										
1935										
1930										
.										
.										
.										
ndação										

Inquérito às Empresas Industriais Têxteis

I.ABASTECIMENTOS (MATÉRIAS-PRIMAS/PROD.SEMI-ACAB.)				II.PRODUÇÃO							III.COMERCIALIZAÇÃO (Vende a ...)			
PRODUTOS	FORNECEDORES	Localização	%	PRODUÇÃO	Na EMPRESA %	FORA Subcontr. %	FORA Aquis.Serv. %	FORA Ao Domic. %	A SI Própria %	Terceiros %	Maiores Clientes (%)	Final/ Intermediário	Localização	É Subcon. de S(im) / N(ão
1.	1.1			1.							1.1.			
	1.2.										1.2.			
	1.3.										1.3.			
	1.4.										1.4.			
2.	2.1			2.							2.1.			
	2.2.										2.2			
	2.3.										2.3.			
	2.4.										2.4.			
3.	3.1.			3.							3.1.			
	3.2.										3.2.			
	3.3.										3.3.			
	3.4.										3.4.			
4.	4.1.			4.							4.1			
	4.2.										4.2			
	4.3.										4.3.			
	4.4										4.4.			
5.	5.1.			5.							5.1.			
	5.2.										5.2.			
	5.3.										5.3.			
	5.4.										5.4.			
6.	6.1.			6.							6.1.			
	6.2.										6.2.			
	6.3.										6.3.			
	6.4										6.4			

INQUÉRITO

O presente inquérito destina-se a uma investigação sobre a história da indústria têxtil algodoeira no Norte de Portugal, conduzida por Maria Madalena Magalhães, Assistente do Instituto de Geografia da Faculdade de Letras do Porto, no âmbito da preparação de uma tese de Doutoramento. Os resultados serão exclusivamente utilizados para esse fim e mantidos dentro de rigoroso sigilo.

Era do maior interesse que o inquérito fosse respondido por um sócio ou membro da administração da empresa com um profundo conhecimento do passado histórico da mesma.

No caso de não desejar responder a alguma pergunta, agradecemos que deixe o campo em branco e de qualquer forma nos devolva o inquérito, dentro do envelope anónimo em anexo, com a brevidade possível.

Algumas perguntas referem-se a datas e períodos ou percentagens. Pretende-se uma informação aproximada esperando que a resposta ao inquérito dê o mínimo trabalho e perca de tempo possível a quem tiver de o fazer. Um ensaio prévio revelou que será, em média, de cerca de 20 minutos o tempo necessário para a sua resposta.

1. Em que ano foi fundada a empresa? 1933

2. Quem fundou a empresa?

X Um único fundador, natural da região, anteriormente operário têxtil.

Δ Um único fundador, natural da região, anteriormente comerciante de tecidos.

Δ Uma sociedade entre um ou mais antigos operários da região.

Δ Uma sociedade entre um ou mais antigos operários da região e outros sócios do Porto.

Δ Uma sociedade entre um ou mais antigos operários da região e importadores de algodão em rama ou de máquinas têxteis, do Porto.

Δ Uma sociedade de comerciantes ou outros, do Porto.

Δ Outro (a especificar se possível) _____

3. Como era constituida a fábrica original da empresa

Δ Só Fiação

X Só Tecelagem, com instalação ou compra de Fiação em 02/01/69

Δ Fiação e Tecelagem

Δ Fiação, Tecelagem e Acabamentos

Δ Fiação, Tecelagem, Acabamentos e Tinturaria

Δ Fiação, Tecelagem, Acabamentos, Tinturaria e Estamparia

Δ Só Tinturaria

Δ Só Estamparia

Δ Outro _____

4. Quais as datas ou períodos aproximados em que ocorreram as maiores remodelações técnicas na produção da empresa?

Datas:	Modificações:
02/01/69	CONSTITUIÇAO DA SOCIEDADE JA QUE ANTERIORMENTE ERA
	EM NOME INDIVIDUAL DO FUNDADOR

5. Quais datas ou períodos aproximados de maior prosperidade da empresa?

Datas:	Causas:
1970	REMODELAÇAO COMPLETA DE TODO O EQUIPAMENTO E COMPRA DE
	OUTRA FIAÇAO .
1972	COMPRA DE MAIS EQUIPAMENTO
1977/92	CONSTANTES REMODELAÇOES DE EDIFICIOS E MAQUINISMOS DE
	ALTA TECNOLOGICA

5. Quais datas ou períodos aproximados de maiores dificuldades e crises da empresa?

Datas:	Causas:
1974	CONVULSOES POLITICAS
1975	" "
1976	" "

6. Em algum período, os produtos produzidos pela empresa se destinaram às antigas Colónias de África?

ANGOLA E MOÇAMBIQUE

7. A empresa participou no projecto da Sociedade de Fomento Colonial e na instalação da fábrica de Vila Péry?

X Sim Δ Não

8. Além dessa, tomou a empresa qualquer outra iniciativa de instalação de unidades fabris em África? Se sim, quais e quando?

NAO

9. A perda dos mercados africanos foi muito importante para a empresa ou não teve quaisquer repercursões?

SIM E COM BASTANTE SIGNIFICADO

10. Que produtos produz a empresa actualmente?

10.1. FIOS

Δ Finos Δ Médios ΔOutros GROSSAS

10.2. TECIDOS

X Telas Cruas
Δ Lençóis Δ Atoalhados ΔOutros **Têxteis-Lar**
Δ Tecidos p/ Vestuário
Δ Malha
Δ Têxteis Técnicos _____

11. Que fases produtivas integram a empresa?

X Fiação
X Tecelagem
X Acabamentos
Δ Estamparia
X Confecção

12. Que matérias-primas são compradas pela empresa e que percentagem representam do total consumido internamente?

X Algodão em rama	95 %
Δ Fio	____ %
X Telas Cruas	5 %
Δ Outros Tecidos _____	____ %

13. Dos produtos produzidos, que percentagem é vendido antes de ser acabado ou confeccinado?

X Fio	10 %
Δ Telas Cruas	____ %
Δ Outros Tecidos	____ %
Δ Malha	____ %

14. Dos produtos produzidos pela empresa, que percentagem é exportada directamente (não incluindo as vendas ao estrangeiro de produtos entregues no país, nomeadamente a empresas de confecção)?

Δ Fio	____ %
X Tecidos	90 %
Δ Malha	____ %

15. Globalmente, que percentagem da facturação da empresa representam as exportações? 90 %

16. Dentro do ramo em que se insere (fiação, tecelagem e acabamentos de tecidos de algodão e mistos, excluindo portanto o vestuário), pensa que a empresa exporta mais ou menos que a média?

MAIS

17. Do total da facturação da empresa, que percentagem corresponde a produtos produzidos exclusivamente no interior das fábricas da própria empresa? 95%

18. Para a empresa, considera o actual período

Δ De crise Δ De estagnação Δ De prosperidade

19. Assinale para cada período, o número de operários que trabalhavam ou trabalham nas fábricas da empresa:

	1960 a 1973	1974 a 1979	1980 a 1990	1993
até 100 operários	X	X	Δ	Δ
de 100 a 300	Δ	Δ	X	X
de 300 a 500	Δ	Δ	Δ	Δ
de 500 a 1000	Δ	Δ	Δ	Δ
de 1000 a 2000	Δ	Δ	Δ	Δ
mais de 2000	Δ	Δ	Δ	Δ

20. Assinale para cada período, o volume de vendas aproximado da empresa, em milhares de contos:

	1960 a 1973	1974 a 1979	1980 a 1990	1993
até 500	X	Δ	Δ	Δ
de 500 a 1 000	Δ	X	Δ	Δ
de 1 000 a 5 000	Δ	Δ	X	X
de 5 000 a 10 000	Δ	Δ	Δ	Δ
mais de 10 000	Δ	Δ	Δ	Δ

21. Em que medida a localização actual da empresa, constitui um factor positivo ou negativo à estratégia de gestão e sobrevivência ou desenvolvimento da empresa?

SITUA-SE NUM MEIO IMENSAMENTE INDUSTRIAL PERTO DOS MELHORES CENTROS NOMEADAMENTE PERTES MARITIMOS E TRANSPORTES RODOVIARIOS.

22. Que percentagem dos produtos produzidos pela empresa estima que se destina a fábricas de confecção localizadas no Vale do Ave?

5%

No caso de ser possível eu ter uma conversa pessoal com V. Exa no sentido de mais pormenorizadamente proceder à reconstituição da história da empresa, agradecia que indicasse o nome e direcção da empresa assim como a pessoa com quem devo contactar.

Muito Obrigada pela colaboração.

Maria Madalena A. Magalhães
Instituto de Geografia
Faculdade de Letras do Porto
Rua do Campo Alegre, 1055
4100 PORTO
Telefone : 02-698441 Fax: 02-6005883

YMP

INQUÉRITO

O presente inquérito destina-se a uma investigação sobre a história da indústria têxtil algodoeira no Norte de Portugal, conduzida por Maria Madalena Magalhães, Assistente do Instituto de Geografia da Faculdade de Letras do Porto, no âmbito da preparação de uma tese de Doutoramento. Os resultados serão exclusivamente utilizados para esse fim e mantidos dentro de rigoroso sigilo.

Era do maior interesse que o inquérito fosse respondido por um sócio ou membro da administração da empresa com um profundo conhecimento do passado histórico da mesma.

No caso de não desejar responder a alguma pergunta, agradecemos que deixe o campo em branco e de qualquer forma nos devolva o inquérito, dentro do envelope anónimo em anexo, com a brevidade possível.

Algumas perguntas referem-se a datas e períodos ou percentagens. Pretende-se uma informação aproximada esperando que a resposta ao inquérito dê o mínimo trabalho e perca de tempo possível a quem tiver de o fazer. Um ensaio prévio revelou que será, em média, de cerca de 20 minutos o tempo necessário para a sua resposta.

1. Em que ano foi fundada a empresa? 1958

2. Quem fundou a empresa?

Δ Um único fundador, natural da região, anteriormente operário têxtil.

Δ Um único fundador, natural da região, anteriormente comerciante de tecidos.

(Δ) Uma sociedade entre um ou mais antigos operários da região.

Δ Uma sociedade entre um ou mais antigos operários da região e outros sócios do Porto.

Δ Uma sociedade entre um ou mais antigos operários da região e importadores de algodão em rama ou de máquinas têxteis, do Porto.

Δ Uma sociedade de comerciantes ou outros, do Porto.

Δ Outro (a especificar se possível) _____

_____

3. Como era constituida a fábrica original da empresa

Δ Só Fiação

Δ Só Tecelagem, com instalação ou compra de Fiação em _____

Δ Fiação e Tecelagem

Δ Fiação, Tecelagem e Acabamentos

Δ Fiação, Tecelagem, Acabamentos e Tinturaria

Δ Fiação, Tecelagem, Acabamentos, Tinturaria e Estamparia

Δ Só Tinturaria

Δ Só Estamparia

Δ Outro Tecelagem (40 teares) e Tinturaria (pequena tinturaria manual)

4. Quais as datas ou períodos aproximados em que ocorreram as maiores remodelações técnicas na produção da empresa?

Datas:	Modificações:
1963	Instalações transferidas para S. Martinho do Campo, próximo das
_____	actuais – modernizar-se e aumentar-se o parque de
_____	máquinas, criando-se uma secção de ACABAMENTOS
1972	Início da produção de felpos
1973	Instalação da primeira FIAÇÃO, concluindo-
(em anexo)	-se a verticalização da empresa

5. Quais datas ou períodos aproximados de maior prosperidade da empresa?

Datas:	Causas:
1973/75	Dinâmica exportadora trazida pela EFTA
1980/86	Procura crescente dos mercados
1989	externos (cada vez maior implantação
_____	nesses mercados)
_____	

5. Quais datas ou períodos aproximados de maiores dificuldades e crises da empresa?

Datas:	Causas:
_____	
_____	
_____	
_____	
_____	

6. Em algum período, os produtos produzidos pela empresa se destinaram às antigas Colónias de África?

Sim, nomeadamente em toda a década de 60

7. A empresa participou no projecto da Sociedade de Fomento Colonial e na instalação da fábrica de Vila Péry?

Δ Sim (Δ) Não

8. Além dessa, tomou a empresa qualquer outra iniciativa de instalação de unidades fabris em África? Se sim, quais e quando?

Não

_____

9. A perda dos mercados africanos foi muito importante para a empresa ou não teve quaisquer repercursões?

Não teve grandes repercussões, dada a crescente importância que era atribuída aos mercados europeus

10. Que produtos produz a empresa actualmente?

10.1. FIOS

(Δ) Finos (Δ) Médios ΔOutros_____

10.2. TECIDOS

Δ Telas Cruas
Δ Lençóis (Δ) Atoalhados ΔOutros Têxteis-Lar
Δ Tecidos p/ Vestuário
Δ Malha
Δ Têxteis Técnicos _____

11. Que fases produtivas integram a empresa?

(Δ) Fiação
(Δ) Tecelagem
(Δ) Acabamentos
(Δ) Estamparia
(Δ) Confecção

12. Que matérias-primas são compradas pela empresa e que percentagem representam do total consumido internamente?

(Δ) Algodão em rama 48 %
Δ Fio ____ %
Δ Telas Cruas ____ %
Δ Outros Tecidos _____ ____ %

13. Dos produtos produzidos, que percentagem é vendido antes de ser acabado ou confeccinado?

Δ Fio 15 %
Δ Telas Cruas ____ %
Δ Outros Tecidos ____ %
Δ Malha ____ %

14. Dos produtos produzidos pela empresa, que percentagem é exportada directamente (não incluindo as vendas ao estrangeiro de produtos entregues no país, nomeadamente a empresas de confecção)?

Δ Fio ____ %
Δ Tecidos 72,6 %
Δ Malha ____ %

15. Globalmente, que percentagem da facturação da empresa representam as exportações? 72,6 %

16. Dentro do ramo em que se insere (fiação, tecelagem e acabamentos de tecidos de algodão e mistos, excluindo portanto o vestuário), pensa que a empresa exporta mais ou menos que a média?

Mais que a média

17. Do total da facturação da empresa, que percentagem corresponde a produtos produzidos exclusivamente no interior das fábricas da própria empresa? 100%

18. Para a empresa, considera o actual período

Δ De crise (Δ) De estagnação Δ De prosperidade

19. Assinale para cada período, o número de operários que trabalhavam ou trabalham nas fábricas da empresa:

	1960 a 1973	1974 a 1979	1980 a 1990	1993
até 100 operários	(Δ)	Δ	Δ	Δ
de 100 a 300	(Δ)	Δ	Δ	Δ
de 300 a 500	Δ	(Δ)	Δ	Δ
de 500 a 1000	Δ	(Δ)	(Δ) ?	Δ
de 1000 a 2000	Δ	Δ	(Δ)	(Δ)
mais de 2000	Δ	Δ	Δ	Δ

20. Assinale para cada período, o volume de vendas aproximado da empresa, em milhares de contos:

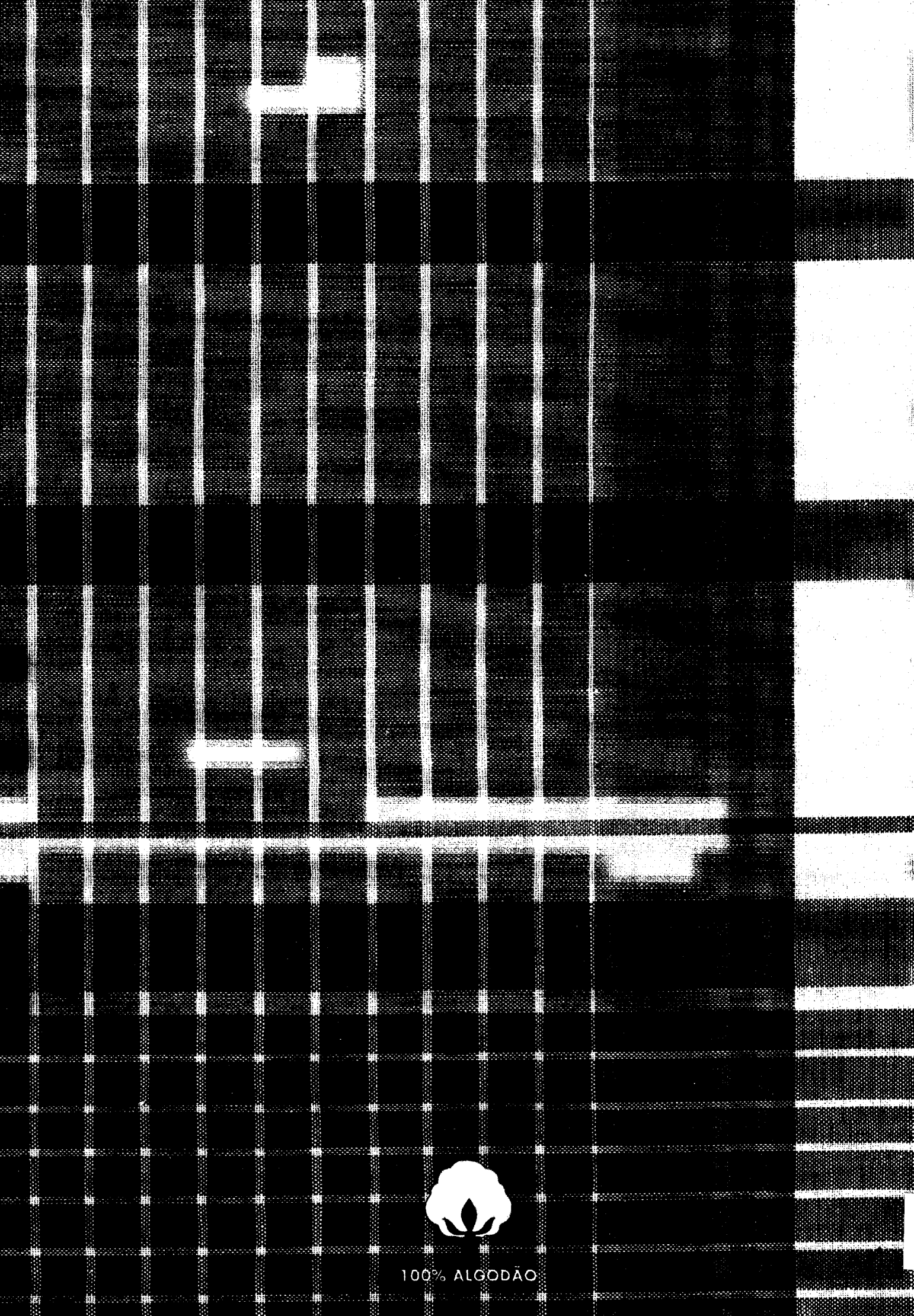
	1960 a 1973	1974 a 1979	1980 a 1990	1993
até 500	(Δ)	(Δ)	Δ	Δ
de 500 a 1 000	Δ	(Δ)	(Δ)	Δ
de 1 000 a 5 000	Δ	Δ	(Δ)	Δ
de 5 000 a 10 000	Δ	Δ	(Δ)	Δ
mais de 10 000	Δ	Δ	Δ	(Δ)

21. Em que medida a localização actual da empresa, constitui um factor positivo ou negativo à estratégia de gestão e sobrevivência ou desenvolvimento da empresa?

Constitui um factor positivo, dados os fáceis acessos a locais de embarque das mercadorias (porto marítimo / transitários)

22. Que percentagem dos produtos produzidos pela empresa estima que se destina a fábricas de confecção localizadas no Vale do Ave?

3,5%


100% ALGODÃO